



LUGARES INTERDITOS

os bairros pericentrais autoproduzidos de

MAPUTO

D O U T O R A M E N T O E M U R B A N I S M O

Sílvia Manuela Branco Jorge

Orientador Científico | Professora Doutora Isabel Ortins de Simões Raposo

Presidente e vogal:

Professor João Rafael Marques Santos,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutor Pedro Conceição da Silva George,
Professor Associado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutora Isabel Ortins de Simões Raposo,
Professora Associada,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutora Cristina Delgado Henriques,
Professora Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doctorat Yves Cabannes,
Emeritus Professor,
University College of London;

Doutor Gilberto Jorge Carreira Duarte Carlos,
Professor Auxiliar,
Escola Superior da Gallaecia.

Ao Mário, dedico todas as próximas páginas. Sem o seu abraço, sem o seu apoio incondicional, sem o nosso nós, não teria tudo a mesma graça, a mesma dança, o mesmo compasso. Obrigada.

Agradecimentos

Nos encontros e desencontros que fazem parte da vida, mas também de uma tese, tive a sorte e o privilégio de me cruzar e conviver com pessoas genuinamente valiosas, pela amizade, apoio e confiança que me depositaram. Sem elas, não teria certamente chegado aqui.

Começo por agradecer à Isabel Raposo, minha orientadora, pela liberdade que sempre me deu e pela liberdade que em mim sempre cultivou, pela referência, pela exigência, pela discussão e reflexão conjuntas, por me acompanhar desde sempre, e para sempre, neste mundo da investigação.

Mil obrigadas à Vanessa Melo e à Sílvia Viegas, amigas e confidentes, por me ajudarem diariamente a ultrapassar barreiras, a partir pedra e, porque não, a sorrir. Mil obrigadas à Sara Medeiros, pela revisão atenta e precisa dos meus escritos, pela discussão e partilha de ideias. Mil obrigadas ainda à Cristina Henriques, pelo apoio precioso em tudo o que envolveu Sistemas de Informação Geográfica, mas também pelas constantes palavras de incentivo. Obrigada a todos os membros do Gestual, em particular à Teresa Sá, à Joana Lages e à Júnia Ferrari, pelo apoio e pela força que sempre me transmitiram. Obrigada ao grupo de tertúlia composto por algumas pessoas já citadas – Isabel Raposo, Vanessa Melo, Sílvia Viegas, Teresa Sá e Joana Lages –, às quais se juntam o Mário Rui, o Miguel Serras Pereira e o José Guinote, pela profunda reflexão conjunta em torno da obra de Lefebvre.

Obrigada à equipa do projeto de investigação *Reconfigurações Espaciais e Diferenciação Social em Cidades de Angola e Moçambique*, à Cristina Udelsmann, à Sónia Frias, à Ana Bénard da Costa e, uma vez mais, à Cristina Henriques, pela oportunidade e pelo privilégio de integrar esta equipa, bem como pela oportunidade que me deram de realizar o meu trabalho de campo.

Agradeço igualmente às várias pessoas que, tão gentilmente, me abriram os braços em Maputo, em particular: ao João Tique, ao Luís Lage e ao Júlio Carrilho, da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, ao Jaime Comiche, aos irmãos Maria e Mário do Rosário e à arquiteta Maria d'Assunção, pelo tempo e apoio disponibilizados; à Ana Carolina, ao Álvaro, à Ana, ao Fábio e ao Luís, pela amizade e pelos deliciosos momentos passados juntos. Um especial muito obrigada a todos os entrevistados, pelo mergulho que me proporcionaram na (sua) realidade e por terem confiado em mim, sem, na maior parte dos casos, me conhecerem. O meu muito obrigada ainda aos jovens que me acompanharam em parte das entrevistas, ao Gonçalves, ao Assumane, ao Gold e ao Vasco, pelo entusiasmo com que agarraram este desafio.

O meu profundo agradecimento a todos os familiares e amigos que estiveram sempre comigo.

Por fim, agradeço, e sempre agradecerei, à minha mãe e à minha avó, Alice e Sílvia, que, sem o saberem, me conceberam, e ao meu pai, cuja força e determinação traduz igualmente o que sou.

Resumo

A renovação de *espaços pericentrais autoproduzidos*, assente na *tábula rasa* do tecido existente e na periferização dos grupos de menores recursos, representa, no atual contexto neoliberal, uma das principais estratégias de intervenção ditadas pela mercantilização e financeirização do espaço urbano em curso na África Austral. Face ao aumento da exclusão e das desigualdades sócio-espaciais, mas também à importância que estes territórios assumem para quem os habita, emergem vozes e práticas de resistência em defesa do direito ao lugar e de uma mudança de paradigma. Num estreito diálogo entre a teoria e a prática, pretendemos contribuir para o conhecimento das formas e processos de produção e transformação destes espaços, à luz do *direito à cidade* preconizado por Lefebvre. Tomando como caso de estudo, a nível macro, a cidade de Maputo e, a nível micro, os bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, paradigmáticos pela intensidade das transformações de que têm sido alvo, colocamos a hipótese de que a expansão da fronteira da mercantilização e da financeirização do espaço depende, não só do confronto entre o *valor de troca* e o *valor de uso*, mas também das práticas quotidianas de resistência, capazes de contrariar ou travar o seu avanço. Embora o *valor de troca* se tenda a sobrepor ao *valor de uso*, emergem, sobretudo entre os habitantes destes lugares interditos, propostas e práticas de habitar alternativas à sua *tábula rasa*, anunciando um *outro* futuro possível.

Palavras-chave: Maputo; produção do espaço; bairros pericentrais autoproduzidos; paradigmas de intervenção; direito à cidade.

Abstract

The renewal of *pericentral self-produced spaces*, based on the *tabula rasa* of the existing urban tissue and on the peripheralisation of groups with less resources, represents, in the current neoliberal context, one of the main intervention strategies driven by the ongoing commodification and financialisation of urban spaces in Southern Africa. In the face of rising exclusion and of socio-spatial inequalities, and the importance that these territories assume for those who inhabit them, voice and practices of resistance emerge in defence of the right to place and of a paradigm shift. In a close dialogue between theory and practice, we aim to contribute to the knowledge of forms and processes of production and transformation of these spaces, in the light of the *right to the city* conceived by Lefebvre. We take as a case study, at the macro level, the city of Maputo and, at the micro level, the neighbourhoods of Maxaquene A and Polana Caniço A, which are paradigmatic due to the intense transformation objectives that have been taking place. We pose the hypothesis that the expansion of space commodification and financialisation depends, not only on the confrontation between *exchange value* and *use value*, but also of everyday practices of resistance, that are able to counter or halt its advance. Although *exchange value* tends to supersede *use value*, alternative proposals and practices of inhabiting to the *tabula rasa* emerge, above all among the inhabitants of these forbidden places, announcing *another* possible future.

Key-words: Maputo; production of space; pericentral self-produced neighbourhoods; paradigms of intervention; right to the city.

Siglas e acrónimos

ADM | Águas De Moçambique

AMDEC | Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado

ANE | Administração Nacional de Estradas

APIE | Administração da Propriedade Imobiliária do Estado

ATCM | Automóvel & Touring Clube de Moçambique

BCI | Banco Comercial de Investimentos

BIM | Banco Internacional de Moçambique

BM | Banco Mundial

CEDH | Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat

CES | Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

CIAUD | Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design

CIP | Centro de Integridade Pública

CMM | Conselho Municipal de Maputo

DCU | Direção de Construção e Urbanização

DINAPOT | Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial

DNH | Direção Nacional de Habitação

DNHU | Direção Nacional de Habitação e Urbanização

DUAT | Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

DW | *Development Workshop*

EDM | Eletricidade De Moçambique

ESF | Engenheiros Sem Fronteiras da Catalunha

FAPF-UEM | Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane

FA-UL | Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

FCT | Fundação para a Ciência e Tecnologia

FDC | Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

FFH | Fundo para o Fomento à Habitação

FIPAG | Fundo de Investimento do Património do Abastecimento de Água

FJC | Fundação Joaquim Chissano

FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique

GESTUAL | Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local

GUHARLM | Gabinete de Urbanização e Habitação de Lourenço Marques

IDC | Investimentos para o Desenvolvimento da Comunidade

IESE | Instituto de Estudos Sociais e Económicos

IGEPE | Instituto de Gestão das Participações do Estado

INPF | Instituto Nacional de Planificação Física

JICA | Agência de Cooperação Internacional do Japão

KUWUKA JDA | Juventude Desenvolvimento e Advocacia Ambiental

MDM | Movimento Democrático de Moçambique

MICOA | Ministério da Coordenação Ambiental

OCB | Organizações Comunitárias de Base

OJM | Organização da Juventude Moçambicana

OMM | Organização da Mulher Moçambicana

OMR | Observatório do Meio Rural

ONG | Organização Não-Governamental

OP | Orçamento Participativo

PAR | Plano de Ação de Reassentamento

PDLI | Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PEUMM | Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo

PIB | Produto Interno Bruto

PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP | Plano de Pormenor

PPP | Parcerias Público-Privadas

PPU | Plano Parcial de Urbanização

PRE | Programa de Reabilitação Económica

PROL | Projeto de Reforma dos Órgãos Locais

PROMAPUTO | Programa de Desenvolvimento Municipal

QGIS | *Quantum Geographical Information System*

QPR | Quadro de Política de Reassentamento

SIG | Sistemas de Informação Geográfica

TPM | Transportes Públicos de Maputo

UN | *United Nations*

UN-Habitat | *United Nations Human Settlement Programme*

WNLA | *Witwatersrand Native Labour Association*

WSUP | *Water and Sanitation for Urban Poor*

Índice

Introdução	001
1. A [auto]produção do espaço urbano pericentral	009
1.1. A revolução urbana	010
1.2. A cidade à escala dos lugares	016
1.2.1. As [peri]centralidades	022
1.2.2. As [contra]racionalidades	031
1.3. O direito à cidade	036
1.4. O recorte analítico	041
2. As margens da cidade planeada	053
2.1. A génese e expansão da cidade	054
2.1.1. A construção da modernidade	057
2.1.2. O mal do <i>caniço</i>	064
2.2. A [re]apropriação da cidade	072
2.3. Sob o desígnio do tempo	085
3. Os bairros pericentrais autoproduzidos em contexto neoliberal	089
3.1. A adopção de uma nova cartilha	090
3.2. O ‘risco natural’ e a [re]emergência da renovação urbana	097
3.3. A forte aposta no planeamento	109
3.3.1. As diferentes abordagens de intervenção	117
3.3.2. Dos planos às práticas	121
3.4. Os principais alvos do mercado	126
4. A lei e sua exceção	129
4.1. O uso e aproveitamento da terra	130
4.2. O planeamento e gestão do território	141
4.3. A intervenção e transformação do território	150
4.4. A [in]versão da [i]legalidade	159
5. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias	163
5.1. <i>Uma luta para ter mais espaço</i>	164
5.2. <i>O mercado está a mudar quem mora e onde mora</i>	180

5.2.1. <i>Alugam para ter um pouco de benefício</i>	181
5.2.2. <i>O negócio de terrenos é um negócio de milhões</i>	184
5.3. <i>Tudo acontece à beira da estrada</i>	196
5.3.1. <i>A estrada está a chegar e nós a sair</i>	197
5.3.2. <i>Leva tempo até que a pessoa se reassente</i>	204
5.4. <i>O planeamento não passa de um instrumento do mercado</i>	211
5.4.1. <i>A intenção era melhorar, não a transformação total</i>	211
5.4.2. <i>O plano favorece a exclusão natural das pessoas</i>	223
5.5. <i>Uma coisa é o que está no papel, outra é a realidade</i>	234
6. De uma sombra de resistência a um <i>outro</i> futuro possível	239
6.1. A prática, a representação e o espaço de representação	240
6.2. O direito à cidade e a cidade a quem de direito	249
6.3. A utopia do amanhã	259
Conclusão	277
Referências bibliográficas	283
xii	
I. Monografias, dissertações, artigos e comunicações	283
II. Legislação, políticas, programas, planos, regulamentos, relatórios e resoluções municipais	316
III. Notícias de imprensa	320
IV. Informação disponível em <i>sites</i>	327
Anexos	331
I. Produção científica	331
I.1. Capítulos de livros com arbitragem científica	331
I.2. Publicação em revistas internacionais e internacionais com arbitragem científica	331
I.3. Publicações em atas de encontros científicos nacionais e internacionais	331
I.4. Comunicações em encontros com arbitragem científica	332
II. Grelha de apoio à observação direta	333
II.1. Usos do solo	333
II.2. Planos e projetos de intervenção	334
II.3. Características das habitações (entrevistas aos moradores)	334
III. Guiões de entrevista	335
III.1. Guião dirigido a técnicos (arquitetos, urbanistas, juristas) e políticos	335

III.2. Guião dirigido a representantes de agências internacionais	339
III.3. Guião dirigido a representantes de OCB e ONG	343
III.4. Guião dirigido a investidores e intermediários	345
III.5. Guião dirigido aos moradores	347
IV. Lista de entrevistas	351
V. Grelha de análise	355
V.1. Contexto colonial	355
V.2. Contexto pós-independência	355
V.3. Contexto neoliberal	355
V.4. Percepção do território	355
V.5. Planos e projetos de intervenção	357
V.6. Paradigmas de intervenção	357
V.7. Hiato entre os instrumentos jurídico-urbanísticos e as práticas	358
V.8. Transação de talhões e construções mercado paralelo	358
V.9. Percepção dos direitos	359
V.10. Resistência Organização/mobilização local	359
V.11. Imagem de futuro	359
V.12. Percepção e referência aos vários agentes	359
V.13. Propostas de intervenção	359

Ilustrações

Figuras

Figura 01 Países da região da África Austral e respectivas capitais com mais de um milhão de habitantes.	011
Figura 02 Municípios de Maputo e da Matola e distritos limítrofes de Boane, Marracuene e Moamba.	017
Figura 03 Diferentes tecidos identificados por Araújo e Henriques para a margem Norte de Maputo.	021
Figura 04 Centro da cidade de Maputo.	024
Figura 05 Capa da revista <i>Vida Imobiliária</i> , edição especial Moçambique.	025
Figura 06 Bairros pericentrais, Maxaquene A e Polana Caniço A.	043
Figura 07 Bairros pericentrais e periféricos percorridos no decorrer do trabalho de campo.	046
Figura 08 Plano de Ampliação de Lourenço Marques, 1887.	056
Figura 09 Planta de Cadastro do Foral de Lourenço Marques.	059
Figura 10 Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952.	063
Figura 11 Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques, 1969.	069
Figura 12 Unidade 11 em Chamanculo C.	071
Figura 13 Bairro de Maxaquene, 1985.	076

Figura 14 Pontos estruturantes do Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço.	079
Figura 15 Plano de Estrutura da Cidade de Maputo, 1985.	082
Figura 16 Impacte das cheias de 2000 no bairro de Polana Caniço A, junto à arriba.	099
Figura 17 Reassentamentos no Chihango, Albazine.	101
Figura 18 Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, 2008.	106
Figura 19 Principais paradigmas de intervenção subjacentes aos planos parciais de urbanização.	110
Figura 20 <i>Maputo Bay Waterfront</i> (simulações 3D).	114
Figura 21 A reconstrução da avenida Julius Nyerere.	116
Figura 22 Moradias unifamiliares e condomínios fechados ao longo da avenida Julius Nyerere.	123
Figura 23 Parque automóvel erigido em Maxaquene A, ao longo da avenida Acordos de Lusaka.	124
Figura 24 Bairros do Distrito Urbano de KaMaxaqueni.	165
Figura 25 A transformação do território ao longo do tempo (1973, 1982, 1991).	167
Figura 26 A transformação do território ao longo do tempo (1996, 2000, 2006).	168
Figura 27 A transformação do território ao longo do tempo (2016).	169
Figura 28 Via de acesso pedonal (Maxaquene A).	171
Figura 29 Equipamentos e rede de transporte nos casos de estudo e sua envolvente próxima.	173
Figura 30 Mercado paralelo à porta de casa (Maxaquene A).	174
Figura 31 Falta de saneamento e problemas no abastecimento de água (Maxaquene A).	176
Figura 32 Vala de drenagem em Maxaquene A.	177
Figura 33 As chamadas “casas brancas” e o bairro de “Sommerschild II”.	179
Figura 34 Fluxos decorrentes da transação de talhões fora de Maxaquene A e Polana Caniço A.	182
Figura 35 Fluxos decorrentes da saída de Maxaquene A e Polana Caniço A por via do mercado.	191
Figura 36 Ações de demolição em Polana Caniço A.	193
Figura 37 Renovação decorrente do mercado paralelo de transação – 2000/2007 (Polana Caniço A).	194
Figura 38 Renovação decorrente do mercado paralelo de transação – 2011/2016 (Polana Caniço A).	195
Figura 39 Avenida Milagre Mabote findas as obras de reconstrução.	201
Figura 40 Troços das avenidas Milagre Mabote e Julius Nyerere objeto de intervenção.	202
Figura 41 Avenida Julius Nyerere findas as obras de reconstrução.	203
Figura 42 Habitação em construção após reassentamento, sem ligação à rede de água (Albazine).	208
Figura 43 Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A (primeira versão).	216
Figura 44 Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A (segunda versão).	218
Figura 45 Alguns dos projetos de iniciativa privada anteriores ao PPU de Polana Caniço (simulações 3D).	227
Figura 45 Plano Parcial de Urbanização de Polana Caniço A.	229
Figura 47 O muro do lado de uns.	247
Figura 48 O muro do lado de outros.	248
Figura 49 Verticalização dos bairros pericentrais.	272
Figura 50 Plano Parcial de Urbanização de Polana Caniço A.	274

Tabelas

Tabela 01 Valores de aluguer praticados nos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A.	183
Tabela 02 Valores de transação praticados nos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A.	190
Tabela 03 Cenários apresentados na versão preliminar do PPU de Polana Caniço.	231

Esquemas

Esquema 01 Principais paradigmas de intervenção.	032
Esquema 02 Organigrama do Conselho Municipal de Maputo e sua estrutura administrativa.	092
Esquema 03 Diferentes graus de abertura à participação no planeamento e gestão urbanos.	147
Esquema 04 Diferentes relações estabelecidas na comercialização de talhões e construções.	187
Esquema 05 Diferentes relações estabelecidas no âmbito da reconstruções de eixos viários.	199
Esquema 06 Diferentes relações estabelecidas no âmbito do reassentamento.	205
Esquema 07 Diferentes relações estabelecidas no âmbito da elaboração do PPU de Maxaquene A.	213
Esquema 08 Diferentes relações estabelecidas no âmbito da elaboração do PPU de Polana Caniço A.	225
Esquema 09 Encadeamento de processos associado à transformação de Maxaquene e Polana Caniço A.	236

Introdução

Assistimos, em várias cidades do mundo, ao impacte da expansão e consolidação do modelo neoliberal, apoiado na lógica de mercado, no recurso generalizado ao crédito e na hegemonia da propriedade privada individual. Alguns autores, como Rolnik (2015: 15), referem-se a este processo como uma *colonização da terra urbana e da habitação pelas finanças globais*. Equiparada a uma empresa, a transformação da cidade passa a atender sobretudo às necessidades e interesses do mercado, não ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, reduzidos ao seu papel de consumidores e, também eles, jogadores no mercado de capitais (Aalbers e Fernandez, 2016). Mais do que mercadorias, a terra e a habitação revelam-se importantes ativos financeiros, jogados no mercado global, para o qual deixam de existir fronteiras ou limites de ação (Harvey, 1989a, 2014). Seguindo a linguagem contratual das finanças e da economia, o território é reduzido ao seu *valor de troca* e à perspetiva de futuras mais-valias, servindo as relações de posse e de propriedade cada vez mais para definir – ou bloquear – direitos, como o *direito ao lugar* ou, de uma forma geral, o *direito à cidade*.

Adotado por governos ou imposto como condição para a concessão de empréstimos por parte de agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), este novo paradigma disseminou-se rapidamente nas últimas décadas, moldando-se às especificidades e particularidades locais de cada contexto histórico-geográfico (Brenner e Theodore, 2002, 2005; Hibou, 2012). No caso de Moçambique, e de grande parte dos países da África Austral, a submissão a programas de ajustamento estrutural na segunda metade da década de 1980, sob pressão do BM e do FMI, marca o início desta viragem. Para este grupo de países, a prioridade a nível urbano e habitacional, ditada pelas agências internacionais,

passaria pela reforma dos sistemas de posse de terra, através do desenvolvimento de sistemas de direito de propriedade orientados para o mercado, pelo investimento em infraestruturas e na indústria da construção civil, bem como pela implementação de sistemas financeiros de habitação (World Bank, 1993: 5). Para outros, a aposta voltar-se-ia, não só para a privatização do parque imobiliário do Estado e para a redução drástica do orçamento destinado às políticas públicas de habitação e de apoio social, mas também para o incentivo à aquisição de casa própria no mercado privado, através do recurso generalizado ao crédito (Doherty [*et al.*], 2005; Lévy-Vroelant e Tutin, 2010; Rolnik, 2013a).

Independentemente do receituário, são transversais à generalidade dos contextos o grande protagonismo assumido pelos governos na condução deste processo, o aumento generalizado da insegurança de ocupação ou de posse por parte sobretudo dos grupos de menores recursos, o avanço de despejos forçados e, conseqüentemente, a violação de direitos humanos (ver, p. ex., Cabannes, Guimarães, Johnson, 2010). Extensas áreas foram e continuam a ser demolidas em função de grandes projetos de infraestruturas e renovação urbana, de desastres naturais, exacerbados pelas alterações climáticas em curso, ou de projetos de exploração económica, como os que tiveram lugar em Moatize, no Norte de Moçambique, para extração de carvão (ver, por ex., Cernea, 2007; HIC-HLRN, 2012; IDMC, 2012). Qualquer destas ações sobre espaços habitados, revela-se particularmente violenta quando ocorre em territórios cuja situação de posse se encontra indefinida ou lida à luz dos novos instrumentos jurídico-urbanísticos como *ilegal* ou *irregular*. Mais facilmente requeridos ou tomados pelos governos locais ou agentes privados, estes espaços, grande parte deles *autoproduzidos*, representam um vasto território de *reserva* à espera do “momento certo” (Rolnik, 2015: 174).

A (in)segurança de ocupação ou de posse é assim definida por um conjunto de leis, instituições e processos de tomada de decisão associados ao acesso à terra e à habitação, atravessados pelas estruturas de poder existentes e cada vez mais dependentes dos interesses instalados. Neste sentido, quer os instrumentos e práticas de planeamento, quer os de gestão, assumem forte influência nas (im)possibilidades de acesso à terra e à habitação por parte dos grupos de menores recursos, principalmente quando sujeitos à pressão do mercado e ameaçados por ações de renovação e gentrificação. Geralmente inscritos numa visão positivista e tecnocrata, os instrumentos jurídico-urbanísticos tendem, ao nível do contexto africano, a beneficiar uma elite política e económica (trans)nacional ou a revelar total incapacidade em contrariar o agravamento da exclusão e segregação sócio-espaciais (ver, p. ex., Berrisford, 2013). A dinâmica de mercado e o fator localização acabam geralmente por determinar as abordagens de intervenção propostas,

embora, do ponto de vista técnico e institucional, se recorra sobretudo às falhas e carências destes espaços de *reserva* para legitimar ou justificar a sua *tábula rasa*. A nossa experiência no processo de elaboração do Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A (2010-2011), um bairro autoproduzido localizado às portas do centro da capital moçambicana, assente na *tábula rasa* do tecido preexistente e na mira de investidores e promotores privados, reflete esta tendência. Enquanto membro da equipa responsável pela sua elaboração, questionávamos: Qual o impacto efetivo deste processo? Que espaço desenha? Que tipo de dinâmica e interação gera ou promove (de resistência, adaptação ou cooptação)? Qual a capacidade dos cidadãos, confrontados com um cenário massivo de renovação e gentrificação, de construir uma alternativa? Qual o papel do arquiteto/urbanista nessa contra corrente?

A colonização da cidade pelas finanças, como alude Rolnik (2015), pode gerar resistência. Trava-se uma luta no e pelo espaço, a *guerra dos lugares* a que se referem Milton Santos (2002: 79) ou Rolnik (2015: 16), na qual se questionam as políticas, estratégias e práticas dominantes e se forjam *outros mundos urbanos possíveis*, quando aberta a possibilidade de experimentar e exercer outras formas de organização, de tomada de decisão, de *autogoverno* e *autogestão* da vida coletiva (Swyngedouw, 2010: 13; Marcuse, 2012: 15-16). De forma mais ou menos silenciosa, em maior ou menor escala, ecoam vozes e práticas de resistência: contra os imperativos de uma economia neoliberal globalizada, controlada pelo sistema financeiro, contra a expansão das fronteiras do mercado por meio de sucessivos processos de *acumulação por espoliação*¹, como denomina Harvey (2012: 16), contra a colonização e homogeneização do espaço e da vida urbanos, através da privatização do espaço público, da mercantilização da terra e da habitação ou, ainda, de expulsões e expropriações massivas. Também ao nível do planeamento e gestão urbanos, há quem procure superar a hegemonia da propriedade privada individual (ver, p. ex., DeFilippis, 2004; Davis, 2010; Ross e Cabannes, 2014), bem como romper com a máxima da capitalização e rentabilidade financeira como paradigmas para a definição dos usos e formas de ocupação da cidade, seguindo a direção do *direito à cidade*, da *autonomia* e da reapropriação dos lugares *comuns* (ver, p. ex., Marcuse, 2009a; Souza, 2010 [2001], 2006a; Borch e Kornberger [eds.], 2015). Para Gills e Gray (2013: 4), o paradoxo da globalização económica neoliberal acaba por ser justamente enfraquecer e, simultaneamente, activar as forças e práticas de resistência. Nas palavras de Swyngedouw (2010: 13), “são exatamente estas práticas que requerem atenção urgente, [...] reconhecimento e valorização”².

¹ Tradução livre do original ‘*accumulation by dispossession*’.

² Tradução livre do original ‘*it is exactly these practices that urgently require attention, [...] recognition and valorization*’.

•

Imersa num contexto marcadamente neoliberal e em urbanização acelerada, como é o caso de Moçambique, nomeadamente de Maputo, esta tese nasce de um conjunto de indagações e inquietações sobre o presente e o futuro do que designamos, na linha de Lefebvre (1991 [1974]: 332, 366), de *lugares interditos*: espaços que, pela sua localização estratégica do ponto de vista de mercado, se veem reduzidos à unidimensionalidade do seu *valor de troca* e numa situação de crescente vulnerabilidade. O confronto entre a teoria e a prática, entre a proposta/intenção e a realidade, conduziu-nos a este desafio, de aprofundar o conhecimento sobre a produção e transformação destes lugares, numa perspetiva de *conhecer para transformar*. Enquadrada numa linha de pensamento crítico relativamente às iniquidades e desigualdades sócio-espaciais geradas pelo modo de produção capitalista, a tese parte da leitura do espaço como produto do social, advogada por Lefebvre (1991 [1974]), e toma como referencial o *direito à cidade* proclamado pelo mesmo autor (2012 [1968]), cruzando a sua vasta obra com as de outros autores de abordagem similar. Esta leitura transporta-nos, não para a dimensão das coisas/produtos no/sobre o espaço, mas para a compreensão dos processos da sua produção, para uma visão dialética do espaço. Num diálogo estreito entre a teoria e a prática, a problemática abordada centra-se em quatro dimensões complementares e interconectadas, ainda pouco aprofundadas em contextos como Moçambique e que carecem de maior reflexão: (1) as transformações espaciais operadas em espaços alvo de processos de valorização mercantil pela localização estratégica que ocupam, como os *bairros pericentrais autoproduzidos*; (2) as políticas, instrumentos jurídico-urbanísticos e projetos que os enquadram; (3) as práticas quotidianas e as interações estabelecidas entre os diferentes agentes em presença (mercado, Estado e habitantes/organizações locais); e (4) as (im)possibilidades de um *outro* futuro possível.

Maputo, capital de um país considerado como tendo uma das economias emergentes em África (ver, p. ex., United Nations, 2013), na sequência da descoberta e exploração de recursos naturais globalmente estratégicos, constitui o nosso caso de estudo de nível macro pela crescente dinâmica do seu mercado imobiliário e pela diversidade de situações que reúne (Raposo [*et al.*], 2012). Com o olhar centrado nos seus *bairros pericentrais autoproduzidos*, que têm atraído um número cada vez maior de investidores e promotores privados nos últimos anos, analisam-se, ao nível micro, dois bairros: Maxaquene A e Polana Caniço A. Localizados às portas do centro urbanizado, na confluência de vias estruturantes da cidade, têm sido objeto: de processos de valorização mercantil; de processos paulatinos de renovação associados a atividades económicas (Maxaquene A) e a projetos residenciais de luxo (Polana Caniço A), em resultado do mercado

paralelo de compra e venda de talhões e construções; de projetos de (re)construção de infraestruturas viárias; e de planos de ordenamento.

Pretendemos, com a presente investigação, contribuir para o conhecimento das formas e processos de produção e transformação dos *bairros pericentrais autoproduzidos*, à luz do *direito à cidade*, restituindo as mudanças que se operam no espaço e as interações e inter-relações estabelecidas entre os diferentes agentes: das práticas quotidianas às linhas de ação enunciadas nas políticas, instrumentos e projetos propostos. Apresentamos cinco *objetivos específicos*:

- (1) enquadrar teoricamente a (re)produção destes lugares, tendo em conta as suas especificidades e particularidades locais;
- (2) identificar os conceitos, objetivos e linhas de ação presentes nas políticas e instrumentos jurídico-urbanísticos em causa e perceber em que paradigmas de intervenção se apoiam;
- (3) compreender as interações e dinâmicas criadas entre o mercado (técnicos, investidores e intermediários que os representam), o Estado (técnicos e políticos), os cidadãos (habitantes e organizações locais) e os agentes externos (como a academia, as organizações não-governamentais e as agências internacionais), bem como identificar a percepção de cada um sobre os processos e projetos;
- (4) confrontar e comparar o conteúdo das políticas e instrumentos propostos com as intervenções urbanísticas e as práticas quotidianas;
- (5) avaliar o impacto das intervenções ao nível do território, à luz do conceito que norteia a pesquisa, o *direito à cidade*.

Queremos perceber como os instrumentos e intervenções urbanísticos, as práticas quotidianas e a interação entre os diferentes agentes interferem na produção e transformação do espaço, mas também em que circunstâncias surge ou se esboça uma abordagem alternativa à sua mercantilização, que formas assume e qual poderá ser o papel do arquiteto/urbanista nessa outra constelação de forças. Longe de procurarmos definir ou determinar um novo modelo de cidade, este leque de objetivos visa, acima de tudo, explorar novos horizontes de reflexão e intervenção, com vista a uma prática mais inclusiva e democrática, no sentido que lhe atribui Souza (2010 [2001]; 2006a), ou seja, sob um olhar emancipatório e não-apriorístico.

A investigação persegue duas *questões* interligadas. Se, no atual contexto neoliberal, o *valor de troca* tende a sobrepor-se ao *valor de uso*, que formas e características assume esta valorização nos *bairros pericentrais autoproduzidos* de Maputo, alvos preferenciais do mercado? Se,

simultaneamente, o *valor de uso*, de acordo com Lefebvre (2012 [1968]: 131-132), resiste irredutivelmente a este processo, que práticas e formas contrárias à mercantilização do espaço se geram ou esboçam nestes *lugares interditos*? Seguindo a tendência global, reafirmamos o grande protagonismo do poder público na condução de três processos interligados, desencadeados ao nível dos *bairros pericentrais* e inscritos na lógica dominante: (1) o mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções, legitimado pelo governo municipal; (2) a reconstrução e melhoria de eixos viários estruturantes, da iniciativa do governo municipal, com recurso a parcerias público-privadas; e (3) a elaboração de planos de ordenamento, promovida ou apoiada pelo governo municipal. A partir da análise cruzada destes processos, reafirmamos igualmente o aumento generalizado da insegurança de ocupação dos grupos de menores recursos, muito embora a legislação vigente reconheça o direito adquirido por ocupação, sublinhamos também o avanço de despejos forçados e a violação de direitos humanos, sobretudo nos casos de expropriação por *interesse público* decorrentes da reconstrução de eixos viários estruturantes. A melhoria da mobilidade e acessibilidade e a existência de planos de ordenamento, mesmo que não implementados e sem validade legal, alimentam a dinâmica do mercado paralelo, principal responsável pela renovação paulatina do território e pela saída dos seus moradores para bairros mais periféricos. Face a esta tendência global, colocamos a *hipótese* da expansão da fronteira da mercantilização e financeirização do espaço depender, à luz dos *bairros pericentrais autoproduzidos* de Maputo, não só do confronto entre o *valor de troca* e o *valor de uso*, mas também das práticas quotidianas de resistência, em particular das conduzidas pelos próprios moradores, capazes de contrariar ou travar o seu avanço.

Do ponto de vista teórico-metodológico, partimos de um entendimento geral e transversal do tema e da problemática para uma análise mais detalhada da cidade e dos *bairros pericentrais autoproduzidos*, especificamente dos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, incluindo as trajetórias espaciais decorrentes dos processos de valorização, renovação e gentrificação a que estão sujeitos. Num ir e vir constantes entre a teoria e a prática, bem como entre a macro e a micro escalas, a nossa abordagem assenta num conjunto de métodos de natureza *qualitativa*, visando a apreensão e compreensão das articulações internas do objeto de estudo. Como preconizado por Lefebvre (2012 [1968]: 111-113), privilegiamos o sentido exploratório, o que Guerra designa de *contexto de descoberta* (2010: 22-23), construindo o objeto teórico “possível” a partir da realidade e da problemática estabelecida por essa mesma realidade, mas também do *feedback* constante entre o quadro conceptual e a observação empírica. Estabelece-se assim um diálogo tão estreito quanto possível entre: (i) a *revisão crítica literária e documental* sobre o tema,

o objeto e o caso de estudo; e (ii) o *conhecimento empírico*, aprofundado no decorrer do trabalho de campo em Maputo, no qual se destaca a observação direta e a realização de entrevistas aprofundadas a um leque diverso de agentes, bem como a construção de uma base de mapeamento em Sistema de Informação Geográfica (SIG). Numa perspetiva crítica e diacrónica, apoiamos a nossa reflexão na figura tridimensional da realidade social proposta por Lefebvre (1991 [1974]: 33), dividida em três momentos dialeticamente interconectados e duplamente designados: de um lado, a *prática espacial*, a *representação do espaço* e o *espaço de representação*; do outro, o *espaço percebido*, *concebido* e *vivido*. Por fim, a noção de *direito à cidade* substancia esta análise crítica do presente e coloca o pensamento num *outro* futuro possível, distinguindo-se o *direito à cidade* proclamado por Lefebvre (2012 [1968]) dos “direitos nas cidades” a que alude Marcuse (2010), amplamente difundidos nos últimos anos pelas agências internacionais.

•

A tese é dividida em seis capítulos interligados:

1. A [auto]produção do espaço urbano pericentral | Enquadramos e particularizamos o processo de urbanização e a sua expressão territorial na região da África Austral, em Moçambique e, particularmente, em Maputo, orientando o nosso olhar para os *bairros pericentrais*, estratégicos do ponto de vista de mercado, bem como para o recorte analítico que alicerça o desenvolvimento da pesquisa.
2. As margens da cidade planeada | Com o olhar centrado nos *bairros pericentrais autoproduzidos*, tecemos uma análise crítica do planeamento e desenvolvimento da cidade de Maputo desde as suas origens até ao período imediatamente após a conquista da independência, no sentido de compreender a génese e expansão destes *lugares interditos* e, dessa forma, as particularidades do atual contexto.
3. Os bairros pericentrais autoproduzidos em contexto neoliberal | Mantendo o olhar centrado nos *bairros pericentrais autoproduzidos*, procuramos identificar e analisar o impacte da adoção da cartilha neoliberal na produção e transformação do espaço urbano, tendo em conta os diferentes planos e projetos propostos, bem como as principais interações e dinâmicas estabelecidas entre os moradores, o Estado, o mercado e outros agentes externos.
4. A lei e sua exceção | Ampliamos o nosso olhar sobre o objeto de estudo a partir da análise aos instrumentos legais que o enquadram, relativamente ao uso e aproveitamento

do espaço urbano, ao seu planeamento e gestão e às abordagens de intervenção propostas.

5. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias | Entrando na realidade que marca e caracteriza os bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, procuramos aprofundar a interação entre os vários agentes envolvidos na produção do espaço, tendo em conta três processos específicos: o mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções, a reconstrução de eixos viários estruturantes e a elaboração de planos parciais de urbanização.
6. De uma sombra de resistência a um *outro* futuro possível | Assumindo como *horizonte referencial de pensamento e ação o direito à cidade e a democratização do planeamento e gestão urbanos*, iluminamos algumas práticas e focos de resistência e, a partir deles, enunciamos a possibilidade de uma outra história para os bairros pericentrais autoproduzidos, com vista à *melhoria da qualidade de vida e ao aumento da justiça sócio-espacial*.

1 • A [auto]produção do espaço urbano

Embarcamos nesta viagem pela (auto)produção do espaço urbano à luz da *teoria urbana crítica* desenvolvida por Lefebvre e de um contexto histórico-geográfico específico: Moçambique e, em particular, a cidade de Maputo. Apesar dos anos que nos afastam de *Le Droit à la Ville* (1968), de *La Révolution Urbaine* (1970) ou de *La Production de l'Espace* (1974), e da cidade da era industrial ser distinta e estar distante da realidade urbana sobre a qual nos debruçamos, a linha de pensamento de Lefebvre, nomeadamente a abordagem dialéctica que introduz (ver Schmid, 2008), revela, de acordo com Fortuna (2012: 6), o que escondem as contrastantes paisagens urbanas de hoje. A sua pertinência na leitura de novas espacialidades, produto de uma nova sociedade, reflete-se no ressurgimento recente de várias obras dedicadas à teoria da produção do espaço (ver, p. ex., Merrifield, 2006; Goonewardena [et al.], 2008; Stanek, 2011; Butler, 2012) ou na reemergência da noção de *direito à cidade*, tanto no meio científico e académico (ver, p. ex., Rodríguez, 2006; Fernandes, 2007; Harvey, 2008, 2012; Marcuse, 2010; Samara [et al.], 2013), como fora dele (ver, p. ex., Abumere, 2006; Unesco, 2006; Brown e Kristiansen, 2009; United Nations, 2010c). Face às renovadas formas de realização de lucro e acumulação, alienação e submissão do indivíduo, vários autores, como Carlos (2011) e Marcuse [et al.] (2014), sublinham a importância da adopção de uma atitude crítica.

A partir de um olhar amplo e abrangente sobre a contínua *revolução urbana* apresentada por Lefebvre (2003 [1970]), enquadrámos e particularizamos neste Capítulo 1 o processo de urbanização na região da África Austral, em Moçambique e, especificamente, em Maputo (subcapítulo 1.1.), bem como a sua expressão territorial (subcapítulo 1.2.), indo ao encontro do nosso caso de estudo, da sua génese e progressiva transformação. Seguindo o duplo movimento de *centralização* e *fragmentação* que marca o fenómeno urbano, reorientámos o nosso olhar para o carácter específico dos lugares próximos dos centros. Aqui, uma ordem, simultaneamente próxima e distante, induz à revalorização e progressiva

renovação e gentrificação destes lugares estratégicos do ponto de vista de mercado e, em consequência, à luta pelo espaço (subcapítulos 1.2.1. e 1.2.2.). Face à violência e desigualdades sócio-espaciais que caracterizam estes processos, abrimos as portas do *direito à cidade* no sentido preconizado por Lefebvre (2012 [1968]) (subcapítulo 1.3.) e, por fim, apresentamos o recorte analítico que alicerça o desenvolvimento da pesquisa (subcapítulo 1.4.).

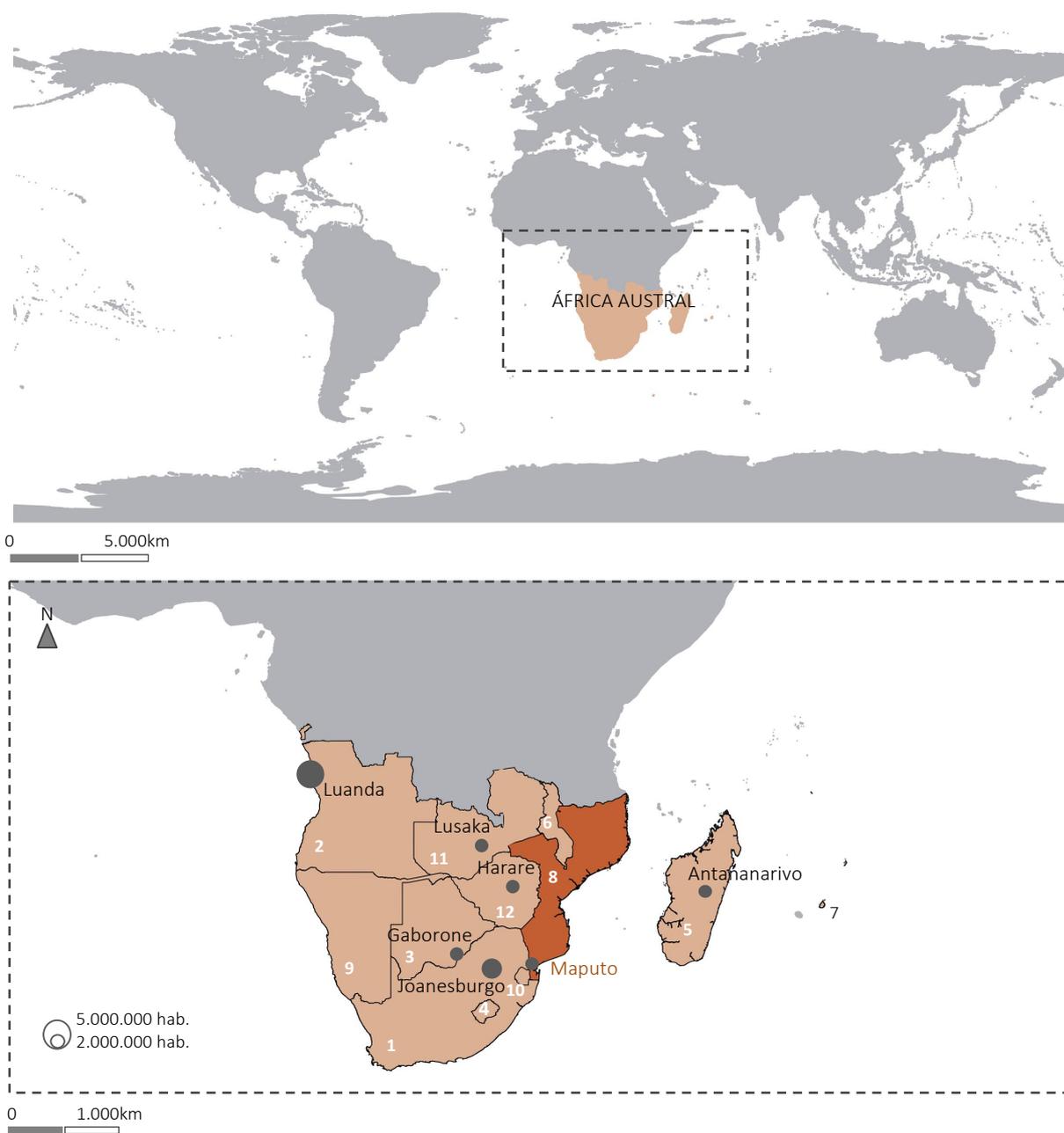
1.1. | A revolução urbana

A hipótese levantada por Lefebvre em 1970 de que estaríamos perante a “urbanização completa da sociedade”¹ (2003 [1970]: 1) – hoje virtual, amanhã real – tem vindo a confirmar-se. A maioria da população mundial é hoje urbana e prevê-se que continue a aumentar pelo menos até 2050, em especial no continente africano (United Nations, 2014a). A atual região menos urbanizada do mundo poderá ver nas próximas décadas a sua população urbana multiplicar, segundo taxas de urbanização variáveis. De acordo com as Nações Unidas, só na África Austral a taxa de variação média para o período entre 2010-2015 varia entre 0.5% negativos, no Zimbawe e na Maurícia, e 2.3% positivos, na Namíbia (*Idem*: 20-21). Moçambique regista uma taxa de variação média de 0.8% em igual período, antevendo-se um aumento da população urbana de 32% (referente a 2014) para 49% em 2050 (*Idem*: 20). Apesar deste tipo de projeções basear-se, de acordo com Potts (2012: 15), num conjunto de dados imprecisos e, em alguns casos, enganadores, dá-nos conta do processo de urbanização acelerada que muitos dos países desta região atravessam, sobretudo ao nível das suas capitais. Luanda – a mais populosa – pode hoje estar próxima dos 5 milhões de habitantes, Maputo dos 2 milhões², o que significa, neste último caso, que a sua população praticamente duplicou nos últimos 20 anos (United Nations, 2014c: 271) (ver figura 01).

Como relembra Martins (2004 [1999]: 11), a *sociedade urbana* de que nos fala Lefebvre está em processo de transição, não existindo enquanto realização plena, mas enquanto possibilidade. Tratando-se de um processo em aberto, diferentes sociedades percorrem de maneira específica o que se chamou de *revolução urbana*, vivendo-a de acordo com as suas diferenças, em função sobretudo da estrutura económica, social e política de cada país, bem como da sua superestrutura ideológica (Lefebvre, 2003 [1970]: 138). Com efeito, a industrialização, que Lefebvre definiu em 1968 como o incontestável “motor das transformações sociais desde há um século e meio” (2012 [1968]: 17), chega

¹ Tradução livre de ‘*society has been completely urbanized*’.

² Somatório da população residente nas cidades de Maputo e Matola.



Legenda | 1. África do Sul; 2. Angola; 3. Botswana; 4. Lesoto; 5. Madagáscar; 6. Malawi; 7. Maurícia; 8. Moçambique; 9. Namíbia; 10. Suazilândia; 11. Zâmbia; 12. Zimbabué.

Figura 01 | Países da região da África Austral e respetivas capitais com mais de um milhão de habitantes.

Fonte | Autora (2016), a partir dos dados populacionais apresentados pelas Nações Unidas para 2010 (2014c: 270-271).

aos países da África Austral por via da colonização – tendo em vista a conquista de novos mercados, fontes de matérias-primas e mão-de-obra barata ou escrava –, mas a sua preponderância foi aqui bem distinta da dos chamados *países industrializados* (ver Vindt, 1999; Reis, 1987).

No caso da África Austral, a maioria das cidades é de origem colonial (século XIX/XX), tendo sido sobretudo aí que se instalaram as administrações nacionais e se desenvolveram as trocas comerciais durante os respetivos regimes (Caldwell, 2010: 563). Em Maputo – então Lourenço Marques –, o primeiro grande impulsionador do desenvolvimento urbano foi a descoberta de ouro no Transvaal, na segunda metade do século XIX. A partir de então, tornou-se do interesse do Estado colonial, mas também dos seus aliados – a Inglaterra e a África do Sul³ –, consolidar a vertente comercial e portuária da vila, conferindo-lhe uma outra dimensão política e económica (Morais, 2001: 69; Vanin, 2013: 35-36). Elevada a capital da colónia em 1907⁴, o seu crescimento, mais ou menos lento, esteve até meados do século XX intrinsecamente ligado à economia ferroviária, portuária, agrícola e, sobretudo, mineira (Oppenheimer e Raposo, 2002: 15). Só a partir da década de 1950⁵, seguindo a tendência da maioria dos países africanos (Clarke, 2009: 261), o processo de urbanização ganhou maior expressão com a adopção de uma nova política de modernização da economia colonial (Mendes, 1985: 246-247). Segundo Oppenheimer e Raposo (2002: 15), o investimento na indústria, o fraco desenvolvimento rural, o aumento das taxas de fecundidade nas áreas rurais e a crescente pressão exercida sobre a terra, foram alguns dos principais fatores de aceleração da urbanização até à independência do país. Cerca de metade dos países da África Austral conquistou a independência na década de 1960⁶, mas esta apenas chegou a Moçambique e Angola em 1975, após dez anos de conflito armado⁷ (1964-1974) e o ‘25 de Abril de 74’.

O período que se seguiu à declaração da independência de Moçambique é marcado por uma forte instabilidade política e económica na maioria dos países da África Austral. Nos primeiros anos da década de 1970, o fim do Sistema de *Bretton Woods*⁸ inaugurou um período de viragem económica à

³ No século XIX, Portugal estabeleceu alianças com alguns países, como a Inglaterra e a África do Sul, e fundou o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, com vista a promover a construção de grandes infraestruturas, como o caminho-de-ferro do Transvaal, que ligaria Lourenço Marques a Pretória e Joanesburgo (Vanin, 2013: 36-37).

⁴ Através da “Reorganização Administrativa da Província de Moçambique”, a 23 de Maio (Iglesias, 2006: 307).

⁵ Em 1950, segundo as Nações Unidas, cerca de 60% da população urbana concentrava-se nos chamados *países industrializados*, enquanto o continente africano apenas contribuía com 3% do total (United Nations, 2012). A diferença aumenta se considerarmos países como Moçambique, onde a população urbana não ultrapassava os 2%.

⁶ Foram exceção o Zimbábue (1965-1980) e a Namíbia (1990) (ver Cooper, 1996).

⁷ O conflito armado entre as forças de guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e as Forças Armadas de Portugal teve início oficialmente em 1964, com os primeiros ataques na região de Mueda. Terminou com um cessar-fogo em Setembro de 1974, sendo a independência de Moçambique formalizada a 25 de Junho de 1975 (ver Newitt, 1995).

⁸ O sistema de *Bretton Woods* estabeleceu em 1944 as regras, as instituições e os procedimentos de regulação da política económica entre os países mais industrializados, permitindo aos governos desses países implementar políticas monetárias e

escala internacional, com fortes repercussões no continente africano, cuja economia, como sublinha Arrighi (2002), entrou em colapso em 1975. Em plena Guerra Fria, Moçambique estava envolvido numa luta de poderes entre o então bloco soviético, de quem era aliado, e o bloco ocidental, representado localmente pela África do Sul, pela Namíbia e pela Rodésia. Após um curto ciclo de recuperação económica (1977-1981), o país mergulhou num ciclo de recessão e numa crise profunda, gerada por um conjunto alargado de fatores endógenos e exógenos – analisado por vários autores, como Chichava (2011: 15), Oppenheimer e Raposo (2002: 16-17) – dos quais destacamos a “guerra dos dezasseis anos”⁹ (1977-1992) e as calamidades naturais (secas e inundações cíclicas). De acordo com Lopes [*et al.*] (2007), a guerra e a consequente insegurança nas zonas rurais, a pobreza aí instalada e a centralização dos principais serviços nos centros urbanos, constituem os principais indutores do crescimento urbano no período pós-independência, marcado pelo êxodo rural.

Face a este cenário, Moçambique, tal como grande parte dos países vizinhos (Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Zâmbia e Zimbabwe), submeteu-se na década de 1980, sob pressão do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial¹⁰, a um programa de ajustamento estrutural que, de acordo com Latouche (1998: 24), também acabaria por conduzir milhões de pessoas do campo para os meios urbanos na procura de melhores condições de vida – “os naufragos do desenvolvimento”¹¹. Numa primeira fase, a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) incidiu sobretudo ao nível dos instrumentos monetários e financeiros (desvalorizações, restrição fiscal) e do quadro económico de base (privatizações, liberalização dos mercados), com impacte no aumento dos níveis de desemprego e da pobreza, levando, em 1990, à inclusão da dimensão social ao PRE em curso (ver Oppenheimer e Raposo, 2007). A economia urbana de Maputo passou, em traços gerais, a caracterizar-se: pelo acentuar da dicotomia entre as grandes empresas e organizações, geralmente em representação dos interesses transnacionais, e as pequenas empresas, apoiadas no trabalho não qualificado e orientadas para a redução dos seus custos de produção; bem como pelo aumento das atividades ditas *informais*¹² (ver Vletter, 1996; Chichava, 1997; Lopes [*et al.*], 2007).

fiscais, bem como sustentar programas sociais e de geração de emprego, sem perigo de fuga de capitais (Chomsky, 1998: 149-150). Este sistema foi suspenso por Richard Nixon em 1971, ao cancelar a convertibilidade direta do dólar em ouro.

⁹ Conflito armado, conhecido como “guerra dos dezasseis anos” ou “guerra de desestabilização”, travado entre o partido no poder – a Frelimo – e a Renamo (ver Geffray, 1991). Terminou a 4 de Outubro de 1992, com a assinatura do Acordo de Paz.

¹⁰ As negociações entre Moçambique e o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial iniciaram em 1983, tendo-se avançado para a implementação do Programa de Reabilitação Económica quatro anos depois (ver Hanlon, 1996).

¹¹ Tradução livre do original ‘*les naufragés du développement*’.

¹² Para além de representar uma estratégia de sobrevivência para os grupos de menores recursos, alguns autores, como Vletter (1996) e Chichava (1998), leem este aumento do sector *informal* como uma fuga, por parte de alguns agentes económicos, às altas taxas aduaneiras e aos níveis salariais formais mais elevados, bem como uma oportunidade para alguns agentes do sector público tirarem proveitos em seu benefício próprio, abrindo espaço a práticas clientelistas e de corrupção.

Decorridas três décadas de consolidação de uma economia de mercado neoliberal – marcada em traços gerais pela crescente globalização, pela redução das despesas públicas, pela hegemonia da propriedade privada individual, pelo aumento das privatizações¹³, das parcerias público-privadas e da mobilidade do capital financeiro além-fronteiras (ver Harvey, 2005, 1989b) –, desenha-se nos últimos anos um quadro de crescimento económico sem precedentes na maioria dos países da África Austral, todavia assente no aumento das desigualdades sociais e no agravamento dos problemas urbanos, em parte decorrentes da falta de serviços e infraestruturas básicas (ver Parnell e Pieterse, 2014; Kayizzi-Mugerwa [*et al.*], 2014). Em Moçambique, esta retoma económica¹⁴, sistematicamente referida pelo governo e pelas agências internacionais, está associada à descoberta e exploração de recursos naturais globalmente estratégicos¹⁵, com forte impacte no desenvolvimento e transformação da capital (ver Raposo [*et al.*], 2012; Jenkins, 2013), à qual continua a afluir, de forma massiva, população vinda dos meios rurais, atraída pela vida urbana e por uma hipotética ascensão social. Estima-se que Moçambique se torne nos próximos anos um “país de renda média” (ver Aaboe e Kring, 2013), embora continue a ser um dos países mais pobres do mundo¹⁶, registando-se nos últimos anos um aumento das desigualdades, da criminalidade e do desemprego (Pereira e Nhanale, 2014; PNUD, 2014). Para alguns autores, como Castel-Branco [*et al.*] (2015)¹⁷, estamos perante uma “bolha económica”, ou seja, uma rápida e insustentável expansão da economia com base no aumento da dívida e na especulação.

¹³ No caso de Moçambique, com exceção da terra, a vaga de privatizações estendeu-se praticamente a todos os sectores anteriormente nacionalizados. Segundo Pitcher (2002: 147), em pouco mais de três anos (1987-2000), cerca de 1000 empresas, sobretudo as de pequena e média dimensão, foram adquiridas por empresários moçambicanos, na sua maioria políticos e militares, enquanto as de grande dimensão tenderam a ficar sob a alçada dos interesses estrangeiros. Outras fontes avançam com valores superiores. Cramer (2001: 79), por exemplo, aponta para a privatização de 1400 empresas apenas na década de 1990.

¹⁴ O desempenho económico é lido a partir do que Castel-Branco (2011: 19-20) define como “um conjunto muito restrito e estéril de indicadores”, nomeadamente a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, a taxa de inflação, o controlo do défice fiscal, dentro de certos parâmetros predefinidos, a estabilidade monetária e o nível das reservas externas. A ênfase no “bom desempenho” oculta ou relativiza a dependência externa e a insustentabilidade estrutural associadas às estruturas e dinâmicas criadas (ver Castel-Branco, 2010, 2011; Ossemame, 2010).

¹⁵ Relativamente ao impacte da descoberta e exploração de recursos naturais na economia moçambicana – a que mais cresceu nos últimos anos na África Austral –, ver entrevista a Stumpf, autor do estudo *Matérias-primas oferecem considerável crescimento económico a Moçambique* (2014), realizada por Cascais em Agosto de 2014, disponível em: <http://www.dw.de/mo%C3%A7ambique-%C3%A9-uma-das-locomotivas-do-crescimento-econ%C3%B3mico-em-%C3%A1frica/a-17841511>.

¹⁶ Dados oficiais apresentam uma redução da população em pobreza absoluta de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003 ou 51,5% em 2008 (Waterhouse, 2010: 104), mas o relatório publicado em 2009 pelo Fórum Nacional *Mecanismo Africano de Revisão dos Pares* (MARP) aponta para o seu aumento generalizado (Hanlon, 2010: 173).

¹⁷ Na palestra dedicada à sustentabilidade e transformação macroeconómica da política pública, proferida por Carlos Castel-Branco, Fernanda Massarongo, Carlos Muianga, Nelsa Massingue, Oksana Mondlate, Rosimina Ali e Epifânia Langa, a 31 de Março de 2015, no quadro da Conferência *Economia e Governança: Desafios e Propostas*, promovida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Observatório do Meio Rural (OMR). Apresentação disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2015/IESE_Macro_CNCB.pdf.

A intensificação da própria condição de cidade e a reprodução da pobreza são hoje os principais motores da *revolução urbana* em curso na África Austral e, especificamente, em Moçambique (ver Gugler, 1997; Bouare, 2006). Determinante para a sobrevivência do capitalismo, o contínuo processo de urbanização, marcado pela disseminação das relações de produção e da lógica capitalista (crescimento económico), bem como pela destruição das particularidades locais em favor da *homogeneização* que viabiliza a constituição de um mercado global, gerou o que Fortuna define como um “conflito do urbano consigo mesmo” (2012: 11). Independentemente da sua latitude, a crise da cidade de hoje, confrontada com os seus próprios excessos, necessidades e aspirações, reside, de acordo com vários autores, como Bourdin (2011) e Choay (2011), na forma como gera e perpetua profundas desigualdades e como as políticas e práticas dominantes se revelam incapazes de as ultrapassar ou minorar.

Dentro da perspectiva da produção capitalista do espaço há, no entanto, diferentes leituras do urbano e da urbanização. Costa (2003: 9-11) distingue pelo menos duas: uma economicista, realizada por autores como Castells (1972), Harvey (1975) e Lojkine (1976), na linha da designada economia política urbana, na qual o espaço é lido como produto do capital e o desenvolvimento das cidades é pensado como suporte às necessidades de circulação; e a proposta por Lefebvre (ver 2003 [1970], 2001 [1972]), para quem o espaço não se resumia às relações sociais de produção, nem a urbanização ao processo de disseminação do urbano. Na linha de Lefebvre, a noção de *produção* não tem um sentido único, ela possui uma dupla dimensão que advém do facto dos homens em sociedade produzirem *produtos*, enumerados, apreciados e trocados em dinheiro, e *obras*, referindo-se a tudo o resto que não tem valor de troca (Lefebvre, 2001 [1972]: 79-80). De acordo com Godoy (2008: 126), apesar da categoria trabalho assumir um papel central em ambas as leituras, a de Lefebvre considera que o carácter estritamente instrumental do trabalho, atribuído pelo primeiro grupo de autores, imprime às noções de homem e de natureza uma dimensão unicamente material, impossibilitando a *superação* das contradições do modo de produção capitalista em direção a uma sociedade libertária. Assim, entendemos o urbano como o espaço onde se processam as duas esferas de produção – *produto* e *obra* –, que historicamente se interligam em diferentes graus e intensidades, consoante o estágio de desenvolvimento das forças produtivas (ver Limonad, 1999). Como sublinha Lefebvre (1973: 5), a sociedade capitalista não é uma totalidade consumada, mas sim uma totalidade aberta, nunca acabada.

1.2. | A cidade à escala dos lugares

Mas como se expressa espacialmente a urbanização? Segundo Limonad (1999), em duas escalas: a cidade, na escala dos lugares, e a rede urbana, na escala territorial. A primeira, a da cidade, sobre a qual recai sobretudo o nosso olhar, é, de acordo com Lefebvre (2001 [1972]: 51), o lugar onde se produzem as diversas *Obras*, inclusivamente o que dá sentido à produção – as necessidades e os prazeres –, e, simultaneamente, onde são produzidos, trocados e consumidos os bens, retomando a dupla dimensão da produção. Descreve-a como “um *espaço*, um *intermediário*, uma *mediação*, um *meio*, o mais vasto dos meios, o mais importante”¹⁸ (*Idem*: 86). A segunda escala, a que Lefebvre se refere como *rede de cidades* (2012 [1968]: 18-19) e mais recentemente Soja (2000, 2011) como *postmetropolis*, é o efeito combinado da estruturação territorial da produção e da disseminação do urbano como um modo de vida (Limonad, 1999: 87). Estamos perante o que Lefebvre designa de processo induzido de *implosão-explosão* da cidade (2012 [1968]: 23), ao qual alguns autores, como Oppenheimer e Raposo (2002: 22), aludem para descrever o caso de Maputo.

O fenómeno urbano estende-se sobre o território, formando um *tecido urbano*¹⁹ cada vez mais denso e, ao mesmo tempo, cada vez mais diverso, complexo e fragmentado (Lefebvre, 2012 [1968]: 23-24). As formas que assume dependem de cada contexto histórico-geográfico, mas são sobretudo resultado dos contornos específicos do conflito cidade-campo e do “conflito do urbano consigo mesmo” a que nos referimos anteriormente (Fortuna, 2012: 11). Mabin, Butcher e Bloch (2013: 168) identificam na região da África Austral o que definem como distintas “formas suburbanas de vida”²⁰, onde o rural e o urbano se entrecruzam e interpenetram. No caso de Maputo, a cidade expande-se em redor do núcleo antigo, de origem colonial, em mancha de óleo, desenhando uma periferia progressivamente mais longínqua, que acaba por encontrar outros aglomerados vizinhos e formar o que alguns autores definem como Área Metropolitana de Maputo²¹ (Jenkins, 2000a, 2012) ou Grande Maputo²² (Macucule, 2010) (figura 02). Segundo diferentes prismas e olhares disciplinares, são vários os autores que se têm dedicado a analisar este processo de expansão, tais como Araújo (1999), Jenkins (2000a, 2000b, 2013), Oppenheimer e Raposo (2002, 2007), Andersen e Jenkins (2012) e Melo²³ (2015).

¹⁸ Em itálico conforme a fonte.

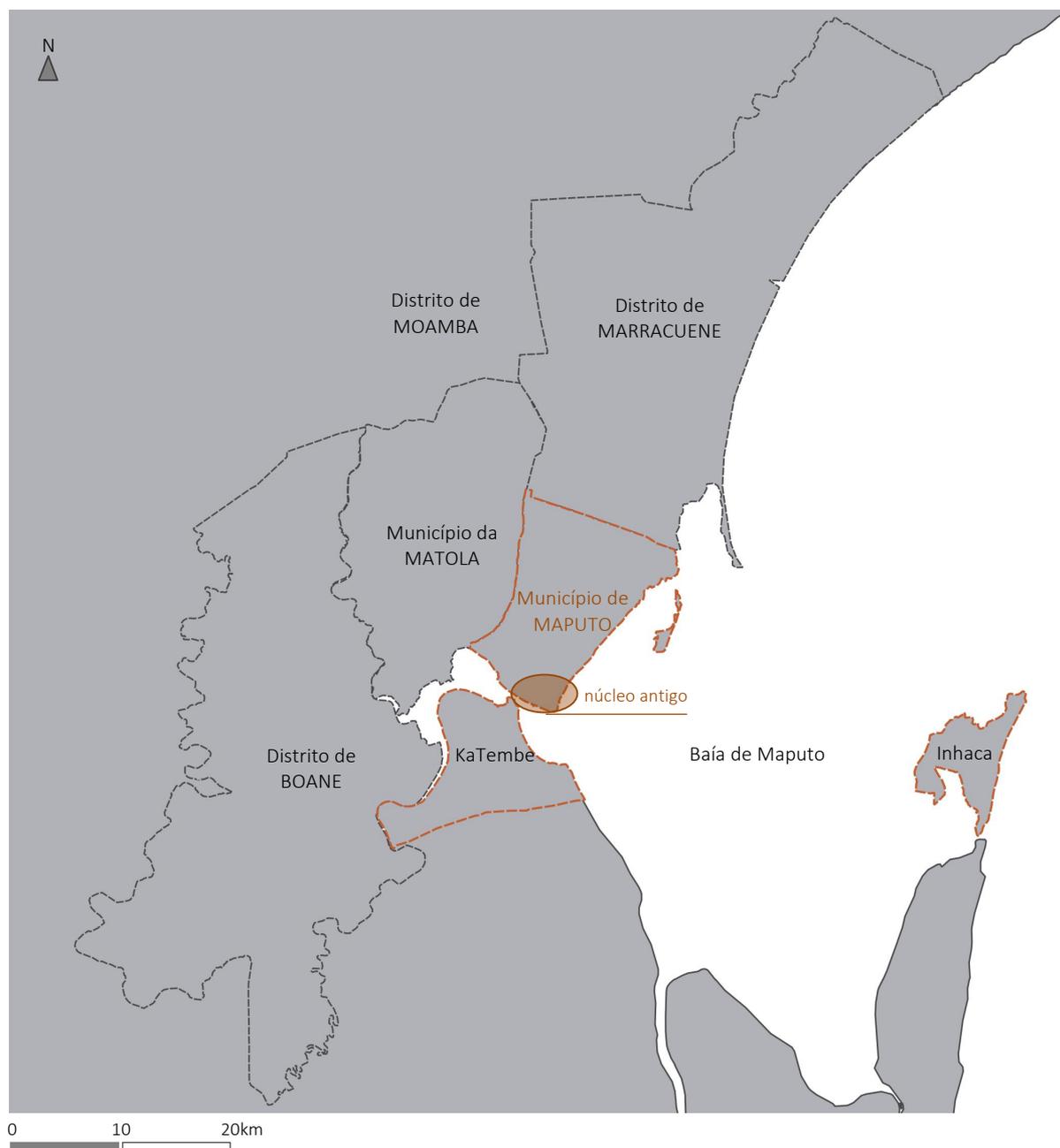
¹⁹ Na linha de Lefebvre, esta noção não se limita à morfologia, constitui o suporte da sociedade urbana (2012 [1968]: 24-25).

²⁰ Tradução livre de ‘*suburban ways of life*’.

²¹ Segundo Jenkins (2000a, 2012), a Área Metropolitana de Maputo compreende os municípios de Maputo e da Matola.

²² Segundo Macucule (2010), o Grande Maputo compreende dois municípios – Maputo e Matola – e três distritos – Boane, Marracuene e Moamba.

²³ A tese de doutoramento desenvolvida por Melo assume particular destaque por se dedicar especificamente à expansão de grandes cidades da África Austral, tendo como caso de estudo a cidade de Maputo e como casos de controlo as cidades de Luanda (Angola) e Joanesburgo (África do Sul), abrindo o espectro de análise.



Legenda | - - - - limite administrativo de Maputo; - - - - outros limites administrativos.

Figura 02 | Municípios de Maputo e da Matola e distritos limítrofes de Boane, Marracuene e Moamba.

Fonte | Autora, 2016.

Fruto das relações desiguais de exploração e dominação que marcaram o período colonial, Maputo é uma criação do capitalismo, não uma “bela”²⁴ obra no sentido atribuído por Lefebvre a algumas cidades anteriores à industrialização (2012 [1968]: 17). Atravessa, como destacámos anteriormente, diferentes conjunturas políticas e económicas, mas as desigualdades sociais, inerentes ao próprio processo de produção capitalista – como mostram Smith (2008 [1984]) e Harvey (1999, 2010) através da teoria do *desenvolvimento geográfico desigual* –, não se esbatem, antes pelo contrário. Referindo-se ao caso particular de Maputo, Jenkins e Wilkinson (2002: 46) e Oppenheimer e Raposo (2007: 25) consideram que as desigualdades tendem a acentuar-se no atual contexto neoliberal e, conseqüentemente, a gerar e perpetuar processos e formas urbanas também marcados por fortes diferenças sócio-espaciais²⁵. À semelhança de outras cidades africanas, mas também de tantas outras regiões do mundo – como descreve Davis (2006) em *Planet of Slums* –, a periferia expressa, nas palavras de Lefebvre (2012 [1968]: 30), “uma urbanização desurbanizante e desurbanizada”. Vários autores têm analisado os fenómenos de exclusão e segregação sócio-espaciais associados à periferização da capital moçambicana (ver, p. ex, Jenkins e Wilkinson, 2002; Oppenheimer e Raposo, 2002; Raposo e Salvador, 2007; Raposo, 2007a; Vivet, 2012; Jorge e Melo, 2014).

Contudo, a dicotomia *centro-periferia* não esgota a diversidade de situações presente no *tecido urbano*, sobretudo quando este assume uma escala territorial (Domingues, 1994/5; Sposito, 2011). Quer Mabin, Butcher e Bloch (2013), referindo-se às cidades africanas no geral, quer Raposo e Salvador (2007) e Melo (2015), focadas em Maputo, mostram como o que designamos de *periferia* se revela antes de mais um espaço fragmentado e diverso, onde se justapõem desde condomínios fechados, até ao que se designa de *slum*, *informal* e/ou *ilegal*, a nível internacional, ou *caniço*²⁶, específico de Moçambique. Estas denominações, usadas geralmente com um sentido pejorativo, revelam-se demasiado generalistas e redutoras, sendo por isso postas em causa por vários autores (Gilbert, 2007; Souza, 2011; Raposo, 2012; Groenewal [et al.], 2013, entre outros). Por exemplo, a UN-Habitat (2010a: 11) refere indiferenciadamente que cerca de 80% da população total de Maputo reside em *slums*²⁷, apontando apenas a escala das possíveis carências destes espaços, nomeadamente a falta de segurança de posse da terra, a falta de acesso a uma habitação durável, a água ou

²⁴ Lefebvre refere-se a algumas cidades anteriores à industrialização como “as obras mais “belas” da vida urbana”, adjetivando-as de “belas” por as considerar *obras* mais do que *produtos*, tendo em conta a dupla dimensão que atribui à produção do espaço (2012 [1968]: 17).

²⁵ Adoptamos a terminologia sócio-espacial, com hífen, e não socioespacial, sem hífen, dentro da linha de Souza, referindo-nos assim simultaneamente ao espaço e às relações sociais que o produzem (2007: 112).

²⁶ Até às décadas de 1960 e 1970, a maioria das construções em redor do centro da cidade era feita em caniço (capim), daí a designação de *cidade de caniço* ou simplesmente *caniço*, em contraponto com a *cidade de cimento*. Hoje as construções são geralmente em bloco de cimento e/ou chapa de zinco.

²⁷ A designação de *slum*, recomendada pela UN-Habitat, refere-se às áreas que carecem de pelo menos uma das seguintes condições: segurança da posse da terra; habitação adequada/durável; acesso a água adequado; acesso a saneamento adequado (UN-Habitat, 2003: 9-10).

saneamento adequados. Como refere Raposo (2012: 111), esta leitura negativa corresponde a uma visão excludente da cidade: “não seguem as formalidades oficiais, não são legais, nem estão registados”; “não se integram nas normas de construção e fundiárias [estabelecidas]”; “não se integram no mercado formal”; “não correspondem aos modelos e padrões da cidade higienista, planificada, asfaltada, infraestruturada, urbanizada, moderna, formal”; “não são considerados dignos”; “não são estáveis nem seguros”.

Groenewald [*et al.*] (2013: 107) e Ângela Mingas²⁸ destacam a necessidade de ampliar as dimensões de análise destes espaços, integrando, para além das suas faltas ou carências, os ganhos e as aspirações de quem os habita, bem como o que lhes dá identidade. Já em 1970 Lefebvre referia a importância da “amplitude” e da “vida pujante” do que chamou de *ciudades espontâneas* (1978 [1970]: 104) ou *formas silvestres*²⁹ (1991 [1974]: 374), postas em causa pelo funcionalismo das então cidades novas. Neste sentido, alguns autores, como Kapp (2012), Tostes (2011), Kapp e Silva (2012), centrados no contexto brasileiro, ou Raposo (2012), no contexto português, e Raposo [*et al.*] (2012), Jorge e Melo (2014)³⁰, direcionadas para Moçambique, recorrem à noção de *autoprodução* como forma de ampliar a percepção destes espaços. Nesta tese adoptamos a noção de *autoprodução* em associação com a de *bairro*, formando a combinação *bairro autoproduzido*: a primeira é usada no sentido que lhe atribui Nelson dos Santos (1985, 1988), como escala intermédia entre a rua e a cidade e, simultaneamente, como espaço que transporta uma carga histórico-social, descrito por Lefebvre como “o ponto de contacto mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social”³¹ (1978 [1970]: 200-201); a segunda remete para o processo e a autoria, o *autoplaneamento* e a *autogestão* a que alude Souza (2011: 155), bem como para a *autonomia* e *autossuficiência* que, até certo ponto, estes espaços representam ou podem representar.

Tendo como referência o caso de Maputo, observamos que os próprios bairros autoproduzidos constituem um universo heterogéneo e que desde cedo se distinguiram os diferentes tecidos que foram formando. Segundo Chichava (1997), para além da dicotomia *cidade de cimento* e *cidade de*

²⁸ Arquiteta, desenvolve no Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitetura da Universidade Lusíada de Angola uma nova “abordagem patrimonial à questão dos musseques em Luanda”. Um debate dedicado ao tema, promovido pela organização não-governamental *Development Workshop* (DW), realizado a 25 de Abril de 2014, encontra-se disponível em: <https://archive.org/details/DwDebate20140428AngelaMingas-AbordagemPatrimonialAQuestaoDos>.

²⁹ Tradução livre de ‘*wild forms*’.

³⁰ Estas autoras, nas quais nos incluímos, integram o Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual) do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA-UL), que se dedica especificamente à análise destes territórios, tendo como referência quer o contexto português, quer o moçambicano e angolano. Mais informação disponível em: <http://www.gestual.fa.utl.pt>.

³¹ Tradução livre de: “*el punto de contacto más accesible entre el espacio geométrico y el espacio social*”.

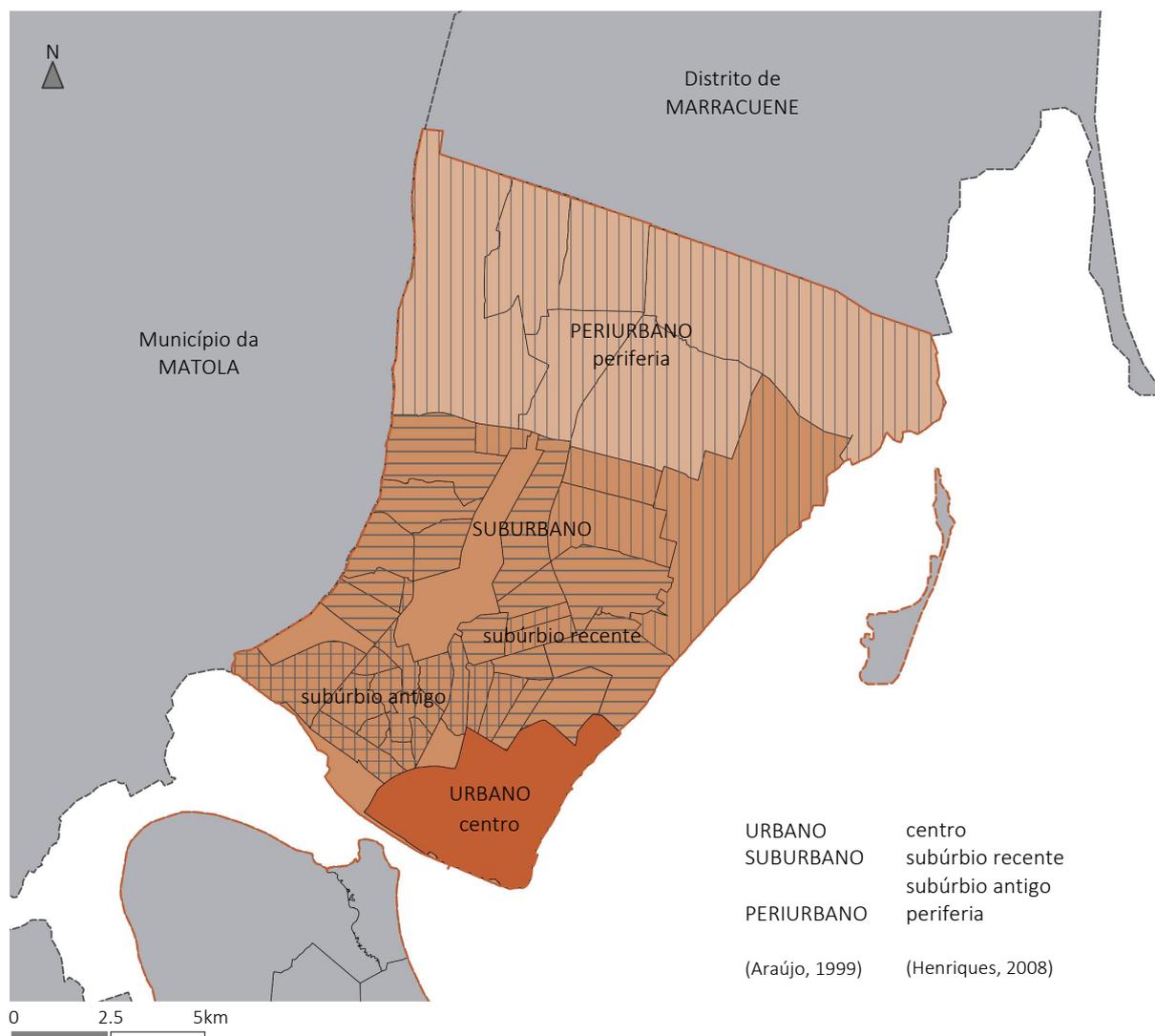
*caniço*³², a administração colonial distinguia os bairros que envolviam o centro, designados de *subúrbios*, dos mais distantes, de cariz rural, designados de *periurbanos*. Após a independência, alguns autores, como Araújo (1999) e Jenkins (2000a), sublinham esta mesma diferenciação. Araújo (1999: 178-180), por exemplo, distingue três tecidos distintos, tendo em conta os tipos e formas de construção, as infraestruturas, a densidade de ocupação e o tipo de atividade económica predominante: o *urbano*, que coincide com o atual distrito de KaMpfumo³³, também designado de centro; o *suburbano*, imediatamente adjacente, com uma densidade de ocupação elevada e falta de infraestruturas básicas; e, por fim, o *periurbano* (incluindo a KaTembe e a ilha de Inhaca), com uma densidade de ocupação mais baixa e uma atividade agrícola ainda intensa (ver figura 03). Mais recentemente, Henriques (2008: 161-165) identifica ainda, por via das tecnologias de informação geográfica, outra tipologia de espaços, tendo em conta um conjunto de perspetivas demográficas, habitacionais, de uso e transformação do solo ao longo do tempo³⁴. Para além de aprofundar as categorias consideradas por Araújo (1999) e Jenkins (2000a), esta autora distingue o *subúrbio antigo* do *subúrbio recente*: o primeiro composto por bairros densamente ocupados, habitações com baixo nível de infraestruturização e materiais precários, distribuídas por áreas não planificadas e habitadas por uma população com nível de escolaridade baixo e relativamente envelhecida, apresentando uma taxa de alteração dos usos do solo relativamente fraca; o segundo composto por bairros de ocupação mais recente, alguns de forma “espontânea”, outros já planeados ou submetidos a intervenções de reordenamento, com uma maior concentração de habitações sem eletricidade e sem água canalizada, registando em contrapartida significativas alterações de uso do solo entre 1964 e 1983 (*Idem*: 163-165) (ver figura 03). Relativamente ao centro, Henriques (*Idem*: 163) destaca a predominância de habitações plurifamiliares e algumas unifamiliares infraestruturadas, segundo um traçado ortogonal, habitadas por uma população com um nível de escolaridade mais elevado, bem como uma maior concentração de equipamentos de saúde e educação, espaços de lazer, áreas administrativas, comerciais e serviços. Contudo, como sublinha Araújo (1999: 177-178), estes limites não são estáticos, estão em constante transformação.

Não sendo a cidade uma estrutura monolítica e inalterável, a sua metamorfose dá-se por via do que Lefebvre designa de *centralidade*, entendida, não como uma oposição absoluta entre *centro-periferia*, mas como um *movimento dialéctico* essencial no fenómeno urbano (2003 [1970]: 116). A noção de

³² A dicotomia *cidade de cimento* e *cidade de caniço* era usada para diferenciar dois tecidos distintos da cidade: o primeiro, onde viviam os colonos, erigido em materiais perenes, como o cimento; o segundo, onde viviam os nativos, construído em materiais perecíveis, como a madeira, o capim e o caniço.

³³ Ao nível administrativo, o município de Maputo é dividido em sete distritos urbanos – KaMpfumo, Nihamankulu, KaMaxaquene, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe, KaNyaka –, que, por sua vez, se subdividem em bairros.

³⁴ Ao nível da transformação do uso do solo, Henriques (2008: 155) considerou os períodos compreendidos entre 1964 e 1973, 1973 e 1982, 1982 e 1991 e entre 1991 e 2001.



Legenda | - - - - limite administrativo de Maputo; - - - - outros limites administrativos; ■ urbano/centro; ■ suburbano
 ■ periurbano; ||| periferia; ≡≡≡ subúrbio recente; ≡≡≡≡≡ subúrbio antigo.

Figura 03 | Diferentes tecidos identificados por Araújo e Henriques para a margem Norte de Maputo.

Fonte | Autora (2016), a partir das tipologias propostas por Araújo (1999) e Henriques (2008).

centralidade, que desenvolveremos de seguida, servirá de base ao entendimento do processo de produção e transformação dos bairros autoproduzidos que circundam o centro da cidade de Maputo, processo esse que constitui o nosso objecto de estudo. Referimo-nos a eles como *bairros pericentrais autoproduzidos* e não *suburbanos*, devido ao sentido pejorativo que esta última designação transporta (ver Mabin [et al.], 2013; Raposo, 2007). O conceito de *pericentral*, usado em vários contextos (ver Grisoni-Niaki, 2002; Coudert, 2006), incluindo o de Moçambique, por Raposo e Jorge (2013) e Jorge (2015), refere-se precisamente aos espaços alvo de processos de valorização pela localização estratégica que ocupam do ponto de vista do mercado.

1.2.1. | As [peri]centralidades

Ao nível da produção capitalista do espaço, vários autores, dos quais destacamos Sassen (1991), Smith (1996) e Harvey (1999), reafirmam a importância da *centralidade* nos processos de estruturação do espaço urbano à escala global. Sassen (1991) recorre à teoria das *ciudades globais* para mostrar como a crescente complexidade dos fluxos económicos mundiais, decorrentes da globalização, gera redes transnacionais estratégicas e uma hierarquia de centros. Smith (1996), por sua vez, formula a hipótese da disseminação à escala global da gentrificação³⁵ dos centros urbanos, passando da condição de *anomia local* a *estratégia global* de acumulação de capital. Por fim, Harvey (1999) refere a emergência de um modo de regulação económica, denominado *regime de acumulação flexível*, fruto da conexão cada vez mais estreita entre o mercado de capitais e a propriedade imobiliária, a partir do qual se regem as novas *centralidades*. Para estes autores, a propriedade da terra em contexto neoliberal constitui um ativo económico idêntico aos títulos transacionados no mercado financeiro, assumindo características de *capital fictício*³⁶. Neste sentido, os centros urbanos, ao representarem espaços estratégicos de valorização do capital financeiro através da especulação imobiliária, desempenhariam um papel fundamental neste processo de acumulação.

Estas abordagens gerais permitem-nos identificar e apreender as relações entre os processos de estruturação urbana e a lógica mais ampla da circulação de capital. Todavia, de acordo com Pereira (2012: 7-10), a escala de análise e a preponderância atribuída aos fatores económicos acabam por

³⁵ Fenómeno amplamente estudado, caracterizado pela substituição de um tecido social por outro, geralmente de maiores recursos, na sequência de ações de reabilitação ou renovação urbana, inscritas na lógica de mercado (ver, p. ex., Smith, 1987, 1996, 2002; Ley, 1987; Hamnett, 1991; Deutsche e Ryan, 2015).

³⁶ A noção de *capital fictício*, trazida da economia, não está vinculada à produção, deriva de “processos de desenvolvimento do capital portador de juros”. Transposto para o espaço, refere-se à expectativa de valorização sobre determinado imóvel, quando, para além das motivações de acesso a uma habitação ou atividade de produção, se torna uma forma de investimento (ver Neri e Bueno, 2013).

reduzir o papel de outras dinâmicas e de outros agentes. A abordagem proposta anteriormente por Lefebvre, ao introduzir a dialéctica da *centralização-fragmentação* e ao não atribuir ao capital a condição de variável independente e total, ilumina possíveis resistências e insurgências capazes de romper com a lógica dominante (Pereira, 2012: 11). Lefebvre (1991 [1974]) considera a coexistência de duas dinâmicas do espaço urbano: a do *espaço abstrato* e a do *espaço social*. A primeira está associada à instrumentalização do espaço, expressando as estratégias de reprodução de capital e o perpetuar das relações sociais que o constituem, com vista à produção de mais-valias e ao controlo social (*Idem*: 352-353). Por sua vez, a dinâmica do *espaço social* é forjada a partir das práticas quotidianas, expressando a pluralidade dos modos de vida e das formas de *apropriação* do espaço (*Ibidem*). Numa abordagem similar, Milton Santos (2006 [2000]: 105-110; 2008 [1996]: 286) refere-se à intersecção entre *verticalidades* e *horizontalidades* ao nível das relações sociais: as primeiras entendidas como vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos sectores hegemónicos; as segundas resultantes da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, bem como da *contra-finalidade* localmente gerada.

Tendo em conta estas diferentes abordagens, podemos considerar que a cidade de Maputo ocupa um papel central tanto à escala territorial da Grande Maputo (ver Macucule³⁷, 2010, 2016), como de Moçambique, da África Austral ou, até mesmo, à escala mundial, enquanto capital de um país rico em recursos naturais globalmente estratégicos e em franco crescimento económico nos últimos anos (ver United Nations, 2013). Por outro lado, à escala da cidade, embora possamos considerar a existência de novas *centralidades* como as do Zimpeto, Xiquelene ou Xipamanine, o distrito de KaMpfumo, de origem colonial, persiste o centro por excelência (ver figura 04). Nele se concentram as atividades económicas de maior volume e capital, as sedes das grandes empresas e agências nacionais e multinacionais, os principais serviços e edifícios administrativos, bem como um maior número de equipamentos sociais e infraestruturas, decorrente do investimento público e privado na sua manutenção, recuperação ou construção (Raposo e Salvador, 2007: 109). Na linha de Lefebvre (2012 [1968]: 131), a *centralidade* assume aqui o seu duplo carácter: o de *lugar de consumo* e o de *consumo do lugar*. De acordo com Cardoso (2011: 16-17), tal significa que a concentração e a simultaneidade que daí advêm são materializadas no encontro de mercadorias, dos seus consumidores, incluindo os consumidores do espaço da própria cidade, e no encontro de decisões. Embora o *valor de uso* resista irredutivelmente a este processo de *centralização*, o que se diz e se escreve no espaço é, antes de

³⁷ A tese de doutoramento de Macucule (2016), desenvolvida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, centra-se no “processo-forma urbana, reestruturação e governança da Grande Maputo”.



Figura 04 | Centro da cidade de Maputo.

Fonte | Estúdio Criativo Anima, 2015.



Figura 05 | Capa da revista *Vida Imobiliária*, edição especial Moçambique.

Fonte | Vida Imobiliária (Fev. 2013).

mais, a linguagem das mercadorias, regida pelo *valor de troca*³⁸ (Lefebvre, 2012 [1968]: 131-132). Tudo tende a virar *produto*: o ar, a luz, a água e, em particular, a terra (ver figura 05).

Seguindo as reflexões de Lefebvre (2012 [1968]: 37-38; 2001 [1972]: 102-103), o Estado e o capital aliam-se na criação do *sistema unitário* e do *urbanismo total* em que se apoia o *espaço abstrato*, indutor de uma *racionalidade tecnológica e tecnocrática*. As contradições, que se acentuaram em contexto neoliberal, são expressas, de acordo com o autor, num alargado conjunto de oposições: *centralização e fragmentação, uso e troca, habitar e habitat*³⁹, *obra e produto, desenvolvimento crescimento*⁴⁰, *apropriação e dominação*, entre outras. Em constante estado de mobilização, o centro ora cria, ora destrói e recria a *centralidade* (Lefebvre, 1991 [1974]: 399). Por um lado, institui-se como centro de consumo e decisão, riqueza, informação e conhecimento, por outro, paralelamente à concentração das relações de consumo e de poder, intrinsecamente ligadas às relações de propriedade, fragmenta o espaço, gerando lugares permitidos ou recomendados e *lugares interditos* (1991 [1974]: 332, 366). A *centralidade* pretende-se total, mas não chega a todos (Lefebvre, 1973: 332-333), como nos mostra a expansão e transformação da cidade de Maputo ao longo do tempo (ver capítulos 2 e 3). Neste caso, os bairros pericentrais autoproduzidos refletem simultaneamente a incapacidade de subordinação completa à *racionalidade hegemónica*, o que Milton Santos (2008 [1996]: 309) denomina de *contra-racionalidade* – e que gera o lugar do nativo, do pobre, do excluído e do migrante –, e a procura incessante de produção de *espaço abstrato*. Como sublinha Lefebvre, a vizinhança dos centros assume um carácter socioeconómico claro e definido: assegurar a continuidade do *espaço abstrato* expulsando os que ameaçam a sua função meramente económica (2012 [1968]: 131; 1991 [1974]: 331).

A racionalidade, reflectida no *espaço abstrato*, é inerente ao processo de produção não só de mercadorias, mas também da divisão e organização do trabalho, dos modelos de comportamento e dos sistemas de valores que induzem ao consumo, assegurando o funcionamento global da sociedade e da economia, ou seja, representa uma ordem simultaneamente próxima e distante (Lefebvre, 2012 [1968]: 56; Milton Santos, 2008 [1996]: 284-285). Esta sobreposição conduz à distinção entre a escala da realização das ações e a escala do seu comando, uma vez que as ações exercidas num determinado lugar, nomeadamente nos bairros pericentrais, podem, como veremos ao longo da tese, ser resultado de uma cooperação mais ampla, a partir da qual se efetiva a expansão das relações de produção e da

³⁸ A distinção entre *valor de uso* e *valor de troca* deve-se a Adam Smith, filósofo e economista escocês do século XVIII. Em traços gerais, o *valor de uso* refere-se à utilidade que qualquer objecto possui, enquanto o *valor de troca* diz respeito ao poder de compra que a posse de um objecto transmite, ou seja, o custo da mercadoria (ver Harvey, 2009).

³⁹ Lefebvre (1991 [1974]: 159-160) propõe uma distinção entre *habitar*, fruto da *apropriação*, e *habitat*, associado à imposição e redução do espaço a uma “máquina de habitar”.

⁴⁰ De acordo com Lefebvre, a ideologia do crescimento, estritamente económica e quantitativa, apoia-se no fraco desenvolvimento, nomeadamente na institucionalização das relações sociais (1991 [1968]: 90).

lógica capitalista (Milton Santos, 2008 [1996]: 80). No caso de Moçambique, em particular de Maputo, destacamos dois momentos particularmente relevantes no estabelecimento desta cooperação: (1) a independência do país em 1975 e (2) a adesão ao programa de ajustamento estrutural promovido pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial em 1984, a partir da qual inicia o processo de liberalização económica e de democratização política, analisado por Mosca (2002), e o que alguns autores designam de *neocolonialismo*⁴¹ (ver, p. ex., Spivak, 1990; Harvey, 2003; Bah, 2014).

Num e noutro momento, cada Estado, um de pendor socialista⁴², outro de pendor neoliberal, trouxe consigo o seu recorte e a sua classificação administrativa dos discursos sobre o espaço, almejando produzir o espaço da sociedade ideal, unificada e homogénea a que alude Lefebvre (1991 [1974]: 280-282), através do recurso a metáforas como a do “consenso”, da “razão de Estado” ou, a partir de meados da década de 1980, do “espírito empresarial”. Num e noutro momento, reforçaram-se os vínculos entre o Estado e outras superestruturas, primeiro, em plena Guerra-Fria, com o então bloco soviético, depois, em pleno contexto neoliberal, com o grande capital, sob o desígnio da “ajuda internacional”⁴³ e, mais recentemente, da “economia emergente” (ver Castel-Branco, 2010). Seguindo a abordagem crítica de vários autores, como Harvey (2003: 54-55) e Rolnik (2015: 77-84), os créditos internacionais postos à disposição de Moçambique e de tantos outros países permitiram precisamente o estabelecimento das redes de empresas multinacionais e organizações não-governamentais⁴⁴ que hoje operam no país e com quem o Estado passou a partilhar a responsabilidade de planear e gerir o território (Raposo, 2007a: 222). Segundo relatórios do próprio Banco Mundial (ver, p. ex., World Bank, 1993), os governos deviam renunciar, por exemplo, o papel de provedores de habitação a custos controlados e assumir o papel de facilitadores de mercado, incentivando-se, não só a mercantilização e financeirização da habitação, como também a adopção de uma nova política urbana dirigida aos interesses de mercado, transmitida e implementada através dos pacotes de assistência técnica disponibilizados, muitas vezes a fundo perdido. Tal não significa, no entanto, que o Estado se tenha tornado mínimo. De acordo com alguns autores, como Kurz (1998) e Hibou (1998, 2011), quanto mais total for o mercado, mais total será o Estado.

⁴¹ Após os processos de independência, desenvolve-se à escala global a ideia da necessidade de modernização, refletida na dicotomia: países do *primeiro mundo* ou *desenvolvidos* e países do *terceiro mundo* ou *não desenvolvidos*. Daí surge a “ajuda ao desenvolvimento” e o que alguns autores designam de *neocolonialismo*, marcado pela adopção de uma forma indireta de domínio através da dependência económica (Augel, 2007: 145).

⁴² Na linha de Lefebvre (2012 [1968]) e de outros autores, como Chomsky (2005 [1970]) e Souza (2006a), diferenciamos o socialismo associado ao Estado do socialismo libertário, livre de qualquer dominação.

⁴³ Atribuímos à noção de ajuda externa o mesmo sentido que lhe atribui Castel-Branco (2011: 401), associando-a a políticas sociais e económicas e a reformas ou mudanças estruturais que incluem geralmente a estabilização das variáveis monetárias e o ajustamento dos mercados, com enfoque na liberalização e na privatização.

⁴⁴ Neste caso, atribuímos à noção de organização não-governamental o sentido que lhe atribuem Raposo e Ribeiro (2007: 175), ou seja, uma entidade à partida sem fins lucrativos, que intervém na esfera da competência do governo e se propõe prestar serviços às comunidades ou facilitar a comunicação entre o Estado e a sociedade civil.

No caso de Moçambique, desde 1975, com a independência, que o Estado é declarado constitucionalmente⁴⁵ o único e exclusivo proprietário da terra, negando-se a sua venda, hipoteca ou alienação⁴⁶. Ao contrário dos imóveis nacionalizados nos primeiros anos de independência⁴⁷, que têm sido alvo de um processo de alienação desde 1991⁴⁸, a posse do Estado sobre a terra⁴⁹ resistiu às várias alterações constitucionais (1990 e 2004), prevalecendo o seu direito de uso e aproveitamento. Marca da passagem de um “Estado popular” a um “Estado democrático” (Serra, 2013: 56), a Constituição de 1990 descriminalizou o mercado privado (artigo 41, n.º 1) e introduziu algumas alterações que visavam a adoção de um sistema multipartidário e descentralizado (artigos 31 e 77)⁵⁰, como a criação de órgãos locais com competências e poderes de decisão próprios⁵¹ (artigo 135). Simultaneamente, reconheceu e legitimou as práticas costumeiras (artigo 42) – o que designamos de *autoprodução* –, enquadradas em 1997 na Lei de Terras⁵², prevendo a titulação do direito de uso e aproveitamento da terra (artigo 48), bem como a expropriação em caso de “necessidade, utilidade ou interesse público”, com “justa indemnização” (artigo 86) (ver Capítulo 3).

De acordo com Francisco (2013: 101), a nova função atribuída ao Estado, aparentemente reguladora, permitiu converter as políticas públicas numa nova forma de intervencionismo da atividade económica, criada e fomentada em grande parte pelo partido no poder desde a independência – a Frelimo. Ao controlar o Estado⁵³, o partido controla os recursos naturais, globalmente estratégicos e com alto valor de mercado, bem como o principal ativo produtivo da população – a terra –, também alvo de um processo de valorização, particularmente intenso nos bairros pericentrais autoproduzidos. Segundo vários autores, como Francisco (2013: 102-103) e Waty (2011: 122), a atual Constituição subordina o poder político ao poder económico por via do controlo do acesso à terra, facto que não

⁴⁵ De acordo com a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 e a Constituição da República de Moçambique de 1990 e 2004.

⁴⁶ Segundo o artigo 109º da atual Constituição da República de Moçambique (aprovada a 16 de Novembro de 2004) e o artigo 3º da Lei de Terras (Lei n.º 19/1997, de 1 de Outubro).

⁴⁷ Através do Decreto-Lei n.º 5/1976, de 5 de Fevereiro.

⁴⁸ Após a publicação da Lei n.º 5/1991, de 9 de Janeiro.

⁴⁹ Samora Machel (1975 *apud* Francisco, 2013: 110), no discurso que fez em 1975 dedicado às nacionalizações, sublinhou a particularidade do regime de propriedade estatal: “Só a casa que nós construímos na terra é que nos pertence, é que é nossa propriedade. A terra não pertence a ninguém a não ser ao Povo, que é dirigido pelo Estado”.

⁵⁰ Vários autores têm-se dedicado à análise deste processo de descentralização, entre os quais Raposo (2007b), Forquilha (2008, 2009), Canhanga (2008), Rosário (2011), Brito (2011), Weimer [org.] (2012), Fauré e Rodrigues [orgs.] (2012).

⁵¹ Implementados com base na Lei dos Municípios (Lei n.º 3/1994, de 13 de Setembro), revogada pela Lei de Bases das Autarquias (Lei n.º 2/1997, de 18 de Fevereiro).

⁵² Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro.

⁵³ O controlo do Estado por um partido único tem sido sublinhado por vários autores, como Forjaz, numa entrevista dada ao jornal *Expresso* em Abril de 2013, e Castel-Branco, numa entrevista dada ao jornal *Público* em Março de 2014.

será indiferente ao aumento da corrupção e do conflito de interesses em contexto neoliberal⁵⁴ (ver Mosse, 2004; Hanlon, 2004), comum a outros países (ver Andvig, 2008; Uneke, 2010).

Sob influência das agências internacionais, Moçambique, à semelhança de outros países africanos, incorporou nas últimas décadas, através de profundas reformas legais, novos modelos de acesso, de planeamento e de gestão do solo urbano, distintos dos espaços preexistentes, na sua maioria autoproduzidos. Embora estes modelos sejam apresentados por académicos e agências internacionais como essenciais para a resolução dos problemas urbanos (ver United Nations, 2008a, 2010b, 2014c; World Bank, 2009; Alterman, 2014), eles têm, pelo contrário, conduzido ao agravamento das desigualdades (ver Berrisford, 2013). De acordo com vários autores, dos quais destacamos Souza (2011: 152) e Maricato (2013 [2000]: 139), a visão positivista e tecnocrata do planeamento que lhes está subjacente ignora a incapacidade que este tem revelado ao longo do tempo na resolução das desigualdades sócio-espaciais e dissimula os conflitos e reais motores dos problemas associados ao “crescimento desordenado”, carente de um “planeamento adequado”. Na década de 1970, Lefebvre ia mais longe ao considerar que no “ar transparente de legibilidade funcional e estrutural”⁵⁵ residia a racionalidade tecnológica e tecnocrática do *espaço abstrato* (1991 [1974]: 317-318). A noção de planeamento como instrumento do poder político e económico advogada por Lefebvre é reforçada por Sposito (2011: 128), que considera que é sobretudo a partir da adopção destes modelos que se têm difundido nas últimas décadas as relações de produção, dominação e propriedade à escala global, bem como a ideia de uma sociedade única – a ocidental –, desvalorizando outras sociedades, com valores, práticas, formas de viver e produzir o espaço próprios e historicamente construídos. Mais do que ocidental, este etnocentrismo representa, na linha de Lefebvre, um *modelo de abstração* hegemónico, que negligencia ou ignora o *espaço social* e, conseqüentemente, as práticas quotidianas.

Berrisford (2013: 2) refere que, na generalidade dos países africanos, a lei e o planeamento são exercidos deliberadamente de forma exclusiva e arbitrária, em benefício sobretudo de uma elite política e económica, que, dependendo dos seus interesses, ora recorre a estes instrumentos jurídicos, ora os contornam, predominando na prática o que designa de *estruturas ilegais*. Segundo o mesmo autor, a legislação tem sido usada para aumentar o valor da terra e intimidar os mais desfavorecidos (*Idem*: 1) e, seguindo a tendência global (ver Orueta e Fainstein, 2008; Cabannes e Baysal, 2012; Rolnik, 2015), para apoiar o desenvolvimento de ações massivas de renovação e

⁵⁴ A relação entre o poder político e o poder económico é cada vez mais estreita. No topo dos homens mais ricos de Moçambique estão dois ex-chefes de Estado – Armando Guebuza, na primeira posição, e Joaquim Chissano, na terceira – e um ex-ministro dos recursos minerais – John Kachamila, em segundo lugar. Lista divulgada por Carlos Serra em: <http://oficinadesociologia.blogspot.pt/2008/01/top-10-dos-ricos-de-moambique-segundo.html>.

⁵⁵ Tradução livre de: ‘*crystal clear air of functional and structural readability*’.

gentrificação dentro e fora dos centros das cidades⁵⁶ – como a Operação Murambatsviva⁵⁷, desencadeada no Zimbabwe, ou tantas outras postas em prática na capital angolana (ver Human Rights Watch e SOS Habitat, 2007; Viegas, 2015), por exemplo. Para além da construção de empreendimentos imobiliários, estas ações, inscritas no que Harvey (2012: 16) denomina de *destruição criativa*⁵⁸, têm servido de suporte ao desenvolvimento de megaprojetos⁵⁹ (Berrisford, 2013: 8), considerados uma das estratégias mais rentáveis de acumulação à escala global, geralmente desenvolvidos através de parcerias público-privadas e do recurso a novos meios de financiamento (Moulaert [*et al.*], 2003). As formas de legitimação destes processos vão desde a necessidade de modernização⁶⁰, até à falta de qualidade ambiental, à ocupação por grupos de menores recursos de espaços em risco e/ou ao tipo de ocupação, quando considerado *ilegal* ou *informal*, por exemplo, tirando partido da imagem negativa atribuída pelo sistema dominante aos espaços autoproduzidos. Contudo, de acordo com Harvey (2012: 16), o objectivo final é geralmente o investimento com vista ao lucro, o que denomina de *acumulação por espoliação*⁶¹. Como refere Milton Santos (2008 [1996]: 287), a ordem é criada em benefício do mercado global.

Souza (2011 [2001]: 12-13) destaca assim o confronto de duas visões opostas ao nível do planeamento urbano: uma que considera que o grande problema desta ou daquela cidade é a “falta de planeamento” ou o seu planeamento inadequado; e a outra que sugere que o planeamento é um instrumento do Estado (capitalista) e que apenas serve à “reprodução do *status quo*” (capitalista). De acordo com o mesmo autor (*Ibidem*), ambas as leituras se revelam demasiado simplistas, a primeira pelo seu reducionismo de raiz ideológica, que limita as causas da problemática urbana a fatores de ordem técnica e moral, oferecendo soluções enquadráveis na ordem vigente e isentando a mesma de qualquer responsabilidade intrínseca; a segunda por uma generalização excessiva, dando a entender que toda e qualquer proposta ou intervenção de planeamento, independentemente da conjuntura política, possui, no essencial, um conteúdo conservador e excludente. Longe de ser um instrumento

⁵⁶ Embora a noção de gentrificação surja inicialmente associada à (re)valorização, recomposição e substituição social apenas dos centros urbanos (ver, ver p. ex., Smith, 1987, 1996; Ley, 1987; Carmon, 1999; Hyra, 2012), alguns autores referem a necessidade de ampliar e generalizar esta noção a outros territórios e contextos, de forma a melhor entender as diferentes faces da “elitização” das cidades (ver, p. ex., Clark, 2005; Islam, 2005; Rérat, Söderström, Besson e Pigué, 2008). Adotamos assim a noção de gentrificação na sua aceção mais alargada, entendendo-a como um processo que envolve uma substituição dos moradores originais por outros de maiores recursos, bem como uma mudança do espaço construído através do reinvestimento em capital fixo (Clark, 2005: 263).

⁵⁷ Esta operação, desencadeada pelo Estado do Zimbabwe em Maio de 2005, iniciou-se em Harare, mas rapidamente se estendeu a outras cidades do país, deixando várias centenas de milhares de pessoas desalojadas (ver Tibaijuka, 2005).

⁵⁸ Tradução livre do original ‘*creative destruction*’.

⁵⁹ De acordo com Fainstein (2008: 768), megaprojeto é uma intervenção de grande escala, dispendiosa e afecta a uma área contígua, que exige nova construção e/ou reabilitação substancial, bem como transformação do uso do solo.

⁶⁰ Harvey lê a modernização como um processo que reflete uma mudança na forma do capitalismo operar, que passa a processar-se através da estética (2000: 99).

⁶¹ Tradução livre do original ‘*accumulation by dispossession*’.

neutro, o planeamento é, nas palavras de Souza, “aquilo que se faz dele” (2011 [2001]: 85). O seu fracasso ou incapacidade em minorar os problemas urbanos e proporcionar melhores condições de vida e maior justiça sócio-espacial não significa que deva ser negligenciado, mas sim que estratégias alternativas à lógica dominante precisam ser encontradas. Descurar ou desprezar genericamente a atividade de planeamento equivaleria, na prática, a saudar o imprevisto como norma, a aumentar consideravelmente as probabilidades de fracasso e, em certa medida, a comprometer a adesão a uma perspetiva de mudança (Souza, 2006a: 155, 163).

1.2.2. | As [contra]racionalidades

Ao nível da capital moçambicana, a reforma legal associada ao acesso, planeamento e gestão do solo urbano (ver Capítulo 4), desencadeada a partir da segunda metade da década de 1990, reflete-se na aposta recente na elaboração e aprovação de vários programas, planos e projetos, apoiados técnica e financeiramente pelo Banco Mundial, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Municipal – ProMaputo⁶² –, e por outros parceiros, como as Nações Unidas, a *Cities Alliance*⁶³, o Estado chinês, japonês, brasileiro e italiano, bem como várias organizações não-governamentais (ONG) nacionais e internacionais. Como mostram Jorge e Melo (2014: 56), estes instrumentos, cuja implementação se apoia cada vez mais em parcerias público-privadas⁶⁴, assumem diferentes escalas e paradigmas de intervenção, destacando-se, para além da renovação urbana⁶⁵: o parcelamento e atribuição de talhões⁶⁶, o reassentamento e realojamento, a qualificação urbana, os megaprojetos, equipamentos e empreendimentos imobiliários, bem como a regularização fundiária (ver esquema 01).

À escala da cidade, a par dos megaprojetos, a renovação assume particular relevo nos bairros pericentrais autoproduzidos, sendo aí pontuais as propostas de qualificação, marcadas pela implementação ou melhoria de infraestruturas, sem atribuição de título de direito de uso e aproveitamento da terra (ver Capítulo 3). Em contrapartida, nos bairros mais periféricos, também na sua maioria autoproduzidos e/ou resultantes de parcelamentos realizados no âmbito de processos de

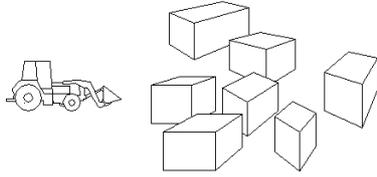
⁶² O ProMaputo, em curso desde 2007, é financiado pelo Banco Mundial, pelo governo central e local. Visa o fortalecimento institucional da estrutura municipal e a melhoria da cobertura e qualidade dos serviços públicos.

⁶³ A *Cities Alliance* define-se como uma parceria global dedicada à redução da pobreza urbana e à promoção do papel das cidades no “desenvolvimento sustentável”. Mais informação disponível em: <http://www.citiesalliance.org/>.

⁶⁴ As parcerias público-privadas também foram legalmente enquadradas, através da Lei n.º 15/2011, de 10 de Agosto, do Decreto n.º 16/2012, de 4 de Junho, e do Decreto n.º 69/2013, de 20 de Dezembro (ver Capítulo 4).

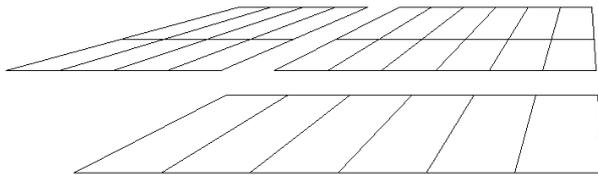
⁶⁵ Os processos de renovação nem sempre surgem associados aos de gentrificação e vice-versa. A demolição de edifícios e moradias unifamiliares devolutos no centro da cidade, associada à sua recente reverticalização (Jorge e Melo, 2014: 58), é disso exemplo, bem como a gentrificação também sentida no centro na sequência da política de privatização do parque imobiliário, apoiada na conservação e não na renovação (ver Raposo, 2007a: 232).

⁶⁶ O termo talhão é usado em Moçambique no lugar de lote, mais comum em Portugal.



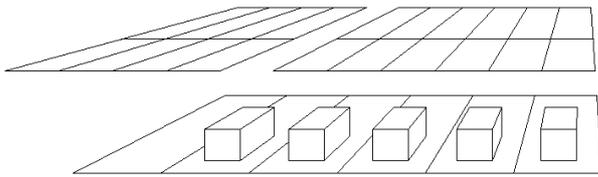
RENOVAÇÃO URBANA

Demolição do tecido preexistente para construção de novos empreendimentos imobiliários ou de megaprojetos, por exemplo, feita ou não de forma massiva.



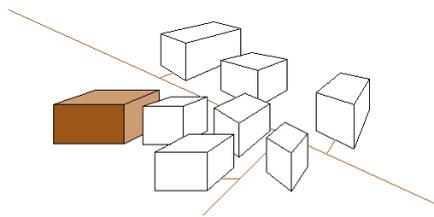
PARCELAMENTO

Subdivisão de uma parcela de terreno com vista à atribuição de talhões para (auto)construção, de dimensões variáveis, com ou sem infraestruturas básicas.



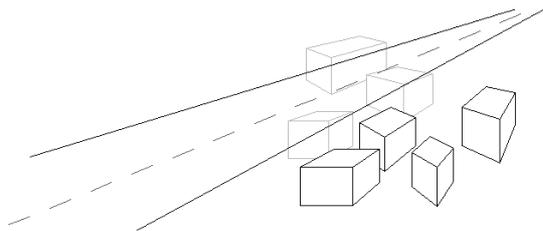
REASSENTAMENTO | REALOJAMENTO

Atribuição de um talhão, com ou sem infraestruturas básicas, em áreas geralmente periféricas (reassentamento) e atribuição de uma habitação (realojamento), mais pontual.



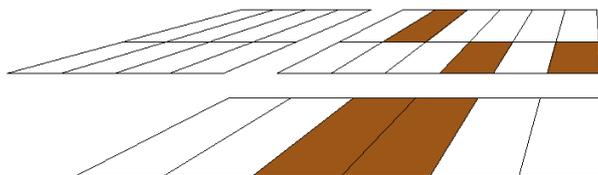
QUALIFICAÇÃO URBANA

Implementação ou melhoria de infraestruturas básicas, construção de equipamentos e/ou intervenções ao nível da melhoria do espaço público.



MEGAPROJETOS | EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Construção de grandes infraestruturas viárias, como a Grande Circular de Maputo e a ponte entre Maputo e a KaTembe, associada ou não a processos de renovação.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Atribuição de título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) individual por parte do Estado.

reassentamento e realojamento (ver Melo, 2015), há, para além dos megaprojetos, uma aposta na regularização fundiária e na qualificação, legitimando, como previsto na Constituição, as práticas costumeiras. Estas diferentes abordagens, aprofundadas no Capítulo 3, deixam transparecer a ambiguidade e arbitrariedade que envolvem o atual quadro legal e a atuação do Estado, que legitima umas ocupações e não outras, que tende a tornar a expropriação regra e não exceção, em função dos interesses de mercado (Jorge, 2015). Embora, como refere Carrilho (2014: 22), o processo de urbanização seja tendencialmente mais veloz que o processo de planeamento e gestão territorial, estabelece-se uma relação entre a dinâmica de mercado e a aplicação da lei, variável em função da localização e valorização do lugar, sobre a qual nos detemos no Capítulo 4.

Seguindo a tendência esboçada por Berrisford (2013) para o continente africano, a terra é transacionada sobretudo através do mercado paralelo, analisado por alguns autores, como Mosse e Matusse (2009) e Negrão (2011), envolvendo práticas de corrupção e clientelismo, principalmente no momento da efetivação do negócio e da posterior obtenção de título de direito de uso e aproveitamento da terra. O mercado legalmente reconhecido restringe-se praticamente ao centro da cidade, cadastrado e regularizado, acessível apenas a uma elite moçambicana⁶⁷ ou a alguns expatriados. Segundo dados da *PrimeYield* (2014), uma das principais empresas de consultoria e avaliação imobiliária a operar no país, o valor unitário da habitação no centro de Maputo fixa-se atualmente em média nos 2500 dólares por metro quadrado e o de escritórios nos 2400, sendo igualmente altos os valores praticados ao nível do aluguer⁶⁸. Ambas as vias de mercado refletem o circuito descrito por Lefebvre (2012 [1968]: 23) e aprofundado por Harvey (1999, 2010): especulação sobre os terrenos, geração de capital por essa via, (re)investimento desse capital na construção e assim sucessivamente. Este circuito revela uma rápida extensão, mas é instável, podendo quebrar a qualquer instante (Lefebvre, 2012 [1968]: 23), com a agravante em Maputo de, ao se apoiar fortemente na chegada massiva de expatriados nos últimos anos⁶⁹, estar dependente do clima de segurança e estabilidade política, inconstantes desde 2009⁷⁰.

O circuito esboçado instala-se no centro, estende-se aos bairros pericentrais e tende a disseminar-se através dos megaprojetos previstos (ver Capítulo 3), como a Grande Circular e a ponte entre Maputo e a KaTembe. Simultaneamente, conduz a uma incessante (re)valorização especulativa (Fortuna, 2012:

⁶⁷ Sobre a formação da elite moçambicana ver Sumich (2005, 2008).

⁶⁸ Informação obtida em sites de agências imobiliárias, tais como:

<http://www.royal-agency.com/>; <http://www.imovisa.co.mz/>; <http://mozimoveis.com/>; <http://investeimovel.co.mz/>.

⁶⁹ Em resultado do crescimento económico registado nos últimos anos, várias empresas, dos mais variados ramos, sediaram-se na capital, gerando oportunidades de emprego e, simultaneamente, fomentando a imigração de quadros superiores, com necessidades habitacionais específicas e de elevado padrão.

⁷⁰ Ver a cronologia dos principais momentos de instabilidade política no país realizada pela ONG DW, disponível em: <http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>.

10), como expressa o exemplo apresentado por Jorge e Melo (2014: 61) relativo à transação de talhões nos bairros pericentrais autoproduzidos por via do mercado paralelo: um talhão com aproximadamente 160m², negociado em 2009 por 5000 dólares, podia, dois anos depois, quadruplicar de valor, e recentemente valer ainda mais (ver Capítulo 5). Neste ciclo de valorização mercantil, a localização e o acesso às benfeitorias realizadas num determinado espaço ou na sua proximidade, criadas e potenciadas para esse fim (ver Harvey, 1999), são de extrema importância, uma vez que as construções são geralmente para demolir. Contudo, como refere Negrão (2011: 17), os bairros pericentrais autoproduzidos também estão sujeitos a outros processos de valorização (ver Capítulo 5), que tiram partido das construções existentes, subdivididas e alugadas a quem quer viver próximo do centro, gerando-se um mercado paralelo de arrendamento similar ao que caracteriza os bairros autoproduzidos dos países latino-americanos (ver Baltrusis, 2005; Abramo [org.], 2009a), bem como do mundo em geral, embora nem sempre de forma evidente (Davis, 2006: 42).

Apesar de ocuparem desde cedo uma localização estratégica (ver Capítulo 2), é no atual contexto neoliberal que a produção do espaço pelo capital tende a efetivar-se de forma mais expressiva nos bairros pericentrais autoproduzidos (ver Capítulo 3). No final da década de 1990, Araújo (1999: 178-179) alertava para o seu “rápido processo de transformação”, particularmente intenso nas imediações de Sommerschield, um dos bairros mais nobres da cidade. Segundo este autor, assistia-se à renovação paulatina das construções, substituídas por vivendas unifamiliares na linha das existentes em Sommerschield, sem qualquer plano de suporte, e, conseqüentemente, à deslocação das famílias que aí viviam há pelo menos uma geração para diferentes lugares da cidade, tendencialmente mais periféricos (*Ibidem*). Mais recentemente, outros autores, como Vivet (2012), Jorge e Melo (2014) e Jorge (2015), destacam a intensificação das ações de renovação e gentrificação, tanto nas imediações de Sommerschield, como ao longo da linha da costa e das principais vias de acesso ao centro da cidade. Estes processos, em alguns casos enquadrados nos planos e projetos de intervenção entretanto elaborados ou em elaboração, analisados no Capítulo 3, abrem caminho à construção de espaços comerciais, moradias unifamiliares e condomínios fechados, que, seguindo o exemplo da vizinha África do Sul, proliferam nos últimos anos em Maputo (ver Folio, 2007; Morange [*et al.*], 2012; Melo, 2015). Como refere Jorge (2015), a dinâmica de mercado antecipa-se ao planeamento e este, por sua vez, tende a legitimar as transações e transformações já realizadas, fomentando dessa forma a valorização e especulação imobiliária.

Os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo revelam uma dinâmica de mercado, por um lado, excludente, ao procurar gerar *lugares interditos* e fomentar processos de gentrificação, por outro, destrutiva e indiferente às realidades e especificidades locais, ao se apoiar na *tábula rasa* do tecido preexistente e ao impor o que designámos anteriormente de *modelo de abstração*, espelhado no centro. Como vimos, os processos de renovação e gentrificação tanto estão inscritos em vários dos

planos previstos, como se efetivam através do mercado paralelo de transação de terras, de forma paulatina e continuada no tempo, e no âmbito da construção de megaprojetos, implicando por sua vez reassentamentos massivos. Transversal a todos eles, de acordo com Cabannes [*et al.*] (2010), está o recurso à violência, dissimulado pelo *valor de troca* – nomeadamente quando as transações associadas envolvem valores nunca antes imaginados pelos moradores abrangidos –, ou evidente, pelo recurso à força e à coação ou ainda pela sobreposição do *valor de uso* e subsequente resistência, mais ou menos silenciosa.

Na linha de Lefebvre, a dinâmica de mercado e os processos de renovação e gentrificação a ela associados carecem ser compreendidos à escala da realização das ações, ou seja, no *plano do lugar*, onde as relações de produção e propriedade se reproduzem e efetivam como prática sócio-espacial (Lefebvre, 1973: 56-58). Como destaca Carlos (2011: 64-70), tal não significa a exclusão de outras escalas, mas antes a justaposição de vários níveis da realidade – o da dominação política, o da acumulação do capital e o da realização da vida quotidiana –, ampliando o entendimento da produção do espaço e da sociedade, bem como do próprio planeamento. Apenas ao nível do *espaço social*, a produção se revela em toda a sua plenitude, abrangendo uma pluralidade de relações e agentes⁷¹ concretos, com interesses, estratégias e práticas sociais diversas, ora complementares, ora antagónicas, mas também, como ressalta Raposo (1999), com diferentes capacidades de ação e margem de manobra face ao *sistema unitário* e ao *urbanismo total* impostos. No lugar da *dominação*, Lefebvre coloca em primeiro plano a *apropriação*⁷² do espaço, dissociando a reprodução das relações de produção da reprodução dos meios de produção (2008 [1972]: 47-48). No lugar da luta de classes, o autor ilumina a *luta pelo espaço* (ver Lefebvre e Guterman, 2011 [1936]: 25-26), centrando o olhar nas práticas e formas de produção alternativas ao capitalismo, onde a resistência e a insurgência, mas também uma outra utopia urbana⁷³, se destacam na construção do *direito à cidade*.

⁷¹ A discussão no meio científico em torno das noções de *agente* e *ator* é vasta e diferenciada (ver Vasconcelos, 2011). Alguns autores, como Milton Santos (1996), recorrem a uma e a outra de forma indiferenciada, outros autores, como Grafmeyer (1995), distinguem-nas. Seguindo a linha de Bourdieu (2001 [1989]), adoptamos a denominação de agentes, entendendo que não se limitam a atores com papéis pré-definidos.

⁷² Lefebvre (1978 [1970]: 164) entende a dominação e a apropriação como dois atributos da ação humana sobre o meio material. A dominação, resultante de operações técnicas, arrasa a natureza e substitui-a por *produtos*. A apropriação, entendida como sentido e finalidade da vida social, transforma a natureza em bens humanos.

⁷³ Como mostra Harvey (2000: 156-181), a noção de utopia tem sido analisada e aprofundada ao longo do tempo por vários autores, segundo diferentes prismas, tendo a cidade como pano de fundo. Aqui referimo-nos à utopia no sentido atribuído por Lefebvre, como meio privilegiado de exploração de estratégias alternativas e emancipatórias, opondo a *utopia reacionária e abstrata* à *utopia revolucionária e concreta* (2001 [1972]: 115-129; 1978 [1970]: 122-133).

1.3. | O direito à cidade

A noção de *direito à cidade* reemerge em força nos últimos anos. Vários autores, como Friedmann (1999), Purcell (2003), Rodríguez (2006), Fernandes (2007), Harvey (2008), Plyushteva (2009), Souza (2010) e Marcuse (2009a, 2010), entre tantos outros, recolocam-no em debate. Fora da academia, a “Carta Mundial pelo Direito à Cidade”, elaborada em 2005 no V Fórum Social Mundial⁷⁴, ou o V Fórum Urbano Mundial⁷⁵, realizado cinco anos depois e intitulado “O direito à cidade: unindo o urbano dividido”, são representativos da amplitude e abrangência que esta noção adquire, embora geralmente com um sentido distinto do atribuído por Lefebvre em 1968 (Souza, 2010: 315). Como sublinham Marcuse (2010) e Cabannes⁷⁶ (2015), a diferença entre “os direitos nas cidades”, amplamente difundidos pelas agências internacionais, como as Nações Unidas e o Banco Mundial (ver UN-Habitat, 2010c; World Bank, 2006), e o *direito à cidade* preconizado por Lefebvre reflete visões distintas e, em alguns casos, antagónicas.

A acepção original do *direito à cidade* não se limita ao acesso a uma vida melhor e mais digna no seio da produção capitalista do espaço, ao acesso a infraestruturas e serviços urbanos básicos, a uma aparente gestão urbana democrática e abertura dos processos de planeamento à participação ou, ainda, a um simples direito de visita ou regresso às cidades tradicionais (Lefebvre, 2012 [1968]: 119). Representa, antes de mais, uma luta pela cidade enquanto *Obra*, retomando a dupla dimensão da produção, voltada para a *apropriação* do espaço e para a *realização colectiva* (Lefebvre, 2012 [1968]: 135). De acordo com Marcuse (2010: 90), não se trata de um direito às “cidades” em que estamos, aparentemente, condenados a viver, mas de um direito à “cidade do desejo do coração”⁷⁷ a que alude Harvey (2008: 23-24), onde todos⁷⁸ os que nela habitam têm a mesma liberdade para satisfazer os seus desejos e conduzir coletivamente os processos de urbanização. Próximo do *projeto de autonomia* advogado por Castoriadis (1986 [1978], 1983), ao qual regressaremos no Capítulo 6, tem subjacente a ideia de uma *sociedade autónoma*, que se “autoinstitui” sob os fundamentos da liberdade em relação,

⁷⁴ O V Fórum Social Mundial realizou-se em Porto Alegre (Brasil), em Janeiro de 2005. A “Carta Mundial pelo Direito à Cidade”, elaborada por um conjunto alargado de movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações, fóruns e redes da sociedade civil, encontra-se disponível em: <http://normativos.confex.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>

⁷⁵ Este encontro, promovido pelas Nações Unidas, realizou-se em Março de 2010 no Rio de Janeiro (Brasil). Mais informação disponível em: <http://www.forumreformaurbana.org.br/>.

⁷⁶ Na palestra dedicada ao *direito à cidade*, proferida por Yves Cabannes em Junho de 2015, no quadro do Seminário centrado na exclusão urbana e na construção do *direito à cidade* “em espaços da lusotopia”, promovido pelo Gestual e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

⁷⁷ Tradução livre do original ‘*the city more after our heart’s desire*’.

⁷⁸ Lefebvre (1976: 229-231) distingue os cidadãos – todos os habitantes da cidade – dos cidadãos – aqueles a quem o Estado reconhece a cidadania política – esclarecendo que o *direito à cidade* é de todos eles.

tanto à opressão política, como a qualquer pensamento dogmático que impeça ou prejudique a capacidade de julgamento lúcido e responsável dos cidadãos.

Como destaca Trindade (2012), a atenção de Lefebvre estava voltada para a ruptura com a ordem capitalista, distanciando-se da noção do direito institucionalizado e legalmente enquadrado. Contudo, alguns autores, dos quais destacamos Fernandes (2007, 2008a), têm-se dedicado a compreender o significado da noção de *direito à cidade* em termos jurídicos e institucionais, tendo sobretudo como referência o contexto brasileiro, considerado paradigmático por enquadrar legalmente desde 2001, após um longo processo de mobilização social e política (ver Rodrigues e Barbosa, 2010), o princípio da *função social da propriedade* através da aprovação do Estatuto da Cidade⁷⁹. Desde então amplamente difundido a nível internacional (ver Fernandes, 2013), o Estatuto da Cidade tem-se revelado, no entanto, difícil ou impossível de operacionalizar no contexto político-económico vigente (ver Maricato 2010, 2011b; Fernandes e Alfonsin, 2009). Os violentos processos de renovação e expulsão promovidos pelo Estado no âmbito da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, particularmente intensos nos bairros autoproduzidos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, são exemplo do hiato entre as intenções enunciadas e as práticas (Comitês Populares da Copa, 2011; Jennings [et al.], 2014). Este hiato levou Fernandes (2013: 232-233) a concluir que as leis, não só podem dificultar o reconhecimento de direitos coletivos e sociais, como também não mudam, por si só, a realidade, mesmo quando emanam de processos em curso e expressam princípios de inclusão sócio-espacial ou, como acontece no Estatuto da Cidade, da *função social da propriedade*, reconhecidos e acompanhados por um vasto leque de mecanismos, instrumentos e recursos necessários à sua materialização.

Na linha de Lefebvre (2008 [1972]: 34), embora o *direito à cidade* se apresente como possibilidade utópica e como exigência política de superação e transformação dos elementos que a negam, não se desvincula da prática do *espaço concebido* e *vivido*. A teoria e a prática articulam-se dialecticamente, indo para além dos modelos e pressupostos teóricos pré-definidos, bem como dos limites da prática (Lefebvre, 2012 [1968]: 58-593; 2003 [1970]: 103-114). Caso contrário, a noção recai na idealidade, permanecendo, de acordo com Lefebvre (1991 [1974]: 59), como “*slogan* político”, ora abandonado, ora retomado, sem sair do plano das palavras e das representações ideológicas. A construção do *direito à cidade* revela-se aos olhos do autor como um processo em aberto, não-linear, longo e difícil de percorrer, que implica a adoção de uma nova estratégia, geradora de espaço e tempo novos, bem como a resolução das contradições e conflitos decorrentes da dominação (2012 [1968]: 108; 2003 [1970]: 135-136; 1973: 91). Como refere Fioravanti (2013: 173), a apreensão e construção do

⁷⁹ Lei Federal n.º 10.257/2001, de 10 de Julho, inserida num amplo processo de reforma jurídica que engloba a aprovação de muitos outros instrumentos (ver Fernandes, 2013).

impossível hoje reside no movimento da realidade, no que Lefebvre designa de *forças diferenciadoras*, fruto da resistência e da insurgência, de um pensamento e ação alternativos.

Ao colocar no horizonte a construção da cidade nova, assente em novas bases, em outra escala e, conseqüentemente, em uma outra sociedade, Lefebvre (2012 [1968]: 108) conduz o pensamento ao estudo de um objecto virtual e a novas abordagens. O *novo urbanismo* a que se refere é o da *utopia experimental*, o urbanismo por *extrapolação*, que parte de problemas e lugares concretos e os submete à crítica e à imaginação de novas possibilidades (*Idem*: 111-112; 1978 [1970]: 15). A ciência entra como auxiliar, a quem cabe fazer a (auto)crítica da vida quotidiana, através da análise do ritmo de vida dos habitantes e do estudo das implicações e conseqüências das novas formas de apropriação por eles criadas, e propor modelos, embora sem qualquer função ou objetivo instrumental (2012 [1968]: 114-115). A nova estratégia urbana revela-se, nas palavras de Lefebvre (*Idem*: 115), “forçosamente revolucionária, não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas”. O espaço é entendido como a “inscrição no mundo do tempo”⁸⁰, ou seja, são os ritmos da cidade e de quem a habita que definem o espaço, subvertendo os esquemas de redução da complexidade urbana e permitindo o uso completo dos lugares e a plena fruição de direitos (Lefebvre, 1978 [1970]: 211). Avesso à racionalidade e ao planeamento abstrato que pretende resolver os problemas urbanos a partir da interpretação de conhecimentos parciais, elevados a uma totalidade mal fundamentada ou legitimada (Lefebvre, 2012 [1968]: 51), a intervenção transformadora no espaço é ciente da sua historicidade e pluralidade, das diferentes formas de *apropriação* e *interação*. Nela, a *imaginação* sobrepõe-se à *razão*, a *arte* à *ciência*, a *criação* à *homogeneização* e a *participação*, no sentido da “integração hierarquizada”, à *autogestão*⁸¹ (*Idem*: 105-120).

Lutar pelo *direito à cidade* significa assim romper com a atual sociedade da indiferença e, a partir do esforço colectivo, percorrer um modo *diferencial* de produção do espaço urbano que quer e proclama o impossível (Lefebvre, 1973: 39). Vários momentos da história refletem de alguma forma esta luta (ver Harvey, 2012; Harvey [et al.], 2012; Vainer [et al.], 2013), como a emblemática Comuna de Paris em 1871, a Revolução Espanhola 65 anos depois (1936-1939), o movimento de Maio de 68, poucos meses após a publicação de *Le Droit à la Ville*, ou, mais recentemente, o movimento *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, e as manifestações que ocorreram no Brasil (2013-2014) e, de acordo com Braga (2013: 143), representaram “a maior revolta popular” de sempre no país. À escala dos lugares, geram-se ainda outras vozes, movimentos e práticas de resistência: uns pontuais, como os ocorridos em Maputo em 2008 e 2010, devido ao aumento dos transportes e bens de consumo básicos (ver

⁸⁰ Tradução livre de ‘*la inscripción en el mundo de un tiempo*’.

⁸¹ Recorremos à noção de *autogestão*, estudada por vários autores, como Rosanvallon (1976), Bourdet e Guillerme (1976 [1974]), no sentido atribuído por Lefebvre (2012 [1968]: 105; 1973: 43), ou seja, como sinónimo de participação real e ativa, apoiada na ação direta, desprovida de qualquer tipo de dominação ou instrumentalização.

Pereira [et al.], 2013), ou em Moatize, no centro de Moçambique, em 2012, devido ao impacto da exploração de carvão na região (ver Mosca e Selemene, 2011; Pedro, 2011; Sitole⁸², 2016 [?]); outros sistemáticos, mais silenciosos e quase invisíveis, forjados no quotidiano (Certeau, 1998 [1990]: 39), as *micro-resistências* de que nos falamos Foucault (1977-78 [2009]) e Certeau (1998 [1990]) e que procuramos iluminar ao longo da análise realizada aos processos de valorização, renovação e gentrificação de que são alvo os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo. Partindo do princípio que, onde há poder, há resistência, os dois últimos autores consideram que as relações de poder dependem de uma dinâmica em que participam, para além das forças dominantes, micro-forças geradas por dispositivos estratégicos e por *micro-resistências* ao nível das práticas quotidianas. De acordo com Certeau (1998 [1990]: 18-19), estas *micro-resistências*, mesmo que reduzidas ao silêncio, fundam o que o autor designa de *micro-liberdades*, capazes de subverter, ainda que pontualmente ou temporariamente, as relações de poder e dominação instituídas.

Contudo, como destaca Rolnik (2013b: 18), “a voz das ruas não é uníssona”, ou seja, nem todos as vozes, movimentos e práticas de resistência se enquadram no *direito à cidade* proclamado por Lefebvre. Partindo desta constatação, Souza (2010: 316) distingue as ações de carácter emancipatório das que se limitam a defender o acesso a uma habitação a preços acessíveis ou a melhores transportes, por exemplo, enquadradas na visão dos “direitos nas cidades” anteriormente apresentada. Segundo o mesmo autor (*Ibidem*), grande parte dos movimentos recentes defende por exemplo a substituição da ideologia neoliberal dominante, a proteção do meio ambiente ou a democracia participativa, geralmente representativa, mas não a erradicação do capitalismo, aproximando-se das premissas das organizações não-governamentais, dependentes das posições políticas dos seus doadores e das agências internacionais (ver Lachartre, 2002; Shivji, 2007; Raposo e Ribeiro, 2007). A incapacidade de abertura ou recusa de outras possibilidades aproxima-os do papel de “consultores para o desenvolvimento com horror mínimo”⁸³, atribuído por Castoriadis (1986 [1978]: 172), ou da “via intermediária” que evita os extremos, apontada por Žižek (2012: 138).

Independentemente da sua natureza, escala e amplitude, qualquer ação de resistência está sujeita a contradições e desmobilizações (Maricato, 2011a: 85-86; Souza, 2010: 328-330), o que explica que algumas conquistas alcançadas, sublinhadas por Cabannes e Delgado (2013), acabem por ser absorvidas pelo sistema dominante e/ou instrumentalizadas pelo Estado, subvertendo ou distorcendo as premissas iniciais⁸⁴. O Orçamento Participativo⁸⁵, implementado em Maputo desde 2008 através do

⁸² A tese de doutoramento de Sitole, em curso na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, centra-se precisamente no impacto sócio-espacial dos projetos de exploração mineira, tomando como referência a cidade de Moatize.

⁸³ Tradução livre de ‘*Conseillers en développement à horreur atténuée*’.

⁸⁴ Cabannes e Delgado (2013) destacam como alternativas ao modelo de urbanização conduzido, quase exclusivamente, pela lógica de mercado: (i) o Orçamento Participativo; (ii) as alternativas aos despejos forçados, que garantem a permanência no

Banco Mundial, é um desses exemplos (ver Nylen, 2014), bem como os processos de valorização mercantil e gentrificação decorrentes de intervenções de qualificação realizadas em vários bairros autoproduzidos do mundo, com o intuito inicial de melhorar as condições de vida e habitabilidade dos seus moradores originais (ver Werlin, 1999; Huchzermeyer, 2008). De acordo com Souza (2010: 328; 2011: 150-151), alguns movimentos acabam por reproduzir as relações de poder do sistema dominante, por se afastar ou nunca chegar a alcançar práticas alternativas concretas e/ou por adotar a “visão de sobrevoo” característica do Estado e de outras superestruturas, que privilegia o olhar sobre a sociedade e o espaço “do alto” e “de longe”. Lefebvre sublinha ainda como um dos principais obstáculos à possibilidade de ultrapassar o chamado *ponto crítico* – momento no qual as *forças diferenciadoras* e as *forças homogeneizantes* colidem (2012 [1968]: 81-91) –, a incapacidade de superação do pensamento analítico fragmentado e especializado, apoiado em diversas ideologias, como a do *urbanismo total* (*Idem*: 105; 2003 [1970]: 136), e em mitos, como o da tecnocracia e da participação (1978 [1970]: 207, 213) ou “integração hierarquizada”⁸⁶ (*Idem*: 129).

Face ao esvaziamento, retrocesso ou subversão de algumas ações alternativas de resistência, Souza (2006b: 328; 2010: 330) defende a reinvenção contínua das estratégias adoptadas e um posicionamento crítico constante, ultrapassando a leitura do Estado como defensor do *bem-comum* e do *interesse público* e como agente único do planeamento e gestão urbanos; bem como, à semelhança de Maricato (2011: 85-88), a conquista da *autonomia* e superação da heteronomia em relação ao sistema dominante, na linha de Castoriadis (Souza, 2000a: 111; 2006b: 329). De acordo com Souza (2010 [2001]: 178), assim como determinados agentes, pertencentes a grupos dominantes, como o grande capital financeiro e imobiliário, elaboram as suas geoestratégias de forma clara e, muitas vezes, sofisticada, também a parcela maioritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa elaborar as suas próprias estratégias e lutar para as pôr em prática. Marcuse (2010: 90-92) acrescenta, a nível organizacional, a importância de vincular os direitos e interesses separados num movimento por um direito e interesse comuns e, a nível analítico, de entender o sistema na sua totalidade, de forma a reforçar permanentemente a ideia de que “outro mundo é possível”. Por fim, em estreita ligação com a prática, este último autor sublinha ainda o contributo da teoria urbana crítica, fundada por Lefebvre (1978 [1970]: 95), no caminho da luta pelo

lugar; (iii) as cooperativas de emprego e habitação, (iv) as ‘*Community Land Trusts*’; (v) as moedas locais; e (vi) a agricultura (peri)urbana, a partir de uma perspectiva de soberania alimentar.

⁸⁵ Como descreve Cabannes (2004: 21), trata-se de um processo através do qual os habitantes decidem ou contribuem para a tomada de decisão sobre o destino de parte ou de todos os recursos públicos disponíveis. Foi formalmente implementado pela primeira vez em Porto Alegre (Brasil) em 1989, sendo posteriormente disseminado e adoptado em muitas outras cidades do mundo, segundo diferentes metodologias e abordagens.

⁸⁶ Tradução livre de ‘*integración jerarquizada*’.

direito à cidade, na avaliação, questionamento e compreensão constantes do mundo, expondo os conflitos e contradições e iluminando as possibilidades de superação (2009: 185-186).

1.4. | O recorte analítico

Explicitada a problemática, apresentamos agora o seu recorte analítico, que, na linha de Lefebvre, não se apoia numa abordagem teórico-metodológica única mas num conjunto de métodos que visam a apreensão, tão próxima quanto possível, das articulações internas do objeto de estudo, embora sem as esgotar (2012 [1968]: 113). Dado o caráter de totalidade atribuído ao urbano, tal objetivo revelar-se-ia, nas palavras de Lefebvre, uma “operação mitificante” (*Ibidem*), o que nos leva a atribuir às descrições, análises e tentativas de síntese realizadas um sentido exploratório e não absoluto, distanciando-nos da perspectiva lógico-dedutiva. Seguindo a corrente interacionista proposta por autores como Olivier de Sardan (1995), mas tendo em conta as estruturas que determinam as políticas, a pesquisa assume uma abordagem simultaneamente teórica e prática, compreensiva e qualitativa, vinculando a problemática urbana, tecida no plano teórico, à produção do espaço no plano da prática sócio-espacial.

Como destaca Carlos (2011: 71-72), esta abordagem coloca vários desafios do ponto de vista teórico e metodológico, entre os quais: a adoção de várias dimensões de análise da realidade, abrindo o pensamento ao movimento contraditório do mundo e ao papel ativo dos agentes na produção do espaço; bem como a compreensão dos conteúdos, relações e interações estabelecidos ao longo deste processo, como condição necessária à identificação dos conflitos, contradições, obstáculos e virtualidades a ele inerentes. Lefebvre (2012 [1968]: 111) acrescenta ainda a necessidade de abandonar a indução e dedução clássicas e, em alternativa, seguir o que o autor denomina de *transdução*, que constrói o objeto teórico “possível” a partir de informações extraídas da realidade e da problemática estabelecida por essa mesma realidade, bem como do *feedback* constante entre o quadro conceptual e a observação empírica. Neste sentido, a pesquisa não se apoia em procedimentos pré-determinados ou na comprovação de hipóteses definidas *a priori*, mas no confronto entre o referencial teórico-metodológico e a realidade empírica, privilegiando o que Guerra (2010: 22-23) designa de *contexto de descoberta*.

Neste processo, um conjunto de experiências revelou-se particularmente importante na construção e definição do tema e do objeto de estudo, bem como na formulação das noções e da abordagem teórica-metodológica adotados ao longo da pesquisa. Ainda antes do seu início, a participação como bolsista de investigação no projeto dedicado à “reconversão e reinserção urbana de bairros de génese

ilegal” da Área Metropolitana de Lisboa (2008-2010)⁸⁷, coordenado por Isabel Raposo, representou, graças à partilha de conhecimento e experiência de vários elementos da equipa, em particular da coordenadora e de Beatrice Hibou⁸⁸, um primeiro mergulho no tema da autoprodução e na análise crítica e reflexiva da realidade. A posterior integração na equipa responsável pela elaboração do Plano Parcial de Urbanização do bairro de Maxaquene A em Maputo (2010-2011)⁸⁹, coordenado por João Tique, permitiu conhecer a fundo este e outros bairros pericentrais autoproduzidos da cidade, identificar alguns dos desafios e obstáculos que se colocam ao nível da sua intervenção, bem como conhecer vários dos agentes envolvidos na produção destes espaços. Estas duas experiências foram determinantes na condução da pesquisa até aos processos de valorização, renovação e gentrificação dos bairros pericentrais autoproduzidos, tomando como caso de estudo, a nível macro, a cidade de Maputo, com uma dinâmica de mercado particularmente intensa em contexto neoliberal, e, a nível micro, os bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, paradigmáticos pela intensidade das transformações de que têm sido alvo (ver figura 06).

Já no decurso da pesquisa, a participação como bolsreira de investigação no projeto dedicado às “reconfigurações espaciais e diferenciação social em cidades de Angola e Moçambique” (2012-2014)⁹⁰, coordenado por Cristina Udelsmann, e no projeto centrado nos “subúrbios habitacionais” e novos paradigmas de intervenção no “espaço da lusofonia”, coordenado por Isabel Raposo (desde 2013)⁹¹, potenciou o contacto com diferentes abordagens e campos disciplinares. Também a apresentação de comunicações em encontros científicos e a publicação de artigos, individuais e em coautoria, em revistas nacionais e internacionais foi importante pela troca de ideias entre pares (ver Anexo I). Contudo, foi a interação permanente com os investigadores do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual)⁹², em particular com Isabel Raposo, orientadora da pesquisa, Sílvia Viegas, Vanessa Melo e, mais recentemente, Sara Medeiros e Junia Ferrari, no âmbito

⁸⁷ Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), desenvolvido no Gestual, do CIAUD/FA-UL, entre Agosto de 2007 e Outubro de 2010. Mais informação disponível em:

http://www.gestual.fa.utl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=113.

⁸⁸ Informação sobre as investigadoras e respetivo trabalho de pesquisa disponível em:

http://www.gestual.fa.utl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=80:raposo-isabel&catid=25&Itemid=111;

<http://www.sciencespo.fr/ceri/en/users/beatricehibou>.

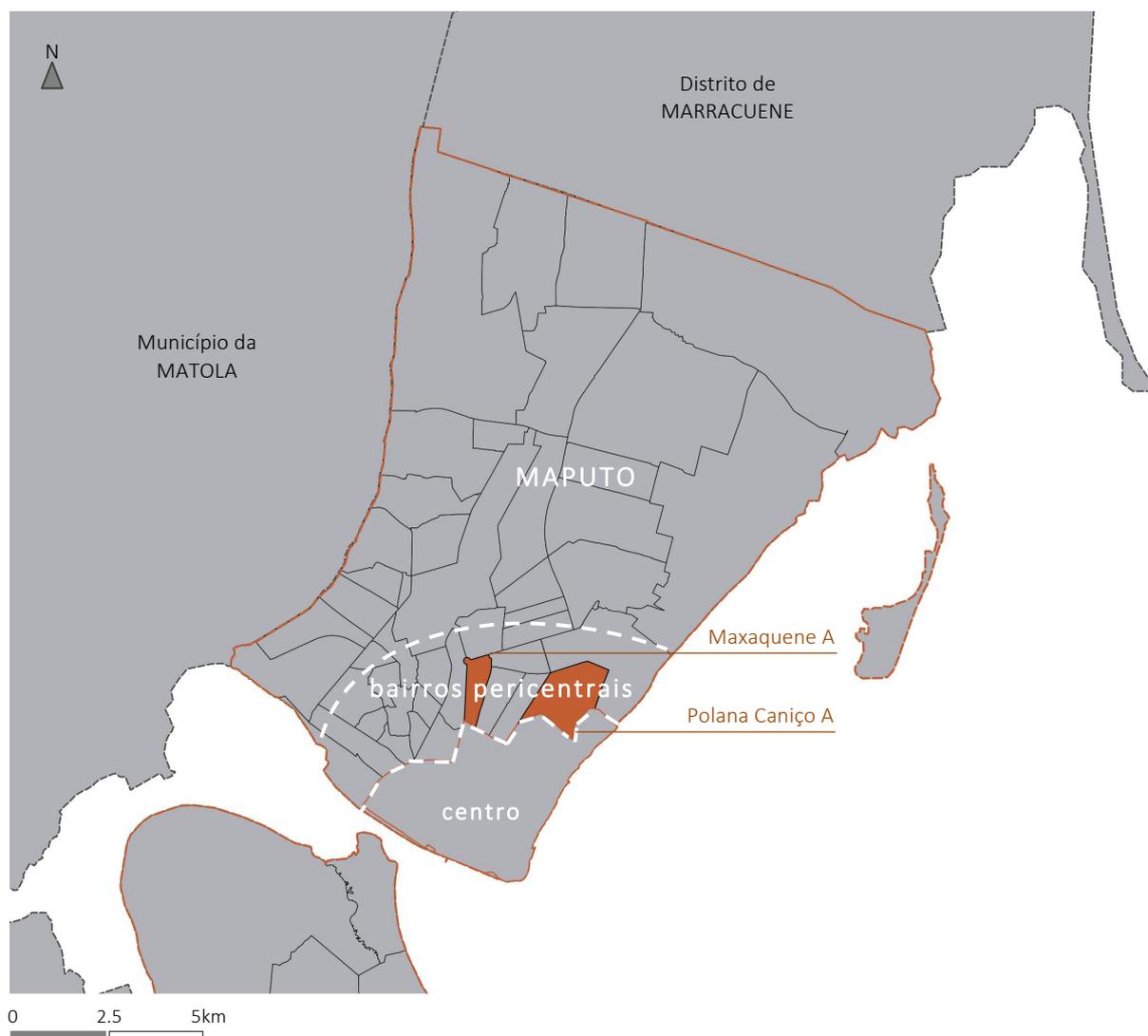
⁸⁹ Através de uma bolsa atribuída pela Direção Geral de Artes, no âmbito do Programa Inov-Art, entre Julho de 2010 e Maio de 2011, em colaboração com o Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat.

⁹⁰ Projeto financiado pela FCT, desenvolvido no Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (CEA-IUL) entre Fevereiro de 2012 e Julho de 2014. Mais informação em: <http://cea.iscte.pt/reconfigurb/>.

⁹¹ Projeto em curso no Gestual, do CIAUD da FA-UL. Mais informação em:

http://www.gestual.fa.utl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=138&Itemid=177.

⁹² O Gestual reúne, desde 2007, um alargado conjunto de investigadores, docentes, estudantes e técnicos, com diferentes olhares disciplinares (urbanistas, arquitetos, designers, geógrafos, sociólogos e antropólogos), que procura associar a matriz do pensamento crítico de Lefebvre às premissas de um urbanismo de intervenção.



Legenda | - - - - limite administrativo de Maputo; - - - - outros limites administrativos.

Figura 06 | Bairros pericentrais, Maxaquene A e Polana Caniço A.

Fonte | Autora (2016).

do desenvolvimento das suas teses de doutoramento⁹³, que possibilitou maior troca de experiência e conhecimento, através da circulação de informação e de documentos de referência, da revisão de textos e, sobretudo, dos vários momentos de discussão e reflexão conjuntos⁹⁴. A ligação com diferentes trabalhos de pesquisa e, conseqüentemente, com diferentes realidades – de Maputo, a Luanda, Joanesburgo, Belo Horizonte e Natal –, ampliou e, simultaneamente, afinou o nosso olhar sobre a problemática da produção do espaço. Ao atravessarmos um momento particular de expansão e consolidação da lógica de mercado de contorno neoliberal, quisemos compreender e analisar a partir dos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo e, especificamente, dos dois casos paradigmáticos acima referidos, alvo de processos de valorização, renovação e gentrificação: como se desenvolve este movimento, que novas formas assume, que contradições se geram entre o uso destes lugares e o *valor de troca* que adquirem, que inter-relações e interações se estabelecem entre os vários agentes envolvidos, bem como que possibilidades de superação se abrem.

Tendo em conta os objetivos (ver Introdução) e desafios enunciados, a pesquisa desenvolveu-se a partir do diálogo, tão estreito quanto possível, entre (i) a revisão crítica literária e documental sobre o tema, o objeto e o caso de estudo e (ii) o trabalho de campo em Maputo. A leitura cruzada dos documentos considerados de referência e do conhecimento empírico reunido em experiências anteriores apoiou-se na elaboração de fichas de leitura e análise⁹⁵, aproximando progressivamente o nosso olhar sobre a problemática e o objeto de estudo. Com base num primeiro diálogo, esboçámos o nosso referencial teórico-metodológico e preparámos o trabalho de campo, através da elaboração de quatro bases de trabalho: (1) de uma grelha de apoio à observação direta, com os principais dados a recolher relativos ao edificado, espaço público, infraestruturas e equipamentos (ver Anexo II); (2) de uma base de mapeamento em Sistema de Informação Geográfica (SIG)⁹⁶, uma ferramenta que, em associação com fotografias aéreas e/ou imagens satélite, permite, como mostra Henriques (2008), colecionar, armazenar e espacializar um conjunto de informações relativas ao espaço e à sua transformação; (3) de uma listagem prévia de contactos⁹⁷ a estabelecer; e (4) de guiões de entrevista gerais, dirigidos a técnicos, políticos, académicos, investidores e intermediários, representantes de

⁹³ A pesquisa realizada por Viegas (2015) incide sobre o espaço habitacional de Luanda, os paradigmas de intervenção e as resistências no novo milénio, a de Melo (2016) sobre as áreas de ocupação recente de Maputo, Luanda e Joanesburgo, a de Medeiros (2015) sobre os conjuntos habitacionais de Natal e, por fim, a de Ferrari (2016 [?]) sobre as práticas de intervenção urbana, a partir da leitura crítica de Foucault sobre poder e resistência.

⁹⁴ Participámos presencialmente em vários encontros e tertúlias de discussão organizadas pelo grupo (ver Anexo I), mas o contacto permanente com estas investigadoras fez-se sobretudo por videoconferência.

⁹⁵ No total, realizámos 75 fichas, 10 das quais em parceria com Vanessa Melo.

⁹⁶ Recorremos ao *software* Quantum GIS (QGIS), um sistema livre de informação geográfica (SIG), disponível em: <http://www.qgis.org>.

⁹⁷ À nossa lista de contactos juntámos os gentilmente facultados por Isabel Raposo, Vanessa Melo e Arwen Gumbao, esta última também a realizar trabalho de pesquisa sobre Maputo, nomeadamente sobre os espaços coletivos dos bairros “suburbanos” (ver Gumbao, 2016 [?]).

agências internacionais, consultoria e avaliação imobiliária, associações e organizações não-governamentais, secretários de bairro, chefes de quarteirão⁹⁸ e moradores (proprietários e inquilinos), seguindo o princípio referido por Cahen (2013: 159) de que, quanto mais informação se possui sobre o assunto e/ou o entrevistado, mais rica será a entrevista (ver Anexo III).

•

Grande parte do trabalho de campo realizou-se entre os meses de Setembro a Dezembro de 2013⁹⁹ (três no total), num período de forte instabilidade política em Moçambique¹⁰⁰. No entanto, o clima de tensão generalizado não interferiu na sua condução. Foi possível realizar várias incursões, a pé ou de transporte coletivo – nomeadamente de *chapa* e *machibombo*¹⁰¹ –, aos bairros pericentrais (Chamanculo A, B e C, Costa do Sol, Mafalala, Maxaquene A, B e C, Polana Caniço A e B, Xipamanine) e a alguns bairros periféricos (Albazine, Magonanine C, Zimpeto) (ver figura 07), e, assim, absorver de alguma forma o ritmo diário dos seus moradores, ter uma percepção do tempo despendido nas deslocações e das condições em que são feitas. Cada incursão, devidamente mapeada em ambiente SIG, teve contudo objetivos e níveis de profundidade distintos. Com exceção dos levantamentos realizados nos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, as idas aos restantes bairros pericentrais e a alguns bairros periféricos – especificamente aos que acolheram parte dos moradores deslocados de Maxaquene A e Polana Caniço A na sequência de processos de renovação e gentrificação –, visaram a recolha de informação geral sobre a transformação destes espaços, através: da observação direta, de notas escritas, do registo fotográfico e da realização de entrevistas aos respetivos secretários de bairro¹⁰² e a alguns moradores deslocados. Esta informação foi ainda complementada com entrevistas realizadas a técnicos, políticos, académicos e representantes de agências internacionais, de consultoria e avaliação imobiliária e de ONG, envolvidos nestes processos. Através destas entrevistas

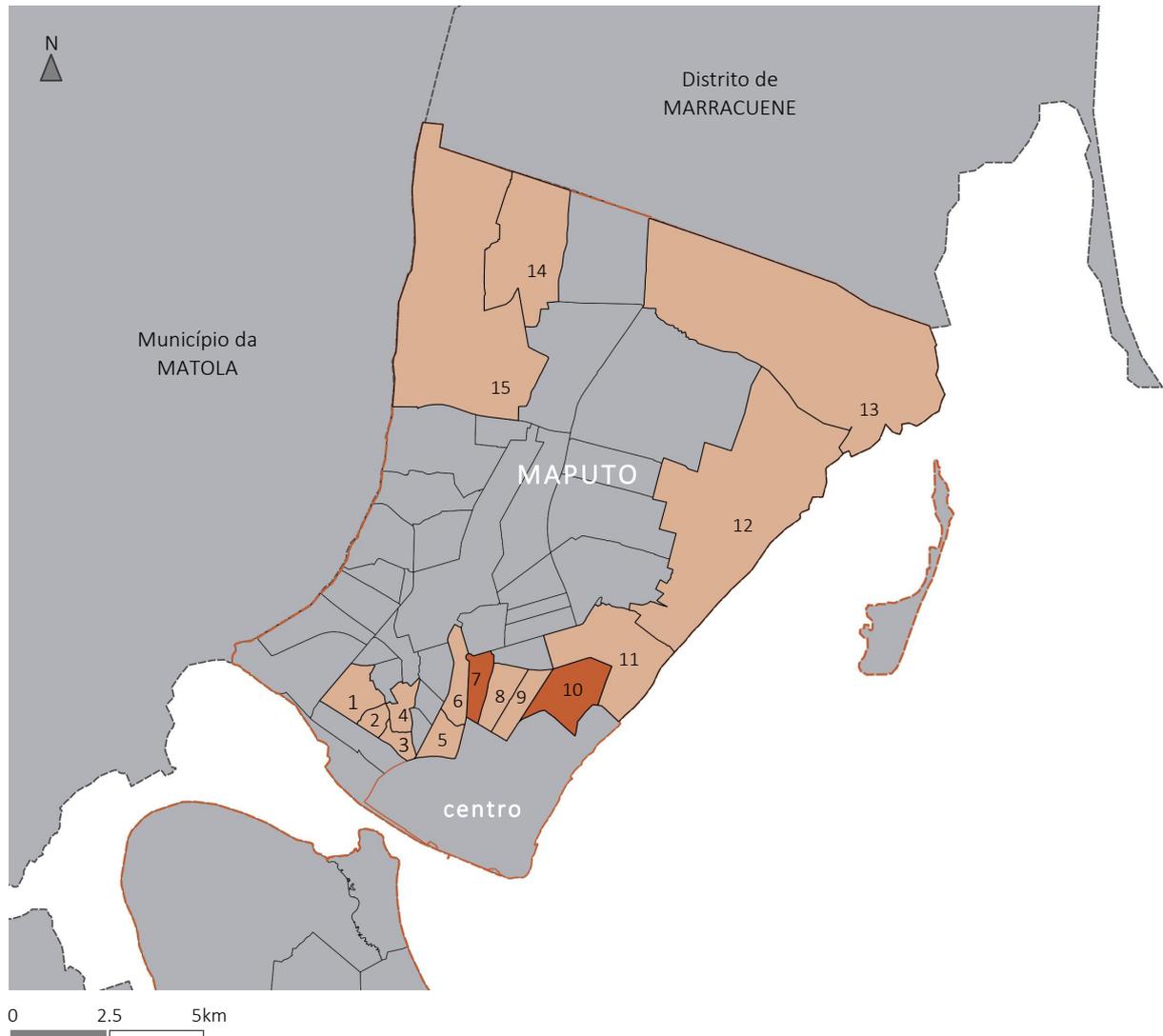
⁹⁸ Do ponto de vista administrativo, cada bairro é dirigido por um secretário – secretário de bairro – e, por sua vez, cada quarteirão que o compõe é liderado por um chefe – chefe de quarteirão –, ambos nomeados pelo presidente do Conselho Municipal de Maputo, de acordo com o Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Administrativas dos Bairros Municipais (Resolução n.º 71/AM/2011, de 22 de Junho).

⁹⁹ Partimos para Maputo dia 11 de Setembro e regressámos a Lisboa dia 12 de Dezembro. Esta viagem foi realizada no quadro do projeto de investigação dedicado às “reconfigurações espaciais e diferenciação social em cidades de Angola e Moçambique”, supracitado.

¹⁰⁰ Recordamos que Moçambique estava em período de campanha autárquica e a meio de mais uma ronda de negociações entre a Renamo e a Frelimo. Durante os meses de Outubro e Novembro foram frequentes os ataques armados entre as duas forças políticas na zona da Gorongosa, no centro de Moçambique, e de Nampula, mais a norte, geradores de um clima de instabilidade e tensão geral, acrescido, no caso da capital, pela vaga de raptos aí ocorridos. As eleições autárquicas realizaram-se a 20 de Novembro. Mais informação em: <http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>.

¹⁰¹ Termos usados para designar respetivamente os táxis colectivos – *chapas* – e os autocarros públicos – *machibombo* – que circulam na cidade.

¹⁰² Entregámos a cada secretário de bairro uma credencial emitida pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane com uma breve apresentação e principais objetivos da pesquisa.



Legenda | - - - - limite administrativo de Maputo; - - - - - outros limites administrativos; 1. Chamanculo C; 2. Chamanculo B; 3. Chamanculo A; 4. Xipamanine; 5. Mafalala; 6. Urbanização; 7. Maxaquene A; 8. Maxaquene B; 9. Maxaquene C; 10. Polana Caniço A; 11. Polana Caniço B; 12. Costa do Sol; 13. Albazine; 14. Magoanine C; 15. Zimpeto.

Figura 07 | Bairros pericentrais e periféricos percorridos no decorrer do trabalho de campo.

Fonte | Autora (2016).

ao nível da cidade e dos bairros pericentrais no seu todo, procurámos: (i) alargar o nosso conhecimento sobre a cidade e os seus bairros pericentrais, os planos e projetos propostos e/ou implementados e a ordem próxima e distante em que se inscrevem; (ii) perceber a inter-relação e interação entre os vários agentes envolvidos na elaboração dos planos e projetos de intervenção e a sua ligação com a realidade e conhecimento empírico; (iii) identificar a percepção de cada entrevistado relativamente aos diferentes tecidos da cidade e aos bairros pericentrais, ao seu enquadramento legal, às abordagens de intervenção e seus impactes, às práticas quotidianas e à noção de *direito à cidade*; (iv) e interrogar os discursos e as palavras no contexto dos discursos, como proposto por Souza (2011), identificando as expressões e noções usadas para designar diferentes lugares da cidade e, em particular, o caso de estudo.

O trabalho de campo nos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A assumiu contornos distintos dos demais, dada a escala e o nível de profundidade aqui pretendidos. As várias e sucessivas incursões a estes dois bairros conduziram-nos a um levantamento mais minucioso do tecido urbano, das intervenções realizadas, das características do edificado, do espaço público, das infraestruturas e dos equipamentos existentes, bem como das vivências e práticas quotidianas, através da observação direta, de notas escritas e do registo fotográfico¹⁰³. Toda a informação levantada foi inventariada, editada e representada em ambiente SIG sempre que possível nesse mesmo dia, o que nos permitiu aferir desde logo alguns dados e colmatar algumas lacunas. Por outro lado, investimos na elaboração de entrevistas aprofundadas aos respetivos secretários de bairro e a alguns chefes de quarteirão, a representantes de associações e organizações locais, investidores, empresários e intermediários¹⁰⁴, alguns proprietários¹⁰⁵ e inquilinos das casas, estes dois últimos selecionados em função: da sua faixa etária; do tempo de permanência no bairro; da localização da casa – mais ou menos distante das avenidas principais e/ou de transportes coletivos, ocupando ou não áreas propícias a cheias e à erosão; do tipo de casa, como proposto por Raposo e Salvador (2007) – construída em caniço, pau-a-pique, madeira e zinco ou blocos de cimento, rebocada ou pintada, cercada por muro de alvenaria ou espinhosa¹⁰⁶, com ou sem portão; e, quando aplicável, do tipo de atividade económica desenvolvido. À semelhança dos outros bairros, esta informação foi complementada com as entrevistas realizadas aos técnicos, políticos, académicos, representantes de agências internacionais e organizações não-governamentais envolvidos nos processos de renovação e gentrificação destes casos em particular. Com este conjunto de entrevistas pretendemos: (i) diminuir a escala do nosso olhar sobre o objeto e

¹⁰³ De forma a não gerar desconfiança e a não invadir a privacidade de quem habita estes espaços, optámos por limitar o uso da máquina fotográfica a situações pontuais. Grande parte das fotografias foi tirada em dias dedicados apenas à observação e ao registo fotográfico, na companhia de Ana Cortes, arquiteta e voluntária de uma ONG internacional.

¹⁰⁴ Estabelecem a ponte entre os moradores e possíveis compradores interessados no espaço e/ou na construção.

¹⁰⁵ Alguns entrevistados, embora se tenham apresentado como proprietários, poderão ser inquilinos.

¹⁰⁶ Espécie vegetal local.

caso de estudo e identificar as suas particularidades e especificidades; (ii) perceber as inter-relações e interações estabelecidas ao nível da elaboração dos planos/projetos propostos e pós publicação ou conclusão dos mesmos, da construção dos megaprojetos, das transações imobiliárias, bem como da emergência de espaços comerciais, moradias unifamiliares e condomínios fechados; (iii) construir o circuito gerado pela valorização mercantil, pela renovação e gentrificação; (iv) identificar a percepção de cada entrevistado relativamente ao(s) bairro(s), ao seu enquadramento legal, às abordagens de intervenção propostas, sua implementação e impactes, à sua participação na produção e transformação do espaço, bem como à noção de *direito à cidade*, atendendo aos processos em presença; (v) identificar, ao nível do discurso, as expressões e noções usadas para designar o(s) bairro(s) e a sua relação ou especificidade comparativamente a outros lugares da cidade, como já adotado em entrevistas mais abrangentes; e (vi) destacar possíveis práticas de resistência ou insurgência face aos processos de valorização, renovação e gentrificação.

À exceção de duas entrevistas, realizadas por videoconferência, todas as outras realizaram-se presencialmente, em Maputo (183, no total) e, pontualmente, em Lisboa (8, no total), tirando partido da passagem pela cidade de alguns investigadores, técnicos e representantes de organizações não-governamentais. Não descorando o nosso papel de investigador nem a natureza científica do trabalho, procurámos, na linha de Bourdieu (1993: 906-909), que as entrevistas se assemelhassem o mais possível a conversas informais, de forma a fomentar a abertura ao diálogo e a reduzir a *violência simbólica* que qualquer tipo de entrevista por exercer. Neste sentido, optámos por interiorizar os guiões de entrevista e por encadear as perguntas em função das respostas ou comentários tecidos pelo entrevistado, introduzindo gradualmente os pontos e temas mais sensíveis, como as transações imobiliárias ou a violência inerente aos processos em estudo. Garantindo desde logo o anonimato¹⁰⁷ e a inexistência de qualquer interesse que não académico ou de qualquer laço com o governo local e central, com as lideranças locais e/ou supostos investidores¹⁰⁸, recorreremos sempre que possível à gravação áudio, em paralelo com o registo escrito num bloco de notas, de forma a captarmos o discurso integral do entrevistado. Especificamente nas entrevistas aos moradores, contámos ainda com o apoio de quatro jovens locais¹⁰⁹, os primeiros a serem entrevistados. Estas entrevistas prévias permitiram-nos, por um lado, transmitir-lhes o teor da pesquisa e, por outro, encontrar a melhor forma de introduzir algumas perguntas e comunicar algumas ideias. Para além de nos facilitarem na

¹⁰⁷ Relativamente ao anonimato, constitui exceção a entrevista realizada à arquiteta Maria d'Assunção.

¹⁰⁸ Este conjunto de ressalvas dependeu do contexto e do entrevistado.

¹⁰⁹ Dois deles, moradores de Maxaquene A e membros de uma associação local, acompanharam em separado as entrevistas aqui realizadas, outro jovem, morador de Polana Caniço A e membro de uma associação local, acompanhou a totalidade das entrevistas realizadas neste segundo bairro e, por fim, o quarto jovem, residente em Maxaquene B mas com vários familiares e amigos a residir nos bairros periféricos, acompanhou a totalidade das entrevistas realizadas aos moradores que para aí se deslocaram ou foram deslocados.

cobertura da diversidade de situações pretendida e na tradução de algumas falas do *changaná*¹¹⁰, deram à entrevista o ambiente informal desejado, chegando inclusive a introduzir algumas questões pertinentes no decorrer das entrevistas.

•

Após a conclusão do trabalho de campo, a organização da informação recolhida foi o ponto de partida para um novo confronto entre o referencial teórico-metodológico e o conhecimento empírico. A partir das imagens satélite disponíveis no *Bing Maps* e no *Google Earth* relativas a 2015/2016, mapeámos em SIG toda a informação passível de ser espacializada ao nível da cidade, nomeadamente: os planos parciais de urbanização e de pormenor identificados, aprovados e em elaboração; os megaprojetos (previstos ou em construção); o traçado das vias recentemente intervencionadas pelo Estado (pavimentação ou alargamento das faixas de rodagem, por exemplo); e os espaços mais valorizados, alvo de maior pressão e dinâmica de mercado. Ao nível dos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, foi possível espacializar com base nas fotografias aéreas de alta resolução de 2011, cruzadas com imagens satélite mais recentes (2015/2016): o uso do solo, como proposto por Henriques (2008) – residencial, equipamentos, infraestruturas e serviços públicos, atividade económica, vazio urbano, área em risco de inundação e erosão; a estrutura viária, diferenciando as vias de acesso automóvel das exclusivamente pedonais; a rede de transportes coletivos; as áreas alvo de ações de reordenamento e qualificação por parte do Estado e/ou de organizações não-governamentais; as áreas afetadas pela construção de megaprojetos e pela reconstrução de algumas vias, como as avenidas Milagre Mabote e Julius Nyerere; os espaços com maior dinâmica de mercado em pequena escala; os espaços demolidos desocupados; e as novas construções, espaços comerciais, moradias unifamiliares e condomínios fechados. Através da análise das imagens satélite relativas aos anos de 1973, 1982, 1991 e 2001, e do recurso à ferramenta *historical imagery* do *Google Earth*, que permite recuar no tempo até 2000¹¹¹, delimitámos as principais transformações do uso do solo ao longo destas décadas, as intervenções de reordenamento realizadas na década de 1970 (antes e após a independência) ou, sobretudo a partir da década de 1990, as áreas alvo de processos de renovação e gentrificação. Este olhar “de fora e de longe” que, em certa medida, o SIG nos possibilita, foi por sua vez enriquecido pelo olhar “de perto e de dentro” a que alude Magnani (2002), refletido nos registos fotográficos, escritos e áudio, reunidos ao longo do trabalho de campo.

As notas tiradas a partir da observação direta e das entrevistas, às quais acrescentámos a transcrição de várias horas de entrevista, foram organizadas e estruturadas num único documento *Word*¹¹² por

¹¹⁰ Um dos dialectos locais mais falado em Maputo.

¹¹¹ Apenas não há nenhuma imagem satélite relativa ao ano de 2008.

¹¹² Embora este documento tenha mais de 500 páginas, a sua consulta e manejo foram facilitados pela criação de um painel de navegação, que seguiu os temas e subtemas considerados, permitindo o acesso direto e imediato a cada um deles.

temas e subtemas, dos quais destacamos: (1) o contexto colonial; (2) o contexto pós-independência; (3) o atual contexto neoliberal; (4) a percepção do território; (5) os planos e projetos de intervenção; (6) os paradigmas de intervenção; (7) o hiato entre a lei/plano e as práticas; (8) a transação de casas e talhões; (9) a percepção dos direitos inscritos na legislação vigente e sobre a noção de *direito à cidade*; (10) a resistência e organização/mobilização local; (11) a imagem de futuro esboçada para a cidade e seus bairros pericentrais; e (12) a percepção e referência aos vários agentes (ver Anexo V). A justaposição de diferentes escalas, olhares e percepções sobre um mesmo território, permitiram-nos enquadrar e imergir no tema, objeto e caso de estudo, no processo de autoprodução e transformação do espaço, nas dinâmicas, inter-relações e interações estabelecidas entre os agentes, desde a elaboração dos planos e projetos até às intervenções e práticas quotidianas, no impacte sócio-espacial destes processos, bem como nas *micro-resistências* forjadas no quotidiano. Paralelamente, ao revisitarmos as fichas de leitura e análise realizadas aos documentos de referência, às quais se somaram outras leituras e análises complementares, confrontámos a informação reunida com o plano teórico, as lógicas, movimentos, dinâmicas e processos globais, comunicando entre o próximo e o distante, o *espaço abstrato* e o *espaço social*, a *dominação* e a *apropriação*, as contradições e a possibilidade de as superar.

Partindo de um entendimento amplo e transversal do tema e da problemática, a reflexão crítica apoiou-se na figura tridimensional da realidade social proposta por Lefebvre e aprofundada por vários autores, como Soja (2000) e Schmid (2005, 2008), dividida em três momentos dialeticamente interconectados e duplamente designados: de um lado, a *prática espacial*, a *representação do espaço* e o *espaço de representação*; do outro, o *espaço percebido, concebido e vivido*.

- A *prática espacial*, que engloba a produção e a reprodução, designa a dimensão material da atividade e das interações sociais – o *momento de produção material* (Lefebvre, 1991 [1974]: 33; Schmid, 2008: 36-37). Corresponde à dimensão perceptível do espaço, à materialidade dos elementos, das coisas, dos objetos que o constituem e, enquanto base prática da percepção do mundo exterior, representa um *espaço percebido*, apreendido por meio dos sentidos e variável em função do sujeito – um habitante terá, à partida, uma percepção da materialidade concreta diferente da de um técnico, por exemplo (Lefebvre, 1991 [1974]: 40, 113; Schmid, 2008: 39).
- A *representação do espaço*, associada às relações de produção, à ordem imposta, ao conhecimento, aos signos e aos códigos, corresponde a um *espaço concebido*, o espaço por excelência dos cientistas, tecnocratas, arquitetos e urbanistas – o *momento da produção do conhecimento* (Lefebvre, 1991 [1974]: 33, 38-39). Análoga à dimensão paradigmática da linguagem, emerge do discurso e da fala, encerrando formas verbalizadas, como descrições e definições teóricas sobre o espaço, mas também outro tipo de representações, como mapas,

planos e plantas (Schmid, 2008: 37). Enquanto esquema organizador ou quadro de referência para a comunicação, visa orientar, regular e condicionar determinadas escolhas e ações, ou seja, determinadas *práticas espaciais*.

- O *espaço de representação* corresponde à dimensão simbólica do espaço¹¹³, ao lado subterrâneo da vida social a partir do qual emergem os valores, as emoções, os desejos e as aspirações – o *momento da produção de significados* (Lefebvre, 1991 [1974]: 33). Representa o *espaço vivido* através das imagens e símbolos que o acompanham, o espaço dos habitantes e dos usuários, o espaço dominado que a imaginação tenta alterar e apropriar (*Idem*: 38-39). Associado ao imaginário e ao simbolismo, o *espaço de representação* advém da história de uma comunidade e de cada indivíduo que a integra (*Idem*: 41). Contém os lugares da paixão e da ação, os lugares das situações vividas (*Ibidem*).

Esta figura tridimensional, apresentada como a chave para a compreensão do processo de produção do espaço (Schmid, 2008: 33), coloca em evidência a contradição entre o pensamento e a ação, complementada pelo ato criativo da produção, revelando um espaço simultaneamente *percebido*, enquanto *prática espacial, concebido*, enquanto *representação do espaço*, e *vivido*, enquanto *espaço de representação*, que procuramos restituir ao longo da Tese.

¹¹³ Como refere Schmid (2008: 36), Lefebvre atribui à noção de símbolo vários significados. Por um lado, representa o signo matemático, por outro, também é carregado de imagens, emoções e conotações. Em associação ao *espaço de representação*, Lefebvre refere-se precisamente ao segundo entendimento do conceito, à investigação do instintivo, do emocional e do “irracional” como factos sociais.

2 • As margens da cidade planeada

Na senda de outros autores, como Lachartre (2000), Vanin (2013) e Vales (2014), realizamos neste Capítulo 2 uma análise crítica do planeamento da cidade de Maputo desde as suas origens até ao período imediatamente após a independência, centrando o nosso olhar nos bairros pericentrais autoproduzidos. Esta breve incursão no tempo procura identificar as principais tendências e dinâmicas implícitas nos planos e projetos propostos, os seus objetivos, linhas de ação e paradigmas de intervenção específicos para estes bairros, bem como algumas práticas e interações estabelecidas entre os diferentes agentes envolvidos na sua produção e transformação. Apesar da nossa pesquisa se focar no atual contexto neoliberal, sobre o qual nos detemos no Capítulo seguinte, consideramos que este olhar sobre o passado nos ajuda a compreender, não só a génese e expansão destes lugares, mas também as particularidades do presente.

Atravessamos dois períodos históricos distintos, considerando como momentos-charneira a declaração da independência de Moçambique em 1975 e, doze anos depois, a adesão ao programa de ajustamento estrutural, que, como referimos no Capítulo 1, marca o início da adoção de uma economia de mercado neoliberal. O período colonial (subcapítulo 2.1.) é analisado a partir do segundo quartel do século XIX, altura em que a então vila de Lourenço Marques recebe o estatuto de cidade. Subdividimos este longo período em duas fases: a primeira (subcapítulo 2.1.1.) corresponde à fase de maior esforço e investimento na capital por parte do governo colonial, como evidenciam as projeções enunciadas no Plano de Ampliação de 1887 e, mais tarde, no Plano Geral de Urbanização de 1952; a segunda (subcapítulo 2.1.2.), relativa aos últimos anos do regime, anuncia o que Vanin (2013: 49) define como uma “nova tomada de consciência” sobre o território, nomeadamente sobre o chamado *caniço*, expressa no Plano Diretor de Urbanização de 1969. O período pós-independência (subcapítulo 2.2.) é posteriormente analisado à luz do discurso de inspiração marxista-leninista adoptado, ainda

refletido no Plano de Estrutura de 1985, poucos anos antes das negociações entre Moçambique e o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (ver Capítulo 1). Embora substancialmente mais curto, este período é, como veremos, marcado por um conjunto de mudanças profundas, com fortes repercussões no território, das quais destacamos a nacionalização da terra e dos prédios de rendimento, bem como algumas intervenções realizadas no quadro do Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço (1977-1979), numa tentativa de ruptura com o antecedente processo urbanístico. Por fim, a partir de um olhar cruzado sobre os dois períodos históricos percorridos, estabelecemos algumas pontes e traços comuns, fechando este capítulo com uma síntese dos principais pontos abordados.

2.1. | A génese e expansão da cidade

54

A fixação portuguesa em Lourenço Marques consolidou-se apenas em 1805 com a chegada de uma força militar e a construção de uma pequena povoação fortificada, na qual se instalou, vinte anos depois, a Companhia Comercial de Lourenço Marques e Inhambane, incumbida de promover a ocupação do território a sul do Save (Mendes, 1985: 79-80). Na primeira visita de um governador, em 1841, o pequeno povoado possuía 19 “casas” e 127 “palhotas”, mas em 1876, quando elevado a vila, já ultrapassava a linha de defesa entretanto erigida (Lima, 1968: 15; Mendes, 1985: 80-81). Um conjunto de forças e interesses económicos e geopolíticos estratégicos, decorrente da descoberta de ouro no Transvaal, ditou o seu desenvolvimento daí em diante. A existência de um porto natural e a construção de uma estrada de ligação a Lidemburgo atribuíram a Lourenço Marques uma nova *centralidade*, atraindo, quer população vinda da metrópole e das mais variadas partes do mundo, quer população autóctone na procura de melhores condições de vida (ver Rita-Ferreira, 1967/68: 129-151). A chegada de centenas de estrangeiros a caminho do Transvaal, ou que aí se instalaram como intermediários e negociantes, e a dinâmica que trouxeram – de troca e de consumo –, rapidamente alteraram o rosto da vila, resumida a uma pequena língua de areia cercada de pântanos e mangues (Morais, 2001: 57; Vales, 2014: 24).

Os problemas de insalubridade e a necessidade premente de infraestruturas básicas, de apoio ao recente fluxo comercial, estiveram na origem da expedição de Obras Públicas levada a cabo em 1877, motriz de uma nova fase de expansão (Vales, 2014: 88-89). Ultrapassando a até então falta de recursos, esta expedição, composta por militares e técnicos, criou as condições necessárias para se iniciar: a construção da linha de caminho-de-ferro, vital para o funcionamento do porto; os primeiros aterros, que viabilizariam a expansão da cidade para norte; e, paralelamente, o processo de concessão de terrenos, sobretudo a estrangeiros e para especulação (Rita-Ferreira, 1967/68: 182-183; Morais,

2001: 69). Em 1880, um artigo do *Occidente* (15 Ago. 1880) destacava ainda a remoção das chamadas “palhotas”¹¹⁴ – habitadas sobretudo por autóctones – para fora das muralhas, por serem facilmente inflamáveis. Este conjunto de medidas anunciava o estabelecimento de uma nova ordem sobre o território, capaz de anular os potentados locais, dominar a natureza e reordenar o espaço, conferindo a Lourenço Marques uma nova escala e estatuto, tendo em conta o papel económico e estratégico que agora desempenhava (Zamparoni, 1998: 253).

| O Plano de Ampliação de Lourenço Marques (1887) |

Sob a influência dos planos de Ressano Garcia projetados para Lisboa na segunda metade do século XIX, o Plano de Ampliação de Lourenço Marques de 1887, assinado por António José de Araújo¹¹⁵, refletia o espírito renovador e as políticas de intervenção propostas por Haussmann para Paris (1853-70). Como descreve Noronha (1895: 98):

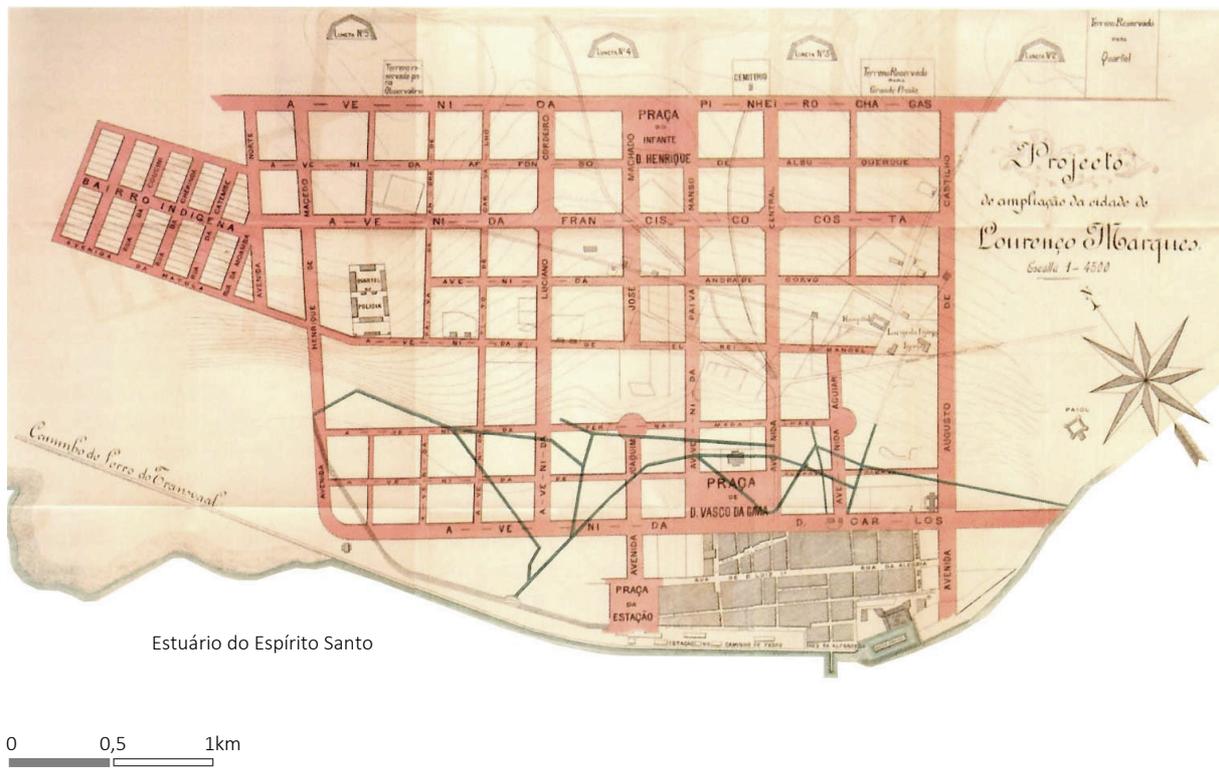
“[o plano] cortava vastas artérias, abria avenidas de vinte metros de largura e 2000 metros de extensão, largas ruas transversais [...], descrevia rotundas, alargava praças, esboçava jardins; numa palavra, fazia de uma villa insignificante e tortuosa, uma cidade [...] larga, aberta, ventilada e formosa”.

A escala da intervenção, o traçado regulador e os novos elementos urbanos propostos, como extensas avenidas, praças e jardins, representavam uma opção estratégica de implementação de infraestruturas, como refere Morais (2001: 86), mas também uma instrumentalização do espaço com vista à produção de mais-valias e a um maior controlo social, característicos do *espaço abstrato* de que fala Lefebvre (1991 [1974]: 352-353) (ver Capítulo 1). Se na Europa, a abertura de grandes vias e a criação de espaços amplos e abertos impediam a prática das barricadas, permitindo melhor controlar as consideradas “classes perigosas” expulsas dos centros das cidades (ver Garnier, 2006), em Lourenço Marques, embora não fosse palco de revoltas ou motins, o novo plano e o conjunto de reformas a ele associado tinham significado idêntico ao negarem a *cidade moderna* à população autóctone.

O Plano de 1887 previa a extensão do núcleo antigo a partir da introdução de uma quadrícula que, adaptando-se à estrutura preexistente, se estendia ao longo do planalto, transpondo a antiga linha de defesa (ver figura 08). O caminho-de-ferro e a estrada para a Ponta Vermelha, bem como alguns edifícios e elementos considerados de exceção, como o hospital, o quartel e o jardim da Sociedade de Horticultura e Floricultura – atual Jardim Tunduru –, permaneciam no novo plano e, à semelhança de

¹¹⁴ Feitas de troncos, ramos, bambu, capim, fibras e argila, através de técnicas de construção tradicionais, transmitidas de geração em geração (Rita-Ferreira, 1967/68: 165).

¹¹⁵ De acordo com Morais (2001: 86), o papel determinante do major e engenheiro Joaquim José Machado, líder da equipa da expedição de Obras Públicas, levou algumas fontes a apontar ambos como autores, em regime de coautoria.



Estuário do Espírito Santo

Legenda | cidade edificada; canal de esgoto; projeto de ampliação.

Figura 08 | Plano de ampliação de Lourenço Marques, 1887.

Fonte | "Projecto de ampliação da cidade de Lourenço Marques" (versão 2) (1887). Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

algumas concessões de terra já realizadas, condicionavam o desenho dos quarteirões e das vias (Morais, 2001: 88, 93). Em contrapartida, fazia *tábula rasa* de outras preexistências, como construções tradicionais – as chamadas “palhotas” – e caminhos seculares, impondo-se a visão abstrata e racional que ditou o traçado ortogonal da maioria das cidades coloniais (ver figura 08).

A localização do estuário e do porto serviu de referência à orientação do traçado proposto, com exceção do designado “bairro Indígena”, com uma orientação distinta. Para além deste bairro, rigorosamente loteado, o plano não estabelecia qualquer regra para a formação dos lotes, dando total liberdade ao nível da gestão fundiária. As construções passavam a ter regulamentação específica e a ficar sujeitas a processos de licenciamento por parte da Câmara Municipal (Morais, 2001: 93-94; Vales, 2014: 118-119). Com vista à promoção do mercado imobiliário, definiram-se a partir da nova hierarquia viária diferentes zonas, cada uma com o respetivo preço de aquisição¹¹⁶. Quanto mais próximo estivesse do núcleo antigo, mais caro era o terreno.

Embora apenas fosse oficialmente aprovado em 1892, o Plano de Ampliação de Lourenço Marques passou desde logo a controlar e condicionar a expansão da cidade, sendo o grande impulsionador do crescimento urbano e, segundo as palavras de Noronha (1895: 88), da especulação fundiária:

“Em 1889 desenvolvia-se sobre os terrenos pertencentes à câmara municipal uma especulação desenfreada, um jogo desesperado, em que nem tudo era honesto, uma série de operações financeiras [...] [que] permitiu a alguns especuladores açambarcar durante um dado período áreas relativamente grandes, pedindo por elas somas avultadas”.

57

Algumas vias, como a avenida Henrique de Macedo – atual avenida da Zâmbia –, que atravessava terrenos pertencentes a uma companhia neerlandesa, sofreram alterações devido ao valor das indemnizações implicado na execução do traçado proposto, mas a maioria seguiu fielmente o planeado (Morais, 2001: 95). A grande ausência acabou por ser o “bairro Indígena”, que nunca saiu do papel e sobre o qual permaneceu uma ocupação considerada *temporária*.

2.1.1. | A construção da *modernidade*

Ao longo da primeira metade do século XX, a regularização da linha de caminho-de-ferro e a ampliação do porto ofereceram as condições necessárias à consolidação da vertente comercial e

¹¹⁶ A cidade foi dividida em cinco zonas: a primeira compreendida entre o porto e a avenida D. Manuel (30 a 20 reis/m²), a segunda entre esta avenida e a Francisco Costa (20 a 15 reis/m²), a terceira entre a avenida Francisco Costa e a Pinheiro Chagas (15 a 10 reis/m²), a quarta entre a avenida Pinheiro Chagas e os terrenos da jurisdição municipal para norte, leste e oeste (5 reis/m²), por fim, a quinta entre a avenida Castilho, a Pinheiro Chagas e a linha da costa (10 reis/m²) (Ata n.º 8, de 30 de Janeiro de 1888, parcialmente transcrita por Morais, 2001: 221-222).

portuária de Lourenço Marques e, conseqüentemente, à materialização da proclamada *cidade moderna*. Ao Estado português, cabia assegurar as condições necessárias à concretização dos propósitos expansionistas e económicos em relação à então colónia, aos promotores privados, satisfazer as necessidades de uma elite e erguer os novos símbolos da *modernidade* (Vanin, 2012: 39), com base numa política de concessão de serviços urbanos básicos e de terrenos ao alcance de poucos. Parte da cidade, por exemplo, já possuía em 1900 abastecimento regular de água e eletricidade, gerido por uma companhia inglesa, tendo sido, poucos anos mais tarde, introduzida uma rede de elétricos, que estabelecia a ligação entre diferentes zonas habitacionais – como a Ponta Vermelha e o Alto Maé – e aquele que se esboçava como o centro por excelência: o núcleo antigo e sua envolvente próxima (Morais, 2001: 99; Vales, 2014: 197). O Regulamento para a Concessão de Terrenos, promulgado em 1918, permitia conceder a portugueses, estrangeiros e empresas, por um prazo de vinte anos renováveis, terrenos até dois hectares em áreas urbanas ou até cinco hectares nos chamados *subúrbios*, podendo um mesmo requerente obter mais do que uma concessão (Zamparoni, 1998: 61). Em contrapartida, instituía uma classe de terrenos para “uso exclusivo da população indígena”, sem qualquer garantia de posse sobre os mesmos¹¹⁷.

58

Estando os terrenos sobranceiros ao porto e à baía nas mãos de importantes promotores e investidores imobiliários, entre eles Sommerschild, a cidade estendeu-se sobretudo em direção a norte e a oeste, formando um arco de circunferência correspondente ao limite do antigo foral da cidade, mais tarde definido pela Estrada da Circunvalação – atual avenida da Tanzânia, avenida Marian M’Gouabi e rua Fontes Pereira de Melo (ver figura 09). Para além da aquisição de um terreno, a ocupação dentro do limite imposto para a cidade estava sujeita a regulamentação cada vez mais apertada. A publicação de sucessivos códigos de posturas entre 1912 e 1921 tornou obrigatória a construção em alvenaria e a entrega de nova documentação no pedido de licenciamento, com exceção das franjas em redor da Estrada da Circunvalação, para lá da qual se desenvolviam os chamados *subúrbios*, que, como vemos na figura 09, correspondem ao que hoje designamos de bairros pericentrais autoproduzidos (Morais, 2001: 106-107, 143; Vales, 2014: 202, 204). Como atestam as palavras do Alto Comissário Brito Camacho (1925: 23), não só o caniço, mas também a madeira e o zinco, passaram a integrar os materiais considerados precários:

“muitas d’essas casas [de madeira e zinco] [...] são peores que palhotas”, havendo por isso “que arrasar todos estes pequeninos antros”.

De acordo com o censo de 1912, a cidade planeada, com 13.353 habitantes, possuía pouco mais de 2.000 edifícios de um ou mais pisos, 65% dos quais construídos em madeira e os restantes 35% em

¹¹⁷ Mais tarde, a Lei Orgânica do Ultramar, de 1953, e o novo Estatuto do Indigenato, publicado no ano seguinte, previam esta possibilidade mediante a aprovação do juiz municipal, o que, na prática, se revelava praticamente impossível (Rita-Ferreira, 1967/68: 183-184).



Figura 09 | Planta de Cadastro do Foral de Lourenço Marques.

Fonte | “Planta de Cadastro do Foral de Lourenço Marques” (Portarias n.º 18.235 de 2-1-1965 e n.º 20.418 de 1-7-987), cedida pela arquiteta Maria D’Assunção. Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

alvenaria. Já os chamados *subúrbios*, com 12.276 habitantes, totalizavam cerca de 3.800 construções de um piso, 55% em caniço, 44% em madeira e apenas 10 em alvenaria (Morais, 2001: 101,108-109). Atendendo a estes números, quer uma parte significativa da cidade planeada, quer a quase totalidade dos *subúrbios*, assumiam um carácter provisório.

Para além de processos de renovação e gentrificação, o reforço do aparelho regulador, progressivamente mais burocrático e tecnocrático (ver Rita-Ferreira, 1967/68: 185-187), acabaria: por um lado, por atribuir ao edificado corrente um carácter de permanência, privilegiando-se a construção em alvenaria e, gradualmente, em cimento armado; por outro, por impulsionar o desenvolvimento de uma outra cidade – autoproduzida –, sem plano e sem infraestruturas, onde residia a maioria da população autóctone, impossibilitada de adquirir um terreno ou construir uma habitação de acordo com as normas e regras estabelecidas. Sublinhamos o facto da população autóctone estar sujeita a legislação altamente coerciva (ver Zamparoni, 1998), como o “Código do Trabalho Indígena”, que impunha a obrigatoriedade de trabalhar, e à aplicação de diversos impostos, nomeadamente o da “palhota”¹¹⁸. Acresciam ainda as rendas exigidas por parte dos proprietários dos terrenos *suburbanos* e os mecanismos de expropriação desencadeados em nome do desenvolvimento comercial e industrial da província, negando-se ao autóctone qualquer direito que não fosse o da indemnização, pontualmente aplicada (Rita-Ferreira, 1967/68: 184; Zamparoni, 1998: 58-63). Estas e outras imposições contavam com a conivência de grande parte dos chefes tradicionais, quando estes passaram a ser nomeados pelas autoridades coloniais¹¹⁹ e a ser responsáveis por garantir a sua execução (ver Zamparoni, 1998: 127-132; Florêncio, 2008: 370-377). Tirando alguns deles, que se revoltaram contra o domínio colonial e os impostos aplicados¹²⁰, os régulos e o seu séquito de indunas e sipaios funcionaram, nas palavras de Zamparoni (1998: 128), como “correias de transmissão” dos valores e regras impostos pelo regime colonial. Sob controlo da administração colonial local¹²¹ e beneficiando de um conjunto de regalias¹²², transmitiam ordens, recrutavam para o *chibalo*¹²³,

¹¹⁸ A obrigatoriedade do pagamento do “imposto de palhota” em toda a colónia foi estabelecida em 1892. Nos primeiros anos, o pagamento podia ser feito em géneros, nomeadamente em produtos agrícolas, mas, sobretudo nos meios urbanos, rapidamente passou a ser feito apenas em dinheiro. Qualquer incumprimento conduzia a uma pena de trabalho forçado, até atingir o valor em falta, acrescido de 50% de multa (Zamparoni, 1998: 45-46).

¹¹⁹ O colonialismo português, à semelhança do britânico, implementou um modelo de administração do território e controlo da população autóctone apoiado nas autoridades tradicionais locais (ver Florêncio, 2008: 388).

¹²⁰ Segundo Zamparoni (1998: 38), em 1894, os principais régulos da região de Lourenço Marques organizaram uma revolta contra o regime colonial e o aumento do imposto *per capita*, aplicado nesse mesmo ano. Seguiu-se uma operação militar em 1895 que acabou com a prisão de alguns deles.

¹²¹ Caso o chefe de posto ou o administrador entendessem que as autoridades tradicionais não estavam a cumprir os seus deveres, podiam puni-los com castigos físicos e/ou trabalhos forçados (Florêncio, 2008: 375).

¹²² Segundo o Regulamento específico sobre a “Organização Administrativa do território”, publicado em 1895, cada régulo tinha direito a um terço do valor do “imposto de palhota” por si arrecadado, bem como 200 réis por semana completa de trabalho por cada homem que entregasse para *chibalo* (Zamparoni, 1998: 87, 129). Em alguns casos, era-lhes ainda atribuída uma casa de alvenaria (Florêncio, 2008: 375).

recolhiam o “imposto de palhota” (Florêncio, 2008: 375) e, como recordam alguns entrevistados¹²⁴, atribuíam espaço para construção, geralmente mediante pagamento em género ou dinheiro – “*para arranjar talhão, era falar com o régulo [...], que falava com a pessoa para medir o espaço [...]* [e em troca] *dava qualquer coisa ao régulo como forma de agradecer*” (morador de Maxaquene A, 2013).

As taxas e impostos arrecadados reverteram, não durante muito tempo¹²⁵, para a construção de *compounds*¹²⁶ e de “bairros indígenas”, retomando uma das propostas do Plano de 1887 (Rita-Ferreira, 1967/68: 198-199; Zamparoni, 1998: 314). Enquanto os *compounds* públicos nunca chegaram a ser construídos, o primeiro “bairro indígena” ficou concluído nos primeiros anos da década de 1920 – Xipamanine –, seguindo-se outros – como o da Munhuana –, sem água, eletricidade ou qualquer outra infraestrutura, mas com preços de aluguer inoportáveis para a maioria dos trabalhadores negros assalariados¹²⁷. Foram por isso ocupados por uma franja de trabalhadores negros e mulatos com salários acima da média, que, ao serem expulsos da então *cidade de cimento*, encontraram aqui uma alternativa habitacional (Zamparoni, 1998: 320). Em 1938 foi dado ainda um prazo de três meses à Câmara Municipal para fixar as áreas de reserva para a construção de novos “bairros indígenas”, prevendo-se a demolição de todas as “palhotas” e edificações aí localizadas, mas sem qualquer efeito (Rita-Ferreira, 1967/68: 185-186). Idêntico resultado teria o conjunto de incentivos dado em 1941 aos investidores interessados em construir “habitações económicas”, isentos de contribuições prediais, taxas e impostos municipais (Morais, 2001: 146), ou, mais tarde, a criação do “Fundo para a Construção de Casas Destinadas à População Indígena”, confrontado com um conjunto de dificuldades financeiras, jurídicas e administrativas difícil de ultrapassar (Rita-Ferreira, 1967/68: 201-203).

¹²³ Termo usado na época para designar o trabalho forçado.

¹²⁴ Entrevistas realizadas a dois moradores de Maxaquene A e ao antigo régulo da área (2013).

¹²⁵ Segundo o Regulamento de “Polícia dos Serviços e Trabalhadores Indígenas em Lourenço Marques”, de 1922, estas importâncias passavam a constituir receita do Estado e destinar-se à construção de “bairros indígenas” e *compounds*. Contudo, uma Portaria de 1926 determinou o desvio destes recursos para a melhoria do serviço de fiscalização do trabalho no distrito de Lourenço Marques e para “obras de beneficência”.

¹²⁶ Expressão colonial usada para designar os barracões dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, de particulares ou da WNLA – *Witwatersrand Native Labour Association* –, usados para alojar e controlar os seus trabalhadores negros.

¹²⁷ Segundo Zamparoni (1998: 320), em 1922, no bairro de Xipamanine, por exemplo, o aluguer mais barato era 43 escudos por mês, quando o salário mensal de um trabalhador semiespecializado do sector ferro-portuário rondava, no mesmo período, entre os 30 e os 75 escudos mensais.

| O Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1952) |

Em resposta ao que a própria Câmara Municipal descrevia como um “acumular de erros”¹²⁸, expressos na incapacidade em controlar o progressivo crescimento urbano, mas também à pressão exercida por importantes promotores e investidores imobiliários, empenhados em erigir novas zonas residenciais, avançou-se com a elaboração de um novo plano de urbanização (Vanin, 2013: 43-44). Concluído em 1952, o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, da autoria de João Aguiar, subdiretor do Gabinete de Urbanização Colonial, inseria-se num vasto conjunto de planos propostos para os principais aglomerados urbanos das então chamadas províncias ultramarinas¹²⁹. Produto do discurso urbanístico adoptado pelo Estado português entre a primeira e a segunda guerra mundial, influenciado pela arquitetura fascista italiana e pela cidade-jardim, este Plano revela, como sublinha Mendes (1985: 98), um profundo desconhecimento da realidade social de Lourenço Marques.

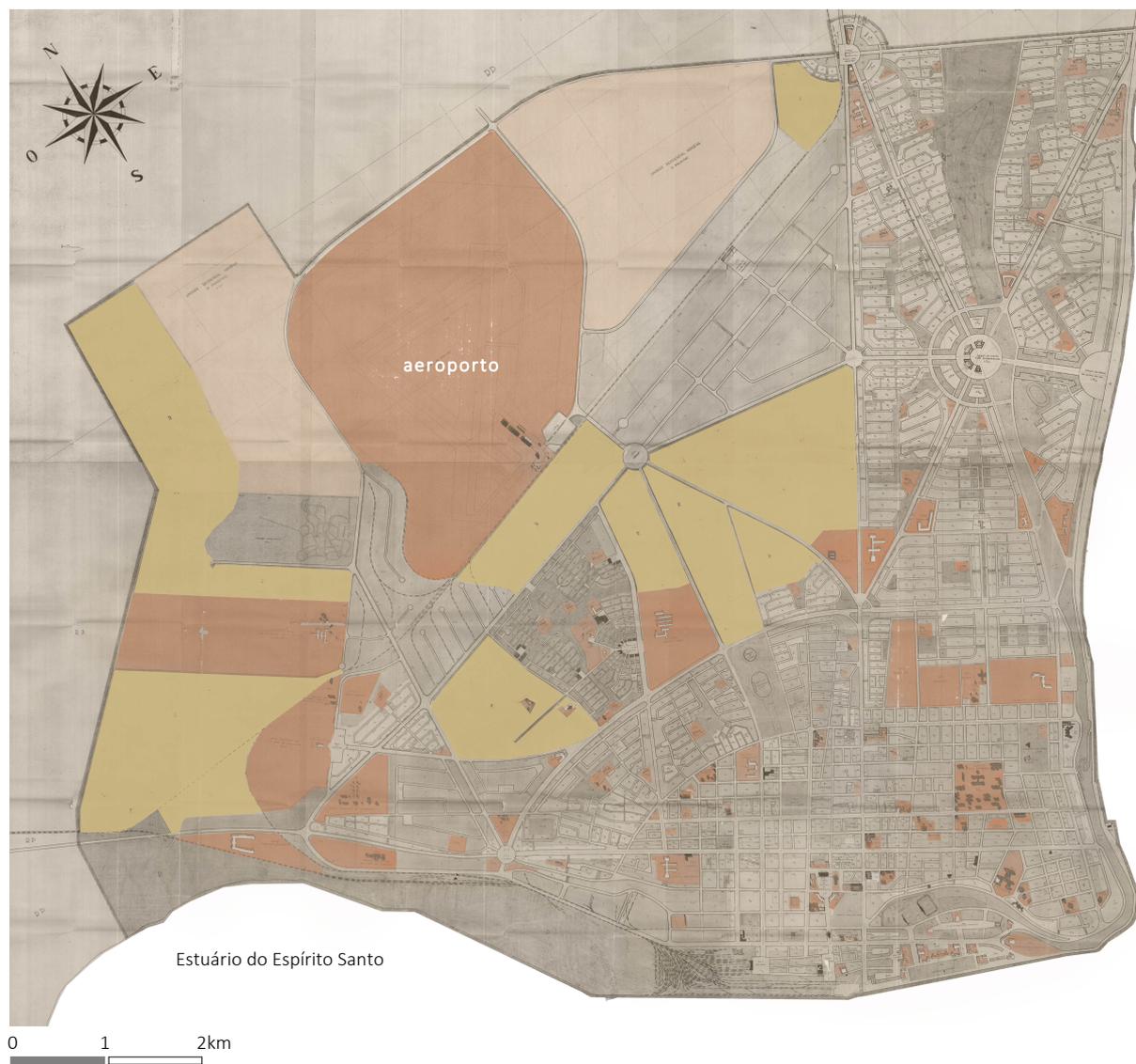
Tendo em conta o início das negociações com Sommerschild, o Plano de 1952 projetou o desenvolvimento da cidade ao longo da linha da costa e recorreu à figura do zoneamento como forma de regulamentar as mudanças de uso e ocupação propostas. À semelhança do seu antecessor, o traçado ortogonal assumia um carácter disciplinador das preexistências e da rede viária principal, enquanto o traçado sinuoso, sob influência do modelo da cidade-jardim, marcava as novas áreas a urbanizar ao longo da faixa litoral (ver figura 10). Num claro exercício de reinterpretção da cidade, o Plano distinguia as áreas administrativas dos serviços, comércio, habitação e lazer e propunha uma nova estrutura pública, de escala monumental, cujo expoente máximo seria a “Praça do Império” – similar à de Lisboa – e o “centro cívico”, previstos para o aterro de Maxaquene.

Para além das zonas de expansão, de carácter essencialmente residencial, foram propostas extensas zonas verdes, associadas a equipamentos ou deixadas como “reserva” para o futuro crescimento da cidade, remetendo a população autóctone para longe do olhar dos “cidadinos” (ver figura 10). Com exceção do bairro de promoção pública da Munhuana, integrado no Plano, todos os bairros autoproduzidos localizados em redor da Estrada da Circunvalação desapareciam, prevendo-se uma área “residencial indígena” nas imediações do aeroporto, de acordo com o modelo conceptual e metodológico específico para a “habitação nos países tropicais”¹³⁰ desenvolvido por Aguiar (1952). Projetaram-se unidades mínimas de habitação, escolas, mercados e centros desportivos e de lazer em

¹²⁸ Segundo o Relatório do processo da “Concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a *Delagoa Bay Lands Syndicate*”, de 1953, parcialmente transcrito por Morais (2001: 155, 230).

¹²⁹ Destacamos a este nível o projeto de investigação intitulado “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica”, financiado pela FCT e coordenado por Ana Vaz Milheiro, do qual resultou a exposição “África – Visões do Gabinete de Urbanização Colonial”, exibida na Garagem Sul do Centro Cultural de Belém, nos primeiros meses de 2014.

¹³⁰ Tradução livre do original ‘*l’habitation dans les pays tropicaux*’.



Legenda | ■ equipamentos e instituições públicas; ■ áreas de reserva; ■ 'residencial indígena'.

Figura 10 | Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, 1952.

Fonte | “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, Ocupação do Solo” (1952). Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

nome da melhoria das condições de vida e habitabilidade¹³¹, mas prosseguiu-se com a política de segregação e destruição das particularidades locais anteriormente adotada.

Desajustado da realidade, este “plano-imagem” (Lôbo, 1995: 219), tirando o prolongamento de algumas vias estruturantes – caso das atuais avenidas Vladimir Lenine, Julius Nyerere e Acordos de Lusaka –, estaria condenado a não sair do papel. Por um lado, o fim do acordo entre a Câmara Municipal e Sommerschild em 1953 contrariava parte das suas diretivas e a extensão e densidade do tecido autoproduzido tornava qualquer intervenção de renovação demasiado onerosa para ser posta em prática (Rita-Ferreira, 1967-1968: 209; Vanin, 2013: 46-47). Por outro lado, o Plano nada avançava em relação aos desafios colocados pelas novas dinâmicas de desenvolvimento industrial e habitacional, num momento em que o entreposto e as unidades industriais da Matola e da Machava assumiam cada vez maior importância (Rita-Ferreira, 1967-1968: 125-126). Apesar disso, a classificação dos bairros autoproduzidos como áreas de “reserva” permanece na lembrança de vários entrevistados: “*Este bairro era reserva do Estado [no tempo colonial] e até agora é reserva do Estado [...]. Não é zona para fixar residência*” (morador de Maxaquene A, 2013).

Ao contrário do planeado, Lourenço Marques expandiu sobretudo para ocidente. Em 1955, alcançou os 175.000 habitantes e, nos quinze anos seguintes, viu a sua população duplicar, principalmente à custa da densificação dos bairros autoproduzidos mais antigos, como Mafalala e Chamanculo, e do aparecimento de novos, mais periféricos, como as Mahotas e Laulane (Mendes, 1985: 35, 98-103). A necessidade premente de alargar a visão sobre o território e compreender as verdadeiras relações entre Lourenço Marques e os núcleos vizinhos conduziu à criação de um Gabinete de Urbanização e à elaboração de um novo plano – o Plano Diretor de Urbanização de 1969 –, espelho do momento de transição em que foi concebido.

2.1.2. | O mal do *caniço*

Durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX, conviveram lado a lado, entre arquitetos e urbanistas, as últimas aspirações de um Portugal salazarista, ainda preso à ideia de um futuro longo e promissor, e o pensamento desalinhado com o regime, alimentado pelo clima de forte repressão no segundo pós-guerra e pelo início do processo internacional de descolonização em África (ver Tostões, 1997). Pela primeira vez, discutia-se em Portugal o futuro dos então chamados *bairros de lata* em redor de Lisboa ou dos de *caniço* em Lourenço Marques, reproduzidos em tantas outras cidades ultramarinas, e, amiúde, entravam em relatórios e estudos especializados palavras como

¹³¹ De acordo com os elementos fundamentais da organização da unidade “residencial indígena” descritos no Plano, transcritos por Morais (2001: 237).

sociologia urbana, integração e convivência (Vanin, 2013: 50-51). No entanto, ao ser apropriada pelo regime, esta retórica integracionista e pluralista deixou de ser uma solução exclusiva para os problemas urbanos, para, acima de tudo, justificar a manutenção das colónias e, nas palavras de Cabral (2012: 254), conquistar “a simpatia das populações locais contra os movimentos de libertação”. Em vez do racismo declarado do Ato Colonial de 1930, proclamava-se trinta anos depois uma ideologia de aparente “democracia racial”. Num período que lhe era à partida adverso, o regime procurou assegurar a sua soberania, não só através do reforço da ocupação do território ultramarino, incentivando a imigração e fixação de colonos, mas também da criação de propostas para uma sociedade “plurirracial”, da abolição do indigenato e da introdução de políticas de educação dirigidas à população autóctone (Cabral, 2012: 254; Mendes [et al.], 2005: 41).

| Manual do Vogal Sem Mestre (1963) |

Em Lourenço Marques, contornando a censura, um grupo de artistas e intelectuais, de que faziam parte Craveirinha, Malangatana, Aurélio Quintanilha e Pancho Guedes, por exemplo, encontrou espaço para expressar o seu pensamento desalinhado com o regime (Cabral, 2012: 254-255). Pancho Guedes, seguindo a irreverência que marca a sua arquitetura (ver Santiago, 2009), conseguiu publicar no periódico local *A Tribuna*, em Julho de 1963, um manifesto intitulado: “Várias receitas para curar o mal do Caniço e o Manual do Vogal Sem Mestre”¹³². Subvertendo e ironizando o pensamento urbanístico dominante e a visão dos arquitetos e urbanistas, criticou várias obras municipais, comparadas a “brincadeiras de gente rica em estados ricos”, e as soluções propostas para o *caniço*, consideradas insuficientes, inexequíveis e desajustadas da realidade:

“Os sabetudos [arquitetos/urbanistas] quando cheg[av]am de avião viam, lá do alto, muita gente pequena em barracas de lata à roda da cidade. Preocupados com isso (entre outras preocupações) alugaram architectos rápidos para sonhar o sonho deles, que era que[,] com muitas casas[,] ia ficar tudo mesmo bem. Os architectos não pensaram, nem falaram – desenharam e mandaram fazer algumas casas – longe, caras e más” (Guedes, 1963).

Em alternativa, propôs a criação de dois centros habitacionais de alta densidade para alojar uma pequena parte da população da *cidade de caniço* – um junto à encosta da Malanga e outro junto à barreira da Ponta Vermelha –, de forma a acelerar uma “genuína integração racial” e, nas suas palavras, “facultar a toda essa gente e às suas famílias o uso da Cidade central, a utilização das suas funções culturais, recreativas e sociais; [...] [e] um acesso fácil aos liceus e escolas nocturnas” (*Idem*).

¹³² Manifesto disponível no artigo da autoria de Morais (2006), intitulado: “A intemporalidade do “Manual de Vogal sem Mestre” para Caniço de Lourenço Marques, de Pancho Guedes”.

Em complemento, sistematizou um conjunto de ações prioritárias para resolver “o mal da cidade de caniço” – “doença longa e cara de tratar” –, entre as quais destacamos a necessidade de:

“estudar realmente o problema e inventar [uma] maneira flexível, prática e rápida de agir [...], obter a colaboração do Centro dos negros, [...] formar brigadas de consulta e de auxílio social a sério [...] [e] formar brigadas de recuperação de barracas, [...] marcar [e abrir] algumas ruas já várias vezes definitivas em [...] planos de urbanização, [...] [que] levarão água, luz e esgotos ao interior da cidade de caniço, [...] [mas] também 300.000 esperanças para 300.000 vidas melhoradas” (*Idem*).

Subjacente ao seu discurso, estava uma crítica mordaz à burocracia e tecnocracia em que assentava o planeamento, mas também aos interesses instalados, tanto na *cidade de cimento*, como, cada vez mais, na *cidade de caniço*, onde a terra era, ora arrendada, ora comprada e vendida, de acordo com o desejo e a vontade de investidores e especuladores fundiários e imobiliários:

“As áreas da Cidade do caniço foram em tempos concedidas a gente que[,] sem nunca ter feito [nada] nelas[,] até [...] [há] pouco se contentava a esperar, vendendo por rendas anuais o direito anual a outros de construir barracas temporárias nos seus terrenos, mas que recentemente se impacientaram com a tentação de negócios fabulosos. A cega simplicidade dos faz casas despertou os agentes de terreno que [...] vendem futuros pesadelos mascarados de sonhos – retalham a terra à volta da cidade em proveitos astronómicos para eles – em prejuízo para toda a gente” (*Idem*).

•

Estudos realizados na década de 1960 reafirmam a existência de um intenso e lucrativo mercado fundiário e imobiliário em algumas áreas estratégicas da então chamada *cidade de caniço*. Um deles, realizado pelos próprios serviços municipais, mostra que 75% dos terrenos classificados como *suburbanos* estavam na posse de onze proprietários, 13% distribuídos por cerca de trezentos pequenos proprietários e os restantes 12% eram património do Estado ou da Câmara Municipal (Rita-Ferreira, 1967/68: 181). Tendo em mente a futura expansão da cidade, vários investidores tinham adquirido a baixo preço grandes extensões de terra com vista à produção de mais-valias. Durante o processo de valorização, rentabilizavam desde logo o investimento através da cobrança de rendas aos ocupantes dos terrenos, que, em alguns casos, subalugavam a construção ou construções a terceiros, coexistindo dessa forma dois tipos de arrendamento: um sobre o terreno e outro sobre a habitação, cujo valor variava em função da proximidade à chamada *cidade de cimento*, do número de divisões, da área do quintal e dos materiais de construção (*Idem*: 189-191). Segundo Rita-Ferreira (*Ibidem*), cada habitação era geralmente alugada a apenas um agregado familiar, que, por sua vez, podia alugar quartos ou “palhotas” exteriores, perfazendo neste caso um total de três locatários: (1) o que alugava

o terreno, (2) o que alugava a construção e (3) o que alugava uma parte dela. Esta situação era característica dos bairros pericentrais mais densos e antigos, como Mafalala e Chamanculo, onde a construção de casas para aluguer se revelava uma excelente forma de capitalização.

O facto das habitações serem construídas em propriedade alheia, estarem sujeitas ao pagamento de rendas e à flutuação e especulação do mercado fundiário e imobiliário, agravava a situação de insegurança e vulnerabilidade dos seus ocupantes, sempre sob a ameaça de, a qualquer momento, ficarem desalojados. De acordo com Rita-Ferreira (1967/68: 192), esta situação constituiu um dos principais motivos de revolta e ressentimento da população autóctone, que se queixava dos curtos prazos concedidos para a demolição das habitações, depois de transacionados os terrenos, das indemnizações arbitradas, bem como da dificuldade em encontrar outro espaço perto do centro da cidade, onde pudesse reconstruir a sua casa. Num momento em que a população de Lourenço Marques não parava de crescer – aproximando-se em 1970 dos 400.000 habitantes – e que o ritmo de construção tentava acompanhar a subida exponencial da procura de habitação, aumentava a pressão sobre os bairros adjacentes à então *cidade de cimento*. Às ações de renovação, exercidas pela “força dos *bulldozers*” referida por Mendes (1985: 99, 103), juntaram-se as ações de fiscalização desencadeadas após a publicação do Regulamento Geral de Edificações Urbanas¹³³, em 1960, que proibia nos *subúrbios* qualquer construção de alvenaria que desrespeitasse as normas e regras impostas, no sentido de tornar menos onerosa uma futura demolição (Forjaz [et al.], 2006: 15). São desta altura as construções em alvenaria revestidas a zinco ou caniço, ainda presentes na memória de alguns entrevistados: “O meu avô só podia construir uma casa em caniço, então construiu [em bloco] e cobriu com caniço. Naquele tempo era muito proibido” (morador de Polana Caniço A, 2013).

Como sublinha Rita-Ferreira (1967/68: 187, 202-203), na prática, nem as multas e ordens de demolição travavam a construção de novas habitações ditas *suburbanas*, nem os resultados obtidos com a criação do “Fundo para a Construção de Casas Destinadas à População Indígena” e da “Junta dos Bairros e Casas Populares”¹³⁴ supriam o défice habitacional. Em dez anos de atividade (1962-1972), construíram-se apenas 32 habitações em Malhangalene e 116 novas habitações no bairro da Munhuana, enquanto a população autóctone poderá ter erigido em igual período mais de 60.000 habitações (*Ibidem*). A inoperância refletida nestes números e a política de segregação e discriminação seguida ao longo de décadas não invalidaram, no entanto, que o Estado incorporasse no seu discurso a intenção de “eliminar a discriminação urbanística”¹³⁵.

¹³³ Aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1676, de 10 de Maio de 1960.

¹³⁴ Através do Diploma Legislativo n.º 2297, de 13 de Outubro de 1962.

¹³⁵ Discurso proferido pelo deputado por Moçambique Manuel Nazaré a 1 de Março de 1966 na Assembleia Nacional (Rita-Ferreira, 1967/68: 204).

| O Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques (1969) |

Imbuído pelo espírito reformista da época, o Plano Diretor de Urbanização de 1969, coordenado pelo engenheiro e urbanista Mário de Azevedo, rompeu com as premissas que até então norteavam a prática de planeamento, detendo-se, como destaca Vanin (2013: 49), não propriamente na prefiguração da cidade, mas na compreensão do seu tecido urbano. Foi o primeiro plano a assumir a escala territorial, integrando, para além do município de Lourenço Marques, a Vila Salazar – atual Matola – e a Vila Luísa – atual Marracuene –, e a estabelecer relações além-fronteiras, representando as principais infraestruturas e corredores de ligação com a Suazilândia e a África do Sul. Com base num diagnóstico e análise exaustivos, desenvolvidos a partir do “Estudo de Urbanização” da autoria do arquiteto Fernando Mesquita (1965) e do “Plano Regulador da Ocupação do Solo nos Arredores de Lourenço Marques” (1966) (ver Morais, 2001: 171-172), a sua proposta de zoneamento foi definida por grandes manchas e limites flexíveis, numa tentativa de diálogo entre a *cidade de cimento* e a *cidade de caniço* (ver figura 11). Apresentava um esquema da estrutura viária, rodoviária e ferroviária apoiado nos traçados preexistentes, e destacava algumas ligações a estabelecer ou reforçar com os principais aglomerados e cidades vizinhos, orientando a futura expansão da cidade para norte, sul e poente (Azevedo, 1969: 18) (ver figura 11).

Inédito foi igualmente o trabalho dedicado ao *caniço*, apresentado no volume VII do Plano. Próximo de um levantamento etnográfico, mostrava, não só os materiais de construção predominantes, como também o uso dos espaços, com indicação, por exemplo, da localização do pilão e das cordas do estendal, das espécies vegetais, dos pontos de sociabilidade, repouso e trabalho comunitário. Atribuindo-lhes um estatuto urbano (Azevedo, 1969: 16), requeria-se para estes espaços:

“o prévio estabelecimento de um esquema ordenador sumário, com definição dos acessos e equipamentos de apoio previsto, e indicação das zonas correspondentes a cada núcleo de habitações existentes ou a constituir, como intervenções mínimas para assegurar a habitabilidade das áreas e evitar que se degradem por sobrepopoamento ou insalubridade” (*Idem*: 31).

Em vez de uma transformação radical e de intervenções de renovação, propunham-se ações pontuais e mínimas voltadas para a infraestruturização básica e implementação de equipamentos de apoio à população, admitindo-se: “em cada zona uma liberdade de organização de acordo com tendências espontâneas de instalação e de crescimento dos grupos populacionais aí fixados ou a fixar” (*Ibidem*).

Aprovado em 1972, três anos antes da assinatura da declaração de independência, o Plano acabou por ter um tempo de vigência muito curto, mas com alguns resultados práticos, sobretudo ao nível dos bairros autoproduzidos que circundavam o que já se podia considerar o centro da cidade. De acordo com Forjaz [*et al.*] (2006: 15), no auge do conflito armado entre a Frente de Libertação de



Legenda | ■ habitação densa; ■ habitação de baixa densidade; ■ centros secundários – comércio – serviços;
 ■ equipamentos vários; ■ administração; ■ espaços verdes vinculados; ■ verde urbano;
 ■ verde rural.

Figura 11 | Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques, 1969.

Fonte | “Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques” (1969). Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

Moçambique e as Forças Armadas de Portugal, estes bairros eram tidos como o epicentro dos ideais de independência¹³⁶, sendo por isso urgente melhorar as condições de vida e habitabilidade de quem aí residia, na tentativa de conquistar o seu apoio ou inibir a sua revolta. Com efeito, a criação em 1969 do Gabinete de Urbanização e Habitação de Lourenço Marques¹³⁷ (GUHARLM), de carácter temporário e supramunicipal, composto por uma equipa pluridisciplinar (arquitetos, engenheiros civis, geógrafos, sociólogos, economistas, desenhadores, inquiridores e juristas), acabaria por desencadear, como veremos de seguida, um conjunto de ações nunca antes realizadas¹³⁸.

| O Plano de Beneficiação da Área Suburbana de Lourenço Marques |

Entre as várias funções atribuídas ao GUHARLM (ver Mazembe, 2006: 7-8), faziam parte o estudo e definição de medidas orientadas para uma política de habitação à escala territorial – integrando Lourenço Marques e os núcleos vizinhos –, a criação de programas gerais de ação ao nível da habitação e da urbanização, bem como a elaboração dos planos de expropriação necessários à sua execução. No entanto, a necessidade de resultados práticos e imediatos levou a que se privilegiasse sobretudo a elaboração de planos de intervenção expeditos e de rápida implementação. Sedeado na designada *cidade de caniço*, mais precisamente na avenida Craveiro Lopes – atual avenida Acordos de Lusaka¹³⁹ –, o GUHARLM acabou por se tornar aquilo que se poderia chamar um gabinete local, vocacionado para intervir nos bairros adjacentes à *cidade de cimento*, com base em dois planos: o “Plano de Beneficiação da Área Suburbana de Lourenço Marques” e o “Plano Parcial das Lagoas”¹⁴⁰ – atual bairro de Maxaquene e Urbanização.

Mais abrangente, o Plano de Beneficiação avançou em várias frentes. Como descreve Mazembe (2006: 15-17), para além da melhoria dos acessos, que permitiu a entrada de alguns transportes coletivos, bombeiros, ambulâncias, mas também de carros militares, apostou-se: na eletrificação de vias principais; na construção de fontanários; na cobertura escolar, extraescolar e gimnodesportiva, através da criação de unidades polivalentes, como a da figura 12, em Chamanculo C, ainda hoje em funcionamento; na construção de postos médicos, centros de saúde, maternidades e centros sociais; bem como na remoção do lixo. Paralelamente, subdividiu-se a chamada *área suburbana* em zonas,

¹³⁶ Sobretudo em Mafalala e Chamanculo viveram personalidades marcantes do meio político e artístico moçambicano, como Samora Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Craveirinha e Noémia de Sousa.

¹³⁷ Através do Decreto-Lei n.º 48860, de 08 de Fevereiro.

¹³⁸ Segundo entrevista realizada à arquiteta Maria D’Assunção, que integrou a equipa do GUHARLM e acompanhou todo o processo (2013).

¹³⁹ A presença do GUHARLM acabou por influenciar o nome do bairro onde atualmente se insere: o bairro da Urbanização (entrevista, arquiteta Maria D’Assunção, 2013).

¹⁴⁰ Estes planos desapareceram dos arquivos municipais após a independência, não nos tendo sido possível, por essa razão, consultá-los.



Figura 12 | Unidade 11 em Chamanculo C.

Fonte | Autora, 2013.

atribuindo-lhes uma letra e, a cada habitação, um número, de forma a agilizar a identificação dos seus moradores. Segundo a arquiteta Maria D'Assunção (entrevista, 2013), ao contrário das intervenções anteriores, que, com exceção de alguns proprietários expropriados, foram geralmente bem recebidas, esta última acabou por surtir pouco ou nenhum efeito devido à remoção de grande parte das placas então colocadas.

Em relação ao Plano Parcial, que abrangia um total de cerca de 420 hectares, desenvolveu-se um estudo pormenorizado da estrutura urbana, recorrendo-se à aplicação de inquéritos socioeconómicos como forma de identificar as principais necessidades dos moradores, e procedeu-se a uma intervenção mais profunda, que implicou a criação de zonas de transição (exemplo do T3, em Infulene) e volantes (exemplo da zona 6, em Benfica): as primeiras para receber as famílias que, temporariamente, tinham de sair no âmbito das ações de urbanização; as segundas para absorver as populações recém-chegadas à cidade que não dispusessem de alojamento (Mazembe, 2006: 14-15, 17). Ao conjunto de ações de qualificação desencadeadas nos restantes bairros *suburbanos*, somaram-se, no caso das Lagoas, algumas ações de renovação, associadas ao alargamento de vias e à construção de equipamentos, como as Escolas Noroeste I e II – localizadas no atual bairro de Maxaquene A –, ainda na lembrança de vários entrevistados – “as [Escolas] *Noroeste I e II estavam em construção* [quando se deu a independência e] *todas aquelas pessoas ali haviam [sido] avisados* [da demolição de algumas casas], *porque a entrada da Escola Noroeste II era para ser à frente desta estrada*” (morador de Maxaquene A, 2013). Contudo, apesar deste conjunto de intervenções pioneiras, o sentido da Luta Armada de Libertação Nacional não se inverteu e, pouco tempo depois do ‘25 de Abril de 74’, abriu-se uma nova página na história de Moçambique.

2.2. | A [re]apropriação da cidade

Como descreve Chichava (2011: 13), a Frelimo herdou uma estrutura económica frágil, subdesenvolvida e desequilibrada, caracterizada por uma forte dependência externa, uma agricultura maioritariamente de subsistência, uma indústria rudimentar e estruturas ferro-portuárias deterioradas. Acrescia ainda um sistema de ensino discriminatório, inacessível a grande parte da população, e uma cobertura sanitária pobre e limitada aos grandes centros urbanos (*Ibidem*). A maioria da população vivia nas zonas rurais, produzindo por meio da enxada, enquanto a população urbana estava geralmente votada ao subemprego ou integrava o sector terciário (guardas, serventes, empregados domésticos, vendedores ambulantes, engraxadores, varredores, entre outros) (Chichava, 2011: 13; Mendes, 1985: 465; Rita-Ferreira, 1967/68: 326).

A Frelimo adoptou um sistema de economia planificada¹⁴¹, centrado na figura do Estado, de partido único, fixando como alguns dos seus objetivos fundamentais¹⁴²: a eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais; a extensão e reforço do poder popular democrático; a promoção do progresso cultural e social, através da construção de uma identidade nacional desenraizada do passado étnico¹⁴³; bem como a construção do que se designou de democracia popular, de inspiração marxista-leninista¹⁴⁴, como denuncia a renomeação de algumas vias do centro da cidade – caso das avenidas Karl Marx, Mao Tsé-Tung e Vladimir Lenine.

Em nome de uma maior equidade e, de acordo com Oppenheimer e Raposo (2002: 16), em benefício sobretudo da população urbana, nacionalizaram-se os principais bens e serviços, gerando profundas mudanças na sociedade e no espaço. A nacionalização da terra e dos prédios de rendimento¹⁴⁵, em particular, representava uma resposta à exploração e especulação fundiária e imobiliária, bem como à discriminação racial e social espelhadas na capital¹⁴⁶, que, a partir de 1976, recebe o nome de Maputo. Para além de acelerar a fuga de grande parte dos colonos e estrangeiros e de travar o mercado fundiário e imobiliário, estas medidas permitiram o acesso de milhares de pessoas ao centro da cidade¹⁴⁷ e a uma habitação plurifamiliar, símbolo da conquista e dos combates travados:

“Ir para o prédio é uma conquista [...] que ganhámos através de combates sucessivos. Os prédios foram regados com sangue. É o sangue, é o suor, tudo misturado ao cimento, à areia, à água, que edificaram o prédio. O suor da tua mulher, o suor do teu filho e da tua mulher, o teu suor, juntaram-se e edificaram o prédio” (Machel, 1976)¹⁴⁸.

Contudo, como destaca um dos entrevistados, o acesso a uma habitação plurifamiliar não era o desejo de todos os moçambicanos: *“A Frelimo [...] disse: ‘Ah, se a pessoa quer ficar no prédio, podem ir para lá.’ Mas eu não gostei. E se cai os meus filhos? Eu não quero. Nunca fui”* (moradora de Polana Caniço A, 2013).

¹⁴¹ No III Congresso da Frelimo (1977) definiram-se as principais orientações políticas de desenvolvimento económico e social, que serviram de base à elaboração do Plano Prospectivo Indicativo (1979), descrito por Chichava (2011: 14).

¹⁴² Segundo o artigo 4.º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, com alterações introduzidas em 1978, através da Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto.

¹⁴³ “Matar a tribo para construir a nação”, por exemplo, era uma das frases de ordem proferidas (Meneses, 2009: 24). Segundo vários autores (Cahen, 1987; Hall e Young, 1997; Pitcher, 2002; Mahoney, 2003; Sumich, 2005), o objetivo era impor uma nação unificada e homogénea, não étnica, apoiada no paradigma da *modernização*.

¹⁴⁴ Sobre a utilização dos ideais marxistas-leninistas por parte da Frelimo, ver Cahen (1987).

¹⁴⁵ Segundo o artigo 8.º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 e o Decreto-Lei n.º 5/76, de 5 de Fevereiro, respectivamente. Mais tarde, em 1979, foi publicada a Lei de Terras – Lei n.º 6/79, de 3 de Julho.

¹⁴⁶ Ver artigo publicado a 24 de Agosto de 1975, no n.º 255 do semanário *Tempo*, intitulado: “Negócios de Terras era Exploração do Povo” (Samora, 1976: 73-92).

¹⁴⁷ Segundo a Frelimo (1983: 57), aproximadamente 166.000 pessoas, vindas do chamado *subúrbio* e das zonas rurais, acederam às habitações do centro da cidade.

¹⁴⁸ Excerto de um discurso de Samora, fixado na parede de uma das salas do Ministério das Obras Públicas, em Maputo (2013).

Simultaneamente, apenas podia aceder ao centro da cidade quem auferisse de um salário considerado razoável, permitisse ao Estado reaver o investimento realizado e reunisse as condições necessárias para manter o imóvel atribuído, posição pouco tempo depois reajustada à realidade e capacidade financeira dos novos moradores:

“A população será orientada como construir as suas casas, pois nem todos podem ir para os prédios. Se ganha mil e duzentos ou três contos não pode pagar o prédio [...], por isso chamaremos aqueles que ganham muito dinheiro e que não estão lá. Para isso o Estado fixará o preço dos prédios. Quero dizer aos que forem para os prédios [...], que os prédios pertencem ao Estado [...]. Portanto aquilo é nosso. Logo é nosso dever cuidar daquilo” (Machel, 1976: 68-69).

Passava a caber ao Estado determinar as condições de uso e aproveitamento da terra e as rendas aplicadas, criando-se para o efeito um organismo próprio – a Administração da Propriedade Imobiliária do Estado (APIE) –, responsável por distribuir os fogos disponíveis, estabelecer o valor das rendas, bem como controlar e administrar as habitações devolutas ou abandonadas. A ocupação/invasão dos imóveis nacionalizados seria, nas palavras de Samora Machel – então presidente da República Popular de Moçambique –, altamente punida:

“Não há invasão [...]. O Estado vai montar, a partir de hoje, soldados de segurança. Ai daquele que sabotar o prédio. Sei que o povo é muito disciplinado, muito organizado e por isso não vai fazê-lo mas alguns reaccionários que estão lá vão tentar [...]. Ai deles! As Forças Populares de Libertação de Moçambique e o Corpo de Polícia de Moçambique e os Grupos Dinamizadores passarão a controlar a partir de agora, em todo o território [...], os prédios. Ai daquele que tentar sabotar o prédio! [...] Servirá de exemplo para a República de Moçambique e para o Mundo” (1976: 68).

De acordo com vários autores, como Mendes (1985: 471), Sidaway e Power (1995: 1474-75) e Morton (2013: 249-250), uma parte do parque imobiliário dos bairros de Polana e Sommerschield foi rapidamente ocupada por funcionários da Frelimo e por instituições estatais, ou reservada para diplomatas e estrangeiros que chegavam a Maputo para participar em ações de cooperação; outra parte, distribuída pelos restantes bairros do centro da cidade, foi entregue a milhares de antigos guerrilheiros e às suas famílias ou ficaram nas mãos de alguns funcionários do APIE, que reservaram para si as melhores habitações. Segundo Carrilho (1987 *apud* Morton, 2013b: 250), apenas 8% das habitações espalhadas pelas várias cidades do país foram entregues ao que chamou de “classe trabalhadora”, que, para além do aluguer, proporcional aos rendimentos de cada locatário¹⁴⁹, tinha

¹⁴⁹ O discurso de Samora Machel proferido a 3 de Fevereiro de 1976, no qual limita o acesso a habitações de rendimento aos grupos de maiores recursos – *“chamaremos aqueles que ganham muito dinheiro e não estão lá”* (1976: 68) –, seria mais

que pagar eletricidade e água, bem como adaptar-se às novas tipologias habitacionais, nem sempre compatíveis com algumas práticas tradicionais, como o uso do pilão (Morton, 2013b: 250-251).

Milhares de pessoas permaneceram nos bairros autoproduzidos, também eles palco de várias mudanças. Deixou de ser aplicado, do ponto de vista legal, qualquer tipo de renda sobre a terra e, após a mobilização espontânea de um grupo de moradores em defesa da extensão da nacionalização dos prédios de rendimento aos chamados *subúrbios*¹⁵⁰, os contratos de arrendamento aqui celebrados, a maioria deles nos bairros de Chamanculo, Mafalala e Maxaquene¹⁵¹, mantiveram-se válidos, substituindo-se, em parte, o Estado aos senhorios. Como descreve um entrevistado, “*foram nacionalizadas todas as [construções] que eram pertencentes a alguém que arrendava, em nome de um proprietário ou assimilado, seja de madeira e zinco, seja de caniço*”, e “*as pessoas que estivessem nas casas continuaram a pagar renda ao APIE*” (alto dirigente do APIE, 2013). Já as autoridades tradicionais, incompatíveis com o poder popular instaurado, foram estigmatizadas¹⁵². Em seu lugar, constituíram-se grupos dinamizadores¹⁵³, partidarizados e em estreita ligação com outras organizações da Frelimo¹⁵⁴, que assumiam algumas funções similares aos antigos régulos, como a mediação de conflitos, o policiamento, a administração e a regulação dos bairros¹⁵⁵ (ver Brito, 1991; Chichava, 1999; Raposo, 2007b; Meneses, 2009).

Ao nível do tecido construído, finda a proibição da construção em alvenaria, o bloco de cimento substituiu progressivamente o caniço, a madeira e o zinco (ver figura 13). Nas palavras de um entrevistado, “*quando chegou a Frelimo [...] libertou as pessoas para fazer [construir] à vontade*” (morador de Polana Caniço A, 2013). A organização e implementação de programas de autoconstrução assistida foi uma das principais medidas lançadas no III Congresso da Frelimo (1977) e na 1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais (1979), a par de outras medidas, como a criação de cooperativas e de mecanismos de acesso ao crédito, difíceis de operacionalizar devido aos escassos recursos financeiros e técnicos disponíveis (Tique, 2007: 90). Num período de contínuo

tarde revisto, no sentido de tornar a política de arrendamento mais equitativa. O valor da renda passou a ser proporcional aos rendimentos das famílias – em média entre 10 a 20% da renda familiar (Jenkins, 1998: 85).

¹⁵⁰ Segundo o ex-ministro das Obras Públicas e Habitação (entrevista, 2013), a nacionalização dos prédios de rendimento destinava-se apenas às *cidades de cimento*. Contudo, como descreve Morton (2013b: 251), um grupo de pessoas inspirado pelo próprio discurso de Samora Machel, que associava o aluguer à “exploração do homem pelo homem” (Machel, 1976: 93-101), reivindicou, com sucesso, a extensão desta medida aos *subúrbios*.

¹⁵¹ Segundo um alto dirigente do APIE entrevistado em 2013.

¹⁵² Sobretudo a partir do III Congresso da Frelimo (1977), a eliminação da presença das autoridades tradicionais do mapa político-administrativo foi assumida como uma das principais prioridades (Dava, 2003: 11).

¹⁵³ Esta forma de organização nunca chegou a ser enquadrada juridicamente. No entanto, em 1975, na reunião geral dos Comitês Distritais da Frelimo, estabeleceram-se critérios de seleção dos candidatos a membros dos grupos dinamizadores, passando a ser obrigatória a sua formação, de forma a garantir uma atuação mais uniforme e controlada (Chichava, 1999).

¹⁵⁴ Como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM).

¹⁵⁵ Uma das tarefas assumidas pelos grupos dinamizadores era o sistema de “guia de marcha”, de controlo dos movimentos dos habitantes para fora do distrito de residência, que passavam a ter de indicar o destino, motivo e duração da deslocação.



Figura 13 | Bairro de Maxaquene, 1985.

Fonte | Arquivo do Centro de Documentação e Formação Fotográfica de Maputo, Martinho Fernando, 1985.

crescimento demográfico¹⁵⁶, a consolidação e expansão do tecido urbano continuou a realizar-se sobretudo através da autoprodução e, paralelamente, da atribuição de talhões e da autoconstrução¹⁵⁷, que Melo (2015: 49-50) designa de coprodução¹⁵⁸, a par da instalação pública de infraestruturas e equipamentos básicos (Raposo, 2007a: 223).

Criaram-se igualmente novas estruturas da administração pública direcionadas para a habitação e urbanização dos centros urbanos¹⁵⁹. Em 1977, o Gabinete de Urbanização e Habitação de Lourenço Marques (GUHARLM)¹⁶⁰ foi convertido em Direção Nacional de Habitação (DNH)¹⁶¹, também ela convertida, em 1983, em Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) (Raposo, 2007a: 223-224; Mazembe, 2006: 1). Inicialmente dirigidas para a qualificação dos bairros autoproduzidos, num diálogo estreito, como veremos de seguida, entre o planeamento e a sua implementação, estas estruturas desvincularam-se gradualmente da prática, devido aos fortes constrangimentos técnicos e financeiros com que o país se deparou e ao início e intensificação da guerra, mas também, segundo Lachartre (2000: 13), a muitos outros factores, como o próprio dirigismo do Estado.

| O Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço (1977-1979) |

Apesar de não ter tido continuidade, o projeto piloto desenvolvido entre 1977 e 1979 nos bairros de Maxaquene e Polana Caniço – autoproduzidos e localizados às portas da cidade urbanizada –, constitui um caso paradigmático de qualificação. Financiada e apoiada pelas Nações Unidas, este projeto baseou-se em experiências realizadas na América Latina¹⁶² e em alguns países africanos¹⁶³, amplamente difundidas por autores como Turner (2000 [1976]) e Lloyd (1982 [1979]), centradas na atribuição de talhões, na provisão de infraestruturas básicas e na autoconstrução, como o *'sites and services'*, previsto para áreas de expansão. Segundo Saevfors (1986: 12, 17, 26), um dos mentores e coordenadores do projeto¹⁶⁴, a simplicidade da metodologia adotada, a forte mobilização e

¹⁵⁶ Na década de 1970 registou-se uma taxa de crescimento anual de 3,6% e, na seguinte, de 4,5% (Lopes [*et al.*], 2007).

¹⁵⁷ De acordo com Oppenheimer e Raposo (2002: 39), entre 1975 e 1985, o Estado terá disponibilizado aproximadamente 14.400 talhões em Maputo e na Matola.

¹⁵⁸ Para Melo (2015: 49-50), os espaços coproduzidos resultam da participação conjunta do Estado, ao nível da atribuição de solo, e da população, ao nível da autoconstrução das habitações.

¹⁵⁹ Sobre as estruturas criadas após 1975, ver “A Planificação Física em Moçambique Independente”, da autoria do arquiteto José Forjaz, disponível em: <http://www.joseforजारquitectos.com/textos/planmocind.html>.

¹⁶⁰ Segundo a arquiteta Maria D’Assunção (entrevista, 2013), apesar da saída da maioria dos técnicos qualificados que o compunham, o GUHARLM manteve-se em funções após 1975, ajudando nomeadamente a criar as chamadas Lojas do Povo.

¹⁶¹ Cabia à DNH, por exemplo, desenvolver normas de planeamento físico e tipologias habitacionais, dar assistência ao programa das “aldeias comunais”, elaborar planos de desenvolvimento regional e desenvolver uma estratégia para integrar os cooperantes (Jenkins, 1998: 174).

¹⁶² Ver, por exemplo, Anthony (1979), que faz um apanhado geral das experiências desenvolvidas na América Latina.

¹⁶³ Ver, por exemplo, Cohen (1983), centrado no caso do Senegal, ou Mittelman (1981), dedicado à Tanzânia.

¹⁶⁴ Também Arrechi (1980) e Pinsky (1980), enquanto cooperantes, registaram a sua visão sobre o projeto.

participação popular, potenciada sobretudo pelos grupos dinamizadores¹⁶⁵, bem como o empenho e forte envolvimento dos técnicos das Nações Unidas, da DNH e dos vários cooperantes que se juntaram, determinaram o êxito alcançado em Moçambique.

Para além da importância da mobilização e da participação, esta experiência permitiu, de acordo com Saevfors (1986: 17-19), perceber que: o plano, nem que fosse uma simples demarcação do uso da terra, tinha que chegar rapidamente ao terreno, tal era o ímpeto dos moradores em construir em alvenaria; a construção de infraestruturas básicas era a melhor forma de alcançar uma melhoria efetiva das condições de vida e habitabilidade; e o acompanhamento de obras individuais implicava um corpo técnico mais alargado e maior investimento, havendo por isso que se aceitar o seu caráter naturalmente evolutivo. Estas quatro prioridades – a participação local, o plano, as infraestruturas e as casas – constituíram os principais pilares do projeto (*Idem*: 27).

A estrutura urbana foi definida a partir de um eixo viário principal – por onde passavam as principais infraestruturas, os transportes públicos, veículos de emergência e de recolha do lixo –, ladeado por quarteirões e vias de menor dimensão, que davam acesso aos talhões e às pequenas praças, destinadas aos mais variados usos e formas de apropriação, em função da dinâmica criada pelos moradores (ver figura 14) (Saevfors, 1986: 22-23; Forjaz, [*et al.*], 2006: 19; Jenkins, 1998: 350). Os equipamentos em falta foram igualmente equacionados, mas nem sempre construídos, deixando-se neste caso o espaço de reserva para uma futura oportunidade (Saevfors, 1986: 52). Quer a abertura e alargamento de vias, quer a construção de equipamentos, implicavam por vezes a demolição de casas e o reassentamento de famílias, que, embora não fossem indemnizadas, contavam com a ajuda dos grupos dinamizadores e dos vizinhos na procura de uma solução para o seu caso (Saevfors, 1986: 24; Jenkins, 1998: 350). Quanto à delimitação dos talhões, um parcelamento realizado por técnicos e alguns moradores num dos quarteirões de Polana Caniço, serviu de base ao que se chamou de *autoplaneamento*¹⁶⁶ (Saevfors, 1986: 43-44). Elaborou-se um manual simples com conceitos básicos de geometria e cuidados a ter na demarcação dos talhões e, passado um ano, cerca de 90% dos quarteirões de Maxaquene e Polana Caniço abrangidos pelo projeto – um total de 270 hectares e cerca de 36.000 pessoas¹⁶⁷ – estavam loteados, tendo-se chegado inclusivamente a emitir algumas licenças de ocupação/construção (Saevfors, 1986: 33; Morton, 2013a). Por fim, os estaleiros de venda e empréstimo de materiais, ferramentas e prestação de serviços especializados, funcionavam como

¹⁶⁵ Especificamente sobre a estrutura organizativa, ver Saevfors (1986: 32-33).

¹⁶⁶ Cada talhão tinha cerca de 160m² (10x16).

¹⁶⁷ O projeto abrangeu: entre Junho de 1977 e Fevereiro de 1978, 60 hectares e 10.000 habitantes em Maxaquene; entre Janeiro e Dezembro de 1978, 60 hectares e 8.000 habitantes na zona norte do mesmo bairro; por fim, entre Fevereiro de 1978 e Maio de 1979, 150 hectares e 18.000 habitantes em Polana Caniço (Forjaz [*et al.*], 2006: 18).

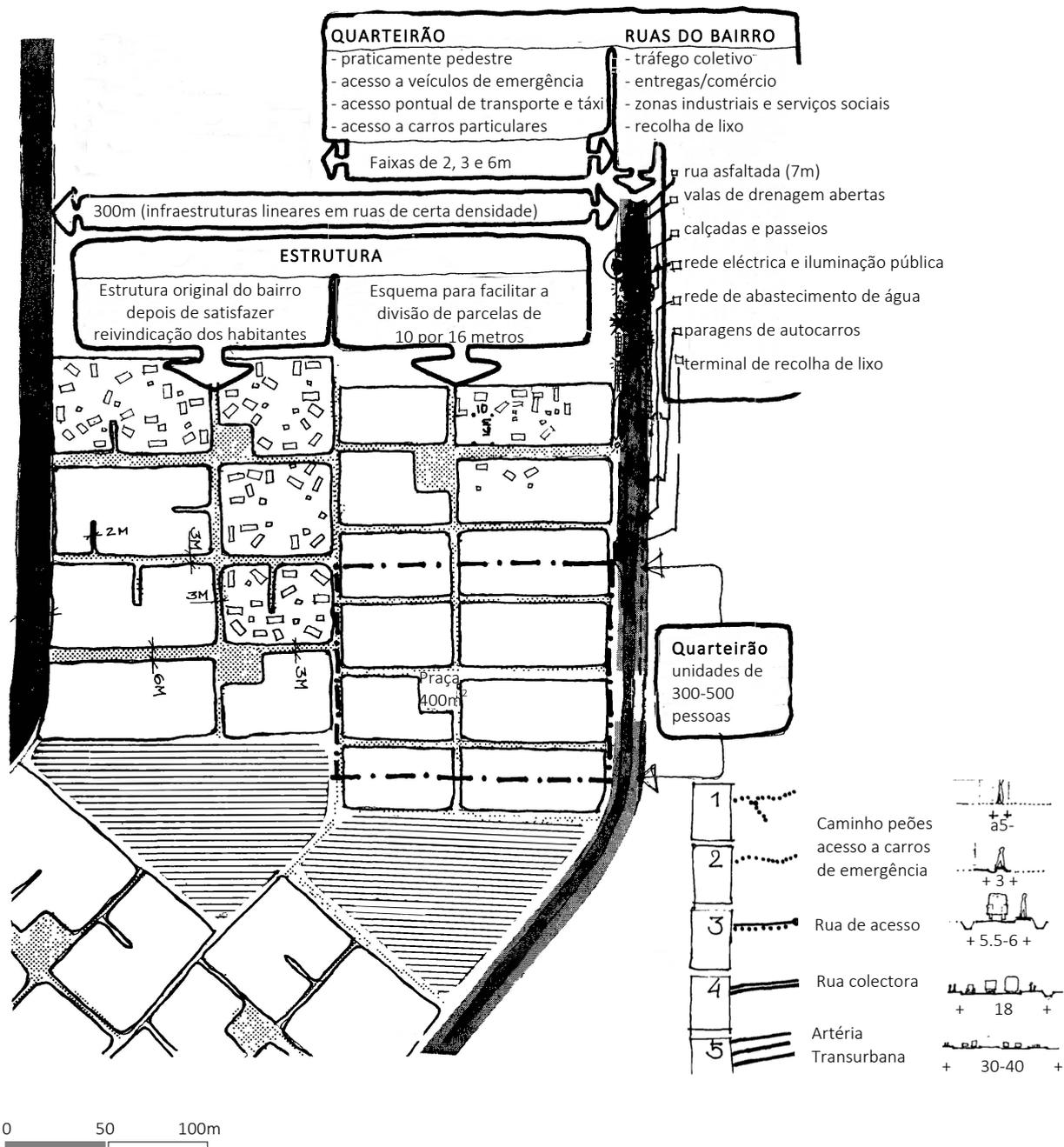


Figura 14 | Pontos estruturantes do Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço.

Fonte | Imagem digitalizada de Saevfors (1986: 22), traduzida e trabalhada graficamente pela autora (2016).

centros de autoconstrução assistida, dirigidos ao espaço doméstico¹⁶⁸. De acordo com alguns autores, como Saevfors (1986: 60) e Morton (2013a), bem como um técnico entrevistado que acompanhou de perto o projeto (2013), foram sobretudo razões de ordem política que ditaram o fim desta experiência, depois de dois anos de intensa atividade.

As licenças emitidas, que asseguravam e legitimavam a ocupação dos moradores, não eram aceites pelas autoridades municipais, que criticavam a dimensão dos lotes e a ocupação de áreas estrategicamente localizadas com construções abaixo do padrão para ali imaginado (Jenkins, 1998: 352, 358), consideradas por isso, como relembram alguns entrevistados, de carácter temporário:

“nessa altura, fomos informados que esta ocupação era temporária mas [depois] veio a guerra [...] e nessa altura ninguém estava a ver quem estava a fazer o quê” (morador de Polana Caniço A, 2013).

Segundo Morton (2013a), esta atitude levou a que um número crescente de moradores reivindicasse os seus direitos e a que o projeto se tornasse uma ameaça para o partido, tendo em conta o carácter emancipatório que alcançou ou poderia vir a alcançar. Em Janeiro de 1980, decidida a abraçar a escala nacional, a Direção Nacional de Habitação (DNH) transferiu as suas responsabilidades à estrutura municipal, levando consigo os técnicos que tinham acompanhado o processo, enquanto o restante corpo técnico, composto por cooperantes estrangeiros, regressava aos locais de origem depois de terminados os seus contratos. Ninguém assumiu o seguimento dos trabalhos, duras críticas ao projeto começaram a preencher páginas dos jornais da época e os estaleiros acabaram por ser desativados. Entretanto, como veremos ao longo das páginas seguintes, nenhuma outra intervenção desenvolvida nos bairros pericentrais se equiparou a esta.

•

Findos os trabalhos em Maxaquene e Polana Caniço, a recém-criada Direção de Construção e Urbanização de Maputo (DCU) concentrou-se sobretudo: (i) no ordenamento de novas áreas de expansão mais periféricas, como Laulane, criando-se para o efeito um Programa de Urbanização Básica, voltado para a demarcação e atribuição de talhões e provisão de algumas infraestruturas básicas; e (ii) na construção de grandes infraestruturas, implementando o Plano Geral de Drenagem para a chamada “bacia A”, que atenuou os problemas de saneamento de alguns bairros pericentrais, como Chamanculo, Xipamanine, Maxaquene e Urbanização (Jenkins, 1998: 258-368). Por sua vez, a DNH apostou em duas frentes: no planeamento físico, comprometendo-se, no 1º Encontro Nacional de Planeamento Urbano (1982), a desenvolver planos de desenvolvimento regional, planos de estrutura e planos parciais para as principais cidades; e na formação de técnicos básicos de

¹⁶⁸ A equipa do projeto construiu uma casa modelo em caniço para demonstrar a possibilidade de maximizar o seu uso e promoveu a construção de latrinas e cozinhas (Jenkins, 1998: 351).

planeamento físico, tendo em conta que na altura havia apenas cerca de 25 arquitetos em todo o país, seis dos quais moçambicanos (*Idem*: 352, 356).

| O Plano de Estrutura da Cidade de Maputo (1985) |

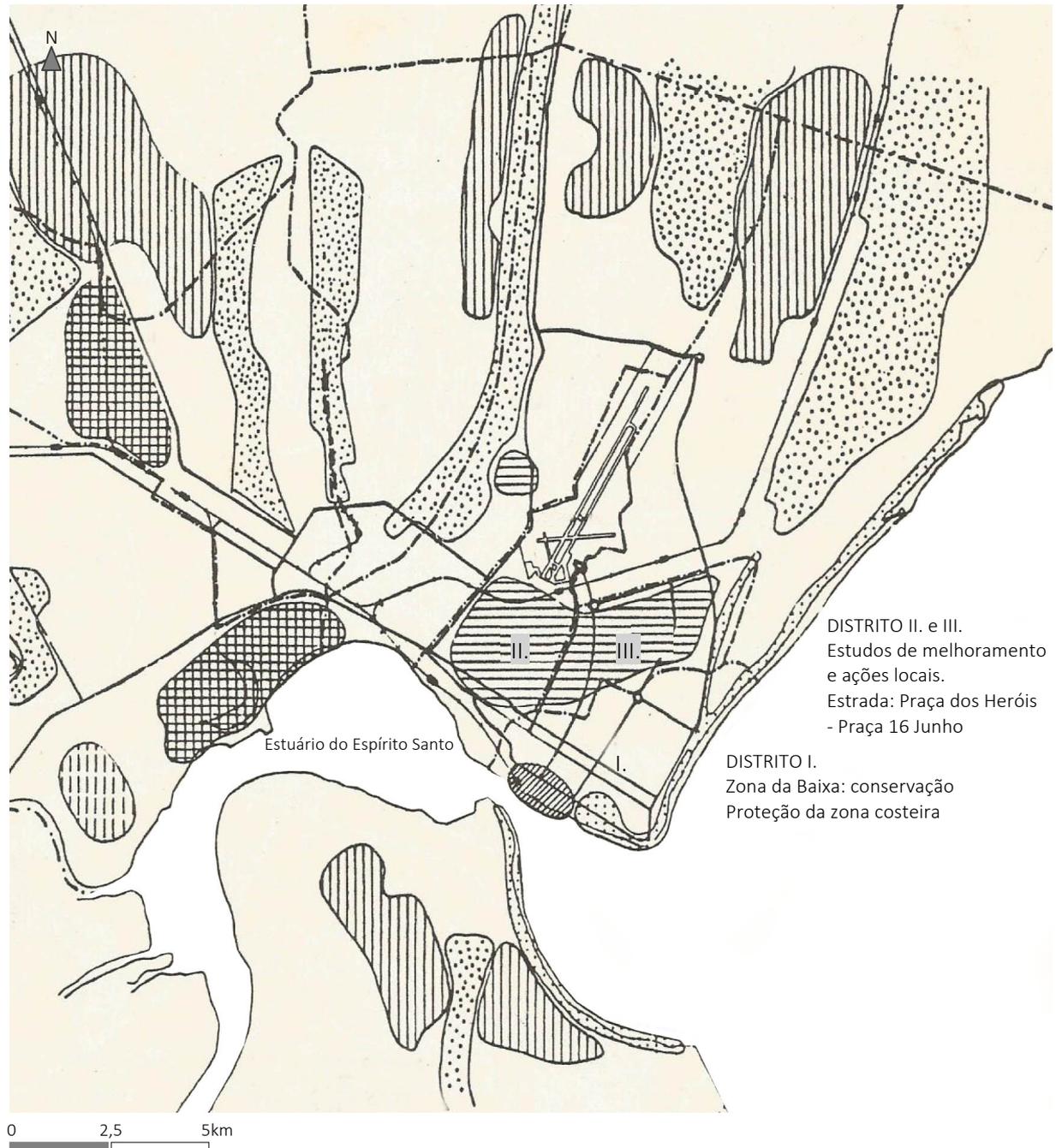
No quadro do Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF)¹⁶⁹, foi elaborado em 1985, sob coordenação do arquiteto José Forjaz¹⁷⁰, o Plano de Estrutura de Maputo, que incluiu as cidades de Maputo e da Matola (ver figura 15). Pensado para os dez anos seguintes (1985-1995), o Plano de Estrutura pretendia enquadrar os futuros planos distritais, que serviriam de base ao controlo do uso do solo e à localização de equipamentos locais, mas que nunca se vieram a concretizar (INPF, 1985: 1). Ultrapassando a dicotomia até aí prevalecente – *cidade de cimento* versus *cidade de caniço* –, distinguia três áreas distintas: (i) as *áreas urbanizadas*, “com casas definitivas, ruas alcatroadas, água, electricidade e equipamento social”; (ii) as *áreas semi-urbanizadas*, “ocupadas conforme um plano de atalhoamento, mas [...] [com] infraestruturas viárias, de abastecimento de água, esgotos, electricidade e equipamento social [...] deficitários” e habitações sem “carácter permanente”; e (iii) as *áreas não-urbanizadas*, “ocupadas sem a existência de qualquer plano e [...] [com] uma carência de infra-estruturas” e predominância de “casas precárias, de madeira e zinco e caniço” (*Idem*: 25-26).

Com base num diagnóstico qualitativo e quantitativo, o Plano esboçava quatro cenários possíveis de desenvolvimento da cidade:

- (1) a *limitação do crescimento da população*, como condição para “planear a cidade”, propondo a redução da taxa de migração através da criação de “uma política de apoio à população rural” e do “desenvolvimento de pequenos projetos de agricultura e [...] indústria, com base nos materiais locais”;
- (2) o *desenvolvimento não ordenado e não controlado*, caso não existisse “um desenvolvimento orientado e ordenado, sem controlo do uso do solo, sem investimentos em infraestruturas prévias e sem coordenadas das áreas para expansão da habitação e das atividades económicas”, correspondendo desta forma “a intervenções mínimas na manutenção da estrutura existente”;
- (3) a *expansão ordenada concêntrica*, através da criação de áreas de reserva para a expansão da indústria, da construção de novas infraestruturas de suporte, da implementação de novas

¹⁶⁹ O INPF foi resultado de uma reestruturação do governo, que também conduziu à conversão do Ministério das Obras Públicas e Habitação em Ministério de Construção e Águas e à criação da Secretaria de Estado de Planeamento Físico, sob a tutela da Comissão Nacional do Plano, em 1983 (Decreto Presidencial n.º 68/83, de 29 de Dezembro), extinta pouco depois, em 1986 (ver Jenkins, 1998: 180; Tique, 2007: 90-91).

¹⁷⁰ O Plano de 1985, não publicado, retoma alguns dos pontos enunciados no Plano de 1969 (ver Vanin, 2013: 59-61).



Legenda | expansão habitacional; expansão industrial; subdivisão de talhões; melhoria.
 conservação; zona verde permanente.

Figura 15 | Plano de Estrutura da Cidade de Maputo, 1985.

Fonte | “Plano de Estrutura da Cidade de Maputo”, Mapa 8 – Intervenções Prioritárias (1985). Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

malhas urbanas em áreas periféricas, dotadas de transporte e equipamentos, do reordenamento do que chamou de “Faixa Interior” – correspondente aos bairros pericentrais autoproduzidos – e da proteção das zonas verdes existentes;

- (4) e a *expansão ordenada linear*, por via da melhoria dos transportes públicos, da “definição e demarcação de novas zonas verdes para produção intensiva”, de “investimentos básicos em novas zonas de habitação perto das novas zonas verdes” – localizadas “ao longo dos eixos de transportes e em alguns núcleos rurais” – e de “investimentos mínimos, para alguns melhoramentos na Faixa Interior e nos equipamentos sociais descentralizados” (1985: 54-62).

Considerou-se o segundo cenário inaceitável, o terceiro inviável, em virtude da falta de recursos disponíveis, e o quarto o mais realista, embora não incidisse no “problema fundamental do crescimento migratório da cidade”, cuja resolução passaria, a longo prazo, pelo desenvolvimento rural e regional (INPF, 1985: 62).

O Plano propunha: a criação de novas áreas de expansão habitacional, devidamente demarcadas e providas de infraestruturas e equipamentos básicos; o apoio à autoconstrução; a criação de áreas de reserva para “Habitação Especial”, nomeadamente ao longo da avenida Julius Nyerere, para onde se previa a construção de habitações plurifamiliares; a promoção da agricultura urbana; a preservação das encostas costeiras entre a avenida Vladimir Lenine e o bairro de Polana Caniço, na KaTembe e na Costa do Sol; e a criação de áreas de reserva para a indústria, na zona da Machava e da Matola, bem como para o desenvolvimento da rede viária, transportes públicos e equipamentos (*Idem*: 65-76). No caso específico dos bairros pericentrais, a aposta passava pelo seu “melhoramento urbano”, na linha do projeto desenvolvido anos antes em Maxaquene e Polana Caniço (1977-1979), a três níveis:

- (i) do uso e controlo do solo, incidindo na preservação e melhoria dos espaços livres, no estudo da estrutura fundiária, na atribuição de terrenos e no realojamento da população;
- (ii) das infraestruturas, através da melhoria de acessos, do abastecimento de água, saneamento e drenagem de águas pluviais;
- (iii) e da construção, quer de equipamentos sociais, quer de “casas permanentes”, passíveis de legalização (*Idem*: 77-78).

Esta abordagem de intervenção não invalidou, no entanto, que a disponibilização de novos talhões em Polana Caniço A e B se destinasse “exclusivamente à construção de prédios”. No bairro vizinho de Sommerschild – classificado como “área de uso especial para residências do Governo ou representantes de Países Estrangeiros” –, apenas um quinto dos talhões se destinava a cidadãos moçambicanos capazes de cumprir “os critérios e standards da zona” (*Idem*: 91).

A partir de 1985, a maioria dos projetos em curso¹⁷¹ paralisou devido à redução drástica do investimento do Estado, mais focado nas áreas rurais¹⁷² e na guerra, mas também à escassez de materiais de construção, cada vez mais difíceis de importar (ver Jenkins, 1998: 186). Concretizou-se o pior dos cenários esboçados no Plano de Estrutura da Cidade – o *desenvolvimento não controlado e não ordenado* –, num momento em que a crise económica, as calamidades naturais e a extensão da guerra¹⁷³ a quase todo o país ditavam o aumento do fluxo de pessoas em direção à capital¹⁷⁴ e a adoção de diferentes estratégias de sobrevivência (ver Costa, 2007; Costa e Rodrigues, 2007). Na tentativa de inverter o fluxo migratório, a Frelimo lançou algumas iniciativas, como a “Operação Produção” (1983), que consistiu na expulsão dos chamados “improdutivos urbanos” – qualquer pessoa que não possuísse os documentos de identificação exigidos¹⁷⁵ – para as suas terras de origem ou para províncias remotas (ver Brito, 1991: 236-246; Morton, 2013: 254). No entanto, para além de fortemente repressiva, esta e outras ações similares tiveram efeitos contraproducentes e, segundo Oppenheimer e Raposo (2002: 17), acabaram por reforçar a precariedade de muitas famílias e minar o crédito político do partido no poder.

Nas palavras de Araújo (1988: 53), a cidade transformou-se “numa verdadeira colmeia humana, onde os problemas sociais e económicos se [...] [agudizavam] na mesma proporção”. Entre 1970 e 1991, a população mais que duplicou, registando-se ao longo da década de 1980 a maior taxa de crescimento anual de sempre: 4,5%¹⁷⁶ (Lopes, Amado, Muanamoha, 2007: 44). A cidade simultaneamente implodia, à custa sobretudo da densificação dos bairros pericentrais autoproduzidos, e explodia, por via da expansão das zonas periféricas, assistindo-se ao processo de implosão-exploração a que alude Lefebvre (2012 [1968]: 23) (ver Capítulo 1.). Como descrevem Raposo e Salvador (2007) e Vivet (2012), bem como vários dos entrevistados, subdividiram-se talhões e ocuparam-se terrenos não aptos à construção, como a barreira natural de Polana Caniço¹⁷⁷, espaços de reserva para equipamentos e infraestruturas, caminhos e vias, de forma a acolher os deslocados de guerra:

¹⁷¹ O Plano de 1985 enumera os diferentes projetos de planeamento e execução em curso aquando da sua publicação, o que nos permite ter uma ideia do impacte da paralisação destes projetos (ver INPF, 1985: 138-140)

¹⁷² Uma das principais iniciativas de desenvolvimento e modernização do campo foi a política das “aldeias comunais”, analisada por diversos autores, entre os quais se destaca a tese de Raposo (1999) pela abordagem sócio-espacial em que assenta, tomando como caso de estudo Manica.

¹⁷³ O impacte das transformações políticas e económicas e da guerra na (sub)urbanização de Maputo, em comparação com Luanda, é o objetivo central do projeto multidisciplinar editado em livro, coordenado por Oppenheimer e Raposo (2007).

¹⁷⁴ Segundo Lopes [*et al.*] (2007: 70), os centros urbanos e, em particular, a capital, foram menos afetados pela guerra, oferecendo, apesar de todas as dificuldades, maior segurança e facilidade de acesso a bens e serviços básicos.

¹⁷⁵ Licença de cidadania, bilhete de identidade, cartão de residência ou “guia de marcha” (Costa, 2007: 23).

¹⁷⁶ Dados relativos apenas ao município de Maputo.

¹⁷⁷ De acordo com Malauane (2005: 20), o então Conselho Executivo de Maputo chegou a plantar alguns eucaliptos junto à barreira natural de Polana Caniço como forma de travar a ocupação e combater a erosão, mas mesmo estas áreas acabaram por dar lugar a novas habitações.

“quem veio fazer a destruição foi essa guerra [...], [porque] havia ruas onde a pessoa andava à vontade, mas [...] ocuparam tudo porque as pessoas não tinham onde ficar; mesmo [...] zonas onde era exclusivamente reservado para o tempo de lazer, para as crianças jogar futebol, [...] foram ocupadas” (entrevista, secretário de bairro, 2013).

A ocupação não foi planificada e parte das intervenções de qualificação anteriormente realizadas degradaram-se, como foi o caso em Maxaquene e Polana Caniço. Como mostra Raposo e Salvador (2007) e Vivet (2012), para além da diminuição drástica dos espaços coletivos, este processo conduziu à precarização da habitação, em particular dos deslocados de guerra, à saturação e deterioração das infraestruturas e equipamentos, mas também ao agravamento dos problemas ambientais, devido sobretudo à erosão dos solos e à contaminação dos lençóis freáticos.

Confrontado com a seca, a fome, a guerra e uma conjuntura económica internacional desfavorável¹⁷⁸, o país apelou em 1983 à comunidade internacional de doadores, mas a ajuda foi manifestamente insuficiente¹⁷⁹. Segundo Hanlon (1996: 15), este era um primeiro sinal de que a adesão ao programa de ajustamento estrutural estaria para breve. Com efeito, após o Acordo de Nkomati¹⁸⁰, em 1984, Moçambique iniciou conversações com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e, três anos mais tarde, colocou em marcha o Programa de Reabilitação Económica (PRE), seguindo um “receituário padrão” igual a tantos outros países (Lopes [et al.], 2007: 72).

2.3. | Sob o desígnio do tempo

A cidade de Maputo nasce e desenvolve-se enquanto imperativo económico. Regida pela ordem e pela racionalidade que caracteriza o *modelo de abstração* a que nos referimos no Capítulo 1, ela desempenha, na sua origem, uma função sobretudo económica e estratégica do ponto de vista de mercado, servindo de porta de entrada aos intermediários e negociantes que aí se instalaram após a descoberta de ouro no Transvaal. O Plano de Ampliação de Lourenço Marques de 1887 desempenha neste sentido um papel determinante, o de instrumentalização do espaço com vista à produção de mais-valias e a um maior controlo social, reproduzindo as relações de poder e dominação instituídas. Assente na ideia de *modernização* ou de *homogeneização* de que fala Lefebvre (ver Capítulo 1),

¹⁷⁸ Arrighi (2002) descreve a pressão exercida pelas agências internacionais – como o Banco Mundial e as Nações Unidas – sobre a generalidade dos países africanos no sentido de adotarem as políticas e reformas por elas preconizadas.

¹⁷⁹ Devido à seca, a colheita de 1983 foi dada como perdida. Os doadores prometeram 115 mil toneladas de cereais, mas o governo de Moçambique calculou que precisaria de pelo menos 250. Segundo Hanlon (1991), a fome acabou por representar uma grande força de coação. Nas suas palavras, “*pelo menos 100.000 pessoas morreram à fome, à espera que os doadores aceitassem a viragem de Moçambique para o Ocidente*” (Idem: 29).

¹⁸⁰ Acordo de não-agressão e de boa vizinhança assinado a 16 de Março entre Moçambique e a África do Sul.

concebe uma cidade a-histórica e transcultural, que nega a história e a cultura do Outro (o não Ocidental), encarado como uma manifestação de atraso e como algo a ser erradicado. Com exceção do núcleo antigo, a partir do qual se introduz o traçado ortogonal que passa a orientar e regular a expansão e crescimento urbanos, faz *tábula rasa* das preexistências, nomeadamente das chamadas “palhotas” e caminhos seculares, negando a *cidade moderna* à população autóctone, remetida para o chamado “bairro Indígena”, que acabaria por nunca sair do papel. Em contrapartida, com base numa política de concessão de terrenos e serviços básicos restrita a portugueses, estrangeiros e empresas, promove o mercado e especulação imobiliária, ditando o lugar de cada um no espaço.

Contrariando a ordem imposta, desenvolve-se nas margens da cidade planeada, para lá da Estrada da Circunvalação, a então chamada *cidade de caniço*, autoproduzida, distante dos padrões preconizados. De carácter *temporário*, parte dela fica desde cedo refém da especulação imobiliária, sobretudo os terrenos sobranceiros ao porto e à baía, nas mãos de importantes promotores e investidores privados, outra parte, menos atrativa do ponto de vista de mercado, aloja, sem o mínimo de condições de habitabilidade, a maioria da população autóctone. Face à expansão e crescimento desta outra cidade, o governo colonial promove ao longo do tempo a construção, não só de “bairros indígenas”, mas também de *compounds* e “habitações económicas”, criando para o efeito um “Fundo para a Construção de Casas Destinadas à População Indígena” e a “Junta dos Bairros e Casas Populares”, cujo impacto seria insignificante face à escala do problema.

Distante da realidade, o Plano Geral de Urbanização de 1952 reitera o carácter provisório dos espaços autoproduzidos, classificando-os como espaços de “reserva”, de forma a assegurar a continuidade do *espaço abstrato* espelhado no centro. À semelhança do seu antecessor, faz *tábula rasa* dos espaços circundantes à designada *cidade de cimento*, remetendo, em nome da melhoria das condições de vida e habitabilidade, a população autóctone para uma área “residencial indígena” nas imediações do aeroporto, com unidades mínimas de habitação, escolas, mercados e centros desportivos e de lazer, que também nunca vieram a ser erigidos. Como destaca Souza (2010 [2001]: 129), embora o modernismo tenha revelado algumas preocupações sociais, a sua abordagem continuava a apontar para a *homogeneização* do território, para uma nova ordem e disciplina nos marcos do capitalismo, não a sua superação. Imbuídos pelo espírito modernista da época, a maioria dos arquitetos e urbanistas preconizava uma organização da cidade condizente com a “era da máquina”, assentando a expansão e renovação da cidade existente no zoneamento das quatro funções urbanas consideradas essenciais: a habitação, o trabalho, o recreio e a circulação (Raposo, 2011: 172-173). Para tal, defendia-se a demolição de bairros inteiros, considerados insalubres e desordenados, e a sua reconversão em parques, equipamentos ou novos edifícios condizentes com o paradigma da *modernidade*. Constitui exceção o olhar crítico de Pancho Guedes, por exemplo, que, contrariando o

pensamento urbanístico dominante, propôs e defendeu num manifesto uma outra abordagem de intervenção: a qualificação e integração do tecido autoproduzido.

Quer o plano, quer o aparelho regulador que o acompanhou, favoreceram a mercantilização de dois bens altamente rentáveis e cada vez mais escassos – a terra e a habitação –, particularmente intensa na chamada *cidade de cimento*, mas rapidamente transposta para a *cidade de caniço*, onde, para muitos, o acesso à terra e a uma habitação implicava o pagamento de uma renda. Na posse de um restrito número de indivíduos, os bairros imediatamente adjacentes ao que já se poderia considerar centro da cidade, ofereciam importantes proventos económicos a quem os explorava ou deles especulava, deixando os seus ocupantes numa situação de crescente insegurança e vulnerabilidade. Fruto de uma estreita interação entre dois mundos bipolares – o das referências rurais e tradicionais que marcam a estória dos habitantes e o das referências urbanas e ocidentais regidas pela linguagem das mercadorias (Raposo e Salvador, 2007: 136) –, a proximidade e, simultaneamente, a distância entre ambos despoleta aqui a revolta e o descontentamento de quem se vê destituído de direitos e subjugado ao poder e à dominação colonial. Considerados o epicentro dos ideais de independência, o governo colonial adopta um discurso integracionista e pluralista em relação a estes territórios, defendendo pela primeira vez, no Plano Diretor de Urbanização de 1969, a sua qualificação. Apesar do seu curto tempo de vigência, a criação do Gabinete de Urbanização e Habitação de Lourenço Marques (GUHARLM) permitiu implementar, com base no “Plano de Beneficiação da Área Suburbana de Lourenço Marques” e do “Plano Parcial das Lagoas”, um conjunto de ações nunca antes realizadas, tanto ao nível dos acessos e infraestruturas básicas, como da dotação de equipamentos.

Após a independência, proclamou-se maior equidade, o fim da opressão e exploração coloniais e o progresso cultural e social, apoiado numa nova ideia de nação, unificada, homogénea e, à semelhança do regime anterior, assente no paradigma da *modernização* (Cahen, 2007: 121-122). Nomeadamente a nacionalização da terra e dos prédios de rendimento travaram o mercado fundiário e imobiliário, permitindo o acesso de milhares de pessoas ao centro e a uma habitação plurifamiliar, mas também gerando profundas mudanças ao nível do espaço autoproduzido que, nas palavras de Carrilho e Lage (2009: 320), rapidamente “se cimentou”. O “Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço” (1977-1979) traduz bem o espírito vivido nos primeiros anos de independência, constituindo uma experiência ímpar ao nível da qualificação dos bairros autoproduzidos, pelo impacte que teve no tecido construído e pelo seu carácter emancipador, mas também evidencia as contradições, os poderes e os interesses entretanto instalados. Anos mais tarde, o Plano de Estrutura de 1985, embora defenda o “melhoramento urbano” destes espaços, na linha do projeto anterior, denuncia um novo olhar sobre os bairros pericentrais, nomeadamente sobre Polana Caniço, para onde se prevê a criação de áreas de reserva para “Habitação Especial”, ao alcance de poucos. A atribuição exclusiva de novos talhões para a construção de edifícios plurifamiliares ou, no bairro vizinho de Sommerschild, para

cidadãos moçambicanos capazes de cumprir “os critérios e standards da zona” (INPF, 1985: 91), reflete a ascensão de uma nova elite política e económica, a sobreposição dos seus interesses em detrimento dos da maioria da população, bem como a (re)valorização destes lugares.

A guerra, e tudo o que dela adveio, acabaram por paralisar a maioria dos projetos e intervenções previstos ou em curso na capital, que, nos anos seguintes, acolheu vários milhares de refugiados, sobretudo à custa da densificação e expansão do espaço autoproduzido, contribuindo para a precarização das condições de habitabilidade, para a saturação e deterioração das infraestruturas e equipamentos e para o agravamento dos problemas ambientais, particularmente prementes ao nível dos bairros pericentrais. Tal como em momentos anteriores, a incapacidade do Estado em suprir o défice habitacional e as necessidades da maioria da população, leva-o a tolerar a (re)ocupação de novos espaços por via da autoprodução, mas nem sempre a reconhecê-los ou legitimá-los, sobretudo quando colidem com os interesses dominantes, como veremos no próximo Capítulo.

3 • Os bairros pericentrais autoproduzidos em contexto neoliberal

Dedicamos todo este capítulo à análise do atual contexto neoliberal, sobre o qual incide a nossa pesquisa, percorrendo as três décadas que nos separam da adesão ao programa de ajustamento estrutural, em 1987, marcadas por profundas mudanças políticas e económicas, com forte expressão no território. Como refere Fauré (2012: 297-298), as alterações constitucionais introduzidas em 1990 e 2004 refletem bem parte dessas mudanças. Enquanto a Constituição de 1975 consagrava o regime de partido único e um sistema de economia centralizada e planificada, a Constituição de 1990 introduzia o Estado de direito democrático e reconhecia a economia de mercado, estimulando a iniciativa privada e a liberdade de empreendimento e investimento, muito embora, como referimos no Capítulo 1, a terra se mantivesse propriedade do Estado. A Constituição de 2004, por sua vez, veio reafirmar as orientações enunciadas em 1990, reforçando, como mostra Serra (2013: 56-57), a dimensão do valor da terra e a descriminalização da sua especulação.

Seguindo uma abordagem territorializada, procuramos aqui identificar e analisar o impacte da adoção desta nova cartilha na produção e transformação da cidade e, em particular, dos bairros pericentrais autoproduzidos, bem como, no seguimento do capítulo anterior, as principais tendências e dinâmicas implícitas nos diversos planos e projetos propostos, os seus objetivos, linhas de ação e paradigmas de intervenção subjacentes. Paralelamente, procuramos ainda registar as principais interações e dinâmicas estabelecidas entre os moradores, o Estado, o mercado e outros agentes externos, como a academia e as agências internacionais, às quais regressaremos em capítulos posteriores, primeiro à luz da legislação vigente (Capítulo 4), depois das práticas quotidianas (Capítulo 5). Face à aposta na produção massiva de planos de ordenamento, sobretudo de planos parciais de urbanização, questionamos a sua contribuição na melhoria da qualidade de vida dos moradores por eles abrangidos e na construção do *direito à cidade*, dialogando entre os instrumentos e as práticas.

Num primeiro momento, aprofundamos as reformas e mudanças decorrentes da adoção do modelo neoliberal (subcapítulo 3.1.), as suas especificidades e particularidades locais. Entrando no novo milénio (subcapítulo 3.2.), detemo-nos nas cheias de 2000 e no impacto que tiveram: na forma como técnicos, políticos e a sociedade civil no geral percebem os bairros pericentrais autoproduzidos, considerados desde então “zonas de risco natural”; bem como na (re)emergência do paradigma da renovação urbana subjacente às propostas de “requalificação” e de densificação que se seguiram, estas últimas no âmbito do Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (2008) e salvaguardando o *direito ao lugar*. Percorremos depois os vários planos e projetos elaborados ou implementados nos últimos anos (subcapítulo 3.3.), olhando, não só para as abordagens de intervenção em que se inscrevem (subcapítulo 3.3.1), mas também para as práticas e a transformação efetiva do território (subcapítulo 3.3.2.). Por fim, encerramos este Capítulo com uma síntese dos principais pontos abordados, destacando o papel estratégico dos bairros pericentrais autoproduzidos no atual contexto neoliberal, um dos principais alvos do mercado (subcapítulo 3.4.).

3.1. | A adoção de uma nova cartilha

A abertura ao multipartidarismo e livre associação, a par do processo de descentralização e municipalização, estabeleceram uma nova constelação de poderes, responsabilidades e interesses ao nível dos agentes que operam em contexto urbano, tanto na esfera pública, como na esfera privada. A descentralização que, ao lado das privatizações e da desregulamentação, compõe o que Souza define como “o tripé do receituário neoliberal típico” (Souza, 2006b: 440), estava longe de representar um verdadeiro movimento de democratização da sociedade e do Estado, mas, sobretudo, uma estratégia que visava, entre outras coisas, maior eficiência, de um ponto de vista de mercado, e menores custos e encargos sociais por parte do Estado. Através do Projeto de Reforma dos Órgãos Locais (PROL), lançado em 1991 com financiamento do Banco Mundial, abriu-se o debate em torno das políticas públicas, destacando-se a importância das organizações não-governamentais (ONG)¹⁸¹ na luta contra a pobreza e no desenvolvimento local, bem como da adoção de novas modalidades de concertação e negociação (ver Lachartre, 2000: 21¹⁸²-213). A assinatura do Acordo de Paz (1992) e as primeiras eleições multipartidárias, presidenciais e parlamentares (1994), proporcionaram a promotores e investidores privados, incluindo empresas multinacionais, as condições necessárias ao seu estabelecimento no país e, nomeadamente, na capital, onde várias ONG se vinham instalando desde a

¹⁸¹ Sobre o sistema global de coordenação e financiamento criado nas décadas de 1980 e 1990, com base na emergência das ONG em todo o mundo, ver por exemplo Davis (2006: 75-82).

década de 1980, apoiadas por doadores de programas e projetos bi e multilaterais (ver Raposo e Ribeiro, 2002: 182-183).

Ao nível do governo central, o anterior Instituto Nacional de Planificação Física (INPF), embora tenha perdido força e autonomia na transição para a economia de mercado (ver Forjaz, 1984), continuou a desempenhar funções no âmbito da definição de princípios reguladores de ocupação do espaço e da formação de quadros nacionais de nível básico e médio na área do planeamento físico, estando na origem da criação, em 1986, da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane¹⁸³ (Tique, 2007: 90). Em 2000, o INPF foi integrado no Ministério da Coordenação Ambiental (MICOA), com a designação de Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT), sobrepondo funções com a Direção Nacional de Habitação e Urbanização (DNHU) do Ministério das Obras Públicas e Habitação (ver Raposo, 2007).

Entretanto, multiplicavam-se os programas de desenvolvimento urbano e habitacional¹⁸⁴, financiados e apoiados por várias agências internacionais, mas a falta de capacidade técnica a nível nacional e a dificuldade de articulação entre instituições impedia ou dificultava, segundo vários autores, como Jenkins (2001: 52) e Castel-Branco (2011: 418), a sua implementação. Entre os que se concretizaram, destacamos: (i) o Programa Nacional de Saneamento a Baixo Custo (1985-1998), desenvolvido no INPF e apoiado pelo Banco Mundial (BM) e pelas Nações Unidas, que contribuiu para a melhoria das condições de habitabilidade e saneamento dos grupos de menores recursos em todo o país (ver Forjaz [et al.], 2007: 12); e (ii) o Programa de Reabilitação Urbana (PRU), financiado pelo BM, que, como veremos adiante, respondeu sobretudo aos interesses dominantes.

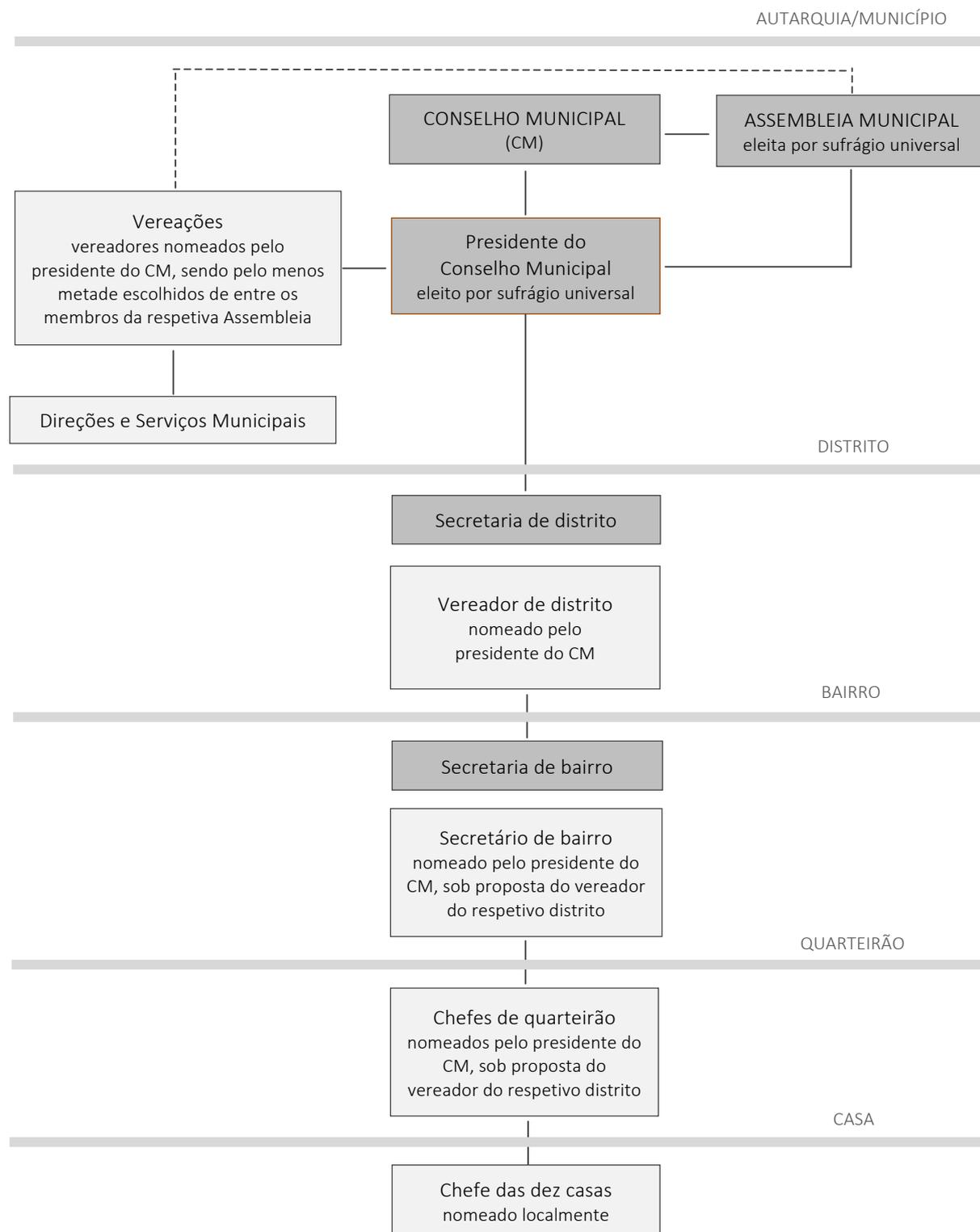
Apesar de nunca ter sido aprovado, o projeto de assistência para a definição de uma Política Nacional de Habitação (1987-1998), financiado pelas Nações Unidas, anunciava, segundo Jenkins (1998: 219-221), algumas das diretrizes entretanto seguidas, como a privatização do parque habitacional do Estado – efetivada em 1991¹⁸⁵, a par da descriminalização do arrendamento – e a promoção de novas unidades habitacionais por via do mercado. O apoio ao desenvolvimento de programas de habitação, especialmente dirigidos aos grupos de menores recursos e a jovens casais, seria o objetivo central¹⁸⁶ do Fundo para o Fomento de Habitação (FFH), criado em 1995, mas, segundo Oppenheimer e Raposo (2002: 85), sem condições financeiras e políticas para o operacionalizar em grande escala. Já a Política

¹⁸³ Sobre a origem e os primeiros anos de atividade da Faculdade, ver texto da autoria do arquiteto José Forjaz, antigo diretor, disponível em: <http://www.architecture.uem.mz/informac/histfapf.htm>.

¹⁸⁴ Descritos e sistematizados por Jenkins (1998), Forjaz [et al.] (2006: 10-12) e Melo (2015: 111-114).

¹⁸⁵ Através da publicação da Lei n.º 95/1991, de 9 de Janeiro. Por um lado, passa a ser possível construir imóveis para venda ou arrendamento e exercer qualquer atividade imobiliária, desde que devidamente autorizada (artigo 1º). Por outro lado, os inquilinos que ocupavam imóveis do Estado ou frações autónomas desses imóveis passam a poder adquiri-los (artigo 2º).

¹⁸⁶ Segundo o artigo 3º do Decreto n.º 24/1995, de 6 de Junho.



Esquema 02 | Organograma do Conselho Municipal de Maputo e sua estrutura administrativa.

Fonte | Autora (2016), a partir de informação recolhida da Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro) e do Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Administrativas dos Bairros Municipais (2011).

Nacional de Terras¹⁸⁷, em resposta ao forte aumento de pedidos de ocupação (Tanner, 2010: 105-106), foi aprovada e publicada em 1995, seguindo-se a Lei de Terras em 1997¹⁸⁸, assentes, como sublinha Serra (2013: 59), num compromisso entre a garantia dos direitos dos cidadãos sobre a terra e a garantia de investimento privado, nacional e estrangeiro¹⁸⁹ (ver Capítulo 4).

Apenas em 1998, depois de sucessivos adiamentos, tiveram lugar as primeiras eleições autárquicas, que deram origem a 33 novas autarquias, entre elas a de Maputo, dotadas de autonomia administrativa, financeira e orçamental¹⁹⁰ e compostas por duas estruturas eleitas: o Conselho Municipal, constituído pelo Presidente eleito e pelos vereadores por ele nomeados, e a Assembleia Municipal, dotada de poder deliberativo¹⁹¹ (Soiri, 1999: 6; Rosário, 2011: 56-57). Tendo em conta o caso de Maputo, estabeleceu-se ainda uma estrutura administrativa intermédia e de base, dividindo-se o município em distritos, bairros e quarteirões: os primeiros administrados por um vereador de distrito, os segundos dirigidos por um secretário¹⁹² e os últimos liderados por um chefe, todos eles nomeados pelo presidente do Conselho Municipal (ver esquema 02). À semelhança do que acontecia com os grupos dinamizadores, vinculados à Frelimo, esta nomeação visava repor ou restaurar, de acordo com vários aurores, como Florêncio (2008), Lourenço (2009) e Meneses (2009), a legitimidade e o controlo político sobre o território.

A nova constelação de poderes, responsabilidades e interesses reacendeu a lógica de mercado. O centro, já urbanizado, acolheu a maioria das intervenções assumidas pelo governo e por investidores e promotores privados, que aí pretendiam desenvolver o seu negócio com base na privatização de serviços urbanos e do parque imobiliário do Estado, bem como na dinâmica de mercado que o novo contexto possibilitava e potenciava. Esta combinação – privatização e dinamização do mercado – desencadeou, ao nível do centro da cidade, a reabilitação e conservação de parte do parque habitacional e dos serviços urbanos e, simultaneamente, contribuiu para a (re)emergência de processos de gentrificação, assistindo-se à progressiva saída dos grupos de menores recursos para bairros cada vez mais periféricos.

¹⁸⁷ Resolução n.º 10/1995, de 17 de Outubro.

¹⁸⁸ Lei n.º 19/1997, de 1 de Outubro.

¹⁸⁹ O novo quadro legal relativo ao acesso e gestão da terra em Moçambique resultou de um participativo processo legislativo, único na história do direito moçambicano (Serra, 2013: 59).

¹⁹⁰ Ver artigos 6º e 7º da Lei n.º 2/1997, de 18 de Fevereiro.

¹⁹¹ Segundo os artigos 34º e 49º da Lei n.º 2/1997, de 18 de Fevereiro.

¹⁹² De acordo com o Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Administrativas dos Bairros Municipais (2011), a administração de cada bairro conta ainda com o envolvimento de outras lideranças locais – os chefes de dez casas e os chefes tradicionais – e de um Conselho Consultivo, que inclui, para além do secretário de bairro, representantes de organizações da sociedade civil e da polícia, bem como diretores de escolas e de centros de saúde.

A saída deu-se – e ainda se dá – na sequência do subaluguer dos imóveis arrendados do Estado ou da sua compra¹⁹³ a preço simbólico e posterior venda ou aluguer a preço de mercado, permitindo, principalmente a quem possuía – ou possui – mais do que um imóvel, obter significativas mais-valias. Como descreve um entrevistado, no momento em que o parque imobiliário do Estado foi privatizado, algumas pessoas, na sua maioria detentoras de altos cargos públicos, compraram os vários imóveis que tinham na sua posse, tirando daí significativos proventos económicos – *“Imaginas o capital de alguém que tem quinze casas no momento em que as casas passam a ter valor de troca? [...] Metade venderam, outras continuam a alugar”* (arquiteto/urbanista e docente universitário, 2013).

| O Projeto de Reabilitação Urbana (1988-1995) |

A saída do centro da cidade também se deu, no caso do Projeto de Reabilitação Urbana (1988-1995)¹⁹⁴, de forma involuntária, na sequência da reabilitação de quatro edifícios de arrendamento do APIE¹⁹⁵ – Administração da Propriedade Imobiliária do Estado – e do realojamento das 370 famílias que aí residiam no bairro de Polana Caniço A e no bairro do Ferroviário (Malauane, 2005: 21; Forjaz [et al.], 2006: 10). Segundo um dos técnicos responsáveis pela condução deste processo (entrevista, 2013), pretendia-se recuperar o património degradado do Estado e, nas suas palavras, *“dar uma dignidade às pessoas que ali viviam em condições miseráveis”*, mas também, no caso específico do realojamento em Polana Caniço A, travar o avanço dos espaços autoproduzidos em direção a Sommerschild. De acordo com vários entrevistados, manteve-se inicialmente em aberto a possibilidade das famílias regressarem às suas casas após as obras de reabilitação, mas nenhuma acabaria por fazê-lo devido ao aumento, em cerca de 50 vezes (Forjaz [et al.], 2006: 10), das rendas aplicadas – *“já não deixaram o pessoal voltar, cobraram [a] renda em dólares”* (moradora, 2013). Quem resistiu e permaneceu nos edifícios de arrendamento do APIE, negando-se a abandonar a sua casa e o centro da cidade, acabou por ser obrigado a sair, sobretudo depois de lhes ter sido cortada a água e a luz – *“ficámos ainda sem energia e sem água durante uma coisa de seis meses, continuámos lá, [mas] acabei por vir”* (moradora, 2013).

¹⁹³ A aquisição do imóvel é opcional, havendo por isso quem continue como inquilino. No final da década de 1990, apenas metade dos imóveis haviam sido alienados (PROL, 1999: viii-5 *apud* Oppheimer e Raposo, 2002: 25).

¹⁹⁴ Segundo Pereira (1994: 82), os principais objetivos do PRU eram fortalecer a capacidade dos governos locais na planificação e gestão dos serviços urbanos, promover a reabilitação do parque habitacional e das infraestruturas urbanas, bem como introduzir mecanismos de recuperação do investimento estatal no desenvolvimento urbano.

¹⁹⁵ Especificamente o “Prédio Cardoso”, o “Prédio da Marinha”, o “Prédio Isatex” e outro localizado no bairro da Coop (Malauane, 2005: 21).

As famílias foram realojadas, mediante sorteio ou com opção de escolha¹⁹⁶, nas chamadas “casas brancas” – unifamiliares e evolutivas – e, em alguns casos, indenizadas, permanecendo em regime de inquilinato, com possibilidade de compra ao APIE. Já os apartamentos nos edifícios reabilitados foram alugados por valores substancialmente mais altos, como referimos antes. De acordo com alguns moradores realojados, esta mudança “foi difícil” – “praticamente nasci e cresci na cidade, a viver num prédio, então aqui não tinha as mesmas facilidades, aqui era mato, não havia nada” (2013). As habitações atribuídas eram, em muitos casos, substancialmente menores que as anteriores, por outro lado, não tinham cozinha nem casa de banho.

| A cidade para lá do centro |

Neste período de transição, os bairros autoproduzidos ficaram à margem das intervenções desencadeadas pelo Estado e pelos promotores e investidores privados. O papel das ONG foi aí reforçado ao nível da gestão urbana local, da melhoria de alguns serviços e infraestruturas básicas, mas, como mostram Raposo e Ribeiro (2007), a sua ação tendeu a assumir um carácter pontual e assistencial. O contínuo crescimento populacional e a inoperância ou incapacidade de resposta por parte dos organismos responsáveis pela gestão e ordenamento urbano ditaram: o desenvolvimento extensivo do território, em algumas áreas de forma planeada¹⁹⁷, registando-se na década de 1990 um aumento das taxas de crescimento médio anual nos distritos mais periféricos; a densificação dos bairros mais antigos, nomeadamente dos pericentrais, através da progressiva subdivisão de talhões e da ocupação de áreas ambientalmente sensíveis; bem como, o agravamento das condições de vida e habitabilidade, em resultado sobretudo da sobrelotação e da ausência e/ou deterioração de serviços e infraestruturas (Oppenheimer e Raposo, 2002: 22-25).

Também os imóveis de arrendamento do Estado localizados fora do centro, em alguns bairros pericentrais – Chamanculo, Mafalala e Maxaquene –, foram sujeitos a um processo de privatização similar ao anteriormente descrito: alguns inquilinos continuaram a pagar uma renda ao APIE, sobretudo famílias com muito baixos rendimentos, outros optaram por comprar as casas. Segundo vários entrevistados, quem comprou, fê-lo com o objetivo de melhorar as suas condições de habitabilidade – “a casa do APIE era de caniço, a pessoa vivia lá já há muito tempo [...], então, quando compra, vai construir, começa a fazer e a evoluir” (secretário de bairro, 2013). Contudo, como refere um ex-técnico municipal (entrevista, 2013), a alienação de alguns destes imóveis também terá permitido a antigos proprietários retomar a atividade imobiliária que desenvolviam no período

¹⁹⁶ De acordo com as entrevistas realizadas, o sorteio ou a opção de escolha estariam relacionadas com a menor ou maior resistência ou pressão exercida pelos moradores.

¹⁹⁷ Melo (2015: 95, 126) refere a existência de alguns projetos e de um conjunto de planos parciais de parcelamento para alguns bairros periféricos nas décadas de 1980 e 1990.

colonial (ver Capítulo 2). Segundo a mesma fonte, com o processo de alienação dos imóveis do Estado, algumas pessoas que haviam saído destes bairros pericentrais para o centro da cidade após a independência quiseram reaver as suas antigas casas ou bens, passando-as agora a alugar – “*quando se começou a alienar, essas pessoas todas – que [hoje] são pessoas poderosas economicamente – [disseram]: ‘Aceitámos neste período que era o socialismo [...], mas agora não’*” (2013).

Com a liberalização da economia, também na cidade autoproduzida reemergiu a lógica de mercado. Para além da transação de talhões (Jenkins, 2001, 2004), generalizou-se o aluguer de habitações, quartos e anexos, principalmente nos bairros pericentrais, como forma de ajudar a cobrir o aumento do custo de vida ou para a produção de mais-valias (ver Capítulo 5). Nomeadamente os bairros pericentrais melhor localizados, sobre a baía e/ou na continuação de Sommerschield, voltaram a ser alvo de processos de valorização, renovação e gentrificação (Araújo, 1999: 179).

Ainda no final da década de 1980, uma área com cerca de 19 hectares, ocupada provisoriamente por uma estrutura militar destacada para proteger a Presidência da República de eventuais ataques, foi parcelada pela Direção de Construção e Urbanização (DCU) de Maputo, dando origem ao que atualmente se designa de Sommerschield II¹⁹⁸ (Malauane, 2005: 22-23; Mutolo, 2007: 35-36). Destinada inicialmente a 58 talhões para habitação, três para equipamentos e zonas verdes e um para a Faculdade de Geologia da Universidade Eduardo Mondlane, toda a área acabou por ser subdividida em talhões para habitação, adquiridos por pessoas com elevados rendimentos, capazes de suportar as obras de urbanização em falta (iluminação pública e pavimentação das ruas) (Malauane, 2005: 22-23).

Na década de 1990, em nome da segurança e preservação ambiental, o executivo municipal removeu parte dos ocupantes dos terrenos adjacentes à barreira natural de Polana Caniço, reassentando-os no bairro do Zimpeto, a cerca de 20km de distância. O seu objetivo era a promoção, em parceria com promotores e investidores privados, da construção de condomínios fechados e habitações de luxo, seguindo o modelo do bairro de Sommerchield (Jenkins, 2001: 79). Como descreve um ex-técnico municipal entrevistado, as áreas ambientalmente sensíveis, mas estrategicamente localizadas, começavam a ser consideradas aptas à construção, desde que ocupadas por grupos de maiores recursos, capazes de “*observar as regras de construção*” – “*essas zonas, para que sejam habitáveis, é preciso que se mudem as pessoas [...], é preciso mesmo outro tecido social*” (2013).

O acesso à terra transformou-se, nas palavras de Jenkins (2001: 14), “num labirinto [...] aberto a abusos”, onde apenas algumas instituições ou pessoas com poder político e económico podiam adquirir talhões ou parcelas de terreno ditos “formais”, ignorando-se, ao nível do planeamento, as propostas que não estivessem em conformidade com os interesses dominantes. De acordo com o

¹⁹⁸ Segundo Malauane (2005: 21), a possibilidade de existência de minas de guerra naquele local retraiu a sua ocupação por parte dos grupos de menores recursos.

mesmo autor (*Ibidem*) e um dos entrevistados, o não reconhecimento do Plano de Estrutura de 1985 por parte do executivo municipal e a não aprovação do Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo de 1999, financiado pelo Banco Mundial (BM) e realizado por duas empresas estrangeiras – Arcadis Euroconsult e JTK Associates –, tornavam qualquer apreciação a um pedido de alocação de terra dependente das considerações arbitrárias de um corpo técnico restrito e permeável à corrupção – “o governo [...] verificava que, se aplicasse esses planos, a especulação imobiliária não entraria com tanta facilidade como entrou” (arquiteta/urbanista e docente universitária, 2013).

Um estudo realizado no âmbito do Projeto de Cadastro, também financiado pelo BM, dava conta da ausência de mapas e registos forais e prediais atualizados, o que significava que a maioria da população não possuía qualquer prova documental dos seus direitos sobre a terra, bem como da existência de situações de dupla concessão de talhões e do reconhecimento arbitrário de títulos de terra coloniais (Jenkins, 2001: 22-23). Os processos de descentralização e municipalização não respondiam à exigência de transparência do executivo municipal prevista na lei¹⁹⁹. A corrupção de funcionários e dirigentes, a participação e o favorecimento político ou pessoal denunciados ao nível das instituições centrais do Estado foram sendo igualmente apontados ao Conselho e à Assembleia Municipal de Maputo logo no seu primeiro mandato (1998-2003) (Reaud, 2012: 24; Fauvet e Mosse, 2004: 429-450). Um pequeno grupo independente de deputados – os “Juntos pela Cidade” – favoreceu o debate político em torno da gestão e do desenvolvimento urbano (Raposo, 2007: 229), pondo em causa alguns interesses instalados, mas perderam força com o assassinato de um dos seus principais mobilizadores, Carlos Cardoso, devido à denúncia de um processo de corrupção. De acordo com Chichava (2008), o papel desempenhado por alguns funcionários e deputados municipais, escolhidos sobretudo em função da sua lealdade e antiguidade na Frelimo, em detrimento da sua competência técnica, minaram a credibilidade e capacidade da recém-criada autarquia.

3.2. | O ‘risco natural’ e a [re]emergência da renovação urbana

Como referimos anteriormente, as cheias de 2000 representam um momento de viragem na forma como técnicos, políticos e a sociedade civil no geral percebem as áreas ambientalmente sensíveis, nomeadamente as localizadas nos bairros pericentrais autoproduzidos, particularmente afetados pelas fortes chuvas que se fizeram sentir em Fevereiro desse ano e, já antes, em 1998. A partir de então, estas áreas, onde residiam na sua maioria grupos de menores recursos, passaram a ser consideradas “zonas de risco natural” (Raposo, 2007a: 240).

¹⁹⁹ Especificamente na Lei n.º 2/1997, de 18 de Fevereiro, que aprova e enquadra a implantação das autarquias locais.

Face ao rasto de destruição deixado pelas cheias de 2000 (ver figura 16), o presidente do Conselho Municipal de Maputo (CMM) solicitou o levantamento geral da situação e dos principais problemas ao nível do sistema de drenagem das águas pluviais, da instabilidade dos taludes e da deterioração das vias de comunicação, com base no qual se traçaram propostas de intervenção a curto e longo prazo (CMM, 2000a). De acordo com este estudo, embora várias infraestruturas estivessem a ser reabilitadas, reconstruídas e modernizadas, a capacidade real de suporte da maioria delas era manifestamente insuficiente face ao crescimento populacional registado na última década (*Idem*: 14). Os problemas identificados no centro urbanizado, que, como referimos anteriormente, beneficiou da maioria das intervenções que vinham sendo feitas desde a década de 1990 pelo governo e por privados, estavam associados sobretudo à falta de manutenção do sistema de drenagem e/ou, no caso específico da Baixa, à reduzida capacidade de descarga das águas para o mar (CMM, 2000a: 17). Todavia, os mais graves tendiam a concentrar-se nos bairros pericentrais, nomeadamente em Chamanculo e Polana Caniço A e B, bem como em alguns bairros mais periféricos, como o Ferroviário e Inhagoia, devido à falta de manutenção ou inexistência de um sistema de drenagem e à ocupação de zonas pantanosas ou de encosta, sujeitas à erosão.

À semelhança de outros bairros pericentrais, a grande densificação de Chamanculo nas últimas décadas alterou os circuitos naturais de circulação das águas, devido à impermeabilização do solo e à ocupação de áreas inundáveis. Sem um sistema de drenagem compatível ou ajustado às características do local, a água das chuvas desaparecia apenas por evaporação e algumas zonas tornavam-se autênticas lagoas após a queda das primeiras chuvas (CMM, 2000a: 29). Para resolver esta situação, propôs-se o reordenamento do bairro, mesmo que para isso se tivessem de retirar algumas casas, o alargamento das ruas, a reorganização dos mercados e a criação de um sistema de saneamento, depósito e recolha do lixo (*Ibidem*).

Em relação aos bairros de Polana Caniço A e B, apesar da existência de um sistema de drenagem para recolha e condução das águas até à baía, a densificação da construção e a ocupação de ruas, valas e de boa parte da encosta obrigaram estas águas a procurar caminhos alternativos, formando, no período das cheias, rios de lama e várias crateras, uma delas com cerca de 25 metros de profundidade (CMM, 2000a: 23-28) (ver figura 16). Segundo o estudo realizado, o estrangulamento do sistema de drenagem, a progressiva erosão dos taludes, a destruição da cobertura vegetal e a ocupação da encosta com “construções precárias” e, em alguns casos, com “casas de luxo” e grandes estruturas (exemplo da Escola Portuguesa e da Escola Americana), representavam os principais problemas destes dois bairros. Neste contexto, a reconstrução do sistema de drenagem e da avenida Julius Nyerere, parcialmente destruída, a reposição da cobertura vegetal, a garantia de faixas de reserva e o fim da atribuição de talhões ao longo da encosta, independentemente dos recursos dos seus ocupantes, estavam entre as principais medidas propostas (*Ibidem*). Contudo, nas palavras de um dos técnicos



Figura 16 | Impacte das cheias de 2000 no bairro de Polana Caniço A, junto à arriba.

Fonte | Autora (2016), a partir de uma imagem satélite de 2000 disponível no *Google Earth*.

que participou na elaboração do estudo (entrevista, 2013), “*entretanto deixou de chover e o trabalho foi para uma gaveta e nunca mais se pensou nisso*”. Para além da retirada das famílias mais afetadas pelas cheias, pouco se fez no sentido de precaver futuras catástrofes²⁰⁰.

De acordo com um relatório oficial (2000b: 9), pelo menos 1400 famílias desalojadas foram instaladas temporariamente em tendas e posteriormente reassentadas, com o apoio de várias ONG e outras organizações cívicas, em bairros periféricos, nomeadamente em Magoanine C²⁰¹, no limite norte do município de Maputo, na KaTembe, do outro lado da baía, e no Mumemo²⁰², já no distrito de Marracuene (Raposo, 2007: 240). Desde então, muitas outras famílias foram – e continuam a ser – reassentadas em diferentes bairros do município de Maputo sempre que os danos causados pela chuva o justificam, mas em situações cada vez mais precárias e, por vezes, em áreas propensas a cheias e inundações e sem infraestruturas básicas, como é o caso do Chihango, no bairro de Albazine (ver figura 17). Como destacam Raposo e Ribeiro (2007: 209), as calamidades naturais criam situações de emergência que conduzem a ações de curto prazo, mas poucas ultrapassam o caráter assistencialista.

Após as cheias de 2000, foram várias as propostas apresentadas por investidores privados, sobretudo estrangeiros, no sentido de reconstruírem a avenida Julius Nyerere em troca da cedência de áreas para construção, nomeadamente nas suas margens (Jenkins, 2001: 79). A pressão exercida por promotores e investidores privados aumentou e, como sublinha Raposo (2007: 239), alguns terrenos estrategicamente localizados, agora livres de ocupação, foram adquiridos para investimento e ocupados com moradias de luxo e condomínios fechados, na linha do que já vinha acontecendo na década de 1990. Outros espaços livres, voltaram a ser ocupados por grupos de menores recursos, devido ao regresso de algumas famílias deslocadas²⁰³ ou à subdivisão e comercialização de pequenos talhões, promovidas por alguns chefes de quarteirão:

“como em 2000, ali tinha estragado com aquela chuva, nós fomos comprando ali mesmo, naquele espacinho que restava ali”; “quando você não tem sítio para viver, [tem que] pedir ao chefe de quarteirão, ele faz um jeito para cortar e para você viver” (entrevista, moradora de Polana Caniço A, 2013).

²⁰⁰ Destacamos o exemplo das intervenções realizadas em Polana Caniço A e B, ainda em 2000, ao nível da estabilização da encosta junto ao hospital e da pavimentação da rua Carlos Cardoso, com a participação dos moradores, através de uma parceria entre as ONG Care e a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade que, de acordo com um dos técnicos que acompanhou o processo (entrevista, 2013), não prosseguiram por incapacidade do CMM.

²⁰¹ O caso de Magoanine C representou um caso paradigmático pelas condições urbanísticas criadas: parcelamento e abertura de vias, construção de habitações, infraestruturas e equipamentos básicos de apoio à população (ver Raposo e Ribeiro, 2007: 195; Melo, 2015: 191 e 235-237).

²⁰² Sobre os investimentos e ações realizadas, sob liderança de uma congregação religiosa, no bairro do Mumemo 4 de Outubro, ver Melo (2008).

²⁰³ Casos identificados durante o nosso trabalho de campo no bairro de Polana Caniço A (2013).



Figura 17 | Reassentamentos no Chihango, Albazine.

Fonte | Autora (2013).

| Entre a (re)qualificação e a renovação urbana |

A renovação dos bairros pericentrais autoproduzidos para instalação de grupos de maiores recursos passou a beneficiar, desde a década de 1990, do consenso alargado de técnicos e políticos, emergindo, na sequência do agravamento das condições naturais, os chamados “planos de requalificação urbana” (Raposo, 2007a: 239). Esta noção de requalificação, como veremos adiante, prevalece até hoje, mas sem uma definição clara, sendo usada muitas vezes com sentidos contrários. Alguns técnicos entrevistados (2013) distinguem três níveis de requalificação:

- o básico, apoiado na implementação ou melhoria de infraestruturas básicas, na construção de equipamentos e na melhoria do espaço público – corresponde à noção de qualificação na acepção usada nesta tese;
- o médio, a que acresce a abertura de ruas e a redefinição de talhões, com ou sem título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) – mais associado à noção de reordenamento e/ou de regularização;
- e o máximo, assente na *tábula rasa* do tecido existente e geralmente associada a processos de valorização e gentrificação – corresponde à noção de renovação na acepção usada nesta tese.

Apesar desta distinção, a noção de requalificação surge e é usada em Moçambique sobretudo como sinónimo de renovação, sendo este o entendimento que a maioria dos técnicos entrevistados faz dela: “a requalificação é a transformação total”, “é varrer e fazer tudo de novo”, “é tirar as pessoas e refazer o espaço” (2013). Como refere um arquiteto/urbanista entrevistado, os políticos e técnicos municipais tendem a associar a requalificação a “um plano que transformou o território ao nível do desenho urbano [...], em função dos investimentos” (2013).

O investimento necessário para cobrir a deslocação, o reassentamento e possíveis indemnizações ou compensações às famílias abrangidas, bem como o receio das consequências sociais e políticas que ações desta natureza acarretam, refrearam a implementação dos designados planos de requalificação. Todavia, a intenção de os realizar permaneceu. A construção de um muro à entrada do aeroporto aquando da Cimeira da União Africana em 2003, que oculta os espaços autoproduzidos que para lá dele se estendem, reflete a visão do então executivo municipal relativamente a estes espaços: a sua negação e erradicação. Segundo um dos entrevistados (docente universitário, 2013), a qualificação dos bairros pericentrais era encarada como uma “*cristalização da desordem*”.

Em contrapartida, nos bairros mais periféricos apostava-se na elaboração de “planos de loteamento ou de (re)assentamento”, sem enquadramento legal, retomando, segundo Raposo (2007a: 240), as características dos ‘*sites and services*’ difundidos nos primeiros anos após a independência (ver Capítulo 2). Estes processos, ao serem promovidos em lugares distantes do centro, onde se

concentram os principais serviços e oportunidades de trabalho, geraram movimentos pendulares cada vez maiores, com recurso a transportes coletivos e, no caso das famílias com alguns recursos, do automóvel. Como sublinham vários entrevistados, a falta de transportes²⁰⁴, as tarifas aplicadas e o trânsito passaram a marcar o dia-a-dia de quem aqui reside: *“não há transportes, é um caos”*; *“vemos horas de filas enormes nesses chapas [e] nesses carros abertos com as pessoas lá dentro [...], uma desumanização total”* (2013).

•

O segundo mandato municipal (2003-2008) demarcou-se do anterior executivo ao defender maior transparência de procedimentos e maior qualificação dos quadros técnicos do município (Raposo, 2007a: 230). Através do Programa de Desenvolvimento Municipal – ProMaputo –, financiado pelo Banco Mundial (BM), promoveu-se um conjunto de ações com vista ao desenvolvimento institucional e à melhoria da governação, das finanças e da prestação dos serviços públicos, gerador de mudanças ao nível da estrutura técnica e administrativa do município²⁰⁵, bem como da sua relação com os cidadãos e as organizações da sociedade civil (ver Bowen e Helling, 2011). Uma nova equipa técnica deu início à regularização e legalização do cadastro, no sentido de tornar a gestão do solo mais transparente e eficiente, desencadear a atribuição de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) e estabelecer a cobrança de taxas municipais, discutindo-se novas formas de pensar, planear, gerir e intervir no território. Enquanto isso, desenvolveram-se algumas ações concretas, como a extensão do abastecimento de água e eletricidade, a organização dos grandes mercados e a reestruturação dos transportes coletivos (Raposo, 2007a: 230).

Ao nível dos bairros pericentrais autoproduzidos, duas experiências, uma em Mafalala (2004-2005), outra em Chamanculo C (2005-2009), recolocaram a qualificação na agenda do município. As intervenções realizadas em Mafalala, financiadas pelo BM, incidiram na construção de fontanários, na pavimentação de ruas e na abertura de valas de drenagem, tendo implicado a demolição de algumas casas e o reassentamento das respetivas famílias em bairros mais periféricos (Jorge e Melo, 2014: 64). A intervenção em Chamanculo C iniciou com a elaboração de um estudo académico de diagnóstico²⁰⁶ (2005-2006), evoluindo para uma proposta de qualificação (2008-2009), também financiada pelo BM, que abrangeu todo o bairro, embora apenas viesse a ser implementada em alguns quarteirões

²⁰⁴ A frota de veículos da TPM – Transportes Públicos de Maputo – é muito limitada. A resposta à procura de transporte é, ainda hoje, feita sobretudo através de semicolectivos privados, os chamados “chapas”, e, mais recentemente, do regresso dos camiões “My Love”, de caixa aberta, assim apelidados por as pessoas viajarem apertadas e agarradas umas às outras, como forma de não caírem borda fora.

²⁰⁵ Para além da contratação de novos técnicos, o ProMaputo desencadeou um processo gradual de delegação de algumas responsabilidades para os distritos municipais, fruto de um programa de reforma organizacional e de capacitação institucional dirigido às administrações distritais (Bowen e Helling, 2011: 4).

²⁰⁶ Estudo coordenado pelo arquiteto José Forjaz, com o apoio de vários professores, especialistas e estudantes da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane.

considerados prioritários (*Ibidem*). Com a participação e o forte envolvimento dos moradores, das estruturas locais (secretário de bairro e chefes de quarteirão) e dos técnicos municipais, abriram-se ruas, redefiniram-se talhões e atribuíram-se alguns títulos de ocupação simbólicos. Quando as ações implicaram a demolição de algumas casas, também se procedeu ao reassentamento das famílias afetadas em bairros mais periféricos (entrevista, técnico municipal, 2011). Segundo um dos técnicos envolvido no processo, pretendia-se que esta experiência “*funcionasse como arranque [...] [para] o tratamento da ocupação urbana informal e que fosse [...] a semente de uma atitude generalizada do município*” (entrevista, 2013).

Tendo em conta estas e outras experiências realizadas em Maputo, Manica e Nacala, um estudo coordenado pelo arquiteto José Forjaz e financiado pelas Nações Unidas, no âmbito da iniciativa “Melhoramento dos Assentamentos Informais”²⁰⁷, apresentou a qualificação como a principal estratégia de intervenção ao nível dos bairros autoproduzidos (Forjaz [*et al.*], 2006: 43). Este estudo considera a imposição de um sistema de ruas retilíneas e talhões retangulares uma “violência”, um “sofrimento enorme” e um “custo excessivo” (*Idem*: 46). Em alternativa, propõe a adoção “de uma visão mais flexível e aberta do ordenamento urbano” e a materialização de ações que potenciem a aprendizagem de outras abordagens de intervenção. A renovação apenas é equacionada em casos “insolúveis de caráter ambiental”, em “áreas de proteção definidas por lei” ou perante “a construção de uma infraestrutura de interesse comum”, como foi o caso em Mafalala e Chamanculo C (*Idem*: 45).

| O Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (2008) |

Aprovado em 2008, na sequência do novo pacote legislativo dedicado ao ordenamento do território (ver Capítulo 4), o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) reitera parte dos princípios enunciados no estudo anterior, colocando no topo das prioridades o “reordenamento” dos “bairros informais”, “indispensável à criação de uma nova cidade mais justa e com um futuro menos ameaçador” (CMM, 2008a: 15). Seguem-se na lista de prioridades: a densificação da ocupação da cidade; a reserva e preservação de áreas ambientalmente sensíveis; a melhoria da mobilidade e acessibilidade; a promoção e construção de “habitação social”; e a redução das assimetrias sociais na escolha e distribuição da rede de infraestruturas, serviços e equipamentos, “cujo cumprimento deve contribuir para um maior equilíbrio das condições e da qualidade de vida de todos” (*Idem*: 7-8).

²⁰⁷ Iniciativa promovida pelo “Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Informais”, tendo em conta os objetivos lançados na Declaração do Milénio (United Nations, 2000).

Desenvolvido pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH)²⁰⁸, no quadro do ProMaputo, o PEUMM reflete, em certa medida, um olhar crítico sobre o território.

Em relação à dualidade entre o centro, urbanizado e consolidado, e a chamada *periferia*, dele dependente, o PEUMM propõe a criação de outros centros multifuncionais dispersos, propícios à instalação de empresas e superfícies comerciais, bem como à construção de habitação de alta densidade e de novos equipamentos e espaços culturais (ver figura 18) (CMM, 2008c: 10). A transformação da zona do Paiol, a urbanização do bairro da Costa do Sol, a qualificação da zona do Estádio Nacional do Zimpeto²⁰⁹, dos mercados do Xiquelene e de Xipamanine, o prolongamento da avenida Julius Nyerere, a renovação da zona da Praça de Touros e alguns pontos na KaTembe são apresentados como possíveis “polos estruturantes da vida urbana” (*Idem*: 16-17) (ver figura 18). Associada à centralidade, está a questão da mobilidade e acessibilidade, para a qual se propõe a (re)organização dos terminais de transportes, a coordenação de diferentes sistemas, a exploração dos transportes marítimos, a qualificação da rede viária existente e a criação de novas vias estruturantes, privilegiando-se o transporte público em detrimento da circulação automóvel (ver figura 18) (CMM, 2008c: 6; CMM, 2008a: 17-18). A reconstrução da avenida Julius Nyerere é considerada prioritária, por permitir o escoamento do tráfego para norte, enquanto a construção da Grande Circular e da ponte entre Maputo e a KaTembe integram o grupo das infraestruturas futuras, não prioritárias (CMM, 2008c: 33-46).

A maioria dos bairros municipais entra na classe dos *espaços urbanizáveis*, carentes de ações de urbanização. Apenas são classificados como *urbanizados*, ou seja, com infraestruturas completas e uma regularização fundiária e urbanística consolidadas, os bairros inseridos no distrito urbano KaMpfumo – o centro por excelência (*Idem*: 13). As áreas que compõe a “Estrutura Ecológica do Município” correspondem a áreas verdes de recreio e de proteção, húmidas e inundáveis, de forte inclinação e/ou sujeitas a erosão, sendo a edificação aí condicionada, restrita ou proibida, de acordo com a Planta de Condicionantes (*Idem*: 16). Por fim, demarcam-se ainda áreas e edifícios considerados de interesse histórico, entre os quais o bairro de Chamanculo (CMM, 2008a: 178). Dependendo das características e necessidades de cada bairro, sujeito a planos parciais de urbanização e/ou a planos de pormenor, prevê-se um conjunto de operações:

- (i) a regularização urbanística, que contempla o desenho da “Planta de Zoneamento”, da “Planta de Condicionantes” e dos talhões, num processo baseado na participação das comunidades;
- (ii) a dotação de infraestruturas básicas (arruamentos, água potável, drenagem e eletricidade);

²⁰⁸ O CEDH pertence à Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane e presta serviços no âmbito da arquitetura e do urbanismo, tanto ao sector público, como a privados.

²⁰⁹ O Estádio Nacional do Zimpeto ficou concluído em 2011, acolhendo nesse mesmo ano os Jogos Africanos.



Legenda | espaço urbanizado; área urbanizável planejada; área urbanizável não planejada; área para expansão urbana; verde urbano; área húmida e inundável; equipamentos; centros urbanos propostos.

Figura 18 | Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, 2008.

Fonte | “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo”, Planta de Ordenamento (2008). Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

- (iii) a regularização fundiária, que corresponde ao momento de atribuição de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT);
- (iv) a melhoria ou introdução de equipamentos de utilidade pública;
- (v) e a criação de espaços verdes e de recreio (CMM, 2008c: 24-25).

Sugere-se que cerca de 60% das áreas abrangidas por planos parciais de urbanização se destinem “aos cidadãos de menor renda, dando especial prioridade às iniciativas públicas e privadas de empreendimentos habitacionais de interesse social” (*Idem*: 26).

No caso específico dos bairros autoproduzidos, o PEUMM apresenta como fatores essenciais ao seu desenvolvimento a densificação das áreas destinadas à habitação, a garantia de acesso a infraestruturas e equipamentos e o *direito ao lugar*, entendido como (*Idem*: 5):

“o respeito em absoluto [...] [do] direito de todos os moradores continuarem a viver onde vivem [...], [sendo] que só em casos excepcionais se poderá considerar a sua deslocação, sempre em bases voluntárias e compensatórias, para outro bairro” (CMM, 2008a: 16).

O discurso aponta-nos, simultaneamente, para a qualificação e para a renovação urbana. Considera-se insustentável a densificação no sentido horizontal, defendendo-se em alternativa a densificação em altura, através da autoconstrução ou da criação de parcerias público-privadas (PPP), nas quais o Conselho Municipal negocia com investidores e promotores a concessão de terrenos em troca de benfeitorias, incluindo o realojamento *in loco* (CMM, 2008c: 5, 73-74). Neste sentido, é lançado um conjunto de projetos baseados em PPP, já adjudicados, em negociação, em concurso ou em preparação²¹⁰, alguns deles abrangendo bairros pericentrais autoproduzidos, como é o caso do projeto de construção e exploração do “Centro Cultural de Negócios e Serviços Ex-Praça de Touros”, que prevê a construção de um hotel, aparthotel e centro comercial, do “Plano de Desenvolvimento de Polana Caniço” e do “Projeto de Requalificação do Mercado de Xipamanine” (CMM, 2008b: 111-112). Subjacente a esta abordagem, como descrevem vários arquitetos/urbanistas entrevistados, está a promoção da “mistura”, da “diversidade” e do “equilíbrio” social: “*se a densificação conseguir aumentar em termos de área, uma parte seria para componente social e outra parte de componente vendável*”; “*é possível albergar aquelas pessoas e ainda há espaço para construir os prédios que quiserem para investimento*” (2013).

Experiências similares postas em prática um pouco por todo o mundo revelam que esta abordagem pode promover a hierarquia e a segregação, ao se equacionar apenas a transferência de grupos de

²¹⁰ Estes projetos surgem na sequência da criação em 2007 de um Departamento Municipal exclusivamente dedicado às PPP, com vista ao aumento do investimento privado na criação e melhoria de infraestruturas e serviços municipais e na construção de habitação social, com o apoio ou não do Fundo para o Fomento de Habitação (2008b: 111).

maiores recursos para bairros anteriormente estigmatizados, não o inverso, bem como ao se pressupor a “mistura” social como algo positivo, “equilibrado” e desejável por todos, o que nem sempre se verifica (ver, p. ex., Smith, 2002; Blomley, 2004; Atkinson e Bridge, 2005).

•

Para além da aprovação do PEUMM e do lançamento do Orçamento Participativo (OP), apoiado pelo Banco Mundial, o ano de 2008 coincidiu com o fim do segundo mandato municipal e a eleição de um novo executivo²¹¹. Esta mudança foi uma decisão da Frelimo, não dos eleitores municipais²¹², e terá sido, segundo Chichava (2008) e Nylen (2014: 34-35), consequência de algumas medidas tomadas pelo anterior executivo, geradoras de vários conflitos e tensões, como: (i) o embargo de projetos imobiliários anteriormente aprovados, sem as devidas licenças, envolvendo grupos económicos com ligações a altos dirigentes da Frelimo²¹³; (ii) o despedimento de funcionários municipais, muitos deles membros do partido, por “apropriação” indevida de terra; (iii) a exoneração dos administradores distritais, aquando da visita do presidente da República Armando Guebuza²¹⁴ em 2005; e (iv) a recusa a pedidos de atribuição excepcional de terra a membros da Assembleia Municipal²¹⁵. Segundo técnicos municipais entrevistados (2013), acresce ainda o arranque do processo de legalização e regularização do cadastro²¹⁶, que colocava a descoberto a corrupção associada à atribuição de terra e de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT), bem como negócios de compra e venda de terrenos envolvendo membros da Assembleia Municipal, descritos como “*os principais negociadores de venda ilegal de terra*”.

²¹¹ Segundo Nylen (2014: 34), o lançamento do OP em ano de eleições serviu para reafirmar a ideia de um “candidato do povo” voltado para o “Desenvolvimento Inclusivo e Participativo” (slogan oficial de campanha). Realizaram-se reuniões em todos os bairros e sedes de distrito, com níveis variados de participação, mas o OP nunca chegou a ser implementado neste mandato, sendo muitos dos projetos eleitos ignorados ou atrasados vários anos (ver Bowen e Helling, 2011: 21-22).

²¹² Embora uma sondagem realizada a três meses das eleições apontasse para uma vitória esmagadora do então edil, Eneas Comiche (AllAfrica, 20 Ago. 2008), um processo de eleições internas escolheu como candidato à futura presidência do CMM David Simango, na altura ministro da Juventude e Desportos e ex-governador da província do Niassa.

²¹³ Segundo uma notícia avançada pela *Panapress*, em Agosto de 2014, terão sido embargadas pelo executivo de 2003-2008 vinte obras de construção não licenciadas, entre as quais o centro comercial promovido por Momade Bachir, o templo da Igreja Universal do Reino de Deus e a Reitoria do Instituto Superior Politécnico e Universitário.

²¹⁴ Armando Guebuza foi eleito Presidente da República em 2004, com 63% dos votos, alcançando os 75% na sua reeleição em 2009. Durante os seus dois mandatos na Presidência do país, o governo foi fortemente criticado pelo seu crescente carácter autoritário (ver *O País*, 25 Fev. 2014; *Verdade*, 29 Maio 2014; *Development Workshop*, 30 Mar. 2015) e Armando Guebuza acusado de nepotismo e favorecimento pessoal na condução de vários negócios (ver Nhamchote, 10 Dez. 2010; Nhamirre, 21 Nov. 2012; 19 Set. 2013; *Lusa*, 03 Abr. 2014).

²¹⁵ Ver notícia de imprensa: *Savana*, 18 Jul. 2008.

²¹⁶ Durante o segundo mandato, o departamento responsável pela elaboração do cadastro foi assaltado duas vezes e, em 2007, o arquivo central de terras foi totalmente destruído pelo incêndio que consumiu grande parte do edifício do Ministério da Agricultura (ver *Media Fax*, 6 Jun. 2007).

No terceiro mandato, grande parte do corpo técnico do município foi substituído. Segundo alguns entrevistados²¹⁷, a escolha de técnicos e funcionários voltou a estar condicionada à sua lealdade e antiguidade na Frelimo, sendo igualmente alteradas, de acordo com o Programa Quinquenal do CMM (2009-2013), as prioridades estabelecidas pelo novo executivo municipal. Entre os principais objetivos estratégicos, quinze no total²¹⁸, passaram a estar: a melhoria da “governança autárquica participativa”; o combate à criminalidade e à corrupção; a melhoria e garantia da sustentabilidade das finanças autárquicas; o desenvolvimento de uma “economia local e social”, visando atrair investimento privado e promover novas parcerias público-privadas (PPP); o desenvolvimento das infraestruturas municipais, incluindo a definição de planos estratégicos sectoriais, como os Planos Diretores de Transportes, de Saneamento e Drenagem e de Mercados e Feiras; e a melhoria da gestão do ambiente, urbanização e habitação, através da implementação do PEUMM e da elaboração de planos parciais de urbanização e de pormenor. Embora o PEUMM continuasse a ser o instrumento de referência e o ProMaputo a principal fonte de financiamento do município, os objetivos traçados para os próximos anos de governação, para além de difusos, não correspondiam muitos deles à prática e tiravam o protagonismo antes dado ao “reordenamento” do espaço autoproduzido e ao *direito ao lugar*. Como veremos de seguida, a prioridade deste executivo seria sobretudo a criação de um “bom ambiente de negócios” e, com ele, a promoção do mercado fundiário e imobiliário, voltando-se a encarar o planeamento como um instrumento ao serviço dos interesses dominantes.

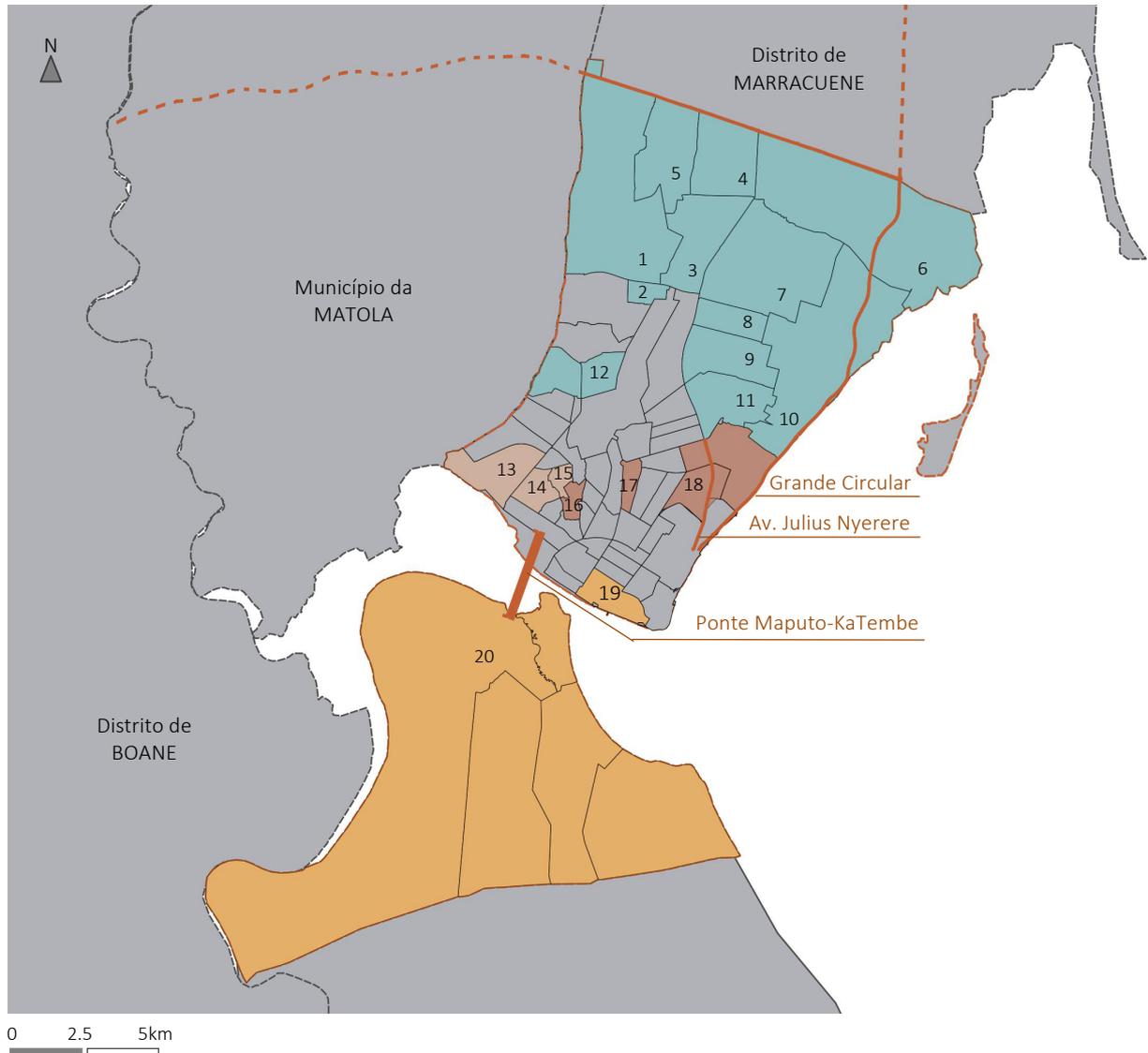
3.3. | A forte aposta no planeamento

As ações de qualificação em Chamanculo C cessaram e, um pouco por toda a cidade, emergiram planos parciais de urbanização (PPU). Em 2010, foram aprovados em Assembleia Municipal os PPU de vários bairros a norte e centro do município – 3 de Fevereiro, Albazine, Ferroviário, Laulane, Magoanine A, B e C, Mahotas e Zimpeto –, estando atualmente pelo menos mais três em fase de elaboração – George Demitrov, Mahlazine e 25 de Junho²¹⁹ –, todos eles no âmbito do ProMaputo. Em traços gerais, este conjunto de planos reconhece os espaços autoproduzidos como legítimos e a manter, prevendo-se a sua qualificação, a atribuição de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) e a regularização das construções existentes (CMM, 2011d; Jorge e Melo, 2014: 61; Melo,

²¹⁷ Ex-técnico municipal (2013); consultor (2013); arquiteto/urbanista (2013); docente universitário (2013); ex-membro da Assembleia Municipal (2013); ex-técnico municipal (2013); arquiteto/urbanista (2013).

²¹⁸ Objetivos presentes no Plano de Atividades do CMM para 2012 (Resolução n.º 82/AM/2011, de 15 de Dezembro).

²¹⁹ Segundo três técnicos municipais (entrevistas, 2013) e informação recolhida em notícias de imprensa (Notícias, 28 Nov. 2014; Notícias, 11 Jul. 2015).



Legenda | - - - - limite administrativo de Maputo; - - - - outros limites administrativos; - - - - grandes infraestruturas viárias;
■ renovação; ■ qualificação(?); ■ qualificação + regularização; ■ empreendimentos imobiliários;
1. Zimpeto; 2. Malhazine; 3. Magoanine A; 4. Magoanine B; 5. Magoanine C; 6. Albazine; 7. Mahotas; 8. 3 de Fevereiro; 9. Laulane; 10. Costa do Sol; 11. Ferroviário; 12. 25 de Junho; 13. Luís Cabral; 14. Chamanculo C; 15. Chamanculo D; 16. Xipamanine; 17. Maxaquene A; 18. Polana Caniço; 19. Baixa; 20. KaTembe.

Figura 19 | Principais paradigmas de intervenção subjacentes aos planos parciais de urbanização.

Fonte | Autora, 2016.

2015: 97-98) (ver figura 19). No caso dos bairros pericentrais, os PPU que os enquadram, alguns já aprovados, outros em fase de elaboração, reúnem outras abordagens de intervenção (ver figura 19):

- O PPU de Chamanculo C, lançado em 2011, através de uma parceria entre o CMM, o Governo Brasileiro, a Cooperação Italiana e a *Cities Alliance*, pretende contribuir para a construção de uma “Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo”, sendo por isso encarado como um projeto-piloto (CMM, 2013a; Cities Alliance, 2014). Realizou-se um estudo de diagnóstico participado, desenvolvido pela ONG AVSI²²⁰, e está em elaboração uma proposta de intervenção a curto, médio e longo prazo, cuja implementação dependerá sobretudo das PPP criadas para o efeito²²¹.
- O PPU de Chamanculo D, promovido pela Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado²²² (AMDEC), em parceria com a ONG HabitÁfrica²²³ e o CEDH, encontra-se numa fase inicial. De acordo com um técnico envolvido no processo (entrevista, 2013), pretende enquadrar um conjunto de ações consideradas prioritárias, sobretudo ao nível das infraestruturas básicas.
- O PPU de Luís Cabral foi lançado oficialmente em 2015, no âmbito do ProMaputo. Segundo uma notícia de imprensa (Notícias, 19 Jan. 2015), a melhoria das acessibilidades, do sistema de drenagem e do abastecimento de eletricidade constituem as principais aspirações da generalidade dos moradores.
- O PPU de Maxaquene A, elaborado por iniciativa de duas ONG – a AMDC e os Engenheiros Sem Fronteiras da Catalunha (ESF)²²⁴ –, em parceria com CEDH, assenta na *tábula rasa* do tecido existente. Aprovado em Assembleia Municipal em 2011, o plano propõe uma nova estrutura e morfologia urbana, de uso predominantemente habitacional, associado a novos espaços comerciais, serviços e equipamentos (ver Capítulo 5).
- O PPU de Polana Caniço A e B, desenvolvido por uma empresa espanhola – a Prointec – e financiado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)²²⁵, em parceria com o

²²⁰ ONG italiana fundada em 1972, que opera em diferentes áreas e em vários países em todo o mundo, numa rede com mais de 60 organizações. Mais informação disponível em: <http://mocambique.avsi.org/pt>.

²²¹ Informação recolhida de entrevistas a técnicos envolvidos no processo, realizadas em 2013.

²²² ONG moçambicana criada com o intuito de promover e colaborar em projetos de desenvolvimento comunitário. Mais informação disponível em: <http://www.amdecnz.org>.

²²³ ONG espanhola voltada para o “desenvolvimento” em África, nomeadamente dos serviços básicos e habitação, segurança alimentar e acesso a recursos financeiros. Mais informação disponível em: <http://www.habitafrica.org/index.php>.

²²⁴ ONG espanhola com vários projetos de cooperação, ao nível do planeamento e infraestruturas básicas. Mais informação disponível em: https://catalunya.isf.es/home/index.php?Ssesion_idioma=1.

²²⁵ Instituição estatal responsável por gerir as participações do Estado e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado. Mais informação disponível em: <http://www.igepe.org.mz>.

CMM, apoia-se sobretudo na *tábula rasa* do tecido existente. Aprovado em Assembleia Municipal em 2015, o plano prevê, para além da renovação do espaço habitacional, a reorganização da rede de mobilidade e acessibilidade, o reforço e criação de novas centralidades, a ampliação da rede de equipamentos existente e a melhoria e integração dos espaços verdes, de proteção e reserva (ver Capítulo 5).

- O PPU de Xipamanine, a cargo do CEDH, propõe a curto prazo (cinco anos) o que se designa de “urbanização simples”, ou seja, a melhoria das acessibilidades e das infraestruturas básicas, a redefinição do espaço público e o início da regularização fundiária; e a longo prazo (após cinco anos) a sua “urbanização completa” através de PPP. Nesta última fase, apenas permanece a estrutura viária, sendo tudo o resto objeto de renovação. De uso predominantemente habitacional, o novo desenho urbano prevê a construção de novos espaços comerciais, equipamentos e espaços públicos²²⁶.

Em relação aos “polos estruturantes da vida urbana” previstos no PEUMM, destacamos outro conjunto de planos e projetos (ver figura 19):

- o PPU da Costa do Sol, desenvolvido pelo CEDH, no âmbito do ProMaputo;
- o PPU da Marginal, elaborado por uma empresa sul africana – *MMA Studio* – em parceria com duas empresas internacionais – *ED Srl Planners* e *Systemmatica Traffic Engineers* – e outra moçambicana – *Gluxus* –, no âmbito do ProMaputo;
- alguns planos de pormenor no Zimpeto, realizados pelo CMM, tendo em conta o interesse manifestado por alguns promotores privados (Melo, 2015: 98);
- o projeto para o novo mercado de Xipamanine, conduzido pelo CEDH, ao lado do qual se prevê a construção de um centro-comercial e de um campo desportivo²²⁷;
- a reconstrução e prolongamento da avenida Julius Nyerere²²⁸, no âmbito do ProMaputo, a cargo, numa primeira fase, de um consórcio português – Britalar, Europa Ar-lindo e Aurélio Sobreiro –, e, numa segunda fase, de uma empresa de construção portuguesa – Construções Gabriel AS Couto;

²²⁶ Informação recolhida de entrevistas a técnicos envolvidos no processo, realizadas em 2013.

²²⁷ Informação recolhida de entrevistas a técnicos envolvidos no processo, realizadas em 2013.

²²⁸ As obras iniciaram em 2012, estimava-se que terminassem em 2013, mas sofreram sucessivos atrasos até à sua inauguração em 2016 (ver Nacional, 08 Set. 2014; Notícias, 23 Jul. 2015; Lusa, 20 Jul. 2015).

- o projeto da Praça de Touros e zona envolvente, promovido por um grupo empresarial moçambicano, em parceria com o CMM²²⁹ (Jorge e Melo, 2014: 67);
- e o plano de urbanização da KaTembe, coordenado pela Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul²³⁰ e desenvolvido por duas empresas portuguesas – Betar e Promontório.

O principal centro financeiro e empresarial da cidade, a Baixa, também passa a contar com um PPU²³¹ (ver figura 19), elaborado pelo CMM, em parceria com o CEDH e duas empresas, uma norte americana – *Cardno Emerging Markets* – e outra espanhola – *Design Convergence Urbanism*. Inclui vários projetos imobiliários²³², dos quais destacamos:

- o *Maputo Bay Waterfront*, para o recinto da ex-Feira Internacional de Maputo, promovido pela *Constelation SA*. (formada por investidores moçambicanos) e da autoria dos VGN Architects²³³, cujo programa prevê a construção de dois hotéis, edifícios de escritórios, habitação, galerias comerciais e parques de estacionamento, enquadrados por zonas verdes (ver figura 20);
- as Torres Maxaquene e o Edifício *Pott*, lançados pelo grupo *Oriental K Real Estate*, destinados a comércio, habitação e serviços;
- e o *Maputo Business Tower*, promovido pelo grupo de investimento israelita *Green Point*, em parceria com os Correios de Moçambique, reservado a escritórios e estacionamento.

113

Fora do centro da cidade, também surgem nos últimos anos alguns conjuntos habitacionais em altura, inacessíveis à maioria da população (ver Melo, 2015: 217-224), de que se destacam:

- a Casa Jovem, na Costa do Sol, promovida pela Fundação Joaquim Chissano²³⁴, em parceria com duas empresas moçambicanas – Charas Lda. e Imox – e o Banco Comercial e de Investimentos (BCI), composta, numa primeira fase, por 19 edifícios plurifamiliares de quatro a oito pisos²³⁵;
- a Urbanização do Zimpeto, promovida pelo CMM, pelo *Millennium* Banco Internacional de Moçambique (BIM) e por uma empresa de construção de capitais portuguesas – Indiconstroi –, com quatro edifícios plurifamiliares de seis pisos, numa primeira fase²³⁶;

²²⁹ Segundo o presidente do município, em declarações dadas à Televisão Independente de Moçambique (TIM), disponíveis em: <http://videos.sapo.pt/ZcZNtWkITuTWMC2wL5Zt>.

²³⁰ Empresa criada pelo governo central com o objetivo de promover a construção, gestão e exploração da ponte e da estrada que liga Maputo à Ponta D'Ouro. Mais informação disponível em: <http://www.maputosul.co.mz>.

²³¹ Os objetivos do PPU e mais informação relativa ao processo estão disponíveis em: <http://www.minha-baixa.com/pt/>.

²³² Ver n.º 2 da revista *Vida Imobiliária*, disponível em: <http://www.vidaimobiliaria.com/media/revistas/mz2.pdf>.

²³³ Arquitetos Frederico Valsassina, Ricardo Bak Gordon e João Ferreira Nunes.

²³⁴ Fundada pelo antigo Presidente da República, Joaquim Chissano, a FJC apoia e promove projetos de desenvolvimento económico e cultural em Moçambique. Mais informação disponível em: <http://www.fjchissano.org.mz/index.html>.

²³⁵ Notícias de imprensa: Verdade, 25 Jun. 2010; José, 05 Dez. 2012.

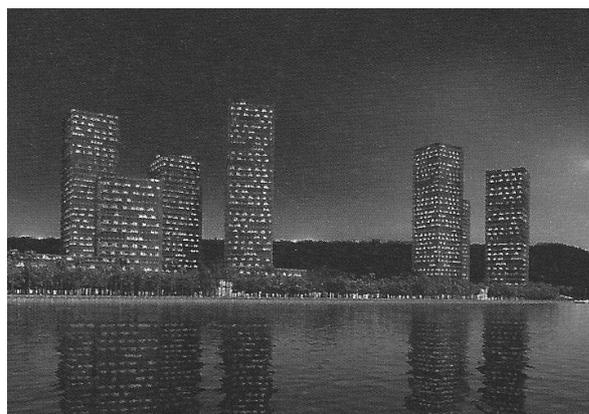


Figura 20 | *Maputo Bay Waterfront* (simulações 3D).

Fonte | Imagens disponíveis em Vida Imobiliária (Fev. 2013).

²³⁶ Notícia de imprensa: Notícias, 16 Ago. 2012.

— e a Vila Olímpica, no Zimpeto, da iniciativa do governo central, financiada pelo Fundo de Investimento do Estado Português e atualmente sob gestão do Fundo para o Fomento de Habitação (FFH), constituída por 28 edifícios plurifamiliares de quatro pisos.

Após as alterações introduzidas em 2010 aos estatutos da FFH²³⁷, este deixou de se focar nos grupos de menores recursos e passou a promover, negociar e coordenar investimentos e parcerias público-privadas (PPP) voltados para o mercado imobiliário. Segundo um técnico do FFH entrevistado (2013), pretende-se que as receitas sejam direcionadas para “habitação social”, embora nada tenha sido feito até à data nesse sentido.

Também ao nível da mobilidade e da acessibilidade se operam e preveem várias mudanças, recentemente enquadradas no Plano Diretor de Mobilidade e Transportes para a área metropolitana de Maputo, financiado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). O metro à superfície entre Maputo e a Matola e a construção de um corredor exclusivo para transportes públicos são as principais novidades lançadas no Plano Diretor e, de acordo com o vereador dos Transportes do CMM, serão implementadas em breve, com o apoio da JICA²³⁸. Para além da reconstrução da avenida Julius Nyerere (ver figura 21), a Grande Circular e a ponte entre Maputo e a KaTembe, dois megaprojetos já previstos no PEUMM (2008c: 42-43), passaram a ser considerados prioritários e estão atualmente (2016) em fase de construção²³⁹, financiada e executada pela China, através da *China Road and Bridge Corporation*, sob coordenação da Maputo Sul²⁴⁰. Avançaram-se igualmente com algumas intervenções de menor escala, que refletem, segundo o chefe do Departamento de Planeamento Urbano (entrevista, 2013), a aposta do atual executivo na melhoria da rede viária. É o caso da reconstrução da avenida Milagre Mabote, financiada pelo Governo Belga, e da rua Marcelino dos Santos, realizada no âmbito do Orçamento Participativo²⁴¹.

Neste desdobrar de planos e projetos, destaca-se o papel crescente:

— do ProMaputo e, conseqüentemente, do Banco Mundial (BM), na assistência técnica e financeira prestadas na elaboração de muitos dos PPU e na execução de grandes infraestruturas, considerados essenciais para a resolução dos problemas urbanos;

²³⁷ Através do Decreto n.º 65/2010, de 31 de Dezembro.

²³⁸ Notícias de imprensa: Notícias, 20 Jun. 2013; AIM, 20 Jun. 2013; Verdade, 12 Mar. 2014; Verdade, 8 Set. 2014.

²³⁹ A Grande Circular, já concluída, iniciou em 2012 e a ponte entre Maputo e a KaTembe, depois de sucessivos atrasos, arrancou em 2015, prevendo-se que fique concluída em 2017 (ver Diário de Notícias, 11 Jun. 2013; AIM, 12 Jun. 2013; Esquento, 24 Jan. 2014; Notícias, 27 Abr. 2015).

²⁴⁰ Notícias de imprensa: Lusa, 29 Fev. 2012; AIM, 07 Mar. 2012; Mhanhice, 08 Mar. 2012; AIM, 19 Jul. 2012; Esquento, 24 Jan. 2014; Arante, 10 Mar. 2014.

²⁴¹ Notícias de imprensa: Verdade, 27 Mar. 2012; Domingo, 21 Jul. 2013.



Figura 21 | A reconstrução da avenida Julius Nyerere.

Fonte | Autora, 2013.

- dos investidores e promotores privados, de outros países (China, Japão, Itália, Brasil, Portugal, Bélgica) e alianças internacionais, nos quais se apoia o financiamento e implementação de muitas das propostas e intervenções lançadas;
- de empresas europeias, tanto na elaboração de projetos, como na sua construção, na sequência do abrandamento ou falência do sector da construção e do imobiliário na Europa;
- do CEDH e de ONG, no caso específico dos bairros pericentrais, na condução de vários processos, alguns deles claramente inscritos na lógica de mercado.

As relações entre os vários agentes, bem como os meios, as formas e os acordos de financiamento inscritos no paradigma das PPP e das cooperações internacionais, são cada vez mais difusos. As redes de empresas, organizações e cooperações a operarem em Maputo tornaram-se globais, tendem a não ter rosto e a não reconhecer limites nem fronteiras. Da mesma forma, a nível local, o papel do político, do técnico, do promotor, do investidor ou do intermediário nem sempre é estanque, o que favorece a corrupção, o clientelismo e o conflito de interesses. Em contrapartida, os objetivos subjacentes à recente produção massiva de instrumentos de ordenamento são, como sublinha o presidente do CMM, claros e unívocos:

“Muita gente, quando pedia para fazer obras, não era autorizada porque não havia instrumentos legais [...]. Se não nos abrissemos, poderíamos perder o volume de investimentos [...]. Esse boom de construções, sem que o município dê dinheiro, tem feito com que as coisas aconteçam [...]. Daqui a [...] [alguns] anos, quem vier a Maputo terá uma outra imagem da nossa cidade” (Maio de 2013)²⁴².

117

Esta imagem da cidade corresponde, nas suas palavras, ao modelo urbano espelhado no centro – “a cidade de cimento” –, que invadirá “aquilo que hoje é subúrbio”, consumindo todo o espaço que encontrar pela frente – “não tenho dúvida que, se calhar daqui a 200 anos, Maputo vai chegar a Manhica em termos de cidade de cimento” (Dezembro de 2011)²⁴³.

3.3.1. | As diferentes abordagens de intervenção

A renovação urbana assume crescente preponderância, estando associada a grande parte dos planos parciais de urbanização propostos para os bairros pericentrais autoproduzidos, à construção dos megaprojetos, à reconstrução de vias estruturantes, cujo alargamento implica a demolição total ou parcial de construções, mas também a vários dos projetos lançados para o centro da cidade, onde

²⁴² Segundo entrevista dada ao jornal *Domingo* (19 Maio 2013).

²⁴³ Segundo declarações dadas à *Agência de Informação de Moçambique* (AIM, 1 Dez. 2011).

edifícios de considerado interesse histórico (ver PEUMM, 2008b: 171), como o *Pott* e o dos Correios, se prevê que deem lugar a grandes torres. A preferência por este tipo de abordagem é decorrente dos interesses fundiários e imobiliários instalados e da primazia do modelo urbano em que se inscreve, mas também, no caso particular dos bairros pericentrais, da imagem negativa que os tende a acompanhar. Dada a complexidade dos seus problemas e o agravamento das condições ambientais e de habitabilidade, são vários os técnicos que os descrevem como “*provisórios*” – “*aqueles bairros vão dar lugar à cidade*” –, porque “*não obedecem a padrões*” – “*as ruas não têm dimensão standard*” –, e foram feitos de forma “*desordenada*” e “*desorganizada*” – “*aquilo faz lembrar um bocadinho as favelas do Rio de Janeiro, em que temos a cidade e depois aquele tecido urbano muito desorganizado*” (entrevistas, 2013).

Associada à renovação, está geralmente a saída e o reassentamento das famílias abrangidas por estas ações, enquadrado pela Política de Reassentamento municipal lançada em 2010, com o apoio do BM, e pelo “Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas”²⁴⁴, publicado em 2012, onde se enumeram um conjunto de princípios e procedimentos a seguir (ver Capítulo 4). No caso dos bairros pericentrais, segundo o chefe do Departamento de Planeamento Urbano (entrevista, 2013), uma das formas de implementar os planos previstos é, nas suas palavras, “*avançar com a rede viária, para ficar tudo mais estruturante*” e, a partir daí, atrair investimento privado. De acordo com o presidente do CMM, o papel do executivo municipal é precisamente estimular o processo negocial entre os investidores privados e os atuais moradores, chamados a ceder os seus espaços, de forma a que “*as partes aceitem as condições oferecidas e o município, quando verificar que estão criadas as condições, regularize a situação*”, “*sem que haja barulho, para evitar aquela ideia que há em muitos países do mundo que as pessoas estão a ser expulsas dos melhores sítios*” (Novembro de 2012)²⁴⁵. O próprio governo local considera:

- por um lado, que não há capacidade técnica e financeira para se avançar com um realojamento *in loco*, com base em PPP, como previsto no PEUMM – “*Muitos dizem que o Conselho Municipal devia assumir o papel de liderança desses processos [...], mas isso é tão complexo que não temos uma estrutura condizente com a complexidade desse tema, para poder enfrentá-lo bairro a bairro*” (entrevista, técnico municipal, 2013);
- e, por outro, que os atuais moradores não estão preparados para viver numa habitação plurifamiliar, cabendo aos investidores apresentar propostas para a resolução do problema de milhares de famílias, que, na visão dominante, se limita à falta de recursos económicos – “*Para além da capacidade [financeira], as pessoas, os seus hábitos, não se coadunam com outras*

²⁴⁴ Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto de 2012.

²⁴⁵ Segundo entrevista dada ao jornal *O País* (12 Nov. 2012).

formas de viver, num conjunto multifamiliar em altura, não é? Eles [os investidores] é que vão trazer propostas” (entrevista, técnico municipal, 2013).

Relativamente aos megaprojetos e à melhoria da rede viária, tem sido sobretudo o CMM a liderar os processos de reassentamento²⁴⁶, recorrendo à figura legal da expropriação por *interesse público* (ver Capítulo 4). Nestes processos, cada família recebe um valor de compensação e/ou indemnização, em função dos danos causados e das características do talhão e da habitação, e um talhão noutra bairro, tendencialmente mais periférico, com título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT). Nos últimos anos terão sido reassentadas milhares de famílias, sobretudo na sequência das obras na avenida Julius Nyerere e da Grande Circular, às quais se juntarão muitas outras no quadro da construção da ponte entre Maputo e a KaTembe²⁴⁷. Alguns técnicos entrevistados fazem um balanço positivo destes processos, considerando haver uma melhoria significativa da qualidade de vida da maioria das famílias após o reassentamento – *“aquelas pessoas que foram reassentadas viviam em condições extremamente precárias [...] mas o conceito de reassentamento já as liberta daquele sufoco e coloca as pessoas um pouco mais alargadas”*, dando-lhes *“uma oportunidade de saírem daquela situação”* (2013). Outros técnicos têm uma visão mais crítica da generalidade dos reassentamentos, apontando falhas ou fragilidades ao nível da condução dos processos e do impacto na vida das famílias, que, nas suas palavras, *“estão a ser atiradas para um local onde não há condições apropriadas”*, acesso a transporte, vias de acesso e serviços básicos, nem oportunidades de negócio, *“que é o reforço da sua vida familiar”* (2013).

Nos bairros mais a norte do município, a aposta no parcelamento, na qualificação e na regularização fundiária evidenciam outra percepção do território, mas também outros interesses e estratégias. Embora as infraestruturas e equipamentos básicos tardem em chegar e, como referimos anteriormente, estejam a ser ocupadas áreas ambientalmente sensíveis, inclusive zonas de mangal, a percepção destes territórios tende a ser, quando comparada à dos bairros pericentrais, mais positiva, sobretudo devido às suas características morfológicas e ao cariz rural que, em alguns casos, mantêm. Como também identifica Melo (2015: 326-328), transparece entre os técnicos uma expectativa positiva sobre o desenvolvimento destes bairros periféricos, por se considerar que *“tiveram um processo de ocupação orientado pelo próprio município”*, no qual *“as pessoas assumiram as regras definidas”*, por terem *“um traçado reticulado, com as mesmas dimensões,”* e por permitirem *“uma relação com a terra melhor”* que nos bairros pericentrais, *“com características mais de slum”* (entrevistas, 2013).

²⁴⁶ Alguns casos pontuais são liderados pela Administração Nacional de Estradas (ANE), envolvendo geralmente a atribuição de habitações (entrevista, técnico da ANE, Dezembro de 2013).

²⁴⁷ Ver os números lançados em algumas notícias de imprensa: Correio da Manhã, 09 Maio 2012; Iva, 23 Jul. 2013; Notícias, 09 Mar. 2015; Wilson, 21 Jun. 2015.

Para além da (re)construção de eixos viários estruturantes e de megaprojetos, que gera novos processos de valorização e as condições necessárias à expansão da dinâmica de mercado a estes territórios, até há pouco tempo fora do interesse de investidores e promotores privados, destaca-se aqui, em contraste com o preconizado para os bairros pericentrais, a aposta na qualificação e, sobretudo, na regularização fundiária. Através do apoio do Banco Mundial, o CMM tem vindo a implementar desde 2013 um programa de regularização massiva, com o intuito de agilizar a atribuição de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT), conferir maior segurança de ocupação e aumentar as receitas municipais através da cobrança de taxas. Segundo uma técnica envolvida no processo (entrevista, 2013), pretende-se, em dois anos (2013-2015), atribuir cerca de 35.000 títulos de DUAT, através dos quais, nas palavras do presidente do CMM:

“As pessoas passarão a ter uma ocupação definitiva [...]. O munícipe, se quiser construir, pode erguer a sua habitação sem problemas de poderem ser arrancados e usar as suas habitações como garantia [bancária, por exemplo]” (Outubro de 2009)²⁴⁸.

Para além de promover a lógica da propriedade privada individual num contexto em que a terra é do Estado e é reconhecido o direito de ocupação segundo as normas e práticas costumeiras (ver Capítulo 4), as taxas de atribuição aplicadas são muito elevadas²⁴⁹, podendo gerar processos de gentrificação similares aos descritos por Melo (2015: 359) no caso de alguns quarteirões do bairro da Costa do Sol, onde a regularização conduziu à comercialização dos talhões e à saída dos antigos moradores.

120

Os fatores que determinam ou influenciam as diferentes abordagens de intervenção, propostas nuns e noutros bairros, podem, no entanto, não se limitar à percepção mais ou menos positiva que deles se tem ou às suas características morfológicas, que geralmente fundamentam determinada proposta – *“nós não podemos atribuir [título de] DUAT às famílias que não têm acesso através de uma estrada ou que têm um carro de um metro para aceder ao seu talhão”* (entrevista, técnica municipal, 2013). Alguns técnicos entrevistados referem que a aposta na renovação dos bairros pericentrais resulta de uma avaliação da relação custo/benefício, que protela ou inviabiliza a sua qualificação, considerando-se que: *“há zonas em que a densidade é de tal maneira [elevada] e os problemas são tão grandes que soluções de microcirurgia para resolver problemas podem não funcionar [e] o gasto económico não resolver o problema”* (2013). Outros técnicos referem que a génese e a história do lugar também podem determinar ou influenciar a abordagem a seguir, sublinhando o legado dos bairros de Mafalala e Chamanculo, com *“um poder de memória muito maior que Polana Caniço”*, por exemplo (entrevista, 2013). Contudo, a maioria dos entrevistados reitera o que já referimos anteriormente, que a localização estratégica dos bairros pericentrais – *“terras com um valor económico muito alto no*

²⁴⁸ Segundo entrevista dada ao jornal *Verdade* (06 Out. 2009).

²⁴⁹ Ver Melo (2015: 359) e Luís (24 Fev. 2010).

contexto da cidade – tende a determinar a sua renovação a favor dos interesses e necessidades do mercado fundiário e imobiliário, sendo que *“o município parece que está mais para responder às tendências do mercado do que propriamente para trazer propostas sustentáveis do ponto de vista territorial”* (2013). Há quem inclusivamente considere que não se equaciona a regularização fundiária nos bairros pericentrais como forma de fragilizar a segurança de ocupação dos atuais moradores e de facilitar futuras negociações e processos de gentrificação – *“está em causa precisamente o trunfo que é uma população sem o direito de posse”, “vulnerável”, “uma forma de poder sobre a pessoa”* (entrevistas, técnico e docente universitário, 2013).

3.3.2. | Dos planos às práticas

Apesar do investimento e da aposta na elaboração de instrumentos urbanísticos, as práticas nem sempre correspondem ao planeado. Por um lado, não se cumprem alguns dos princípios ou propostas enunciados, sobretudo quando não coincidem com os interesses dominantes, como acontece com a garantia do *direito ao lugar* e com a preservação da “Estrutura Ecológica do Município” salvaguardadas no Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM). Por outro lado, a implementação dos planos parciais de urbanização (PPU) tarda em se efetivar.

121

São vários os motivos que podem conduzir a esta demora ou hiato entre o plano e as práticas. O arquiteto José Forjaz, coordenador geral do Gabinete de Elaboração do PEUMM, numa entrevista a um jornal local, ressalta a *“ignorância das [...] autoridades administrativas e políticas, que julgam que todos esses pequenos favores que fazem aos seus correligionários políticos não têm impactos ambientais”* (Setembro de 2014)²⁵⁰. Para além do favorecimento político e da corrupção, subjacentes ao incumprimento ou desvirtuar de alguns princípios e propostas enunciados, vários entrevistados apontam a incapacidade técnica, a fraqueza institucional, a falta de vontade política e de capacidade financeira como os principais entraves à implementação. Nas palavras de um arquiteto/urbanista, *“pode haver um esforço muito grande, pode é não haver capacidade técnica, de leitura e de interpretação, de fazer as coisas como deve de ser”,* mas também *“pode ser que a vontade política [...] [seja que] se continue a distribuir terra e vender terra como se quer”* (entrevista, 2013).

Segundo alguns entrevistados²⁵¹, no caso particular dos bairros pericentrais, os riscos políticos que uma ação massiva de renovação urbana representa também podem contribuir para esta aparente inércia: se o partido no poder responde integralmente aos interesses do mercado, arrisca-se a perder

²⁵⁰ Entrevista realizada por Albino (18. Set. 2014), para o jornal *Verdade*.

²⁵¹ Arquiteto/urbanista, ex-técnico municipal (2013); ex-técnico municipal (2013); investigador e docente universitário (2013); docente universitária (2013).

ou fragilizar a sua base de apoio; se não o faz, condiciona ou estrangula o investimento e o processo de acumulação. Neste sentido, o governo vê-se obrigado a equilibrar estes dois pratos da balança e a promover a negociação, que, embora desigual, lhe permite de alguma forma gerir alguns conflitos e contradições (ver Capítulo 5). Em nome do *interesse público*, os megaprojetos e a melhoria da rede viária promovem, como referimos anteriormente, novos processos de valorização, abrindo caminho ao investidor e promotor privados: o CMM negocia com as famílias afetadas o valor da indemnização, transferindo-as para bairros cada vez mais periféricos. Enquanto isso, as entidades responsáveis não impedem a transação de talhões e construções que, de dia para dia, se intensifica ao longo dos principais eixos viários ou na continuação de zonas valorizadas, como o bairro de Sommerschild, através do mercado paralelo. Independentemente do plano, a renovação prossegue por esta via de forma paulatina e continuada no tempo.

Após a transação, a reocupação do espaço assume duas configurações distintas (ver figuras 22 e 23):

- (1) Ao longo dos principais acessos ao centro da cidade, sobretudo das avenidas Joaquim Chissano, Acordos de Lusaka e Milagre Mabote, antigas construções em caniço ou em bloco de cimento vão dando lugar a parques de automóveis e, pontualmente, a sedes de empresas ;
- (2) Em alguns bairros estratégicos, como a Costa do Sol e, principalmente, Polana Caniço A, assiste-se à substituição gradual das antigas construções em caniço ou em bloco de cimento por moradias unifamiliares de luxo e condomínios fechados ou à criação de bolsas de reserva para futuros empreendimentos imobiliários.

Confrontado com a transformação das margens dos principais acessos ao centro da cidade, o presidente do CMM nada avança sobre o processo que lhe dá origem – a compra e venda de talhões e construções –, mas adianta que algumas das novas ocupações já possuem título de DUAT, negado aos anteriores ocupantes, e que este processo representa, nas suas palavras, “*uma forma de acabar com os assentamentos informais e valorizar os espaços que temos*” (Novembro de 2012)²⁵².

Relativamente à segunda situação, mais mediatizada, várias notícias de imprensa destacam o aumento nos últimos anos da procura de espaços no bairro de Polana Caniço A – “*os mais fortes economicamente não param de aliciar os infortunados mais renitentes*” (Notícias, 19 Out. 2009) –, e a resistência de alguns moradores em sair e aderir ao negócio – “*enquanto uns encaram a oportunidade com entusiasmo [...], outros há que entendem a situação como forma de ‘expulsá-los’ da zona e apelam à ‘resistência’*” (Correio da Manhã, 09 Dez. 2011). Em declarações a um jornal local²⁵³, o vereador das Infraestruturas relativiza o caso, considerando tratar-se de um fenómeno “*normal*” e que o mais importante é “*requalificar a zona e ter uma cidade bela e atraente*” (Dezembro de 2011).

²⁵² Segundo entrevista dada ao jornal *O País* (12 Nov. 2012).

²⁵³ Notícia de imprensa: Correio da Manhã, 09. Dez. 2011.



Figura 22 | Moradias unifamiliares e condomínios fechados construídos ao longo da avenida Julius Nyerere.

Fonte | Autora, 2013.



Figura 23 | Parque automóvel erigido em Maxaquene A, ao longo da Avenida Acordos de Lusaka.

Fonte | Autora, 2013.

Estes processos de renovação e gentrificação por via do mercado paralelo – particularmente intensos nos bairros de Maxaquene A, circundado por importantes eixos viários, e de Polana Caniço A, na continuação de Sommerschield –, mas também a emergência dos planos parciais de urbanização, aumentam a expectativa dos moradores e das estruturas locais. Nos bairros ainda não abrangidos por planos parciais de urbanização, os respetivos secretários tendem a encarar o que se chama de requalificação com optimismo, como uma oportunidade para melhorar a acessibilidade e/ou aceder a títulos de DUAT – *“se tudo correr bem, [se] as requalificações que estão a falar vir mesmo a acontecer, há-de ser uma maravilha porque o importante é haver ruas”* e *“quando for para requalificar o bairro então tem de entrar logo a atribuição de [títulos de] DUAT”* (2013). A requalificação assume geralmente um sentido próximo da noção de *qualificação*, na acepção usada nesta tese – *“requalificar-se este bairro significa abrir um bocadinho o espaço, termos mais vias de acesso”* (2013). Contudo, também há quem não associe qualquer tipo de abordagem de intervenção específica à requalificação, deixando nas mãos do Estado a sua interpretação ou significado – *“o Estado já veio falar disso, da requalificação”*, mas, *“se o bairro vai continuar assim ou vai morrer ou vai fazer outra coisa aqui no bairro, depende do governo”* (2013).

Nos bairros pericentrais já abrangidos por planos parciais de urbanização, aprovados ou em curso, a maioria dos secretários sublinha:

- as expectativas criadas não são fáceis de gerir²⁵⁴ – *“muita coisa vai mudar, vamos ter um bairro mais saudável”, “já não vamos ter problemas de água”, “vamos ter vias de acesso”,* mas leva tempo, *“vai pouco a pouco”* e *“as pessoas estão ansiosas por causa disso”* (entrevistas, 2013);
- e os custos da implementação – *“estamos todos contentes com o plano”, “o problema é a implementação, [são] os valores”, “mexer em tudo vai ter muitos custos”* (entrevista, 2013).

Apenas um dos secretários de bairro entrevistado revela algum receio relativamente à possibilidade de uma parte dos atuais moradores poder vir a ser obrigada a sair, para dar o seu lugar a grupos de maiores recursos – *“o Plano do Conselho Municipal [...] é bom para os pobres porque aqueles brancos [investidores e promotores] vai dar benefício [dinheiro] àquelas pessoas [...], mas aquele que tem casa como assim [melhorada], quando vêm dizer que você sai daqui, fica chateado”* (2013).

•

O quadro de crescimento económico esboçado a nível nacional e a avalanche de investimentos, projetos e intervenções na capital, estão longe de refletir um cenário de estabilidade política. Nos

²⁵⁴ No caso particular de Chamanculo C, a parceria entre o Governo Brasileiro, a Cooperação Italiana e a *Cities Alliance* fez disparar o número de ONG a trabalhar no bairro. A sobreposição de inquéritos, estudos e encontros com moradores e as lideranças locais, sem muitas vezes um resultado efetivo e imediato na qualificação do território, gerou, para além de expectativas, algum descontentamento e descrédito em relação a estas organizações e ao trabalho que desenvolvem.

últimos anos reacende-se o conflito entre a Frelimo e a Renamo e, nas últimas eleições municipais (2013) e presidenciais (2014)²⁵⁵, o partido no poder desde a independência perde parte dos assentos na Assembleia Municipal e no Parlamento a favor dos principais partidos da oposição, a Renamo e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM)²⁵⁶. O executivo municipal de Maputo consegue reeleger-se mais um mandato (2013-2017), reafirmando a sua vontade em prosseguir com o “*processo de mudança para a criação do bem-estar de todos*”²⁵⁷, mas o MDM alcança um resultado histórico na capital. A Frelimo garante a presidência do país²⁵⁸ com a vitória de Felipe Nyusi, sucessor de Armando Guebuza, mas são cada vez mais evidentes as cisões e divergências no seio do partido.

Como destacam Jorge e Melo (2014: 74-75), é difícil antever qual será a evolução futura da cidade de Maputo, sendo, contudo, cada vez mais recorrente a comparação à Luanda de hoje²⁵⁹ - “*O mercado é restrito a um grupo muito específico, de uma elite política e económica local [...] [e] de expatriados estrangeiros, não é para a população local. Aqui faz lembrar Luanda, está ficando igual*” (entrevista, ex-técnico municipal, 2013).

3.4. | Os principais alvos do mercado

126

Ao longo das últimas décadas, reacende a lógica de mercado e, com ela, a pressão exercida, quer no centro da cidade, *lugar de consumo* por excelência (ver Capítulo 1), quer nos bairros pericentrais autoproduzidos, estrategicamente localizados. Num primeiro momento, assistimos à saída progressiva dos grupos de menores recursos do centro para bairros mais periféricos, na sequência do subaluguer e da alienação dos prédios de rendimento do Estado, mas também do Projeto de Reabilitação Urbana (1988-1995), que apostou na reabilitação de alguns destes imóveis e no realojamento dos antigos inquilinos nos bairros de Polana Caniço A e no Ferroviário. Multiplicam-se as instituições e os projetos de cooperação internacional direcionados para o desenvolvimento urbano e habitacional, mas, na sua maioria, sem qualquer repercussão prática ou emancipatória, destacando-se, ao nível dos bairros autoproduzidos, o papel das organizações não-governamentais, chamadas a intervir ao nível da gestão

²⁵⁵ Os resultados oficiais estão disponíveis em: <http://www.cip.org.mz/election2013/>.

²⁵⁶ O MDM foi criado em 2009, após a expulsão de Daviz Simango da Renamo (ver Chichava, 2010).

²⁵⁷ Segundo o presidente do município, em declarações dadas à Agência de Informação de Moçambique aquando a aprovação do seu manifesto eleitoral (AIM, 11 Out. 2013).

²⁵⁸ A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia apontou várias irregularidades no apuramento dos resultados, uma campanha desequilibrada, desrespeito pela legislação moçambicana e convenções internacionais (DW, 17 Fev. 2015).

²⁵⁹ É recorrente a referência a um processo de “luandização” de Maputo. Ver, por exemplo, os retratos do país apresentados no site da AICEP:

<http://www.portugalglobal.pt/pt/portugalnewsarquivo2012/revistaimpressanacional/macroeconomia/paginas/especialmoçambique-8retratosdemoçambiqueopa%C3%ADsvistopordentro.aspx>.

urbana local e da melhoria de alguns serviços e infraestruturas básicas. A partir do final da década de 1980, o parcelamento e transação de talhões na continuação do bairro de Sommerschield reafirmam “os critérios e standards da zona” enunciados no Plano de Estrutura de 1985 (ver Capítulo 2), contudo, é sobretudo após as cheias de 2000 que o mercado se centra nos bairros pericentrais autoproduzidos, considerados “zonas de risco natural”. Com o agravamento das condições ambientais, a renovação destes espaços passa a reunir consenso alargado entre os quadros do Estado, reaparecendo sob a designação de requalificação, ainda hoje prevaemente, em contraponto com o loteamento e o reassentamento, inscritos na lógica dos *'sites and services'*, promovidos nos bairros periféricos (Raposo, 2007: 239). O “risco natural” serve de suporte a algumas ações de renovação, mas não impede a reocupação desses mesmos espaços por grupos de maiores recursos, seguindo-se a máxima de que a terra e a natureza são inesgotáveis e as adversidades sempre transponíveis desde que economicamente rentáveis. À semelhança do período colonial, os bairros pericentrais autoproduzidos voltam a assumir um caráter provisório em resultado, sobretudo, do estreitar da relação entre o Estado e o grande capital.

Paralelamente à (re)emergência da renovação urbana, assente na *tábula rasa* do existente, (re)afirma-se a defesa na qualificação e no *direito ao lugar* num estudo realizado no âmbito da iniciativa “Melhoramento dos Assentamentos Informais” (2006) e no Plano de Estrutura (2008), ambos coordenados por José Forjaz, seguindo-se com algumas ações neste sentido nos bairros de Mafalala e Chamanculo C. Tal não invalida, no Plano de Estrutura, a promoção da renovação e densificação dos bairros autoproduzidos, através da autoconstrução ou de parcerias público-privadas (PPP), num compromisso entre a lógica de mercado e o *direito ao lugar*. Estas diferentes visões sobre o espaço autoproduzido e sobre como intervir refletem-se na profusão de planos parciais de urbanização entretanto elaborados, uns inscritos na qualificação e na regularização fundiária, no caso dos bairros mais periféricos, outros na renovação e no reassentamento/realojamento, no caso sobretudo dos pericentrais, mas também dos megaprojetos e das ações de melhoria da rede viária entretanto lançados. Os fatores que determinam ou influenciam estas diferentes abordagens de intervenção vão desde a percepção mais ou menos positiva relativamente a dado espaço, até à sua localização e valorização mercantil, denunciando a ambiguidade que envolve o atual quadro jurídico-urbanístico e a atuação discriminatória de quem o aplica ou a ele recorre, bem como casos de corrupção e clientelismo associados à atribuição de títulos de DUAT e a negócios de compra e venda de terra. A mudança do executivo municipal do segundo para o terceiro mandato traduz bem o peso e a importância de tais práticas.

Apesar da forte aposta no planeamento, a implementação destes planos tarda em efetivar-se, ao contrário dos megaprojetos e da melhoria da rede viária existente, para os quais se tem conseguido, através de parcerias com promotores e investidores privados, outros países e/ou alianças

internacionais, assegurar a sua execução em nome do *interesse público*. Geradores de processos de expropriação, renovação, valorização e gentrificação, estas intervenções potenciam o mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções ao longo dos espaços intervencionados, tendo em vista dois objetivos específicos: a continuidade do *espaço abstrato* de que fala Lefebvre e a expulsão dos que ameaçam a sua função meramente económica (ver Capítulo 1). Lida como uma empresa, a cidade é concebida e pensada como um agente económico, que atua no e para o mercado (global), encarando-se o planeamento como um mero acessório, ao qual se recorre ou dele prescinde em função dos interesses dominantes e da própria dinâmica de mercado. Tal não significa uma renúncia ao planeamento, mas antes uma eliminação ou redução das regras, normas e limitações de longo prazo que poderiam impedir ou retardar a acumulação capitalista, privilegiando-se acordos “informais” e procedimentos que facilitem e beneficiem essa mesma acumulação, dentro do espírito de negociações e parcerias de circunstância (Souza, 2006a: 157). É o “empresarialismo” ou “empreendedorismo”²⁶⁰ urbano de que fala Harvey (1989b), caracterizado por uma submissão acrítica aos interesses de mercado e por uma obsessão pela atração de novos investimentos.

Tal como em tantos outros contextos regidos pela cartilha neoliberal, o Estado assume, antes demais, um papel económico, produzindo, como destaca Rolnik (2015: 14), as suas margens, para depois “destravar os seus ativos territoriais” e “ampliar as fronteiras do mercado”. No caso dos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo estrategicamente localizados, o governo local: (i) não garante a salvaguarda dos direitos adquiridos por ocupação de boa-fé há mais de dez anos; (ii) fomenta a elaboração de planos parciais de urbanização inscritos na lógica de mercado, impedindo ou dificultando a formulação de intervenções alternativas; (iii) recorre à expropriação por *interesse público* e subsidia a construção de infraestruturas e megaprojetos no sentido de atrair empresas/agentes interessados em aí investir e se instalar; por último, (iv) ignora o mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções e, posteriormente, atribui títulos de DUAT aos novos ocupantes. Os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade do seu valor económico e à perspetiva de rendimentos futuros, numa total negação do *direito à cidade* preconizado por Lefebvre (ver Capítulo 1). Contudo, como veremos nos capítulos seguintes, tal não se dá sem contradições, nem resistências.

²⁶⁰ Tradução livre do original ‘*entrepreneurialism*’.

4 • A lei e sua exceção

A legislação urbanística, composta por um alargado conjunto de leis, decretos e normas que regulam o uso, o planeamento e a gestão urbana, é comparada por Rolnik (1999: 102) a “uma teia invisível e silenciosa” que se estende sobre a cidade e, mesmo quando ultrapassada, acaba por determinar ou influenciar o seu desenvolvimento e expansão. É sobre ela que nos detemos neste Capítulo 4, no quadro do atual contexto neoliberal e, uma vez mais, à luz dos bairros pericentrais autoproduzidos. Seguindo o pensamento de Fernandes (2008a: 22-23), apoiamos esta leitura da legislação urbanística vigente em Moçambique em quatro dimensões: (1) na *qualidade do processo de produção da lei*, entrando na discussão entre legalidade e legitimidade e superando o “positivismo jurídico” que orienta o pensamento doutrinário hegemónico; (2) na *dimensão da lei ela mesma*, ou seja, na forma como os vários instrumentos jurídicos se articulam ou contradizem, entendendo a lei como um produto inacabado, passível de conflitos de interpretação, contradições e revisões; (3) no *cumprimento da lei e dos direitos nela consagrados*, nas possibilidades e obstáculos à sua materialização, tendo em conta a relação de forças entre os interesses e práticas dominantes e os dos moradores; e (4) no *papel da lei e da ilegalidade* na produção e transformação dos bairros em análise, estabelecendo possíveis combinações entre o sistema instituído, a legislação e o mercado fundiário e imobiliário. Acrescentamos ainda uma quinta dimensão, a da *percepção dos direitos e deveres inscritos na lei*, trazida dos discursos dos vários entrevistados, no sentido de perceber de que forma influencia, ou não, a condução dos processos de intervenção e a transformação do espaço. Longe de esgotar o tema e este espectro de análise, pretendemos acima de tudo ampliar o nosso olhar sobre o objecto de estudo a partir dos instrumentos legais que o enquadram.

Tendo em conta as atuais dinâmicas e tendências de intervenção esboçadas para os bairros pericentrais autoproduzidos, apresentamos neste Capítulo uma leitura cruzada da legislação urbana

relativa: ao uso e aproveitamento destes espaços, ao seu planeamento e gestão, bem como às abordagens de intervenção, num ir e vir entre o texto legal e as práticas. Num primeiro momento (subcapítulo 4.1.), analisamos o regime de propriedade estatal instaurado para, a partir daí, enquadrar o acesso à terra, os direitos adquiridos ou extintos por parte dos seus ocupantes e a atribuição e transmissão do direito de uso e aproveitamento da terra. Num segundo momento (subcapítulo 4.2.), entramos na esfera do planeamento e da gestão do território, identificando os princípios, as normas, os objetivos e os instrumentos que os regem, bem como o modelo de desenvolvimento que preconizam. Num terceiro momento (subcapítulo 4.3.), detemo-nos nas abordagens de intervenção, etapas e linhas de ação legalmente previstas. Por fim, fechamos o capítulo com um breve apanhado e reflexão sobre os principais pontos nele abordados (subcapítulo 4.4.).

4.1. | O uso e aproveitamento da terra

À semelhança de outros contextos, como por exemplo o de Angola (ver Viegas, 2015), assistimos nas últimas décadas em Moçambique ao reforço do aparelho legal dedicado ao uso e aproveitamento da terra. Foi publicada em 1995 uma nova Política Nacional de Terras (Resolução n.º 10/95, de 17 de Outubro), em nome da “nova fase de desenvolvimento económico e social caracterizada por uma economia de mercado” (Parte I. Fundamentação), seguindo-se a aprovação de várias leis, regulamentos e anexos: a Lei de Terras (Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro), o Regulamento da Lei de Terras (Decreto n.º 66/98, de 8 de Dezembro) e respetivo Anexo Técnico (Diploma Ministerial n.º 29-A/2000, de 17 de Março, alterado pelo Decreto n.º 1/2003, de 18 de Fevereiro) e o Regulamento do Solo Urbano (Decreto n.º 60/2006, de 26 de Dezembro). Entre os princípios que os orientam destacam-se, para além da manutenção da terra como propriedade do Estado, a garantia de acesso e uso da terra à “população”, mas também aos “investidores”, e a promoção do investimento privado nacional e estrangeiro (Parte IV., ponto 17 da Política Nacional de Terras).

| A terra é propriedade do Estado |

Enquanto único e exclusivo proprietário da terra, cabe ao Estado promover o “conhecimento, a inventariação e a valorização” deste recurso (artigo 102º da Constituição da República²⁶¹)²⁶², com vista ao “desenvolvimento da economia nacional” (preâmbulo da Lei de Terras), bem como determinar as suas condições de uso e aproveitamento (artigo 110º da Constituição da República), o seu

²⁶¹ Salvo indicação do contrário, referimo-nos sempre à versão da Constituição da República de Moçambique revista em 2004.

planeamento e ordenamento (Parte IV., ponto 33 da Política Nacional de Terras). Negada a sua venda, alienação, hipoteca ou penhora, é permitida a utilização e fruição dos benefícios que a terra oferece e é reconhecido e garantido o direito de propriedade sobre as construções e benfeitorias nela existentes, mas não o poder de disposição sobre a terra (artigos 82º e 109º da Constituição da República). O Estado confere o direito de uso e aproveitamento da terra – não o de propriedade sobre este bem –, que representa simultaneamente um ativo económico que lhe compete rentabilizar e um ativo social que, “como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social”, constitui um “direito de todo o povo moçambicano” (artigo 109º da Constituição da República).

•

Em relação ao regime de propriedade estatal, há ainda que considerar que a soberania do Estado, assente na ideologia e no projeto constitucional do partido no poder desde a independência – a Frelimo –, assume atualmente, segundo alguns autores (ver Cahen, 2013: 168-169; Pereira e Nhanale, 2014: 6-11) e entrevistados²⁶³, contornos autoritários e antidemocráticos, com implicações no cumprimento do princípio de igualdade de acesso e uso da terra. A diferença entre nacionalizar a terra com o intuito de a redistribuir equitativamente e permanecer com este regime com o objetivo de criar e perpetuar uma propriedade estatal hegemónica, em benefício de uma elite política e económica, permite, segundo Francisco (2013: 97), compreender parte das revisões constitucionais realizadas em 1990 e 2004. Para além da adoção de um sistema multipartidário e descentralizado, a Constituição de 1990 descriminalizou o mercado privado e reconheceu as práticas costumeiras e a titulação do direito de uso e aproveitamento da terra (artigos 41º, 42º e 48º). Já a Constituição de 2004, ao substituir a expressão “não pode”, presente no artigo 46º da Constituição de 1990, relativo à proibição da venda, alienação, hipoteca ou penhora da terra, pela expressão “não deve” – “A terra não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada” (artigo 109º) – descriminalizou a venda do direito de uso e aproveitamento da terra (Francisco, 2013: 102-103). Da mesma forma, o desaparecimento do artigo 47º da Constituição de 1990, que determinava a atribuição de direitos sobre a terra em benefício dos seus utilizadores diretos, abriu espaço à especulação e a situações de favorecimento económico (Serra, 2013: 56-57). Como referimos no Capítulo 1, as revisões constitucionais permitiram converter as políticas públicas numa nova forma de intervencionismo da atividade dos agentes económicos, que passam a exercer uma influência direta – financeira, técnica e administrativa – na gestão pública (Francisco, 2013: 101). Como descrevem alguns entrevistados, os interesses públicos tendem a subordinar-se aos interesses económicos de investidores nacionais e estrangeiros:

²⁶³ Entrevistas realizadas a juristas, membros de ONG e moradores, 2013.

- os políticos convivem “*de forma paralela*” com os investidores, tirando partido dos “*contactos privilegiados [que têm] por fazerem parte da máquina do Estado*”, arranjando “*as condições para o investidor poder chegar ao terreno*” e tornando-se inclusivamente sócios das sociedades de investimento que apoiam (jurista, 2013);
- o investidor “*tenta ter o melhor relacionamento possível [com os políticos] porque sabe que, sem eles, os processos não andam*”, sendo “*raro ou raríssimo um promotor que não tem [...] um sócio local, porque dá garantias que [o projeto] vai andar para a frente e não vai ser embargado a meio do caminho*” (consultor imobiliário, 2013).

O estabelecimento desta aliança entre agentes políticos e económicos num contexto em que, apesar dos processos de descentralização e municipalização desencadeados, persistem práticas da fusão Partido/Estado (Cahen, 2013: 168), subverte o entendimento de alguns dos princípios da atual política de terras, como a “*garantia de acesso e uso da terra à população bem como aos investidores*” ou a “*promoção do investimento privado nacional e estrangeiro sem prejudicar a população residente e assegurando benefícios para esta e para o erário público nacional*”²⁶⁴ (Parte IV., ponto 17 da Política Nacional de Terras). Nas palavras de alguns moradores entrevistados, “*o governo é quem manda no povo moçambicano, não é o povo moçambicano que manda no governo*”, portanto, “*se ele diz para sair, é para sair*” (2013), havendo igualmente quem considere que “*a terra é do Estado, não é da pessoa*”, por isso “*pode tirar sem te dar nada*” (2013).

| O acesso à terra |

O direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) é assegurado através de um título de longo prazo²⁶⁵, adquirido, segundo a Lei de Terras, por ocupação e/ou deferimento da atribuição (artigo 12º), bem como, acrescenta o Regulamento do Solo Urbano, por sorteio, hasta pública ou negociação particular (artigo 24º)²⁶⁶. De acordo com a Lei de Terras, a ausência de título não prejudica o direito adquirido por ocupação, quer “*por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras*”, quer “*por pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, estejam a utilizar a*

²⁶⁴ Em itálico conforme a fonte.

²⁶⁵ O título de DUAT para fins económicos é válido, no máximo, por 50 anos e pode ser renovado por igual período a pedido do interessado. Já o DUAT adquirido por ocupação pelas comunidades locais, destinado a habitação própria e/ou à exploração familiar exercida por pessoas singulares nacionais não está sujeito a qualquer prazo de vigência (artigo 17º da Lei de Terras).

²⁶⁶ Serra (2013: 61) levanta reservas à constitucionalidade e legalidade das modalidades de acesso à terra introduzidas pelo Regulamento do Solo Urbano por colocarem em causa o princípio da hierarquia dos atos normativos, ou seja, por não respeitarem as modalidades previstas na Lei de Terras.

terra há pelo menos dez anos”²⁶⁷ (artigo 12º e 13.º), ambos aplicáveis ao caso dos moradores dos bairros pericentrais autoproduzidos. Contudo, são vários os constrangimentos legais à atribuição do DUAT por ocupação. Se esta incidir em espaços reservados ao domínio público (artigo 9º da Lei de Terras) – como estradas e faixas confinantes, equipamentos e outros espaços de proteção – ou “para qualquer fim”²⁶⁸ (artigo 9º, n.º 2, do Regulamento da Lei de Terras), o ocupante perde todo e qualquer direito sobre a terra. O mesmo acontece, segundo o Regulamento do Solo Urbano, se a ocupação de boa-fé não respeitar o plano de ordenamento e/ou se o ocupante não se comprometer a respeitar as regras nele estabelecidas (artigo 21º e 29º).

•

Note-se que a legislação moçambicana, ao reconhecer o que designa de “ocupação” como uma das modalidades de acesso à terra, não atribui desde logo aos espaços autoproduzidos a designação de *ilegal*, como acontece em Portugal, no Brasil e em tantos outros países (ver Bógus, Raposo e Pasternak [orgs.], 2011). Da mesma forma, ao não restringir o direito de uso e aproveitamento da terra à posse de um título, permite a coexistência de diferentes lógicas e dinâmicas de produção e transformação do espaço urbano. Como sublinham vários autores (ver Costa e Biza, 2012: 9; Melo, 2015: 303-304) e entrevistados, a antiguidade da ocupação, o reconhecimento no bairro e na vizinhança e o registo junto das estruturas locais (secretários de bairro e chefes de quarteirão)²⁶⁹ garantem uma relativa segurança de ocupação e tornam dispensável, em certa medida, a obtenção de título de DUAT – *“ninguém pode tirar esse direito natural [porque], antes de existir leis ou mesmo estruturas locais, estas pessoas já estavam cá, já tinham a sua convivência”* (secretário de bairro, 2013).

No entanto, face ao aumento da dinâmica do mercado fundiário e imobiliário, este sentimento de segurança de ocupação tende a diminuir e, em contrapartida, a aumentar a importância do título de DUAT, associado a uma maior garantia e proteção dos direitos adquiridos por ocupação. A valorização fundiária dos espaços próximos de importantes eixos viários e/ou da linha da costa tem motivado as deslocções de bairros autoproduzidos, realizadas na sequência de ações de renovação conduzidas pelo Estado e/ou por promotores e investidores privados, particularmente intensas nos bairros pericentrais. Esta dinâmica fragiliza, quer os habitantes destes lugares pericentrais, quer dos mais periféricos, como descreve um dos entrevistados: *“com essa situação de começarem a tirar famílias lá mais para a frente [próximo do centro da cidade], embora digam que o projeto só vai até lá, [...] começo a ficar preocupado”* (morador do Zimpeto, 2013).

²⁶⁷ Segundo um dos juristas entrevistados (2013), os dez anos são contados a partir do início da ocupação. Se esta tiver menos de dez anos, representa, nas suas palavras, *“uma mera expectativa”, “estará sem proteção [legal]”*.

²⁶⁸ O Regulamento é genérico, não especifica o fim.

²⁶⁹ Segundo o artigo 15º da Lei de Terras, um dos meios de comprovação do DUAT é precisamente a *“prova testemunhal apresentada por membros, homens e mulheres, das comunidades locais”*.

Nos bairros pericentrais autoproduzidos, independentemente do tempo de ocupação, das provas testemunhais e do registo e reconhecimento das estruturas locais, o uso e aproveitamento da terra tende a assumir um carácter provisório. A maioria dos moradores não possui título de DUAT e os planos de ordenamento assentam geralmente na *tábula rasa* do tecido existente.

| O título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) |

O título de DUAT pode ser atribuído a pessoas singulares ou coletivas, nacionais e estrangeiras, estas últimas desde que tenham projeto de investimento devidamente aprovado e residam no país há pelo menos cinco anos (artigos 10º e 11º da Lei de Terras). Em contexto urbano, a Lei de Terras limita a atribuição de título de DUAT aos espaços cobertos por plano de urbanização e por serviços públicos de cadastro organizados (artigo 23º). O Regulamento do Solo Urbano vai mais longe e apresenta a urbanização²⁷⁰ como outro pré-requisito, sem prejuízo do direito adquirido por ocupação, desde que, como referimos anteriormente, esta “seja enquadrável no plano de ordenamento e que o ocupante assuma o compromisso de respeitar [as] regras nele estabelecidas” (artigos 21.º e 29º). Prevêem-se três níveis de urbanização – básico, intermédio e completo –, sendo que o básico implica, cumulativamente, a delimitação física dos talhões destinados aos diferentes usos, a definição e arborização dos arruamentos, o acesso automóvel e pedonal a cada talhão, bem como o fornecimento de água em quantidade e qualidade compatível com os usos previstos²⁷¹ (artigo 22º).

134

Dependendo da modalidade de acesso à terra, do uso e da atividade a que se destina, o processo de atribuição do título de DUAT percorre várias etapas²⁷², envolvendo direta ou indiretamente, como destaca Mosse e Matusse (2009: 12), os ministérios da Coordenação da Ação Ambiental, das Obras Públicas e Habitação e da Administração Estatal, o governo distrital, a assembleia municipal e as estruturas locais (secretários de bairro e chefes de quarteirão). O processo inicia com a apresentação do pedido de uso e aproveitamento da terra, que dá acesso a uma autorização provisória²⁷³, e só termina depois de realizada a demarcação e a vistoria para verificação do fim proposto ou previsto no plano, da emissão da autorização definitiva e da atribuição do respetivo título (artigos 25º e 26º da Lei

²⁷⁰ A urbanização é entendida no Regulamento do Solo Urbano como a “transformação do solo através da provisão de infraestruturas, equipamentos e edificações que assegurem a fixação física das populações em condições de beneficiarem de serviços de crescente nível e qualidade nos domínios da saúde, ensino, tráfego rodoviário, saneamento, comércio e lazer, entre outros” (artigo 1º, ponto 15).

²⁷¹ Para além destas condições, o nível intermédio implica que os arruamentos sejam “acabados com solos de qualidade estabilizados mecanicamente”, a existência de um sistema de drenagem a céu aberto e a distribuição domiciliária de abastecimento de água e eletricidade. O nível de urbanização completo pressupõe ainda arruamentos asfaltados ou em betão, delimitados por lancis, espaços públicos revestidos e comunicações telefónicas (artigo 22º).

²⁷² Sobre os vários procedimentos administrativos associados a este processo, destacamos a obra coordenada por Faria e Jeque (2006) e, mais recentemente, a coordenada por Serra e Carrilho (2013), nas quais vários autores aprofundam as questões associadas ao registo, à transmissibilidade e à titularidade do DUAT.

²⁷³ Tem a duração máxima de cinco anos, para pessoas nacionais, e de dois, para estrangeiras (artigo 25º da Lei de Terras).

de Terras). Segundo Chiziane (2013: 193), no caso das ocupação de boa-fé há mais de dez anos, a titulação não assume um caráter provisório, nem fica dependente da conclusão do processo de elaboração do plano de ordenamento, uma vez que se trata “de um mero reconhecimento de um direito” e que “a titulação é uma mera formalidade administrativa”. No caso da ocupação não ser enquadrável no plano de ordenamento e/ou do ocupante não se comprometer a aceitar as regras nele estabelecidas, ser-lhe-á dada prioridade “na atribuição de novas áreas de ocupação e uso similar” e uma “indenização correspondente às benfeitorias de sua propriedade” (artigo 11º, alíneas b) e c), e artigo 29º do Regulamento do Solo Urbano).

A lei confere ao titular do DUAT o direito a se defender de qualquer intrusão, a usar o terreno, a ter acesso à via pública e aos serviços públicos de água, eletricidade, telefone, entre outros, sem prejuízo das limitações e condições legalmente estabelecidas, a constituir hipoteca sobre os imóveis e benfeitorias edificados no terreno ou sobre os quais tenha adquirido direito de propriedade, bem como a ser indenizado em caso de expropriação por interesse público (artigo 13.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento da Lei de Terras e artigo 33º, n.º2, do Regulamento do Solo Urbano). Do lado dos deveres, destaca-se a obrigação de materializar as construções, exercer a atividade proposta nos prazos estabelecidos e respeitar a finalidade do uso previsto, manter os marcos de demarcação cadastral e as infraestruturas existentes e, por fim, colaborar com qualquer entidade pública no desempenho das suas funções (artigo 14º do Regulamento da Lei de Terras e artigo 34º do Regulamento do Solo Urbano). O titular do DUAT está ainda sujeito ao pagamento de taxas – de autorização, urbanização e anual – nos prazos estabelecidos, sob pena da aplicação de multa²⁷⁴ e/ou cobrança coerciva (artigo 28º da Lei de Terras e artigos 46º e 50º do Regulamento do Solo Urbano). De acordo com o Regulamento da Lei de Terras, a taxa de autorização provisória fixa-se nos 600.000 meticais e a definitiva nos 300.000²⁷⁵, enquanto a taxa anual varia em função da localização e dimensão do espaço ocupado ou atribuído, bem como do uso e atividade a que se destina (tabelas 1 e 2 do Regulamento da Lei de Terras). O Regulamento da Lei de Terras prevê a redução do valor da taxa anual às pessoas singulares nacionais (artigo 41º, n.º 3) e a sua isenção temporária até, no máximo, três anos (artigo 44º, n.º 1).

•

Do ponto de vista fundiário, a lei apresenta cinco cenários possíveis aos ocupantes dos bairros pericentrais: (1) a atribuição de título de DUAT por ocupação de boa-fé há mais de dez anos; (2) a não

²⁷⁴ O incumprimento do prazo para utilização fixado pelos órgãos locais do Estado e autárquicos implica o pagamento de uma multa de 10.000 a 30.000 meticais, que corresponde respetivamente a cerca de 230 e 685 dólares (conversão monetária realizada em Outubro de 2015 em: <http://www.oanda.com/lang/pt/currency/converter>).

²⁷⁵ Corresponde respetivamente a cerca de 13.700 e 6.850 dólares (conversão monetária realizada em Outubro de 2015 em: <http://www.oanda.com/lang/pt/currency/converter>).

atribuição de título de DUAT sem prejuízo do direito adquirido por ocupação; (3) a revogação do DUAT por ocupação de espaços reservados ao domínio público; (4) a revogação do DUAT por desrespeito ao(s) plano(s) de ordenamento; e (5) a expropriação em nome do *interesse público*, precedida do pagamento de justa indemnização e/ou compensação. Contudo, apenas os últimos quatro são, na realidade, equacionados ou postos em prática:

- a esmagadora maioria dos ocupantes de boa-fé não tem título, embora a lei lhes reconheça o direito de uso e aproveitamento da terra;
- alguns ocupantes de espaços considerados de “risco natural” têm vindo a ser reassentados em bairros periféricos, na sequência das chuvas ou da pressão exercida por promotores e investidores privados, sendo uma parte desses espaços reocupada por pessoas de maiores recursos, algumas delas com título de DUAT;
- grande parte das ocupações preexistentes não se enquadra nas estratégias e desenho dos planos parciais de urbanização propostos para estes bairros, aprovados ou em fase de elaboração, o que, segundo Chiziane (2013: 195), poderá conduzir à expropriação por *interesse público* e, conseqüentemente, a processos de renovação e gentrificação massivos;
- todas as ocupações preexistentes abrangidas pelas intervenções realizadas no âmbito dos megaprojetos ou da melhoria da rede viária existente foram ou serão igualmente demolidas e os seus ocupantes expropriados, reassentados em bairros tendencialmente mais periféricos e (in)justamente indemnizados ou compensados pelos danos e perdas causados (ver Capítulo 5).

O primeiro cenário – a atribuição de título de DUAT – está ao alcance apenas de alguns promotores e investidores privados e de uma elite política e económica, que, ao longo do tempo, se vêm instalando nas franjas dos principais acessos ao centro da cidade e em alguns bairros pericentrais, como Polana Caniço A (ver capítulos 3 e 5). Negado aos anteriores ocupantes, o acesso ao título de DUAT, envolto na teia da burocracia, implica geralmente percorrer o caminho da corrupção e do clientelismo descrito por Mosse e Matusse (2009: 15-18), ao qual retornaremos no Capítulo 5.

Na prática, o reconhecimento do espaço autoproduzido e a atribuição do título de DUAT dependem sobretudo da influência política e/ou económica do ocupante e da orientação política do executivo municipal, fortemente influenciado, como vimos no Capítulo 3, pela dinâmica de mercado. Deste modo, a atribuição do título de DUAT é geralmente negada no caso dos bairros pericentrais, estando ao alcance apenas de um reduzido leque de agentes capaz de corromper o sistema. Em contrapartida, nos bairros mais periféricos, a atribuição de título de DUAT é incentivada e promovida no âmbito do programa de regularização massiva ou dos reassentamentos, nos quais se atribuem talhões e títulos de DUAT em espaços ambientalmente sensíveis e/ou não infraestruturados, ou seja, sem o nível de

urbanização legalmente pré-requerido (exemplo do Chihango). De acordo com alguns entrevistados²⁷⁶, esta diferença de abordagem revela-se estratégica: como já havíamos referido, aumenta a insegurança de ocupação nos bairros pericentrais autoproduzidos, para os quais se prevê a expansão do modelo de cidade espelhado no centro; remete os grupos de menores recursos para bairros cada vez mais periféricos, por via dos reassentamentos, por exemplo; e simultaneamente potencia, através da regularização massiva, a lógica da propriedade privada individual.

Apoiado pelo Banco Mundial, o programa de regularização massiva foi lançado em 2013 com o objetivo de agilizar a atribuição de títulos de DUAT, conferir maior segurança de ocupação e aumentar as receitas municipais através da cobrança de taxas. Contrariando o princípio de que a ausência de título não prejudica o direito adquirido por ocupação, o programa tem reforçado a correlação entre a segurança de ocupação e a regularização massiva, amplamente difundida pelas agências internacionais, sob influência do trabalho desenvolvido por Hernando de Soto²⁷⁷ (Westen, 2013: 211). Como refere Melo (2015), embora o Estado tenda a reconhecer nos bairros periféricos o papel dos moradores na (auto)produção do espaço, a crescente valorização de alguns bairros, como o Zimpeto, a escassez de espaço livre num momento de crescente procura e os processos de gentrificação e reassentamento associados aos megaprojetos, geram novas relações sociais e elevam a importância atribuída ao título de DUAT.

Este e tantos outros programas de regularização fundiária implementados em vários países do chamado *Terceiro Mundo* encaram o processo de titulação como um passo essencial no combate ao subdesenvolvimento económico, partindo do pressuposto que, ao se tornarem titulares, os grupos de menores rendimentos começam a investir, através do recurso ao crédito, nas suas casas e nos seus negócios, estimulando dessa forma a economia urbana (Fernandes, 2002: 6; Davis, 2006: 80). Quer se trate de um título de propriedade, quer se trate de um título de ocupação, estes programas acabam, segundo vários autores, como Azuela (1989) e Herrera²⁷⁸ (2015), por disseminar e reproduzir em larga escala a lógica da propriedade privada individual, por potenciar processos de valorização do solo urbano e de segregação sócio-espacial, bem como por favorecer o controlo estatal. Tendo em conta as especificidades do contexto moçambicano, confere-se ao titular do DUAT as condições necessárias à produção de mais-valias sobre a terra e sobre as benfeitorias nela existentes, entendidas como potenciais ativos económicos, legalmente reconhecidos, valorizados e, por isso mesmo, taxados.

²⁷⁶ Docente universitária (2013); investigador e docente universitário (2013); ex-técnico municipal (2013).

²⁷⁷ Economista peruano, considerado o grande precursor da regularização fundiária, autor da obra *The Mystery of capital* (2000), na qual sistematiza de forma mais abrangente o trabalho que desenvolveu desde a década de 1980 em vários países da América Latina.

²⁷⁸ Na palestra intitulada “À margem das normas urbanas na periferia: Cidade do México e Lisboa”, proferida por Elías Herrera em Novembro de 2015, no quadro do Ciclo de Conversas dedicado ao *direito à cidade* “em espaços da lusotopia”, promovido pelo Gestual na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Experiências desta natureza desencadeadas há mais tempo em várias cidades da América Latina, por exemplo, comprovam o resultado perverso e falacioso de muitas delas. Fernandes (2008a: 27) alerta que, mesmo quando a atribuição de títulos individuais confere maior segurança de ocupação, não se consegue garantir a permanência dos moradores originais, que, face à dinâmica de mercado e/ou às taxas aplicadas, acabam muitas vezes por sair e dar o seu lugar a grupos de maiores recursos, gerando processos de valorização, especulação e gentrificação idênticos aos já ocorridos em alguns quarteirões do bairro da Costa do Sol após a regularização (ver Melo, 2015: 359). Outros autores, como Brednoord, Lindert e Smets (2010: 276), sublinham o facto destas experiências, ao contrário do esperado, nem sempre resultarem num aumento das receitas municipais, devido à falta de pagamento das taxas aplicadas, incomportáveis para grande parte dos titulares, ou à fraca adesão dos ocupantes. Davis (2006: 80-81) acrescenta ainda a perda de solidariedade e a atomização das lutas pelo acesso à terra e à habitação, decorrentes da promoção e reconhecimento de direitos individuais, e não coletivos, sobre a terra.

| A transmissão do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) |

Relativamente à transmissão do DUAT, a Lei de Terras estabelece como princípio geral que “os titulares do direito de uso e aproveitamento da terra podem transmitir, entre vivos, as infraestruturas, construções e benfeitorias nela existentes, mediante escritura pública”, devendo a transmissão ser averbada no respectivo título (artigo 16º, n.º 2 e n.º 3). Contudo, como destaca Serra (2013: 60), apresenta duas exceções: a transmissão por herança, sem distinção de sexo, e a transmissão de prédios urbanos, na qual a transmissão do DUAT ocorre em simultâneo com a transmissão do imóvel (artigo 16º, n.º 1 e n.º 4, respetivamente). Tal significa que, em contexto urbano²⁷⁹, a transmissão de qualquer infraestrutura, construção e/ou benfeitoria existentes em determinado talhão, não carece, de acordo com o Regulamento do Solo Urbano, de autorização prévia (artigo 35º), pode ser feita de forma onerosa – via mercado – e, com ela, transmite-se o DUAT (Negrão, 2011: 28).

•

Vários autores, como Serra (2013) e Carrilho (2013), consideram que a legislação vigente, no que respeita à transmissão de DUAT, está totalmente desajustada da realidade. O mercado de terras é negado por lei mas, como observámos no Capítulo 3, constitui uma prática corrente, sendo vários os casos publicamente reportados de compra e venda de terras, quer na imprensa²⁸⁰, quer em estudos e

²⁷⁹ Em contexto rural, o Regulamento da Lei de Terras determina que “a compra e venda de infraestruturas, construções e benfeitorias existentes em prédios rústicos não implicam a transmissão automática do direito de uso e aproveitamento da terra, a qual está dependente da aprovação dada pela mesma entidade que tiver autorizado o pedido” (artigo 15º, n.º2).

²⁸⁰ Ver, por exemplo, Canal de Moçambique, 07 Jul. 2009; Verdade, 11 Fev. 2010; José, 05 Jul. 2012; Notícias, 21 Fev. 2012; Canal de Moçambique, 04 Maio 2014; Notícias, 06 Mar. 2015.

relatórios alusivos ao tema (Boucher [*et al.*], 1995; Roth [*et al.*], 1995; Jenkins, 2001; Francisco e Paulo, 2006; Mosse e Matusse, 2009; Tanner, 2010; Wit e Norfolk, 2010; Negrão, 2011; Serra e Carrilho [coords.], 2013). Alguns autores (ver Negrão, 2010: 30; Carrilho, 2013: 172) e entrevistados²⁸¹ revelam ainda que, não só o mercado tem desempenhado um papel preponderante na alocação de terra em Moçambique, sobretudo em Maputo, como se encontra em franco crescimento.

A incapacidade do Estado em acompanhar o ritmo da procura tem sido apresentada como um dos fatores determinantes deste crescimento (Negrão, 2011: 14). Contudo, face à atual conjuntura, outros fatores se sobrepõem e contribuem para que o mercado se torne cada vez mais dinâmico, especulativo e excludente, nomeadamente com o reforço da aliança entre o poder político e o poder económico e a soberania dos interesses dominantes sobre os processos de ocupação e gestão do solo urbano. Tendo em conta o desfasamento entre o atual texto legal/constitucional e as práticas, alguns autores defendem a privatização da terra, outros, em maior número, a oficialização do mercado de títulos, ignorado pelo Estado (ver, p. ex., Calengo, 2005; Negrão, 2011; Francisco, 2013; Serra, 2013).

O mercado de terras revela-se um universo complexo e heterogéneo, que agrega diferentes negócios, escalas e agentes, espaços e realidades. De acordo com Negrão (2011: 35), o mercado legalmente reconhecido, sujeito a registo, segue geralmente três caminhos: o da transferência de direitos sobre a terra através da venda das infraestruturas ou benfeitorias nela existentes; o da construção de empreendimentos imobiliários, seguido do aluguer ou venda dos imóveis (exemplo do empreendimento Casa Jovem ou da Vila Olímpica a que nos referimos no Capítulo 3); e o da corrupção e do clientelismo, que tem permitido a agilização do processo de registo e atribuição de título de DUAT, bem como a aquisição de direitos sobre talhões/parcelas a custo zero, sem investimento inicial, posteriormente transacionados. Como sublinha Tanner (2013: 133), a venda de uma pequena construção ou vedação, com a qual se transmite o DUAT, é o que confere à maioria das transações uma certa aparência de legalidade. O valor cobrado por uma infraestrutura ou benfeitoria acaba por refletir ou incorporar o valor da terra.

Já o mercado paralelo, não sujeito a registo, percorre, segundo Negrão (2011: 34), outros caminhos: o da incorporação de novos espaços no perímetro urbano, parcelados e vendidos em função das necessidades; o da subdivisão de talhões ou parcelas, recorrente no período da guerra (ver Raposo e Salvador, 2007: 121-122); e o da adjudicação de espaços do domínio público, quase sempre envolvendo, do lado da procura, pessoas particularmente vulneráveis e de muito poucos recursos, como aconteceu ao longo da avenida Julius Nyerere após as cheias de 2000 (ver Capítulo 3). Nestes casos, a terra e as benfeitorias nela existentes tanto podem ser arrendadas, como vendidas, partilhadas ou transferidas de várias formas, com a conivência ou não das estruturas locais

²⁸¹ Juristas, arquitetos/urbanistas, moradores, entrevistados em 2013.

(secretários de bairro e chefes de quarteirão) e/ou dos técnicos municipais (fiscais, planificadores físicos, topógrafos, funcionários de secretaria, entre outros) (ver Mosse e Matusse, 2009: 18-22).

Negrão (2011: 30) aponta para a formação de dois tipos de mercado, um entre ricos, sujeito a registo, e um entre pobres, não sujeito a registo. Contudo, a transformação recente dos bairros pericentrais autoproduzidos, associada ao aumento da dinâmica de mercado, revela-nos uma realidade mais plural, onde a fronteira do mercado sujeito a registo e do não sujeito a registo é difícil ou impossível de estabelecer, nem se esgota nesta dicotomia socioeconómica (ver Capítulo 5). Quer o bairro de Maxaquene A, quer o bairro de Polana Caniço A, que constituem os nossos casos de estudo, mostram a existência e intensificação de um mercado entre grupos de menores e maiores recursos, caracterizado pela transação de talhões e benfeitorias através da transferência de direitos adquiridos por ocupação, reconhecida pelas respetivas estruturas locais. Como refere um secretário de bairro entrevistado, o morador *“não tem título [de DUAT] em mão mas, porque já é uma pessoa reconhecida” – “em que nós sabemos que essa pessoa é proprietária da casa” –, “o bairro emite um documento, [...] quando a pessoa precisa comprar ou vender”,* comprovando a transação (2013). Este reconhecimento, dependendo da influência política e/ou económica do novo ocupante, permite-lhe, como veremos no Capítulo 5, aceder a um título de DUAT e, assim, valorizar o seu novo ativo económico, que depois de regularizado conquista um novo valor de mercado. Ao contrário de outras estratégias de mercado, esta assenta na *tábula rasa* do tecido existente e na saída dos antigos ocupantes para bairros tendencialmente mais periféricos.

Face à possível chegada de um comprador, identificámos, entre os moradores entrevistados, distintas percepções relativamente aos seus direitos:

- alguns destacam o *direito ao lugar* e à liberdade de escolha, de venderem, ou não, o espaço que ocupam, tendo em conta a antiguidade da ocupação, o reconhecimento no bairro e na vizinhança, o registo junto das estruturas locais e/ou a compra da habitação ao Estado, no caso dos prédios de rendimento nacionalizados após a independência – *“temos toda a liberdade [...], [porque] já estou aqui há muito tempo e esta casa me pertence”* (2013);
- outros, em maioria, apenas consideram o direito à negociação e à indemnização, não equacionando a possibilidade de permanecer no lugar, dada a ausência de título de DUAT e, muitas vezes, a ideia da existência de um acordo prévio entre o comprador e o governo local e/ou de um plano que prevê a *tábula rasa* do tecido existente – *“o direito não é bem-bem da pessoa, [ela] não tem direito do espaço sem [título de] DUAT, mas o governo deixa a pessoa negociar”* (2013).

4.2. | O planeamento e gestão do território

A legislação relativa ao planeamento e gestão do território é recente em Moçambique, sendo poucos os planos aprovados desde a independência (ver capítulos 2 e 3). A Política Nacional de Ordenamento do Território (Resolução n.º 18/2007, de 30 de Maio) apenas foi promulgada em 2007, seguindo-se a aprovação de várias leis, decretos, regulamentos e diretivas complementares, que passaram a enquadrar os diferentes planos e projetos entretanto elaborados ou esboçados para a capital. Para além do Regulamento do Solo Urbano, anteriormente citado, destacamos a este nível: a Lei de Ordenamento do Território (Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho) e respetivo Regulamento (Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho), a Diretiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial (Diploma Ministerial n.º 181/2010, de 3 de Novembro), a Lei sobre Parcerias Público-Privadas, Projetos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais (Lei n.º 15/2011, de 10 de Agosto) e respetivo Regulamento (Decreto n.º 16/2012, de 4 de Junho). Como princípios fundamentais, voltam a destacar-se a igualdade de acesso à terra, aos recursos naturais, infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e o reconhecimento dos direitos consuetudinários ou costumeiros, mas também a preservação ambiental, a participação pública e consciencialização dos cidadãos, o carácter vinculativo dos instrumentos de ordenamento e a responsabilização das entidades competentes por qualquer dano causado por uma intervenção de ordenamento (ponto 2 da Política Nacional de Ordenamento do Território e artigo 4º da Lei de Ordenamento do Território).

| O ordenamento do território |

O ordenamento do território é definido como o conjunto de princípios, diretivas e regras que visam garantir a organização do espaço, através de um processo dinâmico, contínuo, flexível e participativo (artigo 1º da Lei de Ordenamento do Território). A política que o enquadra estabelece como objetivos gerais, por um lado, “contribuir para uma gestão sustentável dos recursos naturais e humanos do país”, tendo em conta a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e, por outro, integrar os instrumentos de ordenamento territorial na planificação económica e de desenvolvimento traçada, “com vista a permitir um melhor aproveitamento económico e social dos recursos, em função da sua localização, da sua relação com as infraestruturas existentes ou a criar, da ocupação atual da terra e dos fatores de ordem espacial e ambiental” (ponto 3.1.).

Como objetivos específicos para o contexto urbano, destacamos a intenção: (i) de garantir a “sustentabilidade dos centros urbanos”, assegurando o acesso a solo urbanizado a todos os cidadãos; (ii) de promover a “cooperação entre os governos municipais, o sector privado, as comunidades e as suas associações”, acautelando os interesses comuns; (iii) de corrigir as “distorções do crescimento

urbano e os seus efeitos negativos sobre o ambiente”; (iv) de criar as condições físicas para a “implantação dos equipamentos e serviços adequados aos interesses e necessidades da população”; (v) de precaver a “aquisição de parcelas e talhões para fins especulativos”; (vi) de requalificar, urbanizar e regularizar as “áreas ocupadas espontaneamente pela população de baixos rendimentos, por meio do estabelecimento de normas específicas de urbanização, para o uso e ocupação do solo e das edificações, considerando a situação socioeconómica dessa população, com necessário respeito pelas normas ambientais”; e (vii) de regular a “atividade de registo cadastral das ocupações espontâneas e de boa-fé, estimulando a sua imediata aplicação em todas as áreas urbanas” (ponto 3.4. da Política Nacional de Ordenamento do Território). A Lei de Ordenamento do Território acrescenta ainda o objetivo de “garantir o direito à ocupação atual do espaço físico nacional pelas pessoas e comunidades locais, que são sempre consideradas como o elemento mais importante em qualquer intervenção de ordenamento e planeamento do uso da terra, dos recursos naturais ou do património construído”, bem como de “gerir os conflitos de interesses, privilegiando sempre o acordo entre as partes e salvaguardando os direitos de ocupação das comunidades locais” (artigo 5º, n.º 2, alíneas a) e h), respetivamente). Tendo em conta os vários objetivos lançados, compete ao Estado e às autarquias locais promover, orientar, coordenar e monitorar, de forma articulada, o ordenamento do território²⁸², sendo da responsabilidade específica das autarquias elaborar e aprovar os programas, planos e projetos de desenvolvimento relativos ao município que superintende (artigo 9º, n.º 4 e artigo 13º, n.º 1, alínea d) da Lei de Ordenamento do Território).

•

A “gestão sustentável dos recursos naturais e humanos do país” e a integração dos instrumentos de ordenamento no plano económico e de desenvolvimento traçado, apresentados como objetivos centrais da atual política de ordenamento, quando interligados, apontam-nos para um “desenvolvimento económico sustentável”. Globalmente disseminada, esta noção de desenvolvimento assenta, como refere Souza (2010 [2001]: 75), em três premissas – a dominação da natureza, o crescimento ilimitado e a modernização –, subjacentes à abordagem seguida ou defendida pelo Estado e pelo executivo municipal de Maputo ao nível dos bairros pericentrais autoproduzidos. De acordo com investigadores e técnicos municipais entrevistados, face aos interesses fundiários e imobiliários em presença, aposta-se na *tábula rasa* para a “modernização imediata” dos lugares e a criação de uma “cidade condigna”, ou seja, idêntica à cidade urbanizada de origem colonial, desvalorizando qualquer condicionante ambiental – “mesmo quando passa água, pode-se construir [porque] existem esquemas de engenharia que resolvem” (2013).

²⁸² O ordenamento do território compreende quatro níveis de intervenção: nacional, provincial, distrital e autárquico (artigo 8º, n.º 1 da Lei de Ordenamento do Território).

Alguns dos objetivos específicos enunciados, como a correção das “distorções do crescimento urbano” e dos “seus efeitos negativos sobre o ambiente”, a prevenção da especulação fundiária, a requalificação, urbanização e regularização das “áreas ocupadas espontaneamente” ou a garantia de salvaguarda do direito de ocupação adquirido pelas comunidades locais, tidas “como o elemento mais importante em qualquer intervenção”, tendem a ser pervertidos ou ignorados, quando confrontados com os interesses dominantes. À semelhança do que observámos ao nível do uso e aproveitamento da terra, a legislação relativa ao ordenamento do território é, como refere um dos entrevistados, muitas vezes exercida de forma arbitrária, “conforme os interesses”, não sendo regulamentada “por uma questão estratégica”: “se vamos fazer a regulamentação, depois fica-se mais estrangulado para poder fazer algumas coisas” (investigador e docente universitário, 2013).

As agências e doadores internacionais, os investidores e promotores privados, as organizações não-governamentais e a academia, através do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, têm vindo a desempenhar, como constatámos no Capítulo 3, um papel crescente na promoção, financiamento e elaboração dos instrumentos de ordenamento, esvaziando, em parte, o papel de promoção e coordenação do Estado e das autarquias previsto na lei. Embora, segundo um dos juristas entrevistados (2013), o estabelecimento de parcerias público-privadas²⁸³ não se enquadre no âmbito do ordenamento territorial²⁸⁴, a sua existência impede, por um lado, a prossecução de processos independentes ou contrários ao Estado e, por outro, reforça a aliança entre o poder político e o poder económico, garantindo a soberania dos interesses dominantes (ver Capítulo 5).

| Os planos de ordenamento do território |

Seguindo uma ordem hierárquica²⁸⁵, os instrumentos de ordenamento do território correspondem, a nível autárquico, a planos de estrutura, a planos gerais e parciais de urbanização e a planos de pormenor (artigo 10º, n.º 5, da Lei de Ordenamento do Território). O Plano de Estrutura Urbana estabelece “a organização espacial” da totalidade do território municipal e “os parâmetros e normas para a sua utilização”, de forma a garantir: “os princípios de sustentabilidade ambiental” e “a ordem de prioridades para o desenvolvimento urbano” traçados, mas também o fim das “assimetrias sociais

²⁸³ Entende-se por parceria público-privada um “empreendimento em área de domínio público [...] ou em área de prestação de serviço público, no qual, mediante contrato e sob financiamento, no todo ou em parte, do parceiro privado, este se obriga, perante o parceiro público, a realizar o investimento necessário e explorar a respectiva atividade, para a provisão eficiente de serviços ou bens que compete ao Estado garantir a sua disponibilidade aos utentes” (artigo 2º, n.º 2, alínea a), da Lei sobre Parcerias Público-Privadas, Projetos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais).

²⁸⁴ Segundo a Lei dedicada às Parcerias Público-Privadas, Projetos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais em Moçambique, as PPP deveriam apenas implementar e gerir empreendimentos, serviços e atividades de interesse público em geral, suportando, no todo ou em parte, o seu financiamento.

²⁸⁵ As disposições de determinado plano devem respeitar as determinações dos planos hierarquicamente superiores (artigo 10º, n.º 1, da Lei de Ordenamento do Território).

e [...] privilégios na escolha dos locais para a distribuição das redes de infraestrutura, de serviços e dos equipamentos sociais”(artigo 10.º, n.º 5, alínea a) da Lei de Ordenamento do Território e artigo 42º, n.º 1, do respetivo Regulamento). O Plano Geral ou Parcial de Urbanização define, a partir da base sócio-espacial das “zonas de ocupação espontânea”, a estrutura urbana, tendo em conta: a materialização dos princípios e parâmetros definidos no Plano de Estrutura, a evolução demográfica e os respetivos modelos de ocupação, a subdivisão do solo, os usos, os valores paisagísticos excepcionais, as zonas urbanas a requalificar e a estrutura viária e pedonal (artigo 10º, n.º 5, alínea b) da Lei de Ordenamento do Território e artigo 44º do respetivo Regulamento). Por fim, o Plano de Pormenor determina, com maior detalhe, a tipologia de ocupação e a concepção do espaço urbano, definindo: os limites exatos da área de intervenção, a situação legal de cada parcela (des)ocupada, o desenho urbano, os índices e parâmetros urbanísticos a respeitar, os edifícios e outras estruturas a conservar ou demolir²⁸⁶, as expropriações a executar e a estratégia de execução a seguir (artigo 10º, n.º 5, alínea c), da Lei de Ordenamento do Território e artigo 46º do respetivo Regulamento). Neste último caso, a elaboração do Plano de Pormenor deve ser precedida de inquérito, com vista a identificar e recensear os ocupantes do espaço abrangido pelo plano e caracterizar com exatidão a situação jurídica de cada talhão ou parcela (artigo 10º, n.º 2, do Regulamento do Solo Urbano)²⁸⁷.

Embora a hierarquia seja um dos princípios estruturantes dos planos de ordenamento, o órgão central do Estado que superintende a administração local pode, de forma fundamentada, autorizar que a implementação do Plano de Estrutura seja feita através de planos parciais de urbanização, dispensando a elaboração de planos de pormenor, ou, pelo contrário, através de planos de pormenor, dispensando a elaboração de planos de urbanização (artigo 6º, n.º 3 do Regulamento do Solo Urbano). Independentemente da hierarquia estabelecida, se a ocupação de boa-fé não se enquadrar nos planos de ordenamento ou se o ocupante não estiver em condições de respeitar as regras estabelecidas, é aplicável, como referimos anteriormente, a expropriação por *utilidade pública*.

•

Em 2008, começou por ser aprovado o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), seguindo-se a aprovação ou elaboração de vários planos parciais de urbanização, mas de muito poucos planos de pormenor (ver Capítulo 3). Embora possa ser alterada, esta sequência de planos

²⁸⁶ De acordo com o artigo 72º do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, a remoção de edificações apenas se pode realizar no âmbito da execução de um plano de pormenor ou no caso de incumprimento dos requisitos de segurança e salubridade ou, ainda, se a sua beneficiação ou reparação se revelar técnica ou economicamente inviável.

²⁸⁷ Segundo os artigos 13º e 14º do Regulamento do Solo Urbano, compete à equipa técnica, com o apoio dos líderes comunitários, informar e divulgar publicamente os objectivos do inquérito, recolher informação, elaborar e publicar os resultados, receber e processar reclamações, bem como elaborar um relatório final.

torna, de acordo com alguns entrevistados²⁸⁸, o processo de ordenamento demasiado pesado e dispendioso, atendendo às limitações técnicas e financeiras das autarquias, e, conseqüentemente, dependente do interesse e envolvimento das agências e doadores internacionais, de promotores e investidores privados e/ou de organizações não-governamentais, capazes e interessados em cobrir os custos inerentes ao processo. A elaboração de planos tende a tornar-se um negócio no duplo sentido: para quem os encomenda ou financia, que vê geralmente acolhidos os seus interesses e pretensões, e para quem os faz, que, no caso das equipas estrangeiras, encontram aqui uma saída para a falta de trabalho na Europa, por exemplo, ou, no caso das nacionais, um regime de quase monopólio (ver Capítulo 3). Sem qualquer garantia de se prosseguir com planos de pormenor, o objetivo de alguns planos parciais de urbanização acaba por ser, como descrevem alguns arquitetos/urbanistas entrevistados, o plano em si mesmo: *“faz-se o plano mas sabe-se que não se vai usar”, “fica esquecido e, no momento em que eu tiver o dinheiro [para intervir], vou precisar fazer de novo o plano”* (2013).

Os planos parciais de urbanização, mesmo que não saiam do papel e contrariem, por exemplo, a preservação da “Estrutura Ecológica” ou a garantia do *direito ao lugar* enunciadas no PEUMM, acabam, sobretudo no caso dos bairros pericentrais, por promover a *modernização* da cidade e por aumentar o sentimento de insegurança de ocupação dos seus habitantes. Quanto aos planos de pormenor, estes apenas se realizam quando representam ou potenciam alguma mais-valia económica. Como refere um arquiteto/urbanista entrevistado, a intervenção e transformação do território não depende da elaboração de planos de pormenor: *“Estou a fazer o plano [...], estou a fazer o regulamento, mas o regulamento do quê? Para fazer o quê? Já ocuparam, já demoliram, já findaram tudo”* (2013).

| A participação no planeamento |

A participação das comunidades locais em todas as fases do processo de elaboração dos instrumentos de ordenamento do território é apresentada como um dos princípios fundamentais da atual política de ordenamento (ponto 2, alínea d)). A lei determina que todos os cidadãos, comunidades locais e pessoas coletivas, públicas e privadas, têm o direito de:

- aceder aos conteúdos ou às alterações dos instrumentos de ordenamento, nomeadamente, consultar os processos, obter cópias ou certidões de peças documentais, bem como informações e esclarecimentos sobre o seu conteúdo (artigo 21º, n.º 1, da Lei de Ordenamento do Território e artigo 10º, n.º 3, do respetivo Regulamento);

²⁸⁸ Investigador (2013); investigador e docente universitário (2013); ex-técnico municipal (2013); arquiteto/urbanista e docente universitário (2013).

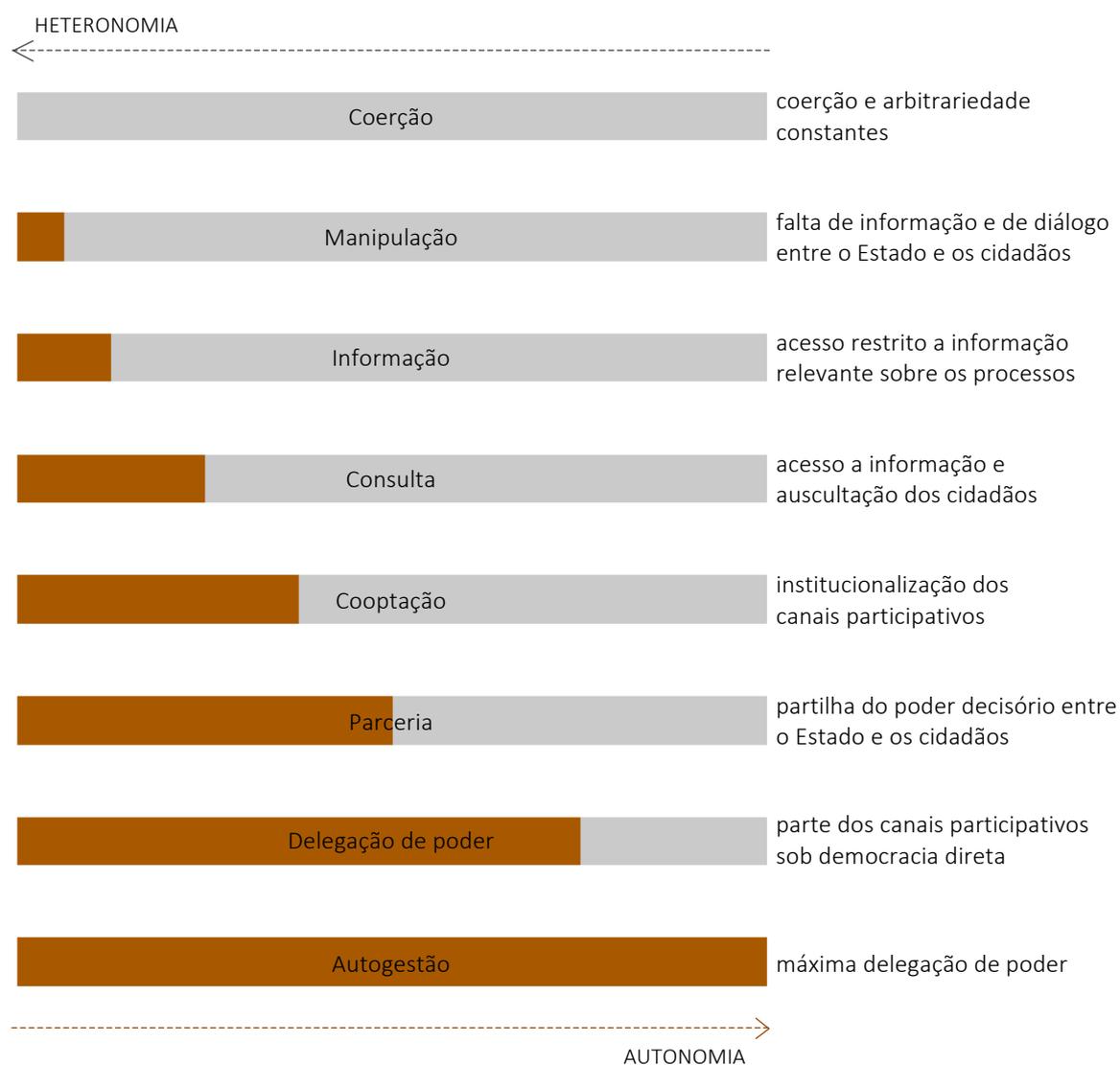
- participar na elaboração, execução, alteração e revisão dos instrumentos de ordenamento, especificamente pedir esclarecimentos, formular sugestões e intervir nas audiências públicas realizadas para o efeito (artigo 22º, n.º 2 e n.º 4, da Lei de Ordenamento do Território e artigo 9º, n.º 4 do respetivo Regulamento).

Durante o processo de elaboração dos instrumentos de ordenamento de nível autárquico, prevê-se a realização de pelo menos duas audiências públicas, uma no início e outra no fim do processo, para que os cidadãos “possam exprimir livremente a sua opinião e tecer considerações, sugestões ou recomendações em relação a quaisquer propostas que tenham sido ou venham a ser tomadas” (artigo 9º, n.º 4, do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território).

•

Considerando o grau de abertura do planeamento à participação proposto por Souza (2010 [2001]: 202-207), que compreende oito categorias distintas – a coerção, a manipulação, a informação, a consulta, a cooptação, a parceria, a delegação de poder e a autogestão (ver esquema 03) –, a participação das comunidades locais no processo de elaboração dos instrumentos de ordenamento corresponde, do ponto de vista legal, a um nível intermédio ou ao que o autor designa de *pseudoparticipação*: o Estado permite o acesso a informações relevantes e a sua consulta através de audiências públicas. Nada garante que as opiniões e sugestões aí apresentadas sejam, de facto, incorporadas. Como sublinham alguns técnicos entrevistados, trata-se de “*planear ‘para’ e não planear ‘com’*” as pessoas, que pensam que “*a sua opinião não vai valer, então pouco ou nada lhes importa dizer*” – “*tu chegas lá, apresentas um plano de urbanização e dizes: ‘nós queremos que isto seja assim’*” (2013). Nas audiências públicas “*pouco ou nada se altera*” porque “*parte-se do princípio que [...] o nível da população é baixo e que as pessoas não têm a visão daquilo que querem*” (2013).

Para além de redutora, a informação é muitas vezes transmitida através de um vocabulário hermético, técnico, dificilmente decifrável pelas comunidades locais. De acordo com investigadores entrevistados, as comunidades apenas entendem alguns pontos – “*que é para melhorar, que alguns vão ter de sair, que vão haver compensações e que o bairro vai ficar melhor*” –, “*não captam os seus direitos, nem têm voz para determinar*” (2013). Por sua vez, as estruturas locais (secretários de bairro e chefes de quarteirão) desempenham um papel importante na mediação de conflitos e na condução e validação de desígnios superiores – “*ouvem-se os responsáveis políticos dos bairros, que vão falar em nome da população, mas vão dizer aquilo que sabem que querem ouvir*” (investigador, 2013). Estamos perante a *integração hierarquizada* de que nos fala Lefebvre (1978 [1970]: 129), na qual o poder de decisão recai sobre quem encomenda ou financia o instrumento de planeamento e/ou sobre o governo local que o superintende e garante a manutenção da ordem política e económica vigente. Segundo um entrevistado, detentor de um alto cargo público, o envolvimento da comunidade não



Esquema 03 | Diferentes graus de abertura à participação no planeamento e gestão urbanos.

Fonte | Autora (2016), a partir de Souza (2010[2001]: 414).

representa uma prioridade – “alguém pensa: ‘ok, eu tenho dinheiro, vou investir, então as pessoas têm que se sujeitar’” (2013).

Contudo, simultaneamente, o Estado ou, especificamente, o partido no poder precisa “de uma base de apoio popular muito grande”, como refere um investigador entrevistado (2013). De acordo com a mesma fonte, esta necessidade, com motivações eleitoralistas, mas também ideológicas, uma vez que se trata de um partido, na sua origem, de inspiração marxista-leninista, “influencia todos os esforços para poder tocar e gerir o espaço” – “não se pode fazer muita coisa no território justamente porque existe esse antecedente histórico, relacional, entre a população e o partido” (2013). Tendo em conta que, “para poder satisfazer os investidores terá que ferir os interesses da população e, ferindo os interesses da população, prejudica a sua imagem como partido legítimo”, a margem de manobra dos investidores tende, na prática, a não ser absoluta.

O papel assumido pelo Estado revela-se assim particularmente difícil ao nível dos bairros pericentrais autoproduzidos, na mira de promotores e investidores imobiliários. Nestes casos, os instrumentos de ordenamento, mesmo que não se concretizem, informam as comunidades locais das intenções de *tábula rasa* dos agentes imobiliários, com suporte do executivo municipal, e acabam por influenciar ou servir de base negocial a futuras ações, enquadradas, ou não, nestes mesmos instrumentos. Como ressalta Herrera²⁸⁹ (2015) para o México, também aqui os cidadãos são vistos como futuros negociadores, a quem se nega o *direito ao lugar* e o *direito à cidade* e se atribui um mero direito negocial e consultivo (ver Capítulo 5).

Apesar do geral alheamento dos moradores dos bairros pericentrais, verifica-se nos últimos anos por parte do poder público um cuidado e atenção acrescidos com o seu envolvimento, devido à percepção do impacte eleitoral de algumas propostas de ordenamento, em particular as de renovação, mas também pela consciência crítica de alguns agentes e da incorporação de princípios defendidos pelo Banco Mundial e por parceiros internacionais, como a Cooperação Italiana, a Cooperação Brasileira e a *Cities Alliance*²⁹⁰ (ver José, 2008; Lomuscio, Venier e Viezzoli, 2010; Mansuri e Rao, 2013). Duas experiências, conduzidas pela organização não-governamental AVSI – uma realizada no bairro George Demitrov, mais recente, outra no bairro de Chamanculo C, no âmbito do Projeto de Cooperação Trilateral lançado em 2011 (ver Capítulo 3) – revelam uma abertura nos discursos dos agentes do governo local. Servem ambas as experiências de referência à definição de uma “Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo”, elaborada

²⁸⁹ Na palestra intitulada “À margem das normas urbanas na periferia: Cidade do México e Lisboa”, proferida por Elías Herrera em Novembro de 2015, no quadro do Ciclo de Conversas dedicado ao direito à cidade “em espaços da lusotopia”, promovido pelo Gestual na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

²⁹⁰ Uma equipa do Conselho Municipal de Maputo deslocou-se ao Brasil em Maio de 2009, “tendo em vista a captação de estratégias para intervenções em assentamentos informais e a observação de experiências práticas implementadas e bem sucedidas no terreno em assentamentos precários” (AVSI, 2013b: 12).

pelo Conselho Municipal, e apresentam e operacionalizam algumas abordagens e técnicas participativas. Para além das audiências públicas, realizaram-se atividades de mobilização contínuas e um conjunto de estudos e levantamentos “casa a casa”, que permitiram construir uma primeira base cadastral e um diagnóstico socioeconómico, validado pelas estruturas locais (secretário de bairro e chefes de quarteirão), por moradores, associações e organizações locais que, voluntariamente, participaram no processo (ver AVSI, 2013a). Contudo, no caso particular de Chamanculo C, algumas das expectativas criadas, sobretudo ao nível urbanístico, tardam em se efetivar, o que desmotiva parte dos moradores, que, como refere uma técnica da AVSI entrevistada, “*querem ver as coisas resolvidas hoje, amanhã*” (2013).

Para além do diagnóstico participado, pretendia-se elaborar um plano integrado, que incorporasse, quer as dimensões sociais e económicas, quer as dimensões físicas, jurídicas e ambientais. Todavia, alguns constrangimentos financeiros, técnicos e administrativos têm impedido ou dificultado a sua concretização²⁹¹. Por um lado, verificou-se um desfasamento temporal entre a elaboração do diagnóstico socioeconómico, já concluído, e do diagnóstico físico, jurídico e ambiental, realizado posteriormente por outra equipa técnica subcontratada. Por outro lado, o orçamento disponível apenas permite intervir na melhoria de um eixo viário e de uma vala de drenagem, o que fica aquém das expectativas geradas, e a implementação global do Plano Parcial de Urbanização está dependente do estabelecimento de parcerias público-privadas, geralmente com agendas distintas e distantes das necessidades dos atuais moradores. Estas experiências levantam ainda a questão dos custos inerentes à participação, nem sempre disponíveis ou equacionados, nem tão pouco regulamentados, como destaca um jurista entrevistado: “*fixa-se o princípio e a ideia da participação, mas depois não se regulamenta muito bem como é que aquilo vai funcionar [...] ou quem paga as despesas da participação*” (2013).

| Validação dos planos |

Depois da sua elaboração e apreciação pública, qualquer plano de estrutura, de urbanização ou de pormenor é submetido à aprovação da Assembleia Municipal e à ratificação²⁹² do Ministro que superintende a área de Administração Local do Estado, que dispõe, no máximo, de 45 dias para se pronunciar²⁹³ (artigo 7º, n.º 2, e artigos 18º e 19º do Regulamento do Solo Urbano). Quando aprovado, o plano é exposto na Sede do Município e da estrutura local do(s) bairro(s) e,

²⁹¹ Segundo três técnicos que têm acompanhado o processo (entrevistas, 2013).

²⁹² A ratificação destina-se a verificar a conformidade do plano com as disposições legais e regulamentares vigentes (artigo 14º, n.º 1, da Lei de Ordenamento do Território).

²⁹³ O não pronunciamento no prazo estipulado conduz à ratificação tácita do instrumento de ordenamento em causa (artigo 13º, n.º 5, do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território).

posteriormente, publicado no Boletim da República no prazo máximo de 15 dias, contados a partir da recepção do resultado da ratificação (artigo 20º, n.º 1, do Regulamento do Solo Urbano). Uma vez publicado no Boletim da República, o plano passa a ter o efeito de lei, vinculando todas as entidades públicas, cidadãos, comunidades locais e pessoas coletivas do direito privado (artigo 11º da Lei de Ordenamento do Território). A compatibilidade entre os diferentes instrumentos é condição da sua respetiva validade, sendo considerado nulo todo e qualquer plano, elaborado e aprovado, que viole um instrumento de ordenamento territorial de nível superior com o qual devesse ser compatível (artigo 81º do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território).

Compete ao órgão que superintende o ordenamento do território, fiscalizar, monitorar, disciplinar e orientar as atividades de ordenamento, identificar possíveis infrações e proceder ao levantamento dos autos de notícia, sem prejuízo das competências e atribuições específicas dos órgãos e instituições estatais (artigo 77º, n.º 1 e n.º 2, do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território).

•

Em Maputo, o processo de validação dos instrumentos de ordenamento de nível autárquico cessa geralmente com a sua aprovação na Assembleia Municipal ou, nalguns casos, na ratificação. Apenas temos conhecimento de um plano publicado em Boletim da República em Março de 2015: o “Plano Geral de Urbanização do Distrito Municipal da Katembe”. Tirando esse, nenhum outro plano, incluindo o Plano de Estrutura, concluído e aprovado em 2008, foi publicado, o que, a confirmar-se, significa que a maioria dos planos elaborados podem ser considerados legalmente inválidos ou de natureza não vinculativa. Segundo alguns arquitetos/urbanistas entrevistados, ao não serem publicados, o acesso aos planos torna-se restrito – *“para se ter acesso a um plano de urbanização, ou conheço alguém dentro do município, que me dá acesso aos bocados, ou não se consegue”* – e a sua implementação arbitrária – *“o investidor pode ganhar mais espaço de manobra, [...] não tem que se conformar com nenhum instrumento porque não existe legalmente”* (2013).

4.3. | A intervenção e transformação do território

Nos bairros autoproduzidos da capital, destacam-se duas abordagens de intervenção distintas: a qualificação, assente na melhoria ou implementação de infraestruturas; e a renovação, assente na *tábula rasa* do tecido existente. No caso particular dos bairros pericentrais, verificamos que os impactes de uma e outra abordagem tendem, na prática, a convergir. Depois da criação de novos instrumentos jurídicos e urbanísticos, que anunciam, como vimos no Capítulo anterior, a (re)emergência da renovação urbana, o Programa de Desenvolvimento Municipal – ProMaputo –

volta-se, na sua segunda fase (2011-2015), para a infraestruturação e reabilitação dos serviços urbanos, estabelecendo como prioridade a melhoria da rede viária, através da promoção de mais investimento privado e do estabelecimento de parcerias público-privadas (CMM, 2010a: 3). Por um lado, aposta-se na qualificação ou reconstrução de algumas das principais vias de acesso ao centro da cidade, como as avenidas Milagre Mabote e Julius Nyerere, por outro, na construção de grandes estruturas viárias, como a Grande Circular (CMM, 2011c). A expropriação e o reassentamento associados à construção destas infraestruturas são apresentados como males necessários à melhoria das condições de vida, do uso do espaço e dos serviços urbanos (ver CMM 2010a), tendo-se já procedido a milhares de demolições e deslocações em nome do *interesse público* (ver Capítulo 3). Estas intervenções melhoram a acessibilidade na e para a capital e, desta forma, promovem a valorização e comercialização dos espaços envolventes e, conseqüentemente, a saída paulatina dos seus moradores para bairros mais periféricos. Processo idêntico é gerado com as propostas de renovação enunciadas em alguns planos, que, mesmo quando não implementadas, traçam um caminho similar ao anteriormente descrito: valorização, mercantilização e gentrificação.

O recurso à expropriação e ao reassentamento não é, no entanto, característico ou específico de Maputo e dos seus bairros pericentrais. Em várias outras localidades do país, sobretudo em áreas ricas em carvão e gás natural, também se generaliza este processo como forma de prosseguir com os chamados projetos de desenvolvimento (ver Pedro, 2011; Mosca e Selemene, 2011, 2012). É neste contexto que são publicados dois novos instrumentos legais: a Diretiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial (Diploma Ministerial n.º 181/2010, de 3 de Novembro); e o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas (Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto), na sequência das ações de resistência ocorridas em 2012 em Moatize, em resultado do impacte da exploração de carvão nessa região (ver Capítulo 1).

| A expropriação |

De acordo com o Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, a expropriação por interesse, necessidade ou utilidade pública pode ser declarada quando se revele indispensável à prossecução dos interesses coletivos previstos nos instrumentos de ordenamento, bem como: (i) na aquisição de áreas para “implantação de infraestruturas económicas ou sociais com grande impacto social positivo”; (ii) na “preservação dos solos, de cursos e mananciais de águas e de áreas ricas em termos de biodiversidade ou de infraestruturas de interesse público”; (iii) em “situações de emergência, originadas por ocorrência ou possibilidade de desastres ou calamidades naturais”; e (iv) na “prossecução de finalidades próprias da Administração Pública, enquanto provedora da segurança do Estado, manutenção da ordem pública e satisfação das necessidades de toda a sociedade” (artigo 68º). Se determinada ocupação não se enquadrar nos planos de ordenamento ou se o(s) ocupante(s)

não respeitar(em) as regras neles estabelecidas é igualmente aplicável a expropriação por *interesse público* (ver Chiziane, 2013: 195), procedendo-se à remoção das construções sempre que estas impeçam a execução de um plano de pormenor, não reúnam os requisitos de segurança e salubridade indispensáveis ao fim a que se destinam ou a sua beneficiação ou reparação for técnica e financeiramente inviável (artigos 72º do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território).

Em qualquer destes casos, a expropriação dá lugar ao pagamento de uma justa indemnização, de modo a compensar a perda de bens tangíveis e intangíveis²⁹⁴, a ruptura da coesão social²⁹⁵ e a perda de bens de produção (artigo 20º, n.º 3 da Lei de Ordenamento do Território). Entende-se por justa indemnização aquela que cobre, não só o valor real e atual dos bens expropriados, como também os danos emergentes e os lucros cessantes do proprietário em resultado da expropriação (artigo 70º, n.º 3 do Regulamento da Lei de Ordenamento do Território). A indemnização deverá ser paga em dinheiro ou em espécie, através da construção de imóveis de valor equivalente, e calculada em função do valor da construção – considerando o seu custo atual, localização, ambiente envolvente e antiguidade –, dos sistemas de infraestruturas, transportes públicos e proximidade de equipamentos, bem como da sua qualidade arquitectónica, estado de conservação e conforto (ponto 4 da Diretiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos do Ordenamento Territorial). Os bens expropriados podem corresponder a um muro ou anexo, tratando-se, nestes casos, de perdas parciais, ou à totalidade das benfeitorias e/ou construções erigidas em determinado talhão ou parcela, implicando a saída e reassentamento da(s) família(s) afetada(s). O expropriado e os demais interessados dispõem do prazo de trinta dias, contados a partir da recepção do Documento Notificatório, para apresentar por escrito e de forma fundamentada uma contraproposta de indemnização (ponto 4.1 da Diretiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos do Ordenamento Territorial).

•

Determinada pelo Estado e de carácter irrevogável, são como vimos vários os cenários que podem conduzir à expropriação, tão diversos como a implantação de uma infraestrutura com “grande impacto social” ou de um instrumento de ordenamento distinto do tecido preexistente. Apesar da sua larga abrangência, a maioria dos moradores de bairros pericentrais entrevistados associa geralmente a expropriação por *interesse público* apenas à introdução ou melhoria de infraestruturas e à construção

²⁹⁴ Consideram-se bens tangíveis “todos os bens mensuráveis, individuais e colectivos, tais como colheitas, imóveis e benfeitorias efetuadas na área expropriada” e, como bens intangíveis, “todos os bens não mensuráveis, individuais ou colectivos, tais como vias de comunicação, florestas sagradas, locais históricos, sepulturas e acessibilidades aos meios de transporte, serviços básicos e outros” (alíneas b) e c) do artigo 1º do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas).

²⁹⁵ Segundo o Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, a ruptura da coesão social corresponde a um “aumento da distância do novo local de reassentamento de estruturas sociais e do núcleo familiar habitual, cemitérios familiares e plantas medicinais” (artigo 1º, alínea m)).

de equipamentos – “o Estado só pode tirar quando é para interesse público, [por exemplo] um centro de saúde é para o povo, [...] então eu tenho de sair (2013).

No entanto, segundo a lei, prevê-se o recurso à expropriação por *interesse público* na implementação de alguns dos planos de renovação, nomeadamente para os bairros de Polana Caniço A e B. Como descreve um vereador municipal entrevistado, pretende-se que o Estado, à semelhança do que já acontece no âmbito das ações de melhoria da rede viária e na construção dos megaprojetos, controle e regule as indemnizações auferidas pelos moradores, suportadas por investidores privados, anulando a capacidade negocial daqueles na comercialização das parcelas e garantindo “alguma viabilidade na implementação” por parte do investidor: “se nós deixarmos totalmente nas mãos do sector privado fazer isso, pode-se tornar incomportável [...] [porque] pode encontrar uma casa de construção precária, até de caniço, e a pessoa pedir 200.000 dólares, [o que] não faz sentido absolutamente nenhum” (2013).

Como revela Habermas (1991 [1962], 2007 [1973]), Holub (1991) e, mais recentemente, Emden e Midgley [eds.] (2013), a noção de *interesse público* reveste-se de ambiguidades e contradições. A distinção entre propriedade pública e privada, associada às relações de poder, dominação e propriedade que caracterizam o modo de produção capitalista, dissemina-se em Moçambique durante o período colonial, mas é subvertida após a independência com a nacionalização da terra e dos prédios de rendimento. Como sublinha um investigador e docente universitário entrevistado (2013), a esfera pública funde-se com a do Estado e a noção de *interesse público* é usada como forma de legitimar e prosseguir com o projeto político e económico assumido pela Frelimo. Distante da ideia de ‘*urban commons*’²⁹⁶ difundida por Hardt e Negri (2009) e, mais recentemente, por Dellenbaugh [et al.] (2015), Borch e Kornberger [eds.] (2015), o recurso à expropriação por *interesse público* reflete o que Habermas (1991 [1962]: 203) designa de *manipulação generalizada*, encobrindo a distinção entre processos emancipadores e aqueles subvertidos pelo poder.

Devido ao risco político que representam e aos elevados valores implicados, as expropriações massivas decorrentes da implementação de planos de ordenamento tardam em se efetivar. Em contrapartida, multiplicam-se nos últimos anos as expropriações, demolições e/ou reassentamentos realizados no âmbito do alargamento e pavimentação de eixos viários estruturantes e da construção dos megaprojetos, bem como na sequência do período das chuvas, que anualmente deixa várias pessoas desalojadas. Como começámos por referir, algumas destas intervenções, nomeadamente as que promovem maior acessibilidade, geram processos de valorização, mercantilização e gentrificação, tidos por alguns técnicos entrevistados como “naturais”, embora beneficiem sobretudo a elite política e económica e não os moradores locais – “será uma morte natural, [...] por via da lei de mercado”;

²⁹⁶Sobre a origem e difusão da noção de ‘*urban commons*’, ver, por exemplo, Kip [et al.] (2015).

“uma vez feitas essas infraestruturas, então, por si só, o mercado vai ditar o mais fraco a sair e o mais forte a ficar [...], a isso é difícil contrariar” (2013).

Independentemente do sentido atribuído à noção de *interesse público*, verificamos que o valor e o tipo de indemnização dependem de quem determina as expropriações e do que as motiva. No caso dos processos liderados pelo Conselho Municipal de Maputo (CMM), há uma diferença substancial entre (1) os que decorrem da melhoria de eixos viários estruturantes e da construção de megaprojetos e (2) os que resultam de calamidades naturais:

- os primeiros pressupõem²⁹⁷ o levantamento e avaliação do existente por parte de uma equipa técnica²⁹⁸, auxiliada pelo distrito municipal e pela estrutura local (secretário de bairro e chefes de quarteirão), com vista a determinar o pagamento de uma indemnização e, se as perdas forem totais, a atribuição de um talhão noutra bairro;
- os segundos têm-se limitado ao reassentamento das famílias desalojadas e à entrega de bens materiais, como uma tenda, sacos de cimento e chapas de zinco, sem qualquer indemnização monetária.

Já nos processos liderados pela Administração Nacional de Estradas (ANE)²⁹⁹ ou por empresas privadas, como a IDC³⁰⁰ (Investimentos para o Desenvolvimento da Comunidade), as famílias podem geralmente optar por receber uma indemnização monetária ou uma habitação noutra bairro, similar ou melhor que a anterior.

Todas as expropriações têm em comum dois factos: apenas os proprietários das infraestruturas, construções ou benfeitorias expropriadas têm direito a uma indemnização, deixando de fora, e numa situação muito vulnerável, os inquilinos; e as indemnizações auferidas estão longe do que a lei estabelece como justas, sobretudo quando as perdas são totais e implicam reassentamentos em bairros mais periféricos. De acordo com vários entrevistados, sobretudo no caso dos processos conduzidos pelo CMM, a avaliação resume-se geralmente ao cálculo do custo dos materiais de que são feitas as construções e benfeitorias expropriadas – *“o que conta são as paredes e mais nada”* (membro de uma ONG, 2013) –, não se considerando:

²⁹⁷ Como veremos no Capítulo 5, cada processo de expropriação é único. Há casos em que se procede a todas as etapas legalmente previstas, mas há outros em que não.

²⁹⁸ Equipa técnica municipal ou subcontratada, geralmente conduzida ou orientada pelo Departamento de Estudos, Projetos e Infraestruturas (entrevista a técnica municipal, 2013).

²⁹⁹ Informação dada por um técnico da ANE que tem acompanhado estes processos, entrevistado em 2013.

³⁰⁰ Empresa associada à Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), promotora de um projeto imobiliário em Malhangalene que implicou o realojamento de algumas famílias em Albazine (informação dada pelo diretor geral da IDC, entrevistado em 2013).

- a perda de bens intangíveis e de produção – “*passam a ter hospital longe, as escolas das crianças muito longe*” e “*do ponto de vista económico há pessoas que [...] tinham a sua atividade económica, a sua loja, a sua clientela, e quando termina essa atividade fica numa situação de certa fragilidade*” (jurista, 2013);
- bem como a ruptura da coesão social – “*o Estado avalia o que tu tens, não a parte afetiva*” (membro de uma ONG, 2013).

Como sublinha um técnico de uma ONG entrevistado, os critérios de avaliação também nem sempre são apresentados de forma clara e transparente – “*tanto para quem avalia, como para quem vai ficar ali*” –, abrindo espaço à discricionariedade:

“há uns que achavam que o corte da árvore não era para ser avaliado, [...] há outros que eram pagos pelas árvores”; “há uns que achavam que o muro já estava praticamente a cair, há outros que às vezes nem tinham muro, tinham espinhosa, e foram compensados” (2013).

Esta diferença de critérios levanta suspeitas de favorecimento e usurpação, questionando-se:

“Será que aqueles 5000 [meticais] [atribuídos pelo derrube de uma árvore, por exemplo] foram efetivamente para quem avalia? Porque é que não avaliaram os dois da mesma forma se tinham as mesmas infraestruturas?” (2013).

Alguns entrevistados³⁰¹ estabelecem assim uma diferença entre compensação, determinada pelo(s) avaliador(es), e indemnização, prevista na lei, definida em tribunal, mas, de que se tenha conhecimento, nunca aplicada. Como refere um jurista entrevistado (2013), à semelhança do que acontece com a noção de *interesse público*, a justa indemnização é determinada pelo Estado e acaba por ser subvertida pelos interesses dominantes. Perante as reduzidas compensações atribuídas, os moradores recorrem à “*via administrativa*”, ou seja, dirigem-se à “*própria autoridade responsável para solicitar que ela aprecie os seus critérios de decisão e, muitas vezes, o Estado não aprecia*” (2013).

| O reassentamento |

Reconhecendo o impacto negativo que o reassentamento pode causar às comunidades e indivíduos levados a deixar os seus espaços de habitar para aí se implantarem novas infraestruturas e empreendimentos, o Banco Mundial (BM) traçou uma política especialmente dirigida para o que chamou de *reassentamento involuntário*, replicada e adaptada a vários contextos (ver World Bank, 2000), incluindo ao da capital moçambicana, no âmbito do ProMaputo. Seguindo os princípios propostos pelo BM, o Quadro de Política de Reassentamento (QPR) traçado para Maputo em 2006

³⁰¹ Jurista (2013); técnico de uma ONG (2013); técnica de uma ONG (2013); técnico do Distrito de KaMaxaquene (2013).

defende que o reassentamento deve ser reduzido ao mínimo e, quando inevitável, ser equiparado a um “programa sustentável de desenvolvimento”, disponibilizando-se os recursos suficientes para que as pessoas afetadas por determinado projeto partilhem os seus benefícios e melhorem ou, pelo menos, reponham o nível de vida anterior à deslocação (CMM, 2010a: 7). Como clarifica o próprio QPR, esta defesa do reassentamento mínimo prende-se com razões de ordem social mas também com razões de ordem financeira e de viabilidade orçamental:

“Os custos de reassentamento podem acrescentar montantes significativos aos orçamentos do projeto pelo que, sempre que possível, dever-se-á evitar o recurso a reassentamento e a compensação. Onde não seja possível escolher uma outra localização para limites físicos de um projecto, as actividades deverão ser definidas de maneira a afectar o mínimo possível de pessoas sem que isso comprometa a viabilidade do projecto” (CMM, 2010a: iii).

Em 2012, é publicado o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas³⁰², que passa a ser o instrumento que regula os processos de reassentamento desencadeados a partir de então. Segundo o mesmo, a população diretamente afectada tem direito a ver restabelecido o seu nível de renda e o seu padrão de vida, iguais ou superiores aos anteriores, ao transporte de bens para o novo local de residência, devidamente infraestruturado com equipamentos sociais e com espaço para praticar as suas atividades de subsistência, bem como a dar a sua opinião (artigo 10º). É-lhe igualmente garantido o direito à informação sobre os conteúdos dos estudos referentes ao processo de reassentamento e a participar nas consultas e audiências públicas previstas, nomeadamente de formular pedidos de esclarecimento, sugestões e recomendações e intervir nas reuniões públicas (artigos 13º e 14º).

O proponente da atividade é responsável pela elaboração e implementação do Plano de Reassentamento, equiparado ao Plano de Pormenor e segundo um modelo predefinido, que contempla a atribuição de uma parcela regularizada e infraestruturada e de uma tipologia habitacional com características mínimas de tipo III (três quartos), com 70m², bem como a implantação de vias de acesso, abastecimento de água, saneamento, eletricidade, posto de saúde, escola, centro infantil, mercado, lojas, posto policial, locais de lazer, de prática de desporto, recreação, de culto e de reunião (artigo 11º, artigo 15º, n.º 2, e artigo 16º, n.º 1 e n.º 6). Cabe à Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão – composta por dois membros do sector de Ordenamento do território, um membro da Administração Local, outro do Ministério das Obras Públicas e Habitação, do

³⁰² Atividade económica é aqui definida como “qualquer acção, projecto ou empreendimento, de iniciativa pública ou privada, relacionada com utilização ou exploração de componentes ambientais, aplicação de tecnologias ou processos produtivos, planos, programas, actos legislativos ou regulamentares que afecta ou pode afectar o território” (artigo 1º, alínea a)).

Ministério da Agricultura, do Governo Provincial e do Governo Distrital³⁰³ – assegurar o cumprimento da lei, nomeadamente, acompanhar e apresentar recomendações metodológicas, emitir parecer técnico sobre o plano e elaborar relatórios de monitoria e avaliação (artigos 6º e 7º). Nas reuniões promovidas por esta Comissão, prevê-se ainda a participação de cinco representantes da população afetada, um representante da sociedade civil, três líderes comunitários e dois representantes do sector privado, com vista a mobilizar e sensibilizar a população sobre o reassentamento, consciencializar sobre os direitos e obrigações resultantes do processo e comunicar às autoridades competentes sobre qualquer ilegalidade ou irregularidade detetada (artigo 8º). Por fim, é da competência da administração local sensibilizar os seus órgãos para a implementação do programa de reassentamento e fiscalizar e monitorar o andamento do processo, enquanto o sector de Obras Públicas e Habitação fica responsável por orientar e acompanhar a implantação e desenvolvimento das infraestruturas e a construção de edifícios públicos, bem como aprovar os padrões de construção das habitações previstas (artigo 12º, n.º 2 e n.º 3).

•

Vários estudos sobre o reassentamento em diferentes contextos descrevem-no como um processo geralmente crítico e complexo (ver Dowing, 1996; Cernea, 1999a; Wet, 2006; Modi, 2009; Marthur, 2013), embora, do ponto de vista legal, ele se resume a uma sequência de procedimentos, tidos como boas práticas. De forma indiferenciada, o Regulamento dedicado ao reassentamento determina, para além do cumprimento de um conjunto de princípios e direitos gerais, a atribuição de uma parcela regularizada e infraestruturada e de uma habitação tipo III, como referimos anteriormente, bem como a construção de um alargado leque de equipamentos, predefinindo um modelo de intervenção distante das necessidades, vontades e capacidades reais de grande parte dos reassentamentos que têm lugar em Maputo. Nas palavras de alguns entrevistados, este modelo *“é quase inaplicável”* e *“nem o próprio Estado está a conseguir aplicar aquilo que aprovou”* (detentor de um alto cargo público, 2013), requer um *“investimento muito grande, que o governo não tem, nem se interessa em buscar esse esforço”* (investigador, 2013).

Na prática, à semelhança do que identificámos no momento de expropriação e indemnização, o processo de reassentamento depende geralmente de quem o conduz e do que o motiva. No caso dos processos conduzidos pelo Conselho Municipal de Maputo (CMM), em articulação com os distritos municipais e as estruturas locais, permanece a diferença entre os que decorrem da (re)construção de eixos viários estruturantes e de megaprojetos e os que resultam das cheias: nos primeiros têm sido atribuídas parcelas de 450m² (15x30) com título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT),

³⁰³ Sempre que se justifique, pode ainda integrar representantes de outros sectores, especialistas ou indivíduos de reconhecido mérito (artigo 6º do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas).

nem sempre infraestruturadas; nos segundos parcelas de 300m² (15x20), em alguns casos sem título de DUAT nem infraestruturas básicas (água, saneamento e eletricidade)³⁰⁴. Já os processos conduzidos pela Administração Nacional de Estradas (ANE) ou por empresas privadas têm implicado geralmente a atribuição, não só de uma parcela infraestruturada, de dimensões variáveis e com título de DUAT, como também de uma habitação com os 70m² previstos na lei, de dimensão similar à construção expropriada ou adaptada às necessidades de cada família³⁰⁵. Outra grande diferença acaba por residir no acompanhamento e monitoria do processo, a que, segundo alguns técnicos entrevistados, o CMM não tem dado importância – *“há falta de controlo”* (2013) –, ao contrário da ANE, por exemplo, que procura assegurar o cumprimento do acordo estabelecido após a expropriação – *“todas as pessoas que a ANE inquiriu construíram [...], quantificámos as casas deles e eles construíram casas todas em alvenaria”* (2013). Como descreve o secretário do Zimpeto, o qual, à semelhança de outros bairros a norte do município, tem sido palco de vários reassentamentos nos últimos anos, cada processo, dependendo da forma como é conduzido, das indemnizações ou compensações auferidas e da capacidade económica de cada família, desenha espaços com tipos de habitação distintos: no âmbito das cheias, *“algumas famílias ainda continuam em tendas”* e *“outras famílias já ergueram as suas casas [mas], falando mesmo a bom da verdade, não tem nenhuma casa concluída”*; enquanto no âmbito da (re)construção de eixos viários estruturantes e de megaprojetos, *“pelo menos todos conseguem fazer a casa, pode faltar isto ou aquilo [...], mas a questão de levantar a casa, aí sim, [conseguem]”* (entrevista, 2013). Embora diversos, todos os espaços de reassentamento, localizam-se longe do centro da cidade, tendem a ser mono-funcionais e a implicar, como mostra Raimundo [*et al.*] (2012: 58), o uso diário de um ou mais transportes coletivos até à escola, à unidade de saúde ou ao trabalho, o que, para além do tempo, consome uma parte significativa do rendimento familiar.

Apesar de serem constituídas Comissões de Acompanhamento, responsáveis por assegurar o cumprimento da lei, a maioria dos reassentamentos realizados está, como vimos, longe de se enquadrar no modelo por ela predefinido. Por um lado, as indemnizações não correspondem ao que legalmente se determinou como “justas”, o acesso a infraestruturas e equipamentos básicos nos locais de reassentamento nem sempre está assegurado e, alguns deles, como o Chiahango, não possuem as características ambientais mínimas previstas³⁰⁶, nomeadamente no que se refere ao nível freático, à permeabilidade do solo e à drenagem das águas pluviais. Por outro lado, os momentos de participação e informação nestes processos tendem a ser pontuais ou mesmo inexistentes. Como

³⁰⁴ Referimo-nos aqui aos reassentamentos realizados nos últimos anos, não aos decorrentes das cheias de 2000, que, como descreve Melo (2015: 235-236), assumem características distintas.

³⁰⁵ Informação dada por vários técnicos entrevistados em 2013.

³⁰⁶ De acordo com o artigo 17º do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas, são características ambientais a considerar no local de reassentamento as seguintes: a permeabilidade do solo, o nível freático, a inclinação do terreno, a drenagem das águas pluviais e a fertilidade dos solos.

refere um técnico municipal entrevistado, os talhões ou parcelas são atribuídos intencionalmente de forma aleatória – “*faz-se uma lista e vamos atirando aleatoriamente, não tem escolha*” (2013) –, sem qualquer envolvimento ou consulta prévia, destruindo as relações de vizinhança e solidariedade construídas, muitas vezes, ao longo de várias décadas. Embora algumas pessoas, como veremos no Capítulo 5, consigam em seu benefício alterar as condições que lhe são impostas, recorrendo à corrupção, ao clientelismo ou à dinâmica de mercado, a natureza destes processos torna-os, mais do involuntários, forçados. Nas palavras de um técnico entrevistado, “*ninguém fica satisfeito de sair de onde viveu dez, quinze ou trinta anos*”, “*vai, sim, porque foi dito para ir, mas sente-se bem onde está há mais tempo*” (2013).

4.4. | A [in]versão da [i]legalidade

A análise da legislação vigente à luz dos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo contraria a ideia de segurança de ocupação tantas vezes associada ao contexto moçambicano, sobretudo devido à Lei de Terras de 1997, tida como uma das mais progressistas ao nível do continente africano (ver, p. ex., United Nations, 2005: 14-15, 2008: 17; USAID, 2007: v; German, Schoneveld e Mwangi, 2011: 13; Smith e Naylor, 2014: 218). Uma leitura mais aprofundada do atual quadro legal revela que, tanto as leis, decretos e normas que o compõem, como as práticas, assentam em várias contradições e ambiguidades, particularmente evidentes quando estão em causa espaços estratégicos do ponto de vista do mercado, mas ocupados por comunidades locais, como é o caso do nosso objeto de estudo. Como alude Maricato (2013 [2000]: 161), não só a lei de mercado tende aqui a ser mais efetiva que a norma legal, como a própria legislação, no caso de Moçambique, abre brechas e cria exceções que conduzem ao livre arbítrio, como por exemplo:

- reconhece os direitos consuetudinários mas, simultaneamente, exige que as ocupações respeitem os planos de ordenamento, que, nalguns casos, como os de Maxaquene A e Polana Caniço A, assentam na sua *tábula rasa*;
- apresenta a participação das comunidades locais como um dos princípios fundamentais da atual política de ordenamento, mas limita-a à consulta e ao acesso à informação, não garantindo a incorporação das opiniões ou sugestões apresentadas, o que permite, na prática, que o poder de decisão recaia exclusivamente sobre o Estado e/ou sobre os agentes que encomendam ou financiam os instrumentos de ordenamento;
- considera a terra um “direito de todo o povo moçambicano” mas facilita e generaliza o recurso à expropriação por *interesse público*, determinada pelo Estado e de caráter

irrevogável, viabilizando a *tábua rasa* de um bairro inteiro, se necessário, por o tecido preexistente desrespeitar determinado plano para ele proposto.

Simultaneamente, como destaca Nordine (2006: 216-217), a dispersão da informação relativa à garantia e proteção de acesso à terra por vários instrumentos legais contribui para que grande parte dos ocupantes de boa-fé há mais de dez anos desconheça os seus direitos, beneficiando, em contrapartida, uma elite política e económica mais informada e preparada para responder a possíveis situações de conflito e salvaguardar os seus interesses. Face ao aumento da dinâmica de mercado e à crescente comercialização de talhões e construções, negada por lei, este desconhecimento fragiliza ou retira, por um lado, poder negocial ao ocupante, que tende a equacionar apenas o direito à negociação e à indemnização, não a possibilidade de permanecer no lugar; e, por outro, alimenta a percepção e incorporação de direitos e deveres contrários aos legalmente previstos, como a negação do direito de uso e aproveitamento da terra por ausência de título. Como vimos ao longo deste Capítulo, a insegurança de ocupação ao nível dos bairros pericentrais autoproduzidos é ainda motivada: pelo regime de propriedade estatal instaurado, num contexto marcado por uma forte aliança entre o Estado e o capital; pelos planos de ordenamento assentes na *tábua rasa* do tecido existente e direcionados para os interesses de mercado; e pela valorização fundiária dos espaços próximos a importantes eixos viários e/ou da linha da costa, na sequência de ações de renovação conduzidas pelo Estado e/ou por promotores e investidores privados.

O crescente sentimento de insegurança de ocupação, bem como a forma como têm vindo a ser conduzidos os processos de expropriação e reassentamento, geralmente distantes do modelo de intervenção previsto na lei, motivam a deslocação dos moradores dos bairros pericentrais para uma periferia distante. A atribuição de títulos de DUAT nos bairros de reassentamento, dada a importância que lhes é atribuída, pode funcionar como um instrumento de mediação política e controlo social por parte do Estado, que desta forma consegue: fixar os grupos de menores recursos em lugares menos valorizados do ponto de vista do mercado, quebrar as relações de vizinhança e entreajuda pela forma aleatória como atribui os talhões e conduz os processos, mas também disseminar a lógica da propriedade privada individual sobre a terra. Por sua vez, o subsequente aumento da comercialização de talhões e construções nos bairros pericentrais, reconhecida pelas respetivas estruturas locais, reitera a existência de uma aliança ou a subordinação dos interesses públicos aos interesses económicos de investidores nacionais e estrangeiros e a intenção de entregar estes espaços estratégicos nas mãos do mercado, sem lugar para os grupos de menores recursos. Sendo a terra propriedade do Estado, o acesso à terra e a um título de DUAT dependem cada vez mais do poder político e económico dos indivíduos ou grupos sociais em causa, bem como do recurso a práticas de corrupção e clientelismo.

Como refere Herrera (2005: 171), para lá das margens da legalidade, dá-se o que o autor define como um fenómeno único e interativo – simultaneamente legal e ilegal ou regular e irregular –, marcado por um permanente intercâmbio entre o direito e a anomia, promovido pelo próprio Estado, que determina as normas mas é o primeiro a não as respeitar ou subverter, como por exemplo:

- chama a si o dever de promover, orientar, coordenar e monitorar o ordenamento do território, sendo da responsabilidade específica das autarquias elaborar e aprovar os programas, planos e projetos relativos ao município que superintende, no entanto, a maioria dos instrumentos de ordenamento podem ser considerados legalmente inválidos ou de natureza não vinculativa por não estarem publicados em Boletim da República;
- nega o título de DUAT à maioria dos moradores dos bairros pericentrais e, simultaneamente, promove a sua atribuição nos bairros mais periféricos, muitas vezes sem o nível de urbanização legalmente pré-requerido;
- determina, no âmbito dos reassentamentos, um vasto conjunto de princípios e direitos gerais a considerar, contudo, os reassentamentos conduzidos pelo Estado ou, mais especificamente, pelo Conselho Municipal de Maputo são os que mais se distanciam do modelo predefinido, estando as indemnizações atribuídas muito aquém do que se estabelece como “justas”.

Graças ao incumprimento ou à qualidade ambivalente das normas sociais e jurídicas estabelecidas, mas também ao papel assumido pelo Estado, verificamos que os poderes e interesses dominantes revelam uma grande capacidade de adaptação e superação em relação a possíveis condicionalismos ou entraves à sua ação, como o reconhecimento e salvaguarda dos direitos costumeiros. Retomando as dimensões de análise consideradas, verificamos, por um lado, que, não só a legislação urbanística é passível de conflitos de interpretação e contradições, como acaba por beneficiar sobretudo os interesses e práticas dominantes; e, por outro, que, à semelhança de tantos outros contextos, a ilegalidade não constitui uma exceção, mas antes a regra, sendo o processo de produção da lei um fator determinante dessa mesma ilegalidade por se distanciar das práticas e necessidades reais. Por fim, ressaltamos ainda a percepção deturpada dos direitos e deveres consagrados na lei, que, aliada ao desconhecimento sobre a mesma, tende, uma vez mais, a favorecer o controlo e dominação dos processos de intervenção e transformação do espaço por parte de uma elite política e económica.

5. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias ³⁰⁷

Como observámos em capítulos anteriores, a transformação recente dos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo é resultado da expansão e consolidação do modelo neoliberal que emerge em finais da década de 1980. No desenrolar do novo milénio, estes lugares com interesse estratégico do ponto de vista fundiário e imobiliário têm sido alvo de processos de valorização, renovação e gentrificação, associados: (i) quer à (re)emergência do mercado fundiário e imobiliário paralelo, (ii) quer à (re)construção de eixos viários estruturantes e megaprojetos, (iii) quer ainda à elaboração de planos parciais de urbanização. Embora instável, o circuito gerado pela especulação sobre a terra, pela geração de capital por essa via e pelo (re)investimento desse mesmo capital na edificação ou aquisição de novos espaços, revela-se em rápida expansão, nomeadamente em bairros como Maxaquene A e Polana Caniço A. Aqui, diferentes processos se combinam em prol de um objetivo comum: a *tábula rasa* do tecido preexistente, autoproduzido, com vista a garantir a continuidade do *espaço abstrato*, refletido na cidade de origem colonial (ver Capítulo 1). Assiste-se, por um lado, à deslocação (in)voluntária de um número crescente de moradores para bairros cada vez mais periféricos, por outro, à conversão dos espaços autoproduzidos em espaços comerciais e residenciais destinados a grupos de maiores recursos, vigorando “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” a que alude Maricato, a partir do caso brasileiro (2013 [2000]).

Este jogo de palavras, que lança o mote deste capítulo, refere-se ao desfasamento entre as matrizes que fundamentam o planeamento e legislação urbanos e a realidade e especificidade locais dos bairros autoproduzidos: às “ideias fora do lugar” enunciadas em grande parte dos instrumentos

³⁰⁷ Frase da autoria de Francisco de Oliveira, sociólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo, que também dá nome a um capítulo de Maricato, no livro *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (Arantes, Vainer e Maricato, 2013 [2000]).

jurídicos e urbanísticos vigentes, distantes da realidade concreta, e, simultaneamente, ao “lugar fora das ideias” a que tendem a corresponder os espaços autoproduzidos, geralmente distantes do modelo de cidade preconizado pela classe dominante. Subjaz a esta leitura as duas dinâmicas do espaço enunciadas por Lefebvre, a do *espaço abstrato*, a que nos referimos acima, e a do *espaço social*, sendo que a primeira expressa as estratégias de reprodução do capital e o perpetuar das relações sociais que o constituem, enquanto a segunda é forjada a partir das práticas quotidianas, traduzindo a pluralidade dos modos de vida e das formas de apropriação do espaço (ver Capítulo 1). É precisamente sobre estas dinâmicas e, especificamente, sobre o *plano do lugar*, que nos centramos neste Capítulo 5, à luz dos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A.

Seguindo a abordagem dialética de Lefebvre, procuramos perceber e analisar a forma como as relações de produção e propriedade se reproduzem e efetivam como prática sócio-espacial, mais precisamente: como se desenvolve o movimento gerado pela valorização, renovação e gentrificação destes lugares e que formas assume, que contradições se formam entre o *valor de uso* e o *valor de troca*, que possibilidades de *superação* e *resistência* se esboçam, bem como que interligações e interações se estabelecem entre os vários agentes em presença. Através de uma leitura e análise cruzadas, entramos na realidade que marca e caracteriza os nossos casos de estudo (subcapítulo 5.1.), aprofundando posteriormente três processos: (1) de transação de talhões e construções, dando destaque, não só ao mercado de compra e venda, mas também ao de arrendamento, em ascensão (subcapítulo 5.2.); (2) de reconstrução de eixos viários estruturantes, nomeadamente da avenida Milagre Mabote e da avenida Julius Nyerere, dirigindo o nosso olhar, não só para os bairros em análise, mas também para as trajetórias decorrentes do reassentamento (subcapítulo 5.3.); e (3) de elaboração dos planos parciais de urbanização, tendo em conta, não só o universo dos técnicos, mas também a forma como os moradores e demais agentes percebem e se apropriam destes instrumentos (subcapítulo 5.4.). Por fim, identificamos como e quando estes processos se justapõem ou divergem entre si, esboçando um quadro geral com as (contra)racionalidades e (contra)finalidades impostas e localmente geradas (subcapítulo 5.5.).

5.1. | *Uma luta para ter mais espaço* ³⁰⁸

Os bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A integram, a par de Maxaquene B, C e D e de Polana Caniço B, Urbanização e Mafalala, o distrito urbano de KaMaxaqueni (figura 24). Delimitados nos primeiros anos após a independência, cada bairro é dirigido, como referimos no Capítulo 3, por um

³⁰⁸ Morador de Maxaquene A, entrevistado em 2013.



Legenda | 1. Mafalala; 2. Urbanização; 3. Maxaquene A; 4. Maxaquene B; 5. Maxaquene C; 6. Maxaquene D;
7. Polana Caniço A; 8. Polana Caniço B.

Figura 24 | Bairros do Distrito Urbano de KaMaxaqueni.

Fonte | Autora, 2016.

secretário e cada quarteirão³⁰⁹ que o compõe por um chefe: ao primeiro compete, por exemplo, controlar as atividades do bairro, garantir e dinamizar a construção e manutenção de infraestruturas, assegurar o cumprimento das posturas municipais e emitir pareceres sobre os terrenos requeridos pelos munícipes; aos segundos cabe, entre outras funções, dinamizar os trabalhos ao nível do quarteirão, bem como divulgar e promover a implementação de decisões superiores³¹⁰.

De dimensões distintas – Polana Caniço A (231,79 hectares) tem mais do dobro da área de Maxaquene A (84,09 hectares) –, os bairros em análise espelham os diferentes processos de intervenção e transformação de que foram alvo ao longo do tempo (ver figuras 25-27):

- a. O traçado da maioria das vias principais que os circundam ou atravessam, como as renomeadas avenidas Vladimir Lenine, Julius Nyerere, Acordos de Lusaka, Joaquim Chissano e das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), remonta ao período colonial, à semelhança de alguns equipamentos de destaque, como as Escolas Noroeste I e II, em Maxaquene A.
- b. Da mesma forma, estão impressas no território as intervenções realizadas nos primeiros anos de independência, no âmbito do “Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço” (1977-1979), nomeadamente ao nível da malha urbana, mais regular nos espaços intervencionados, no extremo sul de Maxaquene A e em grande parte de Polana Caniço A.
- c. A chamada “guerra dos dezasseis anos” (1977-1992) ditou a densificação dos bairros, devido à afluência massiva de deslocados e outros migrantes, tanto através do aumento da construção nos talhões e/ou da sua subdivisão, como da ocupação parcial ou integral de vias, espaços de reserva e não aptos à construção (exemplo da barreira natural de Polana Caniço).
- d. Na década de 1990, a construção das chamadas “casas brancas”, no âmbito do Projeto de Reabilitação Urbana (1988-1995), e o parcelamento do que viria a ser conhecido como bairro de Sommerschild II travaram a expansão dos espaços autoproduzidos no sentido do Campus Universitário, criando novas fronteiras simbólicas, sobre as quais nos detemos mais adiante.
- e. As chuvas fortes que caíram em 1998 e 2000 provocaram problemas ambientais decorrentes da sobreocupação e impermeabilização do solo, bem como da saturação e deterioração das infraestruturas básicas, levando à abertura de grandes crateras ao longo da avenida Julius Nyerere e à saída de milhares de famílias desalojadas para bairros periféricos.

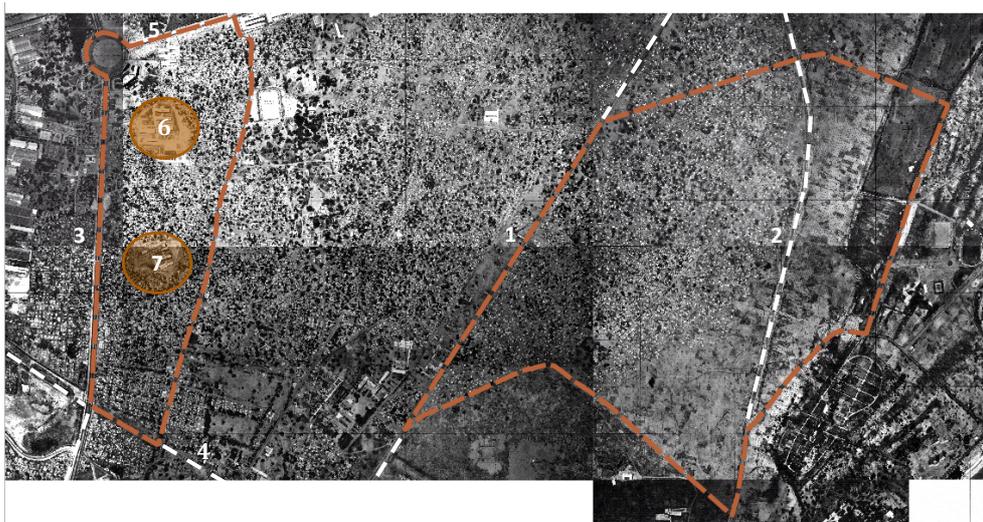
³⁰⁹ Como ressalta Melo (2015: 58-59), a noção de quarteirão corresponde a uma divisão administrativa e não ao elemento morfológico geralmente entendido como tal – formado por um conjunto variável de talhões e seu edificado e, simultaneamente, regulado pelo traçado das ruas que o define.

³¹⁰ Sobre as várias funções ou responsabilidades atribuídas às estruturas locais, consultar o Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Administrativas dos Bairros Municipais (2011).

a. 1973

preexistências
período colonial

1. Av. Vladimir Lenine
2. Av. Julius Nyerere
3. Av. Acordos Lusaka
4. Av. Joaquim Chissano
5. Av. das FPLM
6. Escola Noroeste I
7. Escola Noroeste II



b. 1982

projeto de
Urbanização de
Maxaquene e
Polana Caniço
(1977-1979)

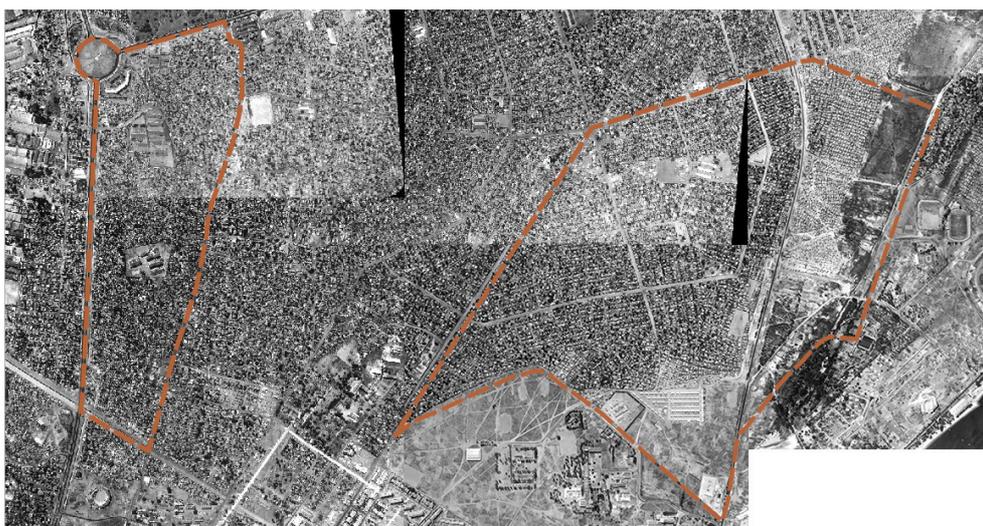
reordenamento e
parcelamento dos
bairros



c. 1991

‘guerra dos
dezassexanos’
(1977-1992)

densificação dos
bairros e ocupação
parcial de vias



0 0.5 1km

Figura 25 | A transformação do território ao longo do tempo (1973, 1982, 1991).

Fonte | Autora (2016), a partir de fotografias aéreas cedidas por Henriques (2008).

d. 1996

'casas brancas'
'Sommerschield II'

realojamento no âmbito do Projeto de Reabilitação Urbana (1988-1995) e parcelamento de 'Sommerschield II'



e. 2000

cheias 1998-2000

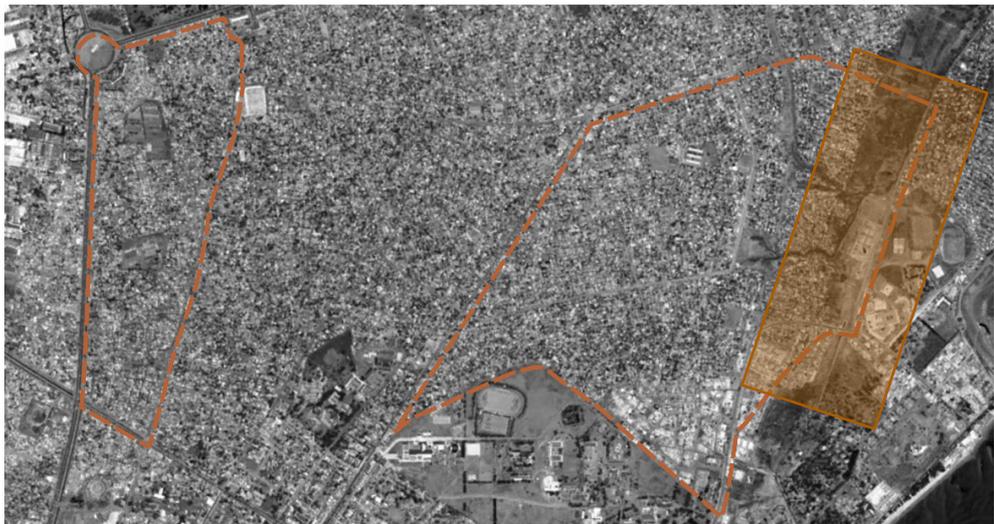
abertura de grandes crateras ao longo da Av. Julius Nyerere



f. 2006

'risco natural'

ocupação de áreas ambientalmente sensíveis



0 0.5 1km

Figura 26 | A transformação do território ao longo do tempo (1996, 2000, 2006).

Fonte | Autora (2016), a partir de fotografias aéreas cedidas por Henriques (2008) e de imagens do *Google Earth*.

g. 2016

valorização de espaços estratégicos do ponto de vista do mercado

1. Grande Circular
2. Av. Vladimir Lenine
3. Av. Julius Nyerere
4. Av. Acordos Lusaka
5. Av. Joaquim Chissano
6. Av. das FPLM
7. Av. Milagre Mabote



Figura 27 | A transformação do território ao longo do tempo (2016).

Fonte | Autora (2016), a partir de uma imagem do *Google Earth*.

- f. Classificadas desde então como “zonas de risco natural”, as áreas ambientalmente sensíveis permanecem parcialmente ocupadas, algumas com construções precárias e machambas³¹¹, outras com moradias de luxo e condomínios fechados, prevalecendo, como vimos no Capítulo 3, a ideia de que os grupos de maiores recursos garantem as condições mínimas de segurança.
- g. Mais recentemente, na sequência da (re)construção de eixos viários estruturantes e da implementação de megaprojetos, nomeadamente da Grande Circular, intensifica-se a compra e venda de talhões e construções através do mercado paralelo, que, de forma paulatina e continuada no tempo, vai alterando, no caso de Maxaquene A, as margens das avenidas que circundam o bairro e, em Polana Caniço A, os espaços adjacentes à avenida Julius Nyerere e os espaços contínuos ao chamado bairro de Sommerschild II.

A proximidade e facilidade de acesso ao centro da cidade influenciam fortemente a transformação de Maxaquene A e Polana Caniço A e a atual caracterização do tecido urbano. Para além das vias principais, com maior fluxo de trânsito, transportes coletivos e concentração de comércio e outras atividades económicas, cada bairro é marcado por uma rede de vias secundárias, nem sempre pavimentadas, de acesso ao seu interior, e por uma rede de vias terciárias, estreitas e em terra batida, de circulação muitas vezes apenas pedonal (figura 28). No bairro de Maxaquene A, com uma malha predominantemente orgânica e mais apertada, a maioria das vias não permite a passagem de veículos, sendo por isso a mobilidade e acessibilidade aí particularmente limitadas. Como refere um morador entrevistado, *“se eu tenho uma viatura, não tenho como entrar”* – *“muitos dos arruamentos são becos mesmo, as casas estão todas mesmo juntas”* – e *“quando morre alguém, é um problema para tirar o corpo”* (2013).

Apesar das dificuldades de acesso e circulação em algumas áreas, a localização do distrito de KaMaxaqueni, na confluência de diferentes rotas e ligações ao centro da cidade, aos bairros a norte do município e a outras províncias, facilita o acesso à rede de transportes coletivos existente. Como referimos no Capítulo 3, a frota de machibombos da TPM – Transportes Públicos de Maputo – é muito limitada, sendo a necessidade de transportes colmatada sobretudo através dos chapas e do regresso dos carrinhas “My Love”, de caixa aberta, ambos privados, em maior número e com maior regularidade nos bairros pericentrais. Viver em Maxaquene A ou Polana Caniço A oferece assim, nas palavras de uma moradora entrevistada, a vantagem de se conseguir *“fazer muitas voltas em pouco tempo aqui dentro da cidade”* – *“meto-me no chapa, vou à Baixa, faço o que vou lá fazer [e] rapidamente volto [...] em pouco tempo e com um pouco de facilidade”* (2013). Quem não consegue pagar as tarifas aplicadas – *“que às vezes nem esse dinheiro do chapa não tem”* (2013) –, tem sempre a possibilidade de se deslocar a pé até ao centro da cidade.

³¹¹ Machamba é usado localmente como sinónimo de horta.



Figura 28 | Via de acesso pedonal (Maxaquene A).

Fonte | Autora, 2013.

A centralidade de Maxaquene A e Polana Caniço A favorece igualmente o acesso a equipamentos, oportunidades de trabalho e possibilidades de negócio. Se considerarmos os equipamentos existentes, não só nestes bairros, mas também na sua envolvente, verificamos que o distrito urbano de KaMaxaqueni é um dos que reúne maior diversidade de equipamentos (saúde, educação, religiosos, culturais e recreativos) (ver figura 29). A proximidade ao centro da cidade oferece, simultaneamente, as condições necessárias ao desenvolvimento da chamada economia paralela ou informal, uma das principais fontes de rendimento de quem vive e trabalha em Maxaquene A e Polana Caniço A (ver figura 30). Prolifera em ambos os bairros o pequeno comércio de rua, à porta de casa ou ao longo das ruas, a venda ambulante, o pequeno quiosque ou contentor, a pequena produção artesanal e o pequeno serviço ou biscate, que, juntos, dão resposta ao fraco dinamismo do sector formal, público e privado, a que poucos conseguem aceder ou dele sobreviver (Raposo e Salvador, 2007: 120).

De dimensões variáveis, os talhões tendem a ser menores que os parcelados nos primeiros anos de independência (10x16) ou atualmente atribuídos nos bairros periféricos (15x30), no âmbito dos reassentamentos. Para além da chegada massiva de deslocados no período da guerra, o crescimento natural das famílias e o aumento do mercado de arrendamento nos últimos anos potenciam a ampliação das construções e a subdivisão de talhões, agravando o problema da falta de espaço e gerando o que alguns entrevistados descrevem como *“uma luta pelo espaço”* (entrevista, morador de Maxaquene A, 2013). Assiste-se a uma gradual verticalização dos bairros, sobretudo nos espaços mais valorizados do ponto de vista de mercado. Todavia, a construção em altura tende a ser condicionada ou negada pelas estruturas locais, devido à persistência de casas de banho ao ar-livre sem cobertura – *“se eu faço segundo piso, um dia estou na varanda, pode ser que esteja uma família ali a tomar banho e não fica bem”* (entrevista, secretário de bairro de Maxaquene A, 2013) –, sendo a densificação feita sobretudo no sentido horizontal.

Seguindo a tendência geral dos bairros pericentrais autoproduzidos, a maioria das construções são agora em alvenaria de blocos de cimento. As poucas construções em caniço ou em chapa de zinco existentes tendem a concentrar-se em áreas ambientalmente mais sensíveis, nomeadamente junto à barreira natural de Polana Caniço, e a corresponder a famílias de muito poucos recursos – *“já não há o hábito de casas em caniço [nem] de casa de chapa, [...] quem [aí] vive não se consegue mexer mesmo”* (entrevista, jovem morador de Polana Caniço A, 2013).

Verifica-se igualmente nos últimos anos um grande investimento dos moradores e de algumas organizações não-governamentais (ONG) na implementação e melhoria de infraestruturas básicas: a maioria das habitações tem atualmente acesso a energia elétrica, distribuída pela EDM – Eletricidade De Moçambique –, e privilegiam-se cada vez mais as ligações domiciliárias à rede pública de água, através da FIPAG – Fundo de Investimento do Património do Abastecimento de Água – e da ADM –



Legenda | - - - limite administrativo de Maxaquene A (esq.) e Polana Caniço (dir.); . . . passagem de transportes públicos;
 ■ equipamentos de ensino; ■ equipamentos de saúde; ■ equipamentos desportivos; ■ mercados;
 ■ igrejas; ■ estaleiros/oficinas.

Figura 29 | Equipamentos e rede de transportes nos casos de estudo e sua envolvente próxima.

Fonte | Autora (2016), a partir da Carta de Uso do Solo de Henriques (2008).



Figura 30 | Mercado paralelo à porta de casa (Maxaquene A).

Fonte | Autora, 2013.

Águas De Moçambique –, sendo poucos os fontanários públicos ainda em funcionamento. Constituem exceção alguns espaços alvo de processos de valorização, como as margens da avenida Julius Nyerere, onde, segundo Malauane (2005: 36) e alguns entrevistados, têm sido negadas novas ligações à rede de água devido à crescente dinâmica de mercado – *“como estão a começar a tirar gente aqui [...], a Água de Maputo já não aparece porque sabe que já há pessoas que querem comprar”* (moradora de Polana Caniço A, 2013).

Subsistem muitas carências infraestruturais. Apenas existe iluminação pública nas vias principais e em algumas secundárias e a pressão da água é geralmente inconstante devido à fragilidade dos materiais e ao tipo de ligação existente. O maior problema regista-se sobretudo ao nível do saneamento, com consequências para a saúde pública (ver figura 31). A rede de esgotos não cobre estes bairros – *“tomam banho, lavam roupa, fazem tudo e a água não tem [para] onde ir”* (entrevista, morador de Maxaquene A, 2013) – e as latrinas tradicionais e melhoradas³¹² acabam por, a médio/longo prazo, contaminar os solos e lençóis freáticos:

“num talhão encontramos cinco/seis/sete famílias usando a mesma latrina [...] e, quando chove, aquela latrina não está em perfeitas condições [...], aquilo vai até às ruas ao mesmo tempo onde passam os tubos de água” (entrevista, ativista local de Maxaquene A, 2013).

As valas de drenagem das águas pluviais (ver figura 32), a céu aberto, são manifestamente insuficientes e nem sempre desempenham ou garantem um bom funcionamento, podendo algumas delas colocar em perigo a vida das pessoas: por exemplo no bairro de Maxaquene A, em Janeiro de 2013, duas crianças caíram numa vala e, arrastadas pelas águas, acabaram por falecer³¹³. O lixo é outro problema grave. Existe um serviço de recolha através de tchovas³¹⁴, apoiado por algumas organizações locais, mas parte do lixo continua a ser enterrado, queimado ou depositado nas valas, dificultando ou impedindo o escoamento das águas:

“a água da chuva transporta com ela sujidade [...] e algumas pessoas deitam o lixo também na vala [...], que não transporta as águas lá para onde deviam ir, então aquela água se espalha pelo bairro” (entrevista, morador de Maxaquene A, 2013).

³¹² As latrinas tradicionais e melhoradas são o tipo de saneamento mais comum em Moçambique. Entre 1985 e 1998, o Programa Nacional de Saneamento, apoiado pelas Nações Unidas, promoveu a construção de latrinas melhoradas em todo o país, beneficiando mais de 1.3 milhões de pessoas (ver WSP-AF, 2002). Findo o programa, algumas ONG continuaram a financiar e apoiar a sua construção em alguns bairros da capital, nomeadamente em Maxaquene A. Embora tenham minorado o problema do saneamento, quando o buraco de uma latrina enche, não existe um sistema de vazamento, optando-se pela abertura de um novo buraco e assim sucessivamente.

³¹³ Ver notícia de imprensa: AIM, 16 Jan. 2013.

³¹⁴ Tchova, que em changana significa empurrar, é o nome usado para designar os veículos de tração humana similares a uma carroça, utilizados para transportar vários tipos de mercadoria e objetos.



Figura 31 | Falta de saneamento e problemas no abastecimento de água (Maxaquene A).

Fonte | Autora, 2013.



Figura 32 | Vala de drenagem em Maxaquene A.

Fonte | Autora, 2013.

Quer do ponto de vista morfológico, quer da qualidade dos serviços urbanos, registam-se em Polana Caniço A duas áreas de exceção: as chamadas “casas brancas” e o denominado bairro de Sommerschield II (ver figura 33). De ocupação mais tardia, estes espaços, a que nos referimos de seguida, resultam, como referimos anteriormente, de processos distintos dos que deram origem ao resto do bairro.

| *Não vivemos do mesmo ar*³¹⁵ |

Retiradas involuntariamente do centro da cidade, onde viviam em apartamentos arrendados ao APIE – Administração da Propriedade Imobiliária do Estado (ver Capítulo 3) –, as famílias que ocuparam as “casas brancas”, em regime de inquilinato, alteraram e ampliaram ao longo do tempo as construções em função das suas necessidades e capacidades financeiras, sem, contudo, fracionarem os talhões. A maioria destas habitações foram mais tarde adquiridas ao APIE, sendo algumas delas vendidas posteriormente a grupos de maiores recursos e transformadas em moradias unifamiliares de dois ou mais pisos. A valorização desta área e a proximidade do designado bairro de Sommerschield II refletem-se na qualidade das infraestruturas básicas, nomeadamente no acesso à energia elétrica e água canalizada, sem os constantes cortes ou falhas de pressão que se verificam noutras zonas do bairro. Por sua vez, o carácter reivindicativo de alguns dos seus moradores permitiu-lhes conquistar um serviço urbano praticamente restrito ao centro da cidade: a recolha de lixo. Inicialmente excluídos da rota de recolha municipal – *“havia uma divisão [...], o carro [do lixo] era só deles lá”* (entrevista, moradora das “casas brancas”, 2013) –, os moradores passaram a depositar o lixo à porta da residência do então presidente do Conselho Municipal de Maputo Eneas Comiche (2003-2008), em Sommerschield II. Este, de acordo com uma moradora entrevistada, ordenou a extensão deste serviço às “casas brancas” (2013).

Apesar de integrar o limite administrativo de Polana Caniço A, quem reside nesta área considera-se geralmente parte integrante de Sommerschield II, negando qualquer relação com o resto do bairro – *“não me revejo aqui nestes becos [...], não vivemos do mesmo ar, a educação é diferente”* (moradora, 2013). Este sentimento de não pertença é partilhado pelos moradores de maiores recursos do designado bairro de Sommerschield II, mais próximo do Campus Universitário, onde o próprio traçado viário, com ruas pavimentadas, dificulta qualquer ligação com a envolvente. Nos primeiros anos da década de 2000, alguns moradores desta área mais rica mandaram construir um muro em seu redor, para se isolarem da vizinhança pobre, formando um género de condomínio fechado. Todavia, os vizinhos das “casas brancas”, mostrando uma vez mais a sua capacidade organizativa e reivindicativa, acabaram por demoli-lo – *“chamámos um jornalista e invadimos”* (entrevista, morador, 2013).

³¹⁵ Moradora de Polana Caniço A, entrevistada em 2013.



Figura 33 | As chamadas "casas brancas" e o bairro de "Sommerschild II".

Fonte | Autora (2016), a partir de uma imagem satélite do *Google Earth*.

Apesar da inexistência do muro, permanece uma forte diferenciação sócio-espacial e um sentido de auto-segregação bem presentes ao nível das práticas quotidianas. Nas palavras de uma moradora das chamadas “casas brancas”:

“aquelas pessoas [que vivem em Sommerschield II] estão acostumadas num condomínio fechado, não há papo [...], cada um fica no seu canto e vive a sua vida”, “enquanto as pessoas que moram aqui têm aquele hábito de, se falta sal em casa, já vai no vizinho” (entrevista, 2013).

Com lotes de dimensões variáveis, as construções localizadas no designado bairro de Sommerschield II correspondem a moradias unifamiliares de um ou mais pisos, grande parte delas com piscina, segurança privada e vedação eletrificada. Segundo Malauane (2005: 29), o acesso à energia elétrica, água, telefone e televisão por cabo é feito através de condutas ramificadas da Presidência da República, o que garante à partida a qualidade destas infraestruturas.

5.2. | *O mercado está a mudar quem mora e onde mora*³¹⁶

A autoprodução representou, nestes e em tantos outros bairros da capital moçambicana, uma resposta à necessidade de acesso a um talhão e a uma habitação por parte dos grupos de menores recursos (ver capítulos 2 e 3). Contudo, a falta de espaço livre impede a persistência do ciclo de ocupação, urbanização e consolidação do tecido urbano. Seguindo a tendência global, assistimos em Maputo e, em particular, nos seus bairros pericentrais, ao surgimento do que Abramo (2009b: 49-50) considera ser uma nova variante da produção urbana, que articula a *lógica da necessidade*³¹⁷ com a lógica de mercado e se manifesta a partir do retorno da “mão inoxidável do mercado” fundiário e imobiliário. No atual contexto neoliberal, esta variante torna-se a principal estratégia de acesso à terra e à habitação dos grupos de menores recursos e, cada vez mais, dos de maiores recursos, quer por via do arrendamento, quer da compra e venda.

Contrariando o disposto na Constituição e na legislação vigentes (ver Capítulo 4), todo e qualquer espaço na cidade tem vindo a adquirir um *valor de troca*, tanto maior quanto mais central e acessível ele se encontrar. Ao nível dos bairros pericentrais, o mercado de arrendamento, promotor da densificação e, em alguns casos, da precarização das condições de habitabilidade, dispara e serve de porta de entrada na cidade aos grupos de menores recursos. Por sua vez, a transação de talhões e construções, face à valorização de que têm sido alvo, tende a tornar-se exclusiva de uma elite política e económica. Ao nível dos bairros periféricos, menos valorizados e com alguns espaços ainda

³¹⁶ Arquiteta/urbanista e membro de uma ONG, entrevistada em 2013.

³¹⁷ A necessidade absoluta de encontrar um lugar para se instalar na cidade, que desencadeia ações individuais e/ou coletivas de ocupação do solo urbano (Abramo, 2009: 6).

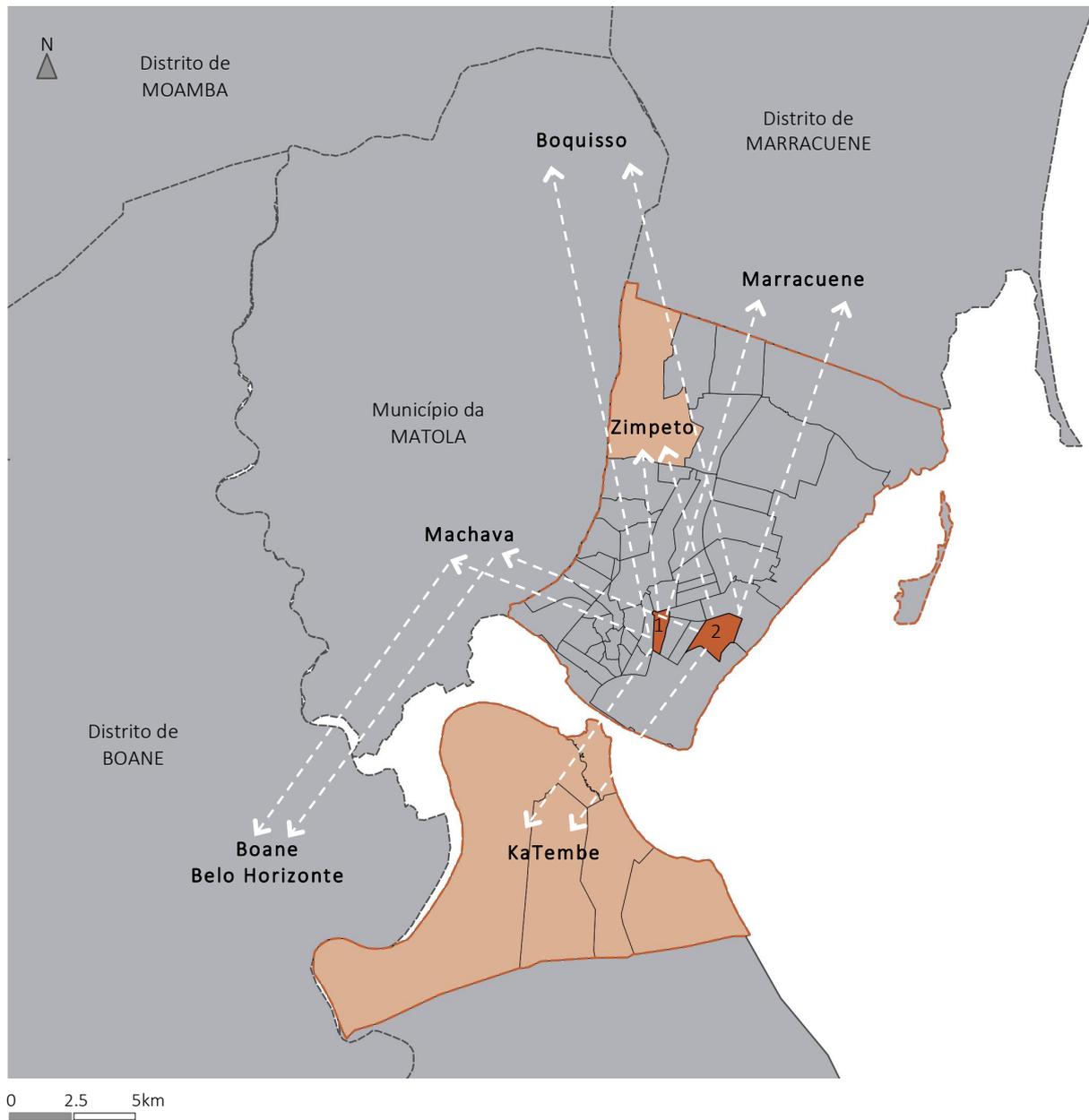
desocupados, este fenómeno repercute-se no aumento da renda e da compra e venda de talhões para construção. Com efeito, de acordo com as entrevistas realizadas, vários moradores de Maxaquene A e Polana Caniço A adquiriram nos últimos anos talhões em distritos e bairros de municípios vizinhos, como por exemplo no Boquisso, Boane, Belo Horizonte, Machava e Marracuene, e, em menor número, no Zimpeto e na KaTembe, estes dois últimos dentro dos limites administrativos de Maputo (ver figura 34). Alguns moradores fazem-no devido à crescente densificação e sobrecarga das infraestruturas básicas nos bairros pericentrais – *“vive-se muito apertado [...], então o melhor é sair”* (entrevista, morador de Maxaquene A, 2013) –, mas também com a ideia de um dia retornarem ao campo e terem as suas machambas – *“lá, a pessoa produz qualquer coisa dentro do talhão e aqui não consegue”* (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013). Outros adquirem os talhões como forma de investimento – *“amanhã a vida aperta [e] põe-se lá alguém a pagar”* (entrevista, morador de Maxaquene A, 2013) – ou com o objetivo de salvaguardar uma futura saída forçada de Maxaquene A ou Polana Caniço A, caso venha a ser implementado um dos projetos ou planos propostos – *“estou-me prevenindo porque não sei o que é que traz esse melhoramento”* (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013). Como descreve um dos entrevistados, vários moradores acabam por sair, permanecendo nos bairros de origem parte da família ou, na maior parte das vezes, inquilinos: *“Em algumas famílias, sai o pai e deixa lá os filhos. Noutras é o filho que sai e deixa lá os pais. Noutras famílias saem todos e deixam lá o inquilino [...]. Isso é que é mais comum”* (membro de uma organização local de Maxaquene A, 2013).

Tanto o mercado de arrendamento, sobre o qual nos detemos de seguida, como o de compra e venda, a que damos posteriormente destaque, determinam ou influenciam cada vez mais o lugar de cada um na cidade e nos bairros em causa – *“o mercado está a mudar quem mora e onde mora”* (entrevista, arquiteta/urbanista e membro de uma ONG, 2013).

5.2.1. | *Alugam para ter um pouco de benefício*³¹⁸

Os bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, próximos das principais oportunidades de trabalho e geradores de maiores possibilidades de negócio, com acesso a infraestruturas e equipamentos básicos e a uma alargada rede de transportes coletivos, reúnem condições ímpares para o desenvolvimento do mercado de arrendamento. Este é alimentado, quer pela contínua migração interna, por quem vem para a capital *“à procura de melhores condições de vida, à procura de emprego”*, como refere um dos entrevistados (2013), quer pela própria dinâmica da cidade. Várias pessoas não conseguem cobrir

³¹⁸ Morador de Maxaquene A, entrevistado em 2013.



Legenda | - - - - limite administrativo de Maputo; - - - - outros limites administrativos; ■ 1. bairro de Maxaquene A
■ bairros no interior do limite administrativo de Maputo; ■ 2. bairro de Polana Caniço A

Figura 34 | Fluxos decorrentes da transação de talhões fora de Maxaquene A e Polana Caniço A.

Fonte | Autora (2016), a partir de informações recolhidas em várias entrevistas (2013).

o aumento dos preços de aluguer praticados no centro e optam por alugar a casa que aí possuem e se instalar nos bairros pericentrais.

À semelhança do período colonial (ver Capítulo 2), voltam a coexistir dois tipos de arrendamento: um sobre o terreno, mais pontual, onde determinado espaço livre no interior do talhão é alugado por exemplo para a colocação de um contentor ou como armazém; outro, em maioria, sobre a habitação ou parte dela. Para além dos alugueres decorrentes da saída dos moradores originais, são também cada vez mais os que permanecem no bairro e alugam quartos ou anexos, aumentando ou subdividindo se necessário as suas habitações. Em alguns casos, o aluguer representa uma resposta à precarização do mercado de trabalho e ao aumento do custo de vida, servindo como complemento aos baixos rendimentos familiares – “o salário hoje em dia é uma miséria [...] e a pessoa sente-se ajudado pelo aluguer” (entrevista, morador, 2013). Noutros casos, sobretudo para quem adquire várias construções para este fim, visa simplesmente a produção de mais-valias – “eu não tenho essa casa só, tenho muitas [...], são empresas minhas” (entrevista, morador, 2013).

Tabela 01 | Valores de aluguer praticados nos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A.

	número de divisões ³¹⁹	infraestruturas básicas	valor do aluguer por mês ³²⁰
Maxaquene A	quarto	com água, luz e latrina	1.000 MZN [33,7 USD]
	T1/anexo	com água, luz e latrina	1.500 MZN [50,6 USD]
	T1/anexo	com água, luz e latrina	2.000 MZN [67,4 USD]
	T1/anexo	com água, luz e latrina	4.000 MZN [134,8 USD]
	T3/anexo	com água, luz e latrina	5.000 MZN [168,5 USD]
	T3	com água, luz e latrina	8.000 MZN [269,6 USD]
Polana Caniço A	quarto	sem água	600 MZN [20,2 USD]
	quarto	sem água	1.000 MZN [33,7 USD]
	T1/anexo	sem água, luz e latrina	800 MZN [27,0 USD]
	T1/anexo	com água, luz e latrina	1.500 MZN [50,6 USD]
	T1/anexo	com água, luz e latrina	2.000 MZN [67,4 USD]
	T1/anexo	com água, luz e latrina	4.000 MZN [134,8 USD]
	T2	com água, luz e latrina	3.500 MZN [118,0 USD]
Sommerschild II	T4	com água, luz e latrina	198.000 MZN [6.678 USD]
	T5	com água, luz e latrina	560.000 MZN [18.872 USD]

Fonte | Autora (2016), a partir de informação recolhida de entrevistas (2013) e do site de uma agência imobiliária (<http://www.lamudi.co.mz>), consultado em Janeiro de 2016 (Sommerschild II).

Os valores praticados em Maxaquene A e Polana Caniço A são, segundo as entrevistas realizadas, muito similares, variando sobretudo em função do número de divisões, das condições de

³¹⁹ O T1 corresponde à tipologia de quarto e sala, o T2 a dois quartos e sala, e assim sucessivamente.

³²⁰ A conversão de meticais (MZN) para dólares (USD) teve em conta a taxa cambial média entre Setembro e Dezembro de 2013. Informação disponível em: <https://www.oanda.com/solutions-for-business/historical-rates/main.html>.

habitabilidade, do acesso a infraestruturas básicas, nomeadamente a eletricidade e água, e da existência de latrina tradicional ou melhorada (ver tabela 01). Constituem exceção, as habitações alugadas no designado bairro de Sommerschield II a embaixadas e a grupos de maiores recursos, onde os valores se aproximam ou, em alguns casos, superam os praticados no centro da cidade.

Para além da densificação e, em alguns casos, da precarização das condições de habitabilidade, sobretudo no aluguer de quartos e pequenos anexos, o mercado de arrendamento altera a relação entre moradores, criando-se uma forte hierarquia entre proprietário da casa e o inquilino, este último geralmente destituído de qualquer poder de decisão ou participação na transformação e gestão do bairro. As próprias estruturas locais, nomeadamente os chefes de quarteirão, quando não avisados ou envolvidos no mercado de arrendamento, deixam de saber quem vive aonde. Face ao descontrolo e desconhecimento da situação, as estruturas locais associam muitas vezes o aumento do número de alugueres ao aumento da criminalidade nos bairros, alimentando a desconfiança entre proprietários e inquilinos – *“estamos a viver com pessoas que não sabemos de onde vêm [...], o que dificulta o nosso trabalho de controle geral da população”* (entrevista, chefe de quarteirão de Maxaquene A, 2013).

À semelhança do Brasil (ver Abramo [coord.], 2009a), o crescimento do mercado paralelo de arrendamento e a sua alta rentabilidade conduzem a uma gradual reconversão de espaços de habitação própria em espaços para aluguer, bem como à compactação dos bairros e à precarização das condições de habitabilidade.

5.2.2. | *O negócio de terrenos é um negócio de milhões*³²¹

O mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções emerge na década de 1990, sobretudo nos bairros de Polana Caniço A e da Costa Sol, ao longo da linha da costa. A transformação dos espaços envolventes ao bairro de Sommerschield, com o surgimento de dezenas de moradias unifamiliares de luxo, dava os primeiros sinais do impacto desta outra face do mercado, assente na demolição do tecido existente, autoproduzido, e na substituição dos anteriores moradores por outros com maior poder aquisitivo (Araújo, 1999: 179). Só mais tarde, já no novo milénio, o mercado se abriu a outros bairros pericentrais, nomeadamente a Maxaquene A, rodeado por importantes eixos viários, ao longo dos quais começaram a surgir parques automóveis e outros espaços comerciais, em lugar das antigas construções em caniço ou blocos de cimento. Trata-se, como destacámos no Capítulo 4, de uma transação de talhões e benfeitorias através da transferência de direitos adquiridos por ocupação, reconhecida pelas estruturas locais e com um crescente impacto no território.

³²¹ Engenheiro, entrevistado em 2013.

| *Veio um patrão [e] disse que queria esse terreno aqui*³²² |

O contacto entre o futuro comprador e o morador é feito de diferentes formas, em função da dinâmica de mercado, mas também das redes montadas para o efeito (ver esquema 04). Em alguns casos, cada vez mais pontuais, dá-se de forma direta, ou seja, o comprador e o morador entram em diálogo, se o último manifestar interesse em vender, negociam e, só depois de estabelecido um acordo entre ambos, a estrutura local (secretário de bairro e chefe de quarteirão) toma conhecimento do negócio e procede à emissão da documentação que comprova a transação. Contudo, na maior parte dos casos, o contacto é feito através de um ou mais intermediários, tornando o processo mais complexo e menos transparente. Para além do contacto direto, identificamos, a partir das várias entrevistas realizadas³²³ (2013), outras seis variantes do mesmo processo (ver esquema 04):

- (1) Alguém interessado em adquirir determinado espaço contrata um agente imobiliário, que, mediante o pagamento de uma comissão, se faz passar pelo comprador final ou, assumindo o seu papel, entra em contacto com o ocupante. Caso cheguem a acordo, avança-se para a formalização do processo junto da estrutura local.
- (2) Alguns chefes de quarteirão, com informação privilegiada sobre os moradores, assumem o papel de intermediários e, fazendo-se ou não acompanhar do comprador final e/ou de um agente imobiliário, agilizam o acordo com o ocupante, a quem apresentam muitas vezes a transação como um facto consumado, que não se pode negar.
- (3) Outras pessoas influentes no bairro, como é o caso dos líderes religiosos, ou mesmo vizinhos, também podem desempenhar o papel de intermediários, aliciando os ocupantes a aceitar o negócio em troca de uma compensação monetária.
- (4) Alguns investidores privados dirigem-se à secretaria de bairro e/ou à secretaria de distrito³²⁴, passando os chefes de quarteirão ou algum técnico destacado para o efeito a assumir “oficialmente” a condução e acompanhamento do processo de transação.
- (5) Outros investidores, sobretudo os que pretendem realizar investimentos mais avultados, dirigem-se diretamente ao Conselho Municipal, onde recebem autorização para avançar com a negociação, assumindo os técnicos municipais o papel de mediadores do processo.
- (6) Por identificar, ficam os agentes que se apresentam como representantes de uma “comissão estatal” e, tirando partido da falta de informação sobre o processo e sobre os direitos adquiridos por ocupação, procuram, também eles, garantir a efetivação do negócio.

³²² Moradora de Polana Caniço A, entrevistada em 2013.

³²³ A técnicos municipais, elementos das estruturas locais e das OCB e a habitantes de ambos os bairros em análise.

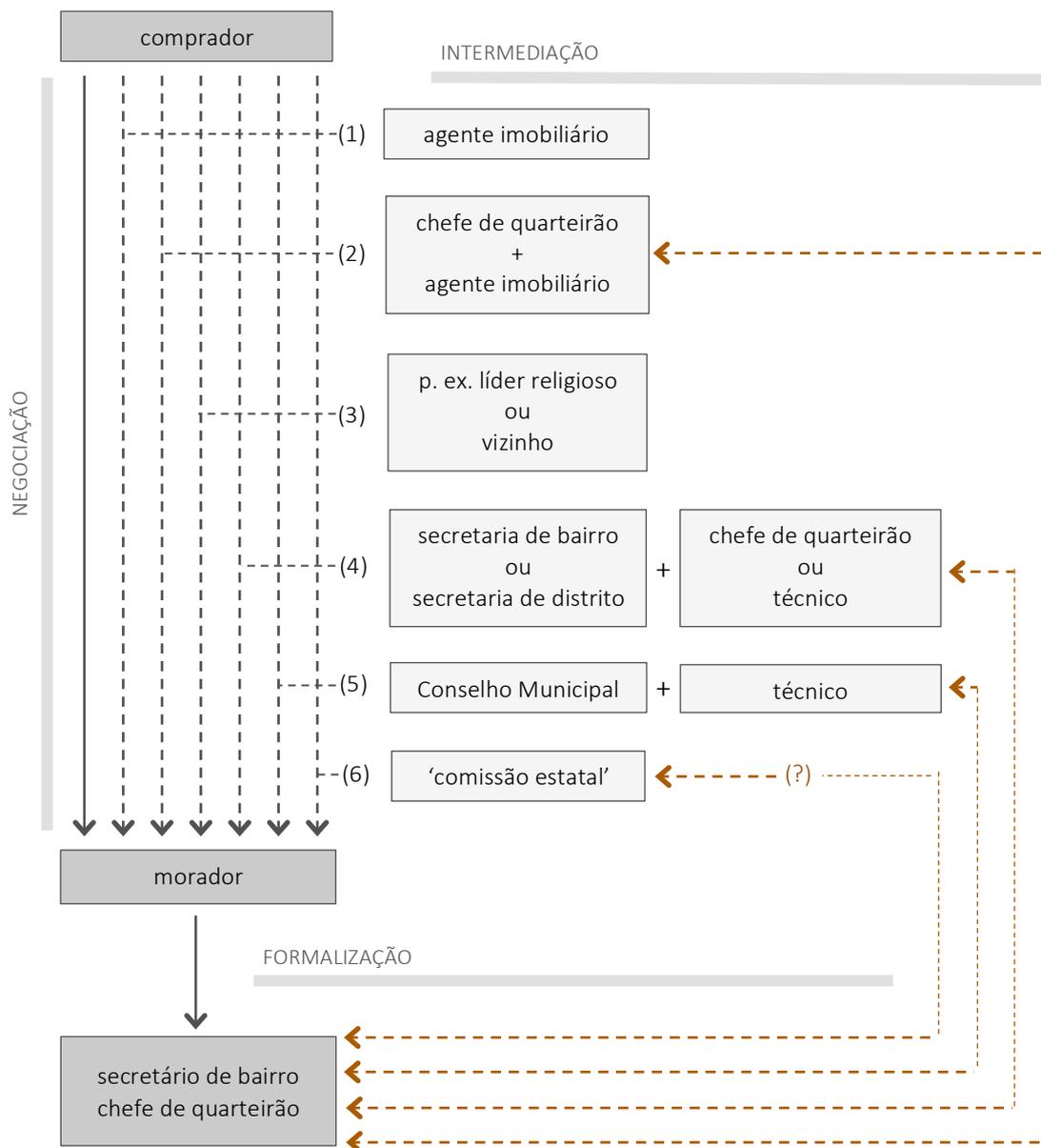
³²⁴ Quer os bairros, quer os distritos, têm uma sede administrativa local, respetivamente a secretaria de bairro, também designada de círculo de bairro, e a secretaria de distrito.

O envolvimento de elementos das estruturas locais, distritais e municipais na negociação pode, quando a apresentam como um facto consumado e destacam a ausência de título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) como forma de fragilizar e intimidar o ocupante, por exemplo, corresponder a situações de abuso de poder. Em benefício próprio ou não, interferem na condução do processo a favor do comprador e em prejuízo do morador, que, por falta de informação, fica sem margem de manobra para defender o *direito ao lugar* e à *liberdade de escolha*, ficando a ideia:

- da existência de um acordo prévio entre o investidor e o governo local – “*o patrão é autorizado a vir falar connosco aqui e discutirmos o valor, [portanto] se o patrão já estão autorizado lá, não há como recusar*” (entrevista, morador de Maxaquene A, 2013);
- de um conjunto de pré-requisitos dificilmente alcançáveis pelos atuais moradores – “*o município já vem com as suas capacidades e diz que o terreno nunca se vende [...] [e], se uma pessoa não aceita, há que fazer uma casa melhor do que aquela que tens para poder ficar*” (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013).

Este sentimento de impotência face aos interesses e forças de mercado aumenta na presença de grandes investidores. Identificámos em Polana Caniço A a emissão por parte do Conselho Municipal do que designam de “títulos de DUAT provisórios” a investidores, com os quais os intermediários ou seus mandatários se fazem acompanhar. Sem qualquer cobertura legal (ver Capítulo 4), este documento serve para assegurar a exclusividade negocial de determinado espaço a determinado(s) investidor(es), mas também para persuadir os ocupantes a aceitar a negociação, os valores e as condições predeterminadas. Quando a negociação se efetiva, é atribuído ao(s) investidor(es) em causa o título de DUAT definitivo, que, como referimos no Capítulo 4, assegura a valorização e rentabilização do investimento realizado. Tratam-se geralmente de investidores sem rosto, ocultados por empresas cujos acionistas se desconhecem – “[são] *empresas, não são indivíduos*” (entrevista, ex-técnico municipal, 2013) – ou correspondem a familiares ou pessoas da sua inteira confiança, os chamados testas de ferro, com forte influência política e económica, em alguns casos decorrente dos cargos políticos que ocupam ou ocuparam – “*posso indicar-lhe um grande [investidor], o Ministro [‘X’] [...], quem o representa é o irmão*” (entrevista, arquiteto/urbanista, 2013); “*chegam aqueles generais grandes e começam a comprar, se as pessoas não aceitam de uma maneira, aceitam de outra porque entretanto são corridos de lá*” (entrevista, agente imobiliário, 2013).

Como enunciámos no Capítulo 4, a ausência de título de DUAT, a crescente valorização e dinâmica de mercado, a forma como as negociações têm vindo a ser conduzidas e, em alguns casos, a velocidade com que o território se transforma, aumentam o sentimento de insegurança de ocupação por parte dos moradores e induzem à compra e venda de talhões e construções.



Esquema 04 | Diferentes relações estabelecidas na comercialização de talhões e construções

Fonte | Autora, 2016.

| *O investidor dá dinheiro e dinheiro é sal*³²⁵ |

Importa sublinhar que os valores envolvidos têm forte peso na decisão de vender e sair do bairro de Maxaquene A ou Polana Caniço A – *“como sou uma pessoa assim que não tem dinheiro nas mãos, prefiro que alguém aparece e compra”* (entrevista, moradora de Maxaquene A, 2013). Estes montantes, que ultrapassam de longe os recursos da maioria dos moradores, são geralmente encarados como uma oportunidade para melhorar de vida e ascender socialmente – *“com esse dinheiro, [dá] para eu poder fazer os meus projetos, ter negócio, ter carro... o meu sonho é ter carro e casa bonita”* (entrevista, moradora de Polana Caniço A, 2013).

Os moradores mais informados sobre o processo e sobre os seus direitos, que investiram na melhoria das suas habitações ou na criação de um negócio, são geralmente os que exigem mais contrapartidas ao investidor ou intermediário, revelando maior capacidade e poder negocial – *“Se aparecer alguém, é porque precisa, porque eu não estou a vender, não é? [...] Quero dinheiro para comprar noutra sítio e para construir, não pode sair daqui com pobreza!”* (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013). Pelo contrário, as famílias de menores recursos, que vivem em condições precárias, sujeitas à erosão e à falta de saneamento, tendem a apresentar menos obstáculos e a aceitar mais rapidamente uma proposta para sair – *“Se aparecer [um investidor], vendo [...] [porque] a [minha] preocupação é de se eu vou dormir bem e vou acordar bem ou a minha casa vai-se embora com a água”* (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013).

O recurso à intimidação, a falta de informação e a individualização do processo dificultam qualquer tipo de resistência ou mobilização coletiva face à violência simbólica do mercado e aos interesses instalados. Como descreve um morador entrevistado, o investidor *“nunca ataca todos de uma vez [...] porque sabe que, atacando todos, pode não conseguir, mas quando tira este, tira este... pronto, a pessoa começa a perceber que está a ficar sozinho, [que] não há outra maneira de se safar, se não, afastar-se”* (2013). Apesar disso, há quem negue qualquer tipo de negociação, privilegiando, em lugar do *valor de troca*, as relações de vizinhança, o gosto pelo bairro e as possibilidades que este oferece; ou, pelas mesmas razões, faça contrapropostas muito altas com o intuito de inviabilizar o negócio e afastar o potencial comprador – *“Eu não saio. [...] Para quê? Para eu ir viver lá longe? [...] Eu até digo que quero seis milhões [de meticais] para não me chatearem!”* (entrevista, moradora de Polana Caniço A, 2013).

Face ao envolvimento ou conivência das estruturas locais, distritais e municipais no mercado de compra e venda, alguns moradores menos resignados e com um histórico de resistência – exemplo dos moradores das “casas brancas” – recorrem ainda aos meios de comunicação social (jornais, rádio e televisão), como forma de denunciar situações de abuso de poder ou dar voz aos seus anseios e

³²⁵ Morador de Maxaquene A, entrevistado em 2013.

preocupações. Uma moradora de Polana Caniço A entrevistada (2013), por exemplo, denunciou a uma estação de televisão e a um programa de rádio a tentativa de despejo forçado de uma senhora idosa que, ao negar qualquer tipo de negócio, estava a ser obrigada a abandonar a sua casa na presença do respetivo chefe de quarteirão. Outro morador, perante a construção de um edifício em altura ao seu lado, num espaço já transacionado, questionou num programa televisivo a discricionariedade de quem autorizou ou permitiu esta situação:

“O município não sabe o que estão a fazer com a população? Se tenho possibilidade de construir um prédio, o município vai-me proibir, não é? Porque é que faz um condomínio quando tem casas aqui? Porque é que faz um prédio?” (entrevista, 2013).

Para quem segue a via negocial, os valores de transação são muitas vezes sigilosos. O receio de ser assaltado ou de algum conhecido ou familiar pedir um empréstimo, por exemplo, levam em alguns casos a uma saída rápida e silenciosa do bairro, perdendo-se todo e qualquer contacto com aquela família. No entanto, também há quem não se consiga desligar e continue a fazer grande parte da sua vida no bairro, com os vizinhos e amigos de longa data, como descreve um ex-morador de Polana Caniço A entrevistado:

“Estou acostumado a viver com as pessoas daqui, com os meus amigos. Lá em Magoanine, para mim, é muito isolado. As pessoas não são assim em massa, não gostam de conviver com a vizinhança [...]. É difícil ter amigos lá, enquanto aqui tenho muitos amigos” (2013).

189

Quando divulgados, verificamos que os valores de transação dependem sobretudo da capacidade negocial do morador, mas também da localização de determinado espaço, mais valorizado quanto mais próximo estiver das vias principais. Em Maxaquene A, o valor mais alto registado – 2.500.000 MZN ³²⁶ – é três vezes e meia superior ao mais baixo – 700.000 MZN –, enquanto em Polana Caniço A a diferença entre um – 4.000.000 MZN – e outro – 900.000 MZN – nível de grandeza se aproxima dos 4.5, o que revela uma forte variação de preço e flutuação de mercado. Ao valor de transação, o morador subtrai a percentagem cobrada pela estrutura local pela emissão dos documentos que validam o negócio: 5% em Maxaquene A e 10% em Polana Caniço A (ver tabela 02). No caso dos grandes investidores, com ligações diretas ao Conselho Municipal, a estrutura local não recebe geralmente qualquer tipo de comissão, sendo esta paga diretamente àquele ou, especificamente, a elementos que o representam – *“eles nem vêm aqui na secretaria [de bairro] [...], pagam as pessoas de lá, do município, e nós só descobrimos porque as pessoas estão a sair”* (entrevista, funcionário da secretaria de bairro, 2013).

³²⁶ Ver valor de reconversão na tabela 02.

Por fim, de acordo com as entrevistas realizadas, a comissão dos intermediários e agentes imobiliários varia entre os 5% e os 15% do valor de transação. Alguns deles, sobretudo os agentes imobiliários, depois de efetivado o negócio, servem ainda de mediadores na aquisição do talhão ou construção dos moradores em bairros periféricos, onde também já há uma “rede” montada, dedicada exclusivamente ao mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções – “*vou depois mostrar terreno noutra sítio [...] [e] os 5% que recebemos, divido com os meus colegas de lá*” (entrevista, agente imobiliário, 2013).

Tabela 02 | Valores de transação praticados nos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A.

	valor de transação (a)	Comissão local (b)	Total ³²⁷ (a - b)
Maxaquene A	700.000 MZN	35.000 MZN	665.000 MZN [22.410 USD]
	1.000.000 MZN	50.000 MZN	950.000 MZN [32.015 USD]
	1.000.000 MZN	50.000 MZN	950.000 MZN [32.015 USD]
	1.500.000 MZN	75.000 MZN	1.425.000 MZN [48.022 USD]
	1.600.000 MZN	80.000 MZN	1.520.000 MZN [51.224 USD]
	2.000.000 MZN	100.000 MZN	1.900.000 MZN [64.030 USD]
	2.500.000 MZN	125.000 MZN	2.375.000 MZN [80.037 USD]
Polana Caniço A	900.000 MZN	90.000 MZN	810.000 MZN [27.297 USD]
	1.400.000 MZN	140.000 MZN	1.260.000 MZN [42.462 USD]
	1.500.000 MZN	150.000 MZN	1.350.000 MZN [45.495 USD]
	2.000.000 MZN	200.000 MZN	1.800.000 MZN [60.660 USD]
	4.000.000 MZN	400.000 MZN	3.600.000 MZN [121.320 USD]

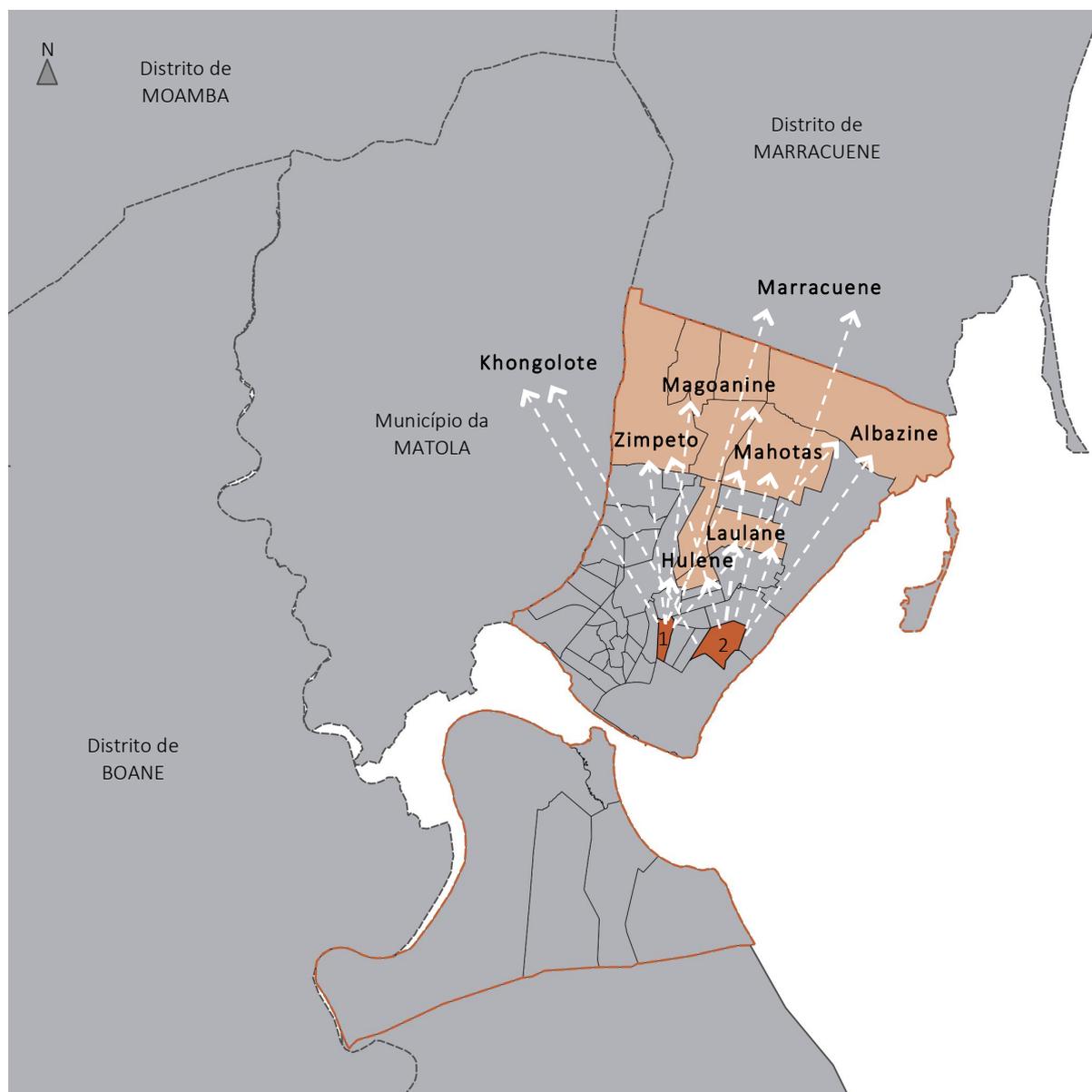
Fonte | Autora (2016), a partir de informação recolhida de várias entrevistas realizadas em 2013.

Na maioria dos casos, quem sai de Maxaquene A ou Polana Caniço A por via do mercado, desloca-se para bairros dentro do município de Maputo, como Albazine, Magoanine, Laulane, Hulene, Mahotas e Zimpeto, ou fora dele, como Khongolote e Marracuene³²⁸ (ver figura 35). Para termos uma ideia dos valores aí praticados e do que a transação nos bairros em análise possibilita, um talhão com 450m² (30x15) em Marracuene ronda os 120.000 MZN (4.045 USD), no Hulene e Laulane os 150.000 MZN (5.057 USD) e no Zimpeto os 280.000 MZN (9.440 USD)³²⁹. Melo (2015: 244-245), na análise que faz à comercialização de talhões em alguns destes bairros periféricos, mostra a valorização e especulação de que são alvo nos últimos anos, sobretudo no Zimpeto e em Magoanine, onde, dependendo da localização, da envolvente e dos processos que estiveram na sua origem, um talhão sem habitação ou

³²⁷ A conversão monetária de meticais (MZN) para dólares (USD) teve em conta a taxa cambial média entre Setembro e Dezembro de 2013. Informação disponível em: <https://www.oanda.com/solutions-for-business/historical-rates/main.html>.

³²⁸ Informação retirada de várias entrevistas a moradores e agentes imobiliários, realizadas em 2013.

³²⁹ Informação recolhida em 2013. A conversão monetária dos valores de meticais (MZN) para dólares (USD) teve em conta a taxa cambial média entre Setembro e Dezembro desse ano. Informação disponível em: <https://www.oanda.com/solutions-for-business/historical-rates/main.html>.



0 2.5 5km

Legenda | - - - - limite administrativo de Maputo; - - - - - outros limites administrativos; ■ 1. bairro de Maxaquene A
 ■ bairros no interior do limite administrativo de Maputo; ■ 2. bairro de Polana Caniço A

Figura 35 | Fluxos decorrentes da saída de Maxaquene A e Polana Caniço A por via do mercado.

Fonte | Autora (2016), a partir de informações recolhidas em várias entrevistas (2013).

com uma habitação inacabada pode chegar aos 500.000 MZN (16.857 USD) e, com uma habitação pronta a habitar, aos 5.000.000 MZN (168.577 USD).

| *O bairro está a desaparecer aos poucos*³³⁰ |

Por onde passa, o mercado paralelo de transação deixa um rasto de destruição (ver figura 36). No lugar de quem parte, um monte de escombros antecede a construção dos parques automóveis ao longo das avenidas que cercam Maxaquene A ou das moradias unifamiliares de luxo e dos condomínios fechados. Estes, amiúde, consomem extensas áreas paralelas à linha da costa e à avenida Julius Nyerere em Polana Caniço A. Para quem fica, acresce a insegurança, a indignação ou a expectativa de uma possível saída, refletidas no gradual desinvestimento na melhoria das habitações e no crescente desinteresse pelo bairro, pela sua qualificação ou por qualquer ação ou mobilização coletiva, havendo quem questione: *“Para quê melhorar? Para amanhã construir uma casa grande e virem-me tirar?”* (entrevista, morador de Maxaquene A, 2013).

Quem resiste ou não aceita os montantes propostos tende a ficar cada vez mais isolado, chegando mesmo a formar o que alguns entrevistados descrevem como um ilha: *“Aqui estamos numa ilha. Vê a remoção de todas as casas e fica uma casa no meio do terreno que não foi comprada”* (morador de Polana Caniço A, 2013). Em seu redor, aparecem novas construções em altura e o que Caldeira (2000) designa de *enclaves fortificados*, espaços murados e fechados, sem relação com a envolvente e as preexistências – *“estamos nós aqui e já estão a fazer construções, já tem muros, já estão a bloquear muito as coisas”* (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013). O que o prende ou prendia ao lugar – a noção de bairro – desaparece e, mais cedo ou mais tarde, a saída acaba geralmente por se efetivar (ver figuras 37 e 38). Nas palavras de um chefe de quarteirão entrevistado, *“se vives com pessoas que não falam contigo, não te dão boleia, não te dão um bom dia, estás a viver neste ambiente? Não é muito benéfico a resistência desta maneira, aliás, prejudica-te a ti próprio”* (2013).

Os espaços tomados pelo mercado criam novas fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada: uns ocupados temporariamente com parques automóveis, na expectativa de uma futura rentabilização – *“é uma atividade para assegurar a posse da terra na perspetiva de que o processo de transação imobiliária [...] vai chegar naquelas áreas”* (entrevista, arquiteto/urbanista, 2013); outros de forma definitiva, no caso das moradias unifamiliares de luxo e dos condomínios fechados. Estes espaços formam um tecido descontínuo e fragmentado, assente na lógica da propriedade privada individual e, cada vez mais, na privatização do espaço público (ver figuras 37 e 38). Para além do escalar da mercantilização, eles refletem o crescente medo da violência, que, seguindo a tendência global, constitui uma das principais justificações para a construção e promoção dos *enclaves fortificados* a que nos referimos anteriormente (Caldeira, 2000). A segurança privada, as cercas

³³⁰ Morador de Polana Caniço A, entrevistado em 2013.



Figura 36 | Ações de demolição em Polana Caniço A.

Fonte | Autora, 2013.



Figura 37 | Renovação decorrente da comercialização de talhões e construções – 2000/2007 (Polana Caniço A).

Fonte | Autora (2016), a partir de imagens satélite do *Google Earth*.



Figura 38 | Renovação decorrente da comercialização de talhões e construções – 2011/2016 (Polana Caniço A).
 Fonte | Autora (2016), a partir de imagens satélite do *Google Earth*.

eletrificadas e os condomínios fechados são apresentados como garantia de segurança, bem-estar e comodidade a quem pretende estar isolado ou somente entre pares, geograficamente próximo, mas fisicamente distante dos grupos de menores recursos.

No caso específico de Polana Caniço A está igualmente em causa o *status* económico e social que este tipo de habitações, produtos e serviços securitários indicia, espelhado no surgimento da designação Sommerschild II e associado à proliferação dos condomínios fechados. Como destaca Roberts (2002), na linha de Bourdieu (2016 [1979]), aos muros que separam quem habita o interior e o exterior destes enclaves, acrescem outros, invisíveis, erigidos pelas marcas e símbolos de distinção, de poder e de consumo que representam. Os condomínios fechados tornam-se, com efeito, um dos principais produtos imobiliários decorrente do mercado paralelo de transação, construídos por iniciativa de empresas privadas, com licença municipal, embora sem qualquer plano de suporte e em contradição com o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, que defende a contenção da sua construção (CMM, 2008c: 6). Trata-se, como o nome indica, de espaços herméticos e monitorizados, que agregam um conjunto de habitações geralmente unifamiliares, incluindo espaços coletivos intramuros com características de espaços públicos, mas socialmente controlados e de uso seletivo, de forma a criar um ambiente socialmente homogêneo. Requerem, como refere Melo (2015: 167), um investimento de capital a pronto e cada intervenção oferece um produto padronizado, com escalas e tipologias diversas. Para além da função habitacional, há uma tendência para a incorporação de espaços de lazer, comércio, escritórios e, até mesmo, escolas e unidades de saúde dentro desta mesma lógica, reproduzindo-se a *cidade de muros* a que alude Caldeira (2000), exclusiva dos grupos de maiores recursos.

Enquanto o mercado paralelo de arrendamento promove a compactação do espaço autoproduzido, o mercado paralelo de transação promove a sua *tábula rasa* e a produção de um tecido difuso e fragmentado. À semelhança de outros contextos, o retorno da “mão inoxidável do mercado” gera o que Abramo (2009b) chama “uma estrutura urbana COM-FUSA”, simultaneamente compacta e difusa.

5.3. | *Tudo acontece à beira da estrada*³³¹

A implementação de megaprojetos, nomeadamente da Grande Circular, junto à linha da costa, e a reconstrução de eixos viários estruturantes, como a avenida Milagre Mabote e a avenida Julius Nyerere – sobre as quais incide a nossa análise –, assumem um papel estratégico do ponto de vista de mercado ao criarem as condições necessárias à sua expansão: novos espaços dotados de boas

³³¹ Alto funcionário de um organismo estatal, entrevistado em 2013.

acessibilidades e acesso a infraestruturas. Conduzidas pelo Conselho Municipal de Maputo, com financiamento externo – no caso da avenida Milagre Mabote do reino belga e no caso da avenida Julius Nyerere do Banco Mundial, no quadro do ProMaputo –, estas intervenções implicam o recurso à expropriação por *interesse público* e, quando as perdas são totais, o reassentamento em bairros periféricos, traçando um caminho similar ao do mercado paralelo de transação, assente na *tábula rasa* do existente e na saída dos seus ocupantes. No entanto, não deixam de ser processos de natureza diferente e, como destacámos no Capítulo 4, com um enquadramento legal específico, que, mesmo quando não aplicado ou deixado ao livre arbítrio, interfere na sua condução.

5.3.1. | *A estrada está a chegar e nós a sair*³³²

A reconstrução da avenida Milagre Mabote e da avenida Julius Nyerere foram antecedidas pela realização de audiências públicas, de carácter meramente consultivo, duas em cada um dos bairros em análise. Dirigidos pela vereadora de distrito, na qualidade de chefe da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão legalmente prevista, estes encontros tiveram como objetivo dar a conhecer as respetivas intervenções, bem como informar da realização dos levantamentos que serviram de base ao cálculo das indemnizações e da possibilidade de reassentamento, transmitindo-se, nas palavras de uma técnica municipal entrevistada, a ideia de que *“tudo pode acontecer: ou ficam ou saem”* (2013). Face a este cenário de incerteza, a maioria das questões ou dúvidas colocadas pelos presentes dizia respeito sobretudo ao início das obras, ao tempo previsto até à demolição das construções e benfeitorias expropriadas, às indemnizações e aos locais de reassentamento. Segundo a mesma fonte, nestas e noutras sessões de esclarecimento, tudo se resume geralmente à pergunta: *“Para onde vamos e quanto tempo temos?”*

O levantamento e a avaliação dos bens expropriados foram conduzidos, no caso da avenida Milagre Mabote, por uma equipa técnica subcontrata pelo Conselho Municipal de Maputo (CMM) e, no caso da Julius Nyerere, por técnicos do Departamento de Estudos, Projetos e Infraestruturas, na presença de pelo menos um elemento do distrito municipal e outro da estrutura local. Segundo dados oficiais, ao longo da primeira avenida identificou-se um total de 220 famílias, 61 das quais com perdas totais, e ao longo da segunda avenida, mais precisamente entre a Praça do Destacamento Feminino e a Praça dos Combatentes, um total de 126 famílias – 79 em Polana Caniço A e 47 em Polana Caniço B –, 116 delas com perdas totais (ver figura 40). Quando os bens expropriados corresponderam a um muro ou anexo, por exemplo, apenas foi atribuída uma indemnização monetária, quando corresponderam à totalidade das construções ou benfeitorias erigidas em determinado talhão, procedeu-se ao

³³² Morador de Polana Caniço A, entrevistado em 2013.

reassentamento das respetivas famílias, mas abrangendo somente os proprietários: “*se [a casa] é de aluguer, precisa dizer quem é o proprietário porque tudo se vai passar em nome do proprietário, não se pode passar a indemnização em nome do inquilino*” (entrevista, secretário de bairro, 2013). Distante da “justa indemnização” legalmente prevista (ver Capítulo 4), o valor atribuído a cada família dependeu sobretudo do custo do material de construção dos bens expropriados e da área edificada³³³. Para além de não se ter considerado a perda de bens intangíveis, a ruptura da coesão social e a perda de bens de produção, também não se previu a subida de preço dos materiais no período entre a avaliação e a entrega da indemnização³³⁴, impossibilitando em alguns casos a reposição ou reconstrução de parte dos bens expropriados. Por outro lado, de acordo com alguns entrevistados³³⁵, o valor inicialmente previsto nem sempre correspondeu ao valor final (esquema 05).

Face ao reduzido valor das indemnizações e à falta de transparência do processo, alguns moradores de Maxaquene A constituíram uma comissão para exigir uma reavaliação dos bens expropriados junto da secretaria de distrito e, inclusivamente, do presidente do CMM, todavia sem sucesso – “*fui reclamando, reclamando, mas nada resolveu-se [...] [e] acabei ficando sem forças, deixando as coisas assim*” (entrevista, membro da comissão, 2013). No entanto, há quem tenha, individualmente, alcançado este objetivo. Um morador entrevistado, ao ver negado qualquer tipo de esclarecimento junto da secretaria de distrito, conseguiu, em instâncias superiores e por procedimentos clientelistas, que o seu processo fosse reavaliado e lhe fosse atribuído um valor complementar – “*tive de fazer uma exposição para o município e foi aí que eu consegui [porque] [...] eu conheço-o, ele era da OJM³³⁶ e eu também*” (2013).

Quer em Maxaquene A, quer em Polana Caniço A, vários entrevistados levantaram suspeitas de favorecimento e usurpação, principalmente por parte de alguns técnicos que fizeram ou acompanharam o levantamento e a avaliação dos bens expropriados. Acusam-nos:

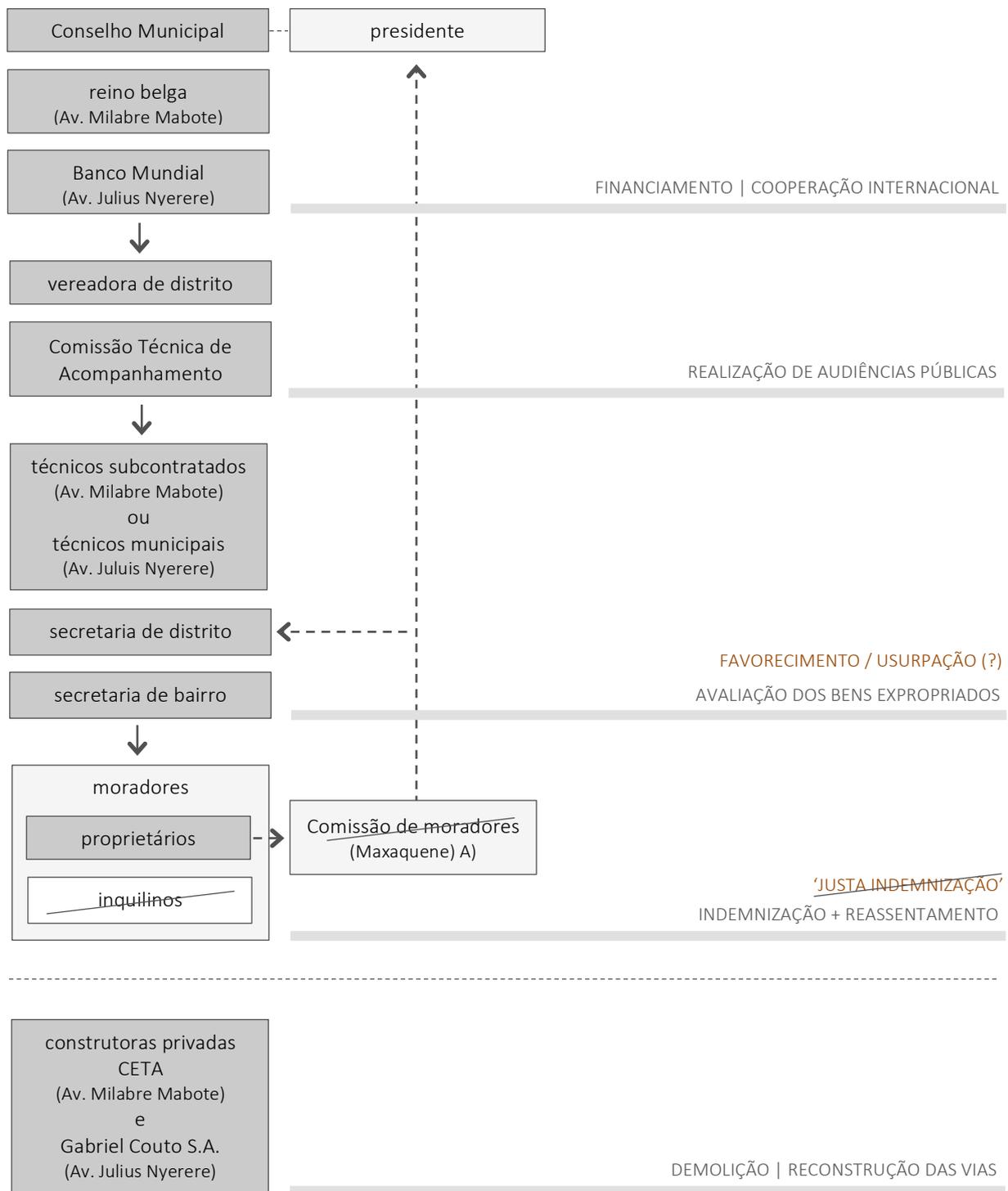
- de não entregarem a totalidade do dinheiro disponibilizado – “*ao técnico, é dado o dinheiro completo, só que ele, para extrair algum, começa a inventar um problema do Estado que não tem dinheiro suficiente para dar*” (morador de Polana Caniço A, 2013);
- ou de sobrevalorizarem a indemnização em troca de uma comissão – “*o avalista chega, fala contigo: ‘Essa tua casa vale ‘X’, mas eu posso dizer que vale ‘Y’ e [uma parte] é para mim*” (morador de Maxaquene A, 2013).

³³³ Segundo vários técnicos municipais, elementos das estruturas locais e moradores, entrevistados em 2013.

³³⁴ No caso da avenida Milagre Mabote, a avaliação foi feita em 2009 e a indemnização atribuída em 2011. No caso da avenida Julius Nyerere, tendo em conta os atrasos na finalização da obra, o período entre uma e outra fase tende a ser maior.

³³⁵ Moradora de Maxaquene A (2013); morador de Maxaquene A (2013); técnico de uma ONG (2013); membro de uma OCB sediada em Maxaquene A (2013); Ex-morador de Polana Caniço A (2013); membro de uma OCB em Polana Caniço A (2013).

³³⁶ Organização da Juventude de Moçambique, movimento juvenil da Frelimo.



Esquema 05 | Diferentes relações estabelecidas no âmbito da reconstrução de eixos viários.

Fonte | Autora, 2016.

Depois de atribuídas as indemnizações e iniciado o processo de reassentamento, aprofundado mais adiante, avançou-se com a reconstrução das avenidas. A reconstrução da avenida Milagre Mabote, a cargo da CETA – uma empresa de construção moçambicana –, começou em Janeiro de 2010, sendo inaugurada praticamente um ano depois, em Novembro de 2011³³⁷ (ver figura 39). Com uma extensão de cerca de 3.5 km, duas faixas de rodagem e um novo sistema de drenagem para escoamento das águas pluviais, a avenida permitiu uma ligação alternativa entre o centro da cidade, nomeadamente a avenida Marien Mgouabi, e os bairros pericentrais, desaguando na avenida das FPLM (ver figura 40). A reconstrução da avenida Julius Nyerere arrancou no início de 2011 e só ficou concluída cinco anos depois, em 2016. Trata-se de uma obra de grande envergadura, com uma extensão de cerca de 10 km, entre a Praça do Destacamento Feminino e a Praça da Juventude, duas faixas de rodagem, um separador central e um sistema de drenagem, na sua maioria subterrâneo. Os trabalhos ficaram a cargo da empresa de construção Gabriel Couto, depois do Conselho Municipal ter rescindido o contrato com um consórcio português liderado pela Britalar³³⁸, devido a sucessivos atrasos e à má qualidade de execução e dos materiais empregues³³⁹. A avenida Julius Nyerere permite escoar o trânsito das várias avenidas do distrito de KaMpfumo que a atravessam – a Eduardo Mondlane, a Mao Tse Tung e a Kenneth Kaunda –, facilitando a mobilidade de pessoas e veículos entre o centro da cidade e a Praça dos Combatentes (ver figura 41).

200

Segundo vários moradores entrevistados, a intervenção na avenida Milagre Mabote, para além de uma maior mobilidade, minorou o problema do escoamento das águas pluviais, embora, como referimos anteriormente, a falta de manutenção das valas de drenagem impeça o seu pleno funcionamento e o facto de serem a céu aberto represente um perigo para os pedestres. Já a intervenção na avenida Julius Nyerere trouxe maior mobilidade e melhorou o escoamento das águas pluviais, embora haja quem receie novas derrocadas como as que conduziram ao seu encerramento em 2000:

“Depois de um tempo, será que aquela areia ali de cima não volta a desabar? Se voltar a haver aquelas cheias de 2000, não sei como é que aquilo vai ficar porque a estrada está realmente muito em baixo” (entrevista, moradora de Polana Caniço A, 2013).

Por fim, o aumento da dinâmica de mercado durante e após a conclusão das obras promove ou alimenta a insegurança de ocupação, havendo quem levante a hipótese destas intervenções não virem beneficiar propriamente quem está, mas quem virá: *“Está bonito, só que nos deixa mesmo com medo [...] A estrada está a chegar e nós a sair”* (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013).

³³⁷ Ver notícias de imprensa: Notícias, 26 Ago. 2010; O País, 11 Nov. 2011.

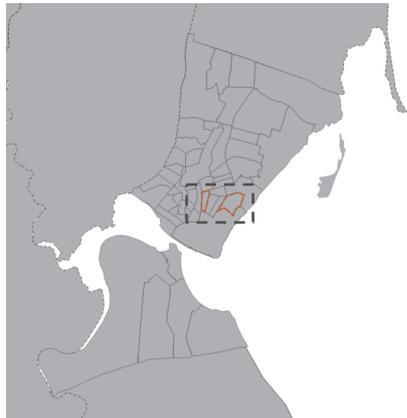
³³⁸ Consórcio formado pela empresa Britalar (www.britalar.pt), Europa Ar-lindo (www.ar-lindo.pt) e Aurélio Sobreiro (www.aurelio-sobreiro.pt), todas elas sedeadas em Portugal.

³³⁹ Ver notícias de imprensa: Verdade, Set. 2014; Notícias, 23 Jul. 2015.



Figura 39 | Avenida Milagre Mabote findas as obras de reconstrução.

Fonte | Autora, 2013.



Legenda | — limites administrativos de Maxaquene A (à eq.) e Polana Caniço A (à dir.); — troços intervencionados.

Figura 40 | Troços das avenidas Milagre Mabote e Julius Nyerer objeto de intervenção.

Fonte | Autora, 2016.



Figura 41 | Avenida Julius Nyerere, findas as obras de reconstrução.

Fonte | Vanessa Melo, 2016.

5.3.2. | *Leva tempo até que a pessoa se reassente*³⁴⁰

Segundo dados oficiais, a reconstrução da avenida Milagre Mabote implicou o reassentamento de 61 famílias, divididas pelos bairros do Zimpeto, Magoanine C e Albazine, e a da avenida Julius Nyerere pelo menos o reassentamento de 116 famílias, concentradas no bairro de Albazine. Conduzido pelo Departamento de Planeamento Urbano e Habitação, em articulação com as secretarias de distrito de KaMubukwana e KaMavota e as respetivas estruturas locais, o reassentamento consistiu na atribuição aleatória de um talhão e do respetivo título de direito de uso e aproveitamento da terra. No entanto, o destino final de grande parte destas famílias não corresponde aos espaços que lhe foram destinados. Outros caminhos se abrem ou forjam no decorrer deste processo.

No bairro de Maxaquene A, segundo alguns entrevistados, houve técnicos que, na fase de levantamento e avaliação dos bens expropriados, apresentaram aos moradores a possibilidade de escolherem o bairro e/ou o talhão posteriormente atribuído, em troca de uma comissão ou em função do poder e influência política dos mesmos:

“essas famílias não são [umas] quaisquer [...], são famílias que aceitaram aquela condição e depois deram um ‘X’, outras porque alguém disse: ‘Eh pá, aqui é fulana ou fulano, então tem que se dar espaço melhor” (ex-morador, 2013).

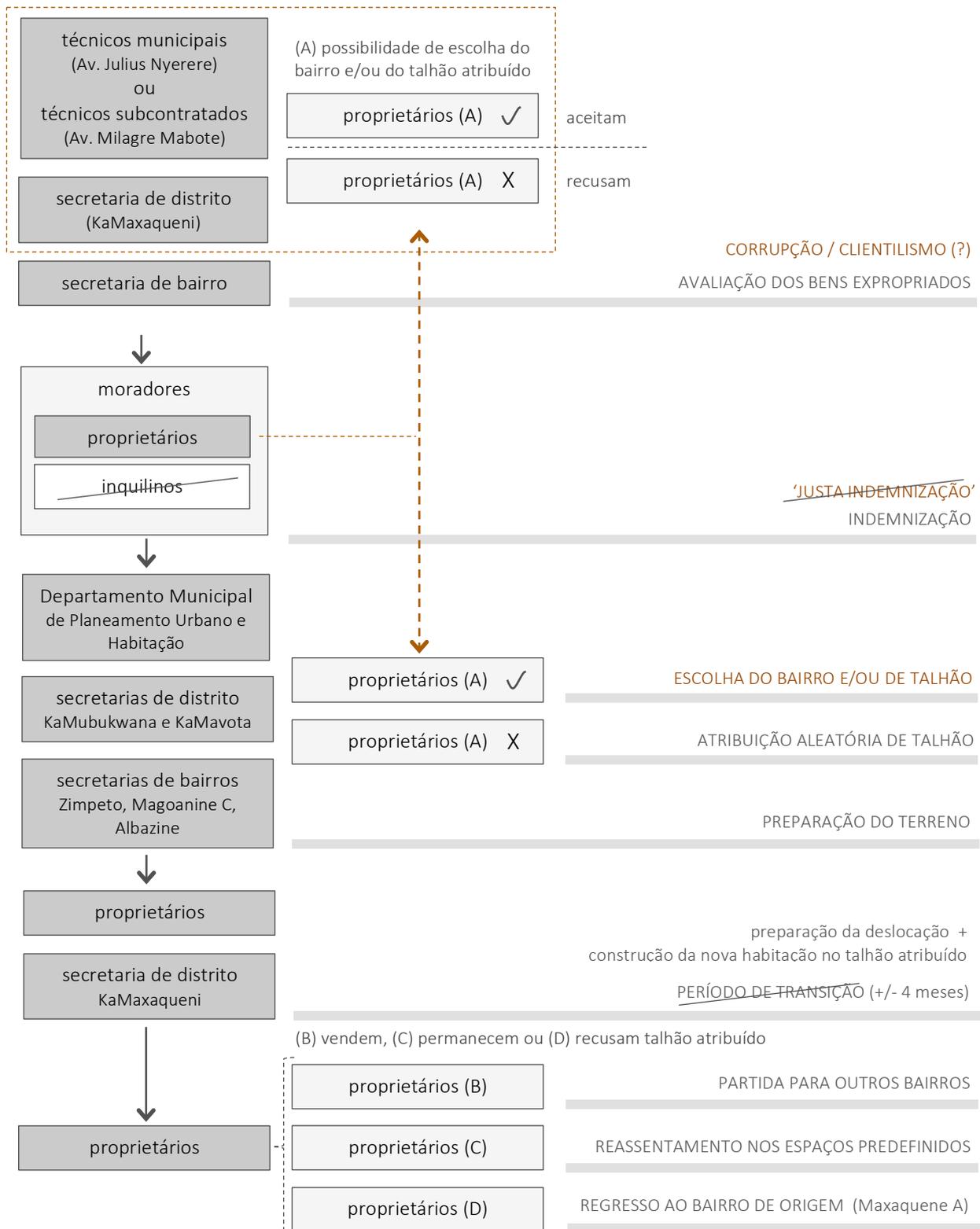
204

Segundo a mesma fonte, quem aceitou pagar ou beneficiar das condições propostas teve acesso a talhões melhor localizados, junto a vias principais e em bairros com maior facilidade de acesso a infraestruturas básicas. Em contrapartida, quem não o fez, expôs o caso e resistiu, foi reassentado nos bairros predeterminados ou noutros ainda mais periféricos, fora do município de Maputo (ver esquema 06) – *“É aderir mais ou menos àquilo que eles querem porque eles têm infelizmente esse poder de te fazer mal de uma ou outra forma, não é?”* (ex-morador, 2013).

De acordo com uma técnica municipal entrevistada (2013), estava previsto haver antes do reassentamento um período de transição de aproximadamente quatro meses, para cada família preparar a deslocação, demolir ela mesma as construções ou benfeitorias expropriadas, de forma a reaproveitar qualquer material ou elemento construtivo que entendesse (por exemplo, portas e janelas), construir a sua nova habitação no talhão atribuído e proceder à transferência dos seus bens com o apoio, ao nível do transporte, da secretaria de distrito. No entanto, são vários os depoimentos de moradores que apontam para a inexistência ou adulteração deste período de transição:

— alguns referem ter sido informados com apenas algumas semanas de antecedência – *“Foi umas semanas. Vieram-nos dizer que dia 7 estão para sair e começaram a destruir as coisas de*

³⁴⁰ Arquiteto/urbanista e docente universitário, entrevistado em 2013.



Esquema 06 | Diferentes relações estabelecidas no âmbito do reassentamento.

Fonte | Autora, 2016.

qualquer maneira [...]. Só de lembrar aquilo, ainda me dói. Aqui em casa não tínhamos construído nada, era mato” (moradora de Albazine, 2013).

- outros persuadidos a deixar de imediato as suas casas – *“Subiram no carro, vieram aqui e o que fazer? Enquanto vem ver o terreno, a equipa está lá a entrar dentro da casa, a tirar as coisas para o carro [...]. Quando está ali, também estão a chegar com as crianças, dizendo que já não volta mais para lá. O governo é duro [...]. É aceitar”* (morador de Albazine, 2013).

Tendo em conta a previsão de mais e maiores deslocações no âmbito da reconstrução de eixos viários estruturantes e da construção de megaprojetos, os talhões atribuídos nos bairros do Zimpeto, Magoanine C e Albazine confirmam a tendência esboçada por Melo (2015: 249), que aponta para uma redução das suas dimensões: em vez dos habituais 450m² (15x30), os talhões rondam os 375m² (12,5x30). Localizados em lugares, não só periféricos, como também ambientalmente sensíveis – caso do Chihango, em Albazine – e não infraestruturados, apenas uma parte dos talhões foi ocupada pelas famílias expropriadas. Decorridos, por exemplo, dois anos desde a atribuição de oito talhões no Zimpeto, em 2013, apenas um deles tinha sido ocupado com uma construção de caniço.

Concluimos que várias famílias venderam os talhões atribuídos (ver esquema 06):

- umas, por exemplo, por já possuírem um talhão ou habitação fora do bairro de origem (Maxaquene A ou Polana Caniço A) – *“Tinha uma casa aqui e casa noutra sítio, então saíram daqui e, em vez de ir para lá [para o talhão atribuído], foram para a outra casa [...] e vendem [o talhão atribuído] a outras pessoas”* (entrevista, secretário de bairro, 2013);
- outras por forma a viabilizar a compra e a construção de novas habitações noutras locais – *“Vendemos aquele talhão para termos dinheiro para depois construir [...]. Imagina o que teria feito com aquele dinheiro [que deram]? Teria feito uma cabana!”* (entrevista, ex-morador de Maxaquene A, 2013);
- outras ainda por não quererem distanciar-se do centro da cidade, regressando aos bairros pericentrais em regime de inquilinato – *“As pessoas não ficam ali [...], o que geralmente acontece é irem para o redor [do centro] da cidade”* (entrevista, técnico municipal, 2013).

Segundo alguns entrevistados, houve ainda famílias que recusaram os talhões e as indemnizações atribuídos e regressaram ao bairro de Maxaquene A, reocupando o espaço anteriormente deixado, reduzido pelo novo traçado da avenida Milagre Mabote:

“É lá onde vão-me deixar? Vão-me deixar longe. Não, fiquem com o vosso dinheiro, com o vosso [título de] DUAT, eu prefiro ficar aqui. Mesmo que me sinta apertada, eu prefiro ficar aqui” (moradora, 2013).

Quem ficou nos talhões concedidos nos bairros do Zimpeto, Magoanine C e Albazine, com o respetivo título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT), associa geralmente a este documento uma garantia de segurança de ocupação e uma conquista do *direito ao lugar*, anteriormente negadas:

“Quando não tem [título de] DUAT, o governo diz que este terreno é dele [...]. Então, quando tu tens uma casa, teres um papel a dizer que é a tua casa é importante [...] porque amanhã, se acontecer alguma coisa, aquele papel é que vai responder” (entrevista, morador de Magoanine C, 2013).

Tendo em conta as reduzidas indemnizações atribuídas, as habitações erigidas nestes talhões tendem a reproduzir as anteriores, ou seja, quem tinha por exemplo uma habitação de caniço dificilmente conseguiu erigir uma em bloco e quem tinha uma habitação tipo 1, com uma sala e um quarto, dificilmente conseguiu construir, pelo menos no imediato, uma maior:

“Quem tem casa de bloco aqui, tinha lá. Quem não tinha, aqui não tem. Por causa da avaliação [...]. Não houve uma mudança [...]. O município chega e dá meio de uma medida” (entrevista, morador de Albazine, 2013).

Contudo, devido ao aumento do custo dos materiais de construção e às reduzidas indemnizações auferidas, há quem não consiga reproduzir a habitação anterior, verificando-se nestes casos um claro retrocesso das condições de habitabilidade.

207

Em relação às infraestruturas básicas, sobretudo no bairro de Albazine, menos consolidado que os restantes dois destinos de reassentamento, algumas famílias não conseguiram aceder à rede de energia elétrica e de água, cujas ligações dependem cada vez mais do investimento e da capacidade económica de cada uma³⁴¹ (ver figura 42):

“Não tenho água. Dizem que querem 3.500 em cash [...]. Quando não tem, como eu, que não tenho 3.500 cash, fica aqui [...]. Lá [em Polana Caniço A] tinha luz e água porque tinha FIPAG. Agora é andar a pedir àqueles que tem, que estão há muito tempo aqui e tem poço” (entrevista, moradora, 2013).

Como descreve outro entrevistado, os moradores ficam e sentem-se entregues a si próprios, cabendo aos mesmos, nas suas palavras, *“criar cidade”*:

“Se ainda tivéssemos à espera do Conselho Municipal, não teríamos esta iluminação, não teríamos postes, se calhar nem teríamos luz, por exemplo [...]. O munícipe sente-se abandonado. O Conselho Municipal aproxima-se quando tem interesses. Quer tirar dali, diz:

³⁴¹ Não só a ligação domiciliária é custeada pelas famílias, como são os moradores que por vezes compram e instalam os postes de eletricidade. Ao nível do abastecimento de água, são vários os pequenos operadores privados a operarem nestes bairros, substituindo-se ao Estado e praticando preços geralmente superiores aos da FIPAG e da ADM (Melo, 2015: 287-288).



Figura 42 | Habitação em construção após reassentamento, sem ligação à rede de água (Albazine).

Fonte | Autora, 2013.

‘Olha, vais ter de sair daqui para outro sítio.’ É a única preocupação que existe” (ex-morador de Maxaquene A, 2013).

Como destaca Cernea (1999b: 17-18), o reassentamento traz ainda consigo riscos de vária ordem, entre os quais: o risco de ficar sem terra e sem casa, particularmente alto para os anteriores inquilinos das construções ou benfeitorias expropriadas; o risco de desemprego e de insegurança alimentar, particularmente alto para quem, de um dia para o outro, perde a sua fonte de rendimento ou subsistência sem que seja compensado por isso ou, ainda, para quem não consegue cobrir o aumento dos preços de transporte; e o risco de marginalização e desarticulação social decorrente da perda das relações de vizinhança e solidariedade.

| *É iniciar uma nova vida*³⁴² |

Independentemente dos diferentes cenários esboçados, o reassentamento implica sempre *“iniciar uma nova vida”*, geralmente distante do centro da cidade:

- Alguns moradores encaram este processo como uma oportunidade de, acedendo a um talhão maior, construir a casa que sempre almejavam e acabar com o problema da densidade de ocupação e do saneamento com que se confrontavam em Maxaquene A e Polana Caniço A – *“Aqui estou bem, respiro ar puro, posso sonhar com outros projetos. Depois de vedar a minha casa, posso ter outras ideias dentro da minha casa, o que não era possível no bairro de Maxaquene, [...] era tudo apertado”* (entrevista, 2013).
- Para outros moradores, os laços e as relações de pertença relativamente ao novo espaço de habitar constroem-se no tempo, nomeadamente por força do hábito – *“A partir do momento em que a pessoa sai da cidade e começa a desviar [...] para o campo, logo à primeira [vista] parece um transtorno, mas depois habitua. Que vamos fazer?”* (entrevista, ex-morador de Polana Caniço A, 2013).

Este processo de apropriação e adaptação a que também se refere Melo (2015: 323) não restitui, no entanto, as relações de vizinhança e solidariedade de outrora:

- Os vizinhos tornaram-se estranhos – *“Tem que depender sozinho. ‘Ah, não vou comprar, vou pedir no vizinho.’ Onde é que vai apanhar vizinho? [...] Tem que você saber como é que vou fazer quando eu acordar aqui”* (entrevista, moradora de Magoanine C, 2013).
- A esfera privada, individual, assumiu novos contornos – *“A maior parte das pessoas daqui são muito fechadas. Aqui nos olhamos como estranhos, é só bom dia e boa tarde. Em termos de*

³⁴² Morador de Albazine, entrevistado em 2013.

conversa, de estarmos no mesmo sítio, como em Maxaquene, aqui não acontece isso” (entrevista, morador de Albazine, 2013).

- As ruas e outros espaços coletivos não têm o movimento, a vida e a dinâmica que caracterizam os bairros de origem – *“No tempo que eu estava lá na Polana Caniço, eu era [...] uma menina que brincava muito porque lá é um sítio que há movimento, mas agora isso já acabou [...]. No dia que saímos de lá, chorámos [...]. Agora aqui já tudo é igual para mim [...]. Não temos ambiente com as pessoas daqui”* (entrevista, jovem moradora de Albazine, 2013).

Embora nestes bairros mais periféricos comecem a surgir, quer no interior das habitações, quer em espaços exteriores, algum comércio e ofícios de pequena escala, a economia paralela está longe de criar as oportunidades de trabalho e de negócio que oferecem o centro da cidade e os bairros que lhe estão próximos, para onde se dirige diariamente um grande número de habitantes da periferia (Anderson, Sollien e Ouis, 2012: 152; Melo, 2015: 289-292). A distância a percorrer, o uso de um ou mais transportes coletivos, os engarrafamentos nas horas de ponta, bem como o tempo e os custos destas deslocações passaram a marcar e a pesar o dia-a-dia de quem se afastou do centro da cidade – *“Tens de madrugar para sair daqui e chegar à cidade ao fim de duas horas de tempo”* (entrevista, morador de Magoanine C, 2013); *“Deixei lá dois [filhos], vivem com a avó, depois, quando vem as férias, vem para aqui. Não tinha dinheiro para pagar transporte todo o dia”* (entrevista, morador de Albazine, 2013).

Apesar da qualificação de algumas vias estruturantes – como a Estrada Nacional n.º 1 e as avenidas Nelson Mandela e Sebastião Mabote – e da abertura da Grande Circular, o facto da maioria das vias secundárias e terciárias serem em areia dificulta, não só a circulação de veículos no interior dos bairros, como também a ligação aos terminais rodoviários, insuficientes e sempre lotados, impedindo um rápido escoamento do trânsito (Melo, 2015: 251-253). Por sua vez, o modelo de ocupação dispersa aqui retratado e a aposta nas grandes estruturas viárias anulam ou desvalorizam ainda mais as ligações e relações de proximidade, nomeadamente a escala intermédia entre a rua e a cidade, associada à noção de bairro. Com a gradual ocupação e expansão do território, tendem a aumentar as distâncias a percorrer entre o local de residência e as paragens de transporte, bem como o desconforto e a insegurança destes trajetos – espaços de passagem, destituídos de vida social.

Comparando com os bairros pericentrais, também ao nível dos equipamentos e dos serviços urbanos se denota nestas áreas mais periféricas uma menor diversidade e cobertura dos mesmos. Como mostra Melo (2015: 254-255, 290), os equipamentos existentes, localizados ao longo das vias principais, são manifestamente insuficientes para a população que aqui reside. Reclama-se a construção de novas unidades de saúde e de ensino, mas também de bancos e espaços de lazer, tendo em conta que os equipamentos desportivos construídos no Zimpeto, como o Estádio Nacional e

a piscina Olímpica, são de acesso restrito ou estão inoperacionais. A compra e venda de produtos, sobretudo alimentares e de vestuário, concentra-se no mercado de Matendene e junto ao mercado grossista (*Idem*: 290-291), que, a par de outros equipamentos e dos terminais rodoviários, se tendem a tornar espaços de encontro e convívio por excelência.

5.4. | *O planeamento não passa de um instrumento do mercado*³⁴³

Tal como o mercado paralelo de transação, a execução dos megaprojetos e a reconstrução de eixos viários estruturantes, também os planos parciais de urbanização de Maxaquene A e Polana Caniço assentam, como referimos no Capítulo 3, na *tábula rasa* do tecido preexistente. Contudo, ao contrário dos processos anteriores, a implementação destes instrumentos de ordenamento tarda em se efetivar, sendo por isso o seu impacte menos evidente e de contornos distintos. Simultaneamente, o seu processo de elaboração e a forma como os diferentes agentes os percebem também são variáveis, daí optarmos por analisá-los separadamente, detendo-nos primeiro no bairro de Maxaquene A e, posteriormente, no de Polana Caniço. Entre os vários planos parciais de urbanização elaborados após a aprovação do Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo em 2008, o de Maxaquene A é o primeiro a assumir a renovação urbana como a principal abordagem de intervenção ao nível dos bairros pericentrais, embora desde a década de 1990 e, em particular, após as cheias de 2000 se falasse da necessidade de “requalificar”, ou seja, renovar estas áreas (ver Capítulo 3). O Plano Parcial de Urbanização de Polana Caniço, elaborado anos depois, reafirma esta intenção e materializa o que, desde o período colonial, se anunciava para a faixa litoral: a expansão do modelo de cidade espelhado no centro (ver capítulos 2 e 3).

5.4.1. | *A intenção era melhorar, não a transformação total*³⁴⁴

Embora, à luz da legislação vigente, o processo de ordenamento seja da inteira responsabilidade do Estado e das autarquias locais (ver Capítulo 4), a elaboração do Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A partiu da iniciativa de duas organizações não-governamentais (ONG) – a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado (AMDEC) e os Engenheiros Sem Fronteiras da Catalunha (ESF) – que, desde 2007, aí trabalhavam na construção de valas de drenagem e de latrinas melhoradas. Em 2009, com o apoio do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) da

³⁴³ Arquiteto/urbanista e investigador, entrevistado em 2013.

³⁴⁴ Membro de um ONG, entrevistado em 2013.

Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, dava início a fase de diagnóstico e esboçavam-se as primeiras propostas de intervenção, centradas na melhoria da mobilidade e acessibilidade no interior do bairro e no reforço dos serviços e infraestruturas básicas³⁴⁵. À semelhança das intervenções desencadeadas nos bairros de Mafalala (2004-2005) e Chamanculo C (2005-2009) (ver Capítulo 3), a aposta passava pela qualificação do tecido existente e pela garantia dos direitos de ocupação legalmente reconhecidos, através da atribuição de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT). Depois da experiência tida em laundé – capital dos Camarões –, onde várias famílias, sem qualquer tipo de registo fundiário, acabaram por sair das suas casas após intervenções de natureza idêntica, os ESF, financiadores do projeto, pretendiam prevenir processos similares, garantindo a segurança de ocupação dos moradores de Maxaquene A³⁴⁶.

O memorando de entendimento entre o Conselho Municipal de Maputo (CMM) e o alargado grupo de parceiros entretanto constituído – composto pela AMDEC, os ESF, o CEDH, a ONG *Water and Sanitation for Urban Poor* (WSUP) e o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) – foi assinado em Setembro de 2010, numa cerimónia que contou com a presença da comunicação social³⁴⁷ e do presidente do CMM, que fez questão de reiterar a intenção de qualificar o bairro (Raposo e Jorge, 2013: 38). Este memorando estabelecia as condições necessárias para a elaboração de vários planos, nomeadamente do Plano Parcial de Urbanização (PPU), do Plano de Pormenor (PP), do Plano de Ação de Reassentamento (PAR), em casos pontuais, e do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) (preâmbulo do Memorando de Entendimento, 2010), dos quais apenas avançou o PPU. Paralelamente à elaboração dos planos, previa-se ainda a implementação de um conjunto de ações consideradas prioritárias, nomeadamente a reabilitação dos principais eixos viários e sua arborização, a abertura de valas de drenagem para escoamento das águas pluviais e residuais, a instalação da rede secundária de abastecimento de água e a regularização dos talhões habitacionais para posterior atribuição de títulos de DUAT (n.º 2 da cláusula primeira do Memorando de Entendimento, 2010).

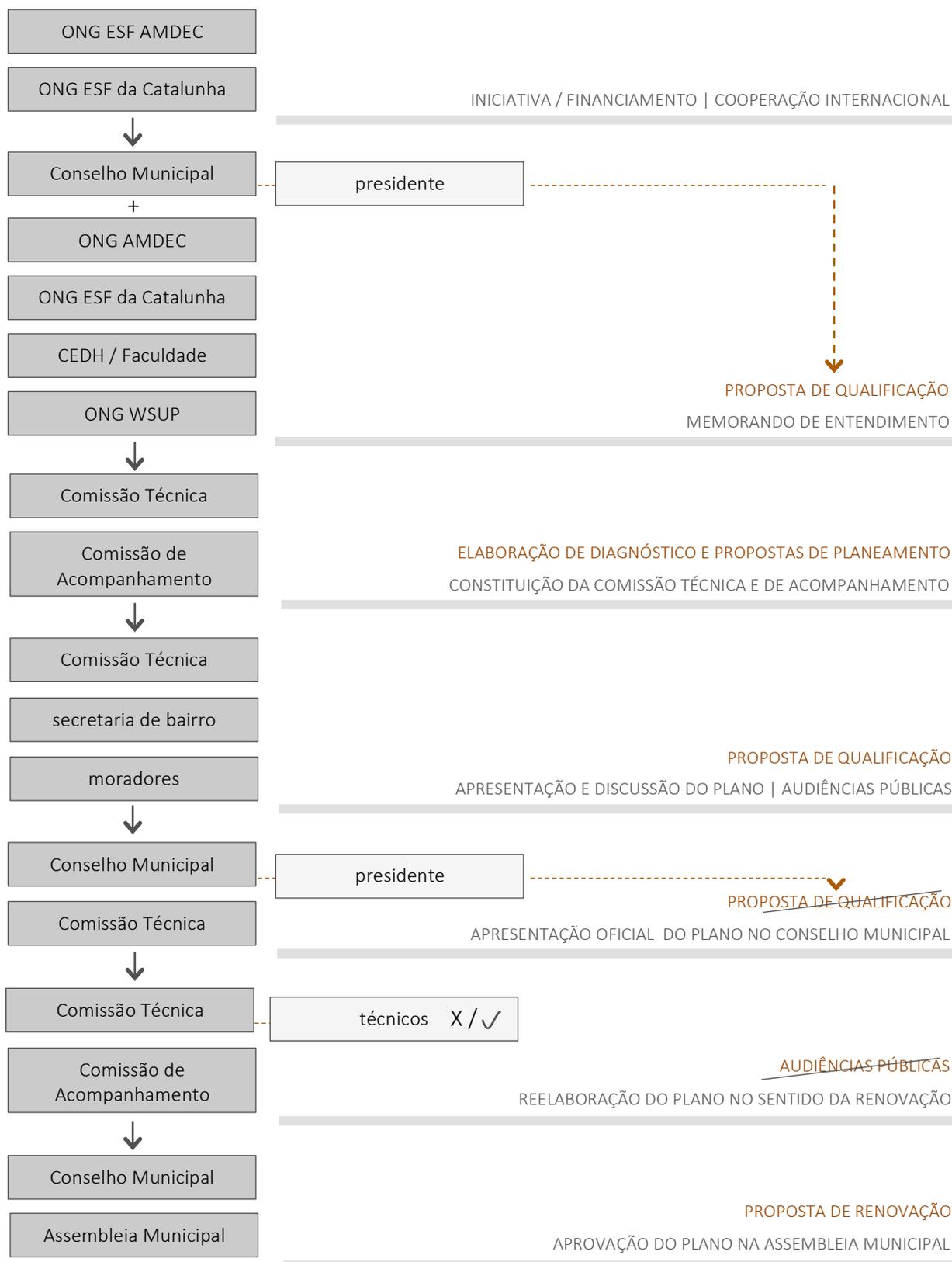
Desde a assinatura do memorando, o processo de elaboração do PPU passou por vários momentos (ver esquema 07). Depois de constituída uma Comissão Técnica e uma Comissão de Acompanhamento³⁴⁸, os trabalhos de diagnóstico e de planeamento prosseguiram de acordo com os

³⁴⁵ Objetivos gerais apresentados no que se chamou de ‘Plano de Reordenamento de Maxaquene A’, em Junho de 2009.

³⁴⁶ Segundo dois técnicos da ONG, entrevistados em 2013.

³⁴⁷ Ver, por exemplo, a notícia de imprensa do *O País* publicada a 20 de Setembro de 2010.

³⁴⁸ A Comissão Técnica era constituída por elementos da AMDEC, dos ESF, do CEDH, da WSUP e do CMM, nomeadamente da Direção de Planeamento Urbano e Ambiente e da Direção de Urbanização e Construção; e a Comissão de Acompanhamento juntava, para além destes organismos e organizações, membros da Administração do Distrito Municipal de KaMaxaqueni, do Conselho Consultivo de Maxaquene A e da Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento.



Esquema 07 | Diferentes relações estabelecidas no âmbito da elaboração do PPU de Maxaquene A.

Fonte | Autora, 2016.

objetivos enunciados, tendo sido apresentada nas três audiências públicas realizadas em Outubro e Novembro de 2010 a proposta de qualificação então prevista. Em cada audiência, o coordenador da Comissão Técnica enunciou as ações consideradas prioritárias – com o auxílio de plantas, fotografias aéreas e montagens que simulavam o antes e o depois da intervenção –, sublinhando a importância do plano para a melhoria das condições de vida e de habitabilidade, mas também do envolvimento e da participação dos moradores no decorrer do processo. Após a apresentação geral do plano, a peça de teatro encenada pela Kutenga, uma associação local, reforçou a importância da participação, abrindo-se no final um período de perguntas e respostas. As questões e inquietações dos vários intervenientes diziam respeito sobretudo ao futuro dos moradores afetados pelo alargamento das vias, ou seja, às possíveis situações de indemnização e/ou reassentamento, e ao problema da falta de espaço e de saneamento em Maxaquene A.

No sentido de aprofundar o perfil social dos moradores e validar as necessidades, prioridades, oportunidades e ameaças identificadas na fase de diagnóstico, aplicaram-se ainda 500 questionários em todo o bairro. Cerca de 52% dos inquiridos disseram gostar de viver em Maxaquene A, estabelecendo como prioridades, para além do alargamento das vias e da construção de valas de drenagem, a iluminação pública, o reforço da rede de abastecimento de água e o policiamento comunitário. Em relação aos equipamentos em falta, destacou-se a importância e a necessidade de um mercado, de jardins de infância, bem como de mais espaços dedicados à cultura e ao desporto. Aproximadamente 67% dos inquiridos referiram ter conhecimento do processo de planeamento em curso e das intenções enunciadas nas audiências públicas³⁴⁹.

Tendo em conta os objetivos enunciados, mas também a análise da informação recolhida, definiram-se cinco eixos estratégicos de intervenção³⁵⁰:

1. *A regularização urbanística*, que consistia na demarcação dos espaços de uso público e privado com a participação da comunidade local;
2. *A dotação de infraestruturas*, através da reconstrução dos eixos viários existentes e da instalação de uma rede de abastecimento de água e eletricidade, de drenagem e saneamento;
3. *A ampliação da rede de equipamentos existente*, com a criação de espaços de reserva para a futura construção de equipamentos públicos;
4. *A melhoria e previsão de espaços públicos*, de encontro e convívio, onde a ocupação do solo fosse predominantemente “verde”;
5. *A regularização fundiária*, através da atribuição de títulos de DUAT.

³⁴⁹ Informação disponibilizada pela AMDEC e os ESF.

³⁵⁰ Segundo o Relatório de Fundamentação das opções tomadas entregue no CMM em Fevereiro de 2011.

Nos primeiros cinco anos de vigência do plano (2011-2016) previa-se, com base em planos de pormenor, a reconstrução e alargamento das vias que estabelecem a ligação entre a avenida Acordos de Lusaka e a avenida Milagre Mabote, bem como a melhoria do sistema de drenagem, saneamento e abastecimento de água, definindo um perímetro de intervenção de 50 metros para cada lado das vias, no qual se poderia avançar com a regularização fundiária (ver figura 43). Considerava-se igualmente importante nesta primeira fase, a criação de reservas municipais para a construção de espaços públicos qualificados, reaproveitando os existentes e apropriando outros ainda desocupados, como por exemplo o espaço nas traseiras da Unidade 24. A longo prazo, ou seja, nos dez anos seguintes (2011-2021), estas intervenções estender-se-iam a outros espaços do bairro, nomeadamente àqueles em redor das Escolas Noroeste I e II e das avenidas Joaquim Chissano, Acordos de Lusaka, FPLM e Milagre Mabote (ver figura 43). Nesta segunda fase, a aposta passaria, não só pela melhoria das infraestruturas básicas e das vias de acesso, mas também pela construção de equipamentos e espaços públicos, capazes de promover uma maior integração e ligação com os bairros envolventes.

Apresentada oficialmente no Conselho Municipal de Maputo em Fevereiro de 2011, à porta fechada, na presença do respetivo presidente, de alguns vereadores, chefes de direção e elementos da Comissão técnica, esta versão do PPU foi alvo de várias críticas pelos políticos e técnicos municipais. Assessorado por alguns técnicos municipais, o presidente colocou em causa, por um lado, a abordagem de intervenção seguida, apoiada na qualificação do tecido existente, que anteriormente tinha defendido. Alegou a localização estratégica do bairro e o interesse demonstrado por vários promotores e investidores privados na construção de novos empreendimentos imobiliários naquela área; por outro lado, criticou a tónica nos direitos e não nos deveres dos moradores, incapazes de acompanhar o modelo de desenvolvimento preconizado pelo executivo municipal. Ignorando os objetivos enunciados no memorando de entendimento e nas audiências públicas, ordenou-se ao coordenador da Comissão Técnica a reelaboração e reorientação do plano no sentido da renovação urbana, de forma a responder aos desígnios e necessidades do mercado.

Esta inversão gerou cisões no seio da equipa técnica responsável pela elaboração do plano, nomeadamente entre os técnicos que criticavam e negavam a lógica de mercado imposta pelo executivo municipal e os que a consideravam incontornável face aos interesses dominantes. Como descreve um dos técnicos envolvido no processo, tendia-se a ler esta dualidade como estando, de um lado, a visão daquele que quer *“resolver os problemas do mundo, da pobreza, mais filosófico, da poesia”* e, do outro, a *“visão de arquiteto, de urbanista, mais realista”*, que *“tinha a vantagem de ser local, de perceber como é que as coisas funcionam e [...] de como as pessoas pensam”* (entrevista, 2013). Como sugere este técnico, ao se tratar de uma equipa composta por técnicos estrangeiros – em representação de ONG ou em estágio internacional – e técnicos moçambicanos – em



Legenda |  área abrangida por ações de qualificação;  estrutura viária preexistente.

Figura 43 | Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A (primeira versão).

Fonte | Plano disponibilizado por um dos entrevistados. Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

representação de ONG e instituições/organismos públicos –, esta dualidade era lida à luz da origem de cada um, atribuindo-se geralmente aos moçambicanos maior pragmatismo aos desígnios do mercado e conhecimento de causa. Por fim, destacamos ainda a presença de diferentes níveis de comprometimento com a realidade local, sendo que um confronto direto com o sistema e os interesses dominantes teria repercussões diferentes para uns e outros: do lado das ONG, podia comprometer a sua permanência em Maputo³⁵¹; do lado dos técnicos municipais e dos técnicos associados a instituições/organismos públicos, podia comprometer trabalhos futuros e, no limite, levar ao despedimento, com todas as consequências daí inerentes.

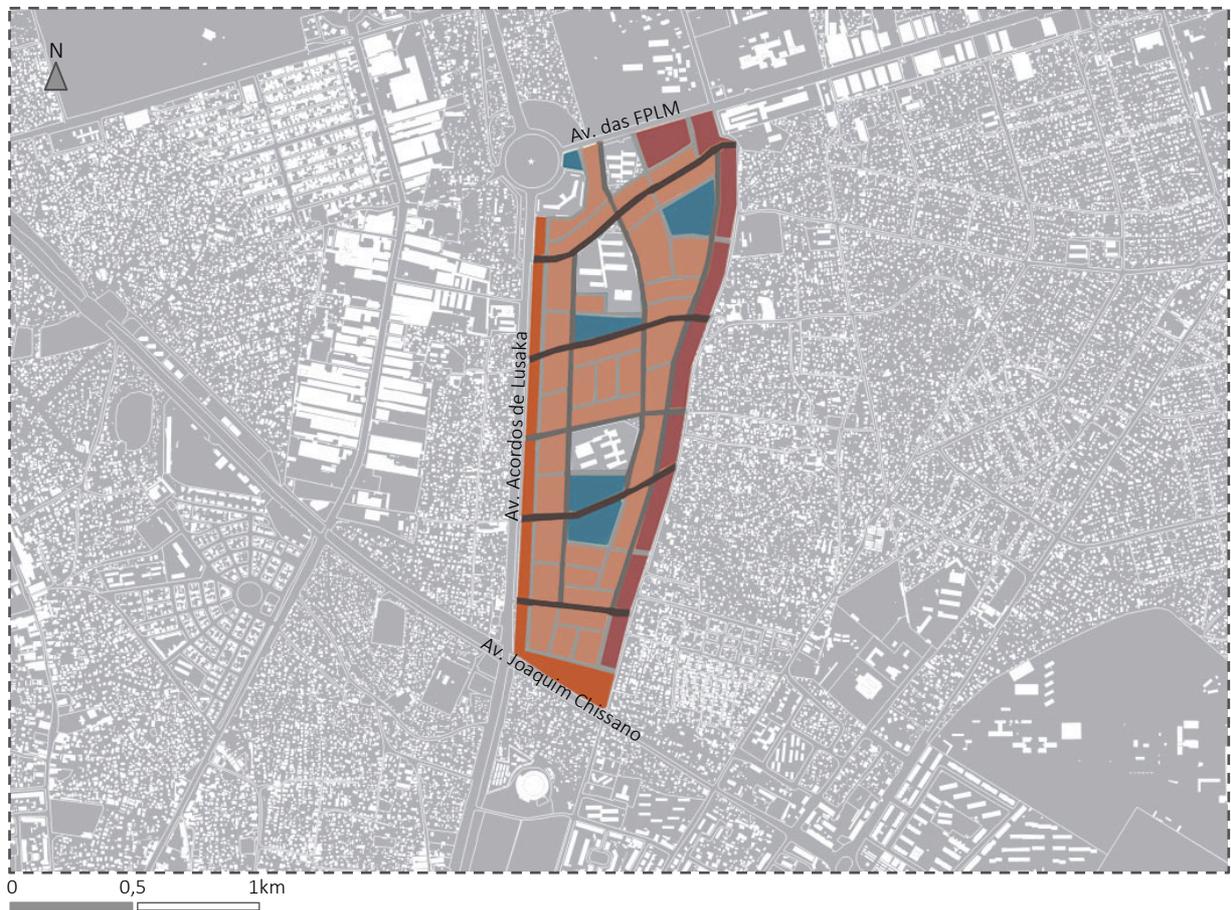
Apesar da ONG que financiou a elaboração do PPU assumir uma agenda voltada para a igualdade de acesso a serviços básicos³⁵², a proposta foi reconduzida no sentido da renovação urbana, primeiro restrita às margens das avenidas que circundam Maxaquene A, alvo de maior valorização, depois a todo o bairro por decisão da Comissão de Acompanhamento e em consonância com o executivo municipal. O PPU assim reformulado acabou por ser aprovado em Assembleia Municipal em 2012 com o total desconhecimento dos moradores, não se tendo realizado qualquer tipo de comunicação ou apresentação pública dos novos objetivos e linhas de ação. Com exceção das Escolas Noroeste I e II, da escola junto à avenida das FPLM e do edifício do Ministério da Agricultura, entretanto demolido³⁵³, o plano prevê uma total transformação do bairro, definindo uma nova rede viária e, com ela, uma nova estrutura e morfologia urbana, de uso predominantemente habitacional, associado a novos espaços comerciais, serviços e equipamentos (ver figura 44). No interior do bairro, destacam-se as grandes áreas reservadas a equipamentos públicos e, ao longo das avenidas que o circundam, as destinadas ao comércio e serviços, no caso da Joaquim Chissano e da Acordos de Lusaka, e de uso misto – habitação, comércio e serviços –, no caso da Milagre Mabote e das FPLM (CMM, 2012d: 12-13). Pelo menos 80% do parque habitacional, composto por edifícios plurifamiliares com, no máximo, cinco pisos, corresponde a “habitações de custos controlados”, construídas ou adquiridas com o apoio financeiro do Estado, a preços abaixo do mercado e/ou através de linhas de crédito bonificado (*Idem*: 15). Paralelamente à abertura das novas vias e à construção dos novos edifícios, prevê-se ainda a construção e instalação de novas infraestruturas – tratamento e abastecimento de água, eletricidade, drenagem, saneamento e telecomunicações – e a regularização fundiária destes espaços (*Idem*: 12).

Para além da elaboração de planos de pormenor, a implementação do PPU assenta na criação de parcerias público-privadas (CMM, 2012d: 8-9). Estando em causa a demolição de todas as habitações existentes, o início dos trabalhos implica o recurso à expropriação por *interesse público* e a

³⁵¹ Em Março de 2016, por exemplo, foi deportada uma cidadã espanhola por lutar pelos direitos das mulheres (ver Ruela, 01 Abr 2016; Verdade, 03 Abr 2016).

³⁵² Informação sobre os propósitos dos ESF disponível em: <http://esf-cat.org>.

³⁵³ O edifício do Ministério da Agricultura, desativado desde 2007, na sequência de um incêndio, foi demolido em Dezembro de 2014 (Notícias, 04 Dez. 2014).



Legenda | zona habitacional de média densidade; zona mista (habitação, serviços, comércio); equipamentos;
 atividades económicas; rede viária principal; rede viária secundária.

Figura 44 | Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A (segunda versão).

Fonte | Plano disponibilizado por um dos entrevistados. Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

negociação entre os investidores privados e os moradores – ocupantes de boa-fé –, a quem se reconhece o direito a uma “justa indemnização” e se atribui poder e capacidade negocial (*Ibidem*). Suportada pelos investidores, a indemnização deverá considerar as seguintes modalidades (*Ibidem*):

- o pagamento em dinheiro, de forma a compensar a perda de bens tangíveis e intangíveis, a ruptura da coesão social e a perda de bens de produção, como previsto na lei (ver Capítulo 4);
- e o pagamento em espécie, através da construção de imóveis de valor equivalente num bairro a determinar pelo Conselho Municipal ou da atribuição de uma “habitação a custos controlados” em Maxaquene A, dependendo da capacidade de endividamento dos moradores.

De acordo com a legislação vigente (ver Capítulo 4), este instrumento pode ser considerado inválido, pela ausência de participação da comunidade local, ou de natureza não vinculativa, por apenas ter sido aprovado em Assembleia Municipal e não estar publicado em Boletim da República. Contudo, a sua existência não deixa de ter impacto ou de assumir um papel importante junto do Conselho Municipal, (re)afirmando a sua intenção em fazer *tábula rasa* de uma área estratégica e, dessa forma, libertá-la e entregá-la a promotores e investidores privados através de parcerias público-privadas. Um técnico municipal entrevistado refere já ter sido assinado um memorando de entendimento entre o Conselho Municipal e um consórcio moçambicano, sul-africano e português para avançar com a elaboração de plano(s) de pormenor (2013). Nas palavras do técnico, “o plano está sendo feito fora”, na África do Sul, e apenas quando estiver concluído – “quando tivermos de consumir o plano” –, será apresentado publicamente, “para eles [moradores e estrutura local] também consumir e se apropriar de todo o processo” (2013). Tal significa que o processo de planeamento prosseguiu, não só à porta fechada, como os instrumentos que dele resultem tendem a ser lidos como irrevogáveis.

| *Quisemos fazer uma advocacia junto da comunidade*³⁵⁴ |

Após a conclusão do PPU, os Engenheiros Sem Fronteiras da Catalunha (ESF), em parceria com uma ONG local – a Kuwuka³⁵⁵ –, colocaram em marcha um projeto intitulado: “Desenvolvimento de ferramentas para a melhoria das condições de vida no bairro de Maxaquene A”. Face ao aumento da pressão urbanística e imobiliária, o projeto procurava acima de tudo aumentar a capacidade de defesa dos moradores em torno do direito à habitação e do direito de uso e aproveitamento da terra, através da formação e assessoria às lideranças locais e organizações comunitárias de base (OCB), bem como

³⁵⁴ Técnica de uma ONG, entrevistada em 2013.

³⁵⁵ A Kuwuka é uma ONG moçambicana orientada para o “desenvolvimento integrado e sustentável”, especificamente para a realização de estudos e projetos que visem uma “boa governação” e gestão dos recursos naturais. Mais informação disponível em: <http://kuwukajda-moz.org/index.php>.

de campanhas de informação e sensibilização públicas, dedicadas ao tema³⁵⁶. Ao contrário do processo de planeamento, pretendia-se, de acordo com uma técnica entrevistada, promover a participação pública em torno da implementação do PPU *“como forma de preparar a comunidade para essa mudança”*, nomeadamente para um possível cenário de reassentamento (2013).

Uma das grandes apostas do projeto era a criação de uma base cadastral que conferisse aos moradores de Maxaquene A um comprovativo da sua presença e permanência no bairro há mais de dez anos – período mínimo previsto na lei para a aquisição de direitos de ocupação de boa-fé (ver Capítulo 4). Nesta tarefa em particular, o Conselho Municipal comprometeu-se a disponibilizar um aparelho de GPS de alta precisão, dois técnicos e um local de trabalho, mas, decorridos cinco meses desde o início do projeto, pouco ou nada tinha avançado nesse sentido. De acordo com alguns técnicos que acompanharam o processo (entrevistas, 2013), o Conselho Municipal não apresentava interesse em abordar o tema dos direitos, tendo inclusivamente solicitado para se *“cuidar a linguagem”*, de forma a *“não gerar alarme na população”* – *“não podes dizer essas coisas: os direitos”* –, e para se direcionar a atenção para os deveres dos moradores, tal como na primeira apresentação oficial do PPU. O desinteresse ou o receio do executivo municipal, a burocracia e a falta de coordenação entre as direções municipais envolvidas levaram os principais promotores da iniciativa – os ESF e a Kuwuka – a alterar a estratégia inicial e, em alternativa, a avançar com a elaboração de um censo, antecedido por uma campanha porta-a-porta.

220

Nesta campanha, para além de se informar os moradores da aplicação dos futuros inquéritos, sensibilizando-os para a importância do censo, deram-se a conhecer, através da distribuição de manuais³⁵⁷, os principais direitos e deveres inscritos na constituição e legislação vigentes, relativos à habitação e ao acesso e uso da terra. Escritos em português e em changana – o principal dialeto local –, os manuais alertavam ainda para a importância da consulta pública, da identificação de conflitos e da criação de alternativas, da divulgação dos resultados do PPU e da monitorização do seu processo de implementação. Já os inquéritos, realizados com o apoio das OCB e da estrutura local, nomeadamente dos chefes de quarteirão, centraram-se sobretudo na composição de cada agregado familiar e nas condições de habitabilidade, considerando-se que esta informação seria relevante para a gestão do bairro e planificações futuras³⁵⁸.

Para além do censo, o projeto promoveu vários encontros de formação dirigidos às lideranças locais e às OCB, dando-lhes a oportunidade de conhecer a versão do PPU aprovada em 2012 – que continuou a não ser divulgada publicamente –, bem como as implicações e os cenários que daí advinham. Realizaram-se igualmente outras ações abertas de informação e sensibilização dedicadas ao tema dos

³⁵⁶ Informação recolhida a partir das entrevistas a alguns técnicos envolvidos no projeto.

³⁵⁷ “Manual Direitos e Deveres de Habitação e Terras”, elaborado pela Kuwuka e pelos ESF, em 2012.

³⁵⁸ De acordo com a metodologia apresentada no “Manual de Direitos e Deveres de Habitação e Terras” (2012: 3).

“Direitos e Deveres de Habitação e Terras”, acompanhadas de performances, peças de teatro, projeção de vídeos e exposições de fotografia³⁵⁹, na tentativa de chegar ao maior número de pessoas e a diferentes grupos etários. Por fim, em Dezembro de 2012, o projeto culminou num momento alargado de discussão, onde um advogado especializado no direito à habitação e no acesso e uso da terra tirou dúvidas e apresentou, a partir de casos concretos, algumas das implicações do futuro processo de ordenamento e consequente reassentamento.

Os elementos dos ESF e da Kuwuka entrevistados fazem um balanço positivo do projeto³⁶⁰. Todos eles destacam a importância da formação e sensibilização dos chefes de quarteirão e dos ativistas das OCB sobre o direito à habitação e o direito de uso e aproveitamento da terra, depositando nestes agentes a transmissão de todo o conhecimento que adquiriram ao resto dos moradores. Perante a possível chegada de um investidor ou intermediário, no âmbito do mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções, ou face a uma futura implementação do PPU, consideram que a generalidade dos moradores estão mais informados relativamente aos seus direitos e podem contar com o apoio da estrutura local e das OCB na resolução de um possível conflito ou ameaça. Um dos técnicos entrevistados (2013) não deixa, no entanto, de referir ou alertar para a influência política a que a estrutura local pode estar sujeita, considerando que, quando pressionada pelos “*chefes hierárquicos*”, tenderá a manipular a opinião e percepção dos moradores, uma vez que, “*mesmo conhecendo esses direitos, não querem ser mal vistos perante os seus chefes hierárquicos*”. Este mesmo técnico apresenta ainda como outros dois possíveis fatores de desequilíbrio ou desmobilização a questão da pobreza e da diversidade de interesses em presença, refletida nos diferentes grupos etários e socioeconómicos que habitam em Maxaquene A: se alguém de fracos rendimentos e a viver sem condições de habitabilidade é confrontada com a possibilidade de sair em troca de algum dinheiro, o valor da compensação tenderá a sobrepor-se aos direitos adquiridos por ocupação; se os mais jovens podem estar interessados em permanecer perto do centro, os mais velhos tenderão, nas suas palavras, a privilegiar “*um espaço para descansar [...], um sítio onde possam ficar sossegados, longe da cidade*” (2013).

³⁵⁹ Os vídeos e as exposições fotográficas foram feitos com o apoio de dois estudantes do Centro de Cooperação para o Desenvolvimento da Universidade Politécnica da Catalunha, em Barcelona. Mais informação disponível em: <http://upcommons.upc.edu/handle/2117/25897>; <http://jotaphoto.com/wordpress/un-barri-descuidat/>.

³⁶⁰ Entrevistas realizadas em 2013.

| *Quando vi aquele projeto, muitas coisas já estavam mal*³⁶¹ |

Tendo em conta que a versão do PPU aprovada na Assembleia Municipal nunca chegou a ser apresentada publicamente, é natural que a maioria dos moradores de Maxaquene A entrevistados desconheça o seu conteúdo e linhas de ação:

- alguns consideram que *“o plano ainda está a ser construído”* e que é preciso *“a população saber que há esse trabalho que está sendo feito”* (2013);
- outros consideram que *“o plano prevê que as pessoas se mantenham no bairro”*, apenas *“em pequenos casos que as pessoas serão movimentadas”*, e que a intervenção incidirá na *“melhorar[ia] das ruas, das casas, casas de banho, muitas coisas”* (2013).

Apenas a estrutura local (secretário de bairro e chefes de quarteirão) e as organizações comunitárias de base (OCB), envolvidas no projeto desenvolvido pelos ESF e pela Kuwuka, têm conhecimento da proposta de renovação assumida pelo Conselho Municipal. De acordo com um ativista entrevistado, acaba por ser *“um número reduzido [de pessoas] e algumas são pessoas indicadas [...], por terem influência”*, havendo quem se faça valer dessa informação em benefício próprio, nomeadamente na compra e venda de talhões e construções com vista à produção de mais-valias (2013).

Apesar da generalizada falta de informação, alguns moradores entrevistados referem ter tido conhecimento do plano através:

- de reuniões na secretaria de bairro, onde se informa que *“Maxaquene vai mudar, haverá prédios, mais empresas e lojas”* (2013);
- e de terceiros, pela *“informação das ruas”*, *“do que se fala por aí”* (2013).

Perante um cenário de renovação e a possibilidade da *“pessoa que for abrangido pelo projeto [...] ter direito a um espaço naquele prédio”*, há quem considere que a maioria dos moradores acabará por sair do bairro por falta de condições, dando-se o exemplo do que aconteceu com a nacionalização dos prédios de rendimento no centro da cidade:

“O governo ofereceu ao povo moçambicano para entrar nos prédio e entrámos, mas [...] nós não temos o nível académico para enfrentar a situação da cidade, para sustentar o prédio, [...] aquele mundo da cidade é para pessoas intelectuais, não é para um pobre qualquer” (entrevista, morador, 2013).

Contudo, também há quem conte com a ajuda do Conselho Municipal na futura *“legalização dos lugares que as pessoas vão comprar depois do ordenamento”* – *“o governo vai ajudar”* –, bem como

³⁶¹ Membro de uma OCB, entrevistado em 2013.

na promoção de ações de sensibilização sobre *“como se deve viver num prédio”* – *“a cultura urbana precisará ser muito desenvolvida”* (entrevista, morador, 2013).

Face a um cenário de renovação e gentrificação massivo, acresce a insegurança em relação ao futuro dos moradores: *“Quando se fala dessa questão, que vamos ter de fazer o reassentamento, a pessoa diz: ‘Vou para onde? Vou começar a vida de que jeito?’”* (entrevista, técnica de uma ONG, 2013). Há quem mesmo assim encare o processo de indemnização e o reassentamento num bairro periférico como uma oportunidade para melhorar de vida – *“A pessoa que sair de livre vontade, que combinar com a pessoa [investidor], vai ser a melhor coisa [...], compra um carro, faz uma casa e ainda ajuda a família”* –, salvaguardando uma maior participação e envolvimento dos moradores – *“Como é que vocês acham que poderíamos fazer? Querem que vos dê dinheiro para irem construir ou querem que a gente vá construir?”* (entrevista, morador e membro de uma OCB, 2013).

5.4.2. | O plano favorece a exclusão “natural” das pessoas ³⁶²

O Plano Parcial de Urbanização (PPU) de Polana Caniço abrange os bairros de Polana Caniço A e B e resulta de uma parceria entre o Conselho Municipal de Maputo (CMM) e o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que financia a sua elaboração, bem como a de outros planos e estudos complementares, em troca da cedência de uma parcela de 45 hectares para investimento imobiliário³⁶³. Conduzido pela Direção das Atividades Económicas do CMM e não pela Direção de Planeamento Urbano e Ambiente, como acontece com os restantes planos municipais, o pedido de manifestação de interesse para o que se designou de “Requalificação dos Bairros de Polana Caniço A e B” foi lançado em Setembro de 2011, “visando [...] o desenvolvimento harmonioso daquelas parcelas do território Municipal”³⁶⁴. Para além da elaboração do PPU, este pedido apontava para: a realização de planos de pormenor (PP), de um Plano de Ação de Reassentamento e de um Plano de Desenvolvimento Económico Local; o estudo das necessidades em infraestruturas e serviços públicos, de impacto ambiental e social e de viabilidade económica e financeira; a identificação dos projetos âncora de desenvolvimento; bem como a definição de uma estratégia de promoção e implementação do projeto em causa. De acordo com os termos de referência para a seleção da(s) equipa(s)/empresa(s) a contratar, enquanto a elaboração do PPU partia da iniciativa do CMM, os PP podiam resultar de parcerias ou operações conjuntas entre o Estado e agentes privados,

³⁶² Membro de uma ONG, entrevistado em 2013.

³⁶³ Informação recolhida em entrevista a um elemento da direção do IGEPE, em 2013.

³⁶⁴ Segundo o anúncio de pedido de manifestações publicado no jornal *Notícias* em Setembro de 2011.

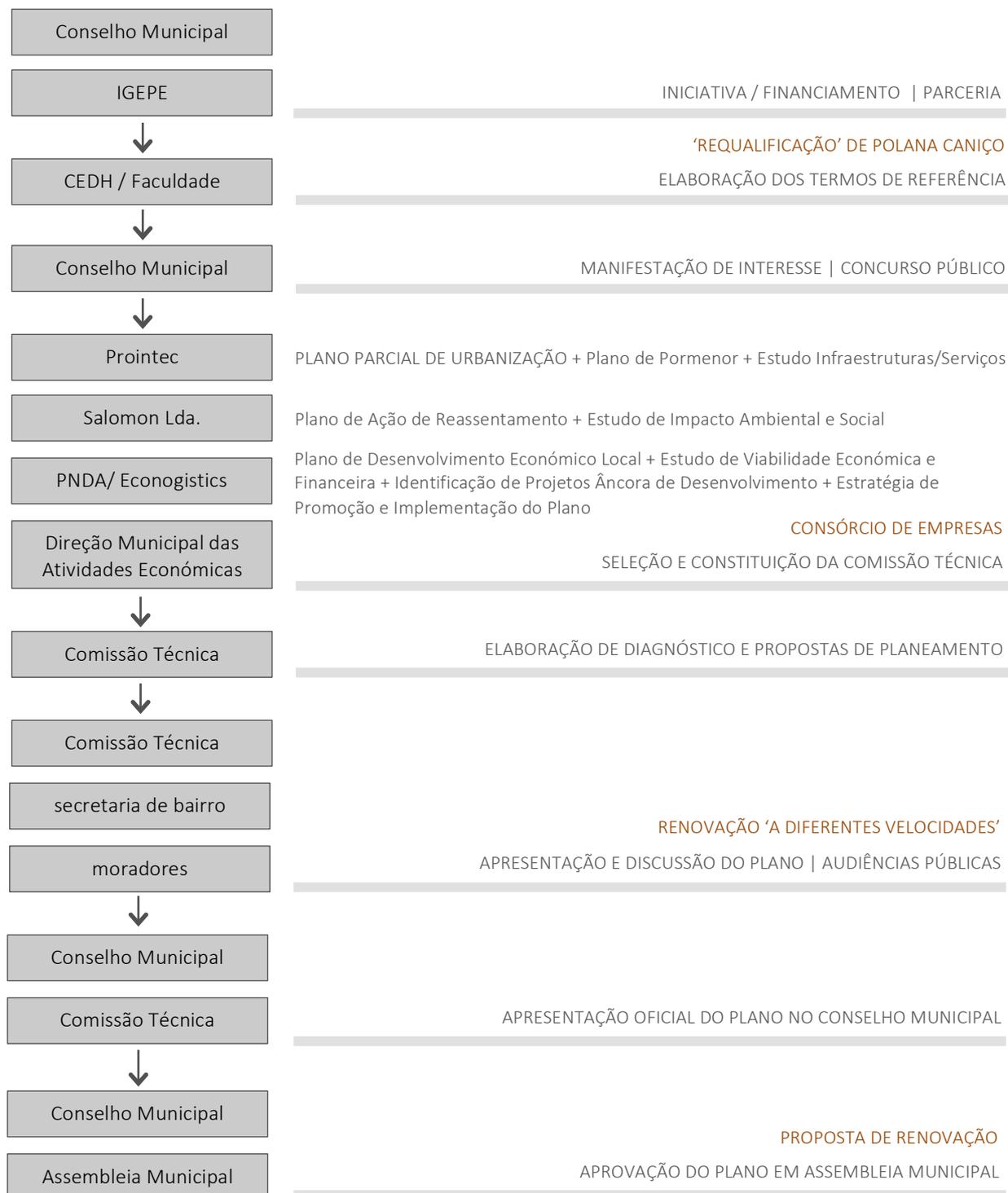
nomeadamente empresas imobiliárias e grandes empresas industriais, “repartindo-se custos e lucros de alguns empreendimentos possíveis” (CMM, 2012a: 20, 43).

Os vários planos e estudos previstos ficaram a cargo de um consórcio formado por várias empresas³⁶⁵ (ver esquema 08), sendo a elaboração do PPU entregue à Prointec, sediada em Espanha e especializada em vários sectores da engenharia, arquitetura, urbanismo e meio ambiente, mas sem experiência em Moçambique ou em contextos similares. Foi sobretudo neste instrumento de ordenamento que recaíram as maiores expectativas em redor da “requalificação” de Polana Caniço. Em 2013, antes do início da elaboração do PPU, uma técnica municipal entrevistada esperava que este plano propusesse “*outro tipo de tecido urbano*” e “*outros padrões urbanísticos*”, “*com uma malha mais regular*” (2013), e o vereador das atividades económicas que apresentasse as condições necessárias “*para que o investimento privado possa acontecer, para que [o investidor] possa fazer os seus negócios e naturalmente criar emprego e mais receitas para o Estado*” (2013). Do lado do IGEPE, um representante desta instituição, entrevistado na mesma altura, apresentava como um dos principais objetivos do futuro PPU a promoção do mercado imobiliário, de forma a “*adequar este espaço [Polana Caniço] àquilo que é a atual cidade*”, ou seja, “*construção em altura, edifícios modernos e, acima de tudo, bem planeado, com as devidas infraestruturas necessárias*” (2013). Os técnicos que acompanhavam de fora o desencadear deste processo previam uma proposta assente sobretudo na *tábula rasa* do tecido existente e na saída dos seus moradores – “*vão tirar as pessoas dali para outro sítio*” –, bem como a reprodução do modelo urbano espelhado em Sommerschild, ou seja, moradias unifamiliares destinadas aos grupos de maiores recursos, sob a forma ou não de condomínios fechados – “*Polana Caniço será a continuação de Sommerschild*”³⁶⁶.

A fase de diagnóstico e o esboço das propostas de ordenamento arrancaram nos primeiros meses de 2014. De acordo com Pierobon (2014: 957), que integrou a equipa técnica responsável pela elaboração do PPU, a escassa e fraca qualidade da informação disponível sobre os bairros, mas também o factor distância, tendo em conta que grande parte do trabalho foi desenvolvido a partir de Madrid, dificultaram a recolha de informação adicional e, conseqüentemente, uma análise de diagnóstico aprofundada. Contudo, segundo o mesmo autor (*Ibidem*), as dúvidas e questões levantadas pelos moradores presentes nas audiências públicas, realizadas em Abril e Julho de 2014, permitiram colmatar algumas falhas de diagnóstico. Para além dos problemas infraestruturais e ambientais que caracterizam os bairros de Polana Caniço A e B, expostos no início deste Capítulo,

³⁶⁵ Empresas envolvidas: a Prointec (<http://www.prointec.es>), responsável pelo PPU, o PP e o estudo das necessidades em infraestruturas e serviços públicos; a Salomon Lda. (<http://www.salomonida.blogspot.pt>), responsável pelo Plano de Ação de Reassentamento e o estudo de impacto ambiental e social; e a PDNA/Econogistics (<http://www.sagoa.org.za>), responsável pelo Plano de Desenvolvimento Económico Local, o estudo de viabilidade económica e financeira, a identificação dos projetos âncora de desenvolvimento e a definição de uma estratégia de promoção e implementação do projeto.

³⁶⁶ Entrevistas realizadas em 2013.



Esquema 08 | Diferentes relações estabelecidas no âmbito da elaboração do PPU de Polana Caniço A.

Fonte | Autora, 2016.

tornou-se evidente para a equipa técnica o risco de gentrificação associado a uma futura proposta de intervenção, razão pela qual um dos seus principais objetivos passou a ser não potenciar ainda mais este tipo de processos (Pierobon, 2014: 961; CMM, 2015b: 54-55). Um novo olhar sobre o território permitiu ainda identificar novas potencialidades, nomeadamente: (i) a baixa circulação automóvel no interior dos bairros, que, se valorizada, abria a possibilidade de pensar o espaço urbano de forma dissociada do automóvel, não o convertendo no “primeiro elemento tácito de ordenamento”; e (ii) a prática da agricultura urbana, que, se eliminado o perigo de contaminação dos lençóis freáticos, podia representar uma “alternativa de produção sustentável” (Pierobon, 2014: 958-959).

Para Pierebon (2014: 966, 968), o contacto com uma realidade distinta e distante da dos chamados *países do Norte* exigia, enquanto urbanista, não só um novo olhar sobre o território, como também uma outra atitude. Por um lado, o que até então se consideravam boas soluções ou boas práticas podiam, num contexto como o de Maputo, revelar-se contraproducentes e, até mesmo, perversas. Por outro lado, os técnicos estrangeiros – apresentados como “a personificação da ciência”, “os depositários do saber” e “um elemento neutro que só pode ser sinónimo de progresso e modernidade”³⁶⁷ – podiam tornar-se, nas palavras de Pierebon (2014: 969):

“emissários de mensagens [...] politicamente incómodas e insustentáveis, como por exemplo colocar em marcha um processo de gentrificação disfarçado de requalificação [...], dando a entender à população que determinadas soluções são consequência lógica e incontornável da aplicação de um modelo racional”³⁶⁸.

Contudo, contrariando os cuidados e advertências da equipa técnica, os edifícios e conjuntos habitacionais, equipamentos e serviços de cariz privado erigidos nas margens da avenida Julius Nyerere e junto à linha da costa, bem como os vários planos e projetos imobiliários de iniciativa privada anteriores ao PPU, dirigiam-se aos interesses de mercado, como por exemplo³⁶⁹:

— O Plano de Pormenor do terreno concessionado ao Automóvel & Touring Clube de Moçambique (ATCM), elaborado por uma empresa moçambicana – a Zamir Ismail Arquitetura – e aprovado em Assembleia Municipal em Dezembro de 2013, prevê a construção de edifícios multiusos (com 6 a 33 pisos), hotéis, centros de conferência, espaços comerciais, serviços e habitação, áreas destinadas à prática desportiva e automobilística e um parque de campismo.

³⁶⁷ Tradução livre do original ‘*personificación de la ciencia*’, ‘*los depositarios del saber*’, ‘*un elemento neutro que sólo puede ser sinónimo de progreso y modernidad*’.

³⁶⁸ Tradução livre do original ‘*emisarios de mensajes que serían politicamente incómodas e insostenibles, como por ejemplo la puesta en marcha de un proceso de gentrificación disfrazando de requalificación [...], dando a entender a la población que determinadas soluciones son la consecuencia lógica e inapelable de la aplicación de un modelo racional*’.

³⁶⁹ Para além destes planos e projetos, apresentados no PPU de Polana Caniço (2013b: 41-50), podem existir outros.



Figura 45 | Alguns dos projetos de iniciativa privada anteriores ao PPU de Polana Caniço (simulações 3D).

Fonte | Apresentações promocionais realizadas pelas respetivas equipas projetistas.

Segundo o Caderno de Oportunidades de Investimento apresentado pelo CMM em 2015, a sua implementação implicará o reassentamento de cerca de 800 famílias (2015c: 14).

- O Plano de Pormenor do “Quarteirão 53”, em Polana Caniço B, elaborado por um grupo de arquitetos moçambicanos, prevê a construção de edifícios multiusos (máximo 12 pisos) ao longo da rua do Rio Inhamiara, com habitação, comércio e serviços, e de edifícios uni e plurifamiliares (máximo 4 pisos) no resto do quarteirão.
- O projeto de “Melhoramento e ampliação do Polana Golfe Clube”, desenvolvido por uma empresa sul-africana – a *AMA Architects* –, propõe, para além do campo de golfe, a construção de um complexo desportivo com ginásio, *spa*, espaços comerciais e restaurantes, bem como edifícios de habitação uni e plurifamiliares³⁷⁰ (ver figura 45).
- O projeto do “Complexo Desportivo da Costa do Sol” associa espaços destinados à prática desportiva a edifícios de habitação e espaços comerciais³⁷¹.
- O projeto “Britalar”, a cargo de uma empresa portuguesa – a Central Índico Arquitetos –, propõe a construção de um edifício de habitação plurifamiliar com 16 pisos e outro de escritórios com 25 pisos, espaços comerciais, serviços, um *spa* e um ginásio, um centro de conferências, um centro comercial e um parque de estacionamento subterrâneo³⁷² (figura 45).
- O projeto “Mwalimo”, desenvolvido por uma empresa moçambicana – a Estúdio 4 Arquitetos –, prevê a construção de edifícios de habitação plurifamiliares (com 7 a 9 pisos), com piscina, estacionamento e comércio ao nível do piso térreo (CMM, 2015c: 48) (ver figura 45)³⁷³.

Face a esta tendência, a equipa técnica responsável pela elaboração do PPU assume um compromisso entre a lógica de mercado e aqueles que considera serem os interesses e necessidades da população, combinando dois tempos à partida diametralmente opostos: o dos investidores, que preconizam um retorno económico praticamente imediato; e o dos atuais moradores, que precisam de tempo para alcançar e se adaptar aos parâmetros urbanísticos propostos (Pierobon, 2014: 962; CMM, 2015b: 55).

Definem-se cinco eixos estratégicos de intervenção (ver figura 46):

1. *A reorganização da rede de mobilidade e acessibilidade*, propondo a manutenção e o alargamento das vias principais e a manutenção e criação de vias secundárias, terciárias e locais. Estas ações visam facilitar o acesso transversal e ao interior dos bairros, nomeadamente de ambulâncias e carros de bombeiros em situações de emergência, melhorar e garantir a

³⁷⁰ Informação extraída de uma apresentação promocional realizada pelos *AMA Architects* em 2007.

³⁷¹ Não nos foi possível saber a empresa responsável pela elaboração deste projeto.

³⁷² Informação extraída de uma apresentação promocional realizada pela Central Índico Arquitetos.

³⁷³ Informação extraída de uma apresentação promocional do Condomínio em causa.



Legenda | zona residencial (altura máx. 45m); zona residencial (altura máx. 12m); quarteirões residenciais; módulos residenciais; áreas de atividade económica; infraestruturas; equipamentos; espaços públicos; recuperação do mangal; área agrícola.

Figura 46 | Plano Parcial de Urbanização de Polana Caniço.

Fonte | Plano disponibilizado por um dos entrevistados. Imagem trabalhada graficamente pela autora (2016).

circulação de transportes públicos, tanto nas vias principais, como nas vias secundárias, bem como promover a mobilidade de pessoas, bicicletas e outros veículos não motorizados. Ainda neste âmbito, prevê-se a instalação e o reforço da rede de abastecimento de água, eletricidade, drenagem e saneamento (CMM, 2015b: 85-92).

2. *A criação de corredores de “transformação rápida”* ao longo das vias principais, com maior acessibilidade e potencial de atração de atividades económicas (comércio, serviços e habitação destinada a grupos de maiores recursos) e, conseqüentemente, de novos promotores e investidores imobiliários (Pierobon, 2014: 962; CMM, 2015b: 60-61).
3. *A renovação do espaço habitacional*, a partir da introdução e implementação de diferentes tipologias, nomeadamente do que se designou de “módulos”, “quarteirões” e “habitações em altura” – a primeira corresponde a edifícios de dois pisos, concebidos através de programas de apoio à autoconstrução; a segunda resulta da agregação de vários talhões e corresponde a edifícios de dois a três pisos em banda; e a terceira corresponde a edifícios multiusos, no máximo com 8 pisos, com habitação, comércio e serviços (CMM, 2015b: 68-70).
4. *O reforço e criação de novas centralidades*, destacando-se a “Praça dos Combatentes (Porta Norte)”, transformada num polo de serviços integrados (terminal de transportes, comércio, hotéis, espaços e equipamentos públicos); a “Porta Oeste”, localizada perto de equipamentos públicos e alinhada com o único eixo central de ligação à zona leste e à praia; as “Portas da Universidade”, na transição entre Polana Caniço A e o Campus Universitário, dotadas de serviços e equipamentos públicos; e a “Porta do Triunfo (Porta Leste)”, potenciada pela reconstrução da avenida Marginal, pela intervenção no autódromo (ATCM) e pela construção de um equipamento cultural de relevo (cinema, teatro ou museu) (CMM, 2015b: 76-78).
5. *A ampliação da rede de equipamentos existente*, garantindo solo suficiente para a sua implantação e justa distribuição, e a *melhoria e integração dos espaços verdes, de proteção e de reserva*. Prevê-se a recuperação, proteção e valorização do mangal, a integração do campo de golfe, a recuperação e valorização de espaços verdes degradados, a abertura de novos parques e jardins públicos (associados ou não a equipamentos), a arborização das vias principais e a criação de uma área destinada à agricultura urbana (CMM, 2015b: 75-76).

Estes eixos servem de base à criação de diferentes cenários de intervenção, que tomam como principal variável a renovação do espaço habitacional (ver tabela 03). Tendo em conta as tipologias consideradas – “módulos”, “quarteirões” e “habitações em altura” –, o primeiro cenário privilegia a construção de “módulos”, prevendo-se a demolição de cerca de 46,4% das habitações existentes, o segundo a de “quarteirões”, fazendo disparar a percentagem de habitações demolidas para os 91,9%,

e o terceiro combina, de forma mais equitativa, todas as tipologias, implicando a demolição de 63,2% das habitações (CMM, 2014).

O último cenário, que corresponde à proposta final de ordenamento, apresenta, segundo a equipa técnica que conduziu o processo, três vantagens sobre os demais (CMM, 2015b: 58-59):

- não altera substancialmente a estrutura urbana das zonas mais consolidadas, prevendo-se uma lenta substituição e densificação destes espaços através da construção de “módulos”, em função dos recursos e capacidade de investimento dos atuais moradores;
- concentra as intervenções mais radicais ao longo das vias principais – onde elas já têm lugar –, junto das novas centralidades e nas áreas de maior fragilidade hidro-geológica e ambiental, como é o caso do mangal, onde se pretende extinguir fenómenos descritos como “ilegais” e de “construção espontânea”, não planificados;
- apresenta a melhor relação entre o solo livre gerado para usos públicos e o número de reassentamentos estimados.

Tabela 03 | Cenários apresentados na versão preliminar do PPU de Polana Caniço.

Cenários		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Habitações (n.º de unidades)	atuais	14.575	14.575	14.575
	mantidas (x)	7.810 [53,6%]	1.180 [8,1%]	5.370 [36,8%]
	demolidas	6.765 [46,4%]	13.625 [91,9%]	9.435 [63,2%]
	propostas (y)	9.363	15.741	15.533
	total (x + y)	17.173	16.921	20.903
Solo livre para espaços e equipamentos públicos (ha)	existente	32,6	32,6	32,6
	proposto	36,4	52,8	84,9
	incremento (%)	11,6	62,0	119,9
	total	69,0	85,4	104,3
Índice de eficiência (solo livre gerado (ha) / n.º reassentamentos)		1,0	0,6	1,1

Fonte | Tabela apresentada na versão final do PPU (CMM, 2015b: 58), adaptada pela autora (2016).

O programa de implementação do PPU refere-se a um horizonte temporal de dez anos (CMM, 2015b: 98). A maior parte das infraestruturas, em particular as que minimizam ou impedem a ocorrência de cheias, deslizamentos de terras e outras situações de maior gravidade, assumem um carácter prioritário. Tendo em conta que a sua construção/instalação implicará demolições e reassentamentos, sugere-se que a urbanização e edificação de alguns talhões avance em paralelo, de forma a garantir o alojamento imediato das famílias lesadas (*Idem*: 98-100). O processo de edificação prosseguirá através

da definição de unidades de gestão e da elaboração de planos de pormenor, primeiro ao nível dos grandes eixos viários, que concentram as tipologias habitacionais de maior densidade, e só depois nas restantes áreas, deixando-se para último a recuperação de parte do mangal e a criação de espaços de reserva para equipamentos e espaços públicos (*Idem*: 105-109). Embora o PPU não aprofunde o papel das parcerias público-privadas na fase de implementação, de acordo com alguns técnicos e políticos entrevistados³⁷⁴, serão os investidores privados a viabilizar ou garantir a prossecução de grande parte das intervenções propostas – “*É impensável que o Estado faça todo este desenvolvimento, [portanto] o que nós pretendemos naturalmente é [...] pôr à disposição do sector privado estas oportunidades*” (entrevista, técnico municipal, 2013).

O PPU também pouco adianta sobre o processo de reassentamento ou realojamento inerente à sua implementação. Como referimos no Capítulo 4, um vereador municipal entrevistado antes da conclusão do plano (2013) referia a possibilidade do Estado, através do recurso à expropriação por interesse público, controlar e regular as indemnizações auferidas pelos moradores, cobertas por promotores e investidores privados. Um representante do IGEPE apontava para a permanência dos atuais moradores no local, desde que, nas suas palavras, “*obedeçam àquilo que são os padrões exigidos para a construção naquela zona*”, o que significa que teriam de “*construir uma casa nas condições que o plano exige*” (2013). Os termos de referência para a seleção das equipas/empresas contratadas no quadro da “requalificação” de Polana Caniço sugere ainda a criação de um fundo municipal, com dinheiros públicos e privados, que permita a oferta de uma habitação condigna no local aos moradores afetados pelas intervenções propostas e o acesso a uma linha de crédito à habitação bonificado (CMM, 2012a: 86), ideia essa também partilhada por alguns técnicos entrevistados, que apontam para a aquisição de imóveis “em prestações” (2013). Atendendo à escala da demolição prevista e aos interesses instalados, mas também à forma como têm sido conduzidos os processos de reassentamento no âmbito da implementação de megaprojetos e da reconstrução de eixos viários estruturantes (ver Capítulo 4), fica a dúvida se o reassentamento ou realojamento será realizado *in loco* ou em bairros periféricos ou, ainda, se será limitado à entrega de uma indemnização/compensação monetária.

Concluído o PPU, um dos técnicos que acompanhou o seu processo de elaboração coloca a hipótese deste nunca vir a ser implementado e do verdadeiro objetivo do plano ser o plano em si mesmo, ou seja, uma forma de atrair fundos para a sua elaboração e de existir um documento legal/oficial que dê alguma cobertura às operações imobiliárias em curso, mesmo que não sigam a sua proposta de ordenamento (entrevista, 2015). Se são poucos os que têm acesso ao plano e se não há qualquer tipo de controlo ou fiscalização, nas palavras deste técnico, “*tudo é possível*”.

³⁷⁴ Entrevistas realizadas em 2013.

| *Como é que vai ter condições para construir prédios?*³⁷⁵ |

O processo de planeamento é uma incógnita para muitos dos moradores de Polana Caniço A entrevistados. No entanto, apesar da geral falta de informação sobre a elaboração do PPU e, ainda mais, sobre o seu conteúdo, há quem tenha tido conhecimento do processo através³⁷⁶:

- dos meios de comunicação social³⁷⁷, que anunciam uma “mudança do rosto” do bairro nos próximos anos, a construção de vias de acesso, infraestruturas básicas, empreendimentos, equipamentos e “habitações sociais”;
- de reuniões na secretaria de bairro, que não correspondem às audiências públicas realizadas no âmbito da elaboração do PPU, mas a encontros nos quais elementos da estrutura local presentes “vêm dizer que há um projeto para ser cumprido”, “que toda a gente hão-de ser tirado” ou que “futuramente, nós todos vamos sair para a cidade continuar até Xiquelene” (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013);
- e de terceiros, onde “cada um vai contando a sua história – uns dizem que querem fazer um parque, outros dizem que querem fazer uma empresa grande” (entrevista, moradora de Polana Caniço A, 2013).

Qualquer que seja o cenário associado ao plano ou projeto de “requalificação”, a *tábula rasa* do existente e a saída do bairro tendem a fazer parte dele. Em alguns casos, as futuras ações de renovação e gentrificação são lidas como imperativos do governo, prevalecendo a ideia que, querendo ou não, “sendo o governo dizendo ‘vocês saem’, vamos ter que sair” – “não há que negar” (entrevista, 2013). Noutros casos, considera-se que a permanência no bairro estará ao alcance somente daqueles que conseguirem: (i) construir um “prédio” ou uma “casa melhorada”, de rés-do-chão e primeiro andar, na linha das existentes no bairro de Sommerschield, questionando-se “como é que vai ter condições para construir prédios, [...] se a pessoa já não tem condições para sustentar a família” (entrevista, morador de Polana Caniço A, 2013); ou (ii) comprar/arrendar as futuras casas ou “prédios” construídos pelo governo, embora, segundo um morador entrevistado, “a construção dessas casas ou prédios requer custos [e] não será estes que vive aqui que hão-de pagar” (2013).

³⁷⁵ Moradora de Polana Caniço A, entrevistada em 2013.

³⁷⁶ Entrevistas realizadas em 2013.

³⁷⁷ A título de exemplo, ver notícias de imprensa: STV, 14 Set. 2011; O País, 15 Set. 2011; Verdade, 01 Dez. 2011; Verdade, 09 Nov. 2013; AIM, 05 Abr. 2014; Notícias, 07 Abr. 2014.

5.5. | *Uma coisa é o que está no papel, outra é a realidade*³⁷⁸

Os três processos percorridos – a transação de talhões e construções (subcapítulo 5.2.), a reconstrução de eixos viários estruturantes (subcapítulo 5.3.) e a elaboração de planos parciais de urbanização (subcapítulo 5.4.) – associam entre si, por um lado, a lógica de mercado e a *lógica da necessidade* a que se refere Abramo (2009: 6) e, por outro, a lógica do *interesse público*, sobre a qual se apoiam parte das intervenções desencadeadas ou promovidas pelo governo local (ver esquema 09). Inscritos na racionalidade hegemónica característica do *espaço abstrato*, estes processos tendem a gerar ou perpetuar processos de exclusão e desigualdade sócio-espacial.

O acesso à terra e à habitação tornou-se, nos bairros em análise, refém da lógica de mercado, mas também, como fomos assinalando ao longo do texto, da corrupção e do clientelismo. O arrendamento, em franco crescimento, é hoje a principal porta de entrada dos grupos de menores recursos ao centro da cidade e às suas proximidades, promovendo a densificação do tecido autoproduzido e a precarização das condições de habitabilidade. Em contrapartida, a transação de talhões e construções permite o acesso e o consumo destes espaços por parte de grupos de maiores recursos, remetendo os anteriores moradores para bairros mais periféricos, onde, como refere Melo (2015: 337-338) e como vimos com a comercialização de alguns talhões atribuídos no âmbito do reassentamento, se vem enraizando a lógica de mercado. Em vez da densificação, a transação de talhões e construções promove um território cada vez mais disperso, difuso e fragmentado, impondo custos crescentes ao nível dos transportes e movimentos pendulares cada vez maiores. Por fim, também o planeamento promove a dinâmica de mercado, através das parcerias público-privadas ou mesmo da construção de “habitações a custos controlados”, que, atendendo à Vila Olímpica ou à Casa Jovem, com pressupostos idênticos, se revelam inacessíveis à maioria dos cidadãos (ver Melo, 2015: 217-219). Distante das necessidades e interesses locais, o planeamento urbano tende a ser reduzido a um *planeamento de organização espacial*, como refere Souza (2011 [2001]: 123), preocupado essencialmente com o traçado urbanístico, as densidades de ocupação e os usos do solo propostos, sendo o seu grau de abertura à participação limitado ao mínimo previsto na lei ou simplesmente ignorado, como vimos acontecer no PPU de Maxaquene A.

Num contexto onde a terra, do ponto de vista legal, é propriedade do Estado e não deve ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada, as práticas quotidianas estão distantes dos pressupostos enunciados na constituição e legislação vigentes, como avançámos no Capítulo 4. A análise dos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A colocam igualmente em evidência o forte envolvimento das estruturas locais, distritais e municipais na compra e venda de talhões e construções, bem como

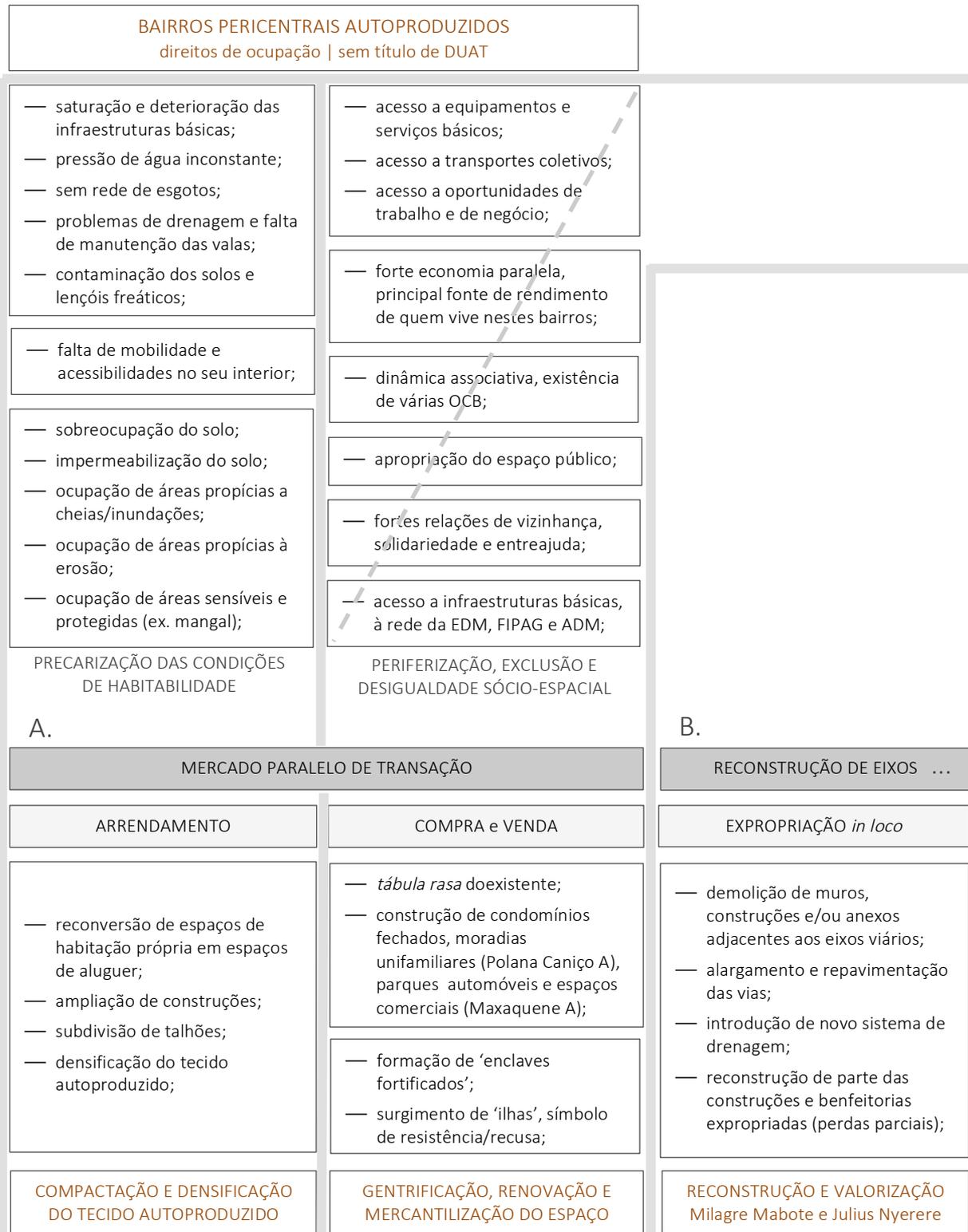
³⁷⁸ Arquiteto/urbanista e investigador, entrevistado em 2013.

possíveis situações de abuso de poder, usurpação e favorecimento por parte de alguns dos seus elementos, sobretudo na presença de grandes investidores. Uma forte aliança entre o poder político e o poder económico está igualmente presente na reconstrução das avenidas Milagre Mabote e da Julius Nyerere e, uma vez mais, na elaboração dos planos parciais de urbanização dos respetivos bairros. Num primeiro momento, o recurso à expropriação por *interesse público* visa a melhoria das acessibilidades e, com ela, a promoção do mercado imobiliário, abrindo novos caminhos e possibilidades de negócio. Num segundo momento, a figura do plano, para além de legitimar a lógica e transformação em curso, como referimos anteriormente, reitera a intenção do executivo municipal em estender as ações de renovação e gentrificação a outros espaços, consumindo, no limite, toda a extensão dos bairros, em nome do *interesse público*. Entre a generalizada falta de informação e a forma como os moradores percebem e vivenciam estes processos, a grande maioria dos entrevistados prefere negociar com o investidor privado, que “*dá um valor onde a pessoa é livre de construir a casa onde quiser e como quiser*” – “*você determina*” (morador de Maxaquene A, 2013) –, enquanto o governo local “*não quer negociar*”, “*estipula o preço que vai dar e o que vai fazer e mais nada*” ou “*pode tirar-te à força*” (moradores de Maxaquene A e Polana Caniço A, 2013).

Apesar do recurso à intimidação, da falta de informação e da individualização dos processos dificultarem qualquer tipo de mobilização individual ou coletiva contra os interesses e práticas dominantes, a leitura do *plano do lugar* também ilumina algumas práticas e focos de resistência. Ao nível dos moradores, destacamos:

- o protesto, por parte de quem habita as chamadas “casas brancas”, em relação à recolha diferenciada do lixo, inicialmente limitada aos vizinhos do designado bairro de Sommerschild II, bem como o derrube do muro que estes últimos tentaram erigir em seu redor;
- a recusa de qualquer tipo de negociação por parte de alguns moradores dos bairros, que, no lugar do *valor de troca*, privilegiam o *valor de uso*, nomeadamente as relações de vizinhança construídas ao longo do tempo, o gosto pelo bairro e as possibilidades que este oferece;
- a apresentação de contrapropostas muito altas com o objetivo de inviabilizar o negócio e afastar potenciais compradores ou intermediários, impedindo ou protelando dessa forma a sua saída do bairro;
- a denúncia, a meios da comunicação social, de despejos forçados e de situações de discriminação e exclusão sócio-espacial, na tentativa de impedir o prosseguimento de algumas ações particularmente violentas, parte delas realizadas com o consentimento da estrutura municipal, distrital e local;

MAXAQUENE A e POLANA CANIÇO A



A. MERCADO PARALELO DE TRANSAÇÃO = 'lógica da necessidade' + lógica de mercado

ARRENDAMENTO > dinâmica de mercado de compra e venda noutros bairros
 COMPRA e VENDA > tendencialmente mais periféricos

valorização e especulação > desigualdade sócio-espacial
 fundiária e imobiliária > insegurança de ocupação

B. RECONSTRUÇÃO DE EIXOS VIÁRIOS ESTRUTURANTES = 'interesse público' + lógica de mercado

EXPROPRIAÇÃO > melhoria da acessibilidade
in loco > dinâmica de MERCADO

REASSENTAMENTO > maiores movimentos pendulares, custos de transporte
 periferação dos grupos > desigualdade de acesso a infraestruturas e serviços básicos
 de menores recursos

C. ELABORAÇÃO DE PPU = 'interesse público' + lógica de mercado

intenção de *tábula rasa* > valorização e especulação
 do existente > fundiária e imobiliária

legitimação da lógica e transformação movida pelo MERCADO

... VIÁRIOS ESTRUTURANTES	ELABORAÇÃO DE PLANOS PARCIAIS DE URBANIZAÇÃO (PPU)	
REASSENTAMENTO	MAXAQUENE A	POLANA CANIÇO
<ul style="list-style-type: none"> — ocupação ou comercialização de talhão com título de DUAT; — construção de habitações no geral similares às expropriadas, em resultado das reduzidas indemnizações auferidas; 	<ul style="list-style-type: none"> — <i>tábula rasa</i> do tecido preexistente; — introdução de nova rede viária e estrutura urbana; — criação de áreas multiusos junto às avenidas circundantes; — 80% de "habitações de custos controlados"; — construção de equipamentos; — reforço das infraestruturas; 	<ul style="list-style-type: none"> — <i>tábula rasa</i> de 63,2% do tecido preexistente; — reorganização da rede de mobilidade e acessibilidade; — criação de corredores de "transformação rápida"; — reforço e criação de novas centralidades e melhoria e integração dos espaços verdes; — reforço das infraestruturas;
PERIFERIZAÇÃO MERCANTILIZAÇÃO	GENTRIFICAÇÃO, RENOVAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO	

- a constituição, em Maxaquene A, de uma comissão de moradores com o objetivo de exigir a reavaliação dos bens expropriados e uma maior transparência do processo de expropriação e reconstrução da avenida Milagre Mabote;
- a recusa dos talhões e indenizações atribuídos no âmbito destes processos, bem como o regresso ao bairro de Maxaquene A, onde se voltam a reocupar os espaços anteriormente deixados, reduzidos pelo novo traçado da avenida.

Também entre os técnicos e membros de organizações não-governamentais envolvidos nestes processos, apesar de várias contradições, destacamos os que:

- confrontados com a reelaboração e reorientação do Plano Parcial de Urbanização (PPU) de Maxaquene A no sentido da renovação urbana, criticaram e negaram a lógica de mercado subjacente a esta abordagem imposta pelo executivo municipal;
- perante a aprovação do PPU assente na *tábula rasa* do existente, prosseguiram na criação e implementação do projeto “Desenvolvimento de ferramentas para a melhoria das condições de vida no bairro de Maxaquene A”, em torno do direito à habitação e do direito de uso e aproveitamento da terra;
- numa atitude crítica e reflexiva, procuraram, no caso do PPU de Polana Caniço A, contrariar o risco de gentrificação inerente a uma futura proposta de intervenção e defender aqueles que consideravam ser os interesses e necessidades dos atuais moradores.

Tratam-se de *micro-resistências* – forjadas no quotidiano, numa situação de confronto ou numa prática profissional comprometida com a inclusão e democratização do espaço urbano –, capazes de reverter ou contrariar, ainda que pontualmente e muitas vezes de forma silenciosa, as relações de poder e dominação instituídas (Certeau, 1998 [1990]: 18-19). Em alguns casos, nomeadamente naqueles promovidos e conduzidos pelos moradores, chega-se a impedir a expansão das fronteiras da mercantilização e financeirização do espaço, noutros não se vai para além do discurso e das intenções. Contudo, o risco de uma ação de resistência ou revolta mais abrangentes face à renovação total destes lugares, poderá ser um dos fatores que justifica a demora ou recusa, por parte do governo local, na efetivação desta abordagem, e o recurso a outras estratégias, nomeadamente a sua inoperância face à transação de talhões e construções, negada por lei, e a (re)construção de eixos viários estruturantes, que potenciam a dinâmica de mercado e desencadeiam ações paulatinas de renovação. Implícita ou explicitamente, estas práticas e focos de resistência mostram que, apesar da reduzida margem de manobra dos seus agentes, as iniquidades do sistema dominante continuam a gerar oposição e que as suas contradições continuam a ser exploradas, tal como o foram noutros períodos da história (ver Capítulo 2), revelando que *outro* futuro é possível.

6 • De uma sombra de resistência a um *outro* futuro possível

Com o olhar dirigido para a construção do *direito à cidade* e a *democratização do planeamento e gestão urbanos*, pretendemos, neste último capítulo, enunciar a possibilidade de uma *outra* história para os bairros pericentrais autoproduzidos. Marcados, desde a sua génese, por fortes desigualdades e iniquidades sócio-espaciais, eles surgem da “necessidade social” e da “necessidade de criação” a que alude Lefebvre (2012 [1968]: 107; 1973: 40), contrárias à ordem imposta, e são resultado do controlo direto dos cidadãos sobre a forma de habitar e manifestar a sua diferença na cidade, capazes de tornar espaços à partida inabitáveis em espaços de habitar (ver Capítulo 2). Nas últimas décadas, ao adquirirem valor de mercado, estes bairros, considerados “desordenados” e “desorganizados” por grande parte dos técnicos e decisores políticos, tendem a tornar-se um alvo preferencial de promotores e investidores privados, nacionais e estrangeiros, e a assumir um carácter provisório, prevendo-se a sua *tábula rasa* e a saída dos seus habitantes, que veem assim negado o *direito ao lugar* e o *direito à cidade*, no sentido preconizado por Lefebvre (2012 [1968]). Será este ciclo de valorização, especulação, renovação e gentrificação um *determinismo absoluto* ou uma forte tendência que admite exceções rumo a *outro* futuro possível? Como gerar o que Souza (2006b: 578) define como um *contraplaneamento* e uma *contragestão* alternativos ao sistema dominante?

Como vimos no capítulo anterior, quando compreendidos à escala da realização das ações, ou seja, no *plano do lugar*, estes processos, para além de complexos, revelam-se acima de tudo plurais, envolvendo uma multiplicidade de agentes, com interesses, estratégias e práticas distintos: uns favoráveis, outros contrários aos interesses dominantes. Como destaca Lefebvre (2012 [1968]: 131-132), embora tudo tenda a virar produto e a reger-se pela linguagem das mercadorias, o uso e o *valor de uso* resistem irredutivelmente ao movimento de *centralização-fragmentação* que marca a atual transformação destes espaços. Para além do “conformismo generalizado” a que se refere Castoriadis

(1990), emergem práticas e focos de resistência entre os moradores, mas também entre os técnicos e membros das organizações da sociedade civil envolvidos nestes processos. Longe de desencadear uma ruptura ou colapso do sistema, o momento é agora de experimentação e aprendizagem pela *praxis*, ainda que territorialmente circunscrita e, à primeira vista, modesta. Num contexto em que persiste uma fusão entre partido (Frelimo) e Estado, de acordo com Cahen (2013: 168), e, mais recentemente, em que emerge uma forte aliança entre o poder político e o poder económico, os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo, particularmente sujeitos à pressão e violência do mercado, constituem “laboratórios” de resistência, onde novas formas de solidariedade e discursos críticos se vão engendrando, mas também onde a consciência dos direitos, ideias, estratégias e novas estruturas organizativas vão germinando.

Refletir sobre como é possível, atualmente, ampliar a margem de manobra de práticas emancipadoras, tomando o *direito à cidade* e a *democratização do planeamento e gestão urbanos*, advogados respetivamente por Lefebvre (2012 [1968]) e Souza (2010 [2001]; 2006b), como *horizonte referencial de pensamento e ação*, é o que nos propomos fazer neste capítulo. Num primeiro momento (subcapítulo 6.1.), retomando alguns pontos enunciados e aprofundados em capítulos anteriores, detemo-nos na figura tridimensional da realidade social proposta por Lefebvre, apresentada como a chave para a compreensão do processo de produção do espaço (Schmid, 2008: 33). Num segundo momento (subcapítulo 6.2.), voltamo-nos para a noção de *cidade* e para o modelo de *desenvolvimento urbano* a ela associado, a partir da leitura do *direito à cidade* e da imagem de futuro dos bairros pericentrais autoproduzidos apresentadas pelos vários moradores e técnicos entrevistados, mas também das abordagens de intervenção defendidas especificamente pelos técnicos. Num terceiro e último momento (subcapítulo 6.3.), propomos um novo olhar sobre estes espaços e, especificamente, sobre o seu planeamento e gestão, tendo em vista a *melhoria da qualidade de vida* e o *aumento da justiça sócio-espacial*.

6.1. | A prática, a representação e o espaço de representação

O espaço está longe de ser um mero palco da vida social ou um simples receptáculo das relações sociais. Esta tomada de consciência, fortemente inspirada ou influenciada pelo pensamento de Lefebvre, ganha forma na década de 1970, refletindo-se na obra de outros autores, como Castells (1972), Harvey (1975) e Soja (1980), por exemplo, embora numa perspetiva geralmente menos heterodoxa que a de Lefebvre. Para este autor, o espaço, como destacámos no Capítulo 1, não se resumia à materialização das relações sociais de produção, nem a urbanização ao processo de disseminação do urbano. Seguindo a sua linha de pensamento, a noção de produção possui uma dupla

dimensão que advém do facto dos homens em sociedade produzirem *produtos*, enumerados, apreciados e trocados em dinheiro, mas também *obras*, regidas pelo *valor de uso*, abrindo desta forma a possibilidade de *superação* das contradições do modo de produção capitalista rumo a uma *outra* sociedade (Lefebvre, 2001 [1972]: 79-80). Neste sentido, a produção do espaço envolve, não apenas o sentido económico do termo, mas também, nas palavras do próprio autor (2001 [1972]: 37-39), o “sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades”.

Se a compreensão do espaço implica a compreensão do seu processo de produção (Lefebvre, 1991 [1974]: 37), a compreensão deste processo é facilitada pela figura tridimensional da realidade social proposta por Lefebvre, aprofundada no Capítulo 1, reveladora de um espaço simultaneamente *percebido*, enquanto *prática espacial*, *concebido*, enquanto *representação do espaço*, e *vivido*, enquanto *espaço de representação*. Reformuladas ao longo da sua vasta obra, estas três dimensões existem, de acordo com Schmid (2008: 29), num estado de incerteza, ou seja, não se trata de dimensões absolutas, fechadas em si mesmas, mas de dimensões dialeticamente interconectadas. Nesta leitura, considera-se, por um lado, que a realidade social é, na sua essência, contraditória e que apenas pode ser entendida por meio das suas contradições e, por outro, que a superação de uma contradição não constitui uma verdade superior ou definitiva, mas uma transformação que transporta consigo o “germe de uma nova contradição”³⁷⁹ (Schmid, 2008: 33). Face à impossibilidade de construir ou estabelecer relações inequívocas e regras absolutas, a compreensão dialética supõe uma interpretação dinâmica do desenvolvimento e da própria história, em constante movimento (*Ibidem*). Estes três momentos ou dimensões da realidade existem assim em interação, em conflito ou aliança entre si (Lefebvre, 2007 [1992]: 12).

A partir do exemplo de uma simples relação de troca, Lefebvre mostra como esta tríade percorre todo o processo de produção (1977: 20-22). Para além da troca física de objetos, ela requer comunicação, confronto, comparação e, conseqüentemente, linguagem e discurso, signos e troca de signos, ou seja, requer uma troca mental para que a troca material se realize. Da mesma forma, contém um lado afetivo, uma troca de sentimentos que, simultaneamente, liberta e aprisiona (*Ibidem*). Transpondo este exemplo para a compra e venda de talhões e construções nos bairros em análise, a transação implica, para além da transmissão da construção e do espaço a ela associado, uma negociação entre agentes com distintos e desiguais recursos e, por parte de quem ali viveu geralmente durante várias anos, uma renúncia aos sentimentos e lembranças afetos a esse lugar. Como vimos no Capítulo 5, acaba por ser esta dimensão simbólica que por vezes impede ou dificulta a negociação e,

³⁷⁹ Tradução livre de ‘*the germ of the new contradiction*’.

consequentemente, a efetivação do negócio, sobrepondo-se nestes casos o *valor de uso* ao *valor de troca*, a *obra* ao *produto*.

A produção e transformação dos bairros pericentrais autoproduzidos mostra como a *prática espacial*, as *representações do espaço* e os *espaços de representação* contribuem de diferentes formas para a leitura deste processo, de acordo com as suas qualidades e atributos, mas também de acordo com a sociedade, o modo de produção e o período histórico em causa (Lefebvre, 1991 [1974]: 46). Como deixámos claro em capítulos anteriores, os espaços autoproduzidos, resultado de uma *prática espacial*, estão associados a uma *representação do espaço* excludente, a um discurso, planeamento e gestão regidos pela ordem dominante, que nega o *direito à cidade* aos grupos de menores recursos. Contrários ao modelo de cidade hegemónico, estes espaços tendem a ser *percecionados* pela generalidade dos técnicos e decisores políticos como provisórios e, consequentemente, a ser *concebidos* como áreas de reserva para a futura expansão do centro da cidade. No entanto, os planos, regulamentos e projetos inscritos no paradigma da *tábula rasa* tendem a não se efetivar, o que significa que os bairros pericentrais autoproduzidos persistem ao longo do tempo.

Embora a *representação do espaço* domine ou subordine o *espaço de representação*, reduzindo-o a figuras simbólicas e icónicas (*Idem*: 41), refletidas nas noções de *subúrbio* e *cidade de caniço* ou de *slum* e *informal*, portadoras de uma imagem redutora e negativa destes *espaços vividos*, eles assumem outros significados para quem os habita. Representam a história e a vida de uma comunidade e de cada indivíduo que a integra, bem como uma luta pelo espaço e, em certa medida, a conquista de um espaço na cidade, aspetos que são destacados e valorizados por alguns técnicos e membros de organizações não-governamentais (ONG), que, demarcando-se dos interesses e forças hegemónicas, defendem novas abordagens de intervenção e um novo olhar sobre o território. Como sublinha Lefebvre (*Idem*: 55), é esta luta no e pelo espaço que, dada a sua “capacidade de [...] gerar diferenças que não são intrínsecas ao crescimento económico enquanto estratégia, ‘lógica’ ou ‘sistema’”³⁸⁰, tem impedido a extensão do *espaço abstrato*, espelhado no centro da cidade, a todo o território.

Em alguns momentos da história, esta luta determina ou influencia uma *concepção* alternativa à *tábula rasa*. Símbolos de resistência, os bairros pericentrais autoproduzidos foram, como descrevemos em capítulos anteriores, objeto de algumas intervenções de melhoramento, nomeadamente:

- nos anos que antecederam a independência, no âmbito do “Plano de Beneficiação da Área Suburbana de Lourenço Marques” e do “Plano Parcial das Lagoas”, da iniciativa do governo

³⁸⁰ Tradução livre de ‘the capacity to [...] generate differences which are not intrinsic to economic growth qua strategy, ‘logic’ or system’.

colonial, visando, segundo Forjaz [et al.] (2006: 15), inverter ou travar o avanço dos movimentos de libertação (ver Capítulo 2);

- nos primeiros anos de independência, no quadro do “Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço”, financiado e apoiado pelas Nações Unidas, em resultado de uma nova conjuntura política que proclamava maior igualdade e equidade (ver Capítulo 2);
- e em pleno contexto neoliberal, no âmbito de algumas ações pontuais financiadas pelo Banco Mundial – caso de Mafalala e Chamanculo C – ou promovidas por ONG, de caráter muitas vezes assistencialista (ver Capítulo 3).

Entre estas intervenções, destaca-se o “Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço” que, apesar de limitado no tempo e sujeito a algumas contradições, impeditivas da sua continuação, representou uma experiência ímpar, nomeadamente: pelo estreito diálogo fomentado entre os técnicos e os moradores, através dos grupos dinamizadores, pela flexibilidade e pragmatismo atribuídos à figura do plano e pelo seu impacte ao nível do território, na melhoria da qualidade de vida e de habitabilidade de milhares de cidadãos, envolvidos e, até certo ponto, promotores da sua qualificação. Uma *praxis* alternativa ao sistema dominante não objetivaria apenas, como aprofundaremos na terceira parte deste capítulo, a redução da precariedade infraestrutural e habitacional, nem a garantia do direito de uso e aproveitamento da terra, sucessivamente negada a estes territórios. No entanto, importa referir que alguns períodos da história, como os anos que se seguiram à proclamação da independência, marcados pela afirmação de um discurso em prole de uma sociedade mais justa, estiveram mais próximos deste *horizonte* do que o atual contexto neoliberal.

A adesão ao programa de ajustamento estrutural representa um momento de viragem, tanto ao nível do discurso, como das práticas, trazendo consigo uma nova *representação do espaço* e uma nova constelação de poderes, responsabilidades e interesses ao nível dos agentes que operam em contexto urbano. A produção de um vasto conjunto de leis e decretos acompanhou o processo de descentralização e municipalização, de privatização e desregulamentação do mercado, visando sobretudo a sua eficácia e menores custos e encargos sociais por parte do Estado, seguindo-se uma reforma do aparelho legal relativo ao uso e aproveitamento da terra e ao seu planeamento e gestão (ver Capítulo 1). Uma análise aprofundada da legislação urbanística à luz dos bairros pericentrais autoproduzidos, realizada no Capítulo 4, revela a existência de várias contradições e ambiguidades propícias ao estabelecimento dos interesses e forças dominantes, como o reconhecimento dos direitos consuetudinários e, simultaneamente, o respeito em absoluto pelos planos de ordenamento posteriormente elaborados, parte deles assente na *tábula rasa* do tecido existente. Ademais, a dispersão da informação relativa aos direitos legalmente constituídos e à proteção de acesso à terra por vários instrumentos legais, inacessíveis à maioria dos cidadãos, favorece a máxima do

saber/conhecimento é poder. Por um lado, impõem-se novas leis, recortes administrativos, princípios e normas, muitas vezes alheios à realidade concreta, por outro, estabelece-se uma racionalidade, a da acumulação e da burocracia, característica do *espaço abstrato* e, especificamente, do atual contexto neoliberal (ver Hibou, 2012).

Numa primeira fase, a adoção desta nova cartilha refletiu-se sobretudo na aprovação e publicação de instrumentos jurídicos, na reforma dos órgãos locais e institucionais e na elaboração de programas de desenvolvimento urbano e habitacional, financiados e apoiados por agências internacionais, muitos deles sem qualquer repercussão *prática* ou de caráter assistencialista, como muitas das ações desencadeadas por ONG (ver Capítulo 3). A atenção do Estado e dos promotores e investidores privados voltou-se principalmente para o centro da cidade, que, na sequência da privatização de serviços urbanos e do parque habitacional do Estado, foi objeto de ações de reabilitação e conservação. Só mais tarde, sobretudo após as cheias de 2000, a dinâmica de mercado se direcionou para os bairros pericentrais autoproduzidos, classificados como “zonas de risco natural”. Mais que evitar futuras catástrofes, esta classificação visa sobretudo promover e legitimar a renovação destes lugares para instalação de grupos de maiores recursos, capazes, segundo grande parte dos técnicos e políticos, de assegurar as condições mínimas de segurança. As *representações do espaço* facilitam, neste sentido, a manipulação dos *espaços de representação* com vista à produção de mais-valias.

Após a aprovação do Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), em 2008, são lançados vários planos parciais de urbanização para a capital, uns inscritos no paradigma da qualificação e regularização fundiária, no caso dos bairros periféricos, outros no da renovação urbana, no caso dos bairros pericentrais estrategicamente localizados (ver Capítulo 3). Para além da garantia de acesso a infraestruturas e equipamentos, o PEUMM apresenta a densificação em altura das áreas destinadas à habitação como um fator essencial ao desenvolvimento dos territórios autoproduzidos, através da autoconstrução ou da criação de parcerias público-privadas (PPP), cabendo ao governo local negociar com investidores e promotores privados a concessão de terrenos em troca de benfeitorias, incluindo o realojamento *in loco* (CMM, 2008c: 5, 73-74). Inscritos na lógica das PPP, os planos parciais de urbanização de Maxaquene A (2012) e Polana Caniço (2015), analisados no Capítulo anterior, propõem a renovação do tecido preexistente, através do recurso à expropriação por *interesse público*, definindo uma nova estrutura e morfologia urbana de uso predominantemente habitacional, associado a novos espaços comerciais, serviços e equipamentos. Apesar de alguns técnicos envolvidos na sua elaboração defenderem outro tipo de abordagem, acaba por vigorar uma *concepção* tecnocrática do planeamento, que, por um lado, ignora as preexistências e dissimula os conflitos e reais motores dos problemas urbanos e, por outro, promove as relações capitalistas de produção, dominação e propriedade, desvalorizando os valores, práticas, formas de viver e produzir o espaço distintos do *modelo de abstração* hegemónico (ver Capítulo 1). De acordo com vários autores,

como Souza (2000: 171) e Maricato (2013 [2000]: 171-172), nem as políticas habitacionais e urbanas, nem o planeamento e gestão urbanos, são neutros. Como ressalta Rolnik (2015: 378), referindo-se ao processo global de colonização da terra urbana e da habitação pelo sistema financeiro, eles operam ativamente na criação das condições materiais, simbólicas e normativas necessárias à transformação de *espaços vividos* em *ativos abstratos*.

Esta *concepção do espaço*, assente no que Harvey (2012: 16) denomina de *destruição criativa*³⁸¹, implica um grande investimento financeiro e comporta riscos políticos, difíceis ou impossíveis de ultrapassar, como o risco, por parte do governo moçambicano, de perder ou fragilizar a sua base de apoio (ver Capítulo 3). Apesar dos instrumentos de ordenamento propostos preverem a *tábula rasa* dos bairros pericentrais autoproduzidos, novas contradições impedem ou protelam, como referimos anteriormente, o avanço de *práticas* massivas de renovação. Tal não significa, como constatámos no Capítulo 5, que as *representações do espaço* não penetrem na *prática* social e política, influenciando as relações estabelecidas entre os vários agentes em presença, mas que a transformação do espaço está longe de ser fiel ao desenho urbano proposto. São poucos aqueles que conhecem o conteúdo dos planos parciais de urbanização e, ainda menos, os que participaram na sua elaboração, mas o conhecimento da sua existência gera, por si só, fortes expectativas entre os moradores e as estruturas locais, que, ora os *concebem* como uma mais-valia para o bairro, perspetivando a melhoria das acessibilidades e/ou o acesso a um título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT), por exemplo, ora os *concebem* como um cartão de saída, antevendo a sua profunda transformação e a instalação de grupos de maiores recursos (ver Capítulo 5). Face a este último cenário de renovação e gentrificação, lido como um imperativo do governo ou do próprio mercado, a insegurança dos moradores relativamente ao seu futuro aumenta, enquanto do ponto de vista dos investidores e promotores privados sai reforçada uma *representação do espaço* condizente com os seus interesses e necessidades, para a qual contam com o apoio do governo local.

Distintas do desenho urbano proposto, mas de acordo com os interesses e necessidades do mercado, as *práticas espaciais* refletem o que Herrera (2005: 171) descreve como um permanente intercâmbio entre o direito e a anomia, promovido pelo próprio Estado. Negada por lei, a comercialização de talhões, reconhecida e, em alguns casos, fomentada pelas estruturas locais, distritais e municipais, constitui, como destacámos em capítulos anteriores, uma *prática* corrente nos bairros em análise. As margens de vias estruturantes e os espaços contínuos ao bairro de Sommerchield têm sido os alvos preferenciais do mercado paralelo de transação, que, em forte ascensão nos últimos anos, permite aos grupos de maiores recursos aceder a espaços particularmente valorizados, nos quais se erguem, no caso de Maxaquene A, sobretudo parques de automóveis e, no caso de Polana Caniço A,

³⁸¹ Tradução livre do original '*creative destruction*'.

condomínios fechados e moradias unifamiliares. Simultaneamente, a aposta do Conselho Municipal na (re)construção de algumas vias, como as avenidas Milagre Mabote e Julius Nyerere, e de grandes projetos de infraestrutura, como a Grande Circular, gera novos processos de valorização e as condições necessárias à expansão da dinâmica de mercado (ver capítulos 4 e 5). Em nome do *interesse público*, procede-se à expropriação das áreas adjacentes aos novos traçados viários, à demolição, total ou parcial, de habitações e ao reassentamento das famílias afetadas em bairros mais periféricos. Para além dos vários atropelos à legislação vigente, são comuns e recorrentes *práticas* de corrupção e clientelismo, nomeadamente na negociação de talhões e construções e, quando efetivado o negócio, na aquisição de títulos de DUAT negados aos anteriores ocupantes de menores recursos, mas também no levantamento e na atribuição das indemnizações e dos talhões no âmbito dos reassentamentos (ver Capítulo 5).

Quer os planos parciais de urbanização, quer a comercialização de talhões e a (re)construção de vias estruturantes e megaprojetos, moldam e influenciam os *espaços de representação*. Se, como começámos por referir, a existência dos planos gera, por si só, fortes expectativas entre os moradores, o aumento da dinâmica de mercado e as intervenções realizadas ao nível da rede viária tendem, como vimos no capítulo anterior, a aumentar o sentimento de insegurança de ocupação. A comercialização de talhões e construções apresenta-se, por um lado, como uma oportunidade para os moradores melhorarem de vida e ascenderem socialmente (construindo na periferia uma casa melhor), por outro, como uma inevitabilidade, havendo a ideia da existência de um acordo prévio entre o investidor e o governo local, bem como da exigência do cumprimento de um conjunto de pré-requisitos à permanência no bairro, difíceis ou impossíveis de alcançar pelos atuais habitantes. Já os processos de expropriação e reassentamento denunciam a pouca margem de manobra das famílias expropriadas face a uma imposição do governo, sendo os valores de indemnização auferidos substancialmente mais baixos que os atribuídos no âmbito do mercado paralelo de transação. Num e noutro cenário, o Estado, ou seja, os seus representantes, simbolizam o poder máximo, que determina e, se necessário, impõem a sua vontade sobre os cidadãos, enquanto os promotores e investidores privados são vistos como aqueles que dão alguma margem negocial e oferecem mais garantias. Esta leitura justifica o facto da maioria dos moradores entrevistados, confrontados com uma hipotética saída, tender a preferir a chegada de um promotor ou investidor privado, em vez do Estado e, com receio deste último, aceitar mais facilmente negociar e transacionar com o primeiro.

Um sentimento generalizado de insegurança de ocupação e de impotência face aos interesses dominantes tende a conduzir os grupos de menores recursos para uma periferia distante, visível na generalização: da compra de talhões fora do bairro, como forma de precaver uma futura saída, por exemplo; e/ou do aumento do mercado de arrendamento, sendo cada vez mais os moradores que optam por sair e alugar as suas habitações ou parte delas. Mas aquele sentimento também é



Figura 47 | O muro do lado de uns.

Fonte | Autora, 2013.



Figura 48 | O muro do lado de outros.

Fonte | Autora, 2013.

responsável pelo crescente desinteresse dos moradores pelo bairro, pela sua qualificação ou por qualquer ação ou mobilização coletiva, bem como pelo desinvestimento na melhoria das habitações. Simultaneamente, o aumento da insegurança de ocupação também eleva a importância atribuída ao título de DUAT, associado a uma maior garantia dos direitos de uso e aproveitamento da terra, o que contribui para fomentar a lógica da propriedade privada individual, em detrimento do sentido de comunidade e dos direitos coletivos.

Atendendo ao fenómeno de *centralização e fragmentação* a que alude Lefebvre, as *representações e práticas* hegemónicas ameaçam e restringem direitos e liberdades, por meio de um intrincado jogo de ações e reações, na tentativa de reduzir os *espaços de representação* a espaços de dominação. Embora essa dominação não seja absoluta, como frisámos no início do capítulo, ela produz o seu próprio espaço e, dessa forma, condiciona intervenções e relações futuras. De acordo com Souza (2006b: 28-29), esses condicionalismos traduzem-se ao nível: (i) da materialidade concreta, de que são exemplo os condomínios fechados, naturalmente fragmentados, exclusivos dos grupos de maiores recursos e, ao contrário dos espaços autoproduzidos, legitimados pelo Estado; (ii) das relações de poder geradas a partir das esferas de influência e dos muros erigidos entre uns e outros, limitando cada vez mais a mobilidade e o acesso dos grupos de menores recursos; e (iii) dos signos e símbolos inscritos nas formas espaciais, portadoras de ideias e sentimentos, negativos ou positivos, sobre determinados grupos e práticas, capazes de influenciar ações e predisposições relativamente à inclusão ou exclusão de certos grupos por parte de outros (ver figuras 47 e 48). Neste sentido, uma sociedade marcada por crescentes desigualdades e diferenciações sócio-espaciais reflete e, simultaneamente, é condicionada por uma espacialidade cada vez mais fragmentada e hierárquica, que, no lugar de colaborar para uma maior *autonomia*, estimula o individualismo e a indiferença, quer entre os grupos de maiores e menores recursos, quer no seio destes últimos. Contrariando o sentido e o significado que lhe atribui Lefebvre, a noção de *direito à cidade* tende, como veremos de seguida, a ser lida como um direito restrito e exclusivo de uma elite.

6.2. | O *direito à cidade* e a cidade a quem de direito

A noção de *cidade* tende a ser usada pela generalidade dos moradores entrevistados como sinónimo do *centro* da cidade, centro de consumo e de decisão. No entanto, quando questionados se o seu bairro é ou não *cidade*³⁸², as opiniões dividem-se.

³⁸² Não foi dado qualquer esclarecimento da nossa parte sobre a noção de *cidade*, de forma a termos a percepção de cada entrevistado relativamente à mesma.

- Na maior parte dos casos, os moradores de Maxaquene A e Polana Caniço A consideram que estes bairros fazem parte da cidade: (i) pela sua proximidade ao centro e a um dos bairros mais nobres de Maputo – “*estamos mesmo à beira da cidade*” e “*perto de Sommerschild*”; e (ii) pela recente reconstrução de importantes vias, como as avenidas Milagre Mabote e Julius Nyerere – “*o bairro está no meio de grandes obras*”. Alguns moradores aludem também ao acesso a infraestruturas básicas, nomeadamente à rede pública de abastecimento de água e eletricidade, bem como a transportes coletivos e espaços comerciais – “*não tem diferença eu estar aqui ou estar lá na cidade*” (entrevistas, 2013).
- Em contrapartida, apesar da existência de infraestruturas básicas e alguns equipamentos, cerca de um terço dos moradores entrevistados considera que Maxaquene A e Polana Caniço A não podem ser considerados cidade, devido: (i) à falta de acessibilidade e mobilidade no interior dos bairros, sobretudo no caso de Maxaquene A, à existência de becos e acessos demasiado estreitos, por onde não passa um carro ou um eletrodoméstico de maior dimensão, como um congelador – “*não posso comprar um congelador grande [porque] não dá para trazer até aqui*”; (ii) à falta de um sistema de esgoto e saneamento – “*não é chover um dia e a gente ficar um mês com água [estagnada]*”; e/ou (iii) à inexistência de edifícios em altura – “*o nosso conceito de cidade é [...] ter casa de construção vertical*” (entrevistas, 2013)³⁸³. Um dos moradores entrevistados (2013), descreve o seu bairro como *suburbano*, não como *cidade*, mas considera que “*cada pessoa torna a casa dele cidade em função da maneira como monta a casa*”, ou seja, do investimento que realiza na melhoria da sua habitação, em contraste com os espaços públicos, comuns, não intervencionados ou com carências várias.

Para este grupo de moradores se sentir parte integrante da *cidade*, ou seja, um cidadão, seria necessário aceder a todos os serviços que o centro oferece ou, mais especificamente, conseguir circular livremente pelo bairro – “*sentir que estou a andar numa rua, mesmo que não muito larga, [...] onde, para ir para casa, não tenho de pensar duas vezes*”; estar ligado à rede de esgotos e saneamento – “*saber que aquela água vai entrar nas valetas e ser escoada*”; e/ou aceder a uma parcela cadastrada, com título de direito de uso e aproveitamento da terra – “*estar num sítio parcelado, onde posso fazer os meus projetos à-vontade*” (entrevistas, 2013).

A percepção da *cidade* como sinónimo do centro da cidade não se limita aos moradores. A grande maioria dos técnicos entrevistados, quando se refere à cidade, refere-se geralmente ao seu centro, deixando de fora os bairros pericentrais autoproduzidos. Esta fronteira simbólica entre o que em

³⁸³ Uma percepção de cidade semelhante a esta foi igualmente identificada por Costa e Biza (2012) e, mais recentemente, por Melo (2015), a partir da leitura de outros bairros urbanos de Maputo.

tempos se chamava *cidade de cimento* e *cidade de caniço*, reflete-se no entendimento geral da noção de *direito à cidade*. Destacam-se a este nível dois grandes grupos.

- Aproximadamente metade dos técnicos e membros de ONG entrevistados limita o *direito à cidade* ao acesso a infraestruturas, equipamentos e serviços básicos, reclamando o “*direito de acesso a todos os equipamentos, a todos os espaços, [...] à habitação, ao trabalho, ao lazer*” ou “*a transporte*”, ainda concentrados ou exclusivos do centro da cidade (2013).
- Outro grande grupo de técnicos e membros de ONG restringe o *direito à cidade* a um simples direito “*de ir e vir*”, de “*usar a cidade*”, de aceder “*às vantagens que se pode ter ao estar no centro da cidade*”, vantagens essas “*negadas quando a pessoa está longe*” (2013). Destacam geralmente o problema da falta de transportes e, para quem mora nos bairros mais periféricos, os movimentos pendulares cada vez mais lentos e mais longos entre casa e o trabalho.

Paralelamente, demarcam-se as seguintes exceções:

- Um leque restrito de arquitetos/urbanistas, com ligações ao meio académico, associa o *direito à cidade* ao *direito ao lugar*, descrevendo-o como um “*direito à terra e à habitação, à garantia dos [títulos de] DUAT*”, de forma a garantir a “*segurança de posse e de propriedade*” e impedir que alguém seja “*relegado para as periferias sem [...] poder, não só decisório, mas poder de usufruto*” (2013). Subjacente a esta leitura está, de acordo com um deles (docente universitário, 2013), “*o direito à escolha do lugar onde se quer viver*”, o que não significa “*que todos tenham que obrigatoriamente viver na cidade*” – “*viver na cidade implica uma outra coisa, que também há o direito ao campo*”.
- Um jurista sublinha “*o princípio da igualdade*” como o princípio norteador do *direito à cidade* e uma técnica municipal destaca a importância de “*todos [...] [estarem] no mesmo pé de igualdade e [...] terem os mesmos direitos e deveres [...], o direito à habitação, o direito à educação, o direito ao emprego...*” (2013).
- Um docente universitário lê o *direito à cidade* como o “*direito à cidadania, ter acesso ao processo das tomadas de decisão, de discutir as decisões que são tomadas sobre o desenvolvimento da cidade [...], ter a possibilidade de emitir opinião [e] obstar, caso seja necessário*” (2013). De forma mais contida, um técnico municipal refere que, “*até certo ponto*”, o *direito à cidade* é o “*direito de estar aqui onde estamos [no centro da cidade], de usar aquilo que tenho e decidir um pouco a transformação do nosso espaço*” (2013).
- Um técnico de uma ONG internacional acrescenta que o direito a participar “*não [é] esperar que te chamem a participar*”, ou seja, não significa “*que o Estado tem que convidar as pessoas a participar*”. “*Porque não começamos nós, nesse quarteirão, a*

limpar a nossa vala?”, pergunta. A resposta, no seu entender, passa pela “*autogestão*”, por “*tirar o conceito de que eles [entidades estatais ou ONG] vão fazer*” (2013).

A maioria dos técnicos e membros de ONG entrevistados tendem a limitar o *direito à cidade* ao acesso a infraestruturas e serviços urbanos básicos ou a um simples direito de visita ou regresso ao centro da cidade, considerado por muitos o modelo de referência no momento de planear e intervir no espaço urbano. De acordo com Mayer (2009: 369) e Marcuse (2010: 89), este somatório de direitos, associado aos “direitos nas cidades” amplamente difundidos pelas agências internacionais (ver Capítulo 1), pode ser equiparado a um conjunto de pedidos de inclusão no atual sistema, não necessariamente à sua transformação ou à construção da nova urbe a que alude Lefebvre (2012 [1968]). A conquista de alguns destes direitos, sobretudo os que promovem a democratização da cidade e dos processos de tomada de decisão, pode representar um passo importante num contexto como o de Maputo, profundamente desigual e excludente. Contudo, lidos por si sós, são parciais.

Quando questionados sobre quem tem *direito à cidade*, as leituras voltam, uma vez mais, a subdividir-se entre, aqueles que restringem o *direito à cidade* aos grupos de maiores recursos, e os que, apesar de uma visão mais abrangente do conceito, o consideram atualmente ao alcance de poucos, assumindo um discurso mais crítico e reflexivo sobre a realidade.

— A maioria dos técnicos entrevistados refere que quem atribui ou determina o *direito à cidade* é o mercado – “*o desenvolvimento dita quem faz o quê, portanto quem estrutura [a cidade] é o mercado*” (técnico do FFH, 2013). Partilhando a mesma ordem de ideias, são vários os moradores dos bairros em análise que referem não ter *direito à cidade* por terem poucos recursos e, conseqüentemente, não terem possibilidades de construir “*uma casinha grande*” (morador de Polana Caniço A, 2013). Daqui se depreende que, de acordo com alguns moradores, “*viver na cidade tem um custo*” e “*que quem tem direito à cidade é [...] quem tem dinheiro*” (moradores de Maxaquene A e Polana Caniço A, 2013). Segundo um ex-técnico municipal, “*o direito à cidade vai ser um direito cada vez mais restrito a um grupo que tenha condições [...] de pagar os custos de viver na cidade*” (2013).

– Um número limitado de arquitetos/urbanistas, geralmente com ligações ao meio académico, é quem assume um discurso mais crítico, sublinhando as desigualdades e iniquidades geradas no atual contexto – “*estamos a criar uma percepção de espaços urbanos [...] terrivelmente excludentes [...], [onde] só passa a ter direito à cidade quem tem poder, muitas vezes, não só económico, mas também político*” (docente universitário, 2013). Também entre os moradores, há quem considere ter *direito à cidade* e se veja destituído deste direito – “*estamos a ser tirados da cidade e, se isto está sendo feito desta maneira, acho que lá pra onde a gente vai também nós vamos [...] ser*

pioneiros, como sempre, [e] depois esses que mandam vão-se lembrar de nos vir tirar dali” (morador de Polana Caniço A, 2013).

Se o *direito à cidade* é, no entender de grande parte dos entrevistados, ditado pelo mercado, significa que apenas os grupos de maiores recursos têm esse privilégio ou, como sublinharam vários moradores e líderes locais, apenas os que trabalham e têm uma fonte de rendimento fixa a ele podem aceder – *“a base da cidade [...] é para quem trabalha”* (morador de Polana Caniço A, 2013), *“a pessoa que não trabalha devia estar no campo”* (secretário de bairro, 2013). Toma-se o desenvolvimento urbano como sinónimo de desenvolvimento económico, voltado, não para a *melhoria da qualidade de vida* e para o *aumento da justiça espacial*, mas para a capitalização e rentabilização do espaço urbano e, conseqüentemente, para a exploração da força de trabalho. Esta leitura hegemónica do desenvolvimento urbano tem subjacente a crença que Moçambique, à semelhança de outros países ditos *subdesenvolvidos*, se pode igualar economicamente aos países do hemisfério Norte, desde que se revele competitivo e merecedor das oportunidades pretensamente oferecidas pelo mercado internacional (Souza, 2006b: 96).

Os cenários de futuro esboçados pelos técnicos e políticos para a cidade e, em particular, para os bairros pericentrais autoproduzidos refletem esta visão hegemónica do desenvolvimento. Apesar da dificuldade, apresentada por alguns deles, em imaginar ou projetar o amanhã, cada vez mais dependente da conjuntura internacional, global, e do contexto político, particularmente instável nos últimos anos, esboçam-se dois grandes cenários.

- Uma parte dos técnicos e políticos entrevistados estima que nos próximos anos o modelo de cidade espelhado no centro se expandirá para lá dos seus limites, consumindo os bairros pericentrais autoproduzidos, alvo de ações de renovação e gentrificação massivas – *“a cidade [na sua acepção de centro da cidade] vai substituir a primeira cintura”* (técnico da INGE, 2013); *“ninguém vai parar esta dinâmica [de mercado] [...], vais ter de viver da emigração, vais ter de sair de um ponto até outro [...] [que faça] parte do teu status”* (técnico de uma ONG, 2013). Nas palavras de um arquiteto/urbanista (2013), *“[os bairros] estarão urbanizados mas os moradores não serão os mesmos – aqueles que estão lá [agora] não vão continuar – porque este investimento no sector imobiliário visa o lucro [e] não há a componente de habitação social” – “só fica quem paga”*.
- Numa perspetiva similar, outra parte dos técnicos e políticos prevê a transformação paulatina da cidade e dos seus bairros pericentrais, em função, sobretudo, da dinâmica do mercado paralelo, mas também do aumento do custo de vida, que obrigará progressivamente os grupos de menores recursos a afastar-se para bairros mais periféricos – *“quem tiver dinheiro, comprará casas degradadas e construirá de novo [...] e as pessoas mais pobres serão*

empurradas para a periferia” (alto dirigente político, 2013); *“o custo do nível de vida vai aumentar [e os atuais moradores] vão ter de sair para os arredores da cidade de Maputo”* (técnico da secretaria de distrito de KaMaxaqueni, 2013). No decorrer deste processo, um ex-técnico municipal (2013) antevê que *“uma parte da população vai ficar nesses bairros [pericentrais] cada vez mais precários e mais densos, a outra vai acabar sendo expulsa ou não tendo condições de permanecer”*, autoproduzindo novos espaços de habitar fora dos limites do município.

- Contrariando os cenários anteriores, alguns arquitetos/urbanistas entrevistados, em menor número, consideram que, mais cedo ou mais tarde, vai terminar este ciclo de valorização e especulação fundiário e imobiliário – *“a capacidade de compra das pessoas é limitada”*; *“não se justifica um nível de especulação assim tão grande”* (docente universitário, 2013); *“as pessoas vão cair na real [...] [e] esta bolha vai rebentar em algum momento”* (ex-técnico municipal, 2013). Se tal acontecer e nada for feito para melhorar as atuais condições de vida e habitabilidade dos moradores dos bairros pericentrais, *“vão existir áreas cada vez mais adensadas e degradadas”*, *“com grandes carências de infraestruturas”* e *“cada vez mais desumanas”* (ex-técnico municipal, 2013). Comparativamente com outros *“bairros informais e precários”* espalhados pelo mundo, considera-se que os bairros pericentrais de Maputo têm *“um potencial ainda de adensamento na vertical muito grande”* e que *“nos próximos anos vai-se assistir ao surgimento do segundo piso”* –, o que pode *“piorar ainda mais a condição de saneamento e de drenagem”* (docente universitário, 2013). Simultaneamente, se a cidade continuar a atrair *“mais pessoas do campo e migrantes de outras regiões [...], as pessoas que não têm condições vão cada vez mais se aglomerar nestes espaços [próximos do centro], pensando inclusive num outro problema da cidade que é o transporte e o custo do transporte”* (ex-técnico municipal, 2013).

No caso específico dos bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A, onde a dinâmica de mercado se revela particularmente forte, também há aqueles que creem na sua transformação total nos próximos anos e os que encaram o futuro com incerteza.

- A maioria dos moradores entrevistados prevê, no futuro, a transformação dos respetivos bairros em “cidade” – *“estou a pensar que, daqui a pouco, isto aqui vai-se transformar em cidade, [...] porque muitos investidores precisam de espaço e podem-nos tirar”*; *“é o desenvolvimento do país”* (moradores de Maxaquene A e Polana Caniço A, 2013). Uns imaginam o seu bairro com *“construção em altura”* e *“edifícios modernos”* – *“se calhar, Malhangalene vem para cá”* –, outros condomínios com *“casarões”* e *“casas bonitas”*, *“com*

qualidade de construção”, “*mesmo como se fosse Sommerschield*” (entrevistas, 2013). No caso de Maxaquene A, há ainda quem imagine que o bairro vai desaparecer e “*virar parque automóvel*” (2013). Por fim, também grande parte dos técnicos entrevistados prevê a transformação total destes bairros, nomeadamente a construção de grandes conjuntos habitacionais, geralmente sob a forma de condomínios fechados, destinados a grupos de maiores recursos – “*serão bairros residenciais de pessoas de elite, não [de] pessoas de baixa renda*” (técnico municipal, 2013)

- Quer alguns técnicos, quer alguns moradores, não acreditam na melhoria dos bairros, na sua transformação total e/ou na implementação dos respetivos planos parciais de urbanização (PPU) – “*eu já não sei se realmente haverá mudanças, se haverá alguma coisa melhorada*” (técnica de uma ONG, 2013). No caso de Maxaquene A, cujo PPU foi aprovado há mais tempo, em 2011, um técnico municipal sublinha o risco do plano “*ficar desatualizado com a realidade*” – “*as pessoas mudam, as ideias mudam, as vontades mudam e o todo o processo fica na gaveta*” (2013). Em Polana Caniço A, independentemente do plano, uma técnica de uma ONG entrevistada considera que continuarão a coexistir, lado a lado, “*os casarões*” e os “*assentamentos informais*” – “*vai ser sempre esse paradoxo*” (2013).
- Qualquer que seja o cenário futuro, a demolição do tecido existente e a saída dos atuais moradores para bairros mais periféricos tendem a ser uma constante. Neste sentido, grande parte dos atuais moradores receia ser obrigado a sair do bairro, entregando nas mãos do Estado ou do próprio mercado o seu futuro – “*no futuro, talvez já não estaremos aqui, vamos ser retirados, [...] [e] o município é que vai determinar isso*”; “*o projeto é de proprietário, não é do Estado, por isso ele é quem manda*” (entrevistas, 2013). Predomina entre os moradores a ideia de que a transformação e melhoria dos bairros não será para quem lá está, mas para quem virá – “*imagino o bairro no futuro sem os residentes, sem os nativos, com novas pessoas*”; “*imagino o bairro totalmente mudado, mas [...] os residentes não vão usufruir dessas mudanças, [...] não há vontade da parte das autoridades*” (entrevistas, 2013). Enquanto alguns moradores questionam se “*só alguém com dinheiro pode viver em Polana Caniço*”, por exemplo, pondo em causa os interesses dominantes, outros encaram uma possível saída do bairro como “*uma coisa boa*” – “*será um bairro bonito porque os que vão morar aqui não são pessoas como nós, assim pobre*”; “*eu acho bem, porque, como moçambicano, [...] fico emocionado porque vejo o meu país crescer e desenvolver*” (entrevistas, 2013).

Seguindo a tendência global (ver p. ex. Rolnik, 2015), os cenários esboçados para os bairros pericentrais autoproduzidos e, em particular, para Maxaquene A e Polana Caniço A, revelam um futuro pouco promissor para quem atualmente habita estes espaços. Para além de crescentes

desigualdades e iniquidades sócio-espaciais, a submissão (a)crítica ao mercado gerará crescentes tensões, intolerância e violência, bem como o que Boaventura de Sousa Santos (2002: 33-41) designa de *fascismos societais*, expressos sob a forma de enclaves fortificados, reservados, como referimos anteriormente, a uma elite política e económica, e de novos guetos ou bolsas circunscritas aos grupos de menores recursos. De acordo com o mesmo autor, esta cisão entre os dois grupos corre o risco de se transformar num novo *critério geral de sociabilidade*, num *novo espaço-tempo hegemónico* que trespassa todas as relações sociais, económicas, políticas e culturais, e é transversal à ação estatal e não estatal (*Idem*: 33-34).

Perante este(s) cenário(s), é comum à grande maioria dos técnicos uma visão positivista e tecnocrática do planeamento – “*estamos a seguir o bom caminho, que é ter planeamento para a cidade toda [...], [agora], se fizerem a obra mal feita, não há planeamento que resista*” (entrevista, assessora do Banco Mundial, 2013). Como referimos no Capítulo 3, quando questionados sobre o que fazer, os arquitetos/urbanistas tendem a destacar a importância de assumir o planeamento e gestão urbanos como uma prioridade e a considerar os instrumentos de planeamento capazes de resolver, por si só, todos os problemas urbanos. A visão dominante entre os entrevistados é ainda marcada pelo *estadocentrismo* a que alude Souza (2006b: 173), condizente com a legislação vigente, que atribui ao Estado e às autarquias locais a função de promover, orientar, coordenar e monitorar o ordenamento do território, ou seja, o planeamento e gestão são vistos como instrumentos dependentes e alinhados com os propósitos assumidos e defendidos pelo Estado – “*o planificador é o município*” (entrevista, arquiteto/urbanista e docente universitário, 2013). Esta leitura impede, a quem habita a cidade, satisfazer os seus desejos, planear e conduzir coletivamente os processo de urbanização, em negação do *direito à cidade* preconizado por Lefebvre (2012 [1968]).

As abordagens de intervenção defendidas variam, como constatámos ao longo da tese, entre a renovação e a qualificação dos bairros autoproduzidos.

— Os técnicos apologistas da renovação defendem a densificação e a optimização do espaço através da construção em altura, destacando-se a este nível:

- os que consideram impossível integrar os atuais moradores, alegando geralmente, como refere um técnico municipal entrevistado, que “*aquelas famílias não têm capacidade de suportar um pequeno apartamento que seja de dez/quinze andares*” (2013);
- e os que preconizam a permanência dos atuais moradores ou, pelo menos, de uma parte, através da criação de parcerias público-privadas e da construção de habitações a custos controlados – “*para os grandes investidores que quisessem ir para ali [...], que o negócio fosse feito também para promover [...] habitação básica, onde em um ou dois*

prédios seriam albergadas as pessoas que estão em casinhas e têm de sair para dar lugar ao investimento” (entrevista, docente universitário, 2013).

À ideia do realojamento *in loco* surge ainda associada a necessidade de “educar as pessoas”, para que “*percebam que temos de resolver aquelas zonas e que elas podem ser parte desse desenvolvimento*” (entrevista, técnico de uma ONG, 2013), bem como de “*fazer um estudo social a pensar com as populações locais*” para se “*chegar a soluções mais concretas*”, o que “*requer [...] muito mais [...] dinâmica do que nós [Conselho Municipal] temos hoje, que é simplesmente estar a pensar no agora*” (entrevista, técnico municipal, 2013).

- Os defensores da qualificação consideram que as energias se deviam concentrar em “*pequenas mudanças*” ao nível das infraestruturas básicas, nomeadamente do saneamento e da estrutura viária, mantendo, nas palavras de uma arquiteta/urbanista, “*a essência com que as pessoas vivem há cinquenta anos [...] [e a] estrutura do bairro porque isso é a vida deles, a identidade*” (entrevista, 2013). Um técnico de uma ONG entrevistado (2013) questiona porquê “*as tradições e as formas de viver são colocadas em baixo da necessidade de crescimento urbano que gera a cidade vertical?*” No seu entender, ter-se-ia que partir das preexistências, respeitando “*a forma como as pessoas moram e não [...] como nós gostaríamos que elas vivessem*”. Uma abordagem mais abrangente da qualificação é ainda defendida no estudo coordenado pelo arquiteto José Forjaz, no âmbito da iniciativa “Melhoramento dos Assentamentos Informais”, no qual se propõe especificamente a gradual integração/regularização destes espaços e o seu reordenamento progressivo e prospetivo, incluindo áreas de expansão para realojamento em casos extremos, com vista à melhoria das condições de vida dos atuais moradores (2006: 43).

No atual contexto neoliberal, a qualificação tende, ao nível dos bairros pericentrais, a ser marginalizada, enquanto a renovação é encarada como símbolo do desenvolvimento económico do país (ver Capítulo 3) e, para alguns técnicos que defendem o *direito ao lugar*, como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida e habitabilidade dos grupos de menores recursos que aí residem. Uma leitura destes processos à luz da tríade de Lefebvre permite ir mais longe na análise e valorizar a dimensão processual e a complexidade da dinâmica social: os arquitetos/urbanistas tendem a olhar e a conceber os bairros pericentrais autoproduzidos como uma *representação do espaço*, não como um *espaço percebido* enquanto *prática espacial* ou, ainda menos, um *espaço vivido* enquanto *espaço de representação*. O seu distanciamento é, em parte, decorrente da sua formação e da visão dominante positivista e tecnocrática do planeamento a que nos referimos antes, bem como, em alguns casos, de uma visão e atitude acríticas relativamente aos desígnios do mercado e ao seu impacte no território.

Os técnicos tendem a considerar o seu saber intrínseco como superior ao senso comum e, conseqüentemente, a desvalorizar a auscultação e participação local (ver, p. ex., Souza, 2006b),

embora segundo o discurso dominante as possam apresentar como etapas basilares. Os tempos e recursos despendidos com a prática de planeamento também são em geral incompatíveis com um estudo e envolvimento real das comunidades locais, privilegiando-se antes o aqui e o agora, como sublinha um técnico municipal entrevistado (2013), ou seja, a gestão das necessidades imediatas, mais condizente com os propósitos e interesses dominantes. Apesar da incorporação pontual de algumas abordagens e técnicas participativas, como foi o caso do Projeto de Cooperação Trilateral lançado no bairro de Chamanculo C (ver capítulos 3 e 4), o grau de abertura do planeamento à participação, quer ao nível das práticas, quer das abordagens propostas, tende a não ultrapassar o carácter consultivo. Tal como Souza (2006b: 261-262), consideramos que este pretensão monopólio da autoridade técnica para determinar o futuro de um coletivo, como se apenas o técnico fosse capaz de propor soluções viáveis e pautadas pelo *bem comum* e o *interesse público*, é uma *usurpação*. Sem desmerecer o conhecimento técnico-científico ou o próprio planeamento e gestão urbanos, pretendemos destacar que, de acordo com o projeto de democratização aqui preconizado, o conhecimento e os instrumentos ao dispor dos técnicos outorgam-lhes uma visão sobre o espaço mas não o direito de decidir as metas que irão reger e orientar a vida de um coletivo, nem, tão pouco, os meios para alcançar esses mesmos fins. Considerar os arquitetos/urbanistas os juízes supremos do espaço é, nas palavras de Lefebvre (1991 [1974]: 95), “suprema ilusão”, pois esta leitura apenas leva a que as partes interessadas abdicuem dos seus interesses a favor de “comandos superiores”³⁸⁴.

A concentração do poder de decisão nos arquitetos/urbanistas tende para a permanência da lógica dominante, uma vez que: (i) alguns se limitam a ser correias de transmissão dos “comandos superiores” a que se refere Lefebvre, acatando decisões de outrem ou fazendo do planeamento um negócio; (ii) outros, embora movidos por preocupações sociais e ambientais genuínas e na crença que as suas propostas contribuam para a resolução dos problemas urbanos, não se questionam sobre os conflitos e reais motores dos mesmos; (iii) outros ainda, apesar da sua visão crítica do sistema e dos interesses instalados, são ignorados por esse mesmo sistema, como vimos acontecer na elaboração dos planos parciais de urbanização de Maxaquene A e Polana Caniço A (ver Capítulo 5). No atual contexto neoliberal, enquanto o planeamento continuar a ter de ser, de acordo com a legislação vigente, promovido ou apoiado pelo Estado, não se viabilizando formas autogestionárias do espaço, muito dificilmente se poderá construir e implementar em Maputo, do ponto de vista do planeamento e gestão urbanos, alternativas reais à lógica dominante: o governo local tende a conduzir os processos de planeamento em função dos interesses e necessidades de uma elite política e económica, contando para isso com o apoio das estruturas distritais e locais por ele nomeadas, enquanto a maioria da população urbana se mantém à margem destes processos ou entregues a si mesmos. Como constatámos ao longo da tese, a cidade e, em particular, os bairros pericentrais autoproduzidos,

³⁸⁴ Tradução, respetivamente, de ‘*supreme illusion*’ e ‘*higher commands*’.

sobre os quais recaiu o nosso olhar, é o resultado de processos sócio-espaciais diversos, que envolvem uma multiplicidade de agentes. Se assim é, a questão que se impõe de um ponto de vista crítico e empenhado em contribuir para a construção do *direito à cidade* e para a *democratização do planeamento e gestão urbanos*, é a seguinte: como podem os cidadãos, habitantes anónimos, satisfazer os seus desejos e conduzir coletivamente os processos de urbanização, com maior ou menor autonomia?

6.3. | A utopia do amanhã

Como constata Boaventura de Sousa Santos, “o pensamento utópico é hoje um pensamento desacreditado” (2002b: 322). Alguns autores, como Lynch (1994 [1981]) e Harvey (2000), retomam e analisam a dimensão espacial das utopias sociais do século XIX, entre as quais destacamos a contribuição de Howard (1989), com o seu conceito global de *Cidade Jardim*³⁸⁵, mas poucos são aqueles que, ao longo do século XX, detêm uma visão propositiva e prospetiva do espaço e da sociedade. A obra de Lefebvre constitui, uma vez mais, exceção. Da noção de *direito à cidade* às reflexões sobre a *produção do espaço* e sobre a *revolução urbana*, ela é, a um só tempo, como destaca Souza (2006b: 519), repleta de utopia, a utopia que advoga como *experimental*, como estímulo à criatividade e à autocrítica. “Quais são, quais serão os lugares socialmente bem conseguidos? [...] Que tempos, que ritmos da vida quotidiana se inscrevem, se escrevem, prescrevem, nestes espaços “conseguidos”, isto é, favoráveis à felicidade?” Estas e outras questões colocadas por Lefebvre (*Idem*: 109, 112) enunciam um novo humanismo, uma outra via, “a da sociedade urbana e do homem como obra nessa sociedade que seria obra e não produto”.

Sem qualquer pretensão de responder a estas questões, pretendemos nas próximas páginas lançar um último olhar sobre os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo, aberto a um *outro* futuro possível, um futuro impulsionado pelo *direito à cidade*, tal como proclamado por Lefebvre, e pela *democratização do planeamento e gestão urbanos*, aprofundada por Souza (2010 [2001], 2006b), sob influência do *projeto de autonomia* proposto por Castoriadis (1990, 1998). Se o *direito à cidade* representa, antes de mais, uma luta pela cidade enquanto *obra*, voltada para a *apropriação* do espaço e para a *realização coletiva* (Lefebvre, 2012 [1968]: 135), a *democratização do planeamento e gestão urbanos* remete para o processo a partir do qual se conquistam novos direitos e se alargam as fronteiras do possível, numa interdependência entre a *autonomia individual e coletiva* (Souza, 2006b: 148). Diferentemente da atual *democracia representativa*, que Castoriadis comparou a uma *oligarquia liberal* (2013 [1945-1997]), a democracia a que nos referimos é a *democracia direta*, sendo a noção de

³⁸⁵ Sobre o conceito de *Cidade Jardim* e a sua pertinência no atual contexto, ver Manifesto de Ross e Cabannes (2014).

autonomia usada no sentido de *liberdade efetiva*, que compreende dois níveis: a *autonomia individual*, a liberdade de cada indivíduo estabelecer os fins da sua existência e perseguir-los de forma lúcida e em igualdade de oportunidades e de circunstância com outros indivíduos de uma mesma sociedade; e a *autonomia coletiva*, a liberdade de estar e fazer com os outros algo em prol de um coletivo, de uma comunidade (Castoriadis, 1998: 252).

Como começámos por referir no início deste capítulo, o *direito à cidade* e a *democratização do planeamento e gestão urbanos* constituem um *horizonte referencial de pensamento e ação*, não uma visão normativa que orienta ou determina uma sociedade perfeita e idílica a alcançar. Retomando Castoriadis (1983: 33), “uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre”, mas “uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta”. Considerando que, de acordo com Souza (2008b: 456), “acomodar-se significa começar a empalidecer, a murchar, a degenerar”, é necessário um outro olhar epistémico sobre a realidade, que privilegie, em vez do feito, o fazendo-se, em vez do modelo fechado e pré-determinado, os modelos abertos, “nunca artifícios para *encerrar*, mas suportes e pretextos para *reiniciar*”³⁸⁶. Em suma, reclama-se a *transdução* a que alude Lefebvre (ver Capítulo 1), capaz de introduzir “o rigor na invenção e o conhecimento na utopia” (2012 [1968]: 111). Tendo em conta as possibilidades oferecidas aqui e agora, pretende-se ultrapassar os limites estreitos da atual *democracia representativa* e aumentar a margem de manobra para o exercício da *autonomia individual e coletiva*.

| O desenvolvimento urbano |

Ao colocarmos no horizonte um referencial alternativo ao sistema dominante, o objetivo do desenvolvimento urbano deixa de ser o crescimento e a modernização, que têm gerado maior desigualdade e exclusão. Como defende Lefebvre (2003 [1970]: 168) e vários outros autores (ver p. ex. Fox e Goodfellow, 2015), desenvolvimento e crescimento deixam de ser lidos enquanto sinónimos. Entendido como um processo em aberto, não determinado, o desenvolvimento urbano assume-se como uma procura incessante por uma *melhor qualidade de vida* para todos e uma *maior justiça sócio-espacial* (Souza, 2006b: 111-113). Perseguir estes dois caminhos torna-se, não só a força motriz do desenvolvimento urbano, como também o principal objetivo de um planeamento e gestão críticos³⁸⁷. A *melhoria da qualidade de vida* corresponde à crescente satisfação de necessidades, materiais e imateriais, de uma parcela cada vez maior da população urbana e, por sua vez, o *aumento*

³⁸⁶ Em itálico conforme a fonte.

³⁸⁷ Em contrapartida, metas como a eficiência económica e a modernização tecnológica, não encerram um ponto de vista socialmente abrangente, correspondendo, em última análise, a objetivos instrumentais e não intrinsecamente relevantes (Souza, 2006b: 132).

*da justiça sócio-espacial*³⁸⁸ depreende a eliminação das barreiras discriminatórias, simbólicas e territoriais que dificultam ou interdita precisamente esta melhoria. As necessidades a que nos referimos deixam de ser as necessidades individuais, com as suas motivações marcadas pela chamada sociedade de consumo, a *sociedade burocrática do consumo dirigido* a que se referia Lefebvre, e passam, de acordo com este autor, a compreender:

“a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a necessidade de organização do trabalho e a necessidade do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (leia-se, de solidão) e de comunicação, de imediatez e de perspetivação a longo prazo, [...] de atividade criativa, de obra [...], necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (2012 [1968]: 107).

Lefebvre (*Idem*: 107-108) questiona ainda se:

“Não serão as necessidades urbanas específicas necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não passe pelo valor de troca, o comércio e o lucro? Não será isso também a necessidade de um tempo para esses encontros e essas trocas?”

Para não nos cingirmos aos “direitos nas cidades” e, dessa forma, nos afastarmos do *direito à cidade*, mais abrangente, preconizado por Lefebvre, consideramos não existir uma relação hierárquica entre a *melhoria da qualidade de vida* e o *aumento da justiça sócio-espacial*. Num contexto como o de Moçambique, considerado um dos países mais pobres do mundo (ver Capítulo 1), uma dissociação ou sobreposição entre estes dois parâmetros revela-se particularmente falaciosa. Um simples abastecimento de água, por exemplo, pode melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas, sem com isso representar um verdadeiro aumento da justiça sócio-espacial. Em alguns casos, a provisão de uma infraestrutura básica pode, simultaneamente, corresponder a uma manobra política com fins eleitoralistas ou repressores, como vimos acontecer, embora sem sucesso, nos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo poucos anos antes da independência (ver Capítulo 2). Quando mais de metade da população nacional vive no limiar da pobreza³⁸⁹, os processos de participação horizontal

³⁸⁸ Amplamente discutida no seio da comunidade científica e académica, a noção de (in)justiça tem várias possibilidades de entendimento. Alguns autores, como Marcuse (2009b) e Soja (2010a), analisam a relação entre (in)justiça e as dimensões espacial, económica e política, enquanto Fainstein (2009) e Fisher (2009), por exemplo, se centram na relação entre (in)justiça e diferentes esferas do planeamento. Transversal à maioria das leituras, como sublinham Harvey e Potter (2009: 41), está o poder mobilizador do sentido de injustiça na procura de uma mudança social.

³⁸⁹ Segundo o relatório de progresso nacional sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2010), cerca de 54,7% da população moçambicana vive abaixo do limiar da pobreza. Como referimos no Capítulo 1, dados oficiais apontam para uma redução da população em pobreza absoluta nos últimos anos, mas alguns estudos apontam para o seu aumento generalizado em igual período (ver p. ex. Hanlon, 2010).

confrontam-se com necessidades básicas tão prementes como a falta de alimento ou de água potável. Enquanto estas não forem ultrapassadas, a participação plena dos cidadãos é difícil. Há, portanto, entre a *melhoria da qualidade de vida* e o *aumento da justiça sócio-espacial*, uma inequívoca e essencial relação de complementaridade (Souza, 2006b: 136).

| O urbanismo por extrapolação |

Nas palavras de Lefebvre (2012 [1968]: 110), “cabe-nos a “nós” [...] [criar] a vida nova na cidade”, tendo este “nós” um alcance metafórico, usado para designar todos os interessados. Contudo, o autor acrescenta que, “[n]em o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem extrair do nada, por decreto, formas e relações novas” (*Idem*: 111). Apenas a vida social, a *praxis*, na sua capacidade global, possui tais poderes e capacidades, o que não invalida que, individualmente ou em equipa, não possamos propor e preparar formas, inventariar a experiência adquirida, extrair lições do passado e contribuir para a construção do (im)possível, “mediante uma maiêutica alimentada pela ciência” (*Ibidem*). Detemo-nos assim adiante sobre o papel do técnico, do arquiteto/urbanista, repensando-o à luz do *urbanismo por extrapolação* proposto por Lefebvre (*Idem*: 113), que agrupa as significações da velha prática designada por *habitar* e acrescenta uma teoria geral dos *tempos-espacos* urbanos, capaz de superar as atuais cisões entre filosofia da cidade e ciência(s) da cidade, entre parcial e global.

Antes de prosseguirmos com o que pode representar ou implicar a *democratização do planeamento e gestão urbanos*, inerente a esta mudança de olhar e de agir, importa clarificar o entendimento destas noções. Apesar do planeamento e da gestão do espaço urbano remeterem para diferentes horizontes temporais – o primeiro para o futuro, para a evolução de um processo sobre o qual importa explicitar intenções de ação e estabelecer metas e diretrizes, e o segundo para o presente, para a gestão imediata de recursos e necessidades –, não os entendemos como concorrentes, nem intercambiáveis, mas, à semelhança de Souza (2006b: 150), como atividades complementares. Este esclarecimento justifica-se por, no atual contexto neoliberal, se tender a equiparar a noção de gestão a um substituto do planeamento, leitura essa da qual nos queremos demarcar. Demonizar o planeamento em si e saudar a gestão como a chave para a resolução dos problemas urbanos é tão reducionista como o cenário inverso, pois quando se fala de gestão se refere o *empresarialismo urbano* de que fala Harvey (1989). Como sublinha Souza (2006b: 157), o que está em causa é o significado e o papel atribuídos ao planeamento e à gestão, não a escolha ou a primazia de um relativamente ao outro. O desafio passa por encontrar uma alternativa a ambos, alternativa essa que: (i) no *plano tático*, procure aproveitar, na medida do possível, os meios e instrumentos gerais atualmente disponíveis (políticas e instrumentos jurídico-urbanísticos no geral), tentando subverter a sua lógica original através de novas interpretações e novos instrumentos, sem com isso omitir as suas implicações ideológicas e

estratégicas; e (ii) no *plano estratégico*, aponte para uma organização espacial e para um novo tipo de planeamento e gestão conducentes a uma cidade mais justa e igualitária (Souza, 2006b: 157; Lefebvre, 2012 [1968]: 115-116).

A este nível, as contradições e ambiguidades que envolvem o atual quadro legal (ver Capítulo 4) podem, pontualmente, alterar ou reverter algumas intenções ou ações desencadeadas, gerando uma correlação de forças mais favorável. O reconhecimento do direito adquirido por ocupação, segundo as normas e práticas costumeiras, por exemplo, embora enfrente vários constrangimentos, está inscrito na constituição e legislação vigentes. Apesar de, na prática, depender do poder político e económico do ocupante e estar sujeito aos meandros da corrupção e do clientelismo, a reivindicação coletiva deste direito por parte de uma comunidade local pode criar obstáculos ao avanço de algumas ações hegemónicas, tendo em conta que, na atual situação de Moçambique, o Estado precisa assegurar uma forte “*base de apoio popular*” para se manter no poder, como refere um investigador entrevistado (2013) (ver Capítulo 4). Em contrapartida, reivindicar o título de direito de uso e aproveitamento da terra, atribuído a uma elite política e económica mas negado aos grupos de menores recursos, seria assumir como referencial a lógica da propriedade privada individual sobre a terra, correndo-se igualmente o risco de perda de solidariedade e atomização das lutas em defesa do *direito ao lugar*. No que se refere aos instrumentos jurídico-urbanísticos herdados, alguns atropelos à legislação vigente tornam-nos legalmente inválidos ou de natureza não vinculativa, como, por exemplo, não terem sido publicados em Boletim da República e/ou, no caso do Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A, ter desrespeitado os trâmites legais previstos relativamente à participação da comunidade local (ver Capítulo 5). A reinterpretção destes instrumentos e o aproveitamento de algumas brechas legais podem dificultar ou impedir a prossecução de algumas intervenções ou ações inscritas na lógica dominante.

Paralelamente, há que conceber o que Lefebvre (2012 [1968]: 116) descreve como “*Projetos urbanísticos* muito arrojados”³⁹⁰, baseados em “modelos”, formas de espaço e de tempo lucidamente “utópicos”. Não crendo que estes modelos possam resultar de um simples estudo das cidades ou, neste caso, dos bairros em causa, nem, tão pouco, de uma simples combinação de elementos, as formas de tempo e de espaço a que se refere serão inventadas e propostas à *praxis*, “ao imaginário que investe na *apropriação*”¹⁰ (*Ibidem*). Sendo assim, como destaca Souza (2006b: 33), por mais relevantes e criativos que sejam, qualquer instrumento de planeamento e rotina de gestão, apenas adquirem legitimidade plena quando a sua operacionalização e implementação são debatidas, delineadas e monitoradas por quem habita o espaço, isto é, pelos seus habitantes. Eles não podem ser apenas interlocutores ou parceiros do Estado, é necessário que criem as suas próprias propostas e,

³⁹⁰ Em itálico conforme a fonte.

com maior ou menor autonomia, as procurem concretizar (*Idem*: 273). Daí a importância das pequenas conquistas e resistências, pelo potencial político-pedagógico que transportam e pela capacidade de gerarem ou facilitarem experiências futuras mais profundas, como as que enuncia Lefebvre.

| O [auto]planeamento e a [auto]gestão |

Numa perspetiva e abordagem horizontal, falar de planeamento significa idealmente, segundo Souza (2008b: 175), falar de *autoplaneamento* e falar de gestão significa falar de *autogestão*, ou seja, um determinado coletivo planeia e gere, democraticamente, os seus destinos e os seus espaços. Embora o *autoplaneamento* e a *autogestão* se apresentem, aos olhos de hoje, como cenários ideais e distantes, experiências pontuais, quando multiplicadas e organizadas em rede, podem gerar um efeito de sinergia, com um positivo conteúdo político-pedagógico. Esta possibilidade não significa que uma transformação radical pode ser alcançada de forma incremental, sem reações por parte do sistema dominante, mas que abordagens alternativas precisam ser cuidadosamente preparadas, reunindo forças e criando situações capazes de promover ou reforçar o sentido de comunidade e de *espaço comum*, bem como a consciência de direitos, nos marcos do atual contexto neoliberal e segundo uma estratégia de longo prazo. Estas abordagens não são inéditas ao nível dos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo, em parte *autoplaneados* e *autogeridos* pelos seus habitantes desde há várias décadas. Resgatando a experiência levada a cabo em Maxaquene e Polana Caniço nos primeiros anos de independência, pode-se ter estado muito próximo de uma experiência verdadeiramente emancipadora, marcada, como vimos no Capítulo 2, por uma forte mobilização e participação popular e por algumas ações ou intervenções fruto de uma estreita relação entre técnicos e moradores, embora, face a condicionamentos políticos e económicos, incapazes de prosseguir *autonomamente*. Mais distante deste ideal estará o projeto participado desencadeado recentemente em Chamanculo C, por exemplo, no âmbito da parceria entre o Conselho Municipal de Maputo, o Governo Brasileiro, a Cooperação Italiana e a *Cities Alliance* (ver Capítulo 3). Embora reflita um cuidado e atenção acrescidos, por parte do poder público, relativamente ao envolvimento e participação das comunidades locais, a equipa responsável pela elaboração do plano não interage com a equipa responsável pela análise social e pela condução dos processos participativos, não se indo para além do nível de consulta. Simultaneamente, nada garante que as opiniões e sugestões apresentadas pelos moradores sejam integradas ou consideradas na proposta final de intervenção (ver Capítulo 3 e 4). Seguindo o alerta de Forjaz (2005: 94), um dos principais impulsionadores do projeto de intervenção que antecedeu este, corre-se o risco da intervenção ser reduzida a um exercício de projeto, onde diferentes parâmetros se combinam numa mesma equação, de forma mais ou menos racional, esquecendo que esse mesmo tecido “é feito de pessoas”.

Como constatámos em capítulos anteriores, o conhecimento técnico-científico, com base no qual se formulam as propostas e recomendações de intervenção, pode interagir de diferentes formas e em diferentes momentos com o conhecimento empírico dos moradores. Geralmente, tende a limitar-se à realização de audiências públicas, que, como referem Simonsen e Robbins (2000: 13), têm representado em muitos contextos o principal meio de participação usado pelos governos locais ao nível do planeamento e gestão urbanos. Os moradores são convidados a pronunciar-se sobre determinada proposta, previamente elaborada pelos técnicos, mas as suas opiniões ou sugestão não têm carácter vinculativo. Por vezes, como aconteceu em Maxaquene A, as propostas apresentadas nas audiências podem nem sequer corresponder à proposta final de intervenção, a que muito poucos habitantes têm acesso ou dela conhecem (ver Capítulo 5). Alguns técnicos procuram incorporar a dimensão (inter)subjetiva dos moradores, ou seja, aquilo que consideram ser as suas necessidades e aspirações, realizando para o efeito levantamentos e questionários de apoio à elaboração de uma proposta, como também aconteceu em Maxaquene A, mas, se colidem com os interesses dominantes, também estes tendem a ser desconsiderados. Mesmo num cenário de maior abertura à participação, a informação recolhida na fase de levantamento e de diagnóstico pode ser, como destaca Souza (2006b: 206), extremamente válida para ajudar a fundamentar propostas preliminares de intervenção e, inclusivamente, trazer elementos que colaborem para a informação geral dos cidadãos. Contudo, de um ponto de vista emancipatório, esses esforços preliminares de auscultação e recolha de informação, para ultrapassarem o nível de consulta, requerem a deliberação direta dos moradores. O seu papel não é fundamentar decisões definitivas, mas contribuir para a informação, quer dos técnicos, quer dos cidadãos.

Algumas experiências e intervenções recentes ao nível da África Austral, como o projeto de urbanização e habitação evolutiva coordenado pelo arquiteto Luyanda Mpahlwa para *Cape Flats* (2014), a norte da Cidade do Cabo, na África do Sul, reflete esta leitura do planeamento e gestão urbanos *com as pessoas* e não apenas *para as pessoas*³⁹¹. Também em Moçambique, ela vem sendo defendida por alguns arquitetos/urbanistas moçambicanos, nomeadamente por Forjaz (Forjaz, 2005; Forjaz [et al.], 2006). Tendo em conta as particularidades e especificidades locais, Forjaz sublinha a importância da participação dos habitantes em várias fases do processo de planeamento e gestão dos espaços autoproduzidos, nomeadamente: o seu envolvimento na concepção e definição de prioridades e estratégias de intervenção, mesmo que algumas pareçam demasiado básicas e indispensáveis aos olhos dos técnicos, permitindo que os habitantes se apropriem do projeto; e a sua integração na construção e implementação dos diferentes projetos sectoriais previstos, tirando

³⁹¹ Mais informações sobre o projeto disponíveis em: <http://www.iconeye.com/architecture/features/item/10230-interview-luyanda-mpahlwa>. Estes e outros projetos similares ao nível do continente africano, têm sido acompanhados e analisados por Khuoury, (<http://za.academia.edu/MiliaLorraineKhoury>).

partido da reserva de mão-de-obra e recursos humanos locais (2005: 92). De acordo com a sua experiência, quando os habitantes participam ativamente neste processo, “tarefas que poderiam parecer quase impossíveis sem a sua cooperação, revelam-se não apenas possíveis mas facilmente cumpridas” (*Ibidem*). Neste sentido, considera que os beneficiários de qualquer ação de intervenção são “os primeiros responsáveis pelo seu próprio futuro e pelas consequências das suas próprias atitudes e escolhas” (*Idem*: 93).

| O direito de falhar em liberdade |

Uma participação mais (pro)ativa dos cidadãos ao nível do planeamento e gestão urbanos requer desta forma o envolvimento de técnicos com experiência e conhecimento de causa em temas e abordagens específicos, capazes de, a partir de dentro, acompanhar um possível processo de tomada de decisão. Contudo, a importância do seu papel pode, ao contrário da tendência dominante, não representar um primado político do conhecimento técnico-científico. Numa perspetiva democrática, o arquiteto/urbanista pode informar e alertar os cidadãos de eventuais perigos ou problemas associados a determinada proposta, bem como de uma eventual incompatibilidade entre metas e objetivos, por exemplo, mas a decisão final caber aos cidadãos. Ignorar as advertências e conselhos técnicos, convictos da sua validade e assertividade, acarreta certamente riscos. No entanto, como verificámos nos processos de planeamento conduzidos nos bairros em análise (ver Capítulo 5), o risco de uma sujeição acrítica e despolitizada face ao conhecimento técnico-científico também pode significar uma submissão absoluta aos desígnios do mercado e a promoção de novos fenómenos de exclusão e desigualdade sócio-espacial. Como sublinha Souza (2006b: 207), uma maior *autonomia, individual e coletiva*, não torna o processo decisório imune a equívocos, embora possamos pressupor que determinados erros e distorções, como a corrupção e a interpretação errónea de necessidades coletivas, assumiriam cada vez menor importância ou significado. No entanto, uma vez que os caminhos *heterónomos* também não estão imunes a equívocos, este autor atribui aos cidadãos “o direito de *correr o risco de falhar em liberdade*”³⁹² (*Ibidem*).

Entre uma abordagem totalmente *autónoma*, de *autoplaneamento* e *autogestão*, e uma abordagem coerciva, há um espaço ocupado por diferentes abordagens, tendencialmente mais próximas da *integração hierarquizada* a que se refere Lefebvre (2012 [1968]: 51), do que da *realização coletiva* preconizada pelo mesmo autor. A promoção do diálogo e interação entre o conhecimento técnico-científico e o saber local e a objetivação, a todo o custo, da *construção de consensos* e da *resolução conflitos*³⁹³, por exemplo, como defende a corrente do *planeamento colaborativo* ou *comunicativo*³⁹⁴

³⁹² Em itálico conforme a fonte.

³⁹³ Tradução livre do original ‘*consensus-building*’ e ‘*conflict-resolution*’.

³⁹⁴ Tradução livre do original ‘*collaborative planning*’ e ‘*communicative planning*’.

difundida por alguns autores, como Healey (1995, 1996, 1998) e Innes (1995), não elimina per se contradições e assimetrias estruturais. Embora a resolução de conflitos mediante a reunião de *stakeholders* em redor de uma mesma mesa, possa, num caso como o de Maputo, representar um avanço, esta abordagem tende, de acordo com Souza (2006b: 197), a estar “mais vocacionada para desarmar que para equiparar os atores com um sentido crítico”, mais vocacionada para pacificar, do que para participar. O mesmo pode acontecer em relação a outras “técnicas de mediação” e de “obtenção de consenso”, desenvolvidas para uso de especialistas, geralmente mais próximas do espírito tecnocrático – em que a organização e condução dos processos de participação fica a cargo de “especialistas” –, que da *democratização do conhecimento* (ver p. ex. Brose, 2001; Jason [et al.], 2004). Haverá certamente técnicas válidas e interessadas em promover e defender o *interesse público* e o *bem-comum*, como as que regeram a experiência conduzida em Maxaquene e Polana Caniço nos primeiros anos de independência (ver Capítulo 2) ou a emblemática experiência de Carlos Nelson dos Santos no bairro de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, onde, de acordo com este autor, a participação ocorreu “de maneiras inimagináveis e todas [elas] inventadas e sob o controle dos interessados diretos, os moradores” (1981: 64). Contudo, o sistema dominante e as realidades político-institucionais tendem, como vimos nos processos de planeamento conduzidos recentemente em Maxaquene A e Polana Caniço A, a colocar obstáculos ao senso crítico dos técnicos, levando a que raramente se supere uma estreita preocupação com a *resolução de conflitos* rumo a uma perspectiva de *superação de contradições*. Não sendo nossa intenção aprofundar ou enumerar a multiplicidade de técnicas participativas hoje disponíveis, pretendemos destacar, por um lado, a perversidade ou ambiguidade que reveste parte delas, e, por outro, a impossibilidade de substituir ou equiparar uma participação massiva por esquemas e técnicas participativas em pequenos e restritos grupos, em regime de amostragem ou representação hierárquica. À luz, uma vez mais, dos processos de planeamento desencadeados em Maxaquene A e Polana Caniço A, a criação e participação de pequenos grupos no decorrer destes processos, como são o caso das Comissões de Acompanhamento, não substituem nem representam uma participação ampla e massiva das comunidades. Pelo contrário, eles podem apenas representar os interesses e poderes hegemónicos.

| A socialização da informação e a democratização do conhecimento |

Para além da criação e formalização de canais participativos, uma participação mais (pro)ativa dos cidadãos ao nível do planeamento e gestão urbanos implica igualmente uma ampla divulgação de informações relevantes, para que estes se possam pronunciar e decidir com conhecimento de causa. Num contexto onde a informação relativa à garantia de proteção de acesso à terra, por exemplo, se encontra dispersa em vários instrumentos jurídico-urbanísticos (ver Capítulo 4) e poucos são aqueles que conhecem os seus direitos ou equacionam abordagens distintas e alternativas às dominantes (ver

Capítulo 5), mas também onde a maioria dos técnicos detém uma visão abstrata da realidade, há um longo caminho a percorrer a este nível. Aqui entra a *pedagogia urbana* a que alude Souza (2010 [2001]: 416-423) ou a *pedagogia do conflito* a que se referem Gadotti (2003) e Boaventura de Sousa Santos (2009), apoiada no princípio que o conhecimento é *interconhecimento*.

Esta abordagem pedagógica encerra, do ponto de vista do planeamento e gestão urbanos, vários aspetos, dos quais, atendendo às especificidades e particularidades do nosso objeto de estudo e do contexto em que se insere, destacamos:

- *A socialização da informação, a facilidade de comunicação e a tradução de políticas públicas e instrumentos jurídico-urbanísticos.* A quantidade e qualidade de informações, bem como a adequação dos canais de comunicação, desempenham um papel importante no processo de *democratização do planeamento e gestão urbanos*. Embora, no atual contexto, um dos principais desafios seja tornar o aparelho de Estado, nomeadamente as estruturas locais, distritais e municipais, mais permeáveis à participação direta dos cidadãos, a produção e divulgação de dados e informações relativos ao uso e aproveitamento do espaço urbano, por exemplo, podem começar a partir de dentro, *autonomamente*, evitando a sua instrumentalização ou cooptação por parte do sistema dominante. O mesmo se aplica à publicitação e clarificação das políticas públicas de planeamento e gestão urbanos. Para além de serem transmitidas aos cidadãos, podem ser discutidas e debatidas com os mesmos, permitindo-lhes elaborar e integrar propostas alternativas de intervenção, numa perspetiva *bottom-up*. Para além de aconselharem tecnicamente, os arquitetos/urbanistas assumem aqui um papel de suma importância, o de traduzir ou decifrar as políticas públicas numa linguagem objetiva e despida de qualquer jargão técnico, sem com isso ocultar ou subtrair informação importante para a formação de uma opinião crítica e fundamentada. Trata-se, quer no que se refere ao Estado, quer no que se refere às organizações da sociedade civil envolvidas ou promotoras destas ações, de retroalimentar um debate transparente, crítico e consciente.
- *A formação de arquitetos/urbanistas comprometidos com este projeto educativo emancipatório.* Na linha de Paulo Freire (2013 [1970]), estes especialistas tenderiam a olhar para si próprios como educadores ou pedagogos, capazes de assumir uma *postura dialógica*: apre(e)nder o saber local e abrir-se ao diálogo, numa troca interativa e profícua de conhecimentos distintos, embora complementares. A formação de arquitetos/urbanistas com esta sensibilidade revela-se particularmente premente num contexto como o de Moçambique, com grandes limitações técnicas e administrativas (ver Forjaz, 2005). Destaca-se, a este nível, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane desde a sua origem, em 1986. Apesar do seu papel ambíguo e contraditório na participação e elaboração recente de alguns planos inscritos na

lógica de mercado (exemplo do Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A), a sua aposta recente na criação de um Mestrado em Planeamento e Gestão de Assentamentos Informais reflete a importância dada ao tema. Contudo, outros cursos de formação e discussão alargada dirigidos, tanto a arquitetos/urbanistas recém-formados, como aos que já possuem experiência profissional, podem ainda ser desenvolvidos ou repensados, no sentido de os (re)aproximar da realidade concreta e de lhes dar a conhecer outras práticas e abordagens alternativas às dominantes. Da mesma forma, podem ser igualmente concebidos cursos de capacitação direcionados aos cidadãos no geral, dando a oportunidade, não só de participarem em debates gerais, mas também de conhecerem aspetos específicos dos instrumentos de planeamento e gestão, desmistificando-os e aproximando-os do cidadão comum. O projeto promovido pelos Engenheiros Sem Fronteiras da Catalunha, em parceria com uma ONG moçambicana, após a elaboração do Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A, dirigido para a formação e assessoria das lideranças locais e das organizações comunitárias de base, mas também para a realização de campanhas de informação e sensibilização pública, assumia, à partida, uma abordagem similar (ver Capítulo 5). No entanto, ao não divulgar abertamente toda a informação disponível, acabou por reproduzir as relações de poder locais.

- *A descentralização da gestão municipal*, distinta da descentralização desencadeada no início da década de 1990, imposta e implementada de cima para baixo e de fora para dentro, sob pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário internacional. Neste processo, parte da equipa técnica municipal, atualmente concentrada nos serviços municipais localizados no centro da cidade, teria oportunidade de ficar responsável pelo monitoramento e acompanhamento de bairros específicos da cidade, incluindo os pericentrais, no sentido de ajudar a resolver, no quotidiano, problemas de interesse mais local e específico, bem como acompanhar o desenvolvimento de obras e demais intervenções. Para além disso, caberia a estes mesmos técnicos atualizar as bases cadastrais do município, hoje desatualizadas ou mesmo inexistentes, promover *cursos de capacitação*, por exemplo, entre outros eventos e atividades de interesse público (de orçamentos participativos a discussões públicas sobre determinado projeto ou intervenção). Em contacto permanente com os outros técnicos municipais, mais dirigidos para o estudo e acompanhamento dos problemas gerais da cidade, seria possível desta forma aproximá-los da realidade concreta e implementar algumas das *rotinas político-pedagógicas* a que alude Souza (2010 [2001]). O “Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço”, desenvolvido nos primeiros anos de independência, talvez seja o que melhor reflete, localmente, este processo de *descentralização* (ver Capítulo 2). Não só contou com um forte envolvimento e participação dos cidadãos e dos grupos dinamizadores, como também da equipa técnica responsável, composta por técnicos das Nações Unidas e da

Direção Nacional de Habitação³⁹⁵ e por vários cooperantes. Anos mais tarde, no início do novo milénio, a intervenção em Chamanculo C, realizada com base num estudo académico, reproduziu, em parte, esta mesma sinergia, travada pela mudança de executivo municipal (ver Capítulo 3). Como destaca Forjaz (1995: 94), qualquer intervenção nos bairros autoproduzidos carece, para além de capacidade técnica e administrativa e de condições logísticas e materiais, da presença constante de uma equipa no terreno e da construção de uma relação de confiança mútua com os habitantes. Da mesma forma, também as estruturas locais e distritais, hoje nomeadas pelo Conselho Municipal, podiam desempenhar um papel importante no acompanhamento, apoio e monitorização dos processos de planeamento e gestão, desvinculando-se dos interesses e poderes atualmente instituídos.

A construção de uma mentalidade alternativa ao pensamento tecnocrata e conservador requer condições político-institucionais minimamente favoráveis, como as reunidas nos primeiros anos que se seguiram à independência (1975-1979) e, em parte, durante o segundo mandato municipal (2003-2008) (ver capítulos 2 e 3). A possibilidade de forças políticas comprometidas com a luta por uma maior justiça sócio-espacial ganharem e controlarem o executivo municipal e, conseqüentemente, as estruturas distritais e locais, é, como vimos na transição do segundo para o terceiro mandato municipal (ver Capítulo 3), difícil de assegurar ou garantir no atual contexto. Contudo, mesmo quando asseguradas, o aproveitamento de uma conjuntura política favorável à *socialização de informação* e à *democratização do conhecimento* não significa necessariamente sacrificar a *autonomia* e *primazia* dos movimentos sociais e das organizações por eles criadas ou que com eles colaboram. Canais participativos formais, como o Orçamento Participativo, com um impacte bastante limitado em Maputo (ver Nylén, 2014), ganham em ser utilizados e, se possível, subvertidos e melhorados, pressões sobre os partidos e os sucessivos governos podem ser exercidas, sem que os movimentos e as organizações locais percam a sua *identidade*, a sua *independência*, a sua *autonomia* e a sua visão de *futuro* (Souza, 2006b: 157). Uma política urbana e progressista, para que não se dissipe e não se limite ao imediatismo ou ao assistencialismo, requer um *horizonte referencial de pensamento e ação* alternativo e estendido no tempo.

| Os cenários e desdobramentos futuros |

Em Moçambique, o atual cenário é, como referimos, de incerteza. A atravessar um momento de particular instabilidade política e económica, é difícil antever para onde se dirige uma cidade como Maputo e qual o futuro dos seus bairros pericentrais autoproduzidos, um dos principais alvo do

³⁹⁵ Recordamos que só mais tarde, no início da década de 1980, foi criada a Direção de Construção e Urbanização de Maputo (ver Capítulo 2).

mercado fundiário e imobiliário nos últimos anos. Continuará a sê-lo? Qual será o impacte de uma estagnação económica e de uma hipotética quebra de investimento³⁹⁶? O circuito de especulação sobre a terra é, como sublinha Lefebvre (2012 [1968]: 23), extremamente frágil, podendo quebrar a qualquer instante e, dessa forma, travar a pressão exercida sobre os bairros pericentrais. Este cenário de incerteza coloca desafios acrescidos ao nível do planeamento urbano, especificamente no esforço preliminar de imaginar e conceber uma perspetiva de futuro, e abre espaço a que novas abordagens alternativas ao sistema dominante sejam pensadas e equacionadas.

Face à formação nos últimos anos de uma “bolha económica” (ver Castel-Branco [et al.], 2015) com forte repercussão, como vimos, no imobiliário, são dois os cenários possíveis após o seu rebrandamento: (1) o forte abrandamento da dinâmica de mercado, decorrente da quebra acentuada de investimento nacional e estrangeiro no sector do imobiliário ou (2) a manutenção e crescimento dessa mesma dinâmica, alimentada por novos investidores e promotores internacionais, atraídos por uma possível quebra dos preços de mercado. A verificar-se uma situação de instabilidade político-militar generalizada em Moçambique, dificilmente o segundo cenário poderá ocorrer na sua plenitude. Neste caso, para além do abrandamento da dinâmica de mercado, novos e crescentes contingentes populacionais tenderão a deslocar-se de vários pontos do país para a capital, em resultado do agravamento do conflito militar e/ou das difíceis condições de vida no campo e em pequenos aglomerados urbanos, à semelhança do que aconteceu durante a chamada “guerra dos dezasseis anos”. A confirmar-se, os bairros pericentrais autoproduzidos poderão continuar a representar a principal porta de entrada na cidade dos grupos de menores recursos, quer através do aumento do mercado de arrendamento, quer de outras estratégias de sobrevivência, geradas por redes de solidariedade e apoio familiar, ambos promotores da densificação e, em alguns casos, da precarização das condições de habitabilidade (ver Capítulo 5). Quanto mais o centro da cidade se afirmar como o principal polo de oportunidades de trabalho e possibilidades de negócio, sem descentralização efetiva, e quanto mais a cidade se continuar a expandir sem uma rede de transporte capaz de colmatar essa distância, maior tenderá a ser esse processo de densificação.

Como constataram alguns entrevistados, os bairros pericentrais de Maputo, quando comparados com outros espaços autoproduzidos espalhados pelo mundo, apresentam um grande potencial de densificação em altura. Neste sentido, não só a densificação, como a verticalização destes bairros, esboça-se como uma grande tendência de futuro (ver figura 49), a par: da (re)ocupação de espaços com elevado risco de cheias e erosão, como a barreira natural de Polana Caniço, e do conseqüente

³⁹⁶ A conjuntura internacional e nacional não é favorável, sobretudo devido à crise de investimentos e de matérias-primas, responsáveis pela queda do metical face ao dólar, à crise político-militar entre a Renamo e a Frelimo, mas também à saída de parte dos parceiros de apoio programático, o designado G-19. Sobre as perspetivas e expectativas económicas para 2016, ver por exemplo a análise realizada pela organização não-governamental *Development Workshop* (DW), disponível em: <http://www.dw.com/pt/2016-vai-ser-um-ano-mau-para-moçambique-em-termos-económicos-e-financeiros/a-18933030>.

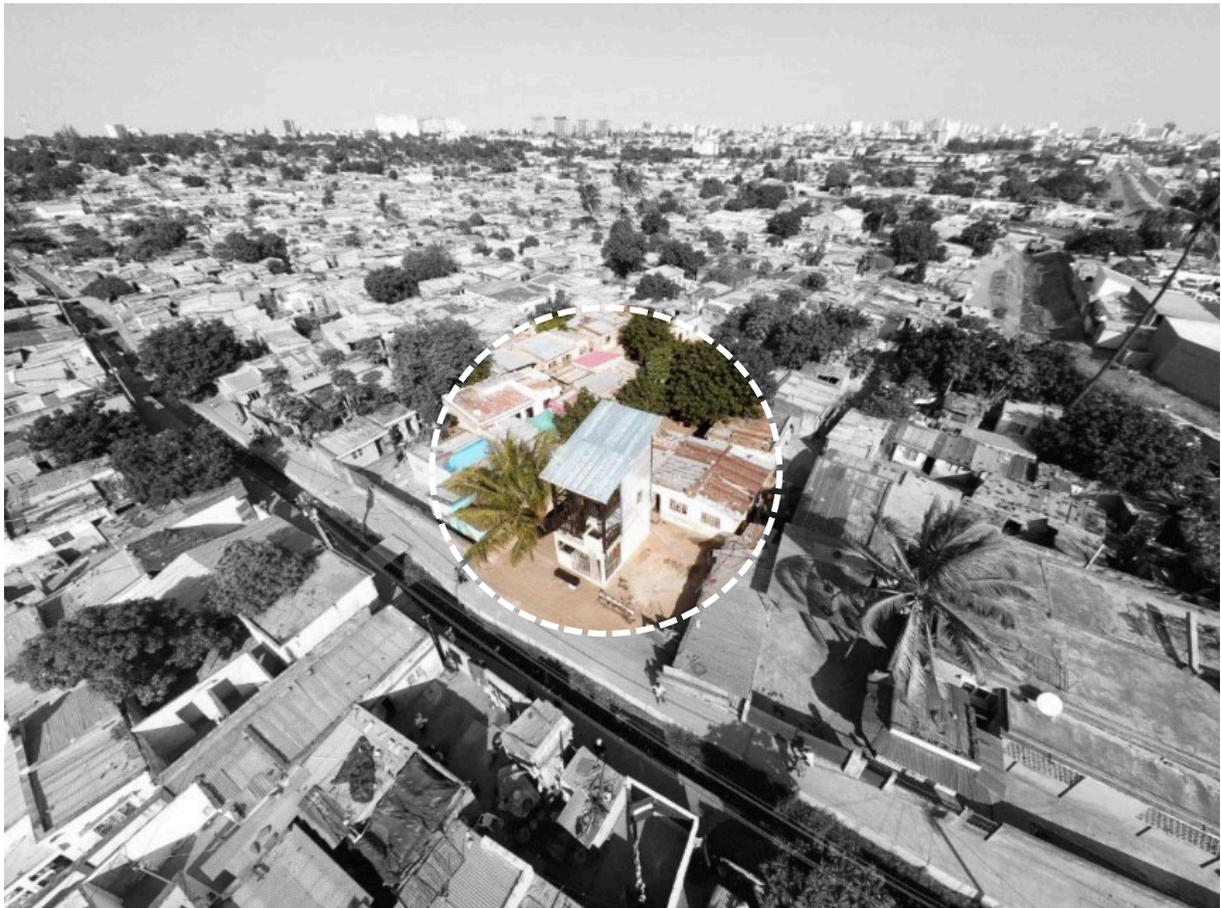


Figura 49 | Verticalização dos bairros pericentrais autoproduzidos.

Fonte | Imagem retirada do site do Projeto *Casas Melhoradas* (<http://casasmelhoradas.com/?p=5>), retrabalhada graficamente pela autora.

agravamento dos problemas ambientais; da falta e saturação de infraestruturas e equipamentos básicos; e da sobreocupação e precarização das condições de habitabilidade. Em contexto de abrandamento ou retração da economia nacional, a capacidade financeira dos governos central e local em fazer frente a estas necessidades ou dificuldades tenderá a ser menor e, a manter-se o modelo neoliberal atualmente vigente, a ser redirecionada para outras áreas, em benefício de uma elite política e económica. Este cenário requererá, à partida, um maior envolvimento dos doadores internacionais e um conseqüente aumento da dívida e dependência externas, reafirmando-se o papel das organizações não-governamentais (ONG) internacionais ao nível do desenvolvimento urbano, principais fontes de financiamento de outras ONG e organizações comunitárias de base nacionais, com quem estabelecem parcerias. Como referem Raposo e Ribeiro (2007: 213-214), as suas ações têm oscilado entre ações assistenciais, incapazes, como vimos em Maxaquene A, de enfrentar os interesses dominantes, e, em minoria, ações de caráter emancipatório, visando o desenvolvimento integrado das comunidades locais, a sua consciencialização e o reforço da sua capacidade de negociação e reivindicação.

Entre os vários projetos de cooperação internacional em curso nos bairros pericentrais, destacamos o projeto experimental intitulado *Casas Melhoradas*, fruto de uma parceria entre os Arquitetos Sem Fronteiras da Dinamarca, a ONG nacional *Estamos*, a Universidade Eduardo Mondlane e a Escola de Arquitetura, Design e Conservação da *Royal Danish Academy of Fine Arts*³⁹⁷. Lançado em 2014, este projeto visa desenvolver novas tipologias habitacionais em altura ao nível dos bairros pericentrais de Maputo, no sentido de facilitar e apoiar a sua compactação, limitar o desperdício de recursos e, dessa forma, reduzir o custo e tempo de construção, bem como melhorar a mobilidade e o acesso a infraestruturas básicas, tendo em conta as particularidades socioeconómicas e culturais locais. Desde essa altura, desenvolveram-se e construíram-se, em colaboração com oficinas e construtores locais, três protótipos (ver figura 50): o primeiro no bairro de Maxaquene C, fruto de uma reinterpretação da casa tradicional de madeira e zinco, sobre-elevada, devido ao risco de cheias, preparada para a construção de um segundo piso (2014); o segundo no bairro de Maxaquene A, marcado pela construção de uma base em betão armado, usada como suporte estrutural dos dois pisos superiores, em madeira (2015); o terceiro no bairro de Polana Caniço, caracterizado por uma adição vertical a uma habitação preexistente em bloco, através da criação de um reforço estrutural em betão, formando duas unidades habitacionais independentes (2016). Pretendem-se ainda testar os modelos habitacionais desenvolvidos, bem como as técnicas e métodos de produção e construção em larga escala, de forma a avaliar e identificar as soluções mais adequadas e compatíveis para um contexto como o de Maputo.

³⁹⁷ Mais informação disponível do site oficial do projeto: <http://casasmelhoradas.com>.



Figura 50 | Projeto *Casas Melhoradas* e seus protótipos (I, II e III).

Fonte | Imagens retiradas do site do Projeto *Casas Melhoradas* (<http://casasmelhoradas.com>), retrabalhadas graficamente pela autora (2016)..

Caso não se cinja, como sublinha Forjaz (2005: 94), a uma experiência piloto usada para provar uma teoria ou preencher um objetivo projetado por uma consultoria externa mais ou menos tecnocrática, esta e outras experiências similares poderão, não só responder a desafios futuros, como promover uma melhoria efetiva da qualidade de vida e habitabilidade nos bairros pericentrais autoproduzidos e, até mesmo, um aumento da justiça sócio-espacial. O reforço desta tendência emancipatória, hoje minoritária, dependerá sobretudo da criação de novas formas de produção e circulação de informação horizontais, da *socialização da informação e do conhecimento* a que nos referimos anteriormente, bem como da coordenação e articulação das ações, capazes de ultrapassar as fraquezas ou limitações com que atualmente se deparam grande parte das cooperações internacionais. Ao promover uma maior *autonomia individual e coletiva*, esta e outras ações, combinadas nas mais diversas áreas e campos disciplinares, poderão ser *apropriadas, replicadas e melhoradas* pelas comunidades locais, livres de debater e deliberar sobre os fins e os meios do planeamento e gestão do espaço urbano, contribuindo para a conquista do *direito ao lugar* e do *direito à cidade*.

Embora o cenário de forte abrandamento da dinâmica de mercado seja, à partida, mais favorável ao reforço de práticas emancipadoras, uma vez que os bairros pericentrais deixam de estar sobre pressão constante dos interesses dominantes e os agentes comprometidos com este *projeto de autonomia e democratização* alcançam maior margem de manobra, elas também podem ser desencadeadas e impulsionadas se a dinâmica de mercado se mantiver ou aumentar nos próximos anos. Compreender e enfrentar o desafio de um planeamento de espírito não-racionalista e não-tecnocrático, mas nem por isso permissivo e casuístico, implica aceitar que a história é uma combinação de determinação e indeterminação, na qual diferentes níveis de condicionamento estrutural se combinam com diferentes graus de liberdade e em que o esperável é muitas vezes sabotado pelo inesperado, pelo contingente e, porque não, pelo *impossível* (Souza, 2006b: 162). Como refere Lefebvre (2012 [1968]: 142), o tempo – “o da história e da prática social” – não coincide com o tempo das filosofias. Seguindo o pensamento deste último autor, pode haver quem pense que os homens colocam a eles próprios problemas insolúveis. Contudo, haverá certamente “problemas fáceis de resolver, cuja solução estará aí, próxima, e que as pessoas nem se colocam” (*Ibidem*). Abrimos os olhos na *utopia do amanhã*.

Conclusão

Em período de plena expansão e consolidação do modelo neoliberal, com forte impacto nos meios urbanos, que hoje concentram a maioria da população mundial, a presente investigação visou contribuir para o conhecimento das formas e processos de produção e transformação dos *bairros pericentrais autoproduzidos* de uma cidade africana, Maputo, à luz do *direito à cidade* preconizado por Lefebvre (2012 [1968]). A partir de um olhar amplo e abrangente sobre a problemática, começámos por enquadrar e particularizar o processo de urbanização acelerada e a sua expressão territorial na região da África Austral, em Moçambique e, particularmente, em Maputo, focando-nos no carácter específico dos lugares próximos do centro, onde uma nova ordem internacional, apropriada pelos agentes locais, induz à sua valorização e renovação, assentes na gentrificação.

Seguindo uma linha de pensamento crítico relativamente às iniquidades e desigualdades sócio-espaciais geradas pelo modo de produção capitalista de contorno neoliberal, analisámos numa perspectiva diacrónica o planeamento da cidade de Maputo desde as suas origens até à atualidade, para enquadrar a situação que se consolida no novo milénio, identificando: as principais tendências e dinâmicas implícitas nos planos e projetos propostos, os seus objetivos, linhas de ação e paradigmas de intervenção ao nível dos *bairros pericentrais*, bem como as práticas e interações estabelecidas entre os vários agentes envolvidos na sua produção e transformação. Através de uma leitura e análise cruzadas da legislação urbana, relativa ao uso e aproveitamento destes lugares, ao seu planeamento e gestão e às abordagens de intervenção, questionámos a ideia de segurança de ocupação tantas vezes associada ao contexto moçambicano (ver, p. ex., United Nations, 2005: 14-15), enumerando as várias contradições e ambiguidades que encerram o atual quadro legal, sobretudo quando estão em causa espaços estratégicos do ponto de vista de mercado, ocupados por grupos de menores recursos.

Entrando na realidade que marca os nossos casos de estudo a nível micro – os bairros de Maxaquene A e Polana Caniço A –, analisámos a interação entre os vários agentes envolvidos na produção do espaço, por meio de três processos distintos, embora complementares: (1) o mercado paralelo fundiário e imobiliário; (2) a reconstrução e melhoria de eixos viários estruturantes; e (3) a elaboração de planos de ordenamento. Por fim, tendo em conta a existência de focos e práticas de resistência à mercantilização e ao primado das finanças sobre o espaço, enunciámos a possibilidade de uma *outra* história para estes lugares. Com o olhar dirigido para a construção do *direito à cidade* e da *democratização do planeamento e gestão urbanos*, preconizados respetivamente por Lefebvre (2012 [1968]) e por Souza (2010 [2001]; 2006b), refletimos sobre como é possível, atualmente, ampliar a margem de manobra de práticas emancipadoras.

Sintetizamos de seguida as principais respostas às duas *questões* interligadas que nortearam a investigação.

- (1) *Se, no atual contexto neoliberal, o valor de troca tende a sobrepor-se ao valor de uso, que formas e características assume esta valorização nos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo, alvos preferenciais de mercado?*

A partir do final da década de 1980, o parcelamento e transação de talhões no terreno contíguo ao bairro de Sommerschield, um dos mais nobres da cidade, marcam o início do processo de valorização, visando a *tábula rasa* do tecido autoproduzido preexistente e a saída dos seus moradores para bairros mais periféricos. Contudo, é sobretudo após as cheias de 2000 que o mercado se direciona para os *bairros pericentrais*, classificados desde então como “zonas de risco natural”. Com o agravamento do impacto das condições ambientais, face à densificação da ocupação dos bairros autoproduzidos, a renovação destes espaços passa a reunir o consenso alargado entre técnicos e políticos, construindo-se a ideia de que apenas os grupos de maiores recursos conseguem garantir as condições mínimas de segurança para aí se instalarem ou permanecerem. A profusão de planos parciais de urbanização entretanto elaborados denuncia uma visão dicotómica relativamente ao espaço autoproduzido, propondo-se, em traços gerais: a renovação dos bairros pericentrais estrategicamente localizados, através de parcerias público-privadas; em contraponto com a qualificação e regularização fundiária dos bairros mais periféricos. Esta diferente abordagem é determinada ou influenciada não só pela percepção mais ou menos positiva em relação a dado espaço, mas, sobretudo, pela sua localização e valorização mercantil. Contudo, a implementação destes planos tarda em efetivar-se.

Em contrapartida, assistimos à forte aposta na construção de megaprojetos e na melhoria da rede viária existente, com recurso à expropriação por *interesse público*. Geradores de processos de renovação e valorização, assentes na gentrificação, estas intervenções potenciam o mercado paralelo de compra e venda de talhões e construções, sobretudo ao longo dos espaços intervencionados, onde

antigas construções em caniço ou blocos de cimento vão dando lugar a parques automóveis e sedes de empresas, no caso do bairro de Maxaquene A, ou a moradias unifamiliares de luxo e a condomínios fechados, no caso de Polana Caniço A. Contribui para este cenário, um quadro legal passível de divergências e conflitos de interpretação, onde a informação relativa à garantia e proteção de acesso à terra se encontra dispersa por vários instrumentos jurídicos, beneficiando sobretudo uma elite política económica que, ora recorre a estes instrumentos, ora os contorna, em função dos seus interesses e ambições. Este livre-arbítrio decorre igualmente do recurso generalizado a práticas de corrupção e clientelismo, tanto ao nível do acesso à terra, como do reconhecimento dos direitos de uso e aproveitamento sobre a mesma. Para além do mercado paralelo de transação, a sobreposição do *valor de troca* ao *valor de uso* reflete-se ainda no aumento do mercado de arrendamento nos bairros em análise, uma das principais portas de entrada na cidade dos grupos de menores recursos. Este mercado de transação promove um território cada vez mais disperso, difuso e fragmentado, enquanto o mercado de arrendamento gera um território cada vez mais compacto, propício ao agravamento das condições de habitabilidade e dos problemas ambientais. Esta valorização tende a gerar ou perpetuar fenómenos de exclusão e desigualdade sócio-espacial.

(2) *Se, simultaneamente, o valor de uso, de acordo com Lefebvre (2012 [1968]: 131-132), resiste irreduzivelmente a este processo, que práticas e formas contrárias à mercantilização do espaço se geram ou esboçam nestes lugares interditos?*

279

Paralelamente ao paradigma da *tábula rasa*, um estudo realizado no âmbito da iniciativa “Melhoramento dos Assentamentos Informais”, em 2006, e o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), aprovado dois anos depois, defendem a qualificação dos espaços autoproduzidos e o *direito ao lugar*, favorecendo no segundo mandato municipal, presidido por Eneas Comiche, a realização de algumas ações neste sentido nos bairros de Mafalala e Chamanculo C. Todavia, no caso do PEUMM, promove-se ao mesmo tempo a renovação dos bairros autoproduzidos, através da criação de parcerias público-privadas, num compromisso entre a lógica de mercado e o *direito ao lugar*, mas ambas as iniciativas, à semelhança dos restantes instrumentos de ordenamento, tardam em efetivar-se. Também entre as equipas responsáveis pela elaboração dos vários planos parciais de urbanização propostos para os bairros pericentrais, se preconizam outras abordagens alternativas à *tábula rasa* e à mercantilização do espaço. No entanto, quando confrontadas com os poderes e interesses instituídos, tendem a ser ignoradas ou negadas por quem detém a última palavra em qualquer processo de planeamento, o governo. Para contrariar esta tendência, após a aprovação dos planos, alguns técnicos e membros de organizações não-governamentais, no caso de Maxaquene A, promovem algumas ações de sensibilização e informação sobre o direito à habitação e o direito de uso e aproveitamento da terra, mas tende-se a reproduzir ou não superar as relações de poder locais.

É sobretudo entre os moradores, quando confrontados com um possível cenário de *renovação* ou com o aumento da dinâmica de mercado, que o *valor de uso* resiste e suplanta a *sobrevalorização da troca*: alguns recusam qualquer tipo de negociação, sublinhando as relações de vizinhança e entreatada construídas ao longo do tempo, o gosto pelo bairro e as possibilidades e benefícios que este oferece; outros apresentam contrapropostas demasiado elevadas com o objetivo de inviabilizar o negócio e afastar potenciais compradores; outros ainda denunciam, a meios de comunicação social, a existência de despejos forçados e de situações de discriminação e exclusão sócio-espacial, bem como o silêncio ou a conivência das estruturas municipal, distrital e local face a estas situações.

Estas *micro-resistências*, forjadas no quotidiano, revertem ou contrariam, ainda que pontualmente e muitas vezes de forma silenciosa, as relações de poder e dominação instituídas, impedindo-se, em alguns casos, a expansão das fronteiras da mercantilização e financeirização do espaço. Nesta luta no e pelo espaço, alguns moradores chegam a ficar totalmente isolados, numa “ilha”, como referem alguns entrevistados, rodeados de escombros ou cercados por muros, que separam quem habita o interior e o exterior dos enclaves que em seu redor se desenvolvem: parques automóveis, moradias unifamiliares de luxo e/ou condomínios fechados. O risco de uma ação de resistência ou revolta mais abrangente face à renovação total destes bairros poderá ser um dos fatores que justifica a demora ou a recusa, por parte do governo local, na efetivação desta abordagem de *tábula rasa*. Simultaneamente, poderá ainda justificar outras práticas que se traduzem numa renovação progressiva do território, nomeadamente: a inoperância do governo local face à transação de talhões e construções, proibida por lei, e a sua aposta na (re)construção de eixos viários estruturantes, que, como referimos anteriormente, potenciam a dinâmica de mercado.

As respostas a estas duas questões validam a *hipótese* formulada no início da tese, de que a expansão da fronteira da mercantilização e financeirização do espaço depende, à luz dos *bairros pericentrais autoproduzidos* de Maputo, não só do confronto entre o *valor de troca* e o *valor de uso*, mas também das práticas quotidianas de resistência, em particular das conduzidas pelos próprios moradores, capazes de contrariar ou travar o seu avanço. Abre-se, desta forma, a possibilidade de um *outro* mundo possível, alternativo ao sistema dominante, no qual têm lugar novas formas de solidariedade e entreatada, novas práticas e abordagens inscritas no *direito à cidade* e na *democratização do planeamento e gestão urbanos*. Num momento de particular instabilidade política e económica, em que dois grandes cenários se perfilam – (1) o abrandamento da dinâmica de mercado, decorrente da quebra acentuada do investimento nacional e estrangeiro no sector imobiliário; ou (2) a manutenção e crescimento dessa mesma dinâmica, alimentada por novos investidores e promotores internacionais –, dirigimos a nossa atenção para o reforço de ações e práticas emancipatórias, promotoras de uma maior *autonomia*, da *apropriação e realização coletiva*. Será o primeiro cenário mais favorável ao reforço destas práticas? Será, pelo contrário, que o aumento da violência de mercado despoleta novos

focos e práticas de resistência mais abrangentes, bem como novas estruturas organizativas voltadas para a criação e experimentação de alternativas? Qual o papel das organizações não-governamentais face a esta nova conjuntura política e económica? As suas ações continuarão a assumir sobretudo um carácter assistencialista? Qual o impacto, por exemplo, do projeto experimental *Casas Melhoradas*, centrado no desenvolvimento de novas tipologias habitacionais em altura, ao nível dos *bairros pericentrais*? São múltiplas as questões que ainda se levantam, sinal de que o tema e o objeto de estudo reclamam maior atenção e investigação por parte da comunidade científica.

•

O caso e objeto de estudo não se esgotam na análise realizada: como destaca Lefebvre, o movimento de *centralização e fragmentação* que marca o fenómeno urbano encontra-se em constante estado de mobilização. Análises complementares, seja recorrendo à mesma metodologia para aprofundar outros casos de estudo a nível micro, seja recorrendo a outros métodos qualitativos e/ou quantitativos, trarão certamente novos elementos para debate e para reflexão. Também os resultados desta investigação poderão ser aprofundados com a sua restituição aos agentes e comunidades locais, na senda de Raposo (1999) e de Raposo e Salvador (2007). A falta de financiamento para a sua realização no quadro da tese, não invalida, no entanto, que não venha a ser efetivado após a sua conclusão. O processo de restituição dos resultados, enquadrado numa lógica simultaneamente de *investigação e ação* (*Idem*: 247), permitiria, por um lado, potenciar o debate público em torno da problemática abordada, por outro, se aprofundado e continuado no tempo, colocar em prática a abordagem pedagógica enunciada no Capítulo 6, apoiada no princípio de que o conhecimento é *interconhecimento*. Como demonstra Raposo (1999) a partir da sua experiência em Manica (Moçambique), quando se coloca à disposição das comunidades locais informação sobre a sua realidade e se fomenta o debate público, favorece-se o aumento da sua capacidade de ação e negociação. Neste sentido, estaríamos a contribuir para a tomada de consciência coletiva relativamente aos diferentes pontos de vista acerca da realidade e das diversas formas de nela intervir, bem como, como refere a autora, a estimular a inserção da pesquisa na dinâmica urbana e no processo de tomada de decisão. No lugar de restituir os resultados da investigação apenas à comunidade técnico-científica e a um leque de informantes privilegiado, este estreitar da relação entre a comunidade técnico-científica e a sociedade em estudo favorece, de acordo com Raposo e Salvador (2007: 247), o acesso imediato, coletivo e interativo, dos habitantes e demais interessados aos elementos de informação produzidos pelo(s) investigador(es), bem como a sua apropriação.

Qualquer que seja o amanhã, é a partir da *praxis* que tudo (re)começa, pelo que cremos que revelar as resistências ao atual contexto e, a partir delas, gerar e experienciar o (im)possível é a direção. Não estaremos sós. Como se diz em Moçambique, “*estamos juntos*”.

Referências bibliográficas

I. Monografias, dissertações, artigos e comunicações

- Aalbers, M.; Fernandez, R. – “Financialization and housing: Between globalization and Varieties of Capitalism”. *Competition & Change*. Vol. 20, n.º 2, pp. 71-81, 2016. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/318755338/Fernandez-Aalbers-Financialization-and-Housing-2016>>. [Consult. 08 Ago. 2016].
- Aaboe, E.; Kring, T. – *Gestão dos Recursos Naturais e Indústria Extractivas em Moçambique: Documento de referência*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.
- Abramo, P. (coord.) – *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC, 2009a. ISBN 9788589478359
- Abramo, P. – “A cidade informal COM-FUSA: mercado informal em favelas e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas”. In Abramo, P. (org.) – *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC, pp. 49-79, 2009b. ISBN 9780796921659
- Abumere, S. – *The Right to the City and the challenges of the urban informal sector*. Naibori: Unesco, Un-Habitat, 2006.
- Agência Brasileira de Cooperação – *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2010. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf>. [Consult. 26 Nov. 2016].
- Alterman, R. – *Planning Laws, Development Controls and Social Equity, Lessons for Developing Countries*. Washington: The World Bank, 2014. ISBN 9781464800382. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1596/978-1-4648-0037-5_ch17>. [Consult. 29 Nov. 2014].
- Andersen, J.; Jenkins, P. (coords.) – *Home Space in African Cities: Maputo*, programa de pesquisa financiado pelo *Danish Research Council for Innovation 2009-2011*, 2012. Disponível em: <<http://www.homespace.dk>>. [Consult. 29 Out. 2014].
- Anderson, J.; Sollien, S.; Ouis, K. – *Understanding ‘Home Space’ in the African city: built environment study*. Copenhaga: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, 2012. Disponível em: <http://www.homespace.dk/tl/files/uploads/publications/Full%20reports/HomeSpace_Built_Environment_Study.pdf>. [Consult. 29 Out. 2014].
- Andvig, J. – *Corruption in Sub-Saharan Africa and its sources of evidence*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2008. ISBN 9788270022052. Disponível em: <<file:///C:/Users/CEA/Downloads/744-Andvig.pdf>>. [Consult. 03 Dez. 2014].
- Anthony, H. – *The challenge of squatter settlements, with special reference of the cities of Latin America*. Vancouver: University of British Columbia Press; Centre for Human Settlements at the University of British Columbia, 1979. ISBN 9780774801119
- Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. – *A cidade do pensamento único, Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013 [1ª ed. 2000]. ISBN 9788532623843

- Araújo, M. – “Aspectos demográficos e Geográficos da População de Moçambique”. *Garcia da Orta, Série Geográfica*. Vol. 13, n.º 1 e 2, pp. 25-54, 1988.
- Araújo, M. – “Cidade de Maputo, Espaços Contrastantes: Do Urbano ao Rural”. *Finisterra*. Vol. 34, n.º 67/68, pp. 175-190, 1999. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1694>>. [Consult. 14 Fev. 2011].
- Arrechi, A. – *Maputo, Operation Maxaquene: un exemple de mobilisation populaire pour aménager une banlieue populaire en autoconstruction*. Bogotá: ENDA, 1980.
- Arrighi, G. – “The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects”. *New Left Review*. nº 15, pp. 5-36, 2002. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/15/giovanni-arrighi-the-african-crisis>>. [Consult. 14 Fev. 2014].
- Atkinson, R; Bridge, G. (eds.) – *Gentrification in a global context: the new urban colonialism*. London: Routledge, 2005. ISBN 0203392086
- Augel, M. – *O Desafio do Escombros: Nação, Identidades e Pós-Colonialismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. ISBN 978-85-7617-134-8
- Azuela, A. – *La ciudad la propiedad privada y el derecho*. México: El Colegio de México, 1989. ISBN 9681204255
- Bah, C. – *Neocolonialism in West Africa, A Collection of Essays and Articles*. Bloomington: iUniverse LLC, 2014. ISBN 9781491726266
- Baltrusis, N. – *Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutoramento em Estruturas Ambientais e Urbanas. São Paulo: Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.
- Berrisford, S. – *How to make planning law work for Africa*. London: Africa Research Institute, 2013. Disponível em: <<http://www.africaresearchinstitute.org/publications/counterpoints/planning-law-in-africa/>>. [Consult. 29 Nov. 2014].
- Blomley, N. – *Unsettling the city: urban land and the politics of property*. New York: Routledge, 2004. ISBN 978-0415933162
- Bógus, L.; Raposo, I.; Pasternak, S. (orgs.) – *Da irregularidade fundiária urbana à regularização. Análise comparativa Portugal-Brasil*. São Paulo: EDUC, 2011. ISBN 9788528300888
- Borch, C.; Kornberger, M. – *Urban Commons: Rethinking the City*. New York: Routledge, 2015. ISBN 9781138017245
- Bouare, O. – “Levels of Urbanisation in Anglophone, Lusophone and Francophone African countries”. In Cross, C.; Gelderblom, D.; Roux, N. e Mafukidze, J. (eds.) – *Views on Migration in Sub-Saharan Africa: Proceedings of an African Migration Alliance Workshop*. Cape Town: HSRC Press, pp. 48-73, 2006. ISBN 9780796921659
- Boucher, S.; Francisco, A.; Rose, L.; Roth, M.; Zaqueau, F. – *Legal Uncertainty and Land Disputes in the Peri-Urban Areas of Mozambique: Land Markets in Transition*. Madison: University of Wisconsin-Madison, 1995. ISBN 00840815. Disponível em:

- <http://www.researchgate.net/publication/23520632_Legal_Uncertainty_and_Land_Disputes_in_the_Perio-Urban_Areas_of_Mozambique_Land_Markets_in_Transition>. [Consult. 28 Out. 2015].
- Bourdieu, P. – *La distinction critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2016 [1ª ed. 1979]. ISBN 9782707337214
- Bourdieu, P. – *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. Trad. por F. Tomaz do original em francês de 1989. ISBN 9722900145
- Bourdieu, P. – “Comprender”. In Bourdieu, P. (dir.) – *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 903-925, 1993. ISBN 2020196743
- Bourdin, A. – *O urbanismo depois da crise*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011. ISBN 9789722417068
- Bowen, N.; Helling, L. – *Demand-Side Governance Diagnostic of Maputo Municipality*. Washington: The World Bank, 2011.
- Butler, C. – *Henri Lefebvre: Spatial Politics, Everyday Life and the Right to the City*. New York: Routledge, 2012. ISBN 9780415459679
- Braga, R. – “Sob a sombra do precariado”. In Vainer, C. [et al.] – *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. ISBN 9788575593424
- Bredenoord, J.; Lindert, P.; Smets, P. – “Equal access to shelter: Coping with the urban crisis by supporting self-help housing”. *Habitat International*. Vol. 34, pp. 274-277, 2010. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/48318660_Equal_Access_to_Shelter_Coping_with_the_Urban_Crisis_by_Supporting_Self-help_Housing>. [Consult. 27 Out. 2011].
- Brenner, N.; Theodore, N. – “Cities and the Geographies of ‘Actually Existing Neoliberalism’”. *Antipode*. Vol. 34, n.º 3, pp. 349-379, 2002. Disponível em: <http://www.urbanecconomy.org/sites/default/files/Theodore_citiesandactuallyexistingneoliberalism.pdf>. [Consult. 28 Abr. 2011].
- Brenner, N.; Theodore, N. – “Neoliberalism and the urban condition”. *City*. Vol. 9, n.º 1, pp. 101-107, 2005.
- Brito, C. – *Terras de lendas*. Lisboa: Guimarães & Ca., 1925.
- Brito, L. – *Le Frelimo et la construction d’État Nacional au Mozambique. Le sens de la reference au marxisme (1962-1983)*. Tese de Doutoramento. Paris: Université de Paris VIII, 1991.
- Brito, L. – “Revisão da Legislação Eleitoral: Algumas propostas para o debate”. In Brito, L.; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Francisco, A. (orgs.) – *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 91-107, 2011. ISBN 9789898464040. Disponível em: <http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/19283/original/Desafios_Mo_ambique_2011.pdf?1360322463>. [Consult. 30 Ago. 2015].
- Brose, M. (org.) – *Metodologia participative: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. ISBN 9788586225666. Disponível em: <http://tomoeditorial.com.br/userfiles/metodologia_participativa_degustacao.pdf>. [Consult. 23 Jul. 2016].
- Brown, A.; Kristiansen, A. – *Urban Policies and the Right to the City*. Nairobi: Unesco, Un-Habitat, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001780/178090e.pdf>>. [Consult. 23 Jul. 2015].

- Cabannes, Y. – *72 Perguntas Frequentes sobre Orçamento Participativo*. Quito: AH Editorial, 2004. ISBN 92-1-131699-5
- Cabannes, Y. – “Direito à Cidade”. In Seminário *Exclusão Urbana e construção do Direito à Cidade*. Lisboa: Gestual-CIAUD/FA-UL; CEA-UC, 2015, 5 de Junho.
- Cabannes, Y.; Guimarães, S.; Johnson, C. – *How People Face Evictions*. London: Development Planning Unit/University College of London, 2010. ISBN 9781901742145
- Cabannes, Y; Baysal, C. – “When National Policies Stand Against Human and Housing Rights”. *Passarelle*. n.º 7, pp. 122-127, 2012. Disponível em:
<http://aitec.reseau-ipam.org/IMG/pdf/Passerelle_7_ENG-light.pdf>. [Consult. 14 Nov. 2014].
- Cabannes, Y.; Delgado, C. – *Une autre ville est possible! Alternatives à la ville marchandise*. Citego, 2013. Disponível em:
<<http://www.citego.info/?Une-autre-ville-est-possible&lang=fr>>. [Consult. 12 Dez. 2014].
- Cabral, J. – “A Catedral de Palhotas: religião e política no Moçambique tardo-colonial”. In Castelo, C.; Thomaz, O.; Nascimento, S. e Silva, T. (orgs.) – *Os Outros da Colonização, Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 251-281, 2012. ISBN 9789726713036
- Caldeira, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000. ISBN 9788573261882
- Cahen, M. – *Mozambique, lá révolution implosée: études sur 12 ans d’indépendance (1975-1987)*. Paris: L’Harmattan, 1987. ISBN 2858027609
- Cahen, M. – “Michel Cahen, Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado”, entrevista realizada por Angela Lazagna. *Revan*. Vol. 1, n.º 25, pp. 118-130, 2007. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista17Entrevista1-25.pdf>. [Consult. 23 Set. 2015].
- Cahen, M. – “Em Moçambique só há partidos de direita”: uma entrevista a Michel Cahen, realizada por Victor Miguel Castillo de Macedo e Joaquim Maloa”. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*. Vol. 20, n.º 1, pp. 155-174, 2013. Disponível em:
<http://www.academia.edu/4282510/_Em_Moçambique_só_há_partidos_de_direita_uma_entrevista_com_Michel_Cahen>. [Consult. 23 Set. 2015].
- Caldwell, J. – “As repercussões sociais da dominação colonial: aspectos demográficos”. In Boahen, A. – *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2ª ed. Brasília: UNESCO, pp. 529-566, 2010. Trad. Por V. Silvério do original em inglês de 1985. ISBN 9788576521297
- Calengo, A. – *Lei de Terras Anotada e Comentada*. Centro de Formação Jurídica e Judiciária: Maputo, 2005.
- Canhanga, N. – “Os desafios da descentralização e a dinâmica da planificação participativa na configuração de agendas políticas locais”. In Brito, L.; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Francisco, A. (orgs.) – *Cidadania e Governança em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 90-118, 2008. ISBN 9789899614727. Disponível em:
<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf>. [Consult. 30 Ago. 2015].

- Cardoso, I. – “O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica”. *Libertas*. Vol. 11, n.º 2, pp. 1-23, 2011. Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1663/1159>>. [Consult. 06 Nov. 2014].
- Carlos, A. – “Da ‘organização’ à ‘produção’ do espaço no movimento do pensamento geográfico”. In Carlos, A., Souza, M. e Sposito, M. (orgs.) – *A produção do espaço urbano, agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 54-73, 2011. ISBN 9788572446334
- Carmon, N. – “Three generations of urban renewal policies: analysis and policy implications”. *Geoforum*. n.º 30, pp. 145-158, 1999. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/222462243_Three_generations_of_urban_renewal_policies_analysis_and_policy_implications>. [Consult. 10 Dez. 2014].
- Carrilho, J. – “Poderá, o arrendamento, contribuir para a alocação eficiente de terras em Moçambique?”. In Serra, C. e Carrilho, J. (coords.) – *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp. 169-183, 2013. ISBN 9789896700409
- Carrilho, J. – “Cidades na cidade nos países em desenvolvimento”. In Carrilho, J., Coelho, A. e Palma, N. – *Que arquitetura nos países em desenvolvimento?*. Lisboa: Editora Escolar, pp. 11-35, 2014. ISBN 9789725924297
- Carrilho, J.; Lage, L. – “Desafios no domínio da habitação”. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs.) – *Desafios para Moçambique, 2010*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 319-322, 2009. ISBN 9789899614734
- Castel-Branco, C. – *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010. ISBN 9789899614772. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCRB.pdf>. [Consult. 27 Nov. 2014].
- Castel-Branco, C. – “Dependência de ajuda externa, acumulação e *ownership* contribuição para um debate de economia política”. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S., Francisco, A. (orgs.) – *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 401-466, 2011. ISBN 9789898464040. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011_15.AjdExt.pdf>. [Consult. 27 Jul. 2015].
- Castel-Branco, C.; Massarongo, F.; Muianga, C.; Massingue, N.; mondlate, O.; Ali, R.; Langa, E. – “Questões de sustentabilidade e transformação macroeconómica e desafios para a política pública: “Bolha económica” em Moçambique?”. In *Conferência Economia e Governação: Desafios e Propostas*. Maputo: IESE, CIP e OMR, 2015, 31 de Março. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2015/IESE_Macro_CNCRB.pdf>. [Consult. 30 Ago. 2016].
- Castells, M. – *The urban question: A Marxist Approach*. Cambridge: MIT Press, 1979. 1ª ed. 1972. ISBN 0262030632
- Castoriadis, C. – *Domaines de L’Homme: Les Carrefours Du Labyrinthe II*. Paris: Seuil, 1986. 1ª ed. 1978. ISBN 2020091755

- Castoriadis, C. – “Introdução: socialismo e sociedade autônoma”. In Castoriadis, C. – *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 1ª ed. 1979. ISBN N/D
- Castoriadis, C. – “L’époque du conformisme généralisé”. In Castoriadis, C – *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil, 1990. ISBN 9782020475747
- Castoriadis, C. – “A democracia enquanto processo e enquanto regime”. In Castoriadis, C. – *A ascensão da insignificância*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998, pp. 246-269. Trad. por C. Oliveira do original em francês de 1996. ISBN 9789725300336
- Cernea, M. (ed.) – *The Economics of Involuntary Resettlement: Questions and Challenges*. Washington: World Bank, 1999a. Disponível em:
<http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/IW3P/IB/1999/06/03/000094946_99040105542381/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. [Consult. 16 Dez. 2014].
- Cernea, M. – “Why Economic Analysis Is Essential to Resettlement: A Sociologist’s View”. In Cernea, M. (ed.) – *The Economics of Involuntary Resettlement: Questions and Challenges*. Washington: World Bank, pp. 5-49, 1999b. Disponível em:
<http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/IW3P/IB/1999/06/03/000094946_99040105542381/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. [Consult. 16 Dez. 2014].
- Cernea, M. – “IRR: An Operational Risks Reduction Model for Population Resettlement”. *Journal of Water, Energy and Environment*. Vol. 1, n.º 1, pp. 25-59, 2007. Disponível em:
<<http://www.nepjol.info/index.php/HN/article/view/883>>. [Consult. 10 Ago. 2016].
- Certeau, M. – *A invenção do quotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. Trad. por E. Alves do original em francês de 1990. ISBN 8532611486
- Chichava, J. – *Urban Management in Mozambique with particular reference to the Capital City, Maputo*. Tese de doutoramento em Planeamento Regional. Cardiff: Department of City and Regional Planning, University of Wales, 1997.
- Chichava, J. – *O sector informal e as economias locais*. Maputo: Ministério da Administração Estatal, 1998.
- Chichava, J. – *Participação comunitária e desenvolvimento. O caso dos grupos dinamizadores em Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1999.
- Chichava, J. – *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova política na democracia moçambicana?*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010. Disponível em:
<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf>. [Consult. 18 Set. 2015].
- Chichava, J. – “Vantagens e Desvantagens Competitivas de Moçambique na Integração Económica Regional”. *Revista Científica Inter-Universitária. Economia, Política e Desenvolvimento*. Vol. 1, n.º 4, p. 11-30, 2011. Disponível em:
<<http://omrmz.org/index.php/biblioteca/category/17-diversos?download=585:sadc>>. [Consult. 06 Fev. 2014].
- Chiziane, E. – “Os títulos de DUAT nas zonas urbanas em Moçambique”. In Serra, C. e Carrilho, J. (coords.) – *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp. 186-198, 2013. ISBN 9789896700409
- Choay, F. – *La terre qui meurt*. Paris: Fayart, 2011. ISBN 9782213662541

- Chomsky, N. – *Government in the Future*. New York: Seven Stories Press, 2005 [1ª ed. 1970]. ISBN 978-1-60980-224-0
- Chomsky, N. – *Profit Over People: Neoliberalism and Global Order*. New York: Seven Stories Press, 1998. ISBN 1888363894
- Clark, E. – “The order and simplicity of gentrification – a political challenge”. In Atkinson, R. E Bridge, G. (eds.) – *Gentrification in a Global Context. The new urban colonialism*. London/New York: Routledge, pp. 261-269, 2005. ISBN 0203392086
- Clarke, J. – “Polarisation and depolarisation in Africa”. In Schell, L.; Smith, M.; Bilsborough, A. – *Urban ecology and health in the third world*. New York: Cambridge University Press, pp. 260-273, 2009. 1ª ed. 1993. ISBN 9780521411592
- Cohen, M. – *The Senegal sites and service projects*. Washington: The World Bank, 1983. Disponível em: <http://wwwds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/11/15/000178830_98101901063898/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. [Consult. 02 Jul. 2015].
- Comitês Populares da Copa – *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. Comitês Populares da Copa, 2011. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos>. [Consult. 16 Dez. 2014].
- Cooper, F. – *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. ISBN 0521562511
- Costa, A. B. da – *O Preço da Sombra: Sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. ISBN 9789722414340
- Costa, A. B. da; Rodrigues, C. – “Famílias e estratégias de sobrevivência e reprodução social em Luanda e Maputo”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 139-161, 2007. ISBN 9789727727605
- Costa, A. B. Da; Biza, A. – *Understanding ‘Home Space’ in the African city: ethnographic Report*. Copenhaga: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, 2012. Disponível em: <http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Full%20reports/HomeSpace_Ethnographic_Report.pdf>. [Consult. 25 Nov. 2014].
- Costa, G. – “A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana”. In Limonad, E. (org.) – *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos de Cidade, Espaço e Lugar, Universidade Federal Fluminense, pp. 9-14, 2003. ISBN 859037916
- Coudert, L. – *Dynamiques urbaines et sociales dans les quartiers péricentraux: L'exemple de trois métropoles régionales: Nantes, Bordeaux et Toulouse*. Tese de doutoramento em Geografia. Nantes: Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Institut de Géographie et d'Aménagement Régional, Université de Nantes, 2006.
- Cramer, C. – “Privatisation and Adjustment in Mozambique: A ‘Hospital Pass’?”. *Journal of Southern African Studies*. Vol. 27, n.º 1, p. 79-103, 2001. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03057070120029518?journalCode=cjss20#.VaJuVo s6HFI>>. [Consult. 12 Jul. 2014].

Dava, F. – *Reconhecimento e legitimação das autoridades comunitárias à luz do decreto 15/2000: o caso grupo etnolinguístico ndau*. Maputo: ARPAC, Instituto de Investigação Sócio-Cultural, 2003.

Davis, J. – *The Community Land Trust Reader*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2010. ISBN 9781558442054

Davis, M. – *Planet of slums*. London/New York: Verso, 2006. ISBN 1844670228

DeFilippis, J. – *Unmaking Goliath: Community Control in the Face of Global Capital*. New York/London: Routledge, 2004. ISBN 0203499913

De Soto, H. – *The mystery of capital: why capitalism triumph in the West and fails everywhere else*. New York: Basic Books, 2000. ISBN 04650161146

Dellenbaugh, M.; Kip, M.; Bieniok, M.; Muller, A; Schwegmann, M. – *Urban Commons: Moving Beyond State and Market*. Berlin: Bauverlag, 2015. ISBN 9783038216612

Deutsche, R.; Ryan, C. – “El bello arte de la gentrificación”. In Observatorio Metropolitano de Madrid (ed.) – *El mercado contra la ciudad: Sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas*. Madrid: Traficantes de Sueños, pp. 27-52, 2015. ISBN 9788494311147

Doherty, J.; Decker, P.; Busch-Geertsema, V.; O’Sullivan, E.; Sahlin, I.; Tosi, A.; Hanninen, S.; Karkkainen, S. – *The Changing Role of the State: Welfare Delivery in the neoliberal Era*. Bruxelas: Feantsa, 2005. ISBN 9075529457. Disponível em:

<http://www.feantsaresearch.org/IMG/pdf/2005_welfare_delivery_in_the_neoliberal_era.pdf>. [Consult. 10 Ago. 2016].

Domingues, A. – “(Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?”. *Geografia*. Vol. 10/11, pp. 5-18, 1994/5. ISBN 08711666. Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1588.pdf>>. [Consult. 16 Ago. 2013].

Dowing, T. – “Mitigating Social Impoverishment when People are Involuntarily Displaced”. In McDowel, C. (ed.) – *Understanding Improverishment: The Consequences of Development-Induced Displacement*. Oxford: Berghahn Books, pp. 33-48, 1996. Disponível em:

<<http://allthingsaz.com/wp-content/uploads/2012/02/Mitigating-Social-Impoverishment.pdf>>. [Consult. 16 Dez. 2014].

Emden, C.; Midgley, D. (eds.) – *Beyond Harbermas: Democracy, Knowledge and the Public Sphere*. New York: Berghahan Books, 2013. ISBN 9780857457219

Fainstein, S. – “The Return of Urban Renewal”. *Harvard Design Magazine*. n.º 22, pp. 1-5, 2005. Disponível em:

<<http://www.gsd.harvard.edu/hdm>>. [Consult. 14 Nov. 2014].

Fainstein, S. – “Mega-projects in New York, London and Amsterdam”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 32, n.º 4, pp. 768-785, 2008. Disponível em:

<<http://www.gsd.harvard.edu/images/content/5/4/540407/fac-pub-fainstein-megaprojects-ijurr-final.pdf>>. [Consult. 16 Nov. 2014].

- Fainstein, S. – “Planning and the Just City”. In Marcuse, P. [et al.] (ed.) – *Searching for the Just City: debates in urban theory and practice*. Oxon; New York: Routledge, pp. 19-39, 2009. ISBN 9780415776134
- Faria, M.; Jeque, N. (coords.) – *Direito de Uso e Aproveitamento da Terra*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Direito Pró-Ambiente, 2006.
- Fauré, Y.; Rodrigues, C. (orgs.) – *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, Terrenos e Atores*. Coimbra: Almedina, 2012. ISBN 9789724047829
- Fauré, Y. – “Angola e Moçambique: de uma descentralização prometida a uma descentralização tímida”. In Fauré, Y. e Rodrigues, C. (orgs.) – *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, Terrenos e Atores*. Coimbra: Almedina, pp. 295-354, 2012. ISBN 9789724047829
- Fauvet, P.; Mosse, M. – *É proibido pôr algemas nas palavras: Uma biografia de Carlos Cardoso*. Lisboa: Caminho, 2004. ISBN 9722116258
- Fernandes, E. – “The influence of de Soto’s the Mystery of Capital”. *Lincoln Institute of Land Policy. Land Lines Article*. Vol. 14, n.º 1, pp. 5-8, 2002. Disponível em: <https://www.lincolnst.edu/pubs/dl/199_LLI0201.pdf>. [Consult. 27 Out. 2015].
- Fernandes, E. – “Constructing the ‘right to the city’ in Brazil”. *Social & Legal Studies*. Vol. 16, n.º 2, pp. 201-219, 2007. Disponível em: <<http://sls.sagepub.com/content/16/2/201>>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- Fernandes, E. – “Cidade Legal X Ilegal”. In Valença, M. (org.) – *Cidade (I)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, pp. 22-41, 2008a. ISBN 9788574782485
- Fernandes, E. – “Reformando a Ordem Jurídico-Urbanística no Brasil”. In Valença, M. (org.) – *Cidade (I)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, pp. 61-71, 2008b. ISBN 9788574782485
- Fernandes, E. – “Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo?”. *Revista UFMG*. Vol. 20, n.º 1, pp. 212-233, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/10estatuto_da_cidade_edesio_fernandes.pdf>. [Consult. 16 Dez. 2014].
- Fernandes, E.; Alfonsin, B. – “Estatuto da Cidade: razão de descrença ou de otimismo? Adicionando complexidades à reflexão sobre a efectividade da lei”. *Fórum de direito urbano e ambiental*. Vol. 8, n.º 47, 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/29672>>. [Consult. 16 Dez. 2014].
- Ferrari, J. – *Genealogias urbanas: um outro olhar sobre o planeamento* [título provisório]. Tese de doutoramento em Urbanismo. Minas Gerais: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016 [?].
- Fioravanti, L. – “Reflexões sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações”. *Revista Movimentos e Dinâmicas Espaciais*. Vol. 02, n.º 2, pp. 173-184, 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/38>>. [Consult. 17 Dez. 2014].

- Fisher, F. – “Discursive planning: social justice as discourse”. In Marcuse, P. [et al.] (ed.) – *Searching for the Just City: debates in urban theory and practice*. Oxon; New York: Routledge, pp. 52-71, 2009. ISBN 9780415776134
- Florêncio, F. – “Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: o regresso do *indirect rule* ou uma espécie de *neo-indirect rule*?”. *Análise Social* . Vol. XLIII, pp. 369-391, 2008. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218639600E2kPR9qf1Wh58IK2.pdf>>. [Consult. 10 Jun. 2015].
- Forjaz, J. – *Plano, projecto e planeamento físico*. Maputo: Secretaria de Estado do Planeamento Físico, 1984.
- Forjaz, J. – “Historial da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM”, s/data. Disponível em: <<http://www.architecture.uem.mz/informac/histfapf.htm>>. [Consult. 19 Abr. 2014].
- Forjaz, J. – “A Planificação Física em Moçambique Independente”, s/data. Disponível em: <<http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/planmocind.html>>. [Consult. 19 Abr. 2014].
- Forjaz, J. – “Gestão dos recursos naturais e política ambiental”, 2004. Disponível em: <<http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/gestao.html>>. [Consult. 19 Abr. 2014].
- Forjaz, J. – “Uma estratégia para o melhoramento e a reabilitação dos slums em Moçambique”. *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*. n.º 5, pp. 92-98, 2005.
- Forjaz, J.; Carrilho, J.; Lage, L.; Mazembe, A.; Nhachungue, E.; Battino, L.; Costa, M.; Cani, A.; Trindade, C. – *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção*. Maputo: Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH); Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT); Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), 2006. Disponível em: <http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006_Portuguese.pdf>. [Consult. 23 Jun. 2015].
- Forquilha, S. – “Remendo novo em plano velho: o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique”. In Brito, L.; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Francisco, A. (orgs.) – *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 71-89, 2008. ISBN 9789899614727. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf>. [Consult. 30 Ago. 2015].
- Forquilha, S. – “O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local”. *Cadernos de Estudos Africanos*. N.º 16/17, pp. 89-114, 2009. Disponível em: <<https://cea.revues.org/187>>. [Consult. 30 Ago. 2014].
- Folio, F. – “Les condomínios à Maputo: enjeux sociétaux et spatiaux autor de l’implantation des ensembles résidentiels sécurisés dans la capitale mozambicaine”. *Annales de géographie*. Vol. 3, n.º 655, pp. 247-270, 2007. ISBN 00034010. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-annales-de-geographie-2007-3-page-247.htm>>. [Consult. 18 Jul. 2014].

- Fortuna, C. – “Henri Lefebvre e o Direito à cidade, uma apresentação”. In Lefebvre, H. – *O Direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre, pp. 5-14, 2012. ISBN 9789898268150
- Foucault, M. – *Security, Territory, Population, Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. New York: Picador, 2009. Trad. por G. Burchell do original em francês de 1977-78. ISBN 9780312203603
- Francisco, A.; Paulo, M. – *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro Sul e Centro de Estudos Africanos, 2006. Disponível em:
<http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/impacto_da_economia_informal.pdf>. [Consult. 28 Out. 2015].
- Francisco, A. – “Por uma Nova Constituição Económica em Moçambique”. In Serra, C. e Carrilho, J. (coords.) – *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp. 75-127, 2013. ISBN 9789896700409
- Freire, P. – *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013 [1ª ed. 1970]. ISBN 9788577531646
- Friedmann, J. – “The City of Everyday Life”. *The Planning Review*. Vol. 35, pp. 136-137, 1999. Disponível em:
<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02513625.1999.10556693#.VJARqyusXCs>>.
[Consult. 15 Dez. 2014].
- Fox, S.; Goodfellow, T. – *Cities and Development*. London: Routledge, 2015. ISBN 9780415740722
- Gadotti, M. – *Educação e poder – introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2003. ISBN 9788524918841
- Garnier, J.P. – “Un espacio indefendible. La recordación urbana en la hora securitaria”. In Garnier, J.P. – *Contra los territorios del poder. Por un espacio público de debates y... de combates*. Barcelona: Virus Editorial, pp. 103-128, 2006. Trad. Por A. Sewell do original em francês de 2006. ISBN 8496044785.
- Geffray, C. – *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. ISBN 9723602471
- German, L.; Schoneveld, G.; Mwangi, E. – *Contemporary processes of large-scale land acquisition by investors. Case studies from sub-Saharan Africa*. Bogor Barat: Center for International Forestry Research, 2011. ISBN 9786028693646
- Gilbert, A. – “Return of the Slum: Does Language Matter?”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 31, n.º 4, pp. 698-713, 2007. Disponível em:
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2427.2007.00754.x/abstract>>. [Consult. 30 Out. 2014].
- Gills, B.; Gray, K. (ed.) – *People Power in the Era of Global Crisis: rebellion, resistance and liberation*. New York: Routledge, 2013. ISBN 9780415500098
- Godoy, P. – “A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana”. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. n.º 23, pp. 125-132, 2008. Disponível em:
<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp23/Artigo_Paulo_Godoy.pd>.
[Consult. 17 Out. 2014].
- Goonewardena, K.; Kipfer, S.; Milgrom, R.; Schmid, C. (eds.) – *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York e London: Routledge, 2008. ISBN 9780415954594. Disponível em:

<http://www.alejandrocasales.com/teoria/teoria/space_difference_everyday_life.pdf>. [Consult. 21 Jan. 2014].

Grafmeyer, Y. – *Sociologia urbana*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1995. ISBN 9721040134

Grisoni-Niaki, J. – “L’immobilier à Caen: dynamiques péricentrales et mutations socio-spatiales recentes (1995-1998)”. *Norois*. n.º 189, pp. 33-46, 2002. Disponível em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/noroi_0029-182x_2002_num_189_1_7052>. [Consult. 03 Nov. 2014].

Groenewald, L.; Huchzermeyer, M.; Kornienko, K.; Tredoux, M.; Rubin, M.; Raposo, I. – “Breaking down the binary: meanings of informal settlement in southern African Cities”. In Bekker, S. e Fourchard, L. (org.) – *Governing Cities in African Politics and Policies*. Pretoria: HSRC Press, 2013. ISBN 9780796924162

Guerra, I. – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Parede: Príncipeia, 2010 [1ª ed. 2006]. ISBN 9789728818661

Gugler, J. – *Cities in the developing world: issues, theory and policy*. Oxford: Oxford University Press, 1997. ISBN 0198742169

Guillerm, A.; Bourdet, Y. – *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Trad. por H. Pólvora do original em francês de 1974.

Gumbao, A. – *Mapes de l’Espai Collectiu d’una ciutat subsaariana: Maputo. Els paisatges suburbans de la quotidianitat* [título provisório]. Tese de doutoramento em Urbanismo. Barcelona: Escola Tècnica Superior d’Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya, 2016 [?].

294

Habermas, J. – *The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1991. Trad. por T. Burger do original em alemão de 1962. ISBN 0262581086

Habermas, J. – *Legitimation Crisis*. Cambridge: Polity Press, 2007. Trad. por T. McCarthy do original em alemão de 1973. ISBN 9780745694153

Habitat International Coalition-Housing and Land Rights Network (HIC-HLRN) – *Struggling against Impunity: The Annual Report of Findings from the HIC-HLRN Violation Database*. Gizé: HIC-HLRN, 2012. Disponível em:

<http://www.hlrn.org/img/documents/Habitat_Day_Rpt_2012.pdf>. [Consult. 10 Ago. 2016]

Hall, M.; Young, T. – *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence*. London: C. Hurst & Co., 1997. ISBN 1850651159

Hamnett, C. – “The Blind Men and the Elephant of Gentrification”. *Transactions of the Institute of British Geographers*. Vol. 16, n.º 2, pp. 173-189, 1991. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/622612>>. [Consult. 14 Nov. 2014].

Hanlon, J. – *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, 1996.

Hanlon, J. – “Do donors promote corruption?: the case of Mozambique”. *Third World Quarterly*. Vol. 25, n.º 4, pp. 747-763, 2004. Disponível em:

- <http://www.open.ac.uk/personalpages/j.hanlon/Hanlon_3WQ_Moz_corruption.pdf>. [Consult. 03 Dez. 2014].
- Hanlon, J. – “Basta dar dinheiro aos pobres”. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S., Francisco, A. (orgs.) – *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 173-185, 2010. ISBN 9789899614765. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProtecaoSocial_5.DinhPob.pdf>. [Consult. 27 Jul. 2015].
- Hardt, M.; Negri, A. – *Commonwealth*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2009. ISBN 9780674035119
- Harvey, D. – “The geography of capital accumulation: a reconstruction of the Marxist theory”. *Antipode*. Vol. 7, n.º 2, pp. 9-21, 1975. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1975.tb00616.x/pdf>>. [Consult. 27 Out. 2014].
- Harvey, D. – *The Urban Experience*. Oxford: Blackwell, 1989a. ISBN 9780801838491
- Harvey, D. – “From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism”. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*. Vol. 71, n.º 1, pp. 3-17, 1989b.
- Harvey, D. – *The limits to capital*. London: Verso, 1999. ISBN 9781859847145
- Harvey, D. – *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. ISBN 0748612688
- Harvey, D. – *The New Imperialism*. New York: Oxford University Press, 2003. ISBN 0199278083
- Harvey, D. – *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005. ISBN 0199283265
- Harvey, D. – *Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. New York: Verso, 2006a. ISBN 1844670651
- Harvey, D. – “The right to the city”. *New Left Review*. Vol. 53, pp. 23-40, 2008. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. [Consult. 15 Nov. 2014].
- Harvey, D. – “Use value, exchange value and the theory of urban land use”. In Harvey, D. – *Social Justice and the City*. Athens: University of Georgia Press, pp. 153-194, 2009. ISBN 9780820336046
- Harvey, D. – *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. New York: Oxford University Press, 2010. ISBN 9780199758715
- Harvey, D. – *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London/New York: Verso, 2012. ISBN 9781844679041
- Harvey, D. – *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2014. ISBN 9781781251614
- Harvey, D.; Potter, C. – “The right to the Just City”. In Marcuse, P. [et al.] (ed.) – *Searching for the Just City: debates in urban theory and practice*. Oxon; New York: Routledge, pp. 40-51, 2009. ISBN 9780415776134
- Harvey, D.; Teles, E.; Sader, E.; Alves, G.; Wallerstein, I.; Peschanski, J.; Davis, M.; Žižek, S.; Ali, T.; Safatle, V. – *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012. ISBN 9788575592168

- Healey, P. – “Discourses of Integration: Making Frameworks for Democratic Urban Planning”. In Healey, P.; Cameron, S.; Davoudi, S.; Graham, S.; Madani-Pour, A (orgs.) – *Managing Cities. The New Urban Context*. Chichester; New York: Wiley, pp. 251-272, 1995. ISBN 9780471955337
- Healey, P. – “Planning Through Debate: The Communicative Turn in Planning Theory”. In Campbell, S.; Fainstein, S. (orgs.) – *Reading in Planning Theory*. Cambridge; Oxford: Blackwell, pp. 234-257, 1996. ISBN 9781444330809
- Healey, P. – “Collaborative Planning in a Stakeholder Society”. *The Town Planning Review*. Vol. 69, n.º 1, pp. 1-21, 1998.
- Henriques, C. – *Maputo, Cinco décadas de Mudança Territorial: O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008. ISBN 9789728975227
- Herrera, E. – *Entre la irregularidad y la regularización del suelo urbano: Lar ed del Intercambio Institucional y las Políticas Territoriales en la ZMCM 1970-2002*. Tese de doutoramento em Desenho. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005.
- Herrera, E. – “À margem das normas urbanas na periferia: Cidade do México e Lisboa”. In Conferência, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2015, 25 Novembro.
- Hibou, B. – “Retrait ou redéploiement de l’Etat?”. *Critique Internationale*. Vol. 1, pp. 151-168, 1998. Disponível em:
<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/criti_12907839_1998_num_1_1_1363#>. [Consult. 27 Abr. 2015]
- Hibou, B. – *Anatomie politique de la domination*. Paris: La Decouverte, 2011. ISBN 9782707167668
- Hibou, B. – *La bureaucratisation du monde à l’ère néolibérale*. Paris: La Découverte, 2012. ISBN 9782707174390
- Holub, R. – *Jorgen Harbermas. Critic in Public Sphere*. London: Routledge, 1991. ISBN 0203314964
- Howard, E. – *To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform*. London: Swan Sonnenschein & Co., Ltd, 1989. Disponível em: <<https://archive.org/details/tomorrowpeaceful00howa>>. [Consult. 20 Ago. 2016].
- Huchzermeyer, M. – “Slum Updrading in Nairobi within the Housing and Basic Services Market”. *Journal of Asian and African Studies*. Vol. 43, n.º 19, pp. 19-39, 2008. Disponível em:
<<http://abahlali.org/files/Huchzermeyer.pdf>>. [Consult. 09 Jan. 2015].
- Human Rights Watch; SOS Habitat Acção Solidária – *Eles partiram as casas: desocupações forçadas e insegurança da posse da terra para os pobres da cidade de Luanda*. Luanda/New York: Human Rights/SOS Habitat Acção Solidária, Vol. 19, n.º7, 2007. Disponível em:
<http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0507ptwebwcover_0.pdf>. [Consult. 16 Nov. 2014].
- Hyra, D. – “Conceptualizing the New Urban Renewal: Comparing the Past to the Present”. *Urban Affairs Review*. Vol. 10, n.º 20, pp. 1-20, 2012. Disponível em:
<<http://uar.sagepub.com/content/early/2012/05/15/1078087411434905>>. [Consult. 07 Fev. 2013].
- Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC) – *Global estimates 2011: People displaced by natural hazard-induced disasters*. Genebra: IDMC, 2012. Disponível em:

- <<http://www.internal-displacement.org/publications/2012/global-estimates-2011-people-displaced-by-natural-hazard-induced-disasters>>. [Consult. 10 Ago. 2016].
- Iglesias, O. – “Reorganização do Espaço na Colónia de Moçambique. Estudo do fenómeno urbano”. *Africana Studia*. n.º 9, pp. 299-333, 2006. Disponível em:
<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS09_299.pdf>. [Consult. 22 Out. 2014].
- Innes, J. – “Planning Theory’s Emerging Paradigm: Communicative Action and Interactive Practice”. *Journal of Planning Education and Research*. Vol. 14, n.º 3, pp. 183-190, 1995.
- Islam, T. – “Outside the core: gentrification in Istanbul”. In Atkinson, R. E Bridge, G. (eds.) – *Gentrification in a Global Context. The new urban colonialism*. London/New York: Routledge, pp. 121-136, 2005. ISBN 0203392086
- Jason, L.; Keys, C.; Suarez-Balcazar, Y.; Taylor, R.; Davis, M. (eds) – *Participatory Community Research: Theories and Methods in Action*. Washington: American Psychological Association, 2004. ISBN 9781591470694
- Jenkins, P. – *National and Internacional shelter policy initiatives in Mozambique: housing the urban poor at the periphery*. Tese de doutoramento em ‘Planning and Housing’. Edinburgh: School of Planning & Housing Edinburgh College of Art, Heriot-Watt University, 1998.
- Jenkins, P. – “City profile Maputo”. *Cities*. Vol. 17, n.º 3, pp. 207-218, 2000a. Disponível em:
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1975.tb00616.x/pdf>>. [Consult. 25 Jan. 2014].
- Jenkins, P. – “Urban management, urban poverty and urban governance: planning and management in Maputo”. *Environment & Urbanization*. Vol. 12, n.º 1, pp. 137-152, 2000b. Disponível em:
<<http://eau.sagepub.com/content/12/1/137.full.pdf>>. [Consult. 9 Nov. 2010].
- Jenkins, P. – *Mercados de terras urbanas no Moçambique pós-socialismo, Seu impacto sobre a população vulnerável: alternativas para melhorar o acesso à terra e o processo de desenvolvimento urbano*. Edimburgo/Maputo: Centre for Environment & Human Settlements, Edinburg College/ Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, 2001. Disponível em:
<http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/misc/Previous%20Studies/2000%20Levantamento%20Relatorio_Maputo_mercado_terra_urbana.pdf>. [Consult. 31 Jul. 2015].
- Jenkins, P. – “Beyond the formal/informal dichotomy: access to land in Maputo, Mozambique”. In Hansen, K. e Vaa, M. (eds.) – *Reconsidering informality: perspectives from urban Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, pp. 207-218, 2004. ISBN 9171065180
- Jenkins, P. – “Sumário Executivo do Relatório de Contexto”. In *“Home Space’: compreender o ‘espaço do lar’ na cidade africana*”. Maputo: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, 2012. Disponível em:
<http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Summaries/HomeSpace_Context_portuguese_summary.pdf>. [Consult. 03 Dez. 2015].
- Jenkins, P. – *Urbanization, Urbanism and Urbanity in an African City: Home Spaces and Houses Cultures*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. ISBN 9781137380166

- Jenkins, P.; Wilkinson, P. – “Assessing the Growing Impact of the Global Economy on Urban Development in Southern African Cities: Case Studies in Maputo and Cape Town”. *Cities*. Vol. 19, n.º 1, pp. 33-47, 2002. ISBN 02642751. Disponível em:
<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275101000440>>. [Consult. 29 Out. 2014].
- Jenkins, P.; Smith, H.; Wang, Y. – “Colonial and neo-colonial planning and housing”. In Jenkins, P., Smith, H. e Wang, Y. – *Planning and Housing in the Rapidly Urbanising World*. London/New York: Routledge, pp. 103-128, 2007. ISBN 9780415357968
- Jennings, A.; Lassance, A.; Vainer, C.; Maricato, E.; Ferreira, J.; Lopes, J.; Maior, J.; Fernandes, L.; Oliveira, N.; Rolnik, R. – *Brasil em Jogo, o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo, 2014. ISBN 9788575593844.
- Jorge, S. – “The Re-Emergence of Urban Renewal in Maputo: Importance and Scale of the Phenomenon in the Neoliberal Context”. In Silva, C. (ed.) – *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Farnham: Ashgate, pp. 203-213, 2015. ISBN 9781472444875
- Jorge, S.; Melo, V. – “Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo”. *Cadernos de Estudos Africanos*. n.º 27, pp. 55-77, 2014. Disponível em:
<<http://cea.revues.org/1488>>. [Consult. 17 Jun. 2014].
- José, M. – *Alagados: The Story of Integrated Slum Upgrading in Salvador (Bahia), Brazil*. Washington: Cities Alliance, 2008. Disponível em:
<http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA_Docs/resources/upgrading/alagados/alagados-english.pdf>. [Consult. 26 Nov. 2016].
- Kapp, S. – “De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana”. *Cadernos Metrópole*. Vol. 13, n.º 26, pp. 439-450, 2011. Disponível em:
<http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm26_219.pdf>. [Consult. 20 Jun. 2014].
- Kapp, S.; Silva, M. – “Quem mora nas favelas?”. *E-metropolis*. n.º 9, pp. 28-35, 2012. Disponível em:
<http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n09-ed.pdf>. [Consult. 30 Jun. 2014].
- Kayizzi-Mugerwa, S.; Schimeles, A.; Yaméogo, N. – *Urbanization and Socio-Economic Development in Africa*. New York: Routledge, 2014. ISBN 9781138016811
- Kip, M.; Bieniok, M.; Dellenbaugh, M.; Muller, A.; Schwegmann, M. – “Sizong the (Every)Day: Welcome to the Urban Commons!”. In Dellenbaugh, M., Kip, M., Bieniok, M., Muller, A., Schwegmann, M. (eds.) – *Urban Commons: Moving Beyond State and Market*. Berlin: Bauverlag, pp. 9-25, 2015. ISBN 9783038216612
- Kurz, R. – *Os últimos combates*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1998. ISBN 8532618995
- Lachartre, B. – *Enjeux urbains au Mozambique. De Lourenço Marques à Maputo*. Paris: Karthala, 2000. ISBN 9782845860902
- Lachartre, B. – “Qui a peur des ONG au Mozambique? La relance d’une controverse”. In *Lusotopie, Les ONG en Lusophonie. Terrains et débats*. Paris: Karthala, pp. 131-143, 2002. ISBN 2845863071
- Latouche, S. – *L’autre Afrique: entre don et marché*. Paris: Albis Michel, 1998. ISBN 2226105425

- Lefebvre, H. – *O Direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre, 2012. Trad. por R. Polo do original em francês de 1968. ISBN 9789898268150
- Lefebvre, H. – *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991. Trad. por A. Barros do original em francês de 1968. ISBN 8508037929
- Lefebvre, H. – *Urban Revolution*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2003. Trad. por R. Bononno do original em francês de 1970. ISBN 0816641595
- Lefebvre, H. – *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978. Trad. por J. Fornas do original em francês de 1970. ISBN 842970910X
- Lefebvre, H. – *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Trad. por M. Ramos e M. Jamur do original em francês de 1972. ISBN 8574901202
- Lefebvre, H. – *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Trad. por M. Andrade e S. Martins do original em francês de 1972. ISBN 9788570416872
- Lefebvre, H. – *A Reprodução das Relações de Produção*. Porto: Publicações Escorpião – Cadernos o Homem e a Sociedade, 1973. Trad. por A. Ribeiro e M. do Amaral do original em francês de 1973.
- Lefebvre, H. – *The Production of Space*. New York: Wiley-Blackwell, 1991. Trad. por D. Nicholson-Smith do original em francês de 1974. ISBN 9780631181774
- Lefebvre, H. – *De L'État Tome II: De Hegel a Mao par Staline*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976. ISBN 2264000902. Disponível em:
<<http://libload.net/De-l-%C3%A9tat-De-Hegel-%C3%A0-Mao-par-Staline-la-th%C3%A9orie-marxiste-de-l-%C3%A9tat/p309508/>>. [Consult. 14 Dez. 2014].
- Lefebvre, H. – *De L'État Tome III: Le mode de production de l'État moderne*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977. ISBN 2264001321. Disponível em:
<http://minhateca.com.br/viniciusbarbosadearaujo/Lefebvre*2c+Henri/Lefebvre*2c+Henri+-+De+l*27Etat+3.+Le+mode+de+Production+*c3*89tatique,89791498.pdf>. [Consult. 02 Jan. 2015].
- Lefebvre, H. – *Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life*. London/New York: Continuum, 2007. Trad. Por S. Elden e G. Moore do original em francês de 1992. ISBN 9780826472991. Disponível em:
<http://grrrr.org/data/edu/20110509-cascone/rhythmanalysis_space_time_and.pdf>. [Consult. 31 Dez. 2014].
- Lefebvre, H.; Guterman, N. – “Introdução”. In Lenin, V. – *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ, pp. 7-92, 2011. Trad. por J. Netto do original em francês de 1936. ISBN 978857108356
- Lévy-Vroelant, C.; Tutin, C. [orgs.] – *Le logement social en Europe au début du XX^e siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010. ISBN 9782753510814
- Weimer, B. [org.] – *Moçambique: Descentralizar O Centralismo? Economia Política, Recursos E Resultados*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012. ISBN 9789898464125
- Ley, D. – “Reply: The Rent Gap Revisited”. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 77, n.º 3, pp. 465-468, 1987. Disponível em:
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8306.1987.tb00172.x/abstract>>. [Consult. 14 Nov. 2014].

- Lima, A. – “Casas que Fizeram Lourenço Marques”. *Studia/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos*. n.º 24, pp. 7-72, 1968.
- Limonad, E. – “Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização”. *GEOgraphia*. n.º 1, pp. 71-91, 1999. Disponível em: <<http://www.geoideias.com.br/artigos/refespacourbano.pdf>>. [Consult. 25 Out. 2014].
- Lloyd, P. – *Slums of hope? Shanty towns of the third world*. Oxford: Penguin Books, 1982 [1ª ed. 1979]. ISBN 9780312729639
- Lôbo, M. – *Planos de urbanização. A época de Duarte Pacheco*. Porto: DGOTDU/FAUP, 1995. ISBN 9729483140.
- Lojkine, J. – “Contribution to a Marxist theory of capitalismo urbanisation”. In Pickvance, C. – *Urban Sociology: Critical Essays*. London: Tavistock, pp. 119-147, 1976.
- Lomuscio, M.; Venier, M.; Viezzoli, M. – *Disability, International Cooperation and Development, The Experience of the Italian Cooperation 2000-2008*. Washington: Cooperazione Italiana and The World Bank, 2010. Disponível em: <http://wwds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/11/15/000178830_98101901063898/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. [Consult. 26 Nov. 2015].
- Lourenço, V. – “Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas”. *Cadernos de Estudos Africanos*. n.º 16/17, pp. 115-138, 2009. Disponível em: <<https://cea.revues.org/189>>. [Consult. 15 Out. 2015].
- Lopes, C.; Amado, F.; Muanamoha, R. – “Dinâmicas populacionais em Luanda e Maputo”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 37-64, 2007. ISBN 9789727727605
- Lopes, C.; Oppenheimer, J.; Proença, C.; Ribeiro, M.; Cunha, N.; Ferreira, M. – “Economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 65-103, 2007. ISBN 9789727727605
- Lynch, K. – *Good City Form*. Cambridge: The MIT Press, 1994 [1ª ed. 1981]. ISBN 0262620464
- Mabin, A.; Butcher, S.; Bloch, R. – “Peripheries, suburbanism and change in sub-Saharan African cities”. *Social Dynamics: A journal of African studies*. Vol. 39, n.º 2, pp. 167-190, 2013.
- Machel, S. – “Independência Implica Benefícios para as Massas Exploradas”. In Machel, S. – *A Nossa Luta é Uma Revolução, Nacionalizações-Moçambique*. Maputo: Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial, 1976. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/UF00072136/00001/print?options=1JJ>>. [Consult. 03 Jul. 2015].
- Macucule, D. – *Metropolização e Reestruturação Urbana, o Território do Grande Maputo*. Dissertação de mestrado em Gestão do Território. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/5142>>. [Consult. 20 Set. 2014].
- Macucule, D. – *Processo-Forma Urbana. Reestruturação urbana e governança no Grande Maputo*. Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

- Magnani, J. – “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n.º 49, pp. 11-29, 2002. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. [Consult. 16 Jan. 2015].
- Mahoney, M. – “Estado Novo, Homem Novo (New State, New Man): Colonial and Anti-Colonial Development Ideologies in Mozambique, 1930-1977”. In Engerman, D.; Gilman, N.; Haefele, M.; Latham, M. (eds.) – *Staging Growth: Modernization, Development and the Global Cold War*. Amherst: University of Massachusetts Press, pp. 165-198, 2003. ISBN 9781558493704
- Malauane, D. – Alterações urbanas no espaço do Bairro Polana Caniço “A”. *Dissertação de Licenciatura em Geografia*. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2005.
- Mansuri, G; Rao, V. – *Localizing Development: Does Participation Work?*. Washington: The World Bank, 2013. Disponível em:
<<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11859/9780821382561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. [Consult. 26 Nov. 2015].
- Mapengo, M. – *Migração Rural-Urbana e Crescimento Populacional da Cidade de Maputo*. Maputo: PubliFix, 2011.
- Marcuse, P. – “From critical urban theory to the right to the city”. *City*. Vol. 13, n.º 2-3, pp. 185-196, 2009a. Disponível em:
<<http://look.gvsu.edu:8000/opc/uploads/39/Marcuse,from-critical-urban-theory-to-.pdf>>. [Consult. 23 Dez. 2014].
- Marcuse, P. – “Spatial Justice: Derivative but Casual of Social Injustice”. *Justice spatiale | spatial justice*. 2009b. Disponível em: <www.jssj.org>. [Consult. 16 Jul. 2016].
- Marcuse, P. – “Os direitos nas cidades e o direito à cidade”. In Sugranyes, A. e Mathivet, C. – *Cidade para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade*. Santiago: Habitat International Coalition, pp. 89-101, 2010. ISBN 9789562080903. Disponível em:
<<file:///C:/Users/CEA/Downloads/Cidades%20para%20todos-PORT.pdf>>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- Marcuse, P. – “Keeping Space in its Place, in the Occupy Movements”. *Progressive Planning*. n.º 191, pp. 15-16, 2012. Disponível em:
<http://www.plannersnetwork.org/wp-content/uploads/2012/01/PPMag_SP12_web.pdf>. [Consult. 11 Ago. 2016].
- Marcuse, P.; Imbroscio, D.; Parker, J.; Davies, J.; Magnusson, W. – “Critical Urban Theory versus Critical Urban Studies: A Review Debate”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 38, n.º 5, pp. 1904-1917, 2014. Disponível em:
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2427.12151/abstract>>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- Maricato, E. – “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”. In Arantes, O., Vainer, C. e Maricato, E. – *A cidade do pensamento único, Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013 [1ª ed. 2000]. ISBN 9788532623843
- Maricato, E. – “Conhecer para resolver a cidade ilegal”. In Castriota, L. (org.) – *Urbanização Brasileira – Redescobertas*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, pp. 78-96, 2003. ISBN 9788587073624. Disponível

em:<<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/urbanizacao-brasileira.pdf>>. [Consult. 29 Set. 2015].

Maricato, E. – “O Estatuto da Cidade Periférica”. In Carvalho, C. e Rossbach, A. (orgs.) – *O Estatuto da Cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades, Aliança das Cidades, pp. 5-22, 2010. Disponível em:

<http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA_Images/PULICCOMPLETAPORT_alt.pdf>. [Consult. 01 Dez. 2014].

Maricato, E. – *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011a. ISBN 9788532641472

Maricato, E. – “Metrópoles desgovernadas”. *Estudos Avançados*. Vol. 25, n.º 71, pp. 7-22, 2011b. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100002>. [Consult. 15 Dez. 2014].

Martins, S. – “Prefácio”. In Lefbvre, H. – *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, pp. 7-13, 2004. Trad. Por S. Magalhães do original em francês de 1970. ISBN 8570411952. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/235421159/Lefebvre-A-Revolucao-Urbana-Prefacio-e-Cap1>>. [Consult. 21 Out. 2014].

Marthur, H. – *Displacement and Resettlement in India: The human cost of development*. New York: Routledge, 2013. ISBN 9780415826792

302 Mayer, M. – “The ‘Right to the City’ in the contexto of shifting mottos of urban social movements”. *City*. Vol. 13, n.º 2-3, pp. 362-374, 2009.

Mazembe, A. – *GUHARLM, Experiência de gestão de terras metropolitanas no Grande Maputo no período anterior à Independência Nacional*. Maputo: Estudo para o programa de Apoio à Estratégia de Gestão Ambiental para a Área do Grande Maputo, Moçambique, 2006.

Medeiros, S. – *Produção do espaço residencial em Natal: renda, segregação e gentrificação nos conjuntos habitacionais*. Tese de doutoramento em Arquitectura e Urbanismo. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

Melo, V. – *Planeamento e construção sustentáveis na periferia de Maputo: o bairro Mumemo 4 de Outubro no contexto da área peri-urbana da capital*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre. Lisboa: Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa, 2008.

Melo, V. – *A produção recente de periferias urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo*. Tese de doutoramento em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2015.

Mendes, C. – *Maputo antes da Independência, Geografia de uma Cidade Colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985. ISBN 08700036

Mendes, C.; Coelho, C.; Carneiro, L.; Fonte, M.; Fernandes, S.; Rizzone, A.; Proença, S.; Carlos, G. – “Os planos urbanísticos no contexto africano: a experiência portuguesa”. In Raposo, I. (org.) – *Cidades Africanas*. Lisboa: Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 40-47, 2005. ISBN 16452844

- Meneses, M. – “Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 87, pp. 9-41, 2009. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1428>>. [Consult. 29 Jun. 2015].
- Merrifield, A. – *Henri Lefebvre: A Critical Introduction*. New York: Routledge, 2006. ISBN 0415952077
- Ministério das Obras Públicas – “Urbanização, Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques”. *Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco*. Vol. 5, n.º 4, pp. 239-314, 1970.
- Mittelman, J. – *Underdevelopment and the Transition of Socialism: Mozambique and Tanzania*. New York: Academic Press, 1981. ISBN 9781483243641
- Modi, R. – *Beyond Relocation: The Imperative of Sustainable Resettlement*. London: Sage, 2009. ISBN 9788132100874
- Morais, J. – *Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 9722411349.
- Morais, J. – “A intemporalidade do “Manual de Vogal sem Mestre” para Caniço de Lourenço Marques, de Pancho Guedes”. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. n.º 19, pp. 144-157, 2006.
- Morange, M.; Folio, F.; Peyroux, E.; Vivet, J. – “The Spread of a Transnational Model: ‘Gated Communities’ in Three Southern African Cities (Cape Town, Maputo and Windhoek)”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 36, n.º 5, pp. 890-914, 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2427.2012.01135.x/abstract>>. [Consult. 18 Jul. 2014].
- Morton, D. – *The Maxaquene Project: Maputo’s Firts Urban Upgrade Scheme*. Baltimore: African Studies Association Annual Meeting, 2013a. ‘Abstract’ disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2251984>. [Consult. 18 Jul. 2014].
- Morton, D. – “From Racial Discrimination to Class Segregation in Postcolonial Urban Mozambique”. In Twine, F.; Gardener, B. (eds.) - *Geographies of Priviledge*. New York: Routledge, 2013b. ISBN 978-0-415-51961-8
- Mosca, J. – *Encruzilhadas de África, Ênfase para os PALOP*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. ISBN 9789727715046
- Mosca, J.; Selemene, T. – *El dorado Tete: os megaprojectos de mineração*. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2011. Disponível em: <http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C106_EL%20DORADO%20TETE_Mosca%20e%20Selemene_CIP_2011.pdf>. [Consult. 08 Jan. 2015].
- Mosca, J.; Selemene, T. – “Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete”. In Brito, L.; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Francisco, A. (orgs.) – *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 231-255, 2012. ISBN 9789898464118. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_12.MegRur.pdf>. [Consult. 16 Dez. 2015].

- Mosse, M. – *Corrupção em Moçambique: Alguns elementos para debate*. Maputo, 2004. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/africa/Marcelo%20Mosse_Corrup%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf>. [Consult. 03 Dez. 2014].
- Mosse, M.; Matusse, S. – *Gestão do Solo Urbano e Corrupção em Moçambique: As práticas corruptivas nas cidades de Maputo e Matola*. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2009.
- Moulaert, F.; Rodriguez, A.; Swyngedouw, E. (eds.) – *The Globalized City: Economic Restructuring and Social Polarization in European Cities*. Oxford: Oxford University Press, 2003. ISBN 9780199260409.
- Mutolo, P. – *Formas de Ocupação de Espaço nas Zonas Suburbanas da Cidade de Maputo: Estudo de caso – Bairro Polana Caniço “A”, 1992-2005*. Dissertação de Licenciatura em História. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2007.
- Negrão, J. – *Mercado de Terras Urbanas em Moçambique*. Maputo: Alcance, 2011. ISBN 9928799288
- Nelson dos Santos, C. – *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Nelson dos Santos, C. (coords.) – *Quando a rua vira casa: A Apropriação de Espaços de Uso Colectivo em um Centro de Bairro*. São Paulo: FINEP/IBAM, 1985.
- Nelson dos Santos, C. – *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Eduff, 1988. ISBN 85-228-0074-X
- Neri, R.; Bueno, F. – “Capital fictício e urbanização ou dos diversos usos do território”. *Espaço e Economia*. Ano II, n.º 3, 2013. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/469>>. [Consult. 05 Nov. 2014].
- Newitt, M. – *A History of Mozambique*. Johannesburg: Wits University Press, 1995. ISBN 0253340063
- Nordine, A. – “Meios de Defesa do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra”. In Faria, M.; Jeque, N. (coords.) – *Direito de Uso e Aproveitamento da Terra*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Direito Pró-Ambiente, pp. 213-274, 2006.
- Noronha, E. – *O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1895.
- Nylen, W. – *O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique)*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2014. ISBN 97898964217. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Port.pdf>. [Consult. 21 Ag. 2015].
- Olivier de Sardan, J. – *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille/Paris: Apad/Karthala, 1995. ISBN 9782865375897
- Oppenheimer, J.; Raposo, I. – *A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada, 1. A pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2002. ISBN 9729862397
- Oppenheimer, J.; Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 2007. ISBN 9789727727605
- Oppenheimer, J.; Raposo, I. – “Entre os constrangimentos estruturais e a margem de manobra dos cidadãos africanos: reflexões conceptuais e metodológicas”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 23-36, 2007. ISBN 9789727727605
- Orueta, F.; Fainstein, S. – “The New Mega-Projects: Genesis and Impacts”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 32, n.º 4, pp. 759-767, 2008. Disponível em:

- <http://cuimpb.cat/politiquesurbanes/docs/Num_31_ijur_829.pdf>. [Consult. 18 Mar. 2014].
- Ossemane, R. – “Quadro de análise da sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento: o caso de Moçambique”. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S., Francisco, A. (orgs.) – *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 111-128, 2010. ISBN 9789899614741. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_EconExt_2.QuaAna.pdf>. [Consult. 10 Ag. 2015].
- Parnell, S.; Pieterse, E. (eds.) – *Africa’s Urban Revolution: Policy Pressures*. London: Zed Books, 2014. ISBN 9781780325200
- Pedro, J. – *Reassentamentos forçados: dos impactes às oportunidades*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/5270>>. [Consult. 08 Jan. 2015].
- Pereira, A. – “Reflexões sobre o fenómeno da “centralidade” a partir do quadro teórico da “Antropologia da Cidade””. *Ponto Urbe*. n.º 11, pp. 1-17, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/CEA/Downloads/pontourbe-1075-11-reflexoes-sobre-o-fenomeno-da-centralidade-a-partir-do-quadro-teorico-da-antropologia-da-cidade.pdf>>. [Consult. 04 Nov. 2014].
- Pereira, C.; Chaimite, E.; Posse, L.; Sambo, M. – “As ‘revoltas do pão’ de 2008 e 2010 na imprensa”. *Ideias*. n.º 58, 2013. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf>. [Consult. 27 Dez. 2014].
- Pereira, F. – “Involuntary Relocation in Urban Areas of Mozambique”. In Cook, C. (ed.) – *Involuntary Resettlement in Africa: Selected Papers from a Conference on Environment and Settlement Issues in Africa*. Washington: World Bank, pp. 81-87, 1994. ISBN 02537494
- Pereira, J.; Nhanale, E. – *As eleições gerais de 2014 em Moçambique: Análise de questões fundamentais*. Joanesburgo: Open Society, 2014. Disponível em: <<http://www.afrimap.org/english/images/report/AfriMAP%20Mozambique%20Election%202014%20Porto%20Web%20Version.pdf>>. [Consult. 17 Set. 2015].
- Pierobon, E. – “Polana Caniço Urban Renewal Project: apuntes críticos desde una experiencia de recualificación urbana en Mozambique”. In FUNDICOT (ed.) – *Patrimonio y planificación territorial como instrumentos para otro Desarrollo*. Madrid: FUNDICOT, pp. 955-972, 2014. ISBN 23866993
- Pinsky, B. – *Notes on the Maxaquene urbanization experience*. Toronto: Mimeo, 1980.
- Pitcher, A. – *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. ISBN 9780511055379
- Plyushteva, A. – “The right to the city and the struggles over public citizenship: exploring the links”. *The Urban Reinventors Online Journal*. Vol. 3, n.º 9, pp. 1-17, 2009. Disponível em: <<http://www.urbanreinventors.net/3/plyushteva/plyushteva-urbanreinventors.pdf>>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- Potts, D. – *Whatever Happened to Africa’s Rapid Urbanisation?*. Africa Research Institute, 2012. ISBN 9781906329174. Disponível em:

<<http://africaresearchinstitute.org/files/counterpoints/docs/Whatever-happened-to-Africas-rapid-urbanisation-6PZXYPWM7.pdf>>. [Consult. 21 Out. 2014].

Prime Yield – *Estudo de Mercado Imobiliário 2014: Habitação, Escritórios, Turismo e Retalho*. Maputo: Prime Yield MZ, 2014. Disponível em:

<http://www.prime-yield.co.mz/pt/research/#form_em>. [Consult. 06 Nov. 2014].

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2014, Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. New York: PNUD, 2014. ISBN 9789216260231

Projecto de Reforma dos Órgãos Locais (PROL) – *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo, Relatório final (versão preliminar)*. Maputo: PROL, Direcção Nacional de Administração Local, Ministério da Administração Estatal, Arcadis Euroconsult, JTK Associates, Institute for Housing and Urban Development Studies, 1999.

Purcell, M. – “Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 27, n.º 3, pp. 564-590, 2003. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/mpurcell/ijurr.pdf>>. [Consult. 15 Dez. 2014].

Raimundo, I.; Araújo, M.; Lopes, L.; Ceita, D.; Hasine, R. – “Impactos da construção da Av. Joaquim Chissano na população”. In Saide, A. (et al.) – *Reassentamento Populacional, Governação Autárquica, Trabalho Migratório e Relações Internacionais entre Moçambique e o Malawi*. Maputo: Publifix, pp. 17-60, 2012.

306 Raposo, I. – *Urbaniser villages et maisons: projets politiques et réalités sociales – Manica (Mozambique) et Alte (Portugal)*. Tese de doutoramento. Paris: Institut d’Urbanisme de Paris, Université de Paris XII, Val de Marne, 1999.

Raposo, I. – “Instrumentos e práticas de planeamento e gestão dos bairros peri-urbanos de Luanda e Maputo”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 219-246, 2007a. ISBN 9789727727605

Raposo, I. – “Décentralisation, acteurs et plans d’aménagement de quartiers périurbains à Maputo”. In Fouchard, L (dir.) – *Gouverner les villes d’Afrique. État, gouvernement local et acteurs privés*. Paris: Kharthala/CEAN, pp. 53-68, 2007b. ISBN 9782845868779

Raposo, I. – “Sinais de modernidade na arquitectura popular em Luanda”. In Prado, R., Martí, P. (dir.) – *La modernidade ignorada, arquitectura moderna de Luanda*. Alcalá de Henares: Univesidad de Alcalá, pp. 172-189, 2011. ISBN 9788488754448

Raposo, I. – “Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção”. In Mendes, M., Ferreira, C., Sá, T., Crespo, J. (coords.) – *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2012. ISBN 9789896581633

Raposo, I. – “Marginal Urban Areas urban metamorphosis: A New Global Phenomenon Needs New Ways of Thinking and Intervening”. In Marina, O. e Armando, A. (eds.) – *Inclusive/exclusive Cities*. Skopje: City of Skopje, pp. 48-71, 2016. Disponível em:

<http://www.sinergiproject.com/Upload/Documents/02-SINERGI_BOOK_TWO_e-Book.pdf>.

[Consult. 20 Ago.2016].

- Raposo, I.; Ribeiro, M. – “As ONG, um novo actor do desenvolvimento urbano em Luanda e Maputo”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 175-218, 2007. ISBN 9789727727605
- Raposo, I; Salvador, C. – “*Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio*, urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 104-138, 2007a. ISBN 9789727727605
- Raposo, I; Salvador, C. – “*Restituição e debates públicos em Luanda e Maputo*”. In Oppenheimer, J e Raposo, I. (coords.) – *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 247-272, 2007b. ISBN 9789727727605
- Raposo, I; Jorge, S.; Viegas, S.; Melo, V. – “Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal”. *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Vol. 4, n.º 2, pp. 189-205, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7213/urbe.7395>>. [Consult. 23 Out. 2014].
- Raposo, I.; Jorge, S. – “Public Participation in the Urban Planning of Maputo and Lisbon Suburban Neighborhoods: Virtues and Ambiguities”. In Duxbury, N. (ed.) – *Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*. Coimbra: Centros de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 33-48, 2013. ISBN 2192908X
- Reaud, B. – *The political economy of local democracy: decentralization and performance in Mozambique since 1998*. Tese de Doutoramento em ‘Philosophy in International Relations’. Washington: Faculty of the School of International Service of American University, 2012. Disponível em: <http://aladinrc.wrlc.org/bitstream/handle/1961/10331/Reaud_american_0008E_10260display.pdf?sequence=1>. [Consult. 24 Ag.2014].
- Reis, J. – “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1879-1913”. *Análise Social*. Vol. 23, n.º 96, pp. 207-227, 1987. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223486204E9wNP8ed3Ez05AO7.pdf>>. [Consult. 12 Fev.2014].
- Rérat, P.; Söderström, O.; Besson, B.; Pigué, E. – “Une gentrification émergente et diversifiée: le cas des villes suisses”. *Espaces et sociétés*. n.º 132-133, pp. 39-52, 2008. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-espaces-et-societes-2008-1-page-39.htm>>. [Consult. 25 Maio 2016].
- Rita-Ferreira, A. – *Os Africanos de Lourenço Marques*. Lisboa: Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Vol. 9. série C, pp. 95-496, 1967/68. Disponível em: <<http://www.antoniorita-ferreira.com/pt/component/content/article/63>>. [Consult. 21 Jun. 2015].
- Roberts, A. – *Cidadania Interditada: Um Estudo de Condomínios Horizontais Fechados*. Tese de doutoramento em Sociologia. Campinas: Unicamp, 2002.
- Rodrigues, E.; Barbosa, B. – “Movimentos Populares e o Estatuto da Cidade”. In Carvalho, C. e Rossbach, A. (orgs.) – *O Estatuto da Cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades, Aliança das Cidades, pp. 23-34, 2010. Disponível em: <<http://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>>. [Consult. 18 Dez. 2014].
- Rodríguez, A. – “Luchas por el derecho a la ciudad”. *Scripta Nova*. Vol. 10, n.º 18, pp- 10-31, 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-91.htm>>. [Consult. 15 Dez. 2014].

- Rolnik, R. – “Para Além da Lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936)”. In Souza, M., Lins, S., Santos, M. E Santos, M. (orgs.) – *Metrópole e Globalização, conhecendo a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, pp. 102-129, 1999. ISBN 8587237012
- Rolnik, R. – “Late Neoliberalism: The Financialization of Homeownership and Housing Rights”. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 37, n.º 3, pp. 1058-1066, 2013a. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2427.12062/abstract>>. [Consult. 10 Ago. 2016].
- Rolnik, R. – “Apresentação, As vozes das ruas: as revoltas de junho e as interpretações”. In Vainer, C. [et al.] – *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013b. ISBN 9788575593424
- Rolnik, R. – *Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015. ISBN 9788575594605
- Rosanvallon, P. – *L'âge de l'autogestion ou la politique de commandement*. Paris: Seuil, 1976. ISBN 9782020044196
- Rosário, D. – “Descentralização em contexto de partido “dominante”: o caso do município de Nacala Porto”. In Brito, L.; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Francisco, A. (orgs.) – *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 55-90, 2011. ISBN 9789898464040. Disponível em: <http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/19283/original/Desafios_Mo_ambique_2011.pdf?1360322463>. [Consult. 30 Ag. 2015].
- Ross, P.; Cabannes, Y. – *21st Century Garden Cities of To-Morrow: A manifesto*. Lulu, 2014. ISBN 9781291478273
- Roth, M.; Boucher, S.; Francisco, A. – *Land markets, employment and resource use in the peri-urban green zones of Maputo, Mozambique: A Case Study of Land Market Rigidities and Institutional Constraints to Economic Growth*. Madison: University of Wisconsin-Madison, 1995. ISBN 00840815. Disponível em: <<http://minds.wisconsin.edu/handle/1793/21891>>. [Consult. 28 Out. 2015].
- Saevfors, I. – *Maxaquene, a comprehensive account of the first urban upgrading experience in the new Mozambique*. UNESCO, 1986.
- Samara, T.; He, S.; Chen, G. (eds.) – *Locating Right to the City in the Global South*. New York: Routledge, 2013. ISBN 9780415635646
- Santiago, M. – *Metamorfoses Espaciais*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009. ISBN 9789898010711
- Santos, B. S. – *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 2002. ISBN 9726626315. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Reinventar%20a%20Democracia_Gradiva_1998.pdf>. [Consult. 10 Jul. 2016].
- Santos, B. S. – *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 2002a. ISBN 9726626315. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Reinventar%20a%20Democracia_Gradiva_1998.pdf>. [Consult. 10 Jul. 2016].
- Santos, B. S. – *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002b. ISBN 9788524907388

- Santos, B. S. – “Para uma pedagogia do conflito”. In Freitas, A.; Moraes, S. (orgs.) – *Contra o desperdício da experiência. A pedagogia do conflito revisitada*. Porto Alegre: Redes Editora Lda, pp. 15-40, 2009. ISBN 9788561638153
- Santos, M. – *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2008 [1ª ed. 1996]. ISBN 9788531407130
- Santos, M. – *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006 [1ª ed. 2000]. ISBN 8501058785
- Santos, M. – *O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002. ISBN 9788574023564
- Sassen, S. – *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press, 1991. ISBN 0691078661
- Schmid, C. – *Stadt, Raum und Gesellschaft, Henri Lefebvre and die Theorie der Produktion des Raumes*. Stuttgart: Steiner, 2005. ISBN 3515084517
- Schmid, C. – “Henri Lefebvre’s theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectic”. In Goonewardena, K.; Kipfer, S.; Milgrom, R.; Schmid, C. (eds.) – *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York e London: Routledge, pp. 27-45, 2008. ISBN 9780415954594. Disponível em: <http://www.alejandrocasaes.com/teoria/teoria/space_difference_everyday_life.pdf>. [Consult. 21 Jan. 2014].
- Serra, C.; Carrilho, J. (coords.) – *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2013. ISBN 9789896700409
- Serra, C. – “Transmissibilidade dos direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique”. In Serra, C. e Carrilho, J. (coords.) – *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp. 51-73, 2013. ISBN 9789896700409
- Shivji, I. – *Silence in NGO Discourse: The Role and Future of NGOs in Africa*. Oxford: Fahamu, 2007. ISBN 9780954563752
- Sidaway, J.; Power, M. – “Sociospatial transformations in the “post-socialist” periphery: the case of the Maputo, Mozambique”. *Environment and Planning*. Vol. 27, pp. 1463-1491, 1995. Disponível em: <<http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=a271463>>. [Consult. 03 Jul. 2015].
- Simonsen, W.; Robbins, M. – *Citizen Participation in Resource Allocation*. Boulder: Westview, 2000. ISBN 9780813368245
- Sitole, J. – *Desafios e riscos de uma cidade média mineira africana: o caso de Moatize em Moçambique* [título provisório]. Tese de doutoramento em Urbanismo: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2016 [?].
- Smith, N. – *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Athens: University of Georgia Press, 2008 [1ª ed. 1984]. ISBN 9780820330990
- Smith, N. – “Gentrification and the Rent Gap”. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 77, n.º 3, pp. 462-478, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2563279?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21104539144241>>. [Consult. 14 Nov. 2014].

- Smith, N. – *The New Urban Frontier: Gentrification and the revanchist city*. London: Routledge, 1996. ISBN 0203975642
- Smith, N. – “New globalismo, new urbanismo: gentrification as global urban strategy”. *Antipode*. n.º 34, pp. 427-450, 2002.
- Smith, N. – “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global”. In Bidou-Zachariasen, C. (coords.) – *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, pp. 59-87, 2006. ISBN 8574196223
- Smith, W.; Naylor, R. – “Land Institutions and Food Security in Sub-Saharan Africa”. In Naylor, R. (ed.) – *The Evolving Sphere of Food Security*. New York: Oxford University Press, pp. 2012-237, 2014. ISBN 9780199354054
- Soiri, I. – *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza*. Helsínquia: Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Helsínquia, 1999. Disponível em:
<http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESEPPI/pastas/governacao/geral/artigos_cientificos_imprensa/aprender.pdf>. [Consult. 28 Jul. 2015].
- Soja, E. – “The Socio-Spatial Dialectic”. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 70, n.º 2, pp. 207-225, 1980. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2562950>>. [Consult. 24 Jun. 2016].
- Soja, E. – *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. New York: Wiley-Blackwell, 2000. ISBN 9781577180012
- Soja, E. – “The city and spatial justice”. In Bret, B. [et al.] (dir.) – *Justice et injustices spatiales*. Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest, pp. 55-74, 2010. ISBN 9782840160564
- Soja, E. – “Beyond Postmetropolis”. *Urban Geography*. Vol. 32, n.º 4, pp. 451-469, 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.2747/0272-3638.32.4.451>>. [Consult. 29 Out. 2014].
- Souza, M. – “O planeamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista”. *Território*. n.º 8, pp. 67-99, 2000. Disponível em: < http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_4_MarcLopes.pdf>. [Consult. 23 Jul. 2016].
- Souza, M. – *A prisão e a ágora: Reflexões sobre a democratização do planeamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010 [1ª ed. 2001]. ISBN 9788528612097
- Souza, M. – *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planeamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b. ISBN 9788528608564
- Souza, M. – “Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as ‘critical urban planning’ agents”. *City*. Vol. 10, n.º 3, pp. 327-342, 2006b. Disponível em:
<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/4a_aula/Souza_Marcelo_2006_Together_despite_against_the_state.pdf>. [Consult. 23 Dez. 2014].
- Souza, M. – “Da ‘diferenciação de áreas’ à ‘diferenciação socioespacial’: a ‘visão (apenas) de sobrevôo’ como uma tradição epistemológica e metodológica limitante”. *Cidades*. Vol. 4, n.º 6, pp. 101-114, 2007. Disponível em:

- <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/573/604>>. [Consult. 29 Out. 2014].
- Souza, M. – “Which right to which city? In defence of political-strategic clarify”. *Interface*. Vol. 2, pp. 315-333, 2010. Disponível em:
<<http://www.rrojasdatabank.info/desouza2010.pdf>>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- Souza, M. – “A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterónomos e autónomos na produção do espaço urbano”. In Carlos, A., Souza, M. e Sposito, M. (orgs.) – *A produção do espaço urbano, agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 149-166, 2011. ISBN 9788572446334
- Souza, L. – “Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta: uma intervenção ideológica do Banco Mundial em Moçambique”. *Cabo dos Trabalhos, Revista electrónica dos doutoramentos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*, n.º 7, pp. 104-121, 2012. Disponível em:<<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n7/documentos/05-LeonardoVeronezdeSousa.pdf>>. [Consult. 27 Jul. 2015].
- Spivak, G. – *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. New York: Routledge, 1990. ISBN 0415901693
- Sposito, M. – “A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais”. In Carlos, A., Souza, M. e Sposito, M. (orgs.) – *A produção do espaço urbano, agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 123-145, 2011. ISBN 9788572446334
- Stanek, L. – *Henri lefebvre on Space: Architecture, Urban Research and the Production of Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011. ISBN 9780816666164
- Standart Bank – *GNL em Moçambique: Estudo Macro-Económico*. Joanesburgo: Standart Bank, 2014.
- Sumich, I. – *Elites and Modernity in Mozambique*. Tese de doutoramento em Economia e Ciência Política. London: London School of Economics and Political Science, 2005. Disponível em:
<<http://etheses.lse.ac.uk/831/>>. [Consult. 03 Jul. 2015].
- Sumich, I. – “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”. *Análise Social*, vol. XLIII, pp. 319-345, 2008. Disponível em:
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218639505B4yEE8zd4Lm89HK9.pdf>>. [Consult. 15 Out. 2015].
- Swyngedouw, E. – *Post-Democratic Cities: For whom and for what?*. Budapeste: Regional Studies Association Annual Conference Pecs, 2010. Disponível em:
<<http://www.variant.org.uk/events/pubdiscus/Swyngedouw.pdf>>. [Consult. 11 Ago. 2016].
- Tanner, C. – “Land rights and enclosures: implementing the Mozambican Land Law in practice”. In Anseeuw, W e Alden, C. (ed.) – *The struggle over land in Africa: conflicts, politics & change*. Cape Town: HSRC Press, pp. 105-130, 2010. ISBN 9780796923226. Disponível em:
<www.hsrcpress.ac.za/downloadpdf.php>. [Consult. 23 Jul. 2015].
- Tanner, C. – “Valorizar a terra em Moçambique: um processo inclusivo ou divisivo?”. In Serra, C. e Carrilho, J. (coords.) – *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp. 129-150, 2013. ISBN 9789896700409

- Tibaijuka, A. – *Report of the Fact-Finding Mission to Zimbabwe to assess the Scope and Impact of Operation Murambatsvina by the UN Special Envoy on Human Settlements Issues in Zimbabwe*. Harare: United Nations, Human Settlements Programme, 2005. Disponível em: <<http://ww2.unhabitat.org/documents/ZimbabweReport.pdf>>. [Consult. 29 Nov. 2014].
- Tique, J. – *Habituação e meio ambiente. Critérios operativos e instrumentos metodológicos para o planeamento de empreendimentos habitacionais de interesse social (Estudos de caso do Fundo de Fomento à Habitação)*. Tese de doutoramento em ‘Tecnologia energética e ambiental per lo sviluppo’. Roma: Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, 2007.
- Tostes, S. – “Pesquisa-Cartografia e a Produção Desejante do Espaço Urbano”. *Lugar Comum*. n.º 39, pp. 105-118, 2011. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110906130242Pesquisa-Cartografia%20e%20a%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Desejante%20do%20Espa%C3%A7o%20Urbano%20-%20Simone%20Parrela%20Tostes.pdf>. [Consult. 30 Out. 2014].
- Tostões, A. – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997. ISBN 9729483302.
- Trindade, T. – “Direitos e Cidadania: Reflexões sobre o Direito à Cidade”. *Lua Nova*. n.º 87, pp. 139-165, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n87/07.pdf>>. [Consult. 15 Nov. 2014].
- Turner, J. – *Housing By People: Towards Autonomy in Building Environments*. London: Marion Boyars Publishers, 2000 [1ª ed. 1976]. ISBN 978-0714525693
- Uneke, O. – “Corruption in Africa South of the Sahara: Bureaucratic Facilitator or Handicap to Development”. *The Journal of Pan African Studies*. Vol. 3, n.º 6, pp. 111-128, 2010. Disponível em: <<http://www.jpnafrican.com/docs/vol3no6/3.5CorruptioninAfrica.pdf>>. [Consult. 03 Dez. 2014].
- Unesco – *Internacional public debates: Urban Policies and The Right to the City*. Paris: Unesco, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146179m.pdf>>. [Consult. 23 Jul. 2015].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *Declaração do Milénio*. Lisbon: United Nations Information Centre, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf>. [Consult. 21 Ag. 2015].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *The challenge of slums: global report on human settlements 2003*. Nairobi: Earthscan, 2003. ISBN 1844070379. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=1156>>. [Consult. 10 Set. 2013].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *Mozambique: Law, Land Tenure and Gender Review: Southern Africa*. Nairobi: Earthscan, 2005. ISBN 9211217711. Disponível em: <<http://unhabitat.org/books/law-land-tenure-and-gender-review-southern-africa-mozambique/>>. [Consult. 23 Dez. 2015].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *State of the World’s Cities 2006/7, The Millennium Development Goals and Urban Sustainability: 30 Years of Shaping the Habitat Agenda*. London: Earthscan, 2006. ISBN 9781844073788

- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *The State of African Cities 2008, A framework for addressing urban challenges in Africa*. Nairobi: UN-Habitat, 2008a. ISBN 9789211320152. Disponível em:
<<http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2574>>. [Consult. 29 Nov. 2014].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *Mozambique urban sector profile*. Nairobi: UN-Habitat, 2008b. ISBN 9789211319361. Disponível em:
<<http://www.urbangateway.org/sites/default/ugfiles/Mozambique-USP%202008.pdf>>. [Consult. 23 Dez. 2015].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *Mozambique Cities Profile: Maputo, Nacala and Manica*. Nairobi: UN-Habitat, 2010a. ISBN 9789211322675
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *The State of African Cities 2010, Governance, Inequality and Urban Land Markets*. Nairobi: UN-Habitat, 2010b. ISBN 9789211322910. Disponível em:
<<http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3034>>. [Consult. 29 Nov. 2014].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *State of the World's Cities 2010/2012: Bridging the Urban Divide*. Nairobi: UN-Habitat, 2010c. Disponível em:
<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/11143016_alt.pdf>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division – *World Urbanization Prospects, the 2011 Revision. File 3: Urban Population by Major, Region and Country, 1950-2050 (thousands)*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2012. Disponível em:
<<http://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/Urban-Rural-Population.htm>>. [Consult. 05 Fev. 2014].
- United Nations, Economic Commission for Africa – *Making the Most of Africa's Commodities: Industrializing for Growth, Jobs and Economic Transformation*. Addis Ababa: United Nations, 2013. ISBN 9789210560764. Disponível em:
<http://www.uneca.org/sites/default/files/publications/unera_report_eng_final_web.pdf>. [Consult. 11 Nov. 2014].
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division – *World Urbanization Prospects, the 2014 Revision*. New York: United Nations, 2014a. ISBN 9789211515176. Disponível em:
<<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>>. [Consult. 21 Out. 2014].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) and Human Rights – “Forced Evictions”. *Human Rights*. nº 25/Rev.1. New York/Geneva: United Nations, 2014b. Disponível em:
<<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS25.Rev.1.pdf>>. [Consult. 16 Nov. 2014].

- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *The State of African Cities 2014, Re-imagining sustainable urban transitions*. Nairobi: UN-Habitat, 2014c. ISBN 9789211333978. Disponível em:
<<http://unhabitat.org/the-state-of-african-cities-2014/>>. [Consult. 29 Nov. 2014].
- United Nations, Human Settlements Programme (UN-Habitat) – *World Cities Report 2016: Urbanization and Development, Emerging Futures*. Nairobi: UN-Habitat, 2016. ISBN 9789211327083. Disponível em:
<<http://wcr.unhabitat.org/wp-content/uploads/sites/16/2016/05/WCR-%20Full-Report-2016.pdf>>. [Consult. 27 Maio. 2016].
- United States Agency International Development (USAID) – *Land Use Rights for Commercial Activities in Mozambique*. Washington: USAID, 2007.
- Vainer, C.; Harvey, D.; Maricato, E.; Brito, F.; Peschanski, J.; Maior, J.; Sakamoto, L.; Secco, L.; Iasi, M.; Ninja, M.; Davis, M.; Movimento Passe Livre; Oliveira, P.; Rolnik, R.; Braga, R.; Viana, S.; Zizek, S.; Lima, V. – *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. ISBN 9788575593424
- Vales, T. – *De Lourenço Marques à Maputo. Genèse et formation d'une ville*. Thèse de Doctorat en Urbanisme et Architecture. Grenoble: l'École Doctorale Sciences de l'homme, du politique et du territoire de l'Université Grenoble Alpes, 2014.
- Vanin, F. – *Maputo, cidade aberta. Maputo, Open City*. Lisboa: Fundação Serra Rodrigues, 2013. ISBN 9789899862401
- Vasconcelos, P. – “A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo?”. In Carlos, A., Souza, M. e Sposito, M. (orgs.) – *A produção do espaço urbano, agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 75-96, 2011. ISBN 9788572446334
- Vindt, G. – *500 anos de capitalismo: a Mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*. Lisboa: Temas e Debates, 1999. Trad. por I. Cardeal do original francês de 1998. ISBN 9727591531
- Viegas, S. – *Luanda, Cidade (im)previsível? Governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio*. Tese de doutoramento em Arquitectura. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2015.
- Vivet, J. – *Déplacés de guerre dans la ville: La citadinisation des deslocados à Maputo (Mozambique)*. Paris: Karthala, 2012. ISBN 9782811106294
- Vletter, F. – *Study on the informal sector in Mozambique (Maputo and Sofala)*. Maputo: Unidade de Alívio à Pobreza, Ministério do Plano e Finanças, 1996. Disponível em:
<<http://trove.nla.gov.au/work/6866862?q&versionId=7905217>>. [Consult. 10 Ag. 2015].
- Water and Sanitation Program-Africa Region (WSP-AF) – *Programa Nacional de Saneamento em Moçambique: pioneiro no Saneamento Suburbano*. Nairobi: WSP-AF e The World Bank, 2002. Disponível em:
<http://www.wsp.org/sites/wsp.org/files/publications/3282007111428_afProgramaNacionalDeSaneamentoMozambique.pdf>. [Consult. 14 Jan. 2016].

- Waterhouse, R. – “Vulnerabilidade em Moçambique: padrões, tendências e respostas”. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S., Francisco, A. (orgs.) – *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 99-119, 2010. ISBN 9789899614758. Disponível em:
<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza.pdf>. [Consult. 27 Jul. 2015].
- Waty, T. – *Direito Económico*. Maputo: W&W, 2011. ISBN N.A.
- Weimer, B. [org.] – *Moçambique: Descentralizar O Centralismo? Economia Política, Recursos E Resultados*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012. ISBN 9789898464125. Disponível em:
<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Desc_web.pdf>. [Consult. 30 Ag. 2015].
- Werlin, H. – “The Slum Upgrading Myth”. *Urban Studies*. Vol. 36, n.º 9, pp. 1523-1534, 1999. Disponível em: <<http://usj.sagepub.com/content/36/9/1523.abstract>>. [Consult. 09 Jan. 2015].
- Westen, A. – “Terra, espaço e desenvolvimento: perspectivas urbanas”. In Serra, C. e Carrilho, J. (coords.) – *Dinâmica da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp. 199-222, 2013. ISBN 9789896700409
- Wet, C. (ed.) – *Development-induced Displacement: Problems, Policies and People*. New York: Berghahn Books, 2006. ISBN 184540957
- Wit, P.; Norfolk, S. – *Reconhecer Direitos sobre os Recursos Naturais em Moçambique*. Washington: Rights Resources, 2010. Disponível em:
<http://www.rightsandresources.org/documents/files/doc_1647.pdf>. [Consult. 28 Out. 2015].
- World Bank – *Housing: Enabling Markets to Work*. Housing Policy Paper. Washington: World Bank, 1993. Disponível em:
<<http://documents.worldbank.org/curated/en/1993/04/1561159/housing-enabling-markets-work>>. [Consult. 15 Jun. 2016].
- World Bank – *Involuntary Resettlement The Large Dam Experience*. Washington: World Bank, 2000. Disponível em:
<<http://ieg.worldbank.org/Data/reports/194precis.pdf>>. [Consult. 19 Dez. 2015].
- World Bank – *World development report 2006: equity and development*. Washington: The World Bank, 2006. Disponível em:
<http://wwwds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/09/28/000012009_20050928150847/Rendered/PDF/335910rev0ENGLISH0WDR20060overview.pdf>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- World Bank – *Quadro da Política de Reassentamento, Componente de Moçambique do Programa de Infra-estrutura e Comunicação Regional*. Washington: The World Bank, 2009. Disponível em:
<http://siteresources.worldbank.org/EXTINFORMATIONANDCOMMUNICATIONANDTECHNOLOGIES/Resources/282822-1165441058719/3236380-1168629660241/Resettlement_Policy_Framework_portuguese.pdf>. [Consult. 03 Set. 2015].
- World Bank – *8.º Documento do Programa PRSC*. Maputo: The World Bank, 2012.

Zamparoni, V. – *Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques*. Tese de doutoramento em História. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

Žižek, S. – *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012. Trad. por R. Bettoni. ISBN 9788575592991

II. Legislação, políticas, programas, planos, regulamentos, relatórios e resoluções municipais

AVSI – *Projeto de Cooperação Técnica Trilateral, Apoio à Requalificação do Bairro de Chamanculo C. Diagnóstico socioeconómico da comunidade de Chamanculo C*. Maputo: AVSI, 2013a.

AVSI – *Projeto de Cooperação Técnica Trilateral, Apoio à Requalificação do Bairro de Chamanculo C. Anexo I – Mobilização da comunidade*. Maputo: AVSI, 2013b.

AVSI – *Projeto de Cooperação Técnica Trilateral, Apoio à Requalificação do Bairro de Chamanculo C. Anexo III – Pesquisa socioeconómica amostral*. Maputo: AVSI, 2013c.

Azevedo, M. – *O Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Separata do Boletim n.º 7 da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1969.

Cities Alliance – *The Cities Alliance Mozambique Country Programme*. New York: Cities Alliance, 2014. Disponível em:

<http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/Mozambique.English.web_.pdf>.

[Consult. 01 Set. 2015].

Conselho Municipal de Maputo – *Levantamento da situação criada na cidade de Maputo após as fortes chuvadas caídas em princípios de Fevereiro. Identificação dos principais problemas existentes e propostas para acções imediatas e a médio/longo prazo*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2000a.

Conselho Municipal de Maputo – *Informação sobre a situação das cheias no Município de Maputo*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2000b.

Conselho Municipal de Maputo – *Regulamento do Funcionamento das Estruturas Administrativas dos Bairros municipais*. Maputo: Assembleia Municipal do Conselho Municipal de Maputo, 2006.

Conselho Municipal de Maputo – *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM). Introdução ao PEUMM, suas razões e filosofia*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2008a.

Conselho Municipal de Maputo – *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM). Análise da Situação Actual*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2008b.

Conselho Municipal de Maputo – *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM). Relatório de Fundamentação das Opções do PEUMM*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2008c.

Conselho Municipal de Maputo – *Projecto de cooperação técnica trilateral Brasil-Moçambique-Itália: apoio à requalificação do bairro Chamanculo C no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2009.

- Conselho Municipal de Maputo – *Quadro da Política de Reassentamento: sumário executivo*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2010a.
- Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Albazine*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2010b.
- Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Magoanine A, B e C*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2010c.
- Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização do Zimpeto*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2010d.
- Conselho Municipal de Maputo – *Memorando de Entendimento entre o Conselho Municipal de Maputo e Grupo de Parceiros, no âmbito do Plano de Reordenamento do Bairro Maxaquene “A”*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2010e.
- Conselho Municipal de Maputo – *Maxaquene A: Plano Parcial de Urbanização*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2010f.
- Conselho Municipal de Maputo – *Proposta de Resolução [para aprovação do PPU do bairro Maxaquene A]*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2011a.
- Conselho Municipal de Maputo – *Regulamento de Organização e Funcionamento das Estruturas Administrativas dos Bairros Municipais*. Maputo: Assembleia Municipal do Conselho Municipal de Maputo, 2011b.
- Conselho Municipal de Maputo – *Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo II: Estratégia de Expansão da Rede Viária: A contribuição do PROMAPUTO II*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2011c.
- Conselho Municipal de Maputo – *Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo II: Requalificação Urbana*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2011d. Disponível em:
<<http://www.cmmmaputo.gov.mz/CMMBalcao/PhotoHandler.ashx?i=4031>>. [Consult. 10 Nov. 2012].
- Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A, Relatório de Análise da situação Actual (versão provisória)*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2011e.
- Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A, Relatório de Fundamentação das Opções Tomadas (versão provisória)*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2011f.
- Conselho Municipal de Maputo – *Pedido de Manifestações de Interesse Requalificação dos Bairros Polana Caniço “A” e “B”. Concurso OM-20/CMM/DMAE/11*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2011g.
- Conselho Municipal de Maputo – *Projecto de Requalificação dos Bairros Polana Caniço “A” e “B”. Termos de Referência para a Selecção e Contratação do Consultor*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2012a.
- Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2012b.
- Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A, Relatório de Análise da situação Actual*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2012c.

Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A, Relatório de Fundamentação das Opções Tomadas*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2012d.

Conselho Municipal de Maputo – *Diagnóstico socioeconómico da comunidade de Chamanculo C*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2013a.

Conselho Municipal de Maputo – *Plano de Pormenor Bairro da Polana Caniço “B” Quarteirão 53*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2013b.

Conselho Municipal de Maputo – *Plano Pormenor de Reordenamento Urbano do Terreno Concessionado ao ATCM. Fase Executiva*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2013c.

Conselho Municipal de Maputo – *Projecto de Requalificação dos Bairros Polana Caniço A e B. Relação de Avanço dos Projectos e Constrangimento do Projecto* (Relatório preliminar). Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2014.

Conselho Municipal de Maputo – *Plano Parcial de Urbanização de Polana Caniço A e B*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2015a.

Conselho Municipal de Maputo – *Projeto de Requalificação dos Bairros de Polana Caniço A e B. Relatório IV. Versão final do Plano Parcial de Urbanização, Fundamentação da proposta*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2015b.

Conselho Municipal de Maputo – *Caderno de Oportunidades de Investimento, Cidade de Maputo*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 2015c. Disponível em:

<http://www.unionemilano.it/export/sites/unione/doc/impresa_istituzioni/expo_milano_2015/NXP-CPI-Caderno-FINAL.PDF>. [Consult. 14 Mar. 2016].

Fórum Social Mundial – *Carta Mundial pelo Direito à Cidade*. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2005. Disponível em:

<<http://normativos.confex.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>>. [Consult. 30 Ago. 2015].

Frente de Libertação Nacional (Frelimo) – *1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns*. Maputo: Imprensa Nacional, 1979.

Frente de Libertação Nacional (Frelimo) – *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*. Frelimo: Maputo, 1983.

Instituto Nacional de Planeamento Físico; Conselho Executivo da Cidade de Maputo – *Plano de Estrutura da Cidade de Maputo*. Maputo: Conselho Executivo da Cidade de Maputo, 1985.

República do Brasil – Lei n.º 10.257/2010. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

República Popular de Moçambique – *Constituição da República Popular de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

República Popular de Moçambique – *Decreto-Lei n.º 5/1976*. Maputo: Boletim da República n.º 40, I Série, 5 de Fevereiro de 1976.

República Popular de Moçambique – *Lei n.º 11/1978*. Maputo: Boletim da República n.º 97, I Série, 15 de Agosto de 1978.

República Popular de Moçambique – *1ª Lei de Terras. Lei n.º 6/1979*. Maputo: Boletim da República n.º [?], I Série, 3 de Julho de 1979.

- República de Moçambique – *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.
- República de Moçambique – *Lei n.º 5/1991*. Maputo: Boletim da República n.º 2, I Série, 9 de Janeiro de 1991.
- República de Moçambique – *Lei da Liberdade de Associação. Lei n.º 8/1991*. Maputo: Boletim da República n.º 29, I Série, 18 de Julho de 1991.
- República de Moçambique – *Lei dos Municípios. Lei n.º 3/1994*. Maputo: Boletim da República n.º 37, I Série, 13 de Setembro de 1994.
- República de Moçambique – *Decreto n.º 24/1995 [criação do Fundo para o Fomento à Habitação]*. Maputo: Boletim da República n.º 22, I Série, 6 de Junho de 1995.
- República de Moçambique – *Política Nacional de Terras. Resolução n.º 10/1995*. Maputo: Boletim da República n.º 9, I Série, 17 de Outubro de 1995.
- República de Moçambique – *Lei de Bases das Autarquias. Lei n.º 2/1997*. Maputo: Boletim da República n.º 7, I Série, 18 de Fevereiro de 1997.
- República de Moçambique – *Lei n.º 19/1997*. Maputo: Boletim da República n.º 40, I Série, 1 de Outubro de 1997.
- República de Moçambique – *Lei de Terras. Decreto-lei n.º 19/1997*. Maputo: Boletim da República n.º 40, I Série, 7 de Outubro de 1997.
- República de Moçambique – *Regulamento da Lei de Terras. Decreto n.º 66/1998*. Maputo: Boletim da República n.º 48, I Série, 8 de Dezembro de 1998.
- República de Moçambique – *Anexo Técnico ao Regulamento da Lei de Terras. Diploma Ministerial n.º 29-A/2000*. Maputo: Boletim da República n.º 11, I Série, 17 de Março de 2000.
- República de Moçambique – *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Boletim da República n.º 51, I Série, 22 de Dezembro de 2004.
- República de Moçambique – *Regulamento do Solo Urbano. Decreto n.º 60/2006*. Maputo: Boletim da República n.º 51, I Série, 26 de Dezembro de 2006.
- República de Moçambique – *Política Nacional de Ordenamento do Território. Decreto n.º 18/2007*. Maputo: Boletim da República n.º 22, I Série, 30 de Maio de 2007.
- República de Moçambique – *Lei de Ordenamento do Território. Lei n.º 19/2007*. Maputo: Boletim da República n.º 29, I Série, 18 de Julho de 2007.
- República de Moçambique – *Regulamento da Lei de Ordenamento do Território. Decreto n.º 23/2008*. Maputo: Boletim da República n.º 26, I Série, 1 de Julho de 2008.
- República de Moçambique – *Decreto n.º 65/2010 [adequação do regime jurídico do Fundo para o Fomento de Habitação]*. Maputo: Boletim da República n.º 52, I Série, 31 de Dezembro de 2010.
- República de Moçambique – *Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial. Diploma Ministerial n.º 181/2010*. Maputo: Boletim da República n.º 44, I Série, 3 de Novembro de 2010.

República de Moçambique – *Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado. Decreto n.º 15/2010*. Maputo: Boletim da República n.º 20, I Série, 24 de Maio de 2010.

República de Moçambique – *Relatório sobre os objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento, 2010.

República de Moçambique – *Política e Estratégia de Habitação. Resolução n.º 19/2011*. Maputo: Boletim da República n.º 22, I Série, 8 de Junho de 2011.

República de Moçambique – *Resolução n.º 71/AM/2011*. Maputo: Boletim da República n.º 64, III Série, 22 de Junho de 2011.

República de Moçambique – *Lei n.º 15/2011*. Maputo: Boletim da República n.º 32, I Série, 10 de Agosto de 2011.

República de Moçambique – *Resolução n.º 82/AM/2011*. Maputo: Boletim da República n.º 9, III Série, 15 de Dezembro de 2011.

República de Moçambique – *Regulamento da Lei sobre Parcerias Público-Privadas, Projectos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais. Lei n.º 16/2012*. Maputo: Boletim da República n.º 27, I Série, 4 de Junho de 2012.

República de Moçambique – *Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas. Decreto n.º 31/2012*. Maputo: Boletim da República n.º 32, I Série, 8 de Agosto de 2012.

320 República de Moçambique – *Decreto n.º 69/2013*. Maputo: Boletim da República n.º 27, I Série, 20 de Dezembro de 2013.

República de Moçambique – *Regulamento do Plano Geral de Urbanização do Distrito Municipal da Katembe*. Maputo: Boletim da República n.º 24, III Série, 25 de Março de 2015.

República de Portugal – *Regime provisório para a concessão de terrenos do Estado na província de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 9 de Julho de 1909.

III. Notícias de imprensa

Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Obras da “Julius Nyerere: diplomatas receosos”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (01 de Dezembro de 2011). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/23564-obras-da-julius-nyerere-diplomatas-receosos>>. [Consult. 03 Set. 2015].

Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Assegurado dinheiro para ponte Maputo/Catembe”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (19 de Julho de 2012). Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/07/assegurado-dinheiro-para-ponte-maputocatembe.html>. [Consult. 02 Set. 2015].

Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Município lança projeto: Estrada Circular de Maputo”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (07 de Março de 2012). Disponível em:

- <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/infraestur/marco-2012/municipio-lanca-projecto-estrada-circular-de-maputo/>>. [Consult. 20 Nov. 2012].
- Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Chuvas matam quatro crianças e destroem em Maputo”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (16 de Janeiro de 2013). Disponível em: <<http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/664716012013105846.html>>. [Consult. 16 Maio 2013].
- Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Ponte Katembe/chegam ao país primeiros materiais de construção”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (12 de Junho de 2013).
- Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Município apresenta Plano Diretor de Mobilidade e Transportes de Maputo”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (20 de Junho de 2013). Disponível em: <<http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/807520062013143408.html>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Frelimo aprova manifesto de David Simango”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (11 de Outubro de 2013). Disponível em: <http://autarquicas.sapo.mz/2013/noticias/aim/artigo/frelimo_aprova_manifesto_de_david_simango.html>. [Consult. 17 Set. 2015].
- Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Lançado Projecto de Requalificação de bairros Polana Caniço A e B”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (07 de Abril de 2014). Disponível em: <<http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/10088305042014185640.html>>. [Consult. 23 Mar. 2016].
- Albino, I – “José Forjaz: A nossa sociedade não tem consciência ambiental”. *Verdade*. (19 de Setembro de 2014). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/49062-jose-forjaz-a-nossa-sociedade-nao-tem-consciencia-ambiental>>. [Consult. 08 Set. 2015].
- Arante, E. – “Em vista novo reassentamento de famílias abrangidas pela ponte Maputo/KaTembe”. *Correio da Manhã*. (10 de Março de 2014).
- Campos, A. – “O outro lado da riqueza moçambicana: entrevista ao arquiteto Jorge Forjaz”. *Expresso*. (29 de Abril de 2013). Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/o-outro-lado-riqueza-mocambicana-entrevista-ao-arquiteto-jorge-forjaz=f803427>>. [Consult. 02 Maio 2014].
- Canal de Moçambique [redação do] – “Terra à venda na periferia de Maputo”. *Canal de Moçambique*. (07 de Julho de 2009). Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/07/terra-à-venda-na-periferia-de-maputo.html>. [Consult. 28 Out. 2015].
- Canal de Moçambique [redação do] – “No bairro da Costa do Sol, cidade de Maputo, disputa de terras envolve funcionários superiores do município”. *Canal de Moçambique*. (04 de Maio de 2014). Disponível em: <<https://pt-pt.facebook.com/CanalMoz/posts/639788199423614>>. [Consult. 28 Out. 2015].
- Chichava, S. – “Eneas Comiche e Daviz Simango: porque “caíram”?”. *O País*. (26 de Setembro de 2008).

Correio da Manhã [redação do] – “Residentes de Polana Caniço assediados por ricos”. *Correio da Manhã*. (09 de Dezembro de 2011). Disponível em:

<http://macua.blogas.com/moambique_para_todos/2011/12/residentes-de-polana-caniço-assediados-por-ricos>. [Consult. 04 Abr. 2013].

Correio da Manhã [redação do] – “Há barulho no reassentamento de 40 famílias retiradas da Julius Nyerere”. *Correio da Manhã*. (09 de Maio de 2012). Disponível em:

<<http://www.verdade.co.mz/nacional/27087-ha-barulho-no-reassentamento-de-40-familias-retiradas-da-julius-nyerere>>. [Consult. 06 Set. 2015].

Development Workshop – “Ângela Mingas – Abordagem Patrimonial à Questão dos Musseques em Luanda”. *Development Workshop*. (28 de Abril de 2014). Disponível em:

<<https://archive.org/details/DwDebate20140428AngelaMingas-AbordagemPatrimonialAQuestaoDos>>. [Consult. 30 Ago. 2015].

Development Workshop – “Momentos de instabilidade política em Moçambique – uma cronologia”. *Development Workshop*. (06 de Agosto de 2014). Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-moçambique-uma-cronologia/a-16912568>>. [Consult. 30 Ago. 2015].

Development Workshop – “Moçambique é uma das locomotivas do crescimento económico em África”. *Development Workshop*. (08 de Agosto de 2014). Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt/moçambique-é-uma-das-locomotivas-do-crescimento-económico-em-áfrica/a-17841511>>. [Consult. 30 Ago. 2015].

Development Workshop – “Frelimo e Filipe Nyusi ganham eleições gerais em Moçambique, anuncia CNE”. *Development Workshop*. (30 de Outubro de 2014). Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt/frelimo-e-filipe-nyusi-ganham-eleições-gerais-em-moçambique-anuncia-cne/a-18030642>>. [Consult. 16 Set. 2015].

Development Workshop – “Balanço crítico da UE sobre as eleições gerais em Moçambique”. *Development Workshop*. (17 de Fevereiro de 2015). Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt/balanço-cr%C3%ADtico-da-ue-sobre-as-eleições-gerais-em-moçambique/a-18264474>>. [Consult. 16 Set. 2015].

Diário de Notícias [redação da] – “Ponte Maputo-Katembe: Chegam ao país primeiros materiais de construção”. *Diário de Notícias*. (11 de Junho de 2013).

Domingo [redação da] – “*Simango radiografa mandato*”. *Domingo*. (19 de Maio de 2013). Disponível em:

<<http://desafio.com.mz/index.php/reportagem/1227-simango-radiografa-mandato>>. [Consult. 15 Jul. 2013].

Domingo [redação da] – “Rua Marcelino dos Santos deixa Chamanculo em ebulição”. *Domingo*. (21 de Julho de 2013). Disponível em:

<<http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/reportagem/1637-rua-marcelino-dos-santos-deixa-chamanculo-em-ebulicao>>. [Consult. 03 Set. 2015].

- Esquento [redação da] – “Construção da ponte Maputo-Catembe: Obras deverão iniciar-se em breve”. Agência de Informação de Moçambique [redação da] – “Município lança projeto: Estrada Circular de Maputo”. *Agência de Informação de Moçambique (AIM)*. (07 de Março de 2012). Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/infraestur/marco-2012/municipio-lanca-projecto-estrada-circular-de-maputo/>>. [Consult. 20 Nov. 2012].
- Esquento [redação da] – “Obras deverão iniciar-se em breve”. *Esquento*. (24 de Janeiro de 2014).
- Iva, V. – “Reassentadas famílias abrangidas pela Circular”. *MMO Notícias*. (23 de Julho de 2013). Disponível em: <<http://noticias.mmo.co.mz/2013/07/reassentadas-familias-abrangidas-pela-circular.html>>. [Consult. 06 Set. 2015].
- José, M. – “Conflitos de terras dominam queixas dos cidadãos à Assembleia da República”. *MMO Notícias*. (05 de Julho de 2012). Disponível em: <<http://noticias.mmo.co.mz/2012/07/conflitos-de-terras-dominam-queixas-dos.html>>. [Consult. 28 Out. 2015].
- José, M. – “Casa Jovem entrega primeiros apartamentos”. *MMO Notícias*. (05 de Dezembro de 2012). Disponível em: <<http://noticias.mmo.co.mz/2012/12/casa-jovem-entrega-primeiros.html>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Luís, B. – “Taxas de atribuição de terrenos são inacessíveis para quem recebe salário mínimo em Maputo”. *O País*. (24 de Fevereiro de 2010). Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/4835-taxas-de-atribuicao-de-terreno-sao-inacessiveis-para-quem-recebe-salario-minimo-em-maputo-.html>>. [Consult. 07 Set. 2015].
- Lusa [redação da] – “Moçambique: China financia circular de Maputo com 222ME”. *Lusa*. (29 de Fevereiro de 2012). Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/gen.pl?p=print&fokey=ex.stories/708025&sid=ex.sections/24786>>. [Consult. 20 Nov. 2012].
- Lusa [redação da] – “Adjudicação direta a empresa de filha de Guebuza contestada em Moçambique”. *Lusa*. (3 de Abril de 2014). Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/mundo/adjudicacao-direta-a-empresa-de-filha-de-guebuza-contestada-em-mocambique_n728125>. [Consult. 31 Ago. 2015].
- Lusa [redação da] – “Britalar investigada por corrupção em obra em Maputo”. *Lusa*. (20 de Julho de 2015). Disponível em: <http://www.sapo.pt/noticias/britalar-investigada-por-corrupcao-em-obra-em_55ace9a76e480253710a52bb>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Media Fax [redação da] – “Incêndio no Ministério da Agricultura”. *Media Fax*. (6 de Junho de 2007). Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/06/incndio_no_mini.html>. [Consult. 29 Ago. 2015].
- Mhanhice, A. – “Saída para o intenso tráfego de Maputo: Estrada circular pronta em 2014”. *Notícias*. (08 de Março de 2012). Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1495002>>. [Consult. 20 Nov. 2012].
- Mhanhice, A. – “Sommerschield II ‘pressiona’ e pode fazer desaparecer ‘Polana Caniço’”. *O País*. (28 de Setembro de 2012). Disponível em:

<<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/22396-sommerschield-ii-pressiona-e-pode-fazer-desaparecer-polana-canico-html>>. [Consult. 02 Abr. 2013].

Nacional [redação da] – “Britalar congela reinício das obras Av. Julius Nyerere devido a dívida do município de Maputo”. *Nacional*. (8 de Setembro de 2014). Disponível em:

<<http://www.verdade.co.mz/nacional/48788-britalar-congela-reinicio-das-obras-da-avjulius-nyerere-devido-alegada-divida-do-municipio-de-maputo>>. [Consult. 03 Set. 2015].

Nhamirre, B. – “Entenda como a família Guebuza enriquece com a “negligência” no Estado”. *CanalMoz*. (21 de Novembro de 2012). Disponível em:

<http://macua.blogs.com/files/cmc_n175_fam%C3%ADliaguebuza.pdf>. [Consult. 31 Ago. 2013].

Nhanchote, L. – “Guebuza e Chissano são cúmplices de narcotraficantes”. *CanalMoz*. (10 de Dezembro de 2010). Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/12/guebuza-e-chissano-são-cúmplices-de-narcotraficantes.html>. [Consult. 31 Ago. 2013].

Nhanchote, L. – “A herança e os pecados do “Glorioso” Presidente Guebuza”. *Verdade*. (19 de Setembro de 2013). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/40146-a-heranca-e-os-pecados-do-glorioso-presidente-guebuza>>. [Consult. 31 Ago. 2013].

Notícias [redação do] – “Pobreza ‘versus’ prosperidade”. *Notícias*. (19 de Outubro de 2009). Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/10/pobreza-versus-prosperidade-a-historia-da-polana-caniço-a.html>. [Consult. 02 Abr. 2013].

Notícias [redação do] – “Milagre Mabote, Trinta dias para início das obras”. *Notícias*. (26 de Agosto de 2010).

Notícias [redação do] – “Província de Maputo: Jovens denunciam teias de venda ilegal de terrenos”. *Notícias*. (21 de Fevereiro de 2012). Disponível em:

<<http://ndhaneta.blogspot.pt/2012/02/provincia-de-maputo-jovens-denunciam.html>>. [Consult. 28 Out. 2015].

Notícias [redação do] – “Empresa de capitais portugueses investe na construção civil em Moçambique”. *Notícias*. (16 de Agosto de 2012). Disponível em:

<<http://www.macaublog.com.mo/pt/2012/08/16/empresa-de-capitais-portugueses-investe-na-construcao-civil-em-mocambique/>>. [Consult. 03 Set. 2015].

Notícias [redação do] – “Município de Maputo, capital de Moçambique, apresenta plano de mobilidade urbana”. *Notícias*. (20 de Junho de 2013). Disponível em:

<<http://www.macaublog.com.mo/pt/2013/06/20/municipio-de-maputo-capital-de-mocambique-apresenta-plano-de-mobilidade-urbana/>>. [Consult. 02 Set. 2015].

Notícias [redação do] – “*Polana-Caniço terá nova imagem*”. *Notícias*. (07 de Abril de 2014). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/13615-polana-canico-tera-nova-imagem>>. [Consult. 23 Mar. 2016].

Notícias [redação do] – “*Construção do BRT inicia no próximo ano*”. *Notícias*. (02 de Outubro de 2014). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/motores/49398-construcao-do-brt-inicia-proximo-ano-em-maputo->>. [Consult. 02 Set. 2015].

- Notícias [redação do] – “*Costa do Sol vai à requalificação*”. *Notícias*. (15 de Novembro de 2014). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/26737-costa-do-sol-vai-a-requalificacao>>. [Consult. 01 Set. 2015].
- Notícias [redação do] – “*George Dimitrov vai a ordenamento*”. *Notícias*. (28 de Novembro de 2014). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/27450-george-dimitrov-vai-a-ordenamento>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Notícias [redação do] – “*Sete anos após o incêndio: Edifício do MINAG está a ser demolido*”. *Notícias*. (04 de Dezembro de 2014). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/27864-sete-anos-apos-o-incendio-edificio-do-minag-esta-a-ser-demolido>>. [Consult. 28 Mar. 2016].
- Notícias [redação do] – “*Bairro Luís Cabral vai à requalificação*”. *Notícias*. (19 de Janeiro de 2015). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/30204-bairro-luis-cabral-vai-a-requalificacao>>. [Consult. 01 Set. 2015].
- Notícias [redação do] – “*Parcelados e vendidos por nativos: Município recupera terrenos no Chihango*”. *Notícias*. (06 de Março de 2015). Disponível em: <<http://noticias.tv.mz/index.php/programas/item/4290-parcelados-e-vendidos-por-nativos-munic%C3%ADpio-recupera-terrenos-no-chihango>>. [Consult. 28 Out. 2015].
- Notícias [redação do] – “*Maputo-Katembe: Arranca reassentamento de afectados pela ponte*”. *Notícias*. (09 de Março de 2015). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/32747-maputo-katembe-arranca-reassentamento-de-afectados-pela-ponte>>. [Consult. 06 Set. 2015].
- Notícias [redação do] – “*Ponte Maputo/Catembe, em Moçambique, será inaugurada em 2017*”. *Notícias*. (27 de Abril de 2015). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/39600-requalificacao-de-george-dimitrov-uma-mudanca-almejada-pelos-moradores>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Notícias [redação do] – “*Requalificação de George Dimitrov: Uma mudança almejada pelos moradores*”. *Notícias*. (11 de Julho de 2015). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/39600-requalificacao-de-george-dimitrov-uma-mudanca-almejada-pelos-moradores>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Notícias [redação do] – “*Avenida Julius Nyerere: Município garante fim das obras em Março*”. *Notícias*. (23 de Julho de 2015). Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/40223-avenida-julius-nyerere-municipio-garante-fim-das-obras-em-marco>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Occidente [redação do] – “*Lourenço Marques*”. *Occidente*. (15 de Agosto de 1880). Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1880/N64/N64_master/N64.pdf>. [Consult. 14 Set. 2015].
- O País [redação do] – “*Maxaquene “A” a caminho da urbanização*”. *O País*. (20 de Setembro de 2010). Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/9640-maxaquene-a-a-caminho-da-urbanizacao.html>>. [Consult. 07 Mar. 2016].

- O País [redação do] – “Município garante mudar rosto de Polana Caniço em 10 anos”. *O País*. (15 de Setembro de 2011). Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/component/content/article/45-sociedade/16630-municipio-garante-mudar-rosto-de-polana-canico-em-10-anos.html>>. [Consult. 23 Mar. 2016].
- O País [redação do] – “Milagre Mabote finalmente abriu ao trânsito”. *O País*. (11 de Novembro de 2011). Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/17639-milagre-mabote-finalmente-abriu-ao-transito.html>>. [Consult. 22 Fev. 2016].
- O País [redação do] – “Acho que fui a escolha certa para Maputo”. *O País*. (4 de Janeiro de 2012). Disponível em: <<http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/18286-acho-que-fui-a-escolha-certa-para-maputo.html>>. [Consult. 20 Jan. 2013].
- O País [redação do] – “Recandidatura não faz parte dos meus horizontes”. *O País*. (12 de Novembro de 2012). Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/22996-recandidatura-nao-faz-parte-dos-meus-horizontes.html>>. [Consult. 10 Set. 2015].
- O País [redação do] – “Acho que fui a escolha certa para Maputo”. *O País*. (25 de Fevereiro de 2014). Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/28959-acumulacao-de-riqueza-cria-contradicoes.html>>. [Consult. 31 Ago. 2015].
- Panapress [redação da] – “Maputo embarga 20 obras de construção não licenciadas”. *Panapress*. (12 de Agosto de 2014). Disponível em: <<http://www.panapress.com/Maputo-embarga-20-obras-de-construcao-nao-licenciadas--13-394663-18-lang4-index.html>>. [Consult. 29 Ago. 2015].
- 326 Rocha, J. – “Guebuza está a querer fascizar o país: entrevista a Carlos Nuno Castel-Branco”. *Público*. (2 de Março de 2014). Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/deixaram-crescer-as-plantas-e-agora-querem-cortar-1626313>>. [Consult. 28 Nov. 2014].
- Ruela, R. – “Eva manifestou-se contra a proibição das saias curtas nas escolas e acabou expulsa de Moçambique”. *Visão*. (01 de Abril de 2016). Disponível em: <<http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2016-04-01-Eva-manifestou-se-contr-a-proibicao-das-saias-curtas-nas-escolas-e-acabou-expulsa-de-Mocambique>>. [Consult. 08 Abr. 2016].
- Savana [redação do] – “Eneas Comiche negou terrenos a camaradas”. *Savana*. (18 de Julho de 2008). Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/07/eneas-comiche-n.html>. [Consult. 29 Ago. 2015].
- STV – “Requalificação ‘Polana Caniço’”. *STV*. (14 de Setembro de 2011). Disponível em: <<http://videos.sapo.pt/P84MIOowtWPQRuhbFFc>>. [Consult. 23 Abr. 2016].
- Televisão Independente de Moçambique (TIM) – *Praça de Touros Vendida*. *TIM*. Disponível em: <<http://videos.sapo.pt/ZcZntWkiTuTWMC2wL5Zt>>. [Consult. 23 Abr. 2016].
- Verdade [redação do] – “Município de Maputo entrega 102 títulos de uso de terra”. *Verdade*. (06 de Outubro de 2009). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/vida-e-lazer/pergunte-a-tina/5800-municipio-de-maputo-entrega-102-titulos-de-uso-de-terra>>. [Consult. 07 Set. 2015].
- Verdade [redação do] – “Compra ilícita de terrenos virou inevitável”. *Verdade*. (11 de Fevereiro de 2010). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/8780-compra-ilicita-de-terrenos-virou-inevitavel>>. [Consult. 28 Out. 2015].

- Verdade [redação do] – “Casa Jovem: cidadela moderna num imenso País em crise de habitação”. *Verdade*. (25 de Junho de 2010). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/12337-casa-jovem-cidadela-moderna-num-imenso-pais-em-crise-de-habitacao>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Verdade [redação do] – “Obras da Julius Nyerere: diplomatas receosos”. *Verdade*. (01 de Dezembro de 2011). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/23564-obras-da-julius-nyerere-diplomatas-receosos>>. [Consult. 23 Mar. 2016].
- Verdade [redação do] – “Município reconhece que Av. Milagre Mabote não está concluída mas mesmo assim foi inaugurada”. *Verdade*. (27 de Março de 2012). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/newsflash/26069-municipio-reconhece-que-av-milagre-mabote-nao-esta-concluida-mas-mesmo-assim-foi-inaugurada>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Verdade [redação do] – “Autárquicas 2013: ‘Vamos requalificar Maxaquene’, Venâncio Mondlane no 4º dia de campanha em Maputo”. *Verdade*. (09 de Novembro de 2013). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/41585-autarquicas-2013-vamos-requalificar-maxaquene-venancio-mondlane-no-4o-dia-de-campanha-em-maputo>>. [Consult. 23 Mar. 2016].
- Verdade [redação do] – “Obras de instalação do metro no Grande Maputo arrancam em Dezembro deste ano”. *Verdade*. (12 de Março de 2014). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/motores/44693-obras-de-instalacao-do-metro-no-grande-maputo-arrancam-em-dezembro-deste-ano>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Verdade [redação do] – “Um Governo autoritário e incompetente”. *Verdade*. (29 de Maio de 2014). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/opinioao/editorial/46495-um-governo-autoritario-e-incompetente>>. [Consult. 31 Ago. 2015].
- Verdade [redação do] – “Britalar congela reinício da obra na Av. Julius Nyerere devido a dívida do município de Maputo”. *Verdade*. (08 de Setembro de 2014). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/48788-britalar-congela-reinicio-das-obras-da-avjulius-nyerere-devido-alegada-divida-do-municipio-de-maputo>>. [Consult. 22 Fev. 2016].
- Verdade [redação do] – “Governo de Filipe Nyusi expulsa cidadã espanhola, num claro aviso de intolerância a quem queira manifestar-se em Moçambique”. *Verdade*. (03 de Abril de 2016). Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/57396-governo-de-filipe-nyusi-expulsa-cidada-espanhola-num-claro-aviso-de-intolerancia-a-quem-queira-manifestar-se-em-mocambique>>. [Consult. 08 Abr. 2016].
- Wilson, B. – “Para breve conclusão da Julius Nyerere”. *Domingo*. (21 de Junho de 2015). Disponível em: <<http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/5690-para-breve-conclusao-da-julius-nyerere>>. [Consult. 06 Set. 2015].

IV. Informação disponível em *sites*

- AICEP – Especial Moçambique – *8 retratos de Moçambique, o país visto por dentro*. Disponível em: <<http://www.portugalglobal.pt/pt/portugalnewsarquivo2012/revistaimpressanacional/macroeco>>

mia/paginas/especialmoçambique-8retratosdemoçambiqueopa%C3%ADsvistopordentro.aspx>.

[Consult. 30 Ago. 2015].

AllAfrica – *Mozambique: Opinion Polls Shows Comiche Most Popular Candidate*. Disponível em:

<<http://allafrica.com/stories/200808210082.html>>. [Consult. 29 Ago. 2015].

Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado – *Associação Moçambicana para o*

Desenvolvimento Concertado. Disponível em: <<http://www.amdecmz.org>>. [Consult. 01 Set. 2015].

Aurélio-Sobreiro – *Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, SA*. Disponível em: <<http://aurelio-sobreiro.pt/old/index.htm>>. [Consult. 03 Set. 2015].

AVSI – *AVSI Moçambique*. Disponível em: <<http://mocambique.avsi.org/pt>>. [Consult. 30 Ago. 2015].

Betar – *Desde 1973 a projectar um mundo melhor na vanguarda da engenharia*. Disponível em:

<<http://www.betar.pt/pt>>. [Consult. 01 Set. 2015].

Betar – *A Nova KaTembe: Uma cidade para o futuro*. Disponível em:

<http://www.betar.pt/upload/pdf/pdf_1383128883.pdf>. [Consult. 01 Set. 2015].

Cardno Emerging Markets – *Cardno, Shaping the Future*. Disponível em: <<http://www.cardno.com/en-au/Pages/Home.aspx>>. [Consult. 02 Set. 2015].

Care – *Care*. Disponível em: <<http://www.care.org/work>>. [Consult. 17 Ago. 2015].

Cities Alliance – *Cities Alliance*. Disponível em: <<http://www.citiesalliance.org/>>. [Consult. 18 Set. 2015].

China Road and Bridge Corporation – *China Road and Bridge Corporation*. Disponível em:

<<http://www.crbc.com/site/crbcEN/Introduction/index.html>>. [Consult. 02 Set. 2015].

328 Design Convergence – *Design Convergence*. Disponível em: <<http://www.designconvergence.org>>.

[Consult. 02 Set. 2015].

Development Workshop – *Moçambique é uma das locomotivas do crescimento económico em África*.

Disponível em: <<http://www.dw.de/mo%C3%A7ambique-%C3%A9-uma-das-locomotivas-do-crescimento-econ%C3%B3mico-em-%C3%A1frica/a-17841511>>. [Consult. 12 Nov. 2014].

Development Workshop – *Angêla Mingas – Abordagem Patrimonial à Questão dos Musseques de Luanda*.

Disponível em: <<http://www.dw.angonet.org/forumitem/1290>>. [Consult. 21 Out. 2014].

Development Workshop – *Momentos de instabilidade política em Moçambique – uma cronologia*.

Disponível em:

<<http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>>. [Consult. 06 Nov. 2014].

Development Workshop – *Era Guebuza chega ao fim. E agora?* (30 de Março de 2015). Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt/era-guebuza-chega-ao-fim-e-agora/a-18350004>>. [Consult. 31 Ago. 2015].

EDSRL – *ED Srl Planners*. Disponível em: <<http://www.edsrl.com>>. [Consult. 03 Set. 2015].

Europa Ar-lindo – *Europa Ar-lindo Construções SA: For the future*. Disponível em: <<http://www.ar-lindo.pt>>. [Consult. 03 Set. 2015].

Engenheiros Sem Fronteiras da Catalunha – *Ingeniería Sin Fronteras*. Disponível em:

<https://catalunya.isf.es/home/index.php?šsesion_idioma=1>. [Consult. 30 Ago. 2015].

- Fórum Nacional de Reforma Urbana – *Fórum Nacional de Reforma Urbana*. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/documentos-do-fnru/41-cartas-e-manifestos/133-carta-mundial-pelo-direito-a-cidade.html>>. [Consult. 15 Dez. 2014].
- Fundação Joaquim Chissano – *Fundação Joaquim Chissano*. Disponível em: <<http://www.fjchissano.org.mz/index.html>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade – *Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade*. Disponível em: <<http://www.fdc.org.mz>>. [Consult. 17 Ago. 2015].
- Gabriel Couto – *Gabriel Couto*. Disponível em: <<http://www.gabrielcouto.pt/default.aspx>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Habita Africa – *Habita Africa*. Disponível em: <<http://www.habitafrica.org/index.php>>. [Consult. 30 Ago. 2015].
- Instituto de Gestão das Participações do Estado – *Instituto de Gestão das Participações do Estado*. Disponível em: <<http://www.igepe.org.mz>>. [Consult. 30 Ago. 2015].
- Ingeniería Sin Fronteras – *Ingeniería Sin Fronteras Cataluna*. Disponível em: <https://catalunya.isf.es/home/index.php?§sesion_idioma=1>. [Consult. 01 Set. 2015].
- Japan International Cooperation Agency (JICA) – *Japan International Cooperation Agency: Mozambique*. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/mozambique/english/index.html>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Kuwuka – *Kuwuka, Juventude Desenvolvimento e Advocacia Ambiental*. Disponível em: <<http://kuwukajda-moz.org/index.php>>. [Consult. 30 Nov. 2015].
- Maputo Sul E.P. – *Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, E. P.* Disponível em: <<http://www.maputosul.co.mz>>. [Consult. 01 Set. 2015].
- MMA Studio – *MMA Studio*. Disponível em: <<http://mmastudio.co.za>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- Oanda – *Oanda Currency Converter*. Disponível em: <<https://www.oanda.com/currency/converter/>>.
- Oficina de Sociologia – *Os dez mais ricos de Moçambique segundo “bosses”*. Disponível em: <<http://oficinadesociologia.blogspot.pt/2008/01/top-10-dos-ricos-de-moambique-segundo.html>>. [Consult. 21 Ago. 2015].
- Oriental K – *Oriental K Group: Macau, Lisboa, Maputo*. Disponível em: <<http://www.orientalk.com/group/>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- PDNA/econogistics – *PDNA/econogistics*. Disponível em: <<http://www.sagoa.org.za>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Printec – PROINTEC, Ingeniería, Innovación, Arquitectura y Transporte. Disponível em: <<http://www.printec.es/index.php>>. [Consult. 02 Set. 2015].
- Promontorio – *Promontorio*. Disponível em: <<http://www.promontorio.net/index.php>>. [Consult. 01 Set. 2015].
- Salomon Lda. – *Salomon*. Disponível em: <<http://www.solomonida.blogspot.pt>>. [Consult. 01 Set. 2015].
- Systemmatica – *Systemmatica Traffic Engineers*. Disponível em: <<http://www.systemmatica.net>>. [Consult. 03 Set. 2015].
- União Africana – *União Africana*. Disponível em: <<http://www.au.int>>. [Consult. 20 Ago. 2015].

Vida Imobiliária – *Vida Imobiliária n.º 2*. Disponível em:

<<http://www.vidaimobiliaria.com/media/revistas/mz2.pdf>>. [Consult. 20 Ago. 2015].

World Economic Forum – *Erik Charas*. Disponível em: <<http://www.weforum.org/young-global-leaders/erik-charas>>. [Consult. 03 Set. 2015].

Anexo I. Produção científica

I.1. Capítulos de livros, com revisão por pares

Jorge, S. – “The Re-Emergence of Urban Renewal in Maputo: Importance and Scale of the Phenomenon in the Neoliberal Context”. In Silva, C. (ed.) – *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Farnham: Ashgate, pp. 203-213, 2015.

Raposo, I.; Jorge, S. – “Public Participation in the Urban Planning of Maputo and Lisbon Suburban Neighborhoods: Virtues and Ambiguities”. In Duxbury, N. (ed.) – *Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*. Coimbra: Centros de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 33-48, 2013.

I.2. Publicações em revistas nacionais e internacionais, com revisão por pares

Raposo, I.; Jorge, S. – “Qualificação de bairros peri-centrais autoproduzidos em Lisboa e Maputo: virtudes e vicissitudes dos processos”. *Espaços vividos e espaços construídos*. 2016 (no prelo).

Jorge, S.; Melo, V. – “Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo”. *Cadernos de Estudos Africanos*. n.º 27, pp. 55-77, 2014.

Raposo, I.; Jorge, S.; Viegas, S.; Melo, V. – “Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal”. *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Vol. 4, n.º 2, pp. 189-205, 2012.

Jorge, S.; Torquato, J. – “Hortas urbanas cultivadas por populações caboverdianas na Área Metropolitana de Lisboa: entre a produção de alimentos e as sociabilidades no espaço urbano não legal”. *Miradas en Movimiento "Naturally Imigrants". Espacio de Estudios Migratorios*, p. 121-136, 2012.

331

I.3. Publicações em atas de encontros científicos nacionais e internacionais, com revisão de pares

Raposo, I.; Carolino, J.; Crespo, J.; Jorge, S.; Pestana, J.; Valente, A. – “Os instrumentos urbanísticos como arena social e a percepção do direito à cidade: a regeneração urbana da Vertente Sul de Odivelas”. In Atas do *VII Congresso Português de Sociologia*: Porto: Faculdade de Letras, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, 19 a 22 de Junho de 2012.

Raposo, I.; Jorge, S. – “Planeamento participado em bairros auto-construídos de duas cidades lusófonas: Lisboa e Maputo”. In Atas do *XV Congresso Ibero-Americano de Urbanismo*. Medellín: Centro Internacional de Convenciones y Exposiciones, 12 a 15 de Setembro de 2012.

Jorge, S.; Melo, V. – “Processos e dinâmicas de (re)produção do espaço (peri)urbano: o caso de Maputo”. In Atas do *Segundo Congresso Internacional de Jovens Investigadores Urbanos - SICYUrb*. Lisboa: ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, 11 a 14 de Outubro de 2011.

I.4. Comunicações em encontros científicos nacionais e internacionais, com revisão de pares

- Jorge, S. – “The Right to the City and the interdicted places: the peri-central self-produced neighbourhoods of Maputo”. In Sinergi Project International Scientific Conference. Skopje, November 19-20, 2015.
- Jorge, S. – “Maputo’s interdicted places: the peri-central self-produced neighbourhoods”. IN Conferência *Everyday Life in the 21st Century City*. Florença: Fondazione Romauldo Del Bianco e Fondazione Giovanni Michelucci, 17 a 19 de Julho de 2015.
- Jorge, S.; Melo, V. – “Actuais processos e dinâmicas de intervenção em Maputo e direito à cidade”. In Seminário *Exclusão urbana e construção do direito à cidade em espaços da lusotopia*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 5 de Junho de 2015.
- Jorge, S.; Henriques, C. – “A actual transformação e reconfiguração da cidade de Maputo: Polana Caniço”. In *Conferência Reconfigurações Espaciais e Diferenciação Social em Cidades de Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais/ ISCTE-IUL, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Sociedade de Geografia de Lisboa, 19 de Junho de 2014.
- Jorge, S. – “Maputo peri-central self-produced areas in the new millennium”. In *Metropolis Nonformal Symposium 2013*. Munich: Technical University of Munich and UN-Habitat, November 20-23, 2013.
- Jorge, S. – “Is urban renewal a purpose of the neoliberal city model?”. In *Conferência Colonial and Postcolonial Urban Planning in Africa*. Lisbon: IPHS /IGSP, University of Lisbon, September 5-6, 2013.
- Jorge, S. – “Maputo: peri-central self-produced areas in the new millennium”. In *5th European Conference on African Studies, African dynamics in a multipolar world*. Lisbon: ISCTE, June 27-29, 2013.
- Jorge, S. – “A transformação de áreas peri-centrais auto-produzidas: o caso de Maputo”. In *Seminário de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design*. Lisboa: CIAUD-FAUTL, 27 de Maio de 2013.
- Raposo, I.; Jorge, S. – “Entre qualification et rénovation urbaine: intervention dans deux quartiers péricentrales auto-produits à Lisbonne et Maputo”. In *Colóqui Internacional Rénovation Urbaine*. Paris, 25-26 Janvier, 2013.
- Jorge, S. – “O papel das organizações não-governamentais na qualificação do espaço peri-urbano, reflexões no espaço lusófono: de Maputo, a Rio de Janeiro e Lisboa”. In *Jornadas de Investigação da FAUTL*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 12 de Janeiro de 2012.
- Raposo, I.; Jorge, S. – “Public participation in the urban planning of the suburban neighborhoods of Maputo to Lisbon: virtues and ambiguities”. In *Cities are us, Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 29 de Junho de 2012.
- Raposo, I.; Jorge, S. – “Public participation in the urban planning of Maputo and Lisbon suburban neighborhood: virtues and ambiguities”. In *Actas do Cities are us, Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 28 a 30 de Junho de 2012.
- Jorge, S.; Melo, V. – “Processos e dinâmicas de (re)produção do espaço (peri)urbano: o caso de Maputo”. In *Segundo Congresso Internacional de Jovens Investigadores Urbanos - SICYUrb*. Lisboa: ISCTE, 13 de Outubro de 2011.

Anexo II. Grelha de apoio à observação direta

II.1. Usos do solo

1.1. RESIDENCIAL

1.1.1. Espaços autoproduzidos

- com maior e menor densidade de ocupação;
- com maior concentração de habitações “melhoradas” (alvenaria, rebocadas e pintadas, com muro ou gradeamento/portão);
- com maior concentração de habitações em materiais perecíveis ou precários (madeira, capim, caniço, chapa de zinco);
- habitações com mais de um piso.

1.1.2. Outras espaços

- condomínios fechados
- habitações unifamiliares na linha das existentes em Sommerschield (Polana Caniço A)
- “casas brancas” (Polana Caniço A)

1.2. ESPAÇOS PÚBLICOS / COLETIVOS

- largos/ praças;
- vias de maior e menor perfil;
- vias de acesso automóvel ou exclusivamente pedonal/tchova;
- vias alcatroadas, em paralelo, terra batida ou areia;
- vias com maior e menor tráfego automóvel e pedonal;
- apropriação do espaço.

1.3. EQUIPAMENTOS

- privados;
- públicos;
- acessíveis ou não aos moradores dos respetivos bairros.

1.4. INFRAESTRUTURAS

- água;
- eletricidade;
- saneamento;
- drenagem.

1.5. SERVIÇOS PÚBLICOS

- “círculo”/secretaria de bairro;
- transportes coletivos (chapa, machibombo) | trajectos e paragens.

1.6. ATIVIDADES ECONÓMICAS

- empresas e lojas permanentes;
- contentores;
- venda no interior dos talhões (construção perene ou banca);
- traçados ou bolsas com maior concentração de comércio;
- atividades específicas ou predominantes (venda de produtos alimentares, materiais de construção, automóveis...).

1.7. MERCADO PARALELO DE TRANSAÇÃO / COMPRA E VENDA DE TALHÕES E CONSTRUÇÕES

- espaços com maior dinâmica de mercado/ valorização;
- espaço alvo de ações de renovação e gentrificação;
- habitações isoladas / “ilhas”.

1.8. VAZIO URBANO / ESPAÇOS DESOCUPADOS

- causa da desocupação (transação de talhões, cheias...);
- com ou sem entulho / escombros.

1.9. NATURAIS, SEMI-NATURAIS E DE LAZER

- machambas;
- espaços com risco de erosão;
- espaços com risco de cheias/ espaços mais afectados pelas cheias de 1998/2000 e 2013;
- espaços objecto de reassentamentos na sequência das cheias/erosão e ocupação atual.

II.2. Planos e projectos de intervenção

2.1. ESPAÇOS INTERVENCIONADOS POR INICIATIVA ESTATAL

- 2.1.1. “Unidades” | GUHARLM
- 2.1.2. Plano de reordenamento/reparcelamento – talhões de 10x16 (1977-1979)
- 2.1.3. Programa de Reabilitação Urbana
- 2.1.4. Reconstrução da avenida Vladimir Lenine
- 2.1.5. Reconstrução da avenida Joaquim Chissano
- 2.1.6. Reconstrução da avenida Milagre Mabote | demolições e reassentamento
- 2.1.7. Reconstrução da avenida Julius Nyerere | demolições e reassentamento
- 2.1.8. Outros, implementados ou em curso

2.2. ESPAÇOS INTERVENCIONADOS POR INICIATIVA DE ONG

- 2.2.1. Tipo de intervenção (construção de valas de drenagem, latrinas melhoradas...)

2.3. OUTROS

II.3. Características das habitações (entrevistas aos moradores)

3.1. ENVOLVENTE

- proximidade de transportes;
- pavimentação da via de acesso ao talhão (alcatroada, paralelo, terra batida ou areia);
- acesso automóvel ou exclusivamente pedonal/tchova;
- iluminação pública;
- espaços em risco de erosão/inundação (com água estagnada, por exemplo).

3.2. TALHÃO

- limite (espinhosa, muro em alvenaria, chapa ou outro material);
- com ou sem portão/garagem;
- chão permeável ou impermeável (tipo de acabamento);
- número de construções no interior do talhão (construção principal e anexos);
- existência ou não de machamba, árvores.

3.3. CONSTRUÇÃO

- material de construção (caniço/capim, chapa de zinco, bloco de cimento, outro);
- tipo de acabamento exterior e interior (aparente, rebocado, pintado, outro);
- com ou sem janelas/caixilharias;
- cobertura (chapa, cobertura plana, outra);
- com ou sem varanda;
- cozinha no exterior ou no interior da habitação;
- latrina tradicional ou melhorada, casa de banho interior.

3.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS

- dentro ou fora do talhão (banca ou construção perene);
- produtos comercializados.

Anexo III. Guiões de entrevista¹

III.1. Guião dirigido a técnicos (arquitetos, urbanistas, juristas) e políticos

1. A ATUAL DINÂMICA DO MERCADO FUNDIÁRIO E IMOBILIÁRIO

- A cidade está a mudar. Surgem cada vez mais projetos imobiliários, grandes obras de infraestruturas, por exemplo. Quando se dá esta mudança?
- Os bairros mais próximos do centro da cidade são um dos principais alvo desta transformação. Porquê? Qual o interesse destes bairros?
- Quais os bairros mais apetecíveis do ponto de vista de mercado? E os menos?
- Quais estão na mira dos investidores? Porquê?

2. DIFERENTES BAIRROS E ABORDAGENS DE INTERVENÇÃO

- Depois das cheias de 2000 surgiram os primeiros reassentamentos e algumas famílias desalojadas da “primeira cintura” saíram para outros bairros mais periféricos. O Conselho Municipal fez na altura uma listagem dos bairros considerados de intervenção prioritária e classificou-os como “zonas de risco natural”. O que mudou com as cheias? Na altura, que futuro se traçou para estes bairros? O que fez o Conselho Municipal no sentido de ultrapassar ou minorar o problema das cheias e da erosão?
- Os reassentamentos ganham recentemente mais força no âmbito das grandes obras, como a construção da Grande Circular ou a reconstrução da avenida Julius Neyerre. Que leitura faz do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas? Do ponto de vista legal, as comunidades locais parecem não ter direito a permanecer no lugar. Faz esta interpretação da lei? Tendo em conta que também estão previstos na lei os direitos adquiridos por ocupação, podemos estar perante uma contradição?
- Quais os bairros consideradas mais problemáticas? Porquê?
- Os bairros que envolvem o centro são diferentes entre si? As diferenças interferem ou determinam as formas e estratégias de intervenção? Se sim, porquê? De que forma?
- Em Mafalala, por exemplo, apostou-se na infraestruturização mas em Polana Caniço ou em Maxaquene já se parece apostar na demolição do existente. Porquê? O que determina uma e outra abordagem? Quais as implicações políticas? Por exemplo a experiência de reassentamento em Tete mostrou o risco político que algumas destas abordagens podem representar.

3. POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS E INSTRUMENTOS ASSOCIADOS

- A Política Nacional de Terras apresenta dois objectivos: (1) facilitar o acesso à terra por parte dos investidores nacionais e estrangeiros; e (2) reconhecer os direitos adquiridos por ocupação pelas comunidades locais que, de boa-fé, ocupem o território há pelo menos dez anos. Os bairros da “primeira cintura” estão ocupados de boa-fé há mais de dez anos mas também ocupam uma localização estratégica do ponto de vista de mercado. Neste caso, é possível responder a ambos os objectivos? Trata-se de uma contradição?
- O que se entende por boa-fé? Do ponto de vista legal, as comunidades locais que ocupem uma área há menos de dez anos estão em situação ‘não legal’? E as localizadas em áreas consideradas de Protecção Parcial ou Total?
- Do ponto de vista da ocupação do solo, a noção de ilegalidade enquadra-se no atual quadro legal? O que pode então ser considerado “ilegal”?

¹ Os guiões de entrevista foram elaborados o mais próximo possível da linguagem oral.

- Os dez anos que servem de referência contam-se a partir de quando? Do ano de publicação da lei ou do ano corrente?
- Ao nível do acesso à terra, do ordenamento e planeamento, acha o atual quadro legal muito burocrático? Porquê?
- O que se deve privilegiar: o investimento privado ou os direitos costumeiros? Porquê? A maioria dos técnicos partilha da mesma ideia? E os políticos? O que se privilegia na prática?
- No início de Agosto deste ano, o Conselho Municipal aprovou a extensão da zona de barreiras no prolongamento da avenida Julius Neyerre devido ao aumento da demanda de investimentos imobiliários na cidade. O que se entende por zona de barreiras? Pode localizá-la no mapa? Como lê esta decisão?
- A Lei de Terras introduz o título de DUAT, embora a sua ausência não prejudique os direitos adquiridos por ocupação. Do ponto de vista jurídico, pode-se considerar que o direito à habitação não se limita ao direito de “propriedade”?
- A lei prevê a co-titulação (compropriedade) mas que eu saiba a maioria dos títulos de DUAT é individual. Porquê? Tem conhecimento de algum título de DUAT atribuído em regime de co-titularidade? Onde? Quando? Qual a diferença entre um DUAT individual e um coletivo?
- No caso dos bairros da “primeira cintura” foram atribuídos até agora muito poucos títulos de DUAT, ao contrário dos bairros mais periféricos, onde o Conselho Municipal tem vindo a defender a regularização massiva. Porquê? Qual a diferença entre os bairros da “primeira cintura” e os mais periféricos?
- Um documento do Conselho Municipal de 2011 distingue “áreas de ocupação ordenada não regularizada” – planificado – e “áreas de ocupação espontânea/desordenada planificada” – não planificado. Qual a diferença entre umas e outras?
- O Regulamento do Solo Urbano apresenta a urbanização como um pré-requisito à atribuição de título DUAT e exige áreas destinadas a equipamentos sociais e serviços públicos. Esta questão dificulta ou impede a atribuição de título de DUAT em alguns bairros mais densos, como é o caso dos da “primeira cintura”. Do seu ponto de vista, porque se introduziu na lei esta questão da urbanização? Esta decisão/mudança tem um cariz técnico ou político?
- Se uma área é considerada de proteção total ou parcial ou estão em causa os interesses nacionais, a comunidade local perde qualquer direito sobre a terra. Nestes casos prevê-se a expropriação por *utilidade pública*. O que entende por utilidade ou interesse público? Quem define o que é ou não de *interesse público*? Um empreendimento imobiliário pode ser considerado de *interesse público*?
- Com a reconstrução da avenida Julius Neyerre e a construção da Grande Circular e da ponte Maputo-KaTembe prevê-se a expropriação de algumas áreas. A expropriação parece ganhar maior importância, tendo-se inclusivamente publicado em 2010 uma Diretiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial. Que leitura faz deste instrumento legal?
- Como lê o aparente recurso crescente à expropriação?

4. POLÍTICA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E INSTRUMENTOS ASSOCIADOS

- No final dos anos 80 surge um conjunto de políticas, programas e projetos, como o Programa de Promoção de Habitação, em 1987, e o Projeto de Reabilitação Urbana, alguns deles financiados e desenvolvidos por agências internacionais. Que papel assumem as agências internacionais? Que políticas urbanas e de habitação destacaria como mais importantes?
- No âmbito do Projeto de Reabilitação Urbana, financiado pelo Banco Mundial, construiu-se um conjunto de casas evolutivas em Polana Caniço e no Ferroviário para alojar as pessoas que saíram de alguns edifícios reabilitados. Acompanhou este processo?

- Arrisco dizer que a Política de Ordenamento Territorial e as várias leis que se seguiram tiveram grande impacto. Uma parte considerável do município começa a ficar coberto por planos: o Plano de Estrutura e os planos parciais de urbanização, sobretudo. No Plano de Estrutura refere-se a dada altura que os planos, por si só, não resolvem os problemas das cidades e que são documentos normativos e não projetos imobiliários. Que papel desempenham os planos atualmente?

5. DIFERENTES ABORDAGENS DE INTERVENÇÃO

- Ao nível dos chamados *slums*, destaca-se o trabalho coordenado pelo arquiteto Forjaz: “Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção”. A abordagem de intervenção defendida neste trabalho é de certa forma retomada no Plano de Estrutura, estabelecendo-se como prioridades o “reordenamento” destas áreas. A generalidade dos técnicos concorda com esta ideia? E dos políticos? Quais os maiores entraves à sua implementação? Que modelo de cidade defende a maioria dos técnicos/ políticos?
- O que se entende por reordenamento? E por requalificação? Ao nível técnico e político umas vezes fala-se de requalificação no sentido de melhorar o existente, noutras de demolir e construir de novo. Como distingue estas diferentes abordagens?
- A faculdade tem estado envolvida na elaboração de muitos dos planos e/ou termos de referência. Que papel desempenha a faculdade? O que defende para estes territórios? Há consenso relativamente às diferentes abordagens possíveis?
- No seu entender, como se devia intervir nestes territórios?
- Tendo em conta os objectivos e estratégias de intervenção apresentados no Plano de Estrutura, o Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A, por exemplo, desvia-se deles ao propor a demolição de todo o bairro. Este é um caso pontual ou os objectivos enunciados não têm estado a ser considerados?
- Segundo um documento do Conselho Municipal, foi elaborada uma “Estratégia Municipal & Plano de Ação para Intervenção Integrada em Assentamentos Informais”. É possível ter acesso ao documento final? Em que fase está o Programa de Melhoramento dos Bairros?
- Na sua opinião, enquanto técnico e cidadão, como se devia intervir na cidade?

6. CONCEITOS | DO ‘CANIÇO’ AO ‘INFORMAL’

- Chamar “caniço” a estas áreas parece já não fazer sentido porque agora as construções são sobretudo em bloco. Que palavra utiliza para designar estes espaços? Porquê?

7. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

- Tanto ao nível da atribuição dos direitos de uso e aproveitamento da terra, como da elaboração dos planos, prevê-se a participação pública. Existe realmente participação? A que nível: consultivo ou efetivo? Quais os principais entraves? As comunidades locais estão ou são informadas dos seus direitos? E dos seus deveres? O que falta fazer a este nível?
- Ao nível legal, a Política da Lei de Terras interliga-se com a Política de Ordenamento do Território? Estabelece-se uma correspondência? O diálogo entre as várias leis é suficiente ou em alguns casos entra em contradição? Se sim, em quais?

8. PROMAPUTO

- A maioria dos planos é elaborada no quadro do ProMaputo, financiado pelo Banco Mundial. O ProMaputo surge no mandato de Eneas Comiche. O que mudou desde então? Qual a influência do presidente do Conselho Municipal nas abordagens de intervenção e prioridades estabelecidas?
- Na sua opinião, ao nível dos bairros da ‘primeira cintura’, qual a abordagem de intervenção seguida ou defendida em cada um dos mandatos (Canana, Comiche e Simango)?

- Para melhorar as condições de vida e habitabilidade é necessário intervir e investir. Os financiamentos do Banco Mundial têm sido orientados nesse sentido? Quem beneficia com as intervenções que estão a ser feitas no âmbito do ProMaputo? De que forma?

9. IMPACTO AO NÍVEL DO ESPAÇO | DINÂMICAS DE MERCADO

- Na prática, qual o impacto dos vários planos no território?
- Do ponto de vista legal, como funciona o mercado imobiliário “formal”, sendo que a terra é considerada propriedade do Estado, não podendo “ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada”?
- Parece haver uma certa distância entre o que se prevê nas leis e nos planos e as práticas. Porquê?
- Apesar da terra se manter propriedade do Estado e se legitimarem as ocupações de boa-fé há mais de dez anos, a que é que se dá maior importância: ao direito à habitação ou ao direito de “propriedade”? Porquê? De que forma?
- Na prática, sabe-se que a terra é comprada e vendida diariamente. Que factores conduzem ao chamado mercado “informal” ou paralelo? Que peso tem o mercado ao nível dos bairros da “primeira cintura”?
- Neste bairros, o mercado parece tornar-se cada vez mais competitivo – por exemplo em Polana Caniço A, na transição com Sommerschild II e em Maxaquene A. Porquê? Quais as áreas onde há uma maior transação de talhões e construções? Como se dão esses processos? Onde começa e acaba a “ilegalidade”?
- Quem está envolvido nestes processos? Quem lucra com eles? Há quem fale de intermediários entre as comunidades locais e os investidores privados. Sabe como funciona?
- O que acha destes processos?
- Se há um mercado paralelo forte, qual a relação entre o mercado e os planos?
- Alguns estudos sobre o mercado de terras urbanas identificam dois tipos de situação: (1) a subdivisão de parcelas; e (2) a compra e venda de talhões, sem título de DUAT. Identifica mais algum tipo de situação para além destes? Se sim, quais?
- Que papel assumem os técnicos e políticos? Qual a relação entre a classe política e o mercado de terras? Segundo jornais da altura, a saída de Eneas Comiche deveu-se ao facto de se ter recusado a atribuir terrenos a membros da assembleia municipal. Foi um caso pontual ou é recorrente?
- O atual quadro legal introduz um conjunto de procedimentos que envolve uma série de pessoas com diferentes graus de decisão. Há quem considere que esta é uma das principais fontes de corrupção na gestão do solo. Concorda? Quem assume maior poder decisório? Em que momentos?
- No caso de Maputo, é possível aceder ao título de DUAT, por exemplo, sem entrar nos meandros da corrupção? O que acontece na generalidade dos casos? As práticas de corrupção ao nível da ocupação e gestão do solo são prática corrente?
- A terra permanece propriedade do Estado mas, em alguns casos, é convertida em ganhos privados. No seu entender, a terra deve permanecer propriedade do Estado? Porquê?
- Há quem diga que no caso da cidade de Maputo a terra está na posse de um conjunto restrito de pessoas. Quem possui ou está a adquirir as áreas que envolvem o centro?
- Que pressões de ordem política e económica existem atualmente em Maputo?

10. POLANA CANIÇO A

- A reconstrução da avenida Julius Neyerere, no âmbito do ProMaputo e a elaboração do PPU, parece prever uma grande mudança para Polana Caniço. O que está a ser pensado? A faculdade fez os termos de referência mas quem está a fazer o Plano para Polana Caniço?

11. MAXAQUENE A

- Foi publicado o Plano Parcial de Urbanização para Maxaquene A que prevê a demolição do existente e a construção de edifícios habitacionais, escritórios e espaços comerciais. Acha que vai ser implementado? Porquê?

12. DIREITO À CIDADE

- Fala-se do crescimento económico de Moçambique, mas parecem não estar reunidas as condições necessárias à melhoria generalizada das condições de vida e habitação da população urbana. Porquê? O que falta?
- Segundo a constituição da República, “todos os cidadãos têm o direito de fixar residência em qualquer parte do território nacional”, como entende então que a população esteja a sair das áreas estrategicamente localizadas para outras mais periféricas?
- O Plano de Estrutura apresenta como um dos principais princípios o direito à cidade. No seu entender, em que consiste este direito?
- Que cidade imagina no futuro?

III.2. Guião dirigido a representantes de agências internacionais

1. REORDENAMENTO DE MAXAQUENE E POLANA CANIÇO

- Entre 1977 e 1979, as Nações Unidas apoiaram o plano de reordenamento dos bairros de Maxaquene e Polana Caniço. Acompanhou este projeto?
- O arquiteto Forjaz (2006:19) refere que “a cidade de Maputo foi o único projeto [na altura] nascido de uma colaboração formalizada e concordada entre uma agência das Nações Unidas e um Governo, contando ainda com o envolvimento ativo da população.” Até que ponto este caso foi paradigmático?
- Que balanço faz desta experiência? Porque não teve continuidade?

339

2. AUTOCONSTRUÇÃO

- A ideia da autoconstrução era muito defendida nos anos 70. No entanto, embora continue a representar a principal forma de produção de espaço urbano, parece ter saído do discurso ou linhas de ação das Nações Unidas. Porquê?

3. LIBERALIZAÇÃO ECONÓMICA | PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

- Muita coisa mudou em Moçambique depois do Acordo de Paz em 1992. O Governo cumpriu uma profunda reforma económica, social e política, no sentido de consolidar a estabilidade económica. Assiste-se a uma retoma do crescimento económico mas Moçambique, segundo dados das Nações Unidas, não deixa de ser um dos países mais pobres do mundo. A que se deve esta aparente contradição?
- A partir de meados dos anos 80, as agências internacionais passam a interferir, não apenas na esfera económica e financeira, mas também na condução das reformas institucionais e na definição de estratégias, políticas e programas de desenvolvimento. Considera que o país ficou de certa forma dependente das agências internacionais? Porquê? Qual a sua autonomia? Que importância/papel assumem as agências internacionais atualmente? Quais os principais obstáculos que têm encontrado ao longo do tempo?

4. DESCENTRALIZAÇÃO E MULTIPARTIDARISMO

- O processo de descentralização e multipartidarismo revelou-se decisivo ao nível da reforma económica, política e administrativa. De que forma o influenciaram ou orientaram?
- O Banco Mundial, por exemplo, financiou o Programa de Reestruturação dos Órgãos Locais, em curso desde 1991. Qual o balanço?

- Qual a influência das agências internacionais na publicação do novo quadro legislativo relativo ao aceso, gestão e planeamento do solo urbano? A terra passa a ser entendida como um dos pilares da economia, embora continue propriedade do Estado. Como encara esta viragem? Que impacto tem? O que possibilita?
- O Projeto de Desenvolvimento Municipal foi financiado pelo Banco Mundial? Se sim, é possível ter acesso ao seu desenho/proposta?

5. PROGRAMAS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL

- Desde meados dos anos 80 surge um conjunto de programas, políticas e estratégias voltados para o desenvolvimento urbano e para a habitação.

5.1. PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL

- Em 1987 teve início um projeto financiado pelas Nações Unidas com o objectivo de apoiar o Governo na definição da Política Nacional de Habitação (1987-1991). A sua continuidade foi assegurada pelo projeto MOZ/91/010, com vista à elaboração do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Qual o impacto efetivo deste(s) programa(s)? Há quem referia que muitos deles acabam por ter um impacto muito reduzido, são demasiado generalistas, difíceis de implementar e, em alguns casos, desligados da realidade. Concorda? Como ultrapassar esta visão? Qual o(s) maior(es) constrangimento(s) ao nível da implementação?

5.2. PROJETO DE REABILITAÇÃO URBANA

- Entre o final dos anos 80 e o início de 90 criou-se o Projeto de Reabilitação Urbana financiado pelo Banco Mundial. Qual o papel do Banco Mundial? As Nações Unidas tiveram algum envolvimento neste processo?
- Quando começou precisamente o Programa de Reabilitação Urbana? Foi concebido por uma equipa estrangeira? Qual o seu período de vigência? Quais os principais objectivos deste programa? O que se entendeu por reabilitação?
- No quadro do Projeto de Reabilitação Urbana: (1) foram demarcados 1000 lotes e 500 famílias foram realojadas na sequência de fortes cheias em Maputo; (2) construíram cerca de 370 casas evolutivas em Polana Caniço e no Ferroviário, para alojar as famílias que saíram do centro da cidade na sequência de obras de reabilitação; e (3) demarcaram 2000 talhões em Maputo (Laulane e Mahotas). No caso de Polana Caniço, a construção das chamadas “casas brancas” veio na sequência da reabilitação de um conjunto de edifícios no centro da cidade. Como se deu este processo? Porque saíram as famílias dos edifícios reabilitados? Quem esteve envolvido neste processo? Tratou-se de uma parceria público-privada? Para quem ficaram as casas depois de reabilitadas?
- Quem fez o projeto de reabilitação? E o das habitações evolutivas?
- Qual a participação das famílias ao longo do processo? Ficaram contentes com a mudança?

5.3. PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL

- O Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Habitacional foi financiado pelo Governo mas contou com a assistência técnica das Nações Unidas. Este Programa parece ter-se voltado mais para o reforço institucional. Qual o impacto ao nível do território?
- Nuns casos o apoio das Nações Unidas é financeiro e noutros também é técnico. Da sua experiência, qual tem dado resultados mais positivos? Porquê?

6. CHEIAS DE 2000

- Pouco antes das cheias de 2000, no quadro do Programa de Reforma dos Órgãos Locais, o Banco Mundial financiou a elaboração do Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo (1999), que não chegou a ser publicado. Porquê?

- Em 1998 já tinha havido chuvas fortes. As agências internacionais deram algum tipo de apoio nestas primeiras grandes cheias? E na sequência das de 2000? Que abordagens de intervenção defenderam?
- O que mudou depois das cheias? As cheias de 2000 mudaram a forma como os técnicos e políticos percebem os bairros da “primeira cintura”?
- Parte dos bairros junto ao centro, como por exemplo Polana Caniço, foram muito afectados pelas cheias. As Nações Unidas e o Banco Mundial defendem algum tipo de intervenção específico para estes casos?
- Considera estarmos perante um momento de viragem ao nível da intervenção nos bairros da “primeira cintura”? Porquê?

7. INTERVENÇÃO NOS BAIRROS PERICENTRAIS

7.1. INTERVENÇÃO EM MAFALALA

- Entre 2004 e 2005, com financiamento do Banco Mundial, apostou-se na infraestruturização de Mafalala (construção de fontanários, pavimentação de ruas e abertura de valas de drenagem). Que balanço faz desta intervenção? O Banco Mundial apenas financiou a implementação do plano ou também esteve envolvido na sua elaboração?
- O bairro de Mafalala tornou-se entretanto um dos pontos turísticos da cidade. Outros bairros poderão seguir o mesmo caminho?

7.2. PLANO DE AÇÃO PARA MELHORAMENTO DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS

- Em 2006, no quadro do Programa *Cities Without Slums* das Nações Unidas, foi elaborado o Plano de Ação para Melhoramento dos Assentamentos Informais, coordenado pelo arquiteto Forjaz. Este programa distingue-se por defender o melhoramento do existente, ou seja, a permanência das pessoas nos lugares. O que acha desta abordagem de intervenção?

341

8. CONCEITOS | DO ‘CANIÇO’ AO ‘INFORMAL’

- Chamar “caniço” a alguns bairros da cidade parece já não fazer sentido porque agora as construções são sobretudo em bloco. Qual a palavra que utiliza para designar estes bairros? Porquê?

9. PROMAPUTO

- Vários planos e intervenções são hoje enquadrados no ProMaputo, que nasce em 2005-2006 a partir do Programa de Desenvolvimento Municipal. O ProMaputo entra numa altura em que o Conselho Municipal se encontrava numa situação financeira muito frágil. O Banco Mundial, como financiador, fez algumas exigências ou deixou tudo nas mãos do então executivo?
- Na sua origem, o programa tinha como um dos principais objectivos melhorar as “áreas informais” da cidade. Continua a ser um dos seus principais objectivos?
- O que caracteriza as diferenças fases do ProMaputo? Qual o tempo de vigência de cada uma? É possível ter acesso aos vários relatórios de atividades?
- O ProMaputo nasce no mandato de Eneas Comiche e entretanto entra Simango. Esta transição refletiu-se de alguma forma no ProMaputo? Quem está de fora, pode dizer que no primeiro mandato se apostou sobretudo na formação e qualificação dos técnicos municipais e no segundo mandato nas grandes obras de intervenção. Concorde? Porquê?
- Foram publicados e estão em elaboração um conjunto de planos no quadro do ProMaputo. A maioria do território começa a ficar coberta por planos. O Banco Mundial tem de alguma incentivado a produção destes planos? Porquê?
- Como é possível implementar todos estes planos? A política defendida pelo Banco Mundial passa pela criação de parcerias público-privadas? De que forma?

9.1. PLANOS E PROJETOS

- Destaca-se: o Plano de Estrutura do Município de Maputo (2008) e um conjunto de planos parciais de urbanização, quer nos bairros mais a norte, quer nos mais próximos do centro, como é o caso agora do Projeto de “Requalificação” de Polana Caniço A. Cada zona da cidade tem uma abordagem de intervenção distinta. Nos bairros a norte prevê-se sobretudo a regularização fundiária e no caso de Polana Caniço, por exemplo, prevê-se a sua progressiva renovação (demolição do existente e construção de novo edificado). A que se devem estas diferentes abordagens?
- Polana Caniço ocupa uma localização privilegiada. Este facto determina de alguma forma a abordagem de intervenção? Se sim, como?
- A reconstrução da avenida Julius Nyrere e a elaboração do Projeto de “Requalificação” de Polana Caniço, mas também a construção da Grande Circular são tudo intervenções de grande envergadura. Que papel desempenham estas grandes intervenções?

9.2. REASSENTAMENTO

- Na segunda fase do ProMaputo foi dado grande destaque ao Quadro de Política de Reassentamento, entretanto revisto. Prevê-se o aumento dos processos de reassentamento? Em que sentido? Em que casos?
- A reconstrução da avenida Julius Nyrere, por exemplo, implicou o reassentamento de várias famílias e o Projeto de Requalificação também prevê um Plano de Reassentamento. O reassentamento é incontornável? Se sim, em que casos especificamente?
- Qual a escala dos reassentamentos prevista no quadro das grandes obras? Considera serem obras de interesse público? Porquê? Se sim, estas intervenções têm como base a expropriação? O que entende por interesse público?
- O Quadro de Política de Reassentamento prevê um conjunto de etapas. O Banco Mundial acompanha/fiscaliza estes processos? Se sim, como?
- As famílias têm aceite a saída por exemplo de Polana Caniço para outras áreas à partida mais periféricas? Porquê?
- As Nações Unidas têm acompanhado estes processos de reassentamento na sequência da construção de grandes infraestruturas ou projetos? Qual o balanço? Estão a ser respeitados os direitos dos moradores? De que forma? Têm direito a permanecer no local? No caso de expropriação, considera estar em causa um *interesse público*? Porquê?

9.3. DESPESAS

- Qual o valor disponível anualmente no quadro do ProMaputo? Estas despesas são todas financiadas pelo Banco Mundial? Como funciona ao certo este financiamento? Trata-se de um acordo estabelecido diretamente entre o Conselho Municipal e o Banco Mundial ou envolve outros parceiros?

10. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Em 2010, as Nações Unidas assinaram um acordo com o Conselho Municipal no âmbito do projeto “Iniciativa Cidades e Mudanças Climáticas”, como forma de dar resposta aos desafios colocados pelas alterações climáticas. Em que fase está este projeto?
- Ao nível da cidade de Maputo, os bairros da “primeira cintura” são os mais afectados pelas alterações climáticas? Porquê?
- Em que se traduz o projeto? Trata-se de um projeto de intervenção ou é mais voltado para a divulgação de boas práticas? Se é um projeto de intervenção, o que se defende para os bairros da “primeira cintura”?

11. IDEIA DE FUTURO

- Depois da nossa conversa, como definiria, em traços gerais, o atual modelo de cidade? Em que assenta o desenvolvimento urbano?
- Como imagina a cidade no futuro?

- Que escala terão os chamados bairros “informais” ou *slums*?
- Como estarão os bairros da “primeira cintura”?
- O Plano de Estrutura apresenta como um dos principais princípios o direito à cidade, conceito também usado pelas agências internacionais, nomeadamente pelas Nações Unidas e pelo próprio Banco Mundial. No seu entender, em que consiste este direito?

III.3. Guião dirigido a representantes de OCB e ONG

1. TEMPO DE PERMANÊNCIA NO BAIRRO

- Desde quando trabalham no bairro?
- Como se formou a organização?
- Quem faz parte dela: voluntários estrangeiros ou moradores, técnicos moçambicanos...?
- Quantos elementos integram a organização?
- A associação está sediada no bairro?
- Vem ao bairro diariamente? Como (de transporte, a pé...)?
- Que relação se estabeleceu com os moradores? E com o(a) secretário(a) de bairro? E os chefes de quarteirão?

2. TRABALHO NO BAIRRO | TIPO DE ATIVIDADES

- Que tipo de trabalho desenvolvem no bairro?
- Quem selecionou as ações? Teve como base um estudo ou consulta local?
- Quando começaram? Quais os principais objectivos?
- Tem como base um plano?
- Qual o envolvimento dos moradores no vosso projeto? Qual o nível de participação?
- Qual tem sido a relação entre a associação/organização e o Conselho Municipal? Têm-vos apoiado? Como?
- A associação/organização interliga-se com outras associações/organizações locais? Se sim, quais? Em que sentido?
- Quem financia o projeto?

3. RESULTADOS OBTIDOS | IMPACTO

- Quais os resultados obtidos?
- Quais os principais obstáculos?
- Qual a reação dos moradores? E do(a) secretário(a) de bairro e chefes de quarteirão?

4. VIVÊNCIA NO BAIRRO / CARACTERÍSTICAS

- Da sua experiência aqui, acha que a generalidade dos moradores gosta de viver no bairro? Porquê?
- Quais os principais pontos fortes do bairro? E problemas?
- Sempre que se fala nestes bairros refere-se o problema das cheias e da erosão. Quais as áreas mais afectadas pelas cheias (identificar no mapa)? O que se tem vindo a fazer no sentido de ultrapassar este(s) problema(s)?
- Quais os principais problemas ao nível das infraestruturas, das condições de habitabilidade, espaço público...?
- Do seu ponto de vista, quais as vantagens e desvantagens de viver perto do centro?

5. TRANSFORMAÇÃO NO BAIRRO

- O bairro tem mudado ao longo do tempo? O que mudou?
- A partir de quando é que começou a sentir essa mudança? Porque se dá?
- No geral, o que é que mudou ao nível das casas? E dos talhões? E ao nível do espaço público?

- O arrendamento por exemplo tem aumentado? Porquê? É mais casas ou quartos?
- Os talhões têm sido subdivididos? Como?
- Os proprietários das casas que alugam também vivem no bairro? Porque aluga(m)?

6. CONCEITOS | DO ‘CANIÇO’ AO ‘INFORMAL’

- Chamar “caniço” a estas áreas parece já não fazer sentido porque agora as construções são sobretudo em bloco. Qual a palavra que utiliza para designar estas áreas? Porquê?

7. INTERVENÇÕES DE MELHORAMENTO

- O bairro tem recebido obras de melhoramento? Ao nível das casas ou do espaço público? Se sim, quais? Que tipo de obras (infraestruturas, equipamentos...)? Quem as faz?
- As obras na avenida Milagre Mabote ou as obras na avenida Julius Neyerere, por exemplo, melhoram a vida aos moradores? De que forma? Sabe se moradores foram ouvidos ou deram a sua opinião sobre estas intervenções? Porquê? Concorda?
- Que impacto tiveram as intervenções?
- Do seu ponto de vista, quem tem a responsabilidade de fazer as obras de melhoramento?
- Do seu ponto de vista, o que é que se podia fazer para melhorar o bairro? Os moradores podem fazer isso sozinhos?

8. ACESSO AO SOLO

- A maioria das ocupações não tem título de DUAT. Acha que o facto de as pessoas não terem DUAT faz com que se sintam menos seguras, com menos direitos?
- Do seu ponto de vista, que direitos têm? E deveres?
- Sente que esses direitos são respeitados?

9. COMPRA E VENDA DE TALHÕES | SAÍDA DO BAIRRO

- Algumas famílias têm vindo a sair do bairro, umas porque vendem as suas casas a investidores, outras devido a obras de infraestruturas (exemplo da obra na avenida Milagre Mabote ou na avenida Julius Neyerere). Há diferenças entre um e outro tipo de saída?
- O que acha destes processos?
- Porque é que as famílias têm optado por vender a sua casa e sair do bairro?
- Como é que isso acontece?
- No caso da venda do talhão a um investidor, quem vem ter com as pessoas? Sabe quanto dinheiro têm estado a dar?
- No caso das obras de infraestruturas, as pessoas são avisadas com antecedência? Como?
- O que acham os chefes de quarteirão disso tudo? E o(a) secretário(a) de bairro?
- Alguém tem ajudado as pessoas? Quem? De que forma? E, pelo contrário, alguém tem dificultado?

10. MORADORES | REAÇÕES E IMPACTES

- Para onde vão as pessoas que saem do bairro?
- Geralmente as pessoas ficam contentes ou descontentes com a mudança? Porquê?
- Algumas saem contrariadas? Algumas recusam-se a sair? Porquê? O que fazem? Alguém as obriga? Se sim, quem?
- Se as pessoas quiserem continuar no bairro, podem ficar? Acha que têm esse direito?
- O que muda na vida do bairro com a saída dos moradores? Já algum amigo ou conhecido seu saiu por algum destes motivos? Se sim, continua a ter contacto com ele?
- Sabe de alguém que tenha saído e passado algum tempo regressado? Se sim, porquê?

11. MODELO DE CIDADE

- Que cidade é que imagina no futuro?
- Como é que o bairro será daqui a uns anos?

- Na sua opinião, como é que se devia intervir no bairro? Demolir tudo e as pessoas irem viver para outras zonas da cidade ou melhorar o que existe e as pessoas permanecerem no bairro?
- O Plano de Estrutura apresenta como um dos principais princípios o direito à cidade. No seu entender, em que consiste este direito?

III.4. Guião dirigido a investidores e intermediários

1. MERCADO FUNDIÁRIO E IMOBILIÁRIO EM MAPUTO

- O mercado imobiliário parece estar em força em Moçambique, sobretudo na capital. A que se deve este interesse por Maputo? Desde quando se faz sentir?
- Que factores determinam a atual dinâmica imobiliária?
- Quem investe no mercado? São sobretudo empresas moçambicanas ou estrangeiras?
- Concretamente, quais são as oportunidades de investimento em Maputo?
- E as necessidades de mercado?

2. ÁREAS MAIS E MENOS APETECÍVEIS NA LÓGICA DE MERCADO

- Quais as áreas mais apetecíveis do ponto de vista imobiliário?
- Quais as áreas que têm sofrido maior valorização? Porquê?

3. OFERTA E PROCURA

- Qual a relação entre a oferta e a procura?
- Para além da habitação, também há uma aposta no segmento de escritórios e no turismo. Ao nível da construção, qual o reflexo de cada segmento (habitação, escritórios e turismo)?
- Que segmento assume maior importância? Porquê?
- A quem se destina o mercado imobiliário?
- Responde às necessidades de que grupo(s) sócio-económico(s)? Porquê?
- Prevê-se algum tipo de financiamento para aquisição de imóveis?
- Qual o preço médio por m² das novas construções?

4. RELAÇÃO ENTRE INVESTIDORES PRIVADOS, TÉCNICOS E POLÍTICOS

- Como tem sido a relação entre os investidores e o Conselho Municipal?
- O Conselho Municipal tem dado algum apoio ou benefícios aos investidores? Se sim, quais?
- Identifica ainda a existência de alguns entraves para o investimento imobiliário em Maputo? Se sim, quais? O que tem sido feito no sentido de os ultrapassar?
- O investidor entra em contacto com o Conselho Municipal já com um projeto na mão?
- Os técnicos municipais acompanham a elaboração dos projetos? De que forma?
- Estabelecem-se parcerias público-privadas? Quais as obrigações/responsabilidades de cada uma das partes?
- As obras de infraestruturas, por exemplo, ficam a cargo do Conselho Municipal?
- Sendo a terra propriedade do Estado, quais os encargos dos investidores?
- Se há mais que um investidor interessado em determinada área, qual o critério de seleção? Quem o faz?

5. ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS | FINANCIAMENTOS

- Nos últimos anos têm sido elaborados e publicados um conjunto de planos parciais de urbanização para a cidade de Maputo. Como vê esta aposta no planeamento?
- Na generalidade dos casos, os projetos são elaborados aqui em Moçambique, por técnicos moçambicanos, ou no exterior?

- Os investidores recorrem a algum tipo de financiamento? Os bancos também entram como parceiros nestes projetos imobiliários? Se sim, de que forma?
- Os empreiteiros são moçambicanos ou empresas internacionais? Quais se têm destacado?

6. TIPOLOGIAS

- Na Costa do Sol e junto ao bairro de Sommerchild, por exemplo, surgiram muitos condomínios fechados. Porque se opta por esta tipologia?
- Muitos dos projetos previstos são torres (*Polana Twin Towers*, Torres Maxaquene, Maputo *Susiness Tower*, Maputo Plaza...). Porque se está a optar por esta tipologia? Por ser mais rentável do ponto de vista financeiro? É por uma questão de imagem?
- Tem algum documento com a localização destes projetos? Sabe se já foram aprovados?
- Sabe quais foram os ateliers ou empresas que desenvolveram estes projetos?
- O que acha destes novos projetos?

7. AS ÁREAS PERICENTRAIS AUTOPRODUZIDAS

- No seu entender, a atual dinâmica de mercado pode vir a mudar o rosto dos bairros que circundam o centro da cidade (Polana Caniço, Maxaquene...)? Se sim, quais? Em que sentido?
- Por exemplo a continuação de Sommerchild e todas as franjas em redor da avenida Julius Neyerre têm estado a mudar. Sabe o que é que se prevê para estas áreas?
- O que acontece às pessoas que vivem atualmente nesses locais? O que é que lhes acontece?
- São/foram indemnizadas? De que forma?
- Sabe ou acompanhou alguma intervenção imobiliária que implicasse a saída dos moradores? Se sim, como se deu esse processo?
- Quem se responsabiliza pelo reassentamento?

346

8. MERCADO PARALELO

- O aumento da oferta e da procura também tem levado ao aumento do mercado paralelo. Na prática, sabe-se que a terra é comprada e vendida diariamente. Para todos os efeitos, a terra é propriedade do Estado, não podendo, de acordo com a lei, “ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada”. Da experiência e conhecimento que tem, como é que o mercado imobiliário encara o mercado paralelo?
- Por exemplo em Polana Caniço A, têm sido noticiados vários casos de compra e venda de talhões a investidores privados. Alguns técnicos, em entrevistas dadas a jornais locais, consideram este processo “natural”. Como lê estes processos informais de transação?
- Enquanto conhecedor do mercado imobiliário, que factores determinam ou conduzem ao chamado mercado paralelo de terra?

9. IMAGEM DE FUTURO

- Que cidade imagina no futuro?
- Daqui a uns anos, como estarão os bairros que circundam o centro da cidade?
- Na sua opinião, como se devia intervir na cidade?

10. CONCEITOS | DO ‘CANIÇO’ AO ‘INFORMAL’

- Chamar “caniço” a estas áreas parece já não fazer sentido porque agora as construções são sobretudo em bloco. Qual a palavra que utiliza para designar estas áreas? Porquê?

III.5. Guião dirigido aos moradores

0. BAIRRO

- nº de quarteirão
- identificação do talhão no mapa
- proprietário da casa ou inquilino (quarto/casa/talhão (?))

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO ENTREVISTADO

- nome e idade
- Onde trabalha? Sector “formal” ou “informal”?
- Constituição do agregado familiar (membros, mulher e filhos)

2. TEMPO DE PERMANÊNCIA NO BAIRRO | MOBILIDADE

- Há quanto tempo vive no bairro? Onde vivia anteriormente? Porque decidiu mudar?
- Passa mais tempo no bairro ou fora dele? Porquê?
- Faz compras no bairro ou prefere ir abastecer-se a outro lado? Porquê?
- Onde é que se encontra por exemplo com os seus amigos?
- Desloca-se muito ao centro da cidade? Porquê? Vai a pé ou de transportes?
- Costuma apanhar chapa ou machibombo diariamente/regularmente?

3. VIVÊNCIA NO BAIRRO

- Gosta de viver no bairro? Porquê? O que é que gosta mais no bairro? E menos?
- A maioria dos seus amigos vive aqui no bairro?
- Tem uma relação próxima com os seus vizinhos? Toda a gente se conhece aqui no bairro?
- Gosta de viver junto ao centro? Porquê? Foi uma opção viver aqui?
- Gostava de viver noutra local? Se sim, onde? Porquê?
- Quais as vantagens e desvantagens de viver junto ao centro?

347

4. TRANSFORMAÇÃO NO BAIRRO

- O bairro tem mudado ao longo do tempo? O que é que mudou? Para melhor ou para pior?
- A partir de quando é que começou a sentir essa mudança? Porque se dá?
- No geral, o que é que mudou ao nível das casas e dos talhões? E ao nível do espaço público, das ruas?
- O arrendamento por exemplo tem aumentado? Porquê? É mais casas ou quartos?
- Os talhões têm sido subdivididos? Como?
- Os proprietários das casas que alugam também vivem no bairro? Porque aluga(m)?

5. CONCEITOS | DO ‘CANIÇO’ AO ‘INFORMAL’

- Chamar “caniço” a estas áreas parece já não fazer sentido porque agora as construções são sobretudo em bloco. Qual a palavra que utiliza para designar estas áreas? Porquê?

6. INTERVENÇÕES DE MELHORAMENTO

- O bairro tem tido alguma intervenção de melhoramento? Ao nível das casas ou do espaço público? Se sim, quais? Que tipo de obras (infraestruturas, equipamentos...)? Quem as faz?
- As obras na avenida Milagre Mabote ou na avenida Julius Neyrere, por exemplo, melhoraram a vida dos moradores? De que forma? Melhorou a sua, por exemplo?
- Que impacto tiveram as intervenções que foram feitas?
- Quem tem a responsabilidade de fazer as obras de melhoramento?
- O que é que se podia fazer para melhorar o bairro? Os moradores podem fazer isso sozinhos?

7. PARTICIPAÇÃO

- Participa de alguma forma na gestão e organização do bairro? Como? Porquê? Acha que as pessoas deviam participar mais? De que forma?
- Tem uma relação próxima com o(a) secretário(a) de bairro? E com o chefe de quarteirão? Eles costumam ouvir a opinião dos moradores? Como? Para quê?
- No âmbito das intervenções na avenida Milagre Mabote ou na avenida Julius Neyerere, por exemplo, os moradores foram ouvidos ou deram a sua opinião sobre isso? Porquê? Concorda?

8. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE / HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

- Quando e como construiu a sua casa? Foi feita por si ou contratou alguém para a fazer? Teve a ajuda de amigos ou vizinhos?
- Tem vindo a melhorá-la? Que melhorias fez (ampliações, mudança de caniço para bloco...)?
- Que infraestruturas tem (água, eletricidade e saneamento)? Desde quando? Como é que conseguiu ter acesso a elas?
- Está satisfeito com a sua casa? O que é que gostava ainda de fazer?

9. ACESSO AO SOLO

- No seu caso, deram-lhe este talhão ou comprou-o?
- Tem título de DUAT? Se sim, desde sempre? Como conseguiu? Se não, porquê? Acha que o Conselho Municipal devia dar título de DUAT aos moradores? Porquê? Porque não o faz?
- O facto de não ter título de DUAT faz com que se sinta menos seguro, com menos direitos?
- Do seu ponto de vista, que direitos tem? E deveres?
- Sente que esses direitos são respeitados?

10. COMPRA E VENDA DE TALHÕES | SAÍDA DO BAIRRO

- Algumas famílias têm vindo a sair do bairro, umas porque vendem as suas casas a investidores, outras devido a obras de infraestruturas (exemplo da obra na avenida Milagre Mabote ou na avenida Julius Neyerere). Há diferenças entre um e outro tipo de saída? Quais?
- O que acha destes processos?
- Porque é que as famílias têm optado por vender a sua casa e sair do bairro?
- Se alguém lhe fizesse uma proposta e comprasse a sua casa, aceitava? Porquê? Em que condições?
- Como é que isso acontece?
- No caso da venda do talhão a um investidor, quem vem ter com as pessoas? Sabe quanto dinheiro têm estado a dar?
- E no caso das obras de infraestruturas, as pessoas são avisadas com antecedência? Como?
- O que acham os chefes de quarteirão disso tudo? E o(a) secretário(a) de bairro?
- Alguém tem ajudado as pessoas? Quem? De que forma? E, ao contrário, alguém tem dificultado?

10. MORADORES | REAÇÕES E IMPACTES

- Para onde vão as pessoas que saem do bairro?
- Geralmente as pessoas ficam contentes ou descontentes com a mudança? Porquê?
- Algumas saem contrariadas? Alguém as obriga? Quem?
- Se as pessoas quiserem continuar no bairro, têm essa possibilidade? No seu entender, têm esse direito?
- Se um dia fosse confrontado com uma situação dessas, de ter de sair do bairro por causa de uma obra ou de aceitar vender o seu talhão, ficava contente? Porquê?
- O que muda na vida do bairro com a saída dos moradores? Já algum amigo ou conhecido seu saiu por algum destes motivos? Se sim, continua a ter contacto com ele?

- Sabe de alguém que tenha saído e passado algum tempo regressado? Se sim, porquê?

12. MODELO DE CIDADE

- Que cidade é que imagina no futuro? Como é que o bairro será daqui a uns anos?
- Na sua opinião, como é que se devia intervir aqui no bairro?

Anexo IV. Lista de entrevistas

001.	Março de 2011	arquiteto/urbanista, docente universitário
002.	Abril de 2011	arquiteto/urbanista, docente universitário
003.	“ ”	arquiteto/urbanista
004.	“ ”	arquiteto/urbanista, técnico municipal
005.	Maio de 2011 ¹	assessor do Banco Mundial
006.	Março de 2013	arquiteto/urbanista, docente universitário
007.	“ ”	arquiteto/urbanista, representante das Nações Unidas
008.	“ ”	engenheira ambiental, investigadora
009.	Abril de 2013	arquiteto/urbanista, ativista, docente universitário
010.	Maio de 2013	arquiteta/urbanista, voluntária de uma ONG
011.	Junho de 2013	arquiteto/urbanista, técnico de uma ONG
012.	“ ”	arquiteto/urbanista, investigador, docente universitário
013.	Julho de 2013	arquiteto/urbanista, investigador, docente universitário
014.	“ ”	antropóloga, doutoranda
015.	Setembro de 2013	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos)
016.	“ ”	arquiteto/urbanista, docente universitário
017.	“ ”	arquiteta/urbanista, técnica municipal
018.	“ ”	arquiteto/urbanista, docente universitário
019.	“ ”	arquiteto/urbanista, técnico de uma ONG
020.	“ ”	arquiteta/urbanista, técnica da Cooperação Espanhola
021.	“ ”	arquiteto, morador de Polana Caniço A
022.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
023.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
024.	“ ”	secretário de Maxaquene A
025.	“ ”	arquiteto, vereador municipal de Planeamento Urbano e Ambiente
026.	“ ”	arquiteto, ex-técnico municipal
027.	“ ”	engenheira, técnica municipal
028.	“ ”	membro de uma OCB
029.	“ ”	membro de uma OCB
030.	“ ”	arquiteto/urbanista, técnico municipal
031.	“ ”	chefe de quarteirão em Maxaquene A
032.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
033.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário c/ inquilinos)
034.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
035.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
036.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
037.	“ ”	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos)
038.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
039.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
040.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
041.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
042.	“ ”	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos)
043.	“ ”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
044.	“ ”	moradora de Maxaquene A (inquilina do APIE)

¹ Primeiras cinco entrevistas realizadas com Vanessa Melo, no âmbito da elaboração do artigo conjunto “Processos e dinâmicas de (re)produção do espaço (peri)urbano: o caso de Maputo”, apresentado em Outubro de 2011 no *Segundo Congresso Internacional de Jovens Investigadores Urbanos – SICYUrb.*

045.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
046.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário c/ inquilinos/empresário)
047.	“	”	chefe de quarteirão em Maxaquene A
048.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
049.	“	”	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos)
050.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
051.	“	”	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos/curandeira)
052.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
053.	“	”	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos)
054.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
055.	“	”	intermediário/ agente imobiliário
056.	“	”	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos)
057.	“	”	morador de Maxaquene A (inquilino)
058.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
059.	“	”	chefe de quarteirão em Maxaquene A
060.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos)
061.	“	”	moradora de Maxaquene A (proprietária s/ inquilinos)
062.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário c/ inquilinos)
063.	“	”	morador de Maxaquene A (inquilino)
064.	“	”	morador de Maxaquene A (proprietário s/ inquilinos/antigo régulo)
065.	Outubro de 2013		arquiteta, técnica municipal
066.	“	”	técnica de uma ONG
067.	“	”	arquiteto/urbanista, docente universitário
068.	“	”	assessora do Banco Mundial
069.	“	”	técnico de uma ONG
070.	“	”	jurista
071.	“	”	arquiteto/urbanista, Direção Nacional de Habitação e Urbanismo
072.	“	”	arquiteto/urbanista, técnico municipal
073.	“	”	vereador municipal das Atividades Económicas
074.	“	”	técnica de uma ONG
075.	“	”	jurista
076.	“	”	sociólogo, investigador, docente universitário
077.	“	”	arquiteto/urbanista, ex-técnico municipal
078.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
079.	“	”	jurista
080.	“	”	membro de uma OCB
081.	“	”	moradora de Polana Caniço A (inquilina)
082.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
083.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária c/ inquilinos)
084.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
085.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
086.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
087.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
088.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
089.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária c/ inquilinos)
090.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
091.	“	”	moradora de Polana Caniço A (inquilina)
092.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
093.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
094.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário c/ inquilinos)
095.	“	”	arquiteta/urbanista, técnica municipal
096.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária c/ inquilinos)
097.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)

098.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
099.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário c/ inquilinos, empresário)
100.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
101.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário c/ inquilinos)
102.	“	”	moradora de Polana Caniço A (inquilina)
103.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
104.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
105.	“	”	morador de Polana Caniço A (inquilino)
106.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
107.	“	”	morador de Polana Caniço A (inquilino)
108.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/ inquilinos)
109.	“	”	morador de Polana Caniço A (inquilino)
110.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
111.	“	”	guarda de um condomínio fechado de Polana Caniço A
112.	“	”	membro de uma OCB
113.	“	”	arquiteta/urbanista, membro de uma ONG
114.	“	”	arquiteto/urbanista, docente universitário
115.	“	”	arquiteto/urbanista, docente universitário
116.	“	”	secretária de Polana Caniço A
117.	“	”	membro de uma OCB
118.	“	”	geógrafo, investigador, docente universitário
119.	“	”	arquiteto/urbanista
120.	“	”	arquiteta/urbanista
121.	“	”	arquiteta/urbanista, docente universitária
122.	“	”	socióloga, técnica de uma ONG
123.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
124.	“	”	técnico do distrito municipal de KaMaxaqueni
125.	“	”	secretário de Polana Caniço B
126.	“	”	membro de uma OCB
127.	“	”	secretário de Maxaquene C
128.	“	”	presidente do APIE
129.	“	”	ministro das Obras Públicas e Habitação de Moçambique
130.	“	”	secretário de Mafalala
131.	“	”	arquiteto/urbanista, docente universitário
132.	Novembro de 2013		secretário de Chamanculo B
133.	“	”	secretário de Chamanculo C
134.	“	”	arquiteta/urbanista, docente universitária
135.	“	”	secretário de Chamanculo A
136.	“	”	secretário de Maxaquene B
137.	“	”	arquiteto/urbanista, técnico das Nações Unidas
138.	“	”	membro de uma OCB
139.	“	”	secretário do Zimpeto
140.	“	”	arquiteto/urbanista
141.	“	”	secretária de Albazine
142.	“	”	secretário de Magoanine C
143.	“	”	chefe de quarteirão no Zimpeto
144.	“	”	chefe de quarteirão no Zimpeto
145.	“	”	arquiteto/urbanista, investigador, docente universitário
146.	“	”	moradora de Albazine (proprietária/reassentamento)
147.	“	”	moradora de Albazine (proprietária/reassentamento)
148.	“	”	morador de Albazine (proprietário/reassentamento)
149.	“	”	chefe de quarteirão em Albazine

150.	“	”	moradora de Albazine (proprietária/reassentamento)
151.	“	”	morador de Albazine (proprietário/reassentamento)
152.	“	”	moradora do Zimpeto (proprietária/reassentamento)
153.	“	”	morador do Zimpeto (proprietário/reassentamento)
154.	“	”	morador de Magoanine C (proprietário/reassentamento)
155.	“	”	morador de Magoanine C (proprietário/reassentamento)
156.	“	”	geógrafa, docente universitária
157.	“	”	arquiteto/urbanista, docente universitário
158.	“	”	arquiteto/urbanista
159.	“	”	arquiteto/urbanista, ex-técnico municipal
160.	“	”	arquiteta/urbanista
161.	“	”	engenheiro, ex-consultor municipal
162.	“	”	arquiteto/urbanista, técnico municipal
163.	“	”	arquiteto/urbanista, docente universitário
164.	“	”	membro de uma OCB
165.	“	”	secretário de Maxaquene A
166.	“	”	membro de uma OCB
167.	“	”	arquiteto/urbanista
168.	“	”	arquiteta/urbanista, estagiária do CEDH
169.	“	”	arquiteto/urbanista, técnico municipal
170.	“	”	consultor imobiliário
171.	“	”	funcionário da secretaria de bairro de Polana Caniço A
172.	“	”	chefe de quarteirão de Polana Caniço A
173.	“	”	habitante de Polana Caniço A (proprietário s/ inquilinos)
174.	Dezembro de 2013		jurista
175.	“	”	secretário da Costa do Sol
176.	“	”	arquiteto/urbanista, Fundo para o Fomento de Habitação (FFH)
177.	“	”	arquiteta/urbanista
178.	“	”	socióloga, membro de uma ONG
179.	“	”	técnico da Administração Nacional de Estradas
180.	“	”	técnico municipal
181.	“	”	agente/consultora imobiliária
182.	“	”	diretor do IDC Investimentos para o Desenvolvimento da Comunidade ²
183.	“	”	secretária de Polana Caniço A ²
184.	“	”	secretária de Xipamanine
185.	“	”	consultor do Banco Mundial
186.	“	”	morador de Polana Caniço A (proprietário s/inquilinos) ²
187.	“	”	moradora de Polana Caniço A (proprietária s/inquilinos) ²
188.	“	”	elemento da direção do IGEPE
189.	“	”	membro de uma ONG
190.	“	”	arquiteto/urbanista
191.	“	”	jurista
192.	“	”	arquiteto/urbanista, docente universitário
193.	“	”	arquiteto/urbanista

² Entrevistas realizadas com Isabel Raposo, orientadora da presente tese.

Anexo V. Grelha de análise

V.1. Contexto colonial

- INTERVENÇÕES
 - Plano de Lourenço Marques
 - Gabinete de Urbanização
 - GUARHLM
 - Plano de Beneficiação da Área Suburbana de Lourenço Marques
 - Plano Parcial das Lagoas
 - Escolas Noroeste I e II (Maxaquene A)
- ACESSO À TERRA
- TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

V.2. Contexto pós-independência

- ‘PRIMEIROS ANOS’
- CONSTRUÇÕES | CANIÇO *VERSUS* BLOCO
- INTERVENÇÕES
 - Nacionalização da terra/gestão das casas do APIE
 - Autoconstrução assistida
 - Saneamento básico
 - Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço
 - DNH
- PERÍODO DA GUERRA

V.3. Contexto neoliberal

- CRESCIMENTO ECONÓMICO
 - Impacte no território
- EXPANSÃO URBANA
- MERCADO FUNDIÁRIO E IMOBILIÁRIO
 - Especulação
 - Dinâmica de mercado
 - Impacte no território
 - Tipo de ocupação
 - Estrutura viária
- PROJETOS DE HABITAÇÃO COM APOIO ESTATAL
 - Política de Habitação
 - Vila Olímpica, Intaka e Casa Jovem
 - Projeto IDC | Malhangalene

V.4. Percepção do território

- CENTRO/CENTRALIDADE
- ARRENDAMENTO
 - No centro
 - Nos bairros pericentrais
 - Aumento do custo de vida | subsistência
 - Aumento da procura | migração interna
 - Aluguer de casas e anexos
 - Factores que levam à saída do proprietário
 - Relação entre proprietário e inquilino

- Valores
- INFRAESTRUTURAS/SERVIÇOS
- TRANSPORTES | TRÂNSITO
 - Carro
 - Transportes *versus* tempo despendido nas deslocações
 - Preço dos transportes
 - Andar a pé: alternativa
- FALTA DE ESPAÇO LIVRE NA CIDADE
 - Posicionamento do Estado relativamente à falta de espaço
 - (Im)possibilidade de construção em altura
- OS BAIRROS PERICENTRAIS NO GERAL
 - Provisórios | reserva
 - Espaços mais valorizados do ponto de vista de mercado
 - Condições de habitabilidade
 - “Desordenados”, “desorganizados” | percepção negativa
 - Densidade de ocupação
- Chamanculo A
- Chamanculo B
- Chamanculo C
- Costa do Sol
- Mafalala
- Maxaquene B
- Maxaquene C
- Xipamanine
- Polana Caniço B
- CASOS DE ESTUDO
 - Maxaquene A e Polana Caniço A
 - Problemas e ações de melhoramento
 - Chuva/erosão
 - Saneamento/lixo
 - Densidade de ocupação
 - Espaço Público
 - Interior dos talhões | habitações
 - Equipamentos
 - Outros
 - Arrendamento
 - Espaços alvo de valorização
 - Dinâmica de mercado
 - Mudanças operadas pelo mercado
- OS BAIRROS PERIFÉRICOS
 - Expansão da cidade
 - Acesso a equipamentos
 - Organização espacial
- Albazine
- Magoanine C
- Zimpeto
- LEITURA DOS CONCEITOS
 - Sem “ordem”, sem “organização”
 - “Cidade”
 - “Subúrbio”
 - “Informal”
 - “Legal” *versus* “ilegal”
 - “Reserva”
 - “Caniço”

- “Bairro”
- Interesse e utilidade pública
- Expropriação
- CONDICIONANTES
 - Interesses envolvidos
 - Erosão
 - Cheias
 - Barreiras naturais
 - Intervenções

V.5. Planos e projetos de intervenção

- LISTAGEM
 1. Programa de Reabilitação Urbana
 2. ProMaputo
 3. Programa de Regularização Massiva
 4. Orçamento participativo
 5. Obras de infraestruturas (geral)
 6. Reconstrução da avenida Julius Nyerere
 7. Reconstrução da avenida Milagre Mabote
 8. Construção da Circular de Maputo
 9. Projeto de drenagem para Maputo
 10. Plano de Estrutura Urbana
 11. Planos (geral)
 12. Parcerias público-privadas
 13. Plano Parcial de Urbanização de Maxaquene A
 14. Plano Parcial de Urbanização de Polana Caniço
 15. Plano Parcial de Urbanização de Xipamanine
 16. Plano Parcial de Urbanização da KaTembe
 17. Projeto para a Praça de Touros
 18. Intervenção em Mafalala
 19. Intervenção em Chamanculo C
 20. Intervenção em Chamanculo D
 21. Intervenção em George Demitrov
- OBJETIVOS E INTENÇÕES
- PARTICIPAÇÃO
- IMPLEMENTAÇÃO
- PERCEÇÃO DO PROCESSO

V.6. Paradigmas de intervenção

- REORDENAMENTO | REPARCELAMENTO
- MELHORAMENTO
- REQUALIFICAÇÃO
- REABILITAÇÃO
- REGULARIZAÇÃO
 - Cadastro
 - Título de DUAT
 - Como adquirir
 - “Fechar os olhos”
 - Caso dos bairros pericentrais
 - O que permite | (des)vantagens
 - Porque não tem DUAT
- VERTICALIZAÇÃO
- REASSENTAMENTO

- Compensação
- Reassentamento *in loco*

V.7. Hiato entre os instrumentos jurídico-urbanísticos e as práticas

- “Diferentes modos de habitar”
- “Fraqueza institucional”
- “Falta de vontade política”
- “A ideologia do partido”
- “Estado de direito não funciona”
- “Problema de governação”
- “Falta de pessoal qualificado”
- “Incapacidade financeira”
- “Falta de planeamento”
- “Deficiente gestão do solo urbano”
- “Deficiente ordenamento do território”
- “Falta de obrigatoriedade de implementação”
- “Desconhecimento”
- “Falta de educação urbana”
- “Falta de ligação com o terreno”
- “Falta de investimento nas infraestruturas”
- “Demora de resposta por parte do CMM”
- “Corrupção generalizada”
- “Força dos interesses”
- “Forte dinâmica do sector privado”

V.8. Transação de talhões e construções | mercado paralelo

358

- PROCESSO
 - Primeiro contacto
 - Transmissão
 - Casos de pessoas que já saíram
 - Destinos
 - Regressam ao bairro?
- VALORES
 - Comissões
 - Talhões/espacos
- REAÇÕES E IMPACTES
 - Território
 - Talhão fora
 - Autoprodução
 - (Des)investimento na casa
 - Aumento do aluguer
 - Parques automóveis
 - Efeito ‘ilha’ | novas fronteiras
 - Novas construções
 - Novas infraestruturas
 - Moradores locais
 - Vantagens e desvantagens
 - Vender ou ficar
 - Receios
 - ‘Não pode negar’
 - Quem fica e quem sai
 - Investidores
 - CMM

V.9. Percepção dos direitos

- Direitos de ocupação
- Direito à cidade

V.10. Resistência | Organização/mobilização local

V.11. Imagem de futuro

- Cidade no geral
- Maputo igual a outras grandes cidades africanas
- Bairros pericentrais
- Albazine
- Polana Caniço A
- Polana Caniço B
- Chamanculo B
- Chamanculo C
- Costa do Sol
- Magoanine C
- Mafalala
- Maxaquene A
- Maxaquene B
- Xipamanine
- Zimpeto

V.12. Percepção e referência aos vários agentes

- Organizações internacionais
- ONG
- Estado
- Instituições públicas
- Conselho Municipal
- Secretaria de Distrito
- Secretaria de bairro
- Lideranças locais
- OCB
- Investidores
- Intermediários
- Estado *versus* investidor
- Técnicos (arquitetos/urbanistas)
- Academia
- Moradores
 - Acesso ao talhão
 - Características das casas
 - Práticas quotidianas

V.13. Propostas de intervenção